UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL
TESE DE DOUTORADO

**FRONTEIRAS POLÍTICAS EM MOVIMENTO – DILEMAS E TENDÊNCIAS DE
NOVOS FLUXOS IMIGRATÓRIOS EM SÃO PAULO: TRABALHO, GÊNERO E
DIREITOS**

VANESSA GENEROSO PAES

VERSÃO CORRIGIDA

SÃO PAULO

2017

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

VANESSA GENEROSO PAES

**FRONTEIRAS POLÍTICAS EM MOVIMENTO – DILEMAS E TENDÊNCIAS DE
NOVOS FLUXOS IMIGRATÓRIOS EM SÃO PAULO: TRABALHO, GÊNERO E
DIREITOS**

TESE APRESENTADA AO PROGRAMA
DE HISTÓRIA SOCIAL DA FACULDADE
DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS
HUMANAS DA UNIVERSIDADE DE SÃO
PAULO PARA OBTENÇÃO DO TÍTULO
DE DOUTORA EM HISTÓRIA

ORIENTADOR: PROF. DR. JOSÉ CARLOS
SEBE BOM MEIHY

VERSÃO CORRIGIDA

DE ACORDO José Carlos Sebe Bom Meihy

Paulo, 15 de junho de 2018

SÃO PAULO

2017

AGRADECIMENTOS

Uma aventura não é trilhada no tempo e no espaço sem as referências que me permitiram voar em busca de novos sonhos e trajetos. Nessa jornada, muitas pessoas e redes fomentaram com suas ideias, teorias, práticas, diálogos, visões de mundo para a construção desse caminho. E por isso, agradeço as pessoas citadas e aqueles que de forma indireta auxiliaram nesse deslocamento.

Agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), que permitiu que essa pesquisa fosse realizada com a dedicação necessária para um trabalho de específica envergadura.

Aos funcionários e ao Programa de Pós-Graduação em História Social da USP, sempre atentos em elucidar com informações e encaminhamentos.

Aos funcionários e ao Departamento de História da USP pelos encaminhamentos.

Ao meu querido orientador Professor Dr. José Carlos Sebe Bom Meihy por permitir a realização da minha aventura acadêmica, além da sabedoria, generosidade, confiança, acolhimento, amor e devoção pela história oral. Com você, aprendi que a vida é repleta de histórias e que os sonhos e desejos também movem as estruturas materiais do mundo.

Aos narradores que permitiram que eu compreendesse a trama da migração a partir de diferenciados aspectos e perspectivas. No Acre: Damião Borges, Padre Onac, Maria. Em Porto Velho – RO: Jacson, Demen, Irmã Iris, Leonce e Calix, Leon, Marcellus, Pierrelus Pierre, Wilman Alexandre, Beni Sills. Em São Paulo: Anália Ribeiro, Elina Vendramini (Ministério Público de SP), Christiane Nogueira (MPT – Osasco), Paulo Illes (CDHIC), Juliana Armede (Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania), Fabiana Severo (DPU – SP), Luis Alexandre de Faria (Auditor Fiscal do Trabalho – SP), Marina Novaes (COMTRAE – Comissão Municipal para a Erradicação do Trabalho Escravo), Julina Peña (CRAI), Larissa Leite (CARISTAS), Irmã Juliana (Pastoral do Migrante), Lúcia Alves (OBLATAS), Paolo Parise (Missão Paz/ Pastoral do Migrante), Arsenal da Esperança. E todos com que compartilhei no Fórum Social Mundial das Migrações realizado em julho de 2016 em São Paulo.

Agradeço imensamente a ativista de direitos humanos Jobana Moya e todas as mulheres do coletivo Warmis pela força, luta, práticas culturais, resistência cotidiana em São Paulo e pela perspectiva e modos de ser (Abya Yala) no Brasil.

Agradeço ao Museu da Imigração e a pesquisadora Tatiana Waldeman e toda a equipe de pesquisa do museu pelo diálogo e encaminhamentos. Agradeço a força e luta das mulheres

imigrantes entrevistadas pela equipe do Museu da Imigração, pelo trabalho de resistência no Brasil, cito Andrea Carabantes, Carla Lipa, Isabel Torres, Nádia Ferreira, Oriana Jara, Patricia Torres, Rocio Bravo, Sonia Sarmiento, Veronia Yurja. A força, experiência e luta dessas mulheres ao reconstruírem suas vidas na migração.

Ao Núcleo de Estudos em História Oral – NEHO/USP, espaço de troca de saberes, formação e aprendizagem de uma parte da história oral produzida no Brasil. No NEHO fiz uma parte dos amigos em São Paulo com quem tive a oportunidade de aprender a compartilhar conhecimentos e momentos da minha vida, dentre eles e elas cito Marcela Boni Evangelista, Vanessa Paola Rojas Fernandez, Suzana Ribeiro, Andrea Paula dos Santos, Marcel Diego Tonini, Cássia Oliveira, Leandro Seawright, Marta Rovai, Juniele Rabelo de Almeida, Samira Adel Osman, Lourival dos Santos. Além da fomentação da aprendizagem com a Oralidades: revista de História Oral e aos integrantes do Ciclo de Estudos em História Oral por permitirem o diálogo.

Ao Grupo de Pesquisa de Gênero vinculado ao Departamento de História da USP e coordenado pelas professoras Stella Maris Viladarga, Júlia Oliveira e todas as outras mulheres que possibilitam o diálogo e formação necessária sobre questões de gênero.

Agradeço ao Grupo de Pesquisa sobre Mobilidades e Cidades coordenado pelas professoras Dras. Vera Telles e Bianca Freire-Medeiros da USP por permitir (as vésperas da versão revisada da tese em 2018) rever, repensar os nacionalismos metodológicos e o deslocamento do estadocentrismos para projetos futuros.

Ao Prof. Alberto Lins Caldas pelo apreço a pesquisa e a formação inicial na Universidade Federal de Rondônia durante a minha iniciação científica e pela jornada de diálogos, debates e pesquisas desenvolvidas no Centro de Hermenêutica do Presente - CENHPRE.

Aos amigos de Rondônia e do lendário CENHPRE que mesmo com a distância prevalecem em minha memória afetiva: Ariana Boaventura, Cristiane Oliveira, Joéser Alvarez, Deyvesson Gusmão, Edneia Bento, Lucineide Teixeira, Xênia Barbosa, Emanuel Meireles. Assim como, à família do povo Mura do Rio Madeira em Rondônia: Márcia Mura, Tanã Mura, Lucas Mura e Iremar Antônio Ferreira pela luta e resistência na Amazônia.

À professora e amiga Fabíola Holanda Barbosa por acreditar no sonho e permitir que a semente fosse germinada desde o início dessa aventura acadêmica.

À Marinalva Vieira Barbosa pela leitura do projeto, amizade e dicas valiosas para essa pesquisa.

À Milena Magalhães pela alegria em viver e por ter apresentado o caminho das artes e cultura em São Paulo

Ao amigo Pedro Albert pela leitura cuidadosa do meu projeto, pela alegria e bom humor que transmite as pessoas que o cercam.

À amiga carioca Nivea Muniz Vieira pelo diálogo e acolhimento no Rio de Janeiro.

Ao grupo erguido em combate a violência de gênero no Crusp/USP, especialmente a amiga Léia Chrif de Almeida e todas as mulheres que lutam contra a impunidade, injustiça e pelo bem viver destas na sociedade e nas instituições de ensino.

Ao André Barbosa pelos cafés e amizade cruspiana.

Às amigas Simone Pereira e Suzana Lourenço pelo diálogo, traduções dos resumos e palavras de conforto nos momentos da escrita e para além destes em São Paulo.

Ao amigo Demen Toussaint pela amizade, força na busca de seus sonhos no Brasil e pelas traduções dos resumos.

À Michelle Sena, pela amizade e ajuda com quadro da pesquisa.

Aos amigos que conheci no Crusp e na USP por manterem a alegria e perseverança em São Paulo e na vida: Daniel Vasconcelos, Michel Rocha, Marco Henrique, Sarah Azevedo, Tomás, Gineth, Márcia Rus, Cássia Marconi, Pedro, Paul, Fran, J.J. E com tod@s com quem dialoguei neste espaço.

Ao meu amigo Aly Orellana pelo diálogo, alegria, almoços regados peixe, carinho e afeto que alimenta nosso espírito amazônico em São Paulo.

À Fernanda Nogueira, amiga paraense, que se dedica a estudar a questão indígena e tomar umas cervejas (de vez em quando) neste território também indígena. E também à professora Silmara Guajajara e sua família indígena pela resistência em São Paulo.

À Raimunda Rocha, pela amizade, diálogos, compartilhamento de saberes indígenas e acolhimento na USP.

À Luciana Borges, amiga rondoniense, pelo diálogo, carinho, por expressar a paz e calma em gestos e palavras, além do auxílio imprescindível com a formatação do trabalho.

À Érica Mendes Araújo, amiga/irmã de infância, pela alegria que esbanja pela vida, pela nossa memória afetiva e outras que iremos nutrir juntas.

Ao Gabriel Bertozzi pela amizade e paz em nossa morada em São Paulo.

Aos meus sobrinhos amados Laysa Paes, Juan Paes, Walisson Generoso, Hyorran Generoso, Willian Paes, que mesmo com a distância, fazem parte da minha trajetória e vida.

Aos meus queridos irmãos: Paulo Generoso Paes, Vanderléia Generoso Paes (a Vanda), Iris Célia Generoso Paes, Mira Célia Generoso Paes, pelo amor, cuidado e atenção com todos do nosso clã familiar. Essa memória é nossa e essa história também é nossa!

Ao Sérgio Luiz Santos de Oliveira, pelo companheirismo, apoio, carinho, perseverança, resistência e diálogos acolhedores no percurso dessa jornada.

Ao Antônio Nunes de Paes, meu pai, pela resistência cotidiana, pelo apreço ao trabalho e pelas relações de lealdade que mantém em nossas vidas. Com meu pai aprendi que é necessário esquecer o passado para poder viver o presente, e que a memória (essa deusa sedutora), caminha ao nosso lado fazendo lebrar que o silêncio é prenhe de significados.

À Maria Zeneida Generoso Paes (Zeneide), minha mãe, por ser a guardiã de nossa memória afetiva, pelo acolhimento e conselhos em momentos difíceis, pela alegria e amor incondicional aos seus! Com minha mãe aprendi/aprendo que as mulheres “periféricas” são providas de táticas e práticas cotidianas de resitência na capacidade de recriar e resignificar a própria vida e seus pertencimentos em variados contextos de mobilidade: do Nordeste para a Amazônia, do Sertão para a Floresta, do rural para o urbano, do campo para a cidade; trilhando, assim, mecanimos de pertencimentos nos espaços de deslocamento que passou a viver com sua família. Sua força, seu trabalho, seus sonhos, seus desejos, sua espiritualidade/ancestralidade tecem fios que alinhavam a memória individual a nossa memória coletiva.

E a todos e todas que direta e indiretamente auxiliaram no percurso dessa pesquisa e que por falha de memória não indiquei aqui. Muito obrigada!

Resumo

A proposta desta pesquisa foi constituída da análise da política de imigração no Brasil a partir da conexão de três redes de entrevistas selecionadas para esta tese, quais sejam: 1) os operadores das instituições governamentais que trabalham com questões relacionadas a imigração/refúgio no Brasil; 2) os agentes de instituições não governamentais que assessoram e acolhem os imigrantes/refugiados, e; 3) os imigrantes residentes da cidade de São Paulo e outras cidades que vivenciam a problemática do acesso aos serviços públicos no Brasil. Foi esperado, com isso, a construção das explicações acerca de como se deram os processos de deslocamentos, da luta pelo acesso a direitos e a inserção das experiências de vida resultantes dessa mobilidade no cenário das migrações contemporâneas. É notório, assim, que a mobilidade humana é um sintoma de grandes transições nos bastidores da História. Deste modo, a problemática da pesquisa em questão foi de que a caracterização do poder estabelecido pelas instituições estatais – somadas ao trabalho realizado pelas ONGs, as quais realizam inserções de política pública à população imigrante – se efetivam a partir de uma governabilidade conflitiva, uma vez que ambas atuam em um contexto social atravessado por dinâmicas econômicas que se beneficiam da vulnerabilidade social dos imigrantes. Nesse contexto, foi identificada a disputa pela representação jurídico/política do imigrante, pelo qual foram elaboradas explicações acerca de como se deram os processos de deslocamentos na fronteira política, ao circunscrever as experiências de vida resultantes dessa mobilidade e como essas conexões incorrem sobre a existência das comunidades migratórias, ressignificando padrões comportamentais. Verificou-se que a realidade vivida por esses imigrantes – principalmente a experiência da mulher imigrante na cidade de São Paulo – configuram novas estratégias de resistência, desafios e oportunidades para mulheres e homens nos países escolhidos para viverem suas trajetórias. Pesquisas em diversas áreas têm se debruçado sobre aspectos da imigração e sobre a inserção do sujeito no mercado de trabalho. Contudo, parcelas dos estudos produzidos não contemplaram relatos pessoais e coletivos dos imigrantes à luz dos pressupostos da História Oral. Esta pesquisa permitiu a construção de um *corpus documental*, cujas análises ampliaram nossa perspectiva sobre os deslocamentos contemporâneos, a fronteira política e o Estado-nação; instituições governamentais e instituições não governamentais; questões de gênero, política pública e Direitos Humanos. Temas estes que instigam outras abordagens acerca das novas territorialidades no contexto global do capitalismo.

Palavras Chaves: imigração, trabalho, mulheres imigrantes, gênero, direitos humanos.

Email: vanessa.narracao@gmail.com

Abstract:

The proposal of this research consisted of the analysis of immigration policy in Brazil, through the connection of three networks of interviews selected for this thesis, namely: 1) the operators of government institutions who work with the issues related to immigration / refuge in Brazil; 2) the agents, of non-governmental institutions, who advise e welcome immigrants / refugees; 3) the immigrants who are living in the city of São Paulo and others cities who experience the problem of access to public services in Brazil. It was hoped, therefore, to construct explanations about how the processes of displacement, the struggle for access to rights and the insertion of the life experiences, resulting from this mobility in the contemporary migration scenario, were constructed. It is notorious, therefore, that human mobility is a symptom of great transitions behind the scenes of history. Thus, the research problematic was that the characterization of the power established by the state institutions - added to the work done by the NGOs, which carry out insertions of public policy to the immigrant population - are effected from a conflictive governability once both act in a social context crossed by economic dynamics which are benefited from the social vulnerability of immigrants. In this context, the dispute over the legal / political representation of the immigrant was identified, in which explanations were elaborated on how the processes of displacement on the political frontier occurred, by circumscribing the life experiences resulting from this mobility and how these connections affect the existence of migratory communities, re-signifying behavioral patterns. It was verified, the reality lived by these immigrants - especially the experience of the woman immigrant in the city of São Paulo - configures new strategies of resistance, challenges and opportunities in the chosen countries for women and men to live their trajectories. Researches, in several areas, have focused on aspects of immigration and on the insertion of the immigrants in the labor market. However, portions of the studies produced did not address personal and collective reports of immigrants in the light of the assumptions of Oral History. This research allowed the construction of a *documentary corpus*, which analyzes extended our perspective on the contemporary displacements, the political frontier and the nation-state; governmental institutions and non-governmental institutions; gender, public policy and human rights. These themes instigate others approaches to the new territorialities in the global context of capitalism.

Key Words: immigration, labor, immigrant women, gender, human rights.

Resumen

La propuesta de esta investigación fue constituida del análisis de la política de inmigración en Brasil a partir de la conexión de tres redes de entrevistas seleccionadas para esta tesis, incluyendo: 1) los operadores de las instituciones gubernamentales que trabajan con cuestiones relacionadas con la inmigración/refugio en Brasil; 2) los agentes de las instituciones no gubernamentales que asesoran y/o acogen a los inmigrantes/refugiados, y; 3) los inmigrantes residentes en la ciudad de São Paulo y de otras ciudades que experimentan la problemática del acceso a los servicios públicos en Brasil. Se esperaba, con eso, la construcción de las explicaciones acerca de cómo se dieron los procesos de desplazamientos, sobre la lucha por el acceso a derechos y la inserción de las experiencias de vida resultantes de esa movilidad en el escenario de las migraciones contemporáneas. Asimismo, es notorio que la movilidad humana es un síntoma de las grandes transiciones en los bastidores de la Historia. De ese modo, se ha considerado como problema de esta investigación la cuestión de que la caracterización del poder establecido por las instituciones estatales — sumadas al trabajo realizado por las ONG, las cuales realizan inserciones de política pública a la población inmigrante — se efectúa a partir de una gobernabilidad conflictiva, ya que ambas actúan en un contexto social atravesado por dinámicas económicas que se benefician de la vulnerabilidad social de los inmigrantes. En este contexto, ha sido identificada la existencia de una disputa por la representación jurídica/política del inmigrante, por lo cual fueron elaboradas explicaciones acerca de cómo se dieron los procesos de desplazamientos en la frontera política, al circunscribir las experiencias de vida resultantes de esa movilidad y cómo esas conexiones incurren sobre la existencia de las comunidades migratorias, resignificando patrones de comportamiento. Se ha constatado que la realidad vivida por los inmigrantes — principalmente la experiencia de la mujer inmigrante en la ciudad de São Paulo — configura nuevas estrategias de resistencia, desafíos y oportunidades en los países elegidos por ellos para vivir sus trayectorias. Las investigaciones en diversas áreas se han centrado en aspectos de la inmigración y en la inserción del sujeto en el mercado de trabajo. Sin embargo, parcelas de los estudios producidos no han contemplado los relatos personales y colectivos de los inmigrantes a la luz de los presupuestos de la Historia Oral. Esta investigación permitió la construcción de un *corpus documental*, cuyo análisis amplió nuestra perspectiva sobre los desplazamientos contemporáneos, la frontera política y el Estado-Nación; las instituciones gubernamentales y no gubernamentales; las cuestiones de género, política pública y derechos humanos. Estos temas instigan enfoques acerca de las nuevas territorialidades en el contexto global del capitalismo.

Contraseñas: inmigración, trabajo, mujeres inmigrantes, género, derechos humanos.

Résumé

Le but de cette recherche a été consisté en l'analyse de la politique d'immigration au Brésil à partir de la connexion des trois réseaux d'interviews sélectionnés pour cette thèse, à savoir: 1) les opérateurs des institutions gouvernementales qui travaillent avec les questions liées à l'immigration / refuge au Brésil; 2) les agents des institutions non gouvernementaux qui conseillent, accueillent les immigrants / réfugiés et 3) les immigrants résidant dans la ville de São Paulo et d'autres villes qui connaissent le problème de l'accès aux services publics au Brésil. On espérait, par conséquent, construire des explications sur la manière dont les processus de déplacement, de la lutte pour l'accès aux droits et l'insertion des expériences de vie résultant de cette mobilité dans le scénario de migration contemporain. Il est notoire, par conséquent, que la mobilité humaine est un symptôme de grandes transitions dans les coulisses de l'histoire. Ainsi, la problématique de la recherche, était que la caractérisation du pouvoir établi par les institutions étatiques - ajoutées au travail effectué par les ONGs, qui effectuent des insertions de politique publique à la population immigrée - sont efficaces à partir d'une gouvernabilité conflictuelle, puisque les deux agissent dans un contexte social traversé par des dynamiques économiques qui bénéficient de la vulnérabilité sociale des immigrants. Dans ce contexte, le différend sur la représentation juridique / politique de l'immigrant a été identifié, à travers laquelle des explications ont été élaborées sur la façon dont les processus de déplacement sur la frontière politique ont été réalisés, en circonscrivant les expériences de vie résultant de cette mobilité et comment ces connexions affectent l'existence des communautés migratrices, en redonnant des normes comportementaux. On a constaté que la réalité vécue par ces immigrants - surtout, l'expérience des femmes émigrantes dans la ville de São Paulo - configure de nouvelles stratégies de résistance, défis et opportunités pour les femmes et les hommes dans les pays choisis pour vivre leurs trajectoires. Les recherches dans divers domaines s'est concentrée sur les aspects de l'immigration et sur l'inclusion du sujet dans le marché du travail. Cependant, certaines parties des études produites ne traitaient pas des rapports personnels et collectifs des immigrants à la lumière des hypothèses de l'histoire orale. Cette recherche a permis la construction d'un *corpus documental*, dont les analyses ont étendus notre perspective sur les mouvements contemporains, la frontière politique et l'État-nation; les institutions gouvernementales et les institutions non gouvernementales; questions liées au genre, politique publique et droits de l'homme. Ces thèmes incitent d'autres approches aux nouvelles territorialités dans le contexte global du capitalisme.

Mots clés: immigration, travail, femmes immigrées, genre, droits de l'homme.

Lista de Siglas e Abreviações

CAMI – Centro de Apoio e Pastoral do Imigrante

CESPROM – Centro Scalabriano de Promoção do Imigrante

CIC: Centro de Integração da Cidadania

CIME – Comitê Intergovernamental para Migrações Européias

CGIg – Coordenação Geral de Imigração

CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas

CNIg – Conselho Nacional de Imigração

COETRAE – Comissão Estadual para a Erradicação do Trabalho Escravo

CONATRAE – Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo

COVISA – Coordenação de Vigilância em Saúde da cidade de São Paulo

CPMig – A Coordenação de Políticas para Migrantes

CRAI – Centro de Referência e Atendimento para Imigrantes

DICOEX – *Dirección de los Chilenos en el Exterior*

MPF – Ministério Público Federal

MPT – Ministério Público do Trabalho

MTb – Ministério do Trabalho

NETP – Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas

OIT – Organização Internacional do Trabalho

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

PAL – Presença América Latina

PLID – Programa de Localização e Identificação de Desaparecidos

PSF – Programa Saúde da Família

SINALID– Sistema Nacional de Localização e Identificação de Desaparecidos

SJDC – Secretaria de Justiça e Defesa de Cidadania do Estado de São Paulo

SOF – *Sempreviva* Organização Feminista

UBS – Unidades Básicas de Saúde

UDEMOM – Unidade de Desenvolvimento e Melhoria das Organizações

UNILA – Universidade Integração da América Latina

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Atendimentos mensais para haitianos.....	308
Figura 2: Atendimentos mensais aos não haitianos.....	309

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Demonstrativo da Rede de Colaboradores.....	71
---	-----------

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	23
CAPÍTULO 1: FRONTEIRAS PERCORRIDAS.....	43
1.1 Da história do projeto às experiências em/de campo	43
1.2. Rede de Colaboradores.....	70
Damião Borges de Melo.....	73
Padre Onac - Rio Branco.....	82
Pierrelus Pierre.....	95
Wilguens Marcellus.....	107
Beni Sills.....	116
Wilman Alexandre.....	123
Demen Toussaint.....	131
Anália Ribeiro.....	141
Eliana Vendramini Carneiro.....	153
Christiane Vieira Nogueira.....	169
Fabiana Galera Severo.....	178
Juliana Felicidade Armede.....	187
Luis Alexandre de Faria.....	195
Marina Novaes.....	218
Paulo Illes.....	227
Paolo Parise.....	236
Lúcia Alves.....	225
Irmã Juliana	253
Jobana Moya.....	264
CAPÍTULO 2: FRONTEIRAS DA IMIGRAÇÃO.....	283
2.1 ENSAIO SOBRE IMIGRAÇÃO: o Brasil como destino.....	283

2.1.1 O Ser social, político e jurídico do imigrante.....	294
2.2. Estado, fronteira política e sociedade civil – em busca de um lugar para os sujeitos de direitos.....	301
2.2.1 Delimitações sobre a problemática em questão.....	301
2.2.2. A problemática em questão em âmbito brasileiro e sul-americano.....	305
2.3 Imigração e Estado: políticas públicas.....	311
2.3.1 CRAI-SP.....	311
2.3.2 O discurso dos agentes institucionais.....	317
2.3.3 Ativistas de direitos humanos quanto a questão migratória das mulheres.....	322
CAPÍTULO 3: FRONTEIRAS DA MOBILIDADE DO TRABALHO NA IMIGRAÇÃO.....	329
3.1 Imigração, Estado e Legislação: a vulnerabilidade social do imigrante no Brasi.....	329
3.1.1 Imigração e a categoria trabalho.....	329
3.1.2 Imigração, modos de trabalho precarizado, trabalho flexível.....	335
3.1.3 Nicho da costura em São Paulo e a imigração.....	342
3.1.4 A imigração boliviana em São Paulo.....	346
3.1.5 Invisibilidade imigratória e exploração.....	350
3.1.6 Ferramentas jurídicas e os direitos humanos.....	355
3.1.7 Vulnerabilidade social do imigrante no Brasil e (in)segurança jurídica.....	361
3.2 Fronteiras e legislação.....	370
CAPÍTULO 4: FRONTEIRAS MIGRATÓRIAS: EXPERIÊNCIAS DE MULHERES IMIGRANTES.....	379
4.1. Imigração e interseccionalidade.....	379
4.2 Frente das Mulheres Imigrantes e Refugiadas de São Paulo.....	387
4.3 Rompendo o silêncio: gênero e violência.....	405
4.4 Gênero e resistência em coletivos de imigrantes.....	417
CAPÍTULO 5: FRONTEIRAS DO FEMININO.....	427

5.1 Trabalho e Saúde da Mulher Imigrante.....	427
5.2 Pela autonomia das mulheres	437
5.3 Imigração, Interculturalidade e Educação.....	447
5.4 Narrar os dilemas e as experiências no contexto imigratório.....	455
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	461
BIBLIOGRAFIA.....	473

*Aos homens, mulheres e crianças que
recriam suas memórias em novos
territórios de destino*

INTRODUÇÃO

*“Caminhante, são tuas pegadas
O caminho e nada mais;
Caminhante, não existe caminho,
Se faz o caminho ao andar.”*
Antônio Machado

Pôr-se em movimento é o princípio de uma ação atrelada à imigração. Quem não se movimenta permanece em repouso, não que o repouso seja ignorado pelos seres que se movimentam, de modo que a imigração é ensejo de mudança, de busca, de transformação, de dinamismo corpóreo e psíquico: trilhar novos caminhos como justificativa para construir projetos pessoais e coletivos na imigração/emigração é um dispositivo comum nas entrevistas daqueles que se deslocam. O que move as pessoas? O que transforma as suas vidas? O que se esconde em sua jornada histórica em busca de novos países para viver? Como os indivíduos tornam-se o que são? Nem todas essas perguntas serão respondidas nesta pesquisa, até porque esse trabalho reproduziu uma cena de um tempo histórico no qual a pesquisa se insere, movimentando de forma contínua o espaço e os agentes políticos dessa conexão.

Certa vez, ao folhear um livro vi que a metáfora simbólica da mobilidade é o vento, soprando os projetos de vida de sujeitos que buscam refugiar-se da guerra, da perseguição política e desastres naturais; pessoas que se desviam da fome, mulheres (e porque não dizer de homens) que fogem de casamentos e relações opressivas. Os imigrantes buscam novos lares em que tenham a possibilidade de recomeçarem suas vidas, reconstruírem suas histórias mediante novas experiências, como possibilidades gestacionais no porvir. A nova morada é o lugar em que os imigrantes criam/recriam outros territórios para representar a cultura de seus países. Suas memórias são prenhes de significados que escapam de uma única visão da história.

Quem são elas/eles? São o imigrante, o estrangeiro, o viajante, o passageiro, que, “todavia, hospeda e extrai de seu exílio a energia do hospedar. O outro é o enigma que me interpela e torna a questionar meu pensar”. O outro, cuja a palavra denominamos de imigrantes possui vida e história. A trama de suas histórias é composta pelo contexto político e social dos países de suas origens, e também, dos países de seus destinos. A imigração como um fato social total do vivido, como anunciou Sayad, amálgama em seu círculo o movimento

existencial das pessoas como a máxima dialética de que os seres da imigração passam pela metamorfose da transformação ao saírem de seus territórios em busca de alternativas para o presente.

Os imigrantes possuem argumentos particulares e coletivas para seus percursos, uma vez que nenhum sujeito é uma ilha e estamos todos conectados a uma história por conexões locais, nacionais e globais. O deslocamento possui dupla significação: “é objetivo, isto é, determinado pelas condições históricas da modernidade, e subjetivo, isto é, forma o conjunto de representações” que os sujeitos passam a ter de si.

A ideia desta pesquisa originou-se do intuito de fazer um desdobramento de indagações que foram desenvolvidas na dissertação de mestrado sobre o deslocamento de pessoas na América do Sul. Nessa pesquisa, iniciada em 2008, foram realizadas um total de 27 histórias de vida, o que permitiu uma imersão profunda no cotidiano de imigrantes que deixam seus lugares de origem e saem em busca de saberes qualificados pelas experiências dos que sazonalmente se deslocam entre os altiplanos dos Andes e a cidade de São Paulo, no Brasil. No referido trabalho foram abordados os processos históricos envolvendo um clã familiar boliviano (os Patzi), sua rede social e afetiva. Duas entrevistas foram realizadas com uma família transnacional que vive na Bolívia e no Brasil. Uma entrevista permitiu a formação de rede de trabalhadores e donos de oficinas de costura em São Paulo. Duas nos levaram a uma rede de feirantes que trabalham na Praça Kantuta, em São Paulo, e, por fim, a uma rede de intelectuais bolivianos e a outra de retornados.

No desenvolvimento da pesquisa de mestrado, foi possível perceber as potencialidades que as narrativas dos migrantes oferecem para a história oral e para os estudos migratórios, principalmente nas esferas coletivas que cada pessoa, comunidade e grupo estabelecem ao narrar suas experiências de migração.

Nesse percurso, marcado por questões relacionadas aos deslocamentos humanos no eixo da América Latina, surgiu a problemática da migração em áreas de fronteiras onde uma parcela de pessoas faz uso de trajetos terrestres para empreender seus deslocamentos até as cidades brasileiras. As rotas terrestres estão localizadas nas faixas de circunvizinhança territorial entre o Brasil e outros países, tais como Bolívia, Peru, Colômbia, Venezuela, Guiana, Guiana Francesa e Suriname no extremo norte do Brasil e Paraguai, Argentina e Uruguai no sudeste e no sul do Brasil.

Durante o trabalho de campo para a pesquisa de mestrado, foi possível constatar que em Rondônia existe um crescente número de imigrantes bolivianos, uma vez que a Bolívia é um dos países que faz fronteira com esse Estado; ou seja, há um constante deslocamento na

zona de fronteira, especificamente na região que abrange Guajará-Mirim/Brasil e Guayará-Merim/Bolívia. É importante salientar que existe uma rotatividade estável de pessoas nesse espaço porque se trata de uma Zona Livre de Comercialização (zona FRANCA), o que caracteriza um movimento bilateral de pessoas entre os países envolvidos.

Além do Estado de Rondônia, pesquisamos também a região de Corumbá-MS, município de fronteira da região centro-oeste do Brasil com a cidade de Puerto Suarez - que faz parte do departamento de Santa Cruz, na Bolívia. De tal modo, as regiões de fronteira são percebidas como espaços de intenso trânsito de pessoas, além de serem áreas de circulação comercial constante. Os espaços fronteiriços são utilizados tanto por brasileiros que visitam os municípios bolivianos para comprar e estabelecer relações comerciais, quanto por bolivianos que se deslocam para o Brasil com intuito de adquirir mercadoria; daí a circularidade de trocas, contatos e influências em tais lugares.

Analisar o deslocamento de sujeitos no mundo contemporâneo significa refletir sobre as experiências de pessoas que estão fora do seu lugar, em trânsito, deslocando significados, hábitos culturais e modos de vidas. O deslocamento traz a necessidade de se construir reflexões sobre o sentido de pertencimento que os sujeitos constroem (e encontram construídos) na sociedade de destino, pois criam novas relações e práticas sociais. Partindo desse pressuposto, no dito mundo globalizado e nas metrópoles do mundo atual, somos convocados a pensar em como o imigrante presentifica uma experiência que parece comum a todos nós, de desaparecimento e reaparição de territórios e pertencimentos, de processos de esfacelamento e de reestruturação espacial, de isolamento e de criação de novos vínculos sociais. Assim, a importância deste trabalho consiste em analisar o lugar e a especificidade das experiências de deslocamentos e de seus desdobramentos e, também, explicar que a diversidade de trânsito e fluxos de pessoas em constante deslocamento no contexto latino-americano gera trocas culturais, contatos, valores e práticas de comportamento.

As relações que se estabelecem entre os sujeitos inseridos nessas regiões demonstram como foram construídas as redes culturais, simbólicas e econômicas das zonas de contato contemporâneas. Assim, a história política da imigração desta pesquisa teve como a realização de 29 entrevistas a partir de três redes; 1) operadores do direito que trabalham em instituições do Estado brasileiro a partir da perspectiva dos direitos humanos que lidam com questões relacionadas à imigração/emigração, 2) agentes de instituições não governamentais que acolhem os imigrantes/emigrantes e, 3) os imigrantes que vivem os dilemas do acesso a direitos no Brasil. Além desse conjunto de entrevistas, foi feito o uso de 10 entrevistas do acervo de história oral do Museu da imigração. A partir desse ponto, realizou-se uma

problematização das experiências decorrentes dos objetivos deste trabalho, de modo que há uma lacuna de abordagens que partem dos próprios discursos dos sujeitos envolvidos em tais processos para pensar a política migratória que determinado Estado adota em contextos específicos.

Deslocamento da problemática da pesquisa

Posto as aspirações iniciais, cabe mencionar os deslocamentos que o fazer da pesquisa assinalou. Primeiro, ao realizar o trabalho de campo em janeiro e julho de 2014, foi constatado que a problemática da pesquisa não se fixava na fronteira física do território da região norte do Brasil, uma vez que os imigrantes não atavam residência nas áreas de fronteira. As redes de contatos dos imigrantes indicavam outras capitais, circuitos de trabalho e inserção na sociedade brasileira. Logo, deparamo-nos com as primeiras dificuldades para estabelecer contatos com os imigrantes haitianos e com os senegaleses nas regiões de fronteira, visto que uma grande parcela fala/compreende o francês e *créole* haitiano; línguas que a pesquisadora não domina.

Nesse contexto, ampliaram-se as redes de entrevistas, visto que foram inseridas entrevistas temáticas com representantes de instituições que acolhem, desenvolvem trabalhos com imigrantes no Brasil como mecanismo para compreender a luta por direitos desenvolvida pelas instituições, assim como as ações dos imigrantes que se engajaram, pressionando o Estado brasileiro na busca de legitimidade e efetivação de seus direitos.

Nesse novo cenário da pesquisa, passou-se a escutar dos imigrantes que eles batalham para sair da invisibilidade social e que seu acesso é restrito; seus nomes e registros não aparecem nas fichas de atendimentos do SUS, por exemplo. Desta forma, essas pessoas não fazem parte das estatísticas, o que as insere na dificuldade de acessarem políticas públicas em vários setores, como a não representatividade política. Ao deslocar a perspectiva da fronteira física para a fronteira política, percebemos os processos de “inclusão incluída” que envolve um contingente de imigrantes no Brasil, vivendo à margem do Estado de direito.

Espera-se, a partir dessas redes de entrevistas construir explicações acerca de como se deram os processos de deslocamentos na fronteira política e circunscrever as experiências de vida resultante dessa mobilidade no cenário das migrações contemporâneas para o Brasil. Pesquisas em diversas áreas têm se debruçado sobre aspectos da imigração e sobre a inserção do sujeito no mercado de trabalho. Contudo, parcelas dos estudos produzidos não contemplaram relatos pessoais e coletivos dos imigrantes à luz dos pressupostos da História

Oral, tal como desenvolvida por José Carlos Sebe Bom Meihy. Esta pesquisa permitiu a construção de um *corpus documental*, cujas análises ampliaram nossa perspectiva sobre os deslocamentos contemporâneos, a fronteira política e Estado-nação; instituições governamentais e instituições não governamentais; questões de gênero, política pública e direitos humanos. Temas que instigam novas abordagens acerca das territorialidades no contexto global do capitalismo.

Problemática de pesquisa

Esta tese analisou a política de imigração no Brasil a partir de uma perspectiva interseccional. Para tanto, colocou-se em operação analítica a experiência a de três redes de entrevistas, quais sejam: a partir de narrativas constituídas com operadores do direito que trabalham em instituições governamentais do Estado a partir da perspectiva dos direitos humanos e que lidam com questões de imigração e refúgio no Brasil. Outra rede foi com agentes de instituições não governamentais que assessoram, acolhem os imigrantes e refugiados. O terceiro grupo de entrevistas foi com homens e mulheres que vivenciam seus dramas na encruzilhada da fronteira do Estado-Nação. Dentro dessa linha de análise, as instituições foram compreendidas como um conjunto de práticas que engendram naturalizações de formas de saber e fazer política em diferentes posicionamentos ideológicos dos sujeitos inseridos nas instituições, sendo elas estatais ou não governamentais.

É notório, desse modo, que a mobilidade humana é um sintoma de grandes transições nos bastidores da História. Nessa perspectiva, foi realizada uma análise das dinâmicas sociais dos imigrantes no Brasil e os mecanismos jurídicos que operam a legislação voltada a esse grupo. Tais dispositivos, em sua vigência, interpretam a imigração como uma questão de segurança nacional. Tal princípio foi fundamental para entender os posicionamentos dos sujeitos que vivem esses contextos e como funcionam as instituições do Estado que regem o aparato legal dentro desse cenário. Assim sendo, temos como *hipótese da pesquisa* que a caracterização do poder estabelecido pelas instituições estatais, somadas as ONGs, que realizam inserções de política pública à população deslocada/imigrante, efetivam-se a partir de uma governabilidade conflitiva, uma vez que estas agem em um contexto social atravessado por dinâmicas econômicas que se beneficiam da vulnerabilidade social dos migrantes. Foi notificada uma disputa pela representação jurídico/política do imigrante. Nessa paisagem, a figura do imigrante termina por ser prejudicada, devido ao não atendimento a seus direitos e demandas, ficando sujeito a precarização laboral e a uma condição de invisibilidade social. Além disso, outra questão que foi abordada nesta tese se refere à questão

de gênero em sua relação com as instituições do Estado brasileiro e as ONGs. Também foram discutidas as problemáticas das relações de gênero entre a população migrante, além das esferas de dominação e resistências cotidianas das mulheres. Em suma, busca-se com essa tese lançar luz sobre a problemática do deslocamento/imigração no Brasil e explicar como são constituídas as relações entre o Estado, ONGs e sociedade civil junto a esse grupo, como tais conexões incidem sobre a existência dessas comunidades ressignificando padrões comportamentais e como a nova realidade vivida por esses sujeitos/migrantes – principalmente a experiência das mulheres imigrantes na cidade de São Paulo – configuram novas estratégias de resistência e oportunidades para estas nos países escolhidos para viverem.

Ademais, pergunta-se o que significa a categoria de imigrante para as instituições governamentais e para as instituições não governamentais e como a população imigrante se vê dentro deste processo? Parte-se do pressuposto de que a governabilidade estatal e as instituições não governamentais categorizam problemas que são estruturais do contexto brasileiro e internacional, como os paradoxos ligados à dinâmica do capital e da precarização do mundo do trabalho. Ao ser colocado em cheque o acionamento da política de imigração no Brasil, indaga-se: por que tais problemas não foram vinculadas ao mundo do trabalho, ao acesso/construção de política pública no Brasil e aos problemas estruturais das instituições (estatais ou não governamentais), ao invés do olhar voltar-se para o deslocado/migrante e determiná-lo como a vítima/perpetrador? Portanto, estamos diante de um quadro em que a condição, o estatuto jurídico que perpassa a política de migração e as condições de precarização do trabalho no Brasil atrelam as experiências de migração à condição de vulnerabilidade.

Além do mais, indaga-se: por que as estratégias estabelecidas para a “proteção” ao migrante são ativadas por um dispositivo jurídico? Como essa lei é exercida pelos operadores do Estado e agentes institucionais? O debate sobre a migração contemporânea garantiu conquistas e disputas que foram conduzidas por setores da sociedade civil, organizações não-governamentais e pela população migrante nos setores governamentais do Brasil.

Nesse ensejo, ouvir o coro de vozes dos imigrantes que lutam pela legitimidade da participação política no Brasil, daqueles que nem sempre aparecem nas estatísticas, mas que trabalham e vivem na polis, que criam seus filhos em novas paisagens, mas que estão imbuídos a não fazerem parte dela é fundamental. As cidades brasileiras são formadas por variados grupos de imigrantes, refugiados, exilados por diferentes motes explicativos; logo, é necessário saber como é recebida essa presença nesses novos contextos? Há uma política pública para tais grupos? Como essa política é realizada? A participação em movimentos

sociais impulsionou uma redefinição do aspecto da cidadania de tais grupos perante o Estado Brasileiro ou ainda não são ouvidos? São perguntas que foram lançadas a partir do momento em que se passou a escutar as reivindicações dos migrantes nos conselhos participativos da cidade de São Paulo e nas conferências municipais e nacionais em prol de uma nova redefinição da Lei que rege a imigração e refúgio no Brasil.

Para isso, foi importante nos remetermos a uma conjuntura história anterior ao período estudado, de 1970 a 2012, e aos aspectos que definem a posição do Estado, da Soberania e da cidadania no Brasil para que sejam compreendidas as mediações e disputas da migração contemporânea no Brasil.

O processo de globalização redesenhou uma “nova ordem mundial” mediante a multiplicação de formas de circulação, não só de mercadorias, como também de pessoas no decorrer do século XX. Um fenômeno que caminha paralelo a esse é a imigração contemporânea, chave para compreender a complexa circulação bens, produtos, ideias a partir da década de 1970. Pode-se dizer que dentre as características que marcam a globalização estão “crescimento dos fluxos entre as fronteiras de diversos tipos, o qual inclui a inversão, o comércio, os produtos culturais, as ideias e as pessoas; a proliferação de redes transnacionais com nós de controle em múltiplas localidades”. De forma explícita, a globalização ativa o transnacionalismo podendo atingir a dinâmica dentro do Estado. A perspectiva de processo migratório aglutina intrincados fatores e interações que coadunam a migração internacional, influenciando em seu destino.

Para estudiosos da migração, a concepção de transnacionalismo pauta-se nas redes sociais utilizadas pelas comunidades de contato previamente constituída com base no parentesco, nas redes de proximidade e no trabalho desempenhados por comunidades que mantém elos de comunicação a distância. De modo que “a importância das comunidades transnacionais de negócios (sejam empresas em grande escala ou pequenos empresários étnicos), mas também fazem notar a importância das comunidades políticas e culturais. Distinguem entre o transnacionalismo desde acima – as atividades que são - conduzidas por atores institucionais, como as corporações multinacionais e os Estados – e o transnacionalismo desde abaixo – as atividades que são resultado de iniciativas de base por parte dos imigrantes e seus contrapartes no território”.

Fronteira Política em movimento deste modo, caracterizam a representação da mobilidade que perpassa as experiências dos sujeitos em deslocamento para o Brasil. O movimento das pessoas ou grupos de um lugar para o outro, por diferentes motivos ou razões, estáveis ou temporárias, marca esta circulação. As identidades em movimento são

mobilizadas porque as experiências derivadas desse processo de migração são construções histórico-sociais, geradas por um tempo e um espaço específicos. Desse modo, o conceito de identidade é compreendido como uma categoria relacional, heterogênea, multicausal e em devir, como um “lugar que se assume, uma costura de posição e contexto, e não uma essência ou substância a ser examinada”¹

Desse modo, assim como as identidades são produtos culturais, a nação na qual são gestadas também o é. As nações são comunidades imaginadas, na clássica concepção de Benedict Anderson², porque fazem sentido e representam as projeções de pertencimento para os sujeitos que além de se identificarem com um passado em comum com outros sujeitos que sequer conhecem, ao deixarem seus espaços familiares e afetivos levam consigo expectativas e valores aprendidos/apreendidos. A partir desse pressuposto, as *fronteiras* são espaços primordiais para compreender o cenário e a realidade dos Estados latinos americanos. Nesse sentido, os espaços de fronteiras mencionados não delimitam os eixos norte e sul, interno e externo na construção dos estados nacionais durante o século XIX, assim como não delimitam apenas as fronteiras geográficas. As referências a elas também salientam diferentes concepções, dentre as quais as que se referem às “fronteiras da civilização (demarcada pela barbárie que nela se oculta), fronteira espacial, fronteira de culturas e visões de mundo, fronteira de etnias, fronteira da história e da historicidade do homem. E, sobretudo, fronteiras do humano”³.

A fronteira, em sua dimensão física, é o lugar da alteridade, do conflito, da contradição, da violência e da zona de contato entre culturas e temporalidades. É importante mencionar que o estado cria em alguns contextos, mediante aparatos políticos, barreiras físicas para inibir a livre circulação entre países, fazendo com que a fronteira exista como lugar da segregação social. Tais dispositivos se materializam em muros, cercas, faixas militarizadas de fronteira, leis, zonas minadas e campos de recolhimento ou confinamento das pessoas⁴. Também é necessário enfatizar que as fronteiras constituem parte do imaginário do interior e exterior nas fronteiras dos deslocamentos humanos.

¹ HALL, Stuart. *Da Diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006. p.15

² ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.p.10

³ MARTINS, José de Souza. *Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano*. São Paulo: Contexto, 2009.p.11.

⁴ POVOA NETO, Helion & FERREIRA, Ademir Pacelli. *Cruzando Fronteiras Disciplinares: Panorama dos Estudos Migratórios*. Rio de Janeiro: Faperj, 2003.

A fronteira política em movimento é pensada tanto pela esfera política, assim como é fruto de representações sociais e simbólicas de diferentes sujeitos no espaço e tempo. Daí a relevância de estudar as migrações e a política migratória no Brasil no período estipulado, pois um estudo dessa natureza permitiu perceber a dinâmica relacional das vertentes de grupos inseridos no deslocamento, as instituições que os acolhem e os agentes jurídicos envolvidos com tais grupos no Brasil e a experiência dos imigrantes. Nesse aspecto, partilha-se da compreensão de *campo político* em Bourdieu, ao se perceber que as políticas migratórias como o “lugar em que se engendram, na concorrência entre os agentes que nele se encontram envolvidos, produtos políticos, problemas, programas, análises, comentários, conceitos, acontecimentos, entre os quais os cidadãos comuns, reduzidos à condição de “consumidores” devem escolher”.

Os dilemas e tendências dos novos fluxos migratórios em São Paulo coadunam questões atreladas à dinâmica do trabalho, às questões de gênero e direitos nesse território. A experiência de mulheres imigrantes foi compreendida a partir da categoria de gênero que percebe os papéis sociais como constitutivos de processos históricos e culturais de grupos. Além disso, compreendeu-se a perspectiva feminina ao atribuir significados aos seus projetos e estratégias de autonomia no contexto migratório. Essa perspectiva lança luzes a uma lacuna na historiografia sobre a imigração no Brasil, uma vez que buscou-se privilegiar os protagonismos destas mulheres e como elas se autoidentificaram nesse percurso.

O conceito de *circulação* (circulações) tem sido mobilizado de forma crescente no campo da pesquisa histórica pelos pesquisadores da história social, da cultura, da economia, das técnicas, da política e do direito internacional. Essa inflexão de sentidos traduz, ao mesmo tempo, um deslocamento de objetos e uma profunda renovação das interpretações desde os anos 1970-1980. As abordagens em termos de transferências, de migrações ou de influências foram ampliadas por abordagens em termos de “circulações”, as quais privilegiam os fluxos multidirecionais de trocas e de movimentos, das trajetórias complexas, individuais ou coletivas, dos tipos de estruturação em tramas, em redes ou em diásporas⁵.

Pensa-se a circulação, deste modo, como um fenômeno político complexo e dinâmico, no qual produtos, ideias e pessoas circulam colocando em movimento o espaço e sua organização social. Sendo,

ordinário en los geógrafos, la noción del movimiento está subordinada a la de cambio; en otros términos, a circulación está considerada, ante todo, desde el punto

⁵ SASSEN, Saskia. “Las redes digitales, la autoridad estatal y la política”, in *Territorio, autoridad y derechos. De los ensamblajes medievales a los ensamblajes globales*. Buenos Aires: Katz Editores, 2010, pp. 411-472. E da mesma autora *La Ciudad Global*. Buenos Aires: Eudeba, 1999.

de vista puramente económico; no se halla interpretada más que como un desplazamiento de productos necesitados a la vez por la desigualdad productiva de las regiones del globo y por el desenvolvimiento de las necesidades de los hombres. [...] sería una concepción muy estrecha, desde el punto de vista geográfico como desde todos los demás punto de vista, lo cual reduciría la circulación al cambio de las cosas materiales. Desde luego, los hombres no cambian solamente productos; cambian también pensamientos; la circulación no es solamente económica y más fuera de toda intervención del Estado; es aún inter espiritual, y el cambio de pensamientos no es menos importante que el de los productos⁶

A circulação é, também, um fenômeno da produção capitalista do espaço e, enquanto tal, produz a divisão territorial do trabalho, a especialização produtiva do lugar, a valorização de territórios, a dissolução dos lugares e de suas tradições, a rearticulação de novos pertencimentos e tradições. É um processo que agrega em si contraditórias demandas que geram o lucro, a espoliação e a segregação dos lugares. O conceito de circulação, denso tanto por seu conteúdo de significação quanto por sua história, possibilita pensar as relações e os deslocamentos humanos no atual processo de circulação de capitais nas regiões transfronteiriças da América do Sul.

Nesse contexto, apresentamos as obras que nos ajudaram a entender a relação entre política migratória e as questões elencadas nesta tese. O livro da jurista Ana Luisa Zago de Moraes, “Crimigração: a relação entre política migratória e política criminal no Brasil” mediante uma perspectiva histórica, enfatizou que a política de “segurança das migrações” erguida após o processo de ditadura militar em 1964 passa a utilizar os mecanismos de segurança nacional para combater os “inimigos” da nação. Com o processo de reabertura política realizado após a consolidação constitucional de 1988 e a consolidação dos direitos humanos, o imigrante passar a ser um “sujeito de direitos”, como também, torna-se alvo da vulnerabilidade transnacional e controle do Estado.

Outra obra que nos amparou nas conexões entre imigração e Estado foi o livro de Ana María López Sala, “Inmigrantes y Estados: la respuesta política ante la cuestión migratoria”, que estabelece as principais linhas de interpretação entre a incidência da questão migratória na dimensão política dos países receptores de mão de obra, assinalou que a imigração tem ocasionado a transformação de noções clássicas do pensamento liberal, como a identidade nacional, a noção de cidadania, questões referentes à democracia representativa e questões ligadas aos direitos humanos. Outra perspectiva delineada em sua obra diz respeito à posição que imigrantes têm galgado no campo político mediante sua transformação em sujeitos políticos, ampliando assim as noções de cidadania.

⁶VALLAUX, Camille. *El Suelo y el Estado*. Madrid: Daniel Jorro Editor, 1914. Capítulo VII – La circulación, pp.265-307.

O livro de CASTLES e MILLER denominado “La Era de la Migración. Movimientos internacionales de población en el mundo moderno”, nos ajudou a perceber a imigração em seu movimento internacional no período contemporâneo mediante grandes escalas de análise. Para os autores, a imigração não é um fenômeno ilhado, e o deslocamento de mercadoria e capital estão vinculados ao de pessoas. A imigração não é um fenômeno que surgiu em fins do século XX, posto que as migrações fazem parte da história da humanidade desde tempos imemoriais.

Outro livro que nos auxiliou para pensar o processo de construção das identidades migrantes foi o Local da Cultura de Homi K. Bhabha que enfatiza a nódoa provocada pelos processos coloniais em que sujeitos e as narrativas estão situadas no espaço e tempo do “entre-lugar, que carrega o fardo do significado da cultura, assim, permitindo o conhecimento das histórias nacionais, antinacionalistas, do “povo”. E, ao explorar esse Terceiro Espaço, temos a possibilidade de evitar a política da polaridade e emergir como os outros de nós mesmos”. O local da cultura é o espaço em que se desdobra as contradições, ambiguidades, fraturas, fendas não localizadas num passado imemorial, o problema se localiza no presente descontínuo, intertextual da diferença cultural. O local da cultura em um tempo pós-colonial é tomado como o lugar de partida na busca de se traduzir aquele território estrangeiro, “de abrir o caminho à conceitualização de uma cultura internacional, baseada não no exotismo do multiculturalismo ou na diversidade de culturas, mas na inscrição e articulação do hibridismo da cultura”, nesse tempo intervalar do “entre-lugar”.

As vertentes que nos fizeram compreender as narrativas de imigração foram a teoria crítica feminista e os estudos pós-coloniais produzidos no contexto latino-americano. Tais estudos nos permitiram perceber a teia argumentativa dos discursos de ambivalência das instituições (sendo elas estatais ou filantrópicas) e visualizar o lugar de enunciação dos sujeitos da imigração. No contexto da teoria crítica, Nancy Fraser em “Fortunas do Feminismo” como uma obra que produz um diagnóstico das políticas neoliberais após o período de luta pelos direitos civis da década de 1960 e o contexto de implementação destas nos Estados Unidos.

No contexto latino-americano, a obra que norteou nosso olhar para a diversidade de perspectivas dos “feminismos e ativismos” latino-americanos foi “Tejiendo de outro modo: feminismo, epistemología y apuestas descoloniales em Abya Yala” das organizadoras Yuderkys Espinosa Miñoso, Diana Gómez Correal e Karina Ochoa Muñoz que é uma ontologia de textos de diferentes posições teóricas e apostas políticas dos movimentos de mulheres que foi e está sendo produzido por pesquisadoras acadêmicas, mulheres de

diferentes movimentos indígenas, mulheres do movimento negro em diferentes países da América Latina e Caribe, mestiças e ativistas de diferentes movimentos feministas e sociais que apostam numa prática plural na busca de perceber os contextos originários com os quais os pesquisadores trabalham, assim como, as posições dos sujeitos que escrevem e os sujeitos com os quais trabalha-se na construção de perspectivas epistemológicas e nas cosmovisões de origem dos sujeitos “pesquisados”. A maneira como nos relacionamos com o pensamento da modernidade, com seus campos teóricos, com os procedimentos de pesquisa e análise dessa produção do conhecimento pode constituir um novo Abya Yala – modo de ser, compartilhar, socializar – no presente.

Outra obra foi de Patricia Tavares de Freitas “Projeto Costura: percursos sociais de trabalhadores entre a Bolívia e a indústria de confecções das cidades de destino” que nos ajudou a compreender a dinâmica migratória no contexto dos bolivianos a partir da economia étnica. Segundo a autora, os imigrantes saem de suas cidades de origem para as cidades de destino com contrato de trabalho definido anteriormente em seus países e se inserem na indústria da confecção mediante acordos que financiam sua permanência no nicho laboral específico.

Quanto aos bancos de dados e temas referenciados sobre a imigração há uma pluralidade. Um dos primeiros grupos de informação que conhecemos foi o Núcleo Interdisciplinar de Estudos Migratórios – NIEM coordenado pelo pesquisador Helion Póvoa Neto e vinculado ao Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano da UFRJ, no qual agrega notícias e informes de pesquisa ligada à imigração em diferentes áreas de abordagens. Existe, também, Instituto de Migração e Direitos Humanos –IMDH, fundado em 1999, como uma entidade filantrópica, voltada para a cidadania de migrantes e refugiados, realizando atividades jurídicas, sociais e humanitária para o acolhimento e integração da população migrante. Além disso, esse instituto é vinculado a Congregação das Irmãs Scalabrinianas em parceria com outras instituições da sociedade e mais de 50 entidades da rede solidária para migrantes e refugiados e coordena uma revista e publicações vinculadas à temática em questão.

Outra instituição consultada para este trabalho foi a *Missão Paz* que é vinculada a Congregação dos Missionários de São Carlos – Scalabrinianos – é uma instituição internacional de religiosos, que funcionam em 34 países dos cinco continentes do globo, sendo uma instituição centenária fundada em 28 de novembro de 1887 por João Batista Scalabrini (1839-1905), Itália. Em São Paulo esta instituição possui mais de 50 funcionários e muitos voluntários que realizam um trabalho em rede com acesso em diferentes línguas.

Também realiza eventos, possui uma escola, agrega uma paróquia, possui uma revista de estudos migratórios denominada *Travessia* e tem um centro de documentação com variados tipos de fontes referentes à imigração no Brasil e no mundo.

O Museu da Imigração é outra instituição que dispõe de um acervo de fontes de diferentes épocas. Além disso, a política atual do museu também se direciona às atividades que contemplem a diversidade de vieses sobre população migrante no Brasil.

Quanto às bases digitais existentes há um variado número, tais como o *migramundo*, site que agrega notícias, reportagens sobre a temática migratória que acontece no Brasil e no mundo. Além destes, existe o *Cosmópolis* ligado ao Instituto de Relações Internacionais da USP que agrega a legislação, eventos, notícias, trabalhos acadêmicos em diferentes idiomas, além de terem produzido um diagnóstico/ebook em parceria com a Coordenação de Políticas para Migrantes (CPMig) da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania de São Paulo – com desdobramentos em Educação, Habitação, Trabalho, Saúde, Cultura, Assistência e Desenvolvimento Regional e prefeituras- sobre o acesso à política pública da população migrante no município de São Paulo.

Há também as organizações da sociedade civil: CAMI, Equipe de base Warmis – convergência das culturas, Cáritas Arquidiocesana de São Paulo, CDHIC, Conectas, Presença América Latina, Sefras, BibliASPA.

Outras instituições importantes que detêm base de dados para consultas são as entidades internacionais: Organização Internacional do Trabalho –OIT, cujos últimos relatórios referentes ao trabalho análogo ao de escravo no Brasil serviram de fonte para esta tese. Outra instituição é o Alto Comissariado da ONU para Refugiados – ACNUR, cujo escritório em São Paulo realiza trabalhos com diferentes ações aos refugiados, e a Organização Internacional para Imigração – OIM, que funciona em rede com outras organizações intergovernamentais no trato às questões de imigração com escritórios em vários países.

Quanto às instituições governamentais do Estado brasileiro destacamos os relatórios e bases de dados do Ministério Público, Ministério Público do Trabalho, Polícia Federal, Defensoria Pública da União, além de instituições estaduais e municipais. Essas instituições governamentais e não governamentais, assim como sua base de dados, são impreteríveis a quem se interessa pelo tema das migrações e temas interseccionais do Estado. Essas plataformas contêm base de dados importantes para o pesquisador e nos ajudaram a ampliar os vieses sobre a temática de nossa pesquisa.

Procedimentos de pesquisa

A tese partiu dos seguintes procedimentos: primeiramente, foram realizadas 30 entrevistas, fundamentadas em aportes metodológicos da história oral com o objetivo de mapear as imigrações mencionadas. O segundo momento, foi a consulta de 11 entrevistas de história de vida do projeto “Mulheres em movimento: migração e mobilização feminina no Estado de São Paulo” pertencente ao arquivo de história oral do Museu da Imigração de São Paulo, além disso, realizamos visitas às instituições governamentais e não governamentais que trabalham com o acolhimento dessa população no município de São Paulo.

A documentação básica analisada ao longo da tese foi composta por 40 entrevistas no total. Foram priorizadas aquelas que forneceram mais elementos para encaminhar as discussões da pesquisa.

Dentro dos procedimentos de pesquisa seguimos especificamente a proposta da história oral de vida e história oral temática, porque estas se diferenciam de outras abordagens – tradição oral. Trata-se; pois, de uma forma de registro das experiências individuais levando em conta os aspectos subjetivos dos participantes da pesquisa e do pesquisador e consiste em um gênero que permitiu construir possibilidades de aproximação dos modos como os indivíduos vivenciam as questões econômicas, políticas, ideológicas e culturais que foram abordadas neste trabalho.

Dessa maneira, então, na constituição das narrativas, não procuramos somente *informações* sobre as políticas migratórias, uma vez que o que se busca é trazer para o campo da história contemporânea brasileira o sujeito e a sua versão acerca de como os acontecimentos históricos se desenrolaram e influenciam sua vida atual e ainda como constroem sua própria história. Para Meihy, a história oral de vida “trata-se da narrativa do conjunto da trajetória de vida de uma pessoa. Isto coloca outros problemas como o significado social de histórias pessoais e/ou sua representatividade e sentido social”⁷ (2008, p. 146). Ou seja, por essa perspectiva a história oral de vida precisa ser cotejada com outras histórias de vida para ganhar sentido coletivo e social.

O colaborador teve liberdade para escolher o espaço para gravação de sua entrevista, pois sua escolha foi significativa ao apontar afinidades e motivos com o lugar escolhido. Segundo Meihy⁸, as lembranças individuais são organizadas segundo uma lógica subjetiva que seleciona e articula elementos que nem sempre correspondem aos fatos concretos,

⁷ MEIHY, José Carlos Sebe Bom. Palavras aos jovens oralistas: entrevistas em história oral. *Oralidades: Revista de História Oral*, São Paulo, Ano I, n. 03, jan./jun. 2008, p. 141-150.

⁸ MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Manual de História oral*. 5 ed., São Paulo: Loyola, 2005.

objetivos e materiais. A independência delas se explica pela capacidade de individuação. Por isso, a memória individual, para a história oral de vida, só tem sentido mediante sua inscrição no conjunto social das demais memórias ou entrevistas.

A partir da memória individual/coletiva e os processos que explicam o repertório das reminiscências de um grupo, foi realizada essa pesquisa. A memória coletiva é construída pela força de fatores externos que circunscrevem um determinado grupo, marcando sua identidade grupal. A memória coletiva é reconhecida no cruzamento de temas comuns – identidade – das narrativas individuais e de grupos específicos.

Em síntese, as redes da pesquisa foram distribuídas da seguinte forma: 1) Por operadores do direito que trabalham nas instituições do Estado com questões relacionadas a temática da migração e refúgio; 2) Com agentes das instituições não governamentais que trabalham com acolhimento e direitos humanos à população migrante; 3) Com mulheres ativistas e homens imigrantes no Brasil.

O conjunto de procedimentos escolhido foram: pré-entrevista – primeiros contatos, esclarecimentos sobre os caminhos trilhados pela pesquisadora para chegar a cada um dos colaboradores, apresentação dos objetivos do projeto e alguns procedimentos, conhecimento prévio da história pessoal e preparação do material e da pauta –; realização da entrevista (gravação, agradecimentos e meios de contato); elaboração do caderno de campo; transcrição, textualização, transcrição das entrevistas; realização da pós-entrevista – que consiste na conferência das entrevistas pelos colaboradores, coleta da autorização para uso da entrevista e carta de cessão; elaboração de resumo para arquivamento; publicação e devolução aos entrevistados.

As entrevistas passaram pelo processo de transcrição visando a transformação do texto oral em texto escrito. Esse procedimento permitiu a geração de um núcleo documental para dialogar com a historiografia já existente sobre os processos de imigração/deslocamentos, circulação, fronteira política, questões de trabalho e gênero. Cabe dizer que o conceito de *transcrição*⁹ surgiu a partir de um processo de tradução que Octávio Paz e Haroldo de Campos (1986) desenvolveram no campo da tradução de poesias. Para ambos, a tradução de poesias deveria manter o sentido da mensagem de uma estrutura linguística para outra, recriando-se, assim, a áurea da mensagem primeira. Valendo-se do

⁹ HOLANDA, Fabíola; MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *História Oral: como fazer como pensar*. São Paulo: Contexto, 2007.

debate da transcrição na poesia, Meihy incorporou e aplicou esse conceito, mediante adaptação, às entrevistas de história oral.

A análise do material confeccionado para tese foi realizada mediante a abordagem das entrevistas em sua autonomia, o que significa privilegiar as singularidades contidas em cada uma delas, e também em sua articulação com as outras entrevistas em redes temáticas, e o que implicou na construção de uma teia de explicações históricas e sociais que deram mote à dinâmica social envolvida no processo que nos propomos a analisar.

Além do conjunto de 40 entrevistas utilizadas como *corpus documental* para esta pesquisa, do mesmo modo fizemos uso de leis e fontes jurídicas, relatório da OIT sobre trabalho escravo no Brasil no século XXI, o relatório sobre Tráfico de Pessoas e Trabalho Escravo no Estado de São Paulo desenvolvido pelo Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas da Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania. Fizemos uso da jurisprudência sobre imigração no Brasil, além das fontes jornalísticas e obras que discutem a temática.

Acreditamos que os objetivos desta tese contribuem para o campo dos estudos migratórios porque construímos uma rede dialógica de entrevistas que lança luzes sobre a política de imigração no Brasil. Esse percurso empírico delineou que o campo político e jurídico é atravessado por relações de poder, disputas e ambiguidades que transparecem nos discursos dos operadores das instituições governamentais, dos agentes das instituições não governamentais e dos imigrantes. Ao utilizarmos a história oral como ferramenta de pesquisa, retira-se o discurso da “neutralidade” no campo da produção do conhecimento e, assim, nos aproxima de formas sensíveis, procedimentais para compreender o que muitos pesquisadores denominam como “objeto de estudo”.

Surgiu, então, a proposta de articular a experiência dos narradores à imigração como dimensão do vivido, dada a partir do substrato teórico da crítica à vida cotidiana de Henri Lefebvre¹⁰, no qual elabora elementos para pensar, construindo aportes teóricos sobre a vida cotidiana dos sujeitos modernos. Nessa obra, o cotidiano é instaurado “quando as pessoas são levadas a agir, a repetir gestos e atos numa rotina de procedimentos que não lhes pertence nem está sob seu domínio. A vida cotidiana começa a nascer quando as ações e relações sociais já não se relacionam com a necessidade e a possibilidade de compreendê-las e de explicá-las, ainda que por meios místicos ou religiosos; o resultado obtido é necessariamente produto do que se quer ou do que se pensa ter feito”. As representações da vida cotidiana tornam-se possíveis mediante o entrelaçamento entre o conhecimento e o vivido. Para este

¹⁰ LEFEBVRE, Henri. *Critique de la vie quotidienne*. Paris: L’Arche, 1958, v. 1. Do mesmo autor LEFEBVRE, Henri. *A vida cotidiana no mundo moderno*. São Paulo: Ática, 1991.

teórico, as representações constituem a mediação dialética entre o ser e o conhecer, entre as palavras e suas representações, entre a dimensão do vivido, esfera pessoal, mas também social e coletiva; e o concebido, a teoria e suas representações. A partir deste suposto, o percebido é compreendido como dimensão interpretada pelos sujeitos que vivenciam a experiência e a praticam, uma vez que não se pode “compreender e viver uma situação sem representá-la”, tal como não se pode transformar os condicionantes no qual os sujeitos estão imersos, sem uma crítica às representações que dela se faz¹¹.

Dentre o conjunto teórico formulado por Lefebvre estão as noções de realidade; o vivido e o viver e a ambiguidade. Assim, a noção de realidade é uma das dimensões centrais que constitui o pensamento cotidiano, uma vez que é no cotidiano que o real é identificado como o tangível, existente, e de tal modo, há uma dialética contida nessa ideia, pois o real é tanto vivido quanto representado por meio de construções simbólicas que aglutinam as esferas do real enquanto dimensão materializada pelas práticas sociais. Existe uma dialética entre o real e o virtual, entre ausência e presença, entre existência e devir. Desse modo, assim como a realidade é constructo de uma virtualidade social, a esfera virtual do qual a realidade é construída também o é, uma vez que pode ser modificada pelas ações dos sujeitos imbuídos por desejos e utopia para seus devires.

Arelada a essa concepção dialética da realidade, encontra-se a noção de vivido e sua relação com o viver. O vivido, enquanto categoria sociológica estaria relacionada ao conjunto de experiências vivenciadas pelos sujeitos e materializadas na esfera da vida cotidiana. Para Lefebvre, o vivido se definiria por uma tomada de consciência prática no mundo. Esta consciência comporta mudanças de perspectivas a partir de um centro dado e de uma esfera social instituída. Esse deslocamento da consciência permite que o indivíduo mude de perspectiva a partir das práticas sociais para as quais a sua consciência é mobilizada, fazendo com que o vivido se “realize constantemente nas tramas das relações pessoais que define sua esfera de realidade”¹² No entanto, o vivido não funciona sem o seu par dialético que é o viver. Para tal autor, o viver é da “ordem da expectativa da experiência, no sentido de que estaria carregado de uma certa consciência do possível, ou seja, da experiência possível e concebida da experiência”¹³ Assim, o viver é caracterizado por sua virtualidade e presença, por sua dimensão simbólica da realidade, e o vivido é a concretização da experiência humana no

¹¹ NASSER, Ana Cristina Arantes. A Sociologia da Vida Cotidiana e a Formação de uma Geração. In: Política & trabalho. *Revista de Ciências Sociais*, n. 39, Outubro de 2013, pp. 127-138.

¹² LACOMBE, Marcelo S. Masset. Os fundamentos marxistas de uma sociologia do cotidiano. *Revista Outubro*, n. 17, p. 164

¹³ Idem

espaço/tempo da vida cotidiana. No entanto, vivido e viver são categorias dialéticas, contraditórias que se complementam, marcando a relação entre a experiência dos sujeitos envolvidos nas tramas sociais e as suas representações enquanto prática que permitem que os sujeitos analisem os contextos no qual estão inseridos. Dessa maneira, o vivido torna-se uma experiência dramática da vida, amalgamando contradições e conflitos inerentes à esfera do viver, uma vez que o movimento da dramatização do vivido pela consciência dos sujeitos implica em escolha, julgamento e ação em forma de teatralização do vivido num jogo dialético entre a dimensão simbólica e as representações do vivido que podem ser desnaturalizadas pelos sujeitos envolvidos em tais tramas sociais¹⁴.

Outra noção fundamental para Lefebvre é da ambiguidade, conceito este diretamente ligado ao vivido e ao viver, posto estar relacionado à dimensão da banalidade e da superficialidade da vida cotidiana, as quais dissimulam as contradições do viver, teatralizando as relações de força e dissimulando as relações sociais da realidade. A ambiguidade é circunstância social em que indivíduos ou grupos sociais empregam uma indiferença em relação aos conflitos e contradições da sociedade e é o lugar onde as ambiguidades sociais não se resolvem e suas possibilidades de devir não concretizadas. A partir daí explica-se porque a ambiguidade é efetuada pelos dramas sociais teatralizados nas escolhas ambíguas dos indivíduos.

De tal modo, o cotidiano é esfera na qual é possível fazer a crítica das dramatizações sociais para desconstruir as relações de forças que envolvem os sujeitos na sua teatralidade da vida cotidiana e desconstruir suas dissimulações.

Desse modo, foi possível relacionar as categorias de migração à dimensão social do vivido elaborado por Henri Lefebvre ao compreendermos como os imigrantes vivenciam a experiência da migração e como a representam no espaço/tempo, marcando, assim, o seu processo de deslocamento para o Brasil. São com essas categorias, assim como com outras noções teóricas que a migração como construção social do vivido foi amalgamada pelos sujeitos da pesquisa, ou seja, como a experiência do processo migratório foi sintetizada pela percepção dos sujeitos envolvidos em tal ação: dimensão do viver, construção simbólica, virtual, real da migração.

A opção por realizar uma pesquisa sobre migração a partir dos procedimentos da história oral possibilitou pensar questões relacionadas à imigração a partir de um tipo mais

¹⁴ LEFEBVRE, Henri. *Critique de la vie quotidienne*. Paris: L'Arche, 1961, v. 2.

sensível em se produzir conhecimento, o qual tenha como mote entender a dinâmica histórica a partir da experiência dos sujeitos envolvidos.

Desse modo, o Núcleo de Estudos em História Oral da USP coordenado pelo professor José Carlos Sebe Bom Meihy é um grande grupo de pesquisa que exercita, de diferentes maneiras, formas de como fazer e pensar a história oral no Brasil. Nesse espaço, foi fomentado o percurso que essa pesquisa trilhou ao ser materializada na tese que outrora pensamos como um projeto de partida.

O primeiro capítulo da tese exhibe a história do projeto de pesquisa, a experiência em/de campo e inscreve-se o processo de construção das narrativas de história oral de vida e histórica temática nas idas e vindas a campo. Assim, a prática de trabalho com a história oral é um labor vivo, em que a memória estará sempre num processo de elaboração e reelaboração quando é evocada pelo eu que narra essa memória, daí a circularidade daqueles que fazem história oral como uma forma de produzir conhecimento. E por fim, apresentamos as considerações finais de trajeto de pesquisa sempre em movimento.

O segundo capítulo apresenta o panorama histórico da imigração no Brasil, discute o estatuto do estrangeiro, propõe uma análise do ser social, político e jurídico do imigrante. Além disso, estabelece uma discussão sobre a definição de Estado, fronteira política e a sociedade civil a partir da problemática em estudo. Do mesmo modo, apresenta como foi constituída a política pública para a população migrante na cidade de São Paulo e alinhava o discurso das mulheres ativistas ao realizar a crítica ao Estado no que compete ao acesso aos direitos à população imigrante.

O terceiro capítulo, apresenta a definição do trabalho e suas interconexões com a imigração econômica, o trabalho precarizado e flexível. Desse modo, encaminha a discussão para o setor da precarização do trabalho ligado à atividade produtiva no sistema têxtil em que há uma grande incidência da população imigrante. Assim, apresenta uma leitura da invisibilidade migratória e alienação produtiva em tais setores. Neste capítulo, alinhavamos as entrevistas realizadas com os operadores do direito que atuam nas instituições governamentais e não governamentais para compreendermos como as ferramentas jurídicas que averiguam a aplicabilidade na área do direito do trabalho a partir de uma perspectiva dos direitos humanos.

No quarto capítulo, é apresentada a interseccionalidade das entrevistas das mulheres imigrantes residentes da cidade de São Paulo, assim como é analisado o projeto político da frente de mulheres imigrantes e refugiadas na cidade como um discurso que produz a crítica ao Estado em busca do direito de poder exercer a cidadania. Além disso, é apresentada uma

discussão sobre gênero e resistência nos coletivos de mulheres imigrante e delinea-se a problemática invisível da violência de gênero vivida por muitas mulheres imigrante na cidade.

No quinto capítulo é dada continuidade a temática feminina e são apresentadas questões relacionadas à imigração e o acesso à saúde da mulher no Brasil, com exclusividade do acesso à população migrante no município de São Paulo, enfatizando os problemas enfrentados no acesso à esfera pública. Do mesmo modo, é apresentada uma discussão em torno da autonomia das mulheres imigrantes na luta por equidade nas relações sociais. Também foi realizada uma discussão sobre a importância da interculturalidade no campo educacional como uma perspectiva para desconstruir o preconceito e estabelecer pontes dialógicas com a diversidade cultural que existe no Brasil.

Enfim, nas considerações finais retoma-se a hipótese da pesquisa, além de indicar a luta, resistência migrante como um mecanismo de construção e acinamentos para cidadania do migrante. A metrópole migrante é vista como um espaço atravessado por escalas, redes, processos, na qual o migrante ocupa uma representação política fundamental para entender os deslocamentos e as modificações do capitalismo no século XXI.

CAPÍTULO 1

FRONTEIRAS PERCORRIDAS

Quando falamos de *história oral*, entretanto, também nos referimos a algo mais específico. Mais do que uma ferramenta adicional, por vezes secundária, na panóplia do historiador, as fontes orais são utilizadas como o eixo de um outro tipo de trabalho histórico, no qual questões ligadas a memória, narrativa, subjetividade e diálogo moldam a própria agenda do historiador. Quando é esse o caso, o uso crítico das fontes orais requer abordagens e procedimentos específicos, adequados à sua natureza particular e forma particulares. Ao contrário da maioria dos documentos históricos, as fontes orais são *encontradas*, mas *cocriadas* pelo historiador. Elas não existiriam sob a forma em que existem sem a presença, o estímulo e o papel ativo do historiador na entrevista feita em campo.

Fontes orais são geradas em uma troca dialógica, a *entrevista*: literalmente, em troca de olhares. Nessa troca, perguntas e respostas não vão necessariamente em uma única direção. A agenda do historiador deve corresponder à agenda do narrador; mas o que o historiador quer saber pode não necessariamente coincidir com o que o narrador quer contar. Como consequência, toda a agenda da pesquisa pode ser radicalmente revista.

Alessandro Portelli

Da mesma maneira que os fragmentos de uma ânfora, para que se possa reconstruir o todo, devem combinar uns com os outros nos mínimos detalhes, apesar de não precisarem ser iguais, a tradução, em lugar de se fazer semelhante ao sentido original, deve, de maneira amorosa e detalhada, passar para sua própria língua o modo de significar do original; assim como os pedaços partidos são reconhecíveis como fragmentos de uma mesma ânfora, o original e a tradução devem ser identificados como fragmentos de uma linguagem maior.

Walter Benjamin

1.1 *Da história de um projeto às experiências em/ de Campo*

A escolha por esse tema de pesquisa advém da necessidade de refletir, em princípio, a fronteira amazônica atreladas às questões da mobilidade humana no período do Brasil contemporâneo (1970-2012). Antes, é necessário apontar o que me levou até esta problemática de pesquisa. E para isso, é preciso situar o meu local de enunciação dentro desse percurso de pesquisa.

Durante o momento da minha graduação em História na Universidade Federal de Rondônia, eu tive a oportunidade de realizar uma pesquisa de iniciação científica vinculada ao Centro de Hermenêutica do Presente, na época, coordenado pelo professor Alberto Lins Caldas. Esse docente também era responsável por um projeto guarda-chuva denominado “Nordestinos na Amazônia: história oral com Soldados da Borracha (experiência de dois mundos)”, sob o qual desenvolvi um sub-projeto intitulado “Mulheres no Seringal”¹⁵ que tinha como perspectiva realizar entrevistas com as mulheres que viveram e trabalharam nos seringais da Amazônia e que por diferenciados motivos saíram dos espaços dos seringais, passando a viver, a partir da década de 1970, nas metrópoles amazônicas.

¹⁵ Ffinanciado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq.

A partir do trabalho de campo e das leituras realizadas para a pesquisa, percebi que o trabalho feminino era invisibilizado nos discursos das pessoas que saíram dos seringais, assim como, nos discursos das instituições do Estado Brasileiro, fato que pode ser explicado pelo reduzido número de fontes sobre essas e, em alguns casos, quase ausência de estatísticas do número de mulheres que foram aposentadas, beneficiadas como “Ex-Soldados da Borracha” na Amazônia depois do término da Segunda Guerra Mundial.

Nesse primeiro momento de pesquisa, descobri que a minha família era um dos “Sobreviventes da Fatura”¹⁶ dos antigos seringais da Amazônia, posto que os meus pais saíram do Nordeste durante a década de 1940, ainda crianças, acompanhando seus pais no percurso migratório para trabalharem nos seringais do Estado do Acre; num contexto de efetivação de uma política de Estado durante o período de governo de Getúlio Vargas, que subsidiou a saída de várias famílias nordestinas para trabalharem nos barracões de produção de borracha na Amazônia. Ambos saíram de navio e aportaram em Manaus. A família do meu pai migrou da cidade de Mossoró, no Rio Grande do Norte; e a família de minha mãe, saiu de Morada Nova, no Ceará; ambas em busca de alternativas frente à pobreza e a ausência de recursos materiais em seus lugares de origem.

Nesse ensejo, consegui entrevistar a minha mãe (Maria Zeneida) e descobri que a micro história familiar entrecruzava-se à teia histórica regional, nacional e internacional dos/das trabalhadores/as que produziam borracha na Amazônia brasileira com destino aos campos de batalha da Europa, durante a Segunda Guerra Mundial. A minha família migrou e passou a constituir um dos povos da floresta, habitando na fronteira do Brasil com a Bolívia; lugar em que viveram a infância, adolescência e o início da vida adulta como produtores rurais, seringueiros e colhedores de produtos da floresta.

De acordo com a narrativa de minha mãe, ela acompanhava seu pai (Vicente) na colheita da seringa e o ajudava no trabalho da roça familiar. Assim, a medida que seus irmãos foram casando, passou a ajudar a sua irmã mais velha (Maria) no cuidado dos filhos. Aos 15 anos, Zeneida conheceu um homem alto (Antônio Nunes), de pele branca, despertando o seu interesse por aquele homem com trajes de cetim branco, conhecido como um “homem trabalhador”. Importa dizer que um homem alto, vestido de branco faz alusão a mitologia do boto que se transforma num cavalheiro para conquistar as moças durante os festejos nos antigos seringais. Casaram-se e constituíram sua família.

¹⁶ Era um tempo utilizado pelos seringueiros ao narrarem a fatura que a floresta oferecia em oposição a seca e ausência de mantimentos no sertão do qual saíram.

A minha mãe teve seus cinco primeiros filhos no Acre e quem realizou o parto desses bebês foi a minha avó (Franscisca), que “trouxe esse dom dos antigos¹⁷”. Cabe dizer que a família de minha avó era camponesa e, talvez, os procedimentos de cuidado com o corpo, antes e após o parto, ela tenha aprendido com as mulheres e os “espíritos” de seus antepassados. Para os moradores da vila, minha avó era uma parteira muito requisitada no seringal e detinha um acervo de rezas que era usado quando uma mulher apresentava complicações no parto. Assim, apenas eu, que nasci em Porto Velho, não tive a oportunidade de ter sido trazida ao mundo pela minha avó. Para minha mãe, o cuidado após o parto incluía desde a dieta alimentar regada a caldos, ensopados, até a perda de temperatura do seu corpo e do bebê durante o resguardo. Talvez esse seja um fato que tenha despertado a minha curiosidade durante o processo de costura analítica das entrevistas das mulheres migrantes que sofrem violência obstétrica no contexto atual porque os procedimentos para o parto e pós-parto na medicina ocidental são universalizados.

Em virtude da decadência da produção da borracha e para que seus filhos tivessem a oportunidade de estudarem, meu pai, minha mãe e seus quatro filhos saíram dos seringais e foram residir na cidade de Rio Branco. A filha mais velha faleceu com menos de um ano com “doença de criança” e os outros foram criados na cidade. Não ficaram em Rio Branco, em virtude das dificuldades de trabalho para Antônio e, assim, a família migrou para a cidade de Porto Velho em busca de moradia e oportunidades. Residiram um período de aluguel e depois foram ocupar uma casa de palha – comum no período – próximo ao colégio Petrônio Barcelos, no atual bairro Nova Porto Velho, em Rondônia. Minha mãe ficou sabendo, por intermédio de uma amiga chamada Raimunda, que o exército estava derrubando as casas de palhas dos residentes que não estavam mais nos terrenos cedidos pelo Estado, por estarem alugando o espaço. Aconselhada pela Raimunda, Zeneida aproveitou o momento em que um cabo do exército, denominado Aldo, estava cercando e redistribuindo terrenos no bairro, para conversar e pediu um terreno para residir com seus filhos. No relato de Zeneida, o exército estava armado com tratores, derrubando os “barracos” das pessoas que não estavam mais residindo no lugar estipulado. A Zeneida e a sua amiga Raimunda conversaram com o cabo Aldo, afirmando serem trabalhadoras vindos do Acre com suas/seus filhas/os pequenas/os, precisando de um lugar para morar. Segundo Zeneida, esse homem marcou um terreno com os passos de seu próprio corpo e disse que depois de um ano retornaria para verificar se a

¹⁷ Acredito que Franscisca possuía descendência de alguma etnia indígena do Nordeste. Ela e Vicente produziam chapéus de palha e vendiam nas feiras do Ceará como forma de subsistência. Não tiveram a oportunidade de estudar. Na Amazônia, aprenderam com outros povos da floresta como viver na mata.

família continuaria no local. Deste modo, a minha família conseguiu um lote, no qual é a atual morada de minha mãe. Vale apontar que este episódio narrado por Zeneida está relacionado com o período de implementação de projetos de colonização na Amazônia durante a década de 1970. Rondônia foi uma das frentes de expansão da fronteira agrícola no período.

Depois de vinte e um anos de casados veio a separação e logo Zeneida fez cursos profissionalizantes para poder sustentar a casa e manter sua autonomia perante a família, pois estava cansada da estupidez e do machismo de seu esposo. Gradativamente, durante a adolescência, percebi que as mulheres da minha família, principalmente minhas irmãs, se casaram muito jovens e não tiveram a oportunidade de cursar o Ensino Superior. E, tentando fugir desse destino, procurei engajar-me nos estudos e ter o mínimo de autonomia perante a vida. Ao conseguir entrar no curso de História da Universidade Federal de Rondônia, busquei na pesquisa uma possibilidade de trabalho, além da oportunidade de conhecer a história da região que residia.

Ao realizar entrevistas e estudar a história das mulheres dos seringais da Amazônia, percebi a invisibilidade de suas trajetórias na historiografia do período da borracha na Amazônia. Tive a percepção de que a história e a representação sobre a experiência feminina nos livros de história não davam conta de explicar a luta, os sonhos, os (des) caminhos, as angústias das mulheres que assumiram a casa e a criação das/os filhas/os quando os homens partiam para viver suas jornadas de “heróis” na floresta e no chão quente das cidades amazônicas. As mulheres da floresta e dos seringais criaram estratégias e táticas de sobrevivência para manter seu clã, entretanto pouco ou quase nada dessas histórias ilustravam a bibliografia sobre os seringais da Amazônia.

Ao fim da pesquisa e ao término da graduação em História, busquei na cidade de São Paulo a oportunidade de prosseguir a jornada acadêmica. De modo que o meu vínculo ao Núcleo de Estudos em História Oral (NEHO) foi fruto da rede de pesquisa do Centro de Hermenêutica do Presente na Universidade Federal de Rondônia, posto que o meu antigo orientador e a professora Fabíola Holanda Barbosa tinham realizado seus estudos de pós-graduação na Universidade de São Paulo - USP e coordenavam, junto a outros professores, esse centro de pesquisa. Após três anos frequentando o NEHO, pude ingressar na pós-graduação. Estava curiosa em compreender a trajetória e a mobilidade de latino-americanos em São Paulo – especificamente bolivianos – tentando uma aproximação a um país que faz fronteira com o Estado de Rondônia e desconhecido por mim: a Bolívia. Assim desenvolvi um projeto de pesquisa.

Foi desse modo que cheguei ao meu tema de mestrado, buscando pesquisar o deslocamento de uma família de bolivianos/as (Patzi) e sua rede social afetiva na cidade de São Paulo, além da interconexão da trajetória de bolivianos para outras cidades brasileiras. Durante o trajeto de pesquisa do mestrado, pudemos compreender o percurso migratório dos bolivianos, que migraram em épocas distintas, para as cidades brasileiras. Realizei 27 entrevistas, sendo 17 delas no Brasil e 10 na Bolívia. Essa mobilidade de pessoas existe até os dias atuais, o que demonstra o processo histórico, existente do altiplano boliviano para cidades urbanas bolivianas, e destas para outros deslocamentos para as indústrias de confecção das metrópoles latino-americanas: São Paulo e Buenos Aires.

Finalizado o mestrado e ao acompanhar as notícias de jornais que apontavam um “novo” ciclo de deslocamentos pelas fronteiras da região norte do Brasil, especificamente de haitianos, nigerianos, dominicanos, paquistaneses e de outros lugares da África, Ásia e Caribe é que pensei na possibilidade de desenvolver um projeto de doutorado que pudesse envolver as questões de fronteira e migração, como forma de gradativamente direcionar o meu olhar e práticas de pesquisa de campo para a Amazônia. E assim, surgiu o desdobramento para o tema deste doutorado. Os temas elencados nesta tese, mediante a pesquisa de campo e a produção do material confeccionado pelas entrevistas, de alguma forma, reconectaram-se a pontos que surgiram durante a minha história familiar e na trajetória de pesquisa, mas que foram analisados de forma mais coesa, nesta pesquisa e a partir de outros contextos de pesquisa, quais sejam: o deslocamento do campo para cidade; a interferência e papel do Estado na vida das pessoas; o paternalismo e a exploração no contexto de produção das oficinas de costura; as questões de gênero no processo da mobilidade humana; ausência e efetivação de políticas públicas para mulheres imigrantes no Brasil; as especificidades do corpo feminino no contexto da migração; os processos interculturais; as redes de solidariedade e de coletivos no deslocamento; e tantos contatos e redes que se inter cruzam com a mobilidade humana.

Além disso, a mobilidade para o trabalho e o deslocamento que a minha família vivenciou, acrescentando ao interesse de estudar questões relacionadas a fronteira física e política da circunvizinhança da Amazônia fez com que eu desenvolvesse essa pesquisa. Os caminhos e as fronteiras percorridas por esse trajeto de pesquisa, me levaram a pensar que além das barreiras físicas que os sujeitos da mobilidade enfrentam em suas jornadas cotidianas, existem, também, as fronteiras políticas (internas e externas) que o Estado-nação estabelece ao estipular as normas de regularidade. Logo, essas fronteiras abrem as brechas para a irregularidade, instituídas pela governabilidade dos jogos de força que atravessa o espaço urbano e a esfera do Estado.

Nesse ensejo, a mobilidade e a circulação de pessoas, ideias, objetos, etc, é situacional e relacional, produzida num tempo/espaço específico. Essas mobilidades regional, nacional e transnacional são múltiplas e heterogêneas.

Visualizaremos no conjunto das entrevistas desta pesquisa que as estratégias de mobilidade e os processos de agência dos atores envolvidos criam táticas e redes de ações dentro e fora dos legalismos instituídos, conectando redes locais, nacionais e internacionais no processo de deslocamento.

Perceber, escrever, analisar o campo de estudo é sempre um desafio para qualquer pesquisador/dora que tenha que se debruçar sobre contextos em transformação. Esta pesquisa tomou novos rumos à medida que o campo foi sendo constituído e as entrevistas, gradativamente, tornaram-se o *corpus documental* desse percurso. Este trabalho nasceu com o objetivo de realizar um estudo sobre o deslocamento e a circulação em áreas das fronteiras norte do Brasil, especificamente, nas mediações dos municípios de Assis Brasil, na fronteira do Estado do Acre com o Peru e Brasil; Brasiléia na fronteira do Brasil com a Bolívia, além da pesquisa no município de Tabatinga, na fronteira do Estado do Amazonas com a Colômbia e o Peru. Esse trajeto foi escolhido por que constituem corredores de deslocamentos – brasileiros e estrangeiros – para outras regiões do estado brasileiro.

No decorrer da pesquisa de campo, percebi que a problemática desta tese deslocava-se das regiões fronteiriças do Brasil, uma vez que os imigrantes não ficavam enraizados no Estado do Acre. À medida que conseguiam seus documentos nas fronteiras e adjacências, espriavam-se para regiões com alto índice de desenvolvimento social e urbano e, muitos, como no caso dos haitianos, procuraram inserirem-se em locais de grandes obras de infraestrutura, como foi o caso dos projetos do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC¹⁸.

As primeiras inserções em campo foram realizadas em janeiro de 2012 na cidade de Porto Velho, Estado de Rondônia, capital onde os primeiros contatos foram realizados, especificamente com os haitianos que residiam nas mediações da rua Uruguai do Bairro Nova Porto Velho. Este bairro, assim como outros, tais como: São Cristovão, Embratel, tornaram-se verdadeiros territórios de imigrantes haitianos porque possuem menores distâncias em relação ao centro da capital de Porto Velho, que por sua vez localiza o nicho comercial e laboral da cidade. Os haitianos que alocavam quartos e apartamentos na rua Uruguai costumavam se

¹⁸ Ver CONTINGUIBA, Geraldo. Imigração Haitiana para o Brasil – a relação entre trabalho e processos migratórios. Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Rondônia, 2014.

encontrar em *lan houses*, onde faziam ligações para seus parentes e amigos e, navegavam pela internet.

No crepúsculo era comum ver haitianos sentados debaixo de árvores na frente da vila de apartamentos, ou, partindo para o trabalho, alguns, nas empresas de coleta de lixo da capital. As entrevistas em Porto Velho foram realizadas nas férias de janeiro e julho de 2012, 2013 e 2014, por considerar um espaço privilegiado para acompanhar a inserção dos haitianos no contexto Amazônico.

As entrevistas foram sendo constituídas ao caminhar e, à época, ficava evidente que para pesquisar áreas de fronteira é necessária uma maior inserção ou residência no espaço estudado, para que assim fossem percebidos o cotidiano e as relações que tais sujeitos estabelecem com o espaço social.

Ao mesmo tempo em que buscava construir uma relação de confiança com os imigrantes, se tornava latente a busca de outros pesquisadores de instituições locais e outras regiões do Brasil que procuravam pesquisar a questão da imigração haitiana, ponto fulcral de manchetes de diferentes mídias nacionais e no exterior. Ao realizar as primeiras entrevistas em Porto Velho, percebeu-se que a problemática inicial do projeto estava desaguando em outras áreas, visto que o problema da circulação e deslocamentos em áreas de fronteiras da região norte do Brasil indicava novos rumos.

Logo de início uma dificuldade de comunicação na pesquisa de campo se instalava, a questão da língua na comunicação com os haitianos da rua Uruguai, uma vez que era necessário falar créole ou francês para que houvesse o mínimo de diálogo entre pesquisadora e colaboradores da pesquisa. Compreendeu-se, assim, que o diálogo seria difícil, pois era necessário ter o domínio do créole haitiano, língua falada por uma grande parcela de haitianos residentes na cidade de Porto Velho. Um duelo se instaurava, a pesquisadora era uma mulher brasileira, escolarizada, de pele branca, de traços mestiços que buscava aproximações com uma comunidade caribenha negra, em sua maioria de homens nos quais uma grande parcela tinha domínio de pelo menos dois idiomas. A questão de raça e gênero se colocavam como marcadores sociais de nossas diferenças. No ínterim, avistei que alguns imigrantes falavam espanhol, posto terem residido na República Dominicana, alguns tinham passado por outros países de matriz hispânica como Equador, Colômbia e Panamá, antes de chegarem ao Brasil.

Foi exatamente na fronteira entre o português e o espanhol, em outros casos, até o francês que as nove entrevistas foram realizadas em Porto Velho. Inúmeras tentativas de conversas foram realizadas com as mulheres haitianas, mas poucas falavam português, pelo breve tempo que residiam em Porto Velho e, porque muitas ainda não tinham saído da esfera

doméstica para trabalharem em outros espaços, como atualmente é comum observar algumas trabalhando em setores de serviços ou mesmo estudando em Universidades Públicas do Brasil¹⁹.

A primeira entrevista foi realizada com o Jackson²⁰, um homem alto, aparentemente calmo e que trabalhava na usina hidrelétrica de Santo Antônio²¹. Seu contato foi indicado por Osvaldo, um homem que era um amigo da minha mãe e trabalhava à época na função de encarregado na usina hidrelétrica de Santo Antônio, localizada a sete quilômetros do centro da capital de Porto Velho. A entrevista foi realizada em um espaço coberto ao lado da casa de minha mãe. Conversou numa mistura de portunhol, respondendo pausadamente as questões que eu perguntava, por vezes solicitava a minha interferência para aquilo que deveria organizar como narrativa. Jackson não quis entrar em detalhes sobre a vida dele no Haiti, só disse que era uma vida difícil e que gostou de ter escolhido o Brasil. Disse que estava feliz no Brasil e que, inclusive, tinha se casado atualmente com uma brasileira²². Depois de realizada a entrevista, retornei depois de um ano para Porto Velho e Jackson havia se separado da brasileira e demitido do emprego na hidrelétrica de Santo Antônio. Essa instabilidade no emprego reverberava as condições de trabalho em obras de grande porte no Brasil, visto que todos os setores são terceirizados e, à medida que a obra estava sendo construída muitos trabalhadores eram demitidos. De acordo com especialistas, o ramo da construção civil não é um setor de estabilidade, mas um lugar de passagem, um espaço para entender a dinâmica do trabalho no Brasil e construir relações que os levassem para outras capitais e empregos.

¹⁹ Como é caso do edital que foi aberto em 2014 na Unila para haitianos residentes no Brasil. Nesse edital, consegui ajudar o estudante Demem Toussaint que ingressou no curso de economia, depois de ter residido em Porto Velho e trabalhado na construção da Usina Hidrelétrica de Jirau por quatro anos.

²⁰²⁰ Os nomes citados nessa pesquisa em grande parte são reais. Os colaboradores que solicitaram o anonimato, foram inseridos nomes ficcionais para preservar a posição da pessoa e por questões de ética na pesquisa.

²¹ As usinas de Santo Antônio e de Jirau foram construídas pelo consórcio do grupo Santo Antônio Energia e pelo grupo Odebrecht que trouxeram impactos sócios estruturais para o espaço urbano e rural da faixa territorial; além de haver convergências e divergências na sociedade civil e nos setores políticos sobre as consequências à longo prazo de obras de grande infraestrutura que foram instaladas na Amazônia, sem consulta prévia e sem ter relatórios dos impactos sociais, ambientais e humanos de tais obras. É importante apontar que o PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) é um projeto político que redimensionou a política territorial no Estado de Rondônia no século XXI. Iniciado no governo do PT (2007 – 2010), investiu mais de 30 bilhões apenas no eixo de energia em Rondônia e foi um sucessor do plano econômico Brasil para Todos (PPA 2004-2007), planos que retornaram na meta federal, sendo o PAC uma meta estruturante da dinâmica de desenvolvimento econômico do Brasil no século XXI para a Amazônia. Para maiores detalhes verificar BORGES, Luciana Riça Mourão. *Políticas Territoriais na Fronteira: o programa de aceleração do crescimento e as transformações em Rondônia no início do século XXI*. Dissertação de Mestrado em Geografia Humana. Faculdade Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, 2012.

²² O casamento entre homens haitianos e mulheres brasileiras é compreendido como uma estratégia de inserção na comunidade de destino, assim como, mecanismo para conseguir de formas de rápida e segura a documentação no Brasil.

A segunda entrevista foi realizada com Demen Toussaint, um jovem de 26 anos, formado em Ciências Contábeis, natural de Gonaïves no Haiti. O conheci por intermédio de minha mãe que já havia conversado algumas vezes com ele. No dia que fui apresentada à ele, perguntou o que estava fazendo, que tipo de trabalho realizava. Informei quem era e que sempre voltava nas férias para Amazônia. Ele se mostrou interessado em colaborar e disse que o melhor dia para conversarmos seria num domingo pela manhã, pois era seu dia de folga. Demem trabalhava na Usina Hidrelétrica de Jirau que fica há 100 quilômetros da capital de Porto Velho, no qual residia de segunda-feira à sexta-feira nos alojamentos dos trabalhadores localizados nas mediações do canteiro de obra da usina. Neste período, estava com a cabeça enfaixada por ter sofrido um acidente de trabalho; percebi que não quis falar sobre esse assunto e também não insisti.

A entrevista de Demem foi tranquila, mostrou ser um rapaz objetivo, que respondia tudo de forma sintética; só titubeou quando perguntei sobre o atual contexto do Haiti, ele pensou e disse que seu país estava passando por um período difícil; neste momento, mostrou-se insatisfeito com muitas coisas no trabalho e no espaço que vivia no Brasil. Percebia que não gostava de se misturar com os outros haitianos, mas sempre conversava com um casal de haitianos que residia na vila de apartamentos onde passava os finais de semana. É evangélico e não bebia, não fumava e todo o domingo ia ao culto numa igreja que ficava a um quarteirão. Demonstrou que tinha um grande interesse em estudar no Brasil e que poderia exercer uma profissão digna neste país. Em dezembro de 2014, quando retornei à Porto Velho fiquei observando se o via nas mediações para dizer que ele deveria se inscrever no edital da Universidade de Integração da América Latina (UNILA) em Foz do Iguaçu, pois tinha aberto um edital para imigrantes residentes no país, especificamente para haitianos. Numa tarde de sábado ele apareceu e conversamos, não estava mais trabalhando na usina e em janeiro de 2014 iria para o interior do Paraná. Falei do edital e logo se mostrou interessado, pediu que o ajudasse com a burocracia. O ajudei a elaborar a carta de interesse e os outros documentos ele fez sozinho. No meu retorno para São Paulo, conversamos algumas vezes via rede social *Facebook*, e Demen afirmou ter realizado a inscrição. Em março de 2014 saiu o resultado e Demen ficou em segundo lugar numa classificação de sete candidatos a estudante de economia na UNILA. Enfatizou que estava feliz e que sairia de um município para ir morar em Foz do Iguaçu. A determinação de Demen e sua vontade de mudança foram as marcas que deixou dos encontros que tivemos em Porto Velho.

A terceira entrevista foi realizada com Leonce e Calix. Na verdade, o convite foi feito ao haitiano Leonce, contudo, no momento da entrevista apareceu seu amigo Calix e acabou

sendo uma entrevista realizada com duas pessoas em diálogo, pois na medida em que Leonce ia explicando os acontecimentos do seu trajeto migratório Calix interrompia e falava de outros detalhes²³. A entrevista aconteceu na rua Uruguai ao lado do apartamento que Leonce residia. Disse que antes de vir para o Brasil havia vivido na República Dominicana, país que trabalhou como ajudante de pedreiro e feirante. Não comentou da sua vida escolar e nem explicou como tinha se dado os contatos e como funcionava a rede de pessoas que o trouxeram para o Brasil. Calix foi a segunda voz de Leonce, dando informações de detalhes. O final da entrevista foi conturbado, posto que apareceram mais dois amigos de Leonce para conversar e ao ser perguntado sobre a atual situação do seu país, houve um silêncio e uma troca de olhares; Leonce ia falar, mas Calix conversou em créole e percebi que não era de bom tom que eles falassem mal de seu país. Depois do silêncio, desconversaram, encerrando a entrevista com assuntos cotidianos. Neste período, Leonce estava desempregado e falava em viajar para o Sul do Brasil. Depois de um ano da realização da entrevista, Leonce não estava mais residindo na vila de apartamentos.

A quinta entrevista foi realizada com Beni Sills, um trabalhador do setor de serviços de Porto Velho. Ele havia se organizado para trazer sua esposa e seus dois filhos haitianos para viverem em Porto Velho. Residia na rua Uruguai, em outra vila de apartamentos. É uma pessoa simpática, brincalhona, adora futebol, principalmente porque também é um jogador nato. Participa com seus amigos de torneios em Porto Velho e já havia concedido algumas entrevistas à imprensa local sobre a população haitiana em Porto Velho. Nada o deixava mais bravo do que ser contrariado com preconceitos e xenofobia de alguns moradores locais. Disse que havia mudando de uma antiga vila de apartamentos porque o dono, migrante cearense, o havia chamado de “preto” e o ficava insultando com brincadeiras racistas. Até que um dia o dono da vila o chamou de “preto” e o xingou, o que fez com que ficasse exaltado com locatário e retribuiu o xingamento com um murro no cearense e, logo em seguida, mudou de apartamento. Depois desse episódio, parece que nunca mais o locatário fez esse tipo de brincadeiras com haitianos da rua Uruguai. Por mais que esse episódio pareça algo irrelevante, aponta para uma intersecção entre racismo e xenofobia em Porto Velho²⁴.

²³ A pesquisadora Kramer aponta que nas entrevistas coletivas, entre outros fatores, os colaboradores se mostram mais espontâneos realizando perguntas uns aos outros, “[...] mudando, portanto, de lugar, e assumindo o que seria o papel do entrevistador” (1993, p. 73), resultando em uma experiência de aprendizado mútuo. In KRAMER, S. **Por entre as pedras:** arma e sonho na escola. São Paulo: Ática, 1993. p. 213.

²⁴ Na feira semanal que acontece aos sábados no período matutino na rua Nicaragua, a duas quadras da rua Uruguai, há reverberações de feirantes falando mal dos haitianos que adoram pechinchar e, com isso, outros preconceitos são desencadeados: “*Por que esses haitianos não voltam para o Haiti?, Eles trabalham no Brasil e*

Beni Sills disse ter sido jogador profissional no Haiti, mas que no Brasil se virava como podia. Havia trabalhado na usina de Santo Antônio. No momento da entrevista, trabalhava numa microempresa e estava feliz por estar junto de sua família no Brasil.

A sexta entrevista foi realizada em janeiro de 2014 com Wilguens Marcellus, amigo de Beni Sills. Naquele período, ele residia na vila de apartamentos ao lado da casa da minha mãe. Macellus é de Gonaïves e trabalhava na indústria de carnes de Porto Velho. Tinha trabalhado na usina de Santo Antônio, além de ter sido segurança de uma casa de shows na zona sul de Porto Velho, no bairro Jardim Eldorado. Em tom jocoso disse que tinha deixado de ser segurança da boate, pois o dono o tinha convidado para realizar “programas” e shows no espaço, uma vez que é um homem forte, alto e de boa aparência. Depois do episódio deixou o emprego. Estava tentando tirar a carteira de motorista para conseguir trabalhar em outros setores. A entrevista foi realizada na frente de seu apartamento e, de vez em quando, sua esposa saía para saber do que tanto ele falava. Sua entrevista abordou vários aspectos de sua trajetória de vida e disse que tinha um irmão residindo nos Estados Unidos, que por sua vez o ajudou a imigrar para o Brasil enviando dinheiro.

A sétima entrevista foi realizada em janeiro de 2014 com Leon. Foi um encontro improvisado, pois ele estava passando pela rua Uruguai e parou para pedir uma informação. Falava um português quase sem sotaque, perguntei se ele era haitiano, confirmou. Conversamos um pouco e ele disse que estava atrasado para um compromisso. Leon deixou o número e disse que ligasse num sábado à tarde para conversar sobre como seria a entrevista. Apareceu numa manhã de sábado e disse que estava ocupado, mas que no período da tarde estaria de retorno. Apareceu após o almoço e gravamos a entrevista. Disse que já tinha conhecido os Estados Unidos e que no Brasil tinha casado com uma brasileira e queria levar sua companheira para conhecer o Haiti. A conversa não demorou muito, pois ele estava com pressa e estava fazendo muito barulho na rua naquele dia. Disse que passaria em outro momento, mas não retornou.

Em outro momento para realizar o trabalho de campo em julho de 2014, período que foi realizado a copa do mundo no Brasil, passei 15 dias em Porto Velho e 15 dias no Estado do Acre. Programei-me para ficar mais tempo no Acre, mas em virtude de uma cirurgia em família tive que encurtar o período.

não querem gastar nada no lugar, mandam tudo para o Haiti.” Discursos como esses tem se tornado comum em lugares públicos em Porto Velho.

Fui para o Acre depois do dia 16 de julho de 2014 de ônibus, véspera de um encontro nacional da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) que naquele ano aconteceu em Rio Branco. Na madrugada da terça-feira, ao sair do ônibus para atravessar a balsa do Rio Madeira um episódio chamou atenção: um ônibus que saiu do Acre com destino a Porto Velho da empresa Viação Rondônia tinha mais de 70% de seus integrantes compostos por Haitianos que estavam a caminho de São Paulo. Provavelmente, aquela era a rota mais utilizada, uma vez que muitos trocavam de ônibus na rodoviária de Porto Velho – RO, enquanto outros ficavam uns dias naquela capital até seguirem com destinos as regiões Sul e Sudeste do Brasil.

Esperamos a balsa ancorar na margem do lado de cá do rio, olhando o luar e encobertos pela poeira fofa da última cheia que ilhou vários municípios e regiões do Acre e de Rondônia. Chegando em Rio Branco, no outro dia pela manhã, fui para casa de uns parentes. Na cidade estabeleci contatos com integrantes da Pastoral do Imigrante e agentes da Secretaria de Direitos Humanos do Estado do Acre. Uma grande parcela dos agentes de movimentos sociais estava acompanhando a SBPC Indígena e a SBPC extrativista na Universidade Federal do Acre. Fui para a Universidade atrás dos contatos de professores da instituição e dos contatos da secretaria, onde tive a sorte de encontrar Raimunda Bezerra da Secretaria de Direitos Humanos e marquei um encontro no intervalo para a hora do almoço. Conversamos e ela logo passou os contatos de Damião Borges que acompanhou diretamente a chegada de imigrantes haitianos e, naquele momento, de senegaleses no Acre. Conversamos sobre o trabalho que ela desenvolve na secretaria e ela indicou o contato de Maria, uma refugiada colombiana que residia no Acre.

Depois deste breve encontro, nos despedimos, pois ela ia para uma atividade junto aos movimentos sociais dos povos da floresta. Liguei para Maria e marcamos de conversar no local estipulado por ela. Encontramo-nos depois de dois dias e a conversa durou em torno de uma hora. Deixou sua terra por fruto de perseguições políticas e ameaças a ela e a sua família. Disse que aos poucos estava reconstruindo sua vida e que tinha vindo de uma cidade muito pequena, rural. Maria carregava dores do qual não havia superado, mas que os movimentos sociais no Acre e o trabalho da sua família estavam dando suporte para construir sua casa no Brasil.

Na casa da minha tia, irmã da minha mãe, que reside num bairro na zona norte de Rio Branco, fiquei sabendo dos trabalhos de Padre Onac. Esse padre haitiano, atual pároco do bairro, também exercia a função de tradutor e negociador, das questões dos haitianos que viviam em Rio Branco, perante o governo. Consegui o contato do Padre Onac junto a Pastoral

do Imigrante do Acre²⁵. Liguei para o padre que no mesmo dia poderia me receber para conversarmos. Marcou para as 15 horas. Recebeu-me em sua paróquia, narrou um pouco da sua inserção na comunidade e contou sobre seu trabalho com os haitianos. Falava um português fluente, apesar de um leve sotaque. Discorreu, muito por cima, das questões e não quis entrar em detalhes. Apontou as dificuldades de comunicação dos haitianos no Brasil e citou a vulnerabilidade dos imigrantes que atravessavam a fronteira do Equador para o Peru perante os grupos de contrabandistas. Esses se aproveitavam da falta de informação e do medo dos imigrantes para extorquir o dinheiro dos haitianos, ameaçando-os ao falar de deportação. Disse que a prefeitura de Rio Branco e a pastoral do imigrante estavam traduzindo cartilhas e materiais para falar dos direitos dos imigrantes quanto à violação de direitos no Brasil e na fronteira.

Também consegui os contatos do padre Geraldo que atuava no município de Assis Brasil, na fronteira da Bolívia com o Peru, na Pastoral do Imigrante. Ao telefone falou de um encontro que iria acontecer na fronteira junto a outros representantes pastorais, inclusive, a Irmã Rosita Milesi do Instituto de Migrações e Direitos Humanos de Brasília, que estaria presente para debater a questão da migração em fronteira. Marcamos de conversar e na semana seguinte o encontrei em Assis Brasil. Cheguei pela manhã no município. O padre Geraldo estava ocupado, peguei um taxi e fui para Iñapari, município peruano que fica logo depois da Ponte da Amizade, marco que divide os dois países: Brasil e Peru. Era a semana de comemoração da Independência do Peru e o município estava em festa.

Nesse momento, andei pelo centro da cidade, tirei fotos e observei a paisagem amazônica do lugar. O rio que a ponte interligava estava seco e dava para atravessar a fronteira a pé. Voltei para Assis Brasil, pois havia marcado de encontrar o Padre Geraldo por volta das 18 horas na igreja central. Conversamos e ele me levou para conhecer o bairro que habitava. Contou sobre as dificuldades de construir políticas de base na Amazônia e de reunir pessoas que se sensibilizassem por questões sociais e religiosas. Um dos motivos pode ter sido o aumento do número de igrejas evangélicas na fronteira. Fomos jantar em um restaurante de amigos da paróquia e depois da conversa junto com outro padre espanhol do município de Tabatinga, fronteira com a Colômbia; me deixaram no hotel. O padre narrou os problemas que os povos indígenas da região enfrentam frente à falta de recursos que não chegam às aldeias (e que quando chegam, eram megafaturados). Além dos serviços públicos

²⁵ A pastoral do Migrante desenvolve um trabalho com os haitianos e com outros grupos de imigrantes que por lá estavam como: colombianos, peruanos, bolivianos, uma vez que é um estado de fronteira com conexão para o pacífico

insuficientes, apontou os problemas relacionados a corrupção de atores sociais importantes do lugar. Enfatizou que muitas instituições do Estado só iam às aldeias em época de eleição, relatando as distâncias entre sociedade civil e o Estado.

No dia seguinte, fui para a Praça central locar um táxi que iria me deixar em Brasileia, na fronteira com a Bolívia. Esperei umas três horas até o táxi completar a lotação e partir. Aos poucos, a paisagem de floresta se transformava em pasto. Cheguei a Brasileia por volta do meio dia e liguei para Damião Borges de Melo, funcionário da prefeitura de Brasileia, que atuou diretamente com imigrantes haitianos no tempo que funcionou o alojamento temporário na fronteira. Marcou na praça onde muitos haitianos passavam as tardes, localizada na frente do antigo prédio do alojamento. Mostrou-se simpático e falou das dificuldades, da rota, do preconceito, do auxílio do governo do Acre, da falta de estrutura da cidade para receber pessoas e da aprendizagem que teve ao trabalhar com esse grupo. Um dado importante que esse citou foi que muitas crianças chegavam a Brasileia para seguir com destino ao Suriname e a Guiana Francesa na fronteira com o estado brasileiro do Amapá, outro eixo da fronteira norte, daí a ênfase ao falar que muitos haitianos estavam de passagem para outros países. Assim, o Acre se tornava apenas um lugar de descanso para outras rotas. À tarde fui à Cobija no Departamento do Pando na Bolívia e esperei até o fim da tarde para pegar o táxi e retornar para Rio Branco. Havia marcado de visitar a Chácara Esperança na manhã de um sábado com o Padre Onac.

A chácara Esperança, em Rio Branco, foi o local para onde eram encaminhados os imigrantes haitianos, senegaleses e indianos de Bangladesh depois da desativação do antigo local em que estes ficavam, junto ao parque de exposição na capital. A chácara possui dormitórios, quadra de futebol, um espaço grande que é utilizado como refeitório, banheiros instalados para atender a demanda de pessoas em deslocamento e quartos masculinos e femininos. O tradutor do grupo é um engenheiro formado pela Universidade de São Paulo e tinha facilidade com idiomas por ter residido na França e na Espanha, dialogando em francês com o grupo. Fui bem recepcionada pelas pessoas, no princípio achavam que eu era da imprensa de outro Estado. Conversei com alguns haitianos e com um grupo da República Dominicana que até aquele momento só falavam bem do governo Brasileiro. Disseram que iam para São Paulo e que estavam esperando os documentos deles ficarem prontos: visto humanitário, carteira de trabalho, para seguirem viagem. Depois deste percurso, retornei de ônibus para Porto Velho no domingo à noite. Não consegui entrar em contato com o secretário de políticas públicas do Estado do Acre para conversar sobre questões relacionadas a gestão dos fluxos migratórios na região e o conflito diplomático que estava ocorrendo entre

estados, em decorrência do Governo de São Paulo não aceitar a política acreana de fretamento de ônibus e encaminhamento de migrantes para o Estado de São Paulo.

A próxima etapa do trabalho de campo foi realizada em dezembro de 2014 e janeiro de 2015, momento que entrevistei dois haitianos e uma irmã italiana da Pastoral do Imigrante em Porto Velho.

Quase toda vez que ia à Porto Velho observava um barbeiro haitiano, do lado da casa da minha mãe, que passava o dia inteiro de sábado e domingo fazendo os cabelos dos haitianos, em sua grande maioria homens, posto que as mulheres tinham outras mulheres que faziam as tranças e apliques em cabelos deixando-as de visual novo. O barbeiro, Wilman Alexandre, era um homem alto, elegante e altivo. Num dia ele passou pela frente da casa de minha mãe e puxei conversa. Ele perguntou o que eu fazia, expliquei e indaguei se ele conversaria comigo sobre sua experiência no Brasil. Logo aceitou, marcando a entrevista para uma segunda-feira, ou, outro dia da semana que estivesse menos atarefado. Disse que tinha que ser logo, pois iria passar dois meses no Haiti, e visitaria os seus parentes nos Estados Unidos. Só depois retornaria para Porto Velho. Mesmo tendo formação superior gostava de cortar cabelo, técnica que aprendeu sozinho, segundo disse, no Haiti. Falou que havia trabalhado muito tempo na Hidrelétrica de Jirau, mas que agora iria montar um negócio próprio, um salão. Já tinha montado uma *lan house* em parceria com um casal de amigos haitianos e esperava o momento certo para isso, uma vez que iria aos Estados Unidos comprar algumas coisas para encaminhar esse plano.

Outra entrevista foi com Pierrelus Pierre, um haitiano que falava português e era pastor pela Assembleia de Deus de Porto Velho. Quando o conheci, numa tarde de sábado ao lado de uma *lan house* disse que era micro empresário e trabalhava no ramo da construção civil. Estava atrás de um pequeno espaço para alugar e montar seu escritório, pois já tinham produzido obras de pequeno porte em Porto Velho e achava que poderia aproveitar para conseguir alguns trabalhos no ramo. Neste dia não falou sobre religião e deixou o seu cartão para que eu ligasse, caso quisesse marcar a entrevista. Liguei durante a semana e ele marcou na igreja Assembleia de Deus. A entrevista foi realizada na sala de aula. Tudo ressoava a religião e superação de obstáculos. Perguntava sobre o Haiti, ele respondia, mas não queria se aprofundar. Disse que tinha residido na República Dominicana onde havia constituído um casamento e deixado quatro filhos. Não comentou detalhes dos filhos e nem do casamento que

havia deixado para trás, entretanto, contou que estava em busca de uma relação estável para constituir família no Brasil. Afirmou que gostava do Brasil e que já tinha conhecido vários lugares em missão pela Igreja. O achei receptivo. Deixou muitos motivos sem explicação.

Outra entrevista foi realizada com Irmã Iris da Pastoral do Imigrante de Porto Velho. Durou apenas vinte minutos, pois essa tinha sido designada a pouco tempo para aquela função. Irmã Iris enfatizou que um dos maiores problemas estava relacionado a documentação dos bolivianos residentes em Porto Velho, uma vez que, por muitos anos, não oficializavam a sua situação e viam-se, depois de um tempo, prejudicados por estarem nessa condição, por não poder ativar seus direitos no Brasil. Comentou sobre o projeto em parceria com a Universidade Federal de Rondônia para ensinar português aos haitianos que viviam na capital. Além disso, narrou brevemente sua experiência na Itália, enfatizando que o contexto amazônico era outro. No fim, desculpou-se por não oferecer muitas informações.

Um dia, sentada na frente da casa de minha mãe, local onde costumava passar uma grande parte do dia observando o movimento dos haitianos, pedi a uma senhora haitiana que tinha se aproximado da casa, para criar ou estabelecer um espaço de diálogo, que fizesse umas tranças em minha cabeça pois sempre a via colocando apliques, fazendo tranças em outras mulheres da vila de apartamentos.

A proposta foi aceita e numa tarde de sábado veio fazer as tranças em minha cabeça que demorou aproximadamente duas horas para serem finalizadas. Conversamos livremente, sem gravação. Ela disse que estava no Brasil há um ano e meio e já havia comprado um terreno na zona leste de Porto Velho. Estava construindo a sua casa com a ajuda de outros parentes haitianos que residiam na capital. Deu a entender que viviam todos no mesmo terreno.

No retorno para São Paulo em julho de 2013, ao discutir a problemática da fronteira com o orientador, optamos em refletir sobre a fronteira jurídica que atravessa o estatuto do estrangeiro e criava certos cerceamentos aos sujeitos da imigração no Brasil. Essa fronteira política colocava em discussão os referenciais de cidadania dentro de uma soberania de Estado.

A dificuldade em verticalizar a pesquisa somente com imigrantes haitianos no Brasil deu-se pela dificuldade dos idiomas falados pelas/ os participantes. Nesse contexto, pensei em ampliar as redes, aglutinando no estudo – até como forma de pensar a questão dos direitos relacionados à imigração – entrevistas com representantes de instituições da sociedade civil

organizada, instituições governamentais e ONGs para pensar a articulação entre Estado e Política Pública em relação à imigração no Brasil.

O deslocamento do olhar neste trabalho foi fundamental porque implica em pensar os processos de exclusão/inclusão de parcela de imigrantes indocumentados no Brasil e que vivem à margem do Estado de direito, uma vez que a constituição que rege o âmbito migratório no país a percebe como uma questão de segurança nacional. Tais mecanismos apontam que os sujeitos não portadores de documentos de permanência no Brasil estão excluídos da cidadania, levando-os a uma vulnerabilidade social da sua cidadania.

Partindo de tais pressuposições, segui os procedimentos para definir as instituições que atuam com imigrantes e refugiados no Brasil, especificamente na cidade de São Paulo, e estabelecer as redes das entrevistas, visto que São Paulo aglutina um grande contingente de instituições e têm no governo municipal do Partido dos Trabalhadores – PT uma Secretaria de Direitos Humanos que engloba o setor da imigração em São Paulo, servindo de mecanismo para pensar política migratória no Brasil.

Deste modo, a primeira entrevista foi realizada com a psicóloga Anália Ribeiro, que trabalha, num setor junto ao Arquivo Público do Estado de São Paulo. O encontro foi em 10 setembro de 2014 no local de trabalho ou no próprio Arquivo Público. Ela narrou sua experiência junto ao Programa de Proteção às Testemunhas no Brasil (PROVITA), mais especificamente, como ajudou a estruturar o sistema nacional de enfrentamento ao tráfico de pessoas, ao tráfico nacional e internacional de pessoas no Brasil. Seu discurso foi elucidativo, na medida em que enfatizou a importância interdisciplinar para acompanhar, avaliar os casos das pessoas agenciadas para o tráfico, pela vulnerabilidade social e pelo risco que muitas estão sujeitas no contexto em que são “resgatadas” pelos agentes públicos de proteção aos direitos humanos. Enfatizou um problema que outros narradores mencionaram, sobre as dificuldades aparelhos do Estado em acolher estes/estas. Além disso, mencionou a vulnerabilidade social do tráfico para fins de exploração sexual e da necessidade de ter pessoas qualificadas que saibam lidar com tais particularidades. Essa queixa também apareceu em outras narrativas de imigrantes. Em sua fala deixou claro a urgência de se pensar as políticas públicas para os imigrantes e os sujeitos que estão imbuídos nesta condição de vulnerabilidade, prezando, sempre, as subjetividades das pessoas envolvidas em tais processos. E o desafio está em desenvolver procedimentos feito à luz de novas epistemologias do Sul, nas formas representativas da democracia.

A segunda entrevista foi realizada no dia 9 de setembro de 2014 com o Padre e sociólogo Paolo Parise, atualmente à frente da coordenação da Missão Paz, Pastoral do

Imigrante de São Paulo. Essa instituição faz um trabalho em cinco eixos temáticos – comunidade e família, educação, cursos, eixo trabalho, atendimento jurídico e psicológico – realizando uma política pública e acolhendo aos migrantes de diversas partes do mundo que chegam à cidade de São Paulo sem saberem das especificidades da cultura brasileira. A entrevista foi agendada para às 10hs da manhã, cheguei com antecedência e fiquei andando no espaço externo do prédio. Em reportagens em diversas mídias é passada a imagem de um lugar repleto de imigrantes. Neste dia, era nítida a presença de um grande contingente de imigrantes negros. Também me deparei com algumas pessoas brancas, no caso, empregadores que iriam participar de uma palestra sobre direito trabalhista no Brasil e as peculiaridades culturais de imigrantes de diferentes países, justamente para flexibilizarem as condutas éticas ao empregarem imigrantes com culturas diferentes da brasileira. Quando os empregadores chegavam muitos imigrantes se aproximavam com intuito de perguntar qual era o ramo de emprego oferecido. Notei, depois de conversar com uma empregadora, que estava ali em busca de uma pessoa pudesse trabalhar numa granja de porcos de sua prima. Neste caso, a empregadora conversou com um haitiano em inglês, enfatizando que precisava de uma pessoa que pudesse dormir no emprego. O haitiano que conversou com a empregadora disse que falava quatro línguas e que fazia quatro dias que havia chegado da fronteira do Acre, naquele dia iria dormir no pátio da pastoral²⁶.

Outra palestra, sobre a cultura brasileira e aspectos jurídicos da imigração no Brasil, estava sendo realizada no auditório da Missão Paz para as/os imigrantes que sua maioria eram haitianos. Essa atividade é requisito para aqueles que, depois de portarem seus documentos, estivessem dispostos a se empregarem em empresas e setores trabalhistas por meio da mediação da Missão Paz.

Essas palestras são realizadas por dois funcionários (estagiários) da Missão Paz em dois idiomas: inglês e francês. Essa palestra teve a duração de uma hora com abertura para perguntas e esclarecimentos. No seu início, foi distribuído um formulário em que tinha que inserir os dados pessoais como formação e o que almejava na Pastoral do Imigrante para que a instituição acompanhasse caso a caso.

Logo depois, uma senhora me chamou e fui conversar com Paolo Parise, que é italiano e foi designado para trabalhar no Brasil. Sua entrevista não durou uma hora, por questões de compromisso do padre, mas disse que a instituição em totalidade possuía mais de cem

²⁶ A casa do imigrante, anexo que pertence a Missão Paz, estava lotada. Em casos de lotação, a prioridade de vaga na casa iria para crianças, idosos e mulheres gestantes.

funcionários montando uma rede interna em articulação com outras pastorais do Brasil. É uma instituição não governamental que recebe ajuda da sociedade civil e naquele momento tinha um projeto firmado em parceria com uma instituição da Espanha para desenvolver o trabalho. As decisões da instituição eram tomadas em reuniões coletivas, e tudo é registrado no banco de dados da instituição. O padre esboçou um pouco das dificuldades do diálogo com o Estado e da urgente necessidade da reformulação da Lei sobre estrangeiros, para a construção de políticas públicas que contemplem o humano. Uma das questões elencadas por Paolo Parise foi de que em dados estatísticos a imigração internacional representa 1% da população brasileira, havendo uma discrepância no discurso que a mídia estabelece, de que o Brasil estaria sofrendo uma “invasão” de imigrantes, visto que estes não votam e em decorrência disso não pode contabilizar na política.

O governo se sensibilizou pela questão dos haitianos dando visto humanitário, mas enfatizou o desconhecimento e falta de interesse para com os outros contingentes de imigrantes que atualmente vivem no Brasil. Uma pergunta realizada é qual o interesse político e econômico na questão haitiana? Por que não há uma horizontalidade para com outros grupos de imigrantes no Brasil?

O próximo encontro foi marcado com a instituição Arsenal da Esperança, antigo espaço onde funcionou por décadas a hospedaria dos imigrantes atrás do Museu da Imigração na Mooca. A pessoa designada a dar a entrevista foi a funcionária Celeste. Disse que a proposta da instituição começou no ano de 1999 na gestão de Mário Covas. É uma ONG que surgiu na Itália, onde é denominada Arsenal da Paz, nome conferido depois da segunda guerra mundial. É uma instituição que obedece ao Estatuto do Idoso e acolhe em regime de pernoite entre 50 a 60 pessoas, chegando a somar cerca de mil e duzentas pessoas por mês, em grande parte homens, seu público majoritário, em situações de rua. Esporadicamente aparecem imigrantes indicados por outras instituições, comumente a Pastoral do Imigrante, que indica aqueles que não tem vínculo de parentesco ou rede de apoio ao chegarem a São Paulo. Celeste contou que já passaram por lá imigrantes africanos e haitianos, mas eles não costumam ficar muito tempo e logo conseguem articularem-se seguindo seus caminhos. Quando as pessoas chegam à ONG passam por uma triagem realizada pelo grupo da enfermagem e do serviço social para verificarem os casos de usos de drogas, vulnerabilidade e doenças. Tais procedimentos servem para que a mesma encaminhe estes para outras instituições de saúde e para verificarem os casos de abandono de idosos e possíveis inserções nos grupos familiares existentes, uma vez que a instituição não existe para prover por tempo indeterminado as pessoas em condições de rua, mas para articular sua reinserção social nos grupos. O Arsenal

da Esperança oferecem o café da manhã, iniciando impreterivelmente às 7hs da manhã. Em seguida os integrantes são liberados para procurarem trabalho e construírem suas articulações. O espaço reabre a partir das 16hs, as pessoas podem tomar banho e à noite é servido um jantar. Uma das cláusulas da instituição é que as pessoas não podem usar o espaço para beber, fumar ou fazer uso de qualquer droga, pois será cortado do programa; além do que não podem sair e voltar dois dias depois sem oferecer nenhum tipo de satisfação ao grupo institucional.

O Arsenal da Esperança possui parceria com outras instituições que oferecem cursos aos ex-residentes do espaço e para os residentes do espaço que procurarem formação em reciclagem, padaria e outros no espaço da própria instituição, além de terem parceria com a prefeitura da cidade de São Paulo: CAPS e CRATOD. A instituição costuma realizar um bazar mensal beneficente para angariar verbas e comumente recebe doações de outras instituições sensíveis a causa. O prédio histórico da antiga hospedaria dos imigrantes não foi destituído de seu caráter histórico e patrimonial e passou por uma adaptação nos prédios novos para abrigar as pessoas que passam pernoites. Assim, integra o espaço uma lavanderia industrial, uma cozinha industrial com refeitório coletivo, um grande galpão com beliches, uma cozinha adaptada para cursos, um local onde é realizado o curso de reciclagem, um grande pátio externo com bancos, árvores funcionando para socialização das pessoas e um espaço para realização de missas e dos bazares.

Um dado curioso é que uma parcela das pessoas que fazem uso do lugar, chegam à São Paulo vindas da região norte e nordeste do país. Não conseguindo confirmar suas redes de contato e acionamentos de trabalho acabam indo para o Arsenal da Esperança, ficando no espaço até conseguirem agenciarem suas vidas, sendo tanto no trabalho como em redes familiares na cidade. Mostra, com isso, que se antes era um lugar de passagem para a imigração internacional, atualmente, é um espaço pendular para redes de articulação interna de migrantes.

A outra entrevista foi realizada com Paulo Illes, coordenador de políticas para imigrantes da Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania da Prefeitura de São Paulo. Foi realizada no dia 22 de outubro de 2014 no prédio próximo a sede da prefeitura da cidade de São Paulo. Afirmou que atua junto aos grupos de imigrantes na cidade de São Paulo há um tempo e que tinha sido coordenador do Centro de Direitos Humanos e Cidadania do Migrante – CDHIC, uma instituição não governamental para apoiar a luta por direitos para imigrantes. Na atual gestão municipal do PT foi criada uma secretaria de políticas para imigrantes que tenta apoiar e ser um espaço de articulação para os diferentes grupos de imigrantes que existem na cidade de São Paulo. Falou brevemente do atual crescimento da imigração de

africanos, asiáticos e povos árabes, juntamente com a continuidade circular da migração latino-americana. O setor possui parceria com outros núcleos de imigração da federação, como Conselho Nacional de Imigração (CNIg), Organização Internacional do Trabalho (OIT), Ministério Público (MP), Centro de Apoio e Pastoral do Migrantes (CAMI), entre outros para atuarem em rede. Foi uma breve entrevista pois ele iria, em seguida, para uma reunião da secretaria.

Na sequência de encontros, foi realizada uma entrevista com a Irmã Juliana, indicação da Pastoral do Imigrante, com o objetivo de saber como ali era realizado o atendimento. A Irmã Juliana acompanha os cursos realizados pela Pastoral do Imigrante e costuma realizar visitas aos atuais cenários de trabalho pelos imigrantes que foram agenciados pela instituição. Por falar espanhol consegue ter um maior diálogo com os grupos de imigrantes latinos. Disse ter dificuldades no diálogo com outros grupos por não falar inglês e francês. Está finalizando o curso de serviço social e gosta muito de trabalhar com os imigrantes. Possui uma forte carga humanista em sua formação como profissional, afirmando o seu compromisso e caráter com as questões que atingem o humano. A todo o momento parava a entrevista para atender aos telefonemas, pois é reservado dois dias na semana onde é responsável em receber as pessoas e oferecer orientação aos imigrantes que acessam a Missão Paz, buscando entenderem a dinâmica jurídica e problemas diversos no Brasil. É visível a complexidade do trabalho que a Missão Paz coordena e o envolvimento integral dos profissionais que estão com a instituição.

A próxima entrevista foi agendada para o dia 23 de outubro de 2014, no Centro de Acolhida para Refugiados – CARITAS – em São Paulo, com a advogada Larissa Leite. Ao chegar ao espaço na Bela Vista, entrei e na área externa do prédio estava repleta de imigrantes/refugiados, em grande parte, africanos e alguns árabes que aguardavam o horário para atendimento. Fui designada a ir para uma sala com uma mesa retangular, local em que a entrevista seria gravada. Ao entrar na sala deparei-me com outros pesquisadores que também participariam do encontro. Foi a segunda vez que participei de uma entrevista coletiva feita por vários pesquisadores, em sua maioria, estudantes de Relações Internacionais e Jornalismo uma vez que Larissa Leite é correspondente de relações externas. Muito simpática e acessível, começou explicando como se estivesse dando uma aula sobre a função da instituição no Brasil, o número de pessoas que solicitavam refúgio e quais os setores que atravessam a problemática de refúgio no mundo. Em sua maioria, os pedidos de refúgio são ativados em detrimentos de guerra, perseguição política ou religiosa nos países envolvidos em conflitos. Afirmou que uma pessoa não é refugiada, mas está na condição de refugiado. Mostrou os números que a instituição possui sobre os países que pediram refúgio, o número de pessoas

por países, os motivos da saída, os gêneros que acionam os pedidos. Para que a entrevista tivesse uma profundidade maior, convidou um refugiado do Mali para falar sobre a sua experiência, desde que depois não fosse revelada a identidade da pessoa.

O narrador disse que demorou quatro meses para conseguir o protocolo de refúgio e que tinha vindo para o Brasil em detrimento de uma guerra na região do norte do Mali por questões políticas e territoriais. Atualmente ele faz parte da Associação Malinesa no Brasil. Larissa assinalou a diferença entre refúgio e imigração, apontando que a lei que rege o refúgio no Brasil é de 1990. Apontou que os pedidos de refúgio no Brasil corresponde a uma pequena parcela de pedidos de refúgio no Mundo.

De acordo com Larissa a instituição possui eixos temáticos. O primeiro é o de Assistência social e integração onde era promovido cursos de língua portuguesa para os refugiados em parceria com o Sesc e outras instituições. O eixo trabalho em que eles procuravam averiguar quais os tipos de labor que empresas e empregadores necessitavam para inserir os imigrantes, tentando com este ato, coibir a vulnerabilidade dos que eram acionados por empregadores que desconheciam ou não queriam contratar dentro dos trâmites dos direitos trabalhistas da constituição. Outro eixo era a questão da saúde psicológica e mental, que por terem vivenciado situações traumáticas acabavam desenvolvendo muitas dificuldades em sua vida privada e social. Seus argumentos eram ativados para explicar sobre os setores públicos do Brasil, sobre a lei que ampara a questão do refúgio. Existia 87 nacionalidades de diferentes países do mundo.

A próxima entrevista foi realizada com a Promotora do Mistério Público de São Paulo, Eliana Vendramini Carneiro, realizada em novembro de 2014. Eliana é professora de Direito no ensino superior e sua pesquisa é sobre tráfico de órgãos. Sua entrevista durou aproximadamente quarenta minutos e abordou: a questão do tráfico para fins de exploração sexual; a questão do trabalho escravo e a questão da violência e, de forma breve, sobre o desaparecimento de crianças.

A entrevista com uma irmã da congregação Oblatas Lúcia Alves foi indicada por meu orientador professor José Carlos Sebe Bom Meihy, que conhecia o trabalho dessa junto às mulheres. Oblatas é uma instituição que existe a mais de 70 anos no Brasil, desde a chegada de um grupo de irmãs espanholas em meados de 1935, no Rio de Janeiro. Naquele primeiro momento, o trabalho era voltado para meninas pobres e carentes que vinham de famílias desestruturadas. A renda da instituição era mantida por meio de campanhas, rifas e ajuda de benfeitores. Dada a importância do trabalho, a proposta da instituição foi estendida para outros estados da federação como São Paulo, Santa Catarina, Minas Gerais, Paraná e Bahia.

Muitas mulheres foram formadas por essa proposta educativa e social tornando-se advogadas, médicas, fisioterapeutas, entre outras. Segundo Lúcia Alves, os educandários foram fechados, uma vez que o perfil das mulheres que buscam orientação e que os acionam para uma intervenção social em suas vidas mudou. Atualmente a instituição está vinculada a Pastoral da Mulher, e o trabalho está voltado para a “Libertação e Humanização da Mulher Prostituta”.

A rede da Pastoral da Mulher surgiu no ano de 1982 em Belo Horizonte e possui vínculos com os seminaristas Jesuítas, Maristas, Vicentinas, Filhas de Jesus, da Província de Gap, os Padres Lazaristas e Redentoristas, profissionais leigos e voluntários. Segundo a irmã, as mulheres passam “por uma triagem inicial e participam da programação semanal de atividades, envolvendo atendimento com psicólogos, sessões terapêuticas, atividades artísticas, oficinas de trabalho manuais, momentos de partilha, reflexão, espiritualidade e celebração; além de palestras sobre temas diversos escolhidos pelo próprio grupo. Tudo isso, com o objetivo de resgatar a autoestima, desenvolver a criatividade dessas mulheres e estimular a convivência em comunidade” (Irmã Roseli). De tal forma, existe toda uma metodologia de trabalho que é exercitada com os diversos grupos de mulheres existentes e assessoradas por essa instituição.

A entrevista com a irmã Lúcia Alves foi realizada no bairro de Santo Amaro em São Paulo em janeiro de 2015. Para a irmã, há um grande número de prostitutas que fazem usos de boates que são destinadas à prostituição no bairro. Em sua maioria, as mulheres advêm da região nordeste e norte do Brasil, numa migração interna em busca de trabalho. Mais de 90% destas mulheres tem baixos índices de escolaridade ou frequentaram por pouquíssimos anos a escola. Nesse sentido, não possuem escolaridade suficiente para que possam ser absorvidas para ramos de trabalho na cidade e, frente a poucas alternativas, podem ser agenciadas para o ramo da prostituição. As irmãs que as atendem têm uma formação sobre questões de gênero e acabam assessorando-as quando precisam de ajuda. Quando percebem algo estranho articulam outros setores do serviço público: postos de saúde, delegacia de polícia, serviços de apoio psicossocial, etc.

A próxima entrevista foi realizada com Jobana Moya, boliviana e ativista do coletivo Warmis²⁷. Conheci Jobana em uma atividade da Secretaria da Mulher do Município de São Paulo que, na ocasião, era questionada pelos grupos que integram imigrantes mulheres e convocavam a Secretaria da Mulher a pensar em políticas públicas que atendessem esse

²⁷ O coletivo Warmis é integrado por mulheres imigrantes e fazem um trabalho de não violência ativa e realiza um trabalho de base sobre parto humanizado.

público feminino na capital. Conversamos e fiquei de enviar um e-mail para marcar um encontro para entrevista. A entrevista foi realizada em março de 2015 em sua casa em Caucaia em Cotia, grande São Paulo. Por volta das 13h15 saí de casa para ir à Cotia encontrar Jobana. O dia estava ensolarado. Peguei o ônibus no terminal Butantã e por 50 minutos transitamos na Rodovia Raposo Tavares. Saltei do ônibus e o cobrador disse para eu pegar um ônibus em outro sentido: Caucaia via Laranjeiras, pois aquele passava pelo parque das Laranjeiras. Esperei por volta de meia hora no terminal Cotia, observei que havia um grande número de trabalhadores informais vendendo salgadinhos, água, CDs, brinquedos entre outras coisas.

Entrei no ônibus e desci ao lado do Parque Caucaia onde havia uma construção no centro e muitas árvores no seu entorno. Ao lado tinha duas casas e uma delas era de Jobana e sua família. Bati palmas e muitos cachorros vieram me atender, quando olhei vinha Jobana com seu filho de um ano e meio em seu colo. Convidou-me para entrar e sentei em uma cadeira de balanço em sua sala. Disse que já tinha morado no centro da cidade de São Paulo, mas que a especulação imobiliária havia provocado muitas mudanças de imigrantes. Seu marido e vários amigos haviam comprado um conjunto de lotes em Cotia e construído casas dentro do mesmo terreno. A proposta do parque Caucaia no início para que fosse usufruído de forma coletiva pela comunidade do entorno e para atividades de cunho social e humanista. A ideia da coletividade já existe em outros países.

Começamos a conversar, apresentei-me como pesquisadora e estudante de História. Ela perguntou no que podia ajudar e logo em seguida começamos a conversar e gravar a entrevista. Assim, falou sobre como surgiu o ativismo dela ainda na Bolívia, de como conheceu o seu marido brasileiro, também ativista, fazendo com que ela resolvesse vir para o Brasil. Naquele momento, em 2015, ela e outras mulheres latino-americanas faziam parte do coletivo *Warmis*²⁸, em que desenvolviam trabalhos sobre o empoderamento feminino e atualmente estavam engajadas na luta contra a violência obstétrica. Falou das mulheres latinas e suas formas tradicionais dos cuidados com o corpo e de como a maternidade poderia ajudar a pensar sobre a questão do parto humanizado no Brasil, principalmente, com o grande contingente de mulheres imigrantes que sofrem violência obstétrica no país.

Por indicação de uma colega do NEHO cheguei à advogada Juliana Armede, que foi a coordenadora do Programa de Combate ao Trabalho Escravo junto à Secretaria de Justiça e Cidadania do Estado de São Paulo. Sua entrevista foi marcada para o dia 22 de abril de 2015

²⁸ “Warmis” significa “mulheres” em quéchua.

às 14hs. Cheguei ao espaço antes do horário previsto e encontrei uma pesquisadora de mestrado da Universidade Estadual Paulista - UNESP que estava pesquisando sobre tráfico e exploração sexual, que por ventura, também iria participar da coletiva. Conversamos um pouco e esperamos. Em sua sala, no qual trabalhavam mais três pessoas. Esperamos duas estudantes de Psicologia saírem de sua entrevista para podermos iniciar o diálogo. Logo entreguei a carta assinada pelo orientador sobre a minha pesquisa. Ela recebeu também a carta da outra estudante, no qual também havia encaminhado um formulário com perguntas da pesquisa em questão. Observando o trâmite entre as duas advogadas, fiquei acompanhando o diálogo que as duas estabeleciam, uma vez que Juliana ia respondendo as perguntas que não tinha respondido por escrito para a pesquisadora da UNESP. Percabendo que não haveria espaço para minhas perguntas, fiquei esperando o momento de inserir as questões sobre trabalho e da experiência dela em acompanhar às fiscalizações sobre trabalho escravo em São Paulo.

Juliana olhou para mim e pedi que desse exemplo de casos de trabalho escravo que a instituição acompanhou. Percebi que havia se desarmado mais, uma vez que é tida como uma pessoa muito incisiva, questionadora em suas ações. Pegou o computador, colocou em uma página da internet, *youtube* e falou sobre um caso de 2013 que saiu no jornal, muito midiaticizado. Criticou ardorosamente a postura e atuação de um jornal de alta circulação de São Paulo e da forma em que alguns jornalistas de outra mídia encaminham as intervenções. Ao terem compromisso apenas com a informação veiculada, esqueciam as vidas das pessoas expostas pelas reportagens, fazendo com que houvesse uma visualização de nomes, contextos específicos da reportagem, etc. Uma vez publicada, as vidas ficavam a mercê da sorte e expostas ao preconceito e estigma da população. “Quem ganha com as informações e rostos que vão à mídia? Quem morre ou perde expondo seus rostos na TV?” Ela ilustrou com uma apreensão feita pelo Ministério Público do Trabalho que autuou uma oficina de um boliviano, multando-o e fazendo pagar uma conta de 25 mil reais para os trabalhadores envolvidos no trabalho escravo. Contudo, logo em seguida, tais trabalhadores que iriam resolver suas vidas com o dinheiro da indenização, foram assaltados em sua residência. Esse episódio foi discutido na opinião pública, porque um garoto foi assassinado numa casa em São Mateus. Os pais guardavam o dinheiro em casa, pois naquela época era burocraticamente impossível abrir contas em banco²⁹.

²⁹ Depois desse caso e da comoção pública, o processo de bancalização foi instituído e os imigrantes puderam abrir conta em banco. Esse processo é exemplificado mais adiante na entrevista de Paulo Illes.

Disse que para ser efetivo era necessário fazer um cruzamento de informações e de dados. Assim, as instituições poderiam trabalhar com maior precisão e desconstruir os egos de alguns agentes do Estado que querem aparecer em cenário nacional em atuações que deveriam focar na resolução do caso em questão. Juliana Armede é contra a proposta de que a vítima do tráfico deva ser tratada ou atendida por uma equipe intersetorial, para esta a atenção tem que ser unidimensional, afirmando com uma performance enfática “Quem vai pagar a conta? É uma questão de orçamento do Estado. É preciso entender como funciona a rede”, exclamou. É necessário pensar que as instituições representam gestões, políticas de pessoas ou a forma de entender o mundo de seus gestores.

No entanto, apontou que o trabalho escravo, sendo de variados ramos, deve ser entendido a partir do setor, sendo industrial, subcontratado e em redes. Criticou os setores que se beneficiam do trabalho escravo e que “faturam” com a imagem do tráfico. Disse que há o problema de “extorsão” dos trabalhadores envolvidos nas ações e deu como exemplo o caso da Gep.

Outra entrevista esclarecedora foi do auditor fiscal do trabalho do Ministério Público do Trabalho – MPT, Luis Alexandre de Faria. Sua opinião sobre o trabalho revela formação e experiência sobre o direito do trabalho no Brasil. Explicou como era realizado as inspeções em grupo, e afirmou que seu grupo de trabalho ajudou a construir um mecanismo político/jurídico para responsabilizar a cadeia produtiva, uma vez que havia a responsabilização dos trabalhadores alguns ramos em que prevalecesse o trabalho análogo ao de escravo. Luis Alexandre disse que também se considerava um ativista dos direitos humanos.

As duas últimas entrevistas dessa pesquisa, no eixo São Paulo, foram realizadas com Marina Novaes e com Juliana Peña, ambas em janeiro de 2017. Marina foi responsável pela elaboração de políticas públicas, enfrentamento e erradicação do trabalho escravo e do tráfico de pessoas em São Paulo. Fez parte da instalação da Comissão Municipal para Erradicação do Trabalho Escravo - COMTRAE. Enfatizou a necessidade de se criar políticas públicas para mulheres com destaque para imigrantes. Juliana Peña do Centro de Referência e Atendimentos para Imigrantes – CRAI, contou as especificidades do seu trabalho e da experiência e especificidade em ser mulher imigrante à frente de uma instituição que acolhe e informa os imigrantes.

Devo apontar outro momento esclarecedor do trabalho de campo que foi acompanhar as reuniões de articulação de políticas para as mulheres imigrantes em fevereiro de 2015. Nesse período, a Secretaria de Políticas públicas para mulheres convocou uma reunião para

convidar as mulheres imigrantes de São Paulo, ouvi-las e dialogar sobre as pautas erguidas por serem levadas à Pré-Conferência Municipal de Políticas Públicas para Mulheres. Assim, seriam convocadas cinco delegadas nos Fóruns Regionais de Políticas para as Mulheres, realizados em março/2015 nas subprefeituras de São Paulo. Nesta fase, aconteceram dezesseis plenárias deliberativas onde foram eleitas mulheres que constituíssem as turmas de formação em políticas públicas, gênero e controle social, a qual teriam a atribuição de participar e organizar os Fóruns Regionais de Mulheres.

A primeira pauta da reunião foi sobre a Unidade Móvel, que serviria como espaço para as mulheres prestarem queixas de violência domésticas de qualquer tipo e receberem orientações psicológicas e jurídicas. A unidade contava com o serviço de um advogado e uma psicóloga para orientações e caminhamentos. A primeira ação para as mulheres foi realizada na Praça Kantura do dia 22 de março de 2015 das 13hs às 17hs. As funcionárias da Secretaria Municipal das Mulheres conversaram com o subprefeito da Mooca para montarem uma tenda com essa proposta.

As mulheres imigrantes pediram que a Unidade Móvel fosse estendida para a rua Coimbra, baixada do Glicério e Penha, local que existe uma grande concentração de imigrantes, entretanto as delegadas disseram que naquele momento isto não seria possível devido ao fato de existir só uma unidade móvel para toda São Paulo e grande São Paulo. Afirmaram que a partir do momento que outras unidades móveis fossem efetivadas no município isso poderia ser efetivado. No entanto, as mulheres migrantes pediram que realizassem, no dia escolhido para o evento do uso da Unidade Móvel, uma roda de conversa para esclarecessem às mulheres alguns de seus direitos.

A segunda pauta discutida foi a Oficina Temática para a Pré-Conferência Municipal para Políticas para Mulheres que seria aberta a todas/todos da sociedade civil, governo e outros para levassem suas demandas para os fóruns. As mulheres levariam suas demandas locais para a base de diálogo. As imigrantes, bolivianas e chilenas, pediram que entrasse em pauta nesta etapa: a questão de saúde da mulher; o *bullying* nas escolas; questões de trabalho tais como emissão de documentos e de carteira de trabalho. As ausências de tais documentos impedem a mulher migrante de se inserir no mercado e fazem com que essas fiquem vulneráveis à exploração no trabalho, ao trabalho escravo e ao tráfico de pessoas.

As mulheres propuseram que estivessem especialistas em cada área temática nas mesas de debate para esclarecimentos de dúvidas. O papel da sociedade civil era de convocar as mulheres sobre as pautas apresentadas e pedir que as mesmas comparecessem na plenária. Foi solicitado às presentes uma maior participação dessas, visto que as entidades das

organizações governamentais tinham dificuldades em convidar as mulheres e em divulgar as ações.

Foi relatado o trabalho que vem sendo realizado por uma instituição não governamental, ao qual ganhou em edital do governo federal para implementarem políticas para mulheres migrantes. A proposta destes era de que as próprias mulheres criassem grupos solidários pautado na economia solidária, em que as mulheres costureiras pudessem criar técnicas produtivas e formas de auto gerirem esses grupos por meio do empoderamento saindo, consequentemente, dos setores de exploração.

A terceira pauta foi quanto à violência obstétrica que acontece com as mulheres, principalmente com as mulheres imigrantes que desconhecem, muitas vezes, a língua do país adotado para residir, passando por constrangimentos e abusos de funcionários e médicos nos setores de saúde. As ativistas sugeriram que o convite fosse estendido as parteiras/obstétricas para que explicassem tipos de violências contra o corpo feminino.

A última pauta foi sobre o guia de Direitos para Imigrantes, o qual seria traduzido para o espanhol e depois para o inglês e francês. Essas cartilhas versariam sobre os direitos para a população. Nesse momento, uma representante do CRAI falou sobre a campanha de combate a xenofobia. Neste quesito, foi citado o evento do Centro de Referência da Cidinha Copikaque, coletivo responsável em realizar o evento *Chá com Té* para trocas de receitas e compartilhamento de experiências entre grupos sociais no bairro de São Mateus.

Deste modo, a descrição da rede de entrevistas foi exposta acima porque foi a partir dela e do trabalho de campo que a costura analítica é desvendada nos capítulos subsequentes.

1.2. Rede de Colaboradores

Na sequência, é exposto a rede de colaboradores constituído no trajeto dessa pesquisa. Além destes, foram utilizadas dez entrevistas de mulheres imigrantes – citadas no capítulo 4 e 5 do acervo do Museu da Imigração em São Paulo.

Tabela 1 - Demonstrativo da Rede de Colaboradores

<i>Nó da Rede</i>	<i>Entrevistado</i>	<i>Etapas</i>						
		<i>1º Contato</i>	<i>Entrevista (Data)</i>	<i>Transcrição</i>	<i>Textualização</i>	<i>Transcrição</i>	<i>Conferência</i>	<i>Autorização para uso</i>
<i>Acre</i>	Padre Onac		Jul/2014	✓	✓	✓		✓
	Damião		Jul/204	✓	✓	✓		✓
	Maria		Jul/2014		✓	✓		✓
<i>Porto Velho</i>	Jakson		Jul/2012	✓	✓	✓	✓	✓
	Demen		Jan/2013	✓	✓	✓	✓	✓
	Beni		Jan/2014	✓	✓	✓	✓	✓
	Marcellus		Jan/2014	✓	✓	✓	✓	✓
	Leonce e Calix		Jan/2013	✓	✓	✓	✓	✓
	Leon		Jan/2013	✓	✓	✓	✓	✓
	Pierrelus		Jan/2013	✓	✓	✓	✓	✓
	Wilman		Jan/2014	✓	✓	✓	✓	✓
	Ir. Iris		Jan/2014	✓	✓	✓	✓	✓
<i>São Paulo</i>	Anália		Set/2014	✓	✓	✓	✓	✓
	Arsenal		Set/2014	✓	✓	✓	✓	✓
	Caritas		Out/2014	✓	✓	✓	✓	✓
	Paolo Pa.		Set/2014	✓	✓	✓	✓	✓
	Ir. Juliana		Out/2014	✓	✓	✓	✓	✓
	Paulo Illes		Out/2014	✓	✓	✓	✓	✓
	Eliana (MP)		Nov/2014	✓	✓	✓	✓	✓
	Lúcia Alves		Jan/2015	✓	✓	✓	✓	✓
	Juliana Armed		Abr/2015	✓	✓	✓	✓	✓
	Jobana		Mar/2015	✓	✓	✓	✓	✓
	Fabiana Severo		Set/2016	✓	✓	✓	✓	✓

	Luis Alexandre de Faria		Out/2016		✓	✓	✓	✓
	Christiane Nogueira		Out/2015		✓	✓	✓	✓
	Marina Novaes		Jan/2016		✓	✓	✓	✓
	Viviana Peña		Jan/2017		✓	✓	✓	✓

Fonte: Elaboração própria a partir de dados de campo coletados pela autora, 2017.

ACRE (Brasileia – funcionário público)

Damião Borges de Melo

Sou Damião Borges de Melo e trabalho na Secretaria de Direitos Humanos do Estado do Acre. Eu fiquei durante três anos e três meses como responsável pelo abrigo, especificamente, para imigrantes em Brasileia. Neste período, sob a minha responsabilidade passou uma média de dezenove mil, novecentos e trinta e oito imigrantes. Em seu conjunto foram quinze nacionalidades diferentes, incluindo, haitianos.

O trabalho no abrigo era muito complicado porque eu era responsável por tudo, no início desse processo a gente não tinha infraestrutura. Os imigrantes começaram a chegar em dezembro de 2010; neste ano foi um número de trinta e oito imigrantes. A partir de janeiro de 2011 começaram a vir muitos, e tivemos em seis locais de assessoramento. Até aquele momento, o governo federal e estadual não dava nenhum apoio. Em fevereiro de 2011, o Governo do Estado do Acre começou a apoiar. E só no início de 2012 foi quando o Governo Federal apoiou o governo do Estado na questão dos imigrantes.

No abrigo fazíamos tudo, éramos polivalentes, desde questões de imprensa, doença, comida, empresa; tudo. Sempre tenho dito que foi uma missão muito árdua que Deus me deu, mas eu sou grato porque eu tentei ajudar o próximo. Só eu sei o que passei durante esses três anos e meio, pois não existia condições para nada. Teve momentos que não tinha dinheiro para comprar alimentação, a gente ficava na cidade pedindo às empresas, à população, às igrejas para ajudar com alimentos para os imigrantes. De abril de 2013 para cá é que o Governo Federal começou a ajudar maciçamente a questão financeira para a compra de alimentos, remédios para a recepção das pessoas. Agora o abrigo não está mais em Brasileia, fica em Rio Branco. O Estado alugou um local muito bom, ideal para o ser humano viver. As pessoas chegam na fronteira, vão na Polícia Federal e tiram os documentos, daí seguem para o alojamento em Rio Branco. Ficam uns 15 dias e vão direto para São Paulo. Eles não querem ficar em Brasileia e nem no Acre, o negócio deles é ir para outros centros, grandes capitais brasileiras: São Paulo, Santa Catarina, Rio de Janeiro, Brasília. O governo tem ajudado com passagens até São Paulo e de lá eles seguem para outros Estados.

O meu trabalho aqui foi muito árduo. Eu passei três anos e um mês sem tirar férias, trabalhando de 12 a 14 horas por dia com os imigrantes. Esse local que você está vendo sendo ser construído é onde as pessoas viviam. Esse espaço era um antigo Hotel e destruíram depois de uma grande alagação que aconteceu em Brasileia. Dentro ficava uma média de mil e

poucas pessoas, como não cabia todo mundo, ficavam em praças e locais públicos de Brasília. O Governo do Estado via que o município não tinha condições e alugou uma chácara em Rio Branco, por sinal, muito interessante. Em Rio Branco tem um abrigo com capacidade de atender uma média de cento e cinquenta pessoas por dia, que completou um ano de funcionamento. A partir de abril de 2013 todo o custo de manutenção foi realizado pelo Governo Federal, anteriormente, era por conta do governo do Estado. As parcerias em torno da alimentação, passagem, despesas de logística é por conta do governo federal. Tem mais ou menos um ano e quatro meses que tudo é por conta do governo federal. Antes o governo do estado fazia o gasto e o governo federal entrava com a parceria para repor um pouco do capital, agora não. Agora já é 100% do governo federal. Eu tenho dito que foi bom para descobrir São Paulo, descobrir que existe racismo e preconceito no Brasil. O Estado do Acre tem dado um exemplo para o Brasil e para o mundo, mesmo sabendo que nós somos o Estado mais pobre da federação brasileira e recebeu as pessoas de coração.

O governo de São Paulo dizia que o governo do Estado estava “Expulsando os haitianos do Estado do Acre”. Não é verdade porque para você ter uma ideia, já entrou uma média de 25 mil imigrantes no Acre, desses, a maioria é de haitianos. Ninguém quer permanecer no Acre porque o nosso Estado é pequeno, não tem indústria, não tem desenvolvimento da maneira que pensam. Muitas pessoas querem trabalhar na indústria, na área da construção civil. O governo do Acre conseguiu a ajuda do governo federal para arranjar esses imigrantes, mas nada obriga que eles fiquem no Acre. O problema é que nenhum quer ficar. E eu por conhecer a geografia do meu país, sabendo que em São Paulo tem mais de um milhão de brasileiros morando praticamente na rua, disse para eles: “Não vão para São Paulo porque é o pior lugar do Brasil para se viver. Por que não tem moradia, é muito gente, uma cidade com 11 milhões de habitante.” Tentava desviar eles para irem para outro canto e continuo fazendo isso. Tem uns que me ligam, dizendo que estão em São Paulo, ou, trabalhando em outros Estados. Ligam para agradecer pelas informações sobre São Paulo.

Eu repito, naquele momento, faltou um pouco de entendimento de São Paulo; imagina que é o Estado mais rico da federação brasileira, no entanto, foi um Estado que virou o nariz para 400 pessoas que chegaram por lá, e o Acre recebeu mais de 25 mil pessoas e nunca reclamamos! Não é somente uma questão de alimentação, até porque o governo do Acre gastou mais de 6 milhões de reais só com alimentação. Repito, o governo do Estado ia entrar com um processo contra São Paulo por calúnia, ao dizer que o Governo do Acre era preconceituoso, expulsando as pessoas. Não é verdade, uma vez que tem 25 haitianos morando no Acre de 25 mil que passou até agora. Muitos haitianos estão trabalhando em postos de gasolina de Rio Branco,

outros trabalham como autônomo na construção civil, outros casaram; teve um que casou com uma brasileira de Brasileia e reside em Rio Branco, indo todo final do mês para Brasileia. Outros conseguiram se adaptar aqui porque eu disse: “É muito melhor vocês ficaram numa cidade pequena, principalmente, na nossa Amazônia, no nosso Acre.”

Estou de férias, estive em Santa Catarina e no Paraná. E por nós estarmos distante dos grandes centros, temos a vantagem do custo de vida ser mais barato. Tudo isso eu colocava para eles: “É melhor vocês ficaram numa cidade pequena ganhando um salário de mil, mil e duzentos ou mil e quinhentos reais do que irem para São Paulo ganhar mil e quinhentos reais que não dá para nada porque o custo de vida é muito caro.” Aqui você come, vai ao mercado e pode comprar um prato feito com seis reais. Eu estive em Santa Catarina pagando um prato de comida no Shopping e estava uns sessenta e pouco reais. “Tá entendendo?” Não encontrei nenhum local que eu comesse por dez reais. Mas não tenha dúvida que o governo federal tenha ajudado. Eu tenho dito que para acabar esse sofrimento dos imigrantes, não é o sofrimento de quando chega no Brasil, é como eles chegam aqui. A questão é fazer com que os imigrantes não venham por essa rota, venham direto do Haiti/São Paulo porque eles gastariam 60% a menos do valor que eles gastam para vir por aqui, porque quando eles chegam no Peru, mais da metade do dinheiro deles vai para os atravessadores. É um dos locais que mais explora os imigrantes quando passam por aqui. E no Brasil eles dizem que não tem problema nenhum, o problema é quando passam pelo Peru.

Eles veem de avião do Haiti ou República Dominicana, da República Dominicana pegam um voo para o Panamá, deste país pegam um voo para o Equador e daí pegam um ônibus para a fronteira do Brasil. Muitos falam que no Equador não tem muito problema, mas têm problemas na saída porque os coiotes os iludem dizendo que aqui o trabalhador ganha em dólar, mil e quinhentos, dois mil dólares. O fato é que isso não é verdade. Eles vendem tudo que tem para vir para cá, porque ainda estão vindo aqueles que tem alguma coisinha a oferecer para vender lá, chegar no Acre e sobreviver. Na minha opinião, o sofrimento maior não é quando eles entram no Brasil, pois tem o café da manhã, o almoço, a janta, ouvi falar que tem até merenda às três horas da tarde no acampamento. Só que o governador disse: “Não, se eles vieram para trabalhar tem que ficar pelos menos de dez a quinze dias.” Por que aqui em Brasileia muitos imigrantes ficavam até três meses, seis meses dentro do abrigo vendendo cartão telefônico, vendendo celular, vendendo roupa, vendendo comida. E lá não é assim, estão num acampamento e não num lugar de morada. E o governador do Acre pediu que fiquem, tem tudo, mas eles vão embora porque a finalidade é irem para os grandes

centros. A avaliação que eu faço é que de cada dez que chegam no Brasil, sete já tem família aqui.

Também analiso que de cada dez que vem, seis ou sete não querem ficar no Brasil. O negócio deles é irem para a Guiana Francesa, porque lá acham que vão para frente. O sonho de consumo do haitiano são quatro países: Estados Unidos, Itália, França e Canadá. Muitos acreditam que vindo para o Brasil, tirando documentos aqui têm condições de irem para esses países. Os imigrantes haitianos entram no Brasil com o visto humanitário e não por questões de perseguição política. Vários ficam no Brasil dois, três, seis meses e muitos vão para Guiana Francesa. Entram na Guiana Francesa pelo rio, passam pela mata porque é uma fronteira aberta.

Entre esses imigrantes já passou gente da República Dominicana, Senegal; tiveram outros vindo da Tanzânia, África do Sul, Nigéria, Nibéria, Camarões, Zimbábue, poucos da África do Sul: por volta de uns quinze. Acho que passou umas mil pessoas do Senegal e uma média de 250 pessoas da República Dominicana. No abrigo havia todo o controle da entrada e saída até 15 de abril de 2014. Nesse presente momento passaram dois mil e quinhentos do Senegal e 215 dominicanos. Em Rio Branco é outra secretaria e lá eu não tenho controle, mas pelo que a gente sabe, já passaram muitos.

O pessoal do Senegal ao entrar no Brasil pede refúgio, visto de perseguição política. O Conselho de Imigração concede visto de seis meses, analisam para verificar se continuam ou não, caso contrário, terão que deixar o país. É diferente do haitiano que está entrando por um visto humanitário concedido por seis meses e pode ser renovado por mais seis, depois de um ano, tem residência por cinco anos. Pensando, eu diria que os principais problemas vindos da fronteira é a exploração da polícia, pois existe muita extorsão dos imigrantes. Para termos uma ideia, do Equador até aqui eles gastam uma média de oitocentos, novecentos, mil dólares para chegar. Vindo no trajeto legal, gastariam uma média de 150 dólares de transporte. Mas eu ainda continuo dizendo: o Brasil deu o visto para o Haiti e pela a informação que eu tenho já entrou mais de 12 mil haitianos direto com visto de trabalho. O problema é que o haitiano não tem paciência. Ele vai na embaixada do Brasil no Haiti, onde dizem: “Tu me traz esses documentos e volta daqui a 15 dias.” Com esses quinze, vinte dias, um mês: “Não, eu vou ilegal e em três dias eu estou com documentos na mão.” Em compensação, gastou o triplo que ia gastar com sofrimento, constrangimentos porque tem denúncias de tentativa de estupro, há roubos, essas coisas. A gente sempre orientava: “Não venham pela fronteira terrestre, venha legal. O Brasil está com as portas abertas na embaixada do Brasil, o governo federal abriu as

portas.” Só que eles não têm paciência. Depois que o abrigo foi para Rio Branco, diminuiu mais a entrada de imigrante.

O abrigo era em Brasileia e a fronteira fica a 110 km do Peru, eles vinham sem dinheiro, os taxistas traziam e depois iam cobrar. Deixavam uma maleta retida, até pegar o dinheiro no banco que as famílias mandavam para eles, tiravam e pagavam. Em Rio Branco a distância aumentou, é difícil, a gente sente que diminuiu mais a entrada, e quando o abrigo era aqui a média era de cinquenta pessoas por dia. E agora parece que baixou muito porque tem mês que não chega ninguém. Sentimos que deu uma diminuída, sempre oriento que não venham por aqui, que peguem autorização da embaixada para São Paulo, Curitiba, onde quiserem. Por que os lugares que eles mais procuram não é São Paulo, é Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Paraná. São Paulo simplesmente é uma ponte para aqueles que vieram em 2011 sem dificuldade e tiveram que falar para os outros: “São Paulo não é bom de se viver e trabalhar.” Eu repito que está faltando um pouco de entendimento e sensibilidade humana das pessoas que lutam com ser humano para entender que o Acre estava fazendo a parte dele, mas não estava jogando. Graças a Deus, começaram a entender que a coisa não era assim, estava naquele momento crítico. Quando o Estado do Acre era o que tinha que reclamar, porque era o que estava com a pressão toda. Quer dizer, uma cidade dessas tem vinte e dois mil habitantes, e chegávamos a ter 10% da população em Brasileia, nessa praça e num acampamento lá em cima.

Tentamos fazer à maneira da gente, mesmo entendendo que a população não aguentava mais postos de saúde cheios, bancos cheios, os correios cheios, receita federal cheia, as praças abarrotadas de gente. Mesmo assim, Brasileia deu a contribuição dela. E São Paulo quando atingiu o número de 400 pessoas, reclamou. E eu repito: muita gente acha que a sensibilidade humana está longe de ser atingida, mas tenho dito: “é muito bom você falar da pobreza, mas vai viver com a pobreza, né?” E nós lutamos com isso, eu mesmo fiquei três anos e meio, agora que tirei férias, dando uma descansada. E o governador me convidou para ir em Rio Branco cuidar dessa questão de imigrante e empresa.

É preciso dialogar e como já estamos conhecidos no mundo inteiro, particularmente, já vieram pessoas da BBC de Londres, New Youk Times, TV Ajazira, o canal da França, do Japão, todas as mídias do Brasil e fiquei conhecido nesse trabalho. Eu sou funcionário do Estado, mas independente disso, eu sou uma pessoa que gosta de imigrantes, pois morei dez anos no Peru e tento entender o problema do outro, porque tenho analisado que ninguém sai da sua casa se não estiver bem. E o grande problema de nós brasileiros é que a gente acha que todo mundo saí da sua casa porque é vagabundo, não é verdade! É porque a gente tenta sobreviver,

eu por exemplo, deixei o meu país há 20 anos atrás, praticamente 15 anos porque não estava bem e fui para um país vizinho. Na época, trabalha no comércio. Voltei para o Brasil há treze anos; saí em novembro de 2002, e voltei em 2010. Fiquei quase dez anos fora, mas aprendi muito com isso, já era uma pessoa sensível e passei a entender a necessidade do país.

Aqui na fronteira há uma rotatividade muito grande de pessoas de cidades vizinhas como Assis Brasil e Brasileia. Além de ser uma cidade de fronteira, estamos na rota do pacífico, tem uma facilidade para ir para o Oriente Médio, China, para esses cantos. Eu não tenho dúvida que aqui nessa fronteira a circulação de turista, deve dar de cinco, dez mil pessoas por mês rodando nesse trajeto. Você observou que até as estradas, cruzou o rio, se você quiser ir até o Rio Grande do Sul fazendo essa rota, indo para o Peru, o Chile, Argentina, Uruguai, dar para ir porque tudo é estrada. Do lado da Bolívia possuí 60, 70 mil pessoas; tem um aeroporto internacional e se a pessoa quiser dar para ir para os Estados Unidos. Esse pessoal que está vindo de Rondônia, Mato Grosso circulam por essa região. E nós temos universidade de medicina no país vizinho, deve ter uma faixa de mil estudantes brasileiros lá. A circulação é grande por aqui.

Sobre o número de pessoas, como é que vou chegar no teu país e tu não sabe quem eu sou e já vai me dar documento? Eu acho que a imigração, naquele momento, estava fazendo o correto, fazendo a investigação. Pegava o documento e fazia a investigação. Porque o Haiti, quando teve o terremoto, tinha mais de quatro mil presos, saíram das cadeias e o CONARE autorizou que a Polícia Federal fizesse primeiro uma investigação para poder emitir o documento, isso em fins de 2012 para início de 2013. Daí veio a autorização do CONARE de que a Polícia Federal tirasse os documentos e, nesses seis meses, poderiam renovar, fazer a investigação.

E caso tenha algum problema, não renova. Demorava dois, três meses, vejo nem tanto pela opressão, mas pelos procedimentos que dever ser corretos, uma vez que ninguém conhece as pessoas, vem gente do mundo inteiro. Agora, como eu te digo, tem quase dois anos que o imigrante chega e tira o documento, mas ele tem seis meses para renovar. Nesses seis meses o CONARE - Conselho Nacional de Imigração e Refugiados – faz uma investigação da vida pessoal do cidadão. Se ele é haitiano ou dominicano é feito um levantamento da ficha da pessoa. Acho um procedimento correto, mas naquela época tumultuava porque imagina, tem dias que chegava 150 pessoas, como é que tu vai “Toma, toma, toma.” Não é assim. É nesse problema que o imigrante, o haitiano se desespera na embaixada brasileira no Haiti. Quando ele chega na embaixada do Haiti diz tudo: “Traz o documento de bom antecedentes criminais?” Preferem vir e fugir dessa fiscalização.

A vinda de mulheres passou de 25 mil, para 7 mil mulheres. Todavia, de cada dez pessoas, quatro é mulher. Eu estive analisando a mulher haitiana, a maioria tem filho e está separada. Muitas trazem o filho, marido, tudo, apesar de que começou a vir as mulheres dos homens que estão trabalhando no Brasil. O homem manda buscar a família. E está vindo muita criança também, porque as mães estão morando na Guiana Francesa. Quando chega com a mãe tira o documento, se chegar com o pai também tira. Agora, se chegar na responsabilidade do tio, irmão ou sobrinho, tem que ter a autorização do juiz.

Não passa porque antes, o que estava acontecendo? Fomos descobrir que muitos haitianos estavam ganhando dinheiro das famílias para trazer as crianças. Daí a mãe tem que vir. Por exemplo, na semana passada nós mandamos embora do acampamento de Rio Branco, pois o juiz autorizou quatro menores que a mãe está na Guiana Francesa. A pessoa chega, deixa as crianças no acampamento e vai embora. Eles ganham muito com isso. O haitiano ganha mil, dois mil dólares para trazer; o compromisso é entregar na Guiana Francesa. O quê que eles fazem? Deixam aqui e aí a mãe tem que vir buscar, senão os menores não saem. Tem que vir a mãe ou o pai e comprovar que é seu filho. É um problema seriíssimo, nesse sentido, agora tem ordem do Ministério Público Federal que se chegar a mãe com o filho e provar que é filho, não tem problema, a gente tira o documento; ou se chegar com o pai com o filho e provar, também tira.

Agora, se chegar com o responsável de qualquer grau familiar tem que ter autorização judicial. E isso parou um pouco porque estava vindo muito com esse tipo de problema. E quando sentiram que o negócio é difícil, diminuiu mais, pois estavam ganhando dinheiro. E tudo isso vamos descobrindo dentro do abrigo; e como eles sabiam que eu era o cara que corria atrás da dormida, comida, remédio, empresa; muitos se abriram comigo e me diziam tudo. Diziam que cobravam dinheiro para trazer determinadas coisas. A pessoa vinha, tirava o documento e voltava. Quando dava fé, estava com um de menor, e o Conselho Tutelar junto com os órgãos competentes começaram a pressionar a Polícia Federal para não permitir a retirada do documento. E com isso, os casos diminuíram.

Dentro do abrigo, um problema recorrente era a infraestrutura. Por que nós preparamos o abrigo para 400 pessoas e quando deu fé tinha duas mil e quinhentas pessoas dentro do abrigo. Como digo, chegava todos os dias e a maioria dos que vinham para cá estavam sem dinheiro, tirava o documento e não tinha para onde ir. As empresas vinham buscar constantemente. O problema é que as empresas não levam as mulheres, eram empresas mais da área da construção civil, do setor industrial. Eram esses problemas. As mulheres iam ficando, mas iam embora. Ficavam dez, quinze dias, um mês dentro do abrigo e depois iam

atrás de um amigo ou iam para qualquer lugar do Brasil. Muitos tinham baixos níveis de escolaridade, muitos analfabetos. Desses 25 mil, a média era de que 2% tivesse nível superior. Botaram no jornal dizendo que quase todos eram formados, mas não é verdade. No meio desse número, tinha muitos analfabetos, pessoas com idade. Por isso, digo que está diminuindo porque eles estão sentindo que não é da maneira que eles pensavam. No Haiti espalhavam propagandas de que a mulher ia trabalhar colhendo uva. Eles estão sentindo que não é assim, lá usa muito boca a boca. E alguns haitianos que vieram eu digo: “Por que tu não liga para tua família dizendo que não venha porque a coisa não é como tu pensava.” Eles dizem: “É chef.” Me chamavam de chef. “Não chefe, o problema é que se eu disser para eles, eles não acreditam. Vão dizer que eu estou com inveja deles para não deixarem eles virem.” Você tem que trabalhar a cabeça. Alguns momentos até chegamos a conversar com o Governo Federal para anunciar que não é assim. Se usa muito boca a boca, como é que um país que não tem trabalho, todo mundo fica perambulando por ali. Daí cada um acredita no que a outra fala. Mas sinto que isso tem diminuído bastante. E agora as facilidades melhoraram demais no Brasil, não tem empecilho nenhum. Chega aqui e se ele chegar de manhã na Polícia Federal, se chegar de segunda à sexta, se ele chegar sete horas da manhã, quando der uma hora a pessoa vai estar com o documento na mão com o protocolo que lhe dar autorização para ficar no Brasil. Mas a minha preocupação é a questão dos coiotes lá no Haiti e na República Dominicana iludindo que eles venham. Ainda não ouvi relatos sobre casos de violência no Brasil não, mas dentro do Peru sim, declaram que tem.

A gente jogava duro, porque fiscalizava tudo; algumas mulheres, às vezes, o próprio haitiano tenta fazer violência. Notamos que o Haiti é um país muito machista, eles fizeram a mulher ficar feminista. Havia momentos que dentro do acampamento precisava apartar briga de mulher batendo em haitiano. Era muita discussão, e como nós brasileiros gostamos de conversar demais, o haitiano fala alto, começam a discutir e querem brigar, mas a gente ameaçava, dizia que se brigasse no acampamento, a gente botava pra fora, não iam tirar mais documentos, fazia uma pressão psicológica, mas graças a Deus nunca teve nada grave.

Sabe, é muito difícil para a mulher conseguir trabalho no Brasil. As empresas querem pessoas mais para serviços braçais. As mulheres conseguiam ir para abatedores de frango, mas mesmo assim, algumas empresas reclamavam que inserir mulher junto com homem, quando dava fé estavam discutindo, brigando, aquela confusão. Eu vejo a dificuldade das mulheres, sofrem mais nesse sentido. Não tem nada a ver com preconceito, com racismo, são questões de trabalho; porque as empresas optam pela mão de obra masculina. Conseguem, mas é como eu digo: o Brasil não é como elas pensavam. Algumas delas faziam boas amizades e

conversavam bastante. Quando dá fé, me ligam dizendo que estava indo para Guiana Francesa e tal. (Damião Borges, questões de gênero)

Na Guiana eu não entendo como é, dever ter algum trabalho ou família. Na minha avaliação de cada 10 haitianos que vem pro Brasil, no mínimo 6 ou 7 tem família morando na Europa. E eles enviam trezentos, duzentos dólares por mês para ver se entram por lá. Fiz esse levantamento, por que o Haiti é assim: de cada dez que moram, no mínimo sete, oito tem familiar morando em outro país. Como eu falei para você: França, Canadá, Itália e Estados Unidos. Eles enviam porque fica a duas horas de voo pra Chicago saindo do Haiti. O problema é que eles não podem embarcar, não entram ilegal, veem aqui achando que conseguirão ir; mas acho que com o tempo eles mesmos vão parar essa rota porque não é do jeito que pensavam. Aqui não se ganha em dólar e eles pensavam que ganhava em dólar. Quando convertem a moeda, apesar que o salário mínimo é uma média de quarenta dólar lá no Haiti, mas mesmo assim, eles traduzem o dinheiro que ganham aqui pra dólar e percebem que vira quatrocentos, quinhentos dólares. Aí vem o desespero e a desilusão porque acham que ganhariam mil, dois mil dólares. O salário mínimo é 722 reais. Não é assim e quando traduz vira duzentos e poucos dólares.

A imigração dos outros migrantes é o mesmo processo. Chegam para trabalhar nesses setores. O Senegal, por exemplo, os três locais que eles vão é São Paulo, Porto Alegre e Caxias do Sul. Não tem aquele específico estado dizendo: “Agora, eu vou pra esse.” Onde eles encontram trabalho ficam. Eles vão se comunicando, mais ou menos no mesmo estilo do haitiano, só muda a nacionalidade.

Padre Onac - Rio Branco

Eu me chamo Onac, sou haitiano e cheguei em Rio Branco em novembro de 2010 para trabalhar como missionário numa paróquia. Aqui atendemos todos os tipos de pessoas, principalmente, os pobres. Quando vim, logo em seguida, vieram os primeiros haitianos. E Nilson Mourão – Secretário da Justiça e de Direitos Humanos - ligou e pediu uma ajuda na tradução porque ele não sabia da cultura do Haiti e precisava de auxílio. Fui autorizado: “Você pode porque é a missão.”

Ao conversar com Nilson Mourão, ele afirmou: “Onac, o nosso papel é acolher o povo e ajudar a encontrar uma condição melhor de vida.” Respondi: “Não tem problema, eu posso ajudar, só não sei se vou realmente responder a essa necessidade.” Nós fomos para Brasília e lá encontramos esse grupo, que era bem pequenininho, até cheguei a escrever um texto em francês explicando a situação e dizendo que eram 57 pessoas.

Hoje o número caiu muito, uma faixa de duas mil e quinhentas pessoas. Ao chegar eles explicaram os motivos pela vinda ao Brasil, contaram sobre o Haiti. Todo mundo sabe que o terremoto devastou o país, especialmente, a capital, Porto Príncipe. Eu entrei nessa batalha e depois a missão mudou. Em fevereiro de 2011 chegaram 89 pessoas. Esse trabalho multiplicou e tivemos mais trabalho. Entre esses 89 haitianos que chegaram no início de 2011, alguns fizeram uma greve de fome, estavam todos no mesmo lugar, na mesma casa. Uma vida muito precária. Certo dia, deu meia noite, Nilson Mourão me chamou para sair daqui e ir à Brasília, são três horas de viagem, chegamos três horas de madrugada e a comida estava no carro. Fui conversar e expliquei o que estava acontecendo, o sacrifício que foi feito. Eles me disseram: “Onac, a vida é tão difícil, fizeram tantas promessas no Haiti, os coiotes, as pessoas que estão se aproveitando da situação do país para ganhar dinheiro.” E logo disse: “Mas lembrem que estamos num país estrangeiro e é Nilson Mourão que está ajudando neste país, ele é brasileiro e quer ajudar em nome do governo. Vocês têm que comer, gente. Graças a Deus alugaram uma casa e colocaram vocês”.

Foi uma alegria grande resolver isso porque estávamos muito preocupados. Depois chegaram duas mil pessoas em Brasília, que é uma cidade pequena, não tem condição para acolher tantos estrangeiros que não falam a língua portuguesa, que não entendem como as coisas funcionam no Brasil. Foi uma luta muito difícil para os haitianos e todos os outros imigrantes. Quando cheguei falei sobre a doação e muita gente veio atrás de mim para conversar. Eu via a situação, foi muito difícil para os moradores de Brasília, para os haitianos e todos os

estrangeiros que estavam lá. Conversamos e o governo viu a necessidade de verificar a situação. Tiraram o alojamento de Brasília e colocaram no Parque de Exposição. Ele tem um grupo que estava em Iñapari, primeira cidade que encontramos no Peru, bem pequenininha. Nessa época, teve uma alagação, a água chegou bem alto na igreja, não tinha condição para ficar lá porque estava na lama. Fui à Iñapari, até tenho uma foto da inundação. Conversei com eles e depois o governo tomou uma decisão de tirar os haitianos de Iñapari e colocar no Parque de Exposição em Rio Branco, isso com o primeiro grupo.

Eu trabalhei na Pastoral de Mobilidade Humana e tínhamos muitas conversas para pensar em soluções. O governo os tirou de Brasília e colocaram no Parque de Exposição. Como ia acontecer a Expoacre, uma festa que reúne multidões, muita gente os tirou do Parque e os coloram na Chácara Aliança, um espaço distante da cidade. Tivemos problemas, tem pessoas que falam muito mal, que não entendem esse fenômeno. Eu entendo a situação porque também sou haitiano, mas há pessoas que além de não entenderem, julgam. Depois de muito falarem, começamos a explicar a situação. Sei que os Estados Unidos não querem abrir as portas para os imigrantes, sempre consideram os imigrantes como clandestinos. Mas tem a Europa que também não abriu as suas fronteiras. E o Brasil chegou com outra metodologia para acolher esse grupo. A primeira coisa a ser feita é sobre documentação, que ao meu ver é a maior coisa que o Brasil poderia fazer.

A pessoa ser livre, ter documentos e condições para trabalhar legalmente é fundamental. Na Europa e Estados Unidos é muito difícil, pois não trabalham abertamente como aqui, parecem que ficam presos; não são haitianos, na verdade, são outras nacionalidades, mas são imigrantes. E o Brasil e o Haiti, não sei como posso dizer, possuem uma relação meio que de pai e filho, no sentido da convivência, na maneira de acolher. Desde pequeno eu ouvi falar que o Brasil é muito próximo do Haiti, não só pela alegria que o haitiano tem pelo futebol brasileiro, mas por tudo que o Brasil está fazendo para acolher. E a presidente Dilma foi no Haiti, falou que muitos estavam entrando por essa fronteira e se comprometeu que iria liberar os vistos para os haitianos na embaixada do Brasil porque é uma burocracia grande e, por isso, tem pessoas que preferem vir e passar pelas fronteiras, entrando como clandestino.

Tem documentos que a embaixada do Brasil pede no Haiti que a gente não sabe aonde faz. Nós que somos missionários, eu sou padre e é uma burocracia enorme, demorei dois meses para conseguir os documentos. Até a última semana queria desistir, mas o superior disse: “Não, tem que esperar, ter paciência.” Eu fui para os Estados Unidos e durante uma semana consegui tudo. Fui para França e em uma semana consegui tudo, mas para vir para o Brasil foi uma burocracia enorme. E cada país tem as suas normas, suas leis, suas coisas e eu respeito.

Foi uma situação muito difícil, complicada. Depois conversamos com os imigrantes e, mesmo assim, não para de chegar gente todos os dias. Agora, diminuiu o número de estrangeiros e de haitianos, cada dia tem dois, mas o número maior é seis. Uma coisa que me pergunto é: como fechar a porta? Por exemplo, para o Brasil fechar é complicado porque eles não param de chegar, tem promessas.

Os coiotes prometem muitas coisas, na verdade, não temos essa palavra em francês, existe o termo em francês *Le Passer*. Os coiotes são pessoas de várias nacionalidades que estão trazendo os haitianos e os outros estrangeiros para cá, e acabam pegando muito dinheiro. Eu dei uma entrevista em 2012, conversei com eles, ficaram fechados naquela época porque tinham medo. Eu disse: “Eu sou haitiano como vocês. É preciso se abrir, conversem comigo.” Muitos disseram que pagaram quatro mil dólares para chegar no Brasil, o que corresponde a oito mil reais, além dos gastos com deslocamento. Imagina oito mil reais, a moeda haitiana vale menos do que a moeda brasileira. Muitos poderiam ter aberto um comércio lá, mas gastaram tudo para chegar aqui, para buscar uma vida melhor. Será que é fácil conseguir essa vida melhor? Ninguém sabe, é a grande pergunta que eu me faço todos os dias. Como missionário vejo que estou trabalhando com multidão, com pessoas e como aqui não tinha nada, a gente conseguiu muita coisa para fazer. Às vezes sentimos que a vida é muito difícil no Brasil, mas estamos aqui. Eles vão se virar para viver, só que no Brasil, especialmente no Acre, o governo fez muita coisa, eu nunca vou negar isso e eu nunca vou esquecer o jeito que eles agiram com os imigrantes até o momento. Até podem encontrar pessoas que falam mal, o que é normal, pois a pessoa fala o que ela está passando, o que ela sente, mas houve a preocupação do governo Estadual e do governo Federal a respeito dos estrangeiros, imigrantes que estão entrando aqui. Na verdade, os haitianos não ficam aqui. Chegam e dizem: “Ah, eu vou para São Paulo, eu tenho alguém que está me esperando lá. Eu vou pro Paraná porque tenho alguém que está me esperando.” Existe uma combinação, um planejamento, não é aqui que eles vão decidir.

Quando eu vi a entrevista do Governo de São Paulo, achei estranho, porque eu estou todos os dias com eles aqui e estão acusando o Governo do Acre desse jeito. Eu vi na televisão que Governo do Acre está enviado os imigrantes para São Paulo, essa última frase que captei, gravei na minha cabeça. Disseram que muitos vão para Cuiabá, Mato Grosso, há uma rede de acolhida que os pega no aeroporto ou na Rodoviária. “Eu vou para São Paulo, tem alguém que vai me encontrar na Barra Funda, tem alguém que vai me encontrar no Tietê; tem alguém que vai me encontrar em Guarulhos.” Na volta, eles levaram os haitianos sem pagar. Isso acontece porque o Brasil inteiro está ajudando nesse sentido. Há momento que é preciso dizer as coisas

e as vezes não são coisas boas, mas a gente tem que entender isso. E como padre superei muita coisa, a minha missão não é fácil, mesmo porque eu pretendo ir embora esse ano, pois falei desde o início que era três anos, não aceitaram. Estou fazendo quatro anos de trabalho nessa diocese e já aceitaram a minha proposta. Vou, mas nunca esquecerei do trabalho realizado aqui.

Essa pastoral não é ainda o que queremos, mas eles têm que saber como e porque estão entrando, porque muita gente está dormindo, não acordou para a realidade. Eu nunca ouvi um comentário, porque escrevi em 2012, não lembro o mês, o texto está na internet. Também dei entrevistas para muitas televisões: “Isso aqui é tráfico humano, quatro mil dólares para trazer a pessoa aqui e depois deixar a pessoa na fronteira sem nada na mão sofrendo, passando fome e temos o governo brasileiro que está ajudando. É tráfico humano.” E como Deus é muito bom, a campanha da fraternidade da igreja católica esse ano da CNBB saiu com o tema: “Fraternidade e Tráfico Humano.” É para a liberdade que Cristo nos uni. Tudo isso me ajudou muito a entender a vida, por que a gente faz reflexão sem pensar muito e depois passam a mão na cabeça de várias pessoas e a sociedade pode ouvir, que a sociedade tem para falar. A Campanha da Fraternidade está mexendo muito com a sociedade.

Os senegaleses falam francês, além dos dialetos deles, só que tem uma cultura, nós temos a mesma cor, mas a nossa cultura é muito diferente da cultura deles. Por exemplo, a maneira de falar, de agir, eu acho que a nossa cultura é mais próxima da cultura brasileira do que da cultura africana. Nós somos descendentes da África, nós sabemos porque nós moramos na América, o Haiti é América Central. Eu tento todo dia entender cada nação do seu jeito. E nós fizemos celebração ecumênica, tem pastoral ecumênica. Toda religião a gente reúne, mas só que nesse momento a gente não pode só ficar com os cristãos porque tem os Mulçumanos, que são a maioria dos senegaleses.

Os mulçumanos não são agressivos, eles escutam. Fizemos a celebração e eles participaram. Nós entendemos os dominicanos, que não são muitos também. Tem um que veio aqui e cortou o meu cabelo, com dois haitianos, fui visita-los: “Padre, por tudo que você fez, gostaria de saber onde você mora só para ter uma ideia.” Eles vieram aqui: “Ah padre, o teu cabelo é muito grande, a gente vai cortar, pode?” Eles cortaram. Eu tenho um jeito para conversar com todos, e Deus coloca até hoje muita coisa na minha vida para entender e para caminhar juntos. E graças a Deus, agora, temos o apoio da irmã Rosita Milesi, fundadora do Instituto de Migrações e Direitos Humanos em Brasília; que é uma mulher enérgica, que viaja, que vai ao encontro, uma mulher de muita força. Ela veio aqui junto com Nilson Mourão, que é um homem de fé, secretário de Direitos Humanos. Os dois me incentivavam e nós fomos juntos

em Brasileia fazer esse encontro e a irmã disse: “Onac, vamos pensar na Pastoral de Mobilidade Humana, porque a Pastoral de Migração é muito fechada. As pessoas vem do Sul para cá, vamos abrir essa que é maior.” A Pastoral da Mobilidade Humana já existe na CNBB, mas aqui não tinha. E logo eu fiz essa proposta para o bispo, ele aceitou com muita alegria. Aceitou na frente de todos os conselheiros e estamos trabalhando para construir. Já fizemos muitos encontros de planejamento. Tem eu, a irmã Eva, o padre Gilberto que é jesuíta e mora na Fronteira e trabalha em Assis Brasil, perto da cidade em Iñapari no Peru. Sabemos quantos estão a caminho ou de ônibus ou de táxi. Lá também tem um chileno, o padre Cláudio que é jesuíta, da mesma Congregação do Papa. Tem um casal dormindo na Paróquia que é muito aberto. Nós somos daqui de Rio Branco e ainda tem o padre Máximo da Pastoral Ecumênica que ajuda em tudo porque ele é coordenador diocesano de Pastoral. Sempre apoia, ajudou bastante no sentido de “Padre Onac, não desiste, fica firme aqui.” É um trabalho grande que precisa de um equilíbrio e de muita fé, muita esperança. No bairro da Cidade Nova trabalhei perto da Gamelera, na beira do rio Acre. Lá tem um centro, muitos bolivianos vivem meio escondidos, a gente está dando um apoio, ajudando eles fazerem alguma coisa.

Quanto a minha vida farei um resumo porque é muita história para explicar em uma entrevista.

Eu nasci numa família pequena, de cinco filhos, parece pequena porque eu já vi família com 16 filhos. Eu não gosto de falar do estado de vida deles. Eu nasci em 2 de outubro de 1978 numa família equilibrada onde todo mundo estudou e todo mundo está ganhando a sua vida. A minha mãe faleceu em 2006, infelizmente, antes da minha ordenação do grande ministério. A minha irmã mais velha mora nos Estados Unidos, faz tempo que estudou lá. Hoje ela trabalha e reside no Texas. O meu pai mora com essa irmã porque depois da morte da minha mãe, ele ficou deprimido. Eu e a minha irmã pensamos que seria melhor para ele porque ela sempre foi próxima do meu pai e dos homens. Em casa era uma mulher e quatro homens, sempre fomos próximos da nossa mãe. Depois do falecimento da minha mãe, meu pai ficou desse jeito, preso dentro da casa da minha irmã, mas ela comprou um apartamento e estão bem. Outros estão no Haiti, graças a Deus, depois disso todo mundo está trabalhando, logo em seguida veio a minha ordenação.

O terremoto foi dia 12 de janeiro de 2010 e eu recebi a ordenação dia 30 de janeiro de 2010. Me tornei padre após o terremoto. Em seguida, passei seis meses numa paróquia, antes estava na formação com os vocacionados. Me enviaram para uma paróquia grande, bonita, veio o terremoto e, de repente, me enviaram para trabalhar sem casa, sem nada, mas eu consegui.

Trabalhamos e depois me disseram. “Bom, Onac...” Antes me apresentaram dois países: França e Brasil. Eu disse: “Hum, eu me identifico mais com o Brasil.” Falei isso porque a minha congregação é uma congregação francesa. “Vim fazer estágio aqui, passei três meses em Brasília para aprender um pouco a base da língua portuguesa e disse: “Eu me identifico mais com o Brasil.” Apesar de ouvir falar muito de racismos, nunca sofri essas coisas no Brasil. Logo aceitaram a minha ideia e me mandaram para cá em novembro.

Eles decidiram me mandar para o Acre. Cheguei aqui e o clero local me acolheu. Eu me sinto bem no meu trabalho porque eu me empenho, fiz um trabalho muito bom, não deixei a paróquia desejar sobre a questão da imigração não. Eu sempre procuro o equilíbrio para trabalhar. Trabalhava na paróquia, não tinha nada, tudo foi construído. A igreja tem galpão, cozinha paroquial inacabada, tem um terreno lá trás para construir a casa paroquial, não tinha essas coisas, cheguei aqui e não tinha nada. O Dom Joaquim me chamou para assumir essa área e não tinha casa e nem igreja. Depois disseram: “Deus, foi você que me escolheu e eu vou fazer a sua vontade. Vim e fiz encontros com alguns que tinham o costume de se reunir para planejarem porque não tinha nada e logo pensamos no galpão e o construímos.

Fomos visitar as pessoas, fazíamos convites e povo respondia. A igreja estava sempre lotada aos domingos e até coral tinha. A gente fazia tudo com felicidade. Eu estou bem como missionário e já participei de vários encontros no Brasil. Recentemente, participei do primeiro encontro Sul Americano em Aparecida, onde estive presente 17 países e não percebi nenhuma barreira. Falaram que o português é difícil, mas eu consegui me comunicar com as pessoas. Saí na capa da revista porque estava em destaque; mas depois tem as missas, as celebrações no congresso, além de conseguir traduzir. Sabe, eu gosto do Brasil e do Acre, mas expliquei para o clero que preciso fazer alguma coisa a mais. Os meus conterrâneos estão vindo e ninguém falou qual era a situação do Brasil para eles.

Eu encontrei o embaixador do Haiti, que veio para uma reunião de todos os embaixadores dos países vizinhos. Infelizmente, uma pessoa falou em meu lugar e não tinha muitas informações. Eu conversei: “Olha, você nunca apontou nada quando foi nos encontros no Haiti? Nunca escreveu nada? Não tem um site, não tem um espaço para divulgar.” Escrevi uma carta, falei sobre tráfico humano, dei entrevista. Meu Deus, foi uma explosão nas televisões do Haiti naquela época. As pessoas diziam: “Não vão poder chegar lá porque estão falando mal do governo do Haiti que não fez nada, não abriu a boca.” Eu disse: “O governo ficou com boca fechada com uma situação dessa?” Quando estive no Haiti em 2010 falei abertamente sobre essas questões. Na verdade, passei quase um mês no Texas e no dia 11 à noite eu peguei um avião para o Haiti e cheguei no dia 12 de janeiro de 2012. Quando entrei

no avião eu vi muitos jornalistas, inclusive, brasileiros, portugueses, ingleses, criolos, franceses. Eu fiquei quieto no meu lugar porque eu não queria me expor. Quando eu cheguei no aeroporto a pessoa que foi me buscar disse: “Padre Onac, eles já ouviram esse nome.” Teve um brasileiro que se aproximou rápido. “Padre, não é você que mora no Brasil? Que falou uma vez na televisão?” Eu disse: “Sim, mas eu não vou comentar nada porque já vieram me buscar e eu tenho que ir.” O meu irmão foi me buscar no aeroporto. “Agora estou aqui e minha casa é no interior”. A casa da capital caiu com o terremoto. Vou passar dois dias na casa dos padres, você até pode ir, só que eu não vou ter tempo porque eu tenho três celebrações marcadas, antes de vir. Eu não sei se vou poder atendê-lo.” Depois da missa expliquei a situação.

Sou do Epicentro do Haiti, lugar chamado Plato Central. A minha cidade de origem é Bucacae, depois eu estudei numa cidade chamada Tumonte. Fui estudar lá porque a minha mãe e o meu pai procuraram as melhores escolas para colocar a gente. Estudei numa escola católica de irmãs que são bem rígidas e a educação é muito boa, a minha irmã tinha terminado porque ela tem 10 anos a mais que eu. Depois nos mandaram para a capital. Alugaram um apartamento para a gente porque não tinha casa no início e depois o meu pai resolveu construir uma casa em Porto Príncipe, que infelizmente caiu com o terremoto. O meu pai é agricultor, mexe com boi, cabrito. Ele gosta e hoje está sofrendo porque deixou tudo isso na mão dos outros. Os filhos não têm tempo e todo mundo trabalha muito e moram em cidades diferentes. Estou no Brasil e é muito complicado acompanhar tudo.

Vou contar um pouco sobre a minha escolha pelo sacerdócio. Eu terminei meus estudos e fiquei um tempo, depois eu entrei para o seminário aos 23 anos. Tinha amigos, amigas na escola que falavam: “Onac, vamos estudar tal coisa.” Eu disse: “Olha, eu vou fazer informática para aprender a digitar as coisas, mas não é a minha vocação, isso aqui é só para abrir as portas.” Fui e depois eu entrei no seminário no dia 7 de setembro de 2001 em Nossa Senhora do Rosário. Nunca esqueci o local que chamam de preparação, pital porque nesse ano tem fazer na sua diocese e a minha diocese foi no Departamento de Hinche, fica no centro. Fui para a capital fazer filosofia, uma vez que tem muitos missionários brasileiros nesse lugar, mas ela foi atingida pelo terremoto, muitos seminaristas morreram. E em seguida fiz teologia. Quando acabei fui para Brasília, no CCM (Centro Cultural Missionário), onde fiz o curso de português, em seguida vim para essa região, passei dois meses visitando lugares e vendo como funcionava o Estado. Voltei para o Haiti e passei um mês de férias no Texas, nos Estados Unidos, porque o meu pai e a minha irmã moram lá. Também tenho tia, tios e outras

peessoas em Nova York. A cada dois anos eu os visito, fui em dezembro de 2012 e vou em dezembro de 2014. Continuei o meu estágio, depois de três meses, no dia 14 de setembro de 2009, fui ordenado diácono. Foi uma luta.

No início, o meu pai não queria que fizesse seminário, só minha mãe. Meu pai queria que eu fosse médico e eu disse: “Me deixa escolher porque eu vou viver a minha vida.” E a minha mãe também procurava conversar com ele: “Olha, nós vamos deixar os filhos, mas são os filhos que vão se virar. A gente tem que deixar eles escolherem o quê querem.” E o meu pai ficou calado. A minha mãe morreu e foi uma situação muito difícil, eu queria morrer, a vida não tinha mais gosto para mim, nem felicidade. Meu pai, depois da morte da minha mãe entendeu e procurou conversar comigo. Sábio disse: “Bom, tua mãe apoiava muito você. Agora vou continuar apoiando você no lugar da tua mãe.”

Hoje sou padre e estou feliz e converso muito com eles.... Os meus irmãos que estão no Haiti estão super bem, trabalham no governo, tem uma formação muito ampla, um é engenheiro civil e os outros estão trabalhando. Tem um marceneiro, essa é a vida .

No início, estava mais à vontade e quando eu vi os haitianos que chegaram sem documentos, percebi a reação dos brasileiros. Às vezes os brasileiros que vieram do interior, uns que residem aqui, outros do interior tem um jeito de acolher diferente; tratam as pessoas de forma inferior. Disseram isso e pensei: “Como os meus irmãos vão viver no Brasil com esse tipo de rejeição.” Mas quando eu entrei no assunto: “Não, as pessoas vêm para o Brasil para trabalhar. Ninguém chega no Brasil para ser mendigo, eles querem fazer as coisas, viver a vida sem preocupação com racismo ou outras coisas.” Eu falei assim porque eu nunca sofri racismo, talvez tenha muita gente que fale, mas na frente de mim não senti nada, acho que dever ser porque não tenho tempo.

De manhã, por exemplo, tive um dia lotado, fui fazer a encomendação de um mocinho que faleceu. Celebrei a missa na casa das irmãs. Voltei e atendi três pessoas e você é a quarta pessoa a ser atendida. Fui almoçar e depois dei para descansar um pouquinho. Quando você ligou estava conversando com um senhor. Eu não tenho tempo, daqui a pouco eu vou ter um encontro com os coroinhas. Eu tenho na minha sala uma foto com 114 coroinhas em toda a paróquia. Eu me sinto bem, mas me pergunto todos os dias, a todo momento sobre a vida dos meus conterrâneos no Brasil porque as oportunidades são mínimas, bem poucas para o crescimento porque a vida daqui é muito cara e se ganha pouco.

Sou padre e não sou de ganhar dinheiro porque vivo com o que a igreja repassa para gente, nossa missão, sabemos disso, não é para sermos ricos. Mas eles não têm essa concepção na cabeça. No início, tinha pessoas decepcionados com a vida, teve uma menina que se matou, se

jogou da janela de um apartamento de São Paulo porque ela é da classe média do Haiti. Quando chegou no Brasil começou a chorar desde o parque, eu conversei com ela, mas só que depois que saiu daqui eu não tive mais notícias. Eu poderia acompanhar até hoje conversando, ajudando para pagar o seu retorno, mas eu não tinha condição, não tinha notícia. Teve duas pessoas que passaram aqui que estavam estudando medicina na melhor faculdade do Haiti, logo que chegaram: “Não, essa fisionomia é da classe média.” Eles me chamaram: “Mas você não estudou no colégio Notre Dame?” Eu disse: “Sim, mas eu conheço você. Você estava na frente da gente, bem avançado e eu já tinha visto você.” E eu: “Mas o que vocês vieram fazer aqui?”, “A gente estava no quarto ano de medicina.”

A faculdade do Colégio Notre Dame é um absurdo. Estavam no quarto ano e faltava três para concluírem o curso. E a medicina do Haiti a França inteira aceita; os Estados Unidos aceita; só o Brasil que não aceita. Mas as portas estão abertas e no Haiti você que é médico, é da elite. Eles chegaram, ficaram no parque de exposição. Conversei com eles: “Olha, eu estudei em Notre Dame com vocês, olhe a casinha onde moro. Por que a minha vida não é questão de luxo e moro aqui.” Eu tomei a casa como exemplo. Depois eu conversei com eles, dei alguns conselhos. Até hoje eles ligam para acompanhar as coisas. Parece que hoje estão em Curitiba. O outro está em Santa Catarina. Tudo isso eu acompanho de longe, por isso me preocupo com a vida. E me pergunto como essas pessoas vão vier com dignidade.

As primeiras pessoas que passaram aqui eram formadas, engenheiro agrônomo, médicos; outros chegaram no meio do curso, mas não chegaram a ser médicos, técnicos em enfermagem, enfermeiro. E hoje estão trabalhando em que? Na limpeza. A Monique é uma enfermeira de qualidade e está trabalhando na limpeza. Tem a Guilé que é uma menina formada, estudou no melhor colégio do Haiti e está trabalhando na limpeza. Mas eu não posso dizer nada porque a limpeza é um trabalho, é emprego e graças a Deus elas conseguiram um emprego. Eu brinco, coloco na cabeça deles para não pensar “Se fosse no Haiti eu trabalharia assim, eu ficaria e tal...” Não, ajudo a entenderem a vida, é o trabalho que é importante, não é a qualidade do trabalho. Falei para eles e tem um menino que é engenheiro e está trabalhando como pedreiro, ajudante, mas ele está bem, converso com eles. É uma missão grande, tento convencer sobre essa missão.

Alguns jovens que são mais abertos me contaram tanta coisa, são pessoas que tem uma vida familiar, um lar, deixou o marido, os filhos no Haiti e chegou aqui. Mas elas são mais reservadas porque não falam muito e procuram só o trabalho. “Eu quero trabalhar.” É assim, mas é a vida deles. Tem uma que está trabalhando na casa de um deputado do Paraná. Já conversei com muitos, já levei em minha casa, já levei em restaurante, orientando sempre. Por

que às vezes estão ali trabalhando e não tem um amigo para mostrar as coisas, a beleza do país. Eu falo português, em 2012 levei vários para visitar as praias, fomos na chácara do meu pai no Haiti.

Teve um conflito no Brasil em 2004 que apareceu na mídia, o Complexo do Alemão no Rio de Janeiro. Desde esse período os brasileiros estão no exército lá no Haiti. Eles entraram em todo lugar, não tinha problema, porque eles são brasileiros. Teve os franceses, vários, a França já os tirou. E os franceses não tinham acesso a muitos lugares porque os haitianos não gostam dos franceses. Eu tenho que confessar isso porque a França foi o último país que colonizou o Haiti e devastou muito o país; levou tudo, ouro, riqueza. Nós, haitianos, aprendemos certas coisas, por exemplo, a não gostar dos franceses. Convivendo com os franceses, passei os dois primeiros anos aqui com um francês.

Na escola aprendemos a história do Haiti e de como os franceses eram e de como nos tornamos independente, lutamos pela independência, muito antes que o Brasil conseguisse a sua. A nossa foi em 1803. E a proclamação da república é em primeiro de janeiro. Também comemoramos o dia da bandeira em 18 de maio. Lutamos, brigamos e expulsamos tudo até 1957 quando teve o primeiro presidente, chamava Duvalier Paul, o Papa Doc, que expulsou os padres franceses que estavam no Haiti e os outros brancos ficaram. Eles não queriam os franceses porque é uma coisa que está no nosso sangue, mesmo assim, hoje eu tenho uma visão ampla; tenho uma visão geral sobre o mundo, a mesma coisa porque eu sou chamado a viver com todo mundo, é por isso que eu convivi com dois franceses sem problemas.

A gente fala francês na mesa quando a gente quer falar Frances, a gente fala português quando a gente quer falar português. Posso dizer que até hoje tem um padre francês aqui e ele é meu amigo, mora na igreja Imaculada da Conceição, onde também já trabalhei. Eu moro aqui e cada mês a gente se encontra para conversar. “Ah, tenho saudades de falar francês.” Ele liga para conversar em francês... Quero dizer que presença dos brasileiros no Haiti, tem muitos militares, o Haiti não precisa disso. Até hoje quando eu cheguei no Brasil, vi tanta violência, assisti o Complexo do Alemão e vi tantos lugares com violência. No Haiti não foi guerra civil, foi um momento de crise, um momento parcial, mas logo passou... E quando estávamos assistindo o programa Cidade Alerta, passa tantas imagens do Haiti, agora os haitianos estão vendo a situação no Haiti. Podemos dizer que não tinha guerra, teve um pequeno problema porque é muito diferente de Rio Branco, que se tornou uma cidade violenta, mas que é bem melhor do que São Paulo.

Os haitianos gastaram muito dinheiro para vir, em dólares. Aqueles que estavam lá que voltaram ficaram felizes, ganharam muitos dólares. Chegaram felizes, já encontrei alguns.

Mas só que tem um tipo, como que falo, não é concordata, essa ligação entre o poder do Haiti e o Poder do Brasil de amizade. E não podemos criticar muito o Brasil, como haitiano eu não posso, seria muito ingrato porque tem muita coisa, mas só que tenho que ser crítico e mostrar que a ajuda internacional ao Haiti é uma grande mentira para o povo. E o resumo é isso aqui, uma vez que o dinheiro nunca chegou de verdade ao Haiti. O pouco que chegou foi para setores do poder e não foi distribuído no Estado. Nada foi feito. É a minha crítica e é por isso que estão sem ajuda. “Cadê esses milhões, esses bilhões que foram para lá? O Haiti é um ovo. Onde foi parar esse dinheiro?” Eu fico me perguntando: “Será que o setor internacional está ajudando? Os países estão realmente ajudando o Haiti?”

É uma grande mentira. Li uma tese de um haitiano que fez doutorado na Unicamp. Ele fez a mesma reflexão, só que a perspectiva dele é mais detalhada porque é tese; não foi eu que critiquei, está na internet, saiu na mídia, disse: “É uma grande mentira.” Por que eu tenho informação sobre o Haiti todos os dias, tenho os meus parentes que estão no poder e eles sabem o que acontece, entendeu? Tem vários que estão no poder e que são pessoas influentes, pessoas que tem capacidade. Eu vi na internet, assisti na televisão, não é nada, é uma grande mentira.

A questão é que não sabemos se o Brasil está ajudando porque está acolhendo os Haitianos aqui. A presidente Dilma deu uma entrevista dizendo que estavam trabalhando. Por que tem muitos haitianos formados que vieram para trabalhar. A Igreja Católica no Brasil está ajudando, a CARITAS em parceria com CNBB também está ajudando os haitianos. São os haitianos que trabalham. É uma questão política; tem que ser pessoas estrangeiras que tem que trabalhar e você está ajudando, como você vai dar emprego aos que sofrem, como você vai ajudar essas pessoas que não tem nada?

O haitiano, na verdade, é um povo que tem muita dignidade. Mesmo os que estão no Brasil, eu não sei se você percebeu, passaram muito tempo para usar camiseta. Essa camiseta com blusa e manga é um exemplo e nós gostamos de trabalhar, mas não gostamos de esperar pelos outros porque nós batalhamos muito para ter a nossa independência. E na escola ensinam a gente a trabalhar, é um valor. No dia 18 de maio a gente tem que subir a montanha, cantar para ter mais água no país, para ter mais condição de vida, explicamos isso para os alunos. Outra coisa que posso dizer é que somos muito estudiosos, gostamos de estudar. Tem vários haitianos que estão trabalhando, estão com diploma. Quando eu fui em São Paulo visitar algumas ocupações. “Cadê ele?”, “Está fazendo um curso”, “E ela?”, “Está afazendo curso.” É nossa maneira de vida, por exemplo, quando for embora, eu não estudei nada aqui, mas eu falei para Dom Joaquim que quando eu sair eu vou estudar, eu preciso de uma formação na

psicologia para atender as necessidades das pessoas. São coisas que não aprendemos em cursos formais, por exemplo, estou ensinando na faculdade diocesana daqui, mas eu me sinto feliz porque eu cheguei lá e falo bem, consigo explicar e a minha alma que está super animada. A gente dar tudo que a gente pode fazer, quando cheguei não fiquei fechado, de jeito nenhum. “Vamos ver assim, quero uma animação, ficamos de pé, vamos brincar com as palavras.” Por que é uma língua diferente: “Vamos brincar.” É a língua da bíblia.

E como haitiano, como ser humano, como missionário, alguém que está pregando o evangelho, acho que tem muita coisa por fazer. Foi feita muita coisa, especialmente no Acre, você está vendo agora, passaram as imagens de um lugar isolado, um lugar que não tinha desenvolvimento em nada e hoje olha o Acre, a cidade não existia, apesar de tanta poeira. O calor, ontem já estava cheio de poeira, mas tem muita coisa que foi feita e que precisa mudar. A desigualdade, acho que sempre vai existir no Brasil, em todo lugar, mas o Brasil vai ser mais forte porque cada vez que você faz propaganda, aumenta o preconceito, o racismo, a desigualdade. Mas só que o Brasil luta muito, as pessoas trabalham muito para conseguir as coisas aqui, é um dos país quase rico, é um país emergente como nós falamos, mas é um país que tem muita riqueza, é imenso, mas a política brasileira está falando de reformas. Qual o tipo de reforma que nós queremos? “Quero esse partido, não quero esse partido.” Os outros já não trabalharam, não passaram? E o Brasil hoje? Mas é um país que está nos olhos de todos. Estive em Manhattan em Nova York, quando eu vou não fico só num lugar, vou presidir missa e depois: “Você morava no Brasil?” Eu fui celebrar com uma comunidade brasileira em Boston. “Ah, você está no Brasil? Você gostou, está gostando?” E tem várias perguntas e eu sempre falo: “Gente, há muita coisa a ser feita para melhorar.” O Brasil é um país rico, mas que tem muitos pobres, com muita desigualdade. Às vezes paro e penso que não posso exigir muito, deixa eu fazer uma pequena comparação.

Na Europa, especialmente na França, os imigrantes chegaram lá e deram um exemplo, trezentos euros para esse imigrante. O imigrante não tem direito de trabalho, não tem documentos, não tem nada. Quando os imigrantes chegaram no Brasil, deram o documento, que é o primeiro passo para o trabalho. Sei que agora o contexto está difícil porque tem muitos brasileiros desempregados. Talvez não possa dizer o que deve ou não ser feito, como haitiano é injusto falar nesse tom. Mas se melhorar a política, porque não é a mudança só positiva. Todo mundo vai estar bem e os imigrantes vão poder participar dessa grande riqueza, desses bens, uma vez que quando diminui a violência, eles se sentem mais seguros e criam mais empregos. Se melhorar a saúde, vão ter mais condições para frequentar o hospital e ter condições para o atendimento. Tudo que melhora no Brasil está em favor dos imigrantes,

mas eu não posso exigir nada, não posso. Só que o que deve ser feito, com certeza, é melhorar a condição de vida humana, senão vai ficar difícil.

Uma coisa que gostaria de dizer é agradecer a todos os brasileiros, ao governo brasileiro, principalmente, o governo do Acre. Quero agradecer também a vocês que estão pesquisando, fazendo trabalhos bons nas faculdades, eu já encontrei muitos que vieram aqui, acho interessante especificar; também quero agradecer meus conterrâneos que estão aqui. Eu gostaria de desejar paz, felicidade, por que eles estão buscando uma vida melhor. Deus os ajude cada um para que possam trabalhar com muita dignidade e para que não esqueçam nossa raiz. Nós somos haitianos, nós nunca vamos ser brasileiros, nós vamos procurar sempre conservar a nossa raiz e dialogar com os brasileiros para fazer tudo com paz e união.

Porto Velho – Rede de imigrantes haitianos

Pierrelus Pierre

Eu nasci no Haiti, sou haitiano porque minha mãe e meu pai são haitianos, mas a realidade é que nunca morei no Haiti, fui criado na República Dominicana. E foi lá que eu vivi toda minha vida, lá aprendi a ser homem. Fui criado sozinho numa família branca e cresci como estrangeiro. Eu vim conhecer a minha família biológica haitiana depois de grande. Trabalhei uma vida na construção, pois tinha feito um curso técnico em construção civil e aprendi a trabalhar nesse setor. Só depois que eu aceitei Jesus consegui entender a vida... Estava num país sem ninguém, não tinha intimidade com minha família e só fui conhecer a família natural depois do terremoto no Haiti. Prestei socorro a muita gente que procuravam seus familiares. Depois do terremoto, a gente aprendeu muita coisa sobre o Haiti. E muitos vieram para o Brasil porque não tinha como sobreviver.

Desde criança passei a viver na República Dominicana porque foi uma tia que me levou para ser adotado, nem sei contar essa história certinho porque eu não tenho conhecimento para falar os detalhes. Só sei que fui criado na República Dominicana. Parece que uma tia tinha um relacionamento com uma pessoa de lá, que uma tinha filha mulher e não tinha um filho homem. A mulher pediu um menino para criar. Não consigo entender muita coisa....

Assim, fui criado numa família branca, o pai que me adotou queria me maltratar e a mãe, que era branca dos olhos azuis, não aceitava. Era uma família militar dominicana... Isso me ajudou a entender muita coisa porque fui criado com muita opressão... Eu era o único negro numa família de brancos. Tinha duas meninas e eu não entendia se eu era haitiano ou dominicano, lembro que nós nos dávamos bem porque eu pensava que era minha irmã, só que a mãe que nos criou, gostava de mim também, ela é branca, para ela não tinha diferença, eu não sentia a diferença, porém o homem era muito violento comigo, só que a mãe não lhe dava esse privilégio, a mãe era brava, se ele mexia comigo era briga certa. Depois que eles morreram eu consegui entender como é a vida, eu não fazia parte da família e eu tinha que pegar a rua... O marido morreu primeiro e depois ela. Ela morreu de coração porque mataram o marido em sua frente de bala. Não durou muito. Lembro que tinha um tio racista que não me aceitava na casa dele, a partir daí eu comecei a aprender a trabalhar com construção. Eu fui trabalhar em construção, tinha um mestre-de-obras que não queria me pagar, e queria que eu saísse muito tarde do serviço. Disse: “Vou é aprender a trabalhar como tu assim, pra eu não ser maltratado

mais”. Aí fui fazer o curso técnico. A partir daí comecei a pegar serviço como empreiteiro, comecei a trabalhar e deu certo. Nunca fui para cadeia, nunca tive problema com ninguém, e me criei assim...

Fui crescendo na República Dominicana e comecei a entender que estava sozinho na vida. Aprendi a trabalhar, mudei de cidade, trabalhando de Santo Domingo à Santiago Rodrigues, mudei várias vezes até conhecer a palavra de Deus. Eu já fiz de tudo nesta vida e só estudei um pouquinho.... Cheguei à oitava série porque fui criado sozinho, ninguém me apoiou para estudar, não tinha como investir em estudo. O que me ajudou é que fiz um curso técnico para viver a minha vida, porém, eu não tenho estudo qualificado não.

A maioria dos haitianos que vem para o Brasil, imagino, são pessoas que vem da República Dominicana, são profissionais que moravam lá. Porque a República Dominicana é um país que é um pouquinho mais avançado que o Haiti, e lá não tinha profissionais, foram os haitianos que construíram esse país. O haitiano tem essa facilidade de ganhar dinheiro para ajudar a família no Haiti. Tem haitiano que se cria fora do país. No meu caso, eu tenho quatro filhos, são haitianos que nasceram na República Dominicana e ainda não conhecem o Haiti. O Haiti e a República Dominicana são fronteira. A República Dominicana é mais estruturada financeiramente que o Haiti. Tem pessoas que são dominicanas e haitianas que casaram com dominicanos, tem mulheres dominicanas que casaram com haitianos, tem homem dominicano que casou com mulher haitiana. Teve uma mistura, estão puxando familiares do Haiti para a República Dominicana, daí que tem muitos haitianos lá. Daqui uns dias no Brasil vai ter haitiano casado com brasileiro e tendo filhos. E o haitiano vai querer se estabilizar nesse lugar.

Eu tinha um jeito de viver a minha vida com poucos custos financeiros. Fora da construção eu vivi de todo jeito, só que depois que aconteceu o terremoto, o teto de uma casa caiu em cima de duas irmãs e fui prestar socorro... Eu me sentia derrotado financeiramente ao sair da República Dominicana e entrar no Haiti. Lá ajudei um companheiro e gente que não tinha muito dinheiro e, aos poucos, a gente dividia. Eu tive um relacionamento com uma mulher que não deu certo, sempre lembro dos meus filhos para manter. Só que em 2010 a gente começou a estudar e imaginar que não tinha uma saída na política haitiana. A gente precisa de um país que tenha emprego para ajudar a família. Não tinha pensado em vir para o Brasil, nenhum haitiano pensa porque a gente sabia que o Brasil não era um país muito avançado financeiramente. Nós conhecemos o Brasil como país do futebol, um país pobre, vimos um

pouquinho da história do Brasil. Só que Haiti e Brasil tem uma proximidade porque o haitiano ama o futebol brasileiro. E quando o Brasil está jogando contra outro país todo haitiano é a favor do Brasil, isso é coisa antiga. Muita gente veio para o Brasil porque não tinha emprego. Quando teve o terremoto, estava escutando esse negócio de copa mundial que ia ter no Brasil e que estava faltando mão-de-obra, ouvimos isso lá. Daí a gente decidiu vir. Só que quando chegamos passamos a maior dificuldade para entrar, depois que entramos o povo brasileiro recebeu a gente do jeito que pode.

Ao chegar pensamos que iria ter um mínimo de estrutura e não teve. O haitiano que entra é diferente de outra nacionalidade porque tem muitas nacionalidades que vão para outro país atrapalhar, fazer coisa errada. Só que o haitiano que está aqui no Brasil vem com o propósito especial, qual é? Trabalhar. E se tem um haitiano vagabundo ele não consegue chegar no Brasil, se tem um haitiano bandido, ele não consegue chegar no Brasil porque para chegar aqui tem um custo. Esse haitiano que chegou aqui tem família, teve que gastar para entrar no Brasil. Na realidade, ele não tem como chegar porque é preciso ter muito dinheiro para entrar pela fronteira. Tem brasileiro que pensa que haitiano chega aqui a pé. Negativo. Só dá para vir de avião. Agora tem pessoa que pega um voo da República Dominicana até o Equador porque não tem dinheiro para comprar direto. Tem uns que compram até o Peru ou até a Bolívia e quando chegam lá pegam um taxi para entrar. Cheguei ao Brasil em 2011, vim de avião até o Equador. De ônibus até o Peru e de lá peguei um táxi até o Acre. Fiquei um mês no Acre e depois vim para cá.

Para resumir, muitos haitianos precisam de trabalho no Brasil, eu mesmo sou um. Tem pessoa que não imagina, eu estou passando momento difícil, sem carro, não estou construindo, é um momento difícil como profissional porque a estrutura que eu precisava, a porta está fechada. Tem muito lugar que a gente procura emprego como profissional e a pessoa olha para você com desconfiança e não abre oportunidade. Tem haitiano que sabe fazer muitas coisas além de pedreiro, servente. Eu trabalho no Brasil, não sou engenheiro, às vezes oriento engenheiros, só que muitos cobram como engenheiro e a capacidade dele é baixa, por não ter experiência para executar a obra. Eu sou um técnico, fiz duas obras no Brasil, finalizei tudo e saí com carta de recomendação. Trabalhei em 2011 e 2012, só que no final de 2013 e 2014 foi muito ruim de serviço. Tem muito lugar que fui pedir serviço, por mais que tenha carta de recomendação, apresentei minha carteira de trabalho que já foi assinada como encarregado geral que toma conta de equipe e ainda tem empresa que tem coragem de abaixar minha carteira para pagar como pedreiro. A gente fica um pouquinho triste porque existe várias categorias de pessoas, classe alta, classe média, classe baixa e ninguém é melhor que

ninguém. Só que quando você vem de uma classe média você já tem uma estrutura e vai baixando, baixando, e não tem outro jeito. Isso chega a dar uma dor profunda. Quando eu cheguei aqui no Brasil, eu não esperava essa dificuldade. Eu comecei a viajar e vi que o Brasil não é tão ruim, eu não aceitava uma pessoa falar pra mim que o Brasil é ruim. Antes, quando morava lá não sabia falar do Brasil, não conhecia, eu vivi com os brasileiros e vi que a diferença é grande.

Eu acho que tem uma política no Brasil que não ajuda nem mesmo os brasileiros. Um estrangeiro que chega aqui paga o preço, vai sofrer muito mais. Nós estamos aqui para trabalhar. Não tem autoridade que veja isso. Os haitianos precisam de estrutura para trabalhar. Você olha em empresas de lixo, agrônomo trabalhando como lixeiro, encontra técnicos de construção e de outras áreas trabalhando como lixeiro porque eles não querem ficar sem trabalho, precisam dar um jeito de sobreviver. E você vai encontrar em várias áreas, engenheiros, doutores, professores que não estão estruturados. Tem pessoas que vê os haitianos na rua, “ah, os haitianos sem estudar, sem ter estrutura”, negativo, aprenda a conversar com haitiano e verá quem são eles.

E muitos haitianos que têm estudos encontram as portas fechadas. No meu caso, sou um técnico em construção, eu não preciso de um engenheiro para levantar uma casa, eu pego o terreno e faço o prédio. Vou te dizer uma coisa, você chega na obra e só pode ser com “cala-te aí”, e isso não dá certo. Só que Deus me ajudou quando eu cheguei a primeira vez, eu fiz uma obra na rodovia sentido Rio Branco, esses empresários vinham de São Paulo, estavam precisando de encarregado, só que quando haitiano chega lá novo e vai sentando bloco de cimento, não tinha nenhum brasileiro que entendesse disso, estava procurando saber se tinha haitiano que trabalhava nessa área, e a gente se entende muito bem, porque nós só mexemos com bloco de cimento. Quando cheguei nessa empresa e mostrei minha capacidade, experiência, e me contrataram, fiquei um ano trabalhando como encarregado. Finalizei minha obra e fui trabalhar no galpão do supermercado Gonçalves. O encarregado que estava nessa obra abandonou porque o salário era muito baixo, ele levantou a empresa dele e foi trabalhar. Estavam precisando de um encarregado e um amigo meu me recomendou e quando cheguei ninguém acreditava: “Um haitiano vai tomar conta dessa obra? Não vai dar certo”. “Você viu como estava o negócio?”, “Ah não, não vai dar certo”. A pessoa não me conhece, não sabe da sua capacidade e lhe julga: “Ah não, não vai dar certo”.

Quando eu cheguei lá no escritório, ele me pediu um currículo, disse: “Patrão, você me dá licença um segundo pra eu falar com o Senhor. Permita que seja honesto.” E graças a Deus ele me deu essa oportunidade. Conversamos: “Patrão, o profissional bom não deixa currículo em

nenhum lugar, um profissional bom só fala e acredita na palavra dele, se o Senhor está precisando de um profissional para tomar conta da tua obra, sou eu, meu currículo, se fizer um teste comigo vai ver a qualidade.” Por que em muitos lugares pedem currículo e joga esse currículo num canto e nunca olham, é tipo uma brincadeira. Eu te dou essa palavra para não perturbar, te deixo um currículo, porém, ninguém olha. Estou precisando e não estou de acordo, vou chegar numa obra e dizem: “Deixa um currículo. Você está precisando? ”, “É, faz um teste comigo”. E ele fez. Mandou eu ir ao terreno e em três dias tomei conta da obra, em uma semana ele me chamou no gabinete: “O Senhor está contratado como encarregado geral aqui.” Peguei a obra e tive que desfazer tudo que estava mal feito, colocar cada coisa em seu lugar. Finalizei todo o trabalho coeso.

Fiz vários bicos para sobreviver. Só que hoje em dia estou passando momentos difíceis porque não quero me fechar numa empresa, porque a empresa desfruta de você e paga pouquinho. Eu fui lá na usina, apresentei todos os meus documentos, foram ver minha carteira de trabalho, tenho experiência como encarregado, como mestre de construção, e me contrataram como pedreiro porque eu estava passando por um momento difícil e queria trabalhar. A empresa me deu uma equipe de quarenta e nove pessoas para tomar conta, só que no momento de pagar, pagaram como pedreiro. Foram dois meses. Fui reclamar e me mandaram embora porque eu não tinha direito de reclamar, eu tinha que aceitar trabalhando como encarregado e ganhando como pedreiro, é um abuso.

Na realidade, eu amo o Brasil! Eu gosto do Brasil e do povo brasileiro. Isso que acontece com os estrangeiros não é legal porque somos bem-vindos “só na palavra”, porém, haitiano precisa de oportunidade de emprego e não está achando. Todos os haitianos estão sendo usados e não estão ganhando dinheiro. Por exemplo, eu não sou pedreiro, sou técnico em construção. Muitos haitianos que estão no Brasil fazem vários trabalhos, muito não tem oportunidade e estão insatisfeitos. Essas são as dificuldades que encontramos. Eu mesmo abri uma microempresa, pago imposto todo mês, vou ter que fechar porque está difícil; tenho dois terrenos e tenho que pagar IPTU, além do carro que tenho que manter... O meu carro está aí estacionado, não saio com ele porque o documento está atrasado e não quero ter problema com a lei.

Eu moro aqui e tenho quatro anos nesse lugar. O brasileiro tem a liberdade para fazer o que quiser, eu tenho que ser exemplo. Eu nasci para ser exemplo, sou honesto para prestar socorro, para ajudar, eu não nasci para atrapalhar, nasci para não incomodar a ninguém. Quando vejo que os caminhos estão fechados me incomoda, me sinto ruim, porque às vezes o que eu ganho não é só eu que desfruto. Se uma pessoa precisar, eu ajudo, porque a vida é boa,

o mundo que não entende o que a vida é. Não estamos nessa terra para odiar ninguém, para matar ninguém, para maltratar ninguém, estamos porque precisamos prestar socorro a quem precisa, para ajudar o outro a levantar, a sair do chão. A questão é que tem pessoas muito ambiciosas e querem sempre mais. E tem uns que matam os outros para pegar o pouquinho que ele tem. Isso acontece no mundo. Porém eu aprendi essa palavra: “Eu preciso amar meu próximo como eu amo a mim mesmo”.

O Brasil abriu a porta para gente entrar e estamos aqui. Cada país tem sua forma de organização. E se puder ter um pouquinho de misericórdia com o estrangeiro que vem de outro país que está precisando de oportunidade, se as autoridades puderem ver, isso fará feliz. Eu não vim para o Brasil tirar dinheiro e levar para lá não, eu vim para ganhar dinheiro e fazer uma estrutura aqui e ajudar o povo brasileiro, para ajudar haitianos. Eu estou construindo a minha vida aqui, tenho o meu carro, tenho uma empresa onde eu coloco brasileiro e haitiano para trabalhar comigo e todo mundo está vivendo. Minha visão é diferente de qualquer outro haitiano. Eu quero ter uma base, eu estou correndo atrás, mas não estou conseguindo.

Deus me colocou um nível acima pra eu dar a mão a quem trabalha, cada vez que eu sonho vejo que estou dando a mão à pessoa que está abaixo e estou ajudando a levantar. Eu vejo que estou ajudando pessoas, que tenho uma fundação sem fronteiras para prestar socorro à pessoa que está do lado do rio em más condições, com a casa queimada, que não tem ninguém. Acontece coisas no governo e precisamos ter esperança nele, como cidadão precisamos entender também que se Deus te dá condições para prestar socorro a uma pessoa, é preciso prestar socorro. A primeira igreja fundada por haitiano foi a que abri, só que muita gente não se entendia, pois muita gente pensava que era pra ganhar dinheiro. “Ah não, ele chegou e já tem carro, tem isso..” Pessoas desconfiadas. Eu já viajei pra Manaus, Bahia, Santa Catarina, São Paulo, Belo Monte e Maranhão. Viajo para muitos lugares pregando o evangelho. Em 2014 fiquei sem trabalhar porque o negócio da copa tragou tudo, o rio Madeira tragou tudo, e a política que chegou também engoliu o restante.

Muitos haitianos que passam a ter uma base no Brasil voltam para o Haiti e só ficam quinze dias, por que? Tem responsabilidade no Brasil, sua esposa está aqui, a casa dele, o veículo dele, porque ele não tem como negar, abandonar o que construiu. Um haitiano que já se casou, não volta para morar no Haiti como antigamente, igual como uma pessoa que mora nos Estados Unidos. Pode ser que brasileiro, por ter uma base nos Estados Unidos passe um mês com a família brasileira e depois ele retorne para os Estados Unidos, pois a base dele está lá. No meu caso, estou procurando um caminho para ter uma base e crescer mais.

Eu falo creole haitiano, depois de grande eu consegui aprender porque eu fui criado com espanhol, só falava espanhol, porém, depois de grande eu conseguir entender que sou haitiano e comecei a procurar haitianos para conversar. Eu falo inglês, espanhol e creole, agora estou falando um pouquinho português, se bem que não é muito, mas falo um pouquinho português. A história do Haiti é grandiosa. Haitiano é um povo corajoso, eu só quero colocar na cabeça de vocês que quando você ouve falar de um haitiano, saibam de quem estão falando. São cinco características. Primeiro é ser corajoso; o segundo é de ser uma pessoa que não tem medo de enfrentar qualquer trabalho pesado; de um povo que gosta de ter liberdade, liberdade que foi sair da escravidão, eles não querem voltar a ser escravo porque quem primeiro lutou no continente negro foi Haiti que guerreou e tomou a liberdade. Ele luta para não voltar a ser escravo. Em quarto lugar, o haitiano tem muita coisa boa dentro dele, coração bom, de um povo que gosta de prestar socorro, ajudar. As pessoas confundem, pensam que haitiano e africano são duas coisas que parecem, nós somos de descendência africana, porém são duas coisas diferentes. Haitiano pratica muito a religião evangélica, só que muitas pessoas dizem que Haiti é um país que pratica o Vodú de Satanás. Sim, tem. Todo país tem. Porém, não como muita gente pensa. Em 75% você vai chegar lá e vai encontrar haitiano que pratica mais o evangelho. O haitiano é um povo que guerreou pela liberdade.

A explicação de que a religião ocasionou o terremoto de 2010 no Haiti é conversa, jogo político para derrubar o Haiti. Porém, esse terremoto é uma coisa que está escrita na Bíblia, é profecia. Não era só o que ia acontecer no Haiti, aconteceu em muitos países. A Bíblia sagrada diz que chegará um momento, quando Jesus Cristo estiver pertinho de retornar para salvar a humanidade, terá terremoto, guerra mundial, pai contra filho, vai ter filho contra pai, pai matando filho e filho matando pai, e nós estamos vivendo esse tempo. Estamos encontrando guerra em muitos países, por isso, que enfrentamos isso. O terremoto não só aconteceu no Haiti, aconteceu no Chile, no Japão, no Peru. Agora, o terremoto que aconteceu no Japão não era pouquinho coisa não; o terremoto que aconteceu no Chile não era pouquinho coisa não. E no Haiti estão dizendo que era coisa de religião com o Demônio? Não é...

Esse terremoto aconteceu e pode acontecer em qualquer país, é coisa da natureza no Haiti. Talvez um dia pode ser que o Haiti tenha um amor tão grande ao povo que queira que eles fiquem em pé. A violência política que o país enfrenta é grande, alguém vai ter que pagar o preço porque o Haiti é um país que nunca teve um governo que tomasse conta do povo. Não posso opinar muita coisa sobre esse terremoto. Só sei que Deus existe. O terremoto pode acontecer aqui, nos Estados Unidos e em qualquer outro país. Vou te dizer uma coisa: a gente vai pagar um preço pela desobediência, quando não tem humildade. No Haiti tem muita

manipulação do povo. É só isso que posso dizer. Eu acho que esse terremoto que aconteceu no Haiti foi Deus que sacudiu para que o povo aprenda a ficar de pé...

Não tenho parentes no Brasil, estou só. Estou separado desde 2009. Tenho quatro filhos e estou procurando um jeito de fazer a minha estrutura e casar com uma brasileira. Também tenho família nos Estados Unidos, em Paris, Canadá. Na realidade, minha família é grande, só que a gente não tem aquele contato, sou um pouquinho orgulhoso, não quero perturbar ninguém. Ninguém faz você ser rico, a riqueza está dentro de você. É o jeito de você pensar, de agir, de crê... Muita gente herda e não trabalha. O avô teve que trabalhar para ter as coisas. É preciso saber administrar as coisas, não ter inveja do que a pessoa está ganhando, valorizar o pouco que você ganha, ter acordo com a tua capacidade e sempre procurar saber quais as melhores coisas nessa vida, sobretudo, quais as melhores coisas que a sociedade pede de você. Precisamos nos conectar com a sociedade.

O que é uma sociedade? É eu e você e os outros, precisamos de qualidade, transparência. Só que para você fazer parte da sociedade, você não precisa usar tudo o que tem na sociedade, você precisa mostrar parte tua e aprender a dar exemplo na sociedade porque a sociedade precisa de você também. Cada vez que nós não apresentamos alguma coisa boa à sociedade nós estamos cometendo um erro muito forte porque a sociedade precisa do socorro de cada ser humano. Tudo começa a partir de vocês. Tem que ser honesto e isso é para todos nós.

Você encontra pessoas racistas em todo lugar, não tem como escapar, sempre vai existir. Já sofri racismo aqui e dentro da igreja. Eu não sofro mais porque eu tenho um jeito de ver minha vida. Se eu fosse qualquer um eu podia até sofrer, vejo que estou morando numa área de classe média e classe alta. E para eu funcionar nesse meio de classe média eu tenho que colocar-me no meio dos dois; eu tenho que ser alta ou média, eu não posso ser baixo. Escuta bem, se eu não colocar a mim como classe média ou classe alta você sabe o que vai acontecer? Eu vou atrapalhar porque alguma coisa eu vou necessitar, vou incomodar. Tem coisas que a gente paga um preço, só que por mais que eu me coloque nesse meio para não pedir, para não atrapalhar, para não incomodar, eu sofro.

Tem pessoa que não gosta de conversar com a gente só porque somos pretos, por mais que ele seja cristão, não se mistura. Eu lembro, passei um problema com um pastor para estacionar meu carro, ele não queria, mesmo o estacionamento pertencendo a igreja. Já passei momentos difíceis... Eu nunca falei nada, tudo que ele falou eu ouvi e fiquei calado. Tem outro pastor que é gerente, que comanda tudo, fui e falei com ele: “não, não fala nada, deixa teu carro lá”. Quando fui falar com o outro pastor, estava sabendo, ele falou: “não, deixa ele aí porque ele faz parte de nós também”, a partir daí deixei meu carro.

Outra vez fui trabalhar numa empresa onde falei que trabalhei como encarregado e me pagaram como pedreiro, só porque sou haitiano, e meu trabalho era melhor que qualquer outro. Toda manhã tinha um inspetor, um supervisor, ele corrigia todos os serviços, mas o meu ele nunca corrigiu, porque nunca tinha defeito; só que o chefe geral não gostava de mim. Também tinha outro companheiro meu que não gostava de mim, não sei porque, falava de mim por aí. No dia que fui reclamar do meu salário me mandaram embora.

Eu gosto de ajudar muita gente, outra vez, uma senhora teve um acidente e eu vinha de carro e parei para prestar socorro... Tinha um cara e ele perguntou: “você é parente dela?”. Falei: “não, eu só parei mesmo para prestar socorro”, ele disse: “não, eu tô aqui já, você pode ir embora tá!”. E fora isso, às vezes tem moto táxi, antes quando eu não tinha carro, o moto táxi aumentava o preço; lugar que tinha que cobrar dez reais, me cobrava vinte. Quando eu consegui entender e falar um pouquinho, perguntei: “Por que você cobra essa quantidade de taxa de mim, não é assim?”, teve um cara que respondeu: “Nós é Brasil, você vem pra trabalhar com nós aqui, nós podemos fazer o que nós quiser com vocês”. Falou desse jeito. Eu disse “Ah, é assim?”, Ele disse: “Sim, vocês vem aqui pra trabalhar, agora o haitiano vai trabalhar pra nós, e nós não vai trabalhar mais, nós vai viver tranquilo”. Eu não me senti bem com a resposta dele. Teve um brasileiro que falou: “Ele está discriminando”, eu falei “Não, se eu submeter ele, eu vou arrumar um inimigo, e aqui não conheço ninguém”. Eu não me senti feliz, não me senti bem, e deixei pra lá porque quando você encara a violência você arruma inimigo. As mulheres brasileiras são melhores que os homens, nunca tive problema com mulher brasileira. Algumas mulheres brancas viram o rosto. Porém, nesses quatro anos eu não encontrei problema por parte de mulher, também não encontro muito homem com qualidade, que ajuda.

Eu não vim pedir dinheiro ao povo brasileiro, vim procurar oportunidade de emprego, a intenção é essa. Eu trabalhei no Gonçalves e tenho facilidade em dirigir pessoas, nessa obra contratei doze mulheres brasileiras, todos gostavam de mim, do jeito que eu administrava, jeito respeitoso, só que tinha uma equipe que não gostava de mim, aí eles foram ao escritório para querer me tirar da obra, só que quando foram ao escritório eu decidi não trabalhar. Eu queria sair da obra para não incomodar, teve um que disse: “Isso não é justo para haitiano, vim de tão longe pra comandar nós aqui no Brasil”. Teve outra pessoa que disse: “Não vou permitir isso.” Só que o gerente da obra gostou da qualidade do meu serviço. Quando eles chegaram no escritório fazendo esse ato contra mim, o patrão disse: “Tira foto de todos que estão aí, vamos mandar tudo embora”. Quando perceberam que o patrão não estava dando moral, alguns chegaram pertinho de mim, o patrão disse: “Pierre, esse que estava aqui, você

decide, mando ele embora?”. Disse: “Não, não manda embora não, são pessoas com família que não sabem o que estão fazendo, pessoas que tem inveja, porém deixa comigo, eu tenho outro jeito de administrar”. Sei que todos me respeitaram, nenhum ficou contra mim. Fui criado de um jeito para sobreviver na vida...

Depois do terremoto eu fui ao Haiti, não tinha como ficar muito tempo lá. Não tinha onde morar, a gente ficava na rua, não tinha casa, não tinha hotel, tudo foi destruído. E capa, sabe o que é capa? É “etante”, gente que leva “etante”, sabe o que é “etante”? É aquela casinha que a gente leva para colocar em qualquer lugar para dormir por baixo, como se chama aqui? Barraca. A gente estava doente com o número de mortos no chão, não dava para ficar muito tempo lá. Eu fui e voltei, depois a gente ficou em contato com a família, e viemos para o Brasil. Tem muitos brasileiros, já tinha brasileiro, e tem brasileiro que nunca vai ao Brasil. Tem muitos que não querem vir para o Brasil, tem negócio lá.

Lá tem quatro categorias de brasileiros. Tem o brasileiro que era bandido, que disse que tinha problema com a justiça brasileira e foi fazer a vida dele lá. Tem uns que casam com haitiano e vão fazer a vida dele, e tem uns bem estruturados. Outros que são pessoas de negócio, cabelereiro, trabalham com haitianos. A maioria são do exército brasileiro, pessoas que estão a mando do governo brasileiro. O que estou falando são pessoas que existiam lá. Tem jornalista brasileiro que trabalha e faz reportagem para o Brasil, tem a embaixada brasileira. Sei que para mudarem o general brasileiro que estava lá, fizeram uma greve, trocaram de general. O Haiti tinha um problema de segurança, além do problema político e não conseguiram controlar a delinquência porque havia uma guerra civil que vinha de uma crise financeira; aí o americano que estava tomando conta de lá levou doença para o Haiti, e os haitianos estavam morrendo com uma doença por causa do americano. O povo haitiano fez uma greve contra os americanos, começaram a matar americanos, pediram brasileiros.

Quando o Brasil chegou deu o exemplo, começou a prender bandido sem ter que matar, e se alguém morreu, morreu porque tinha que morrer mesmo. O Brasil utilizou a técnica da inteligência diferente dos americanos. Americano nunca quer ajudar Haiti, americano sempre quer derrubar Haiti, e foi americano que acabou com Haiti. O haitiano estava revoltado, tiraram o exército americano, tem alguns lá, porém a força comandando lá é o Brasil. Só que agora o exército está sendo formando a qualquer momento e o Brasil não estará mais lá. Enquanto não terminar de formar, o exército brasileiro continuará ajudando o governo haitiano a se estruturar. O exército brasileiro cobra muito alto para ficar no país; é um país que não tem muito dinheiro, e esse dinheiro vem de outros países para a reconstrução. O

governo que chegou no poder hoje em dia está fazendo a diferença, colocando estrutura, chamando turista estrangeiro para ir ao país porque hoje em dia o Haiti é diferente de como estava antes. O governo de antigamente não fazia nada e hoje em dia o país vive outro momento, está tranquilo. Tem como ter uma saída financeira.

Para os haitianos, que são trabalhadores, é preciso melhorar a lei brasileira, essa lei existe, só que não está sendo executada como tem que estar porque o racismo continua funcionando, e a lei não é praticada. É preciso tirar essa discriminação, por exemplo, estou pagando imposto, pagando IPTU, o mesmo que você como brasileira paga, não estou atrapalhando, estou dando um benefício. Também vejo que é preciso ter oportunidade para a estrutura do imigrante haitiano, é bom que a autoridade conheça as plataformas de ação para que o Brasil valorize os imigrantes. Desde 2010, quais os prejuízos que os haitianos trouxeram para o Brasil? Qual é a ameaça? Qual o fracasso que tem o Brasil com os Haitianos? Você não vai achar nenhum. Nenhum! Por que os haitianos que estão aqui, vem só para trabalhar. Deve ter algum haitiano que goste de tomar sua cerveja, mas ele não vai pedir cerveja, ele vai trabalhar para comprar uma cerveja. Tem haitiano que gosta de estar com mulher em puteiro, todo lugar tem isso, só que tem que ter dinheiro. Ele pode fazer o que quiser dentro da regra, só que na segunda você encontra a pessoa trabalhando. Você não vai encontrar haitiano morando na rua, pedindo de porta em porta, não. Agora você vai encontrar dois, três, quatro, cinco haitianos no mesmo quartinho. Por quê? Por que ele ganha pouquinho. O quartinho vale seiscentos reais, penso assim, se colocar nós três nesse quartinho eu divido esses seiscentos para três, e não vai sair muito pesado. Haitiano não tem nem dia nem hora para trabalhar não, trabalha em todos os horários, porque é assim que ele foi criado, assim que foi acostumado. O governador desfrutou, deu oportunidade aos imigrantes haitianos, só que ele não valorizou, senão eu teria outras possibilidades como profissional, outro jeito de trabalhar. Os imigrantes são bem recebidos na área de trabalho, na área de serviço como profissional, porém não está ganhando. Eu tenho muitos projetos... Um deles é construir minha casa e trazer minha família com brasileiro, quando eu falo de família é tendo mulher com filhos. E fora isso, quero ter meu negócio funcionando. Falando de negócio, não precisa ser um negócio, são vários, só que a gente começa com um e dependendo de como está administrando ele pode te dar dois negócios ou mais.

Eu quero e preciso de um serviço, não quero ficar todo o meu tempo trabalhando em construção, quero terminar a obra, fazer um restaurante com várias categorias de comida... No Brasil, a comida é boa, porém vende só uma categoria de comida. Eu gostaria de montar um restaurante e empregar muitos brasileiros porque eu gosto dos brasileiros, eles são limpos,

muito higiênicos. Gostaria de ter um centro de internet, não como eu vejo muitos por aí, um centro de internet com qualidade para qualquer categoria de pessoa e com telefone disponível para qualquer ligação de qualquer país. Minha visão é ter uma fundação. Meu projeto é viajar, ver as condições em que muita gente vive... Minha missão não é ser rico para que eu fique grande e humilhar o pequeno. Minha missão é ajudar. Em Porto Velho é preciso ter carro porque o transporte público é ruim e tudo é longe. Sabe, quero encontrar uma mulher companheira e carinhosa para construir a vida. Estou no Brasil para trabalhar e construir um caminho aqui.

Wilguens Marcellus

(A entrevista foi realizada em Porto Velho, na frente da casa de minha mãe e ao lado da casa que Marcellus reside. Era noite e ele estava começando a preparar o jantar, mas parou para conversar comigo. Sua companheira o repara de longe e fica um pouco desconfiada com a minha presença, creio que está com ciúmes. Mas ele não quis que a entrevista fosse realizada em seu apartamento. Janeiro de 2014)

Eu sou Marcellus, deixa eu falar meu nome em crioulo MARCELLUS WILGUENS. Aqui as pessoas me chamam de Marcellus porque elas têm dificuldade em falar. Eu cheguei no Brasil em outubro de 2012, deixei o meu país, mas não é pelos motivos que as pessoas falam aqui: “*os haitianos passam fome no país deles*”. Eu vejo muitas pessoas falarem isso, não ligo porque elas não sabem do que falam e contam qualquer coisa. Eu só falo daquilo que conheço. Eu deixei o meu país... Estava trabalhando bem lá: de pedreiro e armador. Trabalhei muito, depois fui para escola e continuei trabalhando. No Haiti tem feriado no colégio, passamos três meses na escola e lá as aulas começam em setembro e vão até junho. Eu comecei a estudar para aprender uma profissão, a minha mãe não aceitava, por quê? A minha mãe me criou sozinha, não tive pai, sou o filho mais velho. Conheci o meu pai em 2012, depois que ele ficou doente. Cuidei dele, fiz tudo e depois ele faleceu. Depois de sua morte ninguém me ajudou, gastei todas as minhas economias...

A minha família trabalha muito, tenho um irmão nos Estados Unidos que envia dinheiro pra mim, principalmente depois que aconteceu o terremoto. A casa que vivia e que estava construindo de dois pisos caiu por cima da outra porque o terremoto foi muito forte. Nesse período, morava e trabalhava em Jacmel, que é a segunda maior cidade do Haiti, e Gonaïves é o lugar da Independência do Haiti. Depois do terremoto, voltei para minha cidade e o meu irmão enviou dinheiro para eu deixar o país. A minha cidade já teve três enchentes, se eu não me engano, uma foi em 2005 e outra em 2008. Em Gonaïves temos uma casa de três andares, não tinha água e o mar passa bem pertinho da cidade; a terra é um pouquinho alta; uns vinte centímetros. Às vezes passa três dias chovendo, uma forte chuva. Depois o mar passa um tempo calmo e aí veio a enchente.

Também morei em Porto Príncipe, o meu irmão mandou dinheiro para ajudar a família a comprar as coisas, pois com as enchentes perdemos tudo porque na época ninguém salvou nada, só tentamos salvar nossas vidas.

Depois da morte de meu pai falei: “*Meu Deus, não sei o quê vou fazer?*” Eu perdi tantas coisas na primeira enchente e na segunda, e depois veio o terremoto. Perdi porque eu estava morando lá, mas na minha cidade o terremoto não passou forte, só um pouquinho. Em Jacmel, a cidade onde estava trabalhando, o terremoto foi muito forte. Depois desse episódio pensei em deixar o Haiti, até porque o meu irmão ia me ajudar. Ele queria que tentasse entrar nos Estados Unidos, mas acabei gastando o dinheiro porque ocorreu o acidente. Eu levei a mulher para o hospital, depois a filha dela disse que eu tinha que pagar um valor de uns seis mil reais e eu paguei.... Nisso o meu pai apareceu do nada e eu fiquei pensando o que iria fazer.... Deixei o Haiti no dia 1 de agosto e entrei na República Dominicana. Lá peguei o avião para o Equador, passei pela Colômbia.

Ao chegar no Equador de avião, passei um mês e meio porque eu estava trabalhando em construção civil. Perguntavam: “*Ei, porque você vai pro Brasil? Não vá pro Brasil, o Brasil tem droga, tem cocaína, é perigoso. Fica aqui trabalhando comigo.*” Eu trabalhei bem, só que no Equador é difícil para conseguir a papelada para poder ficar lá; e para ganhar o papel tem que casar com uma equatoriana. Além de ser um país caro porque sua moeda era o Sucre, o americano troca dinheiro lá e o salário é muito baixo, mas eu trabalhava e ganhava 20 dólares por dia. Meu chefe pediu para eu ficar e pensei: “Tá bom, vou ver.”

Eu tive um conhecido que falou comigo: “Por que você num fica no Equador?”, “O Brasil é mais fácil porque o pessoal lá tem que entrar na empresa e dentro da empresa vai ganhando dinheiro.” Falei: “Tá bom, vou ver.” Eu estava pensando em entrar no México porque o engenheiro com quem trabalhei disse que era melhor para conseguir entrar nos Estados Unidos e lá ele conseguiria muito serviço para eu fazer em Nova York. “*Espera um pouco, vou mandar dinheiro pra você pagar tudo à vista, passagem pra lá é free, free is my free.*”, “*Não dá para aguentar mais.*” Eu falei pra ele: “*Meu irmão mandou dinheiro para eu ir pro Equador, para sair de lá, porque lá em Quito é free demais.*” Deixei tudo e vim pra cá, mas aqui, eu acho que tem muitas pessoas que não respeitam, eu já percebi que tratam mal as pessoas, até o brasileiro é tratado mal... Eu estou pensando em voltar, eu não vou ficar aqui; eu fico muito triste aqui.

Em Porto Velho trabalho no JBS, o pessoal pergunta: “*Ei, porque você está triste?*”, “*Eu estou longe, pensando na minha família, porque aqui sou só, tenho só conhecidos, alguns*

conhecidos como Igobens, o irmão dele...” O Eric, aquela menina que estava aqui e o marido dela que são haitianos.” Mas tem muito haitiano que vem conhecer o Brasil.

Todo mundo tem sua família e seus problemas para resolver. Os outros têm os problemas deles para resolver e não vão resolver o meu. Eu não tenho vontade de trazer ninguém do Haiti pra cá, porque eu tenho dois irmãos no Haiti, acho que têm que ficarem lá. A minha mãe vai para os Estados Unidos e pode colocar eles no papel dela para entrarem nos Estados Unidos também. A minha mãe vai agora porque o meu irmão mandou a passagem dela, mas ela não queria ir porque ela tem muita coisa no Haiti.

Quando era criança tive uma boa educação. Eu respeito todo mundo, mesmo quando criança já respeitava. Minha mãe criou todos os filhos, só depois de vinte e dois anos que fui conhecer o meu pai, e foi minha mãe quem pagou tudo pra nós. No Haiti tem algumas escolas que são pagas, você paga uma pequena taxa, mas tem família que não aceita. Escola que paga só um pouco não tem professor bom, só que tem que pagar dinheiro para ter uma boa educação escolar.

Estou pensando o quê que vou fazer no Brasil? Eu sei como funciona a questão da entrada nos Estados Unidos... Daí penso em deixar o Brasil... Também pensei em fazer comércio aqui, ir para o Haiti pra comprar ouro e revender no Brasil... Pensei: “*Não, sei lá se vai dar certo.*” Vou tentar ir para os Estados Unidos pra comprar coisas e revender em Porto Velho. Só que agora estou querendo ir pra escola pra aprender a falar português melhor, a minha educação está em primeiro lugar, uma pessoa tem que se comunicar bem. Eu não gosto de pedir nada pra ninguém, eu tenho vergonha de me prejudicar, daí fico na minha. Estou trabalhando e quando recebo tento guardar um pouco, porque já passei sete meses sem trabalho. Eu estava trabalhando lá na Hidrelétrica de Jirau, a empresa foi embora e saiu todo mundo. Passei dificuldades em Porto Velho, mas agora estou trabalhando e tenho que fazer do mesmo jeito, trabalhar, guardar um pouco, gastar um pouco, para amanhã não ter nenhum problema...

Eu quero fazer um curso de segurança, pois já trabalhei de segurança aqui, mas só que o gerente queria que eu fizesse um negócio de homossexual e eu não quis, aí me demitiu. Sei que as meninas queriam conversar comigo e o dono ficava com ciúmes, até hoje ele manda mensagem no facebook. Isso foi numa boate na avenida Jatuarana, zona sul de Porto Velho... Falei: “*Meu Deus, lá não é lugar pra eu trabalhar.*” E também tem muito homem que vão atrás de homem e dizem: “*Ei moreno, ei moreno; aí vou te pagar, vamos dar uma volta?*” Até hoje quando pego ônibus na rua Raimundo Cantuária de madrugada para ir trabalhar, é

perigoso. Os caras ficam dando em cima de mim: eu não quis, por isso comecei a andar de moto porque tenho medo. Já passei por situações curiosas.

No Haiti trabalhava numa empresa, era encarregado. Eu peguei o serviço, mas como tinha uma pessoa trabalhando, o engenheiro da obra falou: “*Você vai fazer quatro metros, vou te pagar por metro, por produção.*” O outro cara começou a roubar as coisas do engenheiro e depois ele disse que não ia dar o serviço para o homem. Sei que ele foi embora para Nova York, ligou no meu celular: “*E aí Marcellus, dá um jeito, o serviço é pra ti.*” Eu falei: “*É.*” O dinheiro dele estava completo, só que o homem não pagou. Aí ele falou pro meu pai: “*Ei, vem aqui pra Jacmel levar o Marcellus pra Gonaïves.*” E meu pai falou: “*Por que?*”, “*Por que ele vai pegar um serviço, se ele pegar, vou mata-lo.*” Meu pai falou: “*Você vai matar?*”, “*Sim*” E meu pai falou: “*Não, tá bom, mata ele e se você não der para matar, coloca ele no balde.*” Aí eu disse: “*Tá bom, me mata, faz macumba.*” Lá no Haiti tem umas coisas assim.

E tem gente que coloca Zumbi nos outros. O pessoal fala que zumbi é quando uma pessoa morre e o pai de santo leva o espírito do morto para perseguir uma pessoa. Fazer o quê? Manda o filho dos outros para matar os outros. Joga na rua para a pessoa ficar doente. Têm tantas coisas. Aí o macumbeiro foi no cemitério, não precisa nem ir no cemitério. No Haiti, tipo assim, aquele que tem um cruzamento, chama Cafu, o pai de santo fica lá no Cafu e chama a pessoa que morreu no cemitério pra vir direto pra Cafu...

O macumbeiro entrega uma pessoa que matou outra para perseguir outra pessoa, não sei explicar direito... Se uma pessoa deu um tapa na cara de uma pessoa, os outros fazem isso e não procuram a justiça. Tem algumas pessoas que procuram a justiça, mas tem outros que procuram pai de santo para matar na hora. Não sei como se fala (risos)... Nestes casos a pessoa fica doente, tem macumbeiro que faz a pessoa ficar doente uns três dias. E o macumbeiro chama a pessoa para levar para o cemitério. Há situações de quando uma pessoa dá um tapa na cara de outro, aí coloca braço cruzado pra trás e cabeça pra baixo e ficam batendo nele. Lá no Haiti tem lugar que você não pode andar meia noite, uma hora. Num é porque vai ser assaltado, é negócio de macumba, diabo... A minha família é cheia de pai de santo, mas não faziam essas coisas. O pai da minha mãe é macumbeiro, tem a irmã dela que também é, o tio dela, é uma tradição.

Eu tenho um tio que é pai de santo, o meu avô morreu, desapareceu e eu fui para igreja e fui convertido. Antigamente eu era católico. Quando eu percebi um negócio, católico que parece pai de santo, tem muitas coisas do católico que parecem. O pai de santo tem um negócio de dizer: “Pai nosso que está no céu.” A católica não diz a mesma coisa, lá no Haiti é assim, pai de santo antes de fazer uma oração, ele fala tudo o quê o católico fala, chama santo,

negócio de santo, negócio de “*Ave Maria cheia de graça*”. O pai de santo sabe como funciona livro católico. Eu me converti no Haiti e quando cheguei aqui fui para uma igreja evangélica.

Antigamente, em Porto Velho, eu trabalhava na Usina de Jirau e ia para Assembleia de Deus. Agora eu vou para igreja Universal, mas estou pensando. Na igreja, eu só fico olhando porque tem doutrina que não faz uso da Bíblia, as pessoas falam coisas que não fazem parte da Bíblia. Eu já estudei a bíblia, dois anos e meio, quatro anos para ser pastor, mas eu não terminei. Tem muitas coisas que fico pensando: “*Meu Deus, não é igual no Haiti, lá no Haiti tem evangélico, mas quando uma pessoa diz que se é evangélica, que aceita Jesus mesmo é dez.*” As pessoas vão para igreja e querem acertar na loteria, não é assim que funciona. Uma vez o pastor pediu uma oferta de dois mil, três mil, cinco mil reais e aí é difícil. Mas eu quero melhorar, quero poder fazer tudo em Porto Velho. Não é porque não seja Estados Unidos que não seja bom.

Depois do terremoto, muitos haitianos passaram pelo Equador, já que esse país não pede visto de entrada, disseram que os haitianos podiam entrar por lá porque o negócio do Terremoto foi forte e o presidente do país disse: “*Vamos ajudar o Haiti.*” Teve um cara que foi antes, eu estava conversando com o familiar deles e ele disse que o Brasil é bom, tem trabalho. Por que depois do terremoto, ficou faltando serviço no Haiti. O presidente falava todo dia na tv: “*Vai ter construção, vai ter...*” E até hoje nada. E assim decidi vir para o Brasil. Passei pelo Equador, cheguei no Peru e teve um policial que pegou o meu dinheiro, eu paguei para passar pela fronteira, estava com três haitianos. Paguei a passagem porque o policial disse: “*Cadê o visto do Peru?*”, disse: “*Eu não tenho.*” Mas o que eles deram não tá valendo porque depois do terremoto eles deram o visto para o Haitiano passar lá. Tem outro país que é muito procurado pelos haitianos que é a França, mas é difícil entrar na França; um dos problemas é que o avião para França não aterrissa no Haiti, só na República Dominicana, porque o chefe do país quer dirigir o Haiti. Além do que tudo que o americano fala é acatado no Haiti, daí vim para cá, vim para trabalhar.

Eu cheguei no Equador e o equatoriano não se mete com ninguém, não se preocupa, não quer saber da vida de ninguém. No Equador tem colombianos que parecem com nós, que fica roubando as coisas do equatoriano no Equador. Tipo assim: pegou o nosso passaporte, faz a decolagem e pronto pra segurar; no Equador tem muito ladrão. Eu só achei estranho o policial que pegou o meu dinheiro, mais ou menos uns duzentos dólares que estava no meu bolso para passagem, porque quando chega na fronteira do Equador tem que comprar soler, dinheiro do Peru. Aí para o policial que pegou o meu dinheiro, lá no Haiti ser policial tem, vou falar assim na minha língua: o policial é *servi de servi*. Eu preciso do policial para me

ajudar, não para roubar as minhas coisas. E o outro não tem dinheiro: “*Meu Deus, o que fazer?*”, “*Oh Wilguens, vou fazer o quê?*”, “*Tá bom, vou voltar.*”, “*Vou ficar lá na rua para me mandarem de volta.*” O passaporte estava na mão dele e fazia uma pressão para enviar dinheiro. Daí o policial nos chamou num quartozinho para negociar. Nós quatro pagamos. Tive que pagar senão eles não deixavam sair.

Eu cheguei em Brasília e passei um mês com muitas dificuldades. Quando liguei para minha mãe foi só tristeza porque ela ficou chorando quando disse que meu dinheiro tinha acabado, tinha dado para o policial peruano. Fiquei sem grana até para ligar para meu irmão. E depois não tem como ligar para minha família, passei três semanas e ninguém sabia onde estava. Fiquei no Acre até receber o meu CPF. Cheguei até passar fome lá. Um dia saí e um cara disse: “*Ei haitiano, você não quer trabalhar?*”, “*Eu quero.*” Eles queriam uma pessoa que falasse espanhol, mas dava para eu entender e responder também. Fui pensando, um caminhão que tem um pau fino pra descarregar. Eu fiz isso e pensei: “*Olha o quê eu to fazendo.*” O que eu vim fazer aqui. Depois ele me deu trinta reais, o cara deu trinta reais. Aí eu dei dez para ele, comprei créditos, liguei para minha mãe, minha família. Depois teve um cara que disse: “*Ei, eu quero um haitiano para trabalhar.*” Eu fui trabalhar com ele em Rio Branco.

Eu trabalhava construindo um lugar para colocar galinha, daí a empresa foi para Rio Branco em busca de pessoas para trabalhar em Jirau. Pegou o pessoal e deixou no Hotel onde passamos cinco dias e fui trabalhar na usina. Trabalhei em Jirau por um ano e toda semana vinha para Porto Velho, dividia aluguel com o Beni. Depois ele trouxe a família dele e alugou outro espaço. Eu gosto de Porto Velho porque na outra cidade era mais perigoso, tinha polícia. Aqui tem muitas pessoas racistas, pessoas que falam mal de haitiano na minha frente e eu só fico pensando... Estava fazendo academia na rua Raimundo Cantuária, teve uma menina que veio conversar comigo, disse que o marido dela trabalha lá no Haiti. Há pessoas que não sabem, mas tem muito brasileiro trabalhando na Minustad. Tem gente do Brasil, Argentina, de países da África. Eles trabalham na segurança. Por que lá quando o pessoal diz que vai fazer manifestação, que quer que o presidente fique mais tempo, é muito conflito. O policial no Haiti não aguenta porque o povo também tem arma. As pessoas não sabem de nada do Haiti e nem da sua história.

Não concordo com a presença brasileira no Haiti porque quando tem problema, uma manifestação, mandam as pessoas para o canto. Em Gonaïves tem gente da Argentina, Paquistão. Existe uma intervenção americana no Haiti. Dizem que quem trabalha lá vive bem, recebe bem porque é americano. É mais fácil comprar as coisas no Haiti porque é mais barato,

vem dos Estados Unidos. Tem pessoas que acham que no Haiti não tem carro; eu estava falando ontem no meu trabalho, tinha uma pessoa que perguntava: “*No Haiti tem gasolina?*” Tem pessoa que acha que no Haiti não existe nada.

Eu já sofri racismo no Brasil. Teve até uma pessoa que disse que deixei o meu país por fome... Eu chorei nesse dia porque a minha mãe nunca deixou ninguém passar fome. Eu até briguei com um cara do Maranhão por causa de preconceito. Eu subi no ônibus e eles me deram uma porrada... As pessoas tentam enganar a gente no Brasil. Uma vez fui pegar o moto táxi e uma corrida que custava cinco reais, a pessoa queria cobrar dez reais. E acho que isso é preconceito.

Hoje trabalho na JBS Friboi e lá saímos cedo. Estou tentando tirar a minha carteira de habilitação e quero fazer um curso de segurança. Eu sou pedreiro, eu faço a diária, com chuva ou com sol, cobro trezentos reais a diária.

Eu cheguei no Brasil e uma brasileira veio falar com a gente, mesmo não sabendo falar português. Disse que se a gente precisar de ajuda, era só chamar. Achei legal essa atitude, porque já passei por lugares que o pessoal não está nem aí. No Equador, eu quase casei com uma equatoriana para ganhar só um visto de papel. Lá o salário mínimo era equivalente a quatrocentos, quinhentos reais. E tinha que pagar quatrocentos, quinhentos dólares para casar e depois pagar cem dólares para divorciar, só para ter o papel do visto. E dando a gente fica igual nos Estados Unidos... O casamento lá é só para ter visto.

Nos Estados Unidos tem pessoas que pagam para ficar com as outras. Uma mulher até chegou a ligar para minha mãe e disse que quer vir para o Brasil casar comigo, até chegou a falar com os meus irmãos que moram nos Estados Unidos que quer casar comigo, explicaram como funciona as coisas, mas eu não quis. Aqui mesmo tem brasileiras que falam mal de brasileiros, são sem vergonha: “Ah, eu não to com outra...” E por trás procura outra pessoa, basta ver uma brasileira bonita: “*Ai, mulher bonita.*”

Quando lembro do Haiti penso sobre a minha vida, minha família. Por que a família da gente é mais importante. Eu gosto de viajar para conhecer outros lugares. Eu não tenho amigos brasileiros, já tive uma amiga no facebook, a gente marca para se encontrar. Quando ficava triste ela ligava para mim: “*Não pode, não fica triste não.*” Eu estava trabalhando em Jirau e ficava no alojamento e quando ela queria me ver, ligava. Depois ela pediu para eu emprestar um dinheiro para ela, uns 350, 00 reais para alugar um apartamento. E até hoje não tenho amizades. Ela não liga pra mim, até cheguei a mandar uma mensagem no facebook: “Por que você não fala comigo? Não conversa mais comigo?” Dinheiro não é tudo.

Quando vi na TV um haitiano passando miséria no Acre, que não tinha lugar para dormir, fiquei com vergonha... Já passei por muitas dificuldades. Sabe, conheci o Damião, que ajudava os haitianos que chegavam em Brasileia. No Haiti eu já tive três motos, já tive um carro e têm pessoas que só sabem julgar.

Os políticos haitianos são ruins, eles brigam contra eles mesmos. Há um domínio muito grande dos Estados Unidos. Antigamente em meu país havia café, algodão e o Haiti transportava para muitos países. O Haiti ajudou vários países a pensar na independência, porque foi o primeiro país negro a se tornar independente. Hoje essa história é esquecida e nós estamos pagando. Quando alguém da minha família diz: *“Eu quero entrar pro Brasil.”* Eu falei: *“Tu quer? Mas não me liga. Vem sozinho mesmo.”* Não tem condições.

Eu gastei pelo menos sete mil reais com a viagem e quando acabou o dinheiro tive que pedir para minha família. Para você ir para o Haiti tem que pagar uma passagem por três meses, às vezes chega a ser quatro mil reais. E se tiver algum problema, dar para ir para os Estados Unidos que fica a 45 minutos de viagem. Aqui a passagem é mais cara. Não dá para comprar em cima da hora que fica mais caro. Eu falo com a minha família pela internet. Também dar para comprar um cartão de 10 reais e falar sete minutos. Se você compra um cartão de 20 reais dá para falar por 14 minutos. Quando os parentes ligam é melhor. Antigamente dava para fazer ligação pela operadora Tim e Claro, agora não.

Meus irmãos que moram nos Estados Unidos trabalham num lugar que entrega correspondência, tipo Sedex, dirigindo carro, no setor de transporte. As tias trabalham numa grande empresa. Sabe, não é porque não tenho ninguém da minha família aqui que podem fazer qualquer coisa, quero ser respeitado.

Eu cheguei a terminar a escola, só que estava faltando dois anos para concluir. Passei dezessete anos para terminar o fundamental e o médio, mas faltou fazer faculdade. Eu tenho um tio que é advogado, outro juiz. Tenho uma tia que não queria que eu deixasse o Haiti e que trabalhasse com ela *“você vai trabalhar comigo, pra mim.”* Eu cheguei em outubro de 2012.

No Brasil trabalho muito para ganhar um salário mínimo. Tenho dois filhos e eles moram com a minha mãe. Tem um com doze anos e outro com sete anos. Eu os ajudo sempre que posso. E como o mês de setembro é um mês de férias, estou pensando em trazê-los para cá. Eu não fui a um advogado, eu não fui um engenheiro, mas eu acho que posso ajudar a pagar a escola para eles estudarem. Um chama Arfollguens, o homem, e a filha é Guebara.

As vezes penso que o que aconteceu no Haiti não é natural, foi os Estados Unidos que fez. Existe um buraco no Haiti que foi feito por uma bomba muito profundo.

Quanto ao terremoto é horrível! A casa levanta e desce, falei: “Meu Deus, Não me deixa entrar na terra não.” Eu coloquei Deus na cabeça, por que os meus parentes disseram que isso não aconteceu. Tem de tudo no Haiti, tem gente muito rica, tem pobreza, tem gente que mexe com o diabo, tem gente evangélico, tem político ladrão, tem gente trabalhadora, tudo.

Beni Sills

Meu nome é Beni Sills. Saí do Haiti, cidade de Gonaives, em janeiro de 2011. Cheguei no Acre no dia 10 de Janeiro. Fiquei muito feliz porque tem muito haitiano que não conhece o Brasil... E eu gosto muito de futebol, da seleção brasileira, muitos haitianos adoram, chegam até a apostar casa, carro e bicicleta em jogo. Eu era um profissional da bola no Haiti, até conheci outros países como Curaçao, Argentina, República Dominicana. Viajava muito com o meu pai, e desde aquela época já tinha vontade de conhecer o Brasil.

No segundo dia que estava no Acre fui jogar e fiz dois gols. Conheci um rapaz que morava em Brasília e tinha parentes em Goiás; arrumou um time para eu jogar, daí passei três meses em Goiás. Ao chegar no Brasil fui direto para a Polícia Federal e tirei o CPF, a carteira de trabalho e toda documentação pessoal. Fui treinar... *“E por que mandaram você para mim?”*... Quando eu saí do meu país, só peguei o meu passaporte e vim para o Brasil, não avisei o presidente do meu time, saí sem pedir os documentos de autorização. Ao chegar em Goiás disseram para eu entrar no time, mas tinha que ter autorização do clube anterior. Liguei para o meu país e o presidente do meu time disse: *“Não tem como!”* – Eu tinha que pagar quatro mil dólares. Cheguei a conversar com o presidente do time de Goiás, ele falou: *“Não dá não. Tem que ter muito dinheiro para pagar, não dá!”*. Passei o campeonato em Goiânia, fiquei no primeiro e segundo jogo e fui conversar com o pessoal, disse que tinha deixado a minha família, que tinha vindo para o Brasil para trabalhar, não dava para ficar esperando mais, até porque o pessoal do meu país não ia me liberar para jogar não. Depois de pensar, falei: *“Vou para Porto Velho porque tem muito haitiano que saiu da minha cidade do Haiti e conversou comigo, eles podem pagar a passagem de avião.”* Liguei para um amigo de Porto Velho ir me buscar no aeroporto. Foi quando decidi vir pra cá e trabalhar. Quando cheguei em Porto Velho fui ao Clube de Futebol Genus, mas não dava para jogar porque eles pagavam só setecentos reais por mês. E fui trabalhar na construção civil e passei a ganhar 1.200,000 reais. Não tinha como jogar por 700,00 reais porque eu sou um profissional. Ele falou: *“... vou dar só setecentos, e você vai procurar um outro trabalho para você à noite”* - eu falei: *“Tá bom.”* Recebia para jogar no Gênus, além de outras “peladas” para o campeonato em Porto Velho. Depois mandei dinheiro para buscar a minha mulher no Haiti. Ela chegou em 2012 e depois eu mandei vir o meu irmão, irmã. Em janeiro de 2014 mandei buscar a minha filha. Eu tenho doze irmãos no Haiti e meus pais já morreram. Agora estou de boa com a cabeça mais tranquila. O Brasil é um país tranquilo, tem muita segurança. A cidade de Porto Velho lembra

um pouco a nossa cidade. Goiânia é fria e não gosto de frio, gosto daqui porque lembra mais Gonaïves. Eu sempre oro muito a Deus, sou crente. Não pretendo sair daqui não, estou trabalhando e minha mulher e meus filhos estão aqui, estudam na escola Santa Marcelina. Eu conheço muitas pessoas, temos um time só de haitianos e sou o responsável, quando o pessoal quer jogar com a gente, ligam pra mim. No próximo mês vou para Ariquemes, município perto de Porto Velho. O nosso time já jogou no maior estádio de Porto Velho, o jogo empatou.

Eu me sinto muito feliz porque pra mim é um milagre ter saído do meu país. O Haiti é longe, é perto do México, dos Estados Unidos. Tem gente que perguntou: “*Beni, tu vem de barco?*” Não tem como a pessoa vir de barco. Todo haitiano que vem aqui gasta, porque todo haitiano que vem para o Brasil é trabalhador, não vem brincar não. Tem pessoas evangélicas, tem pessoas que não são, tem pessoas que já sabem falar o português, tem pessoas que não. Temos diferenças, principalmente nos costumes. Aqui o pessoal ajuda, tem bom coração, mas tem gente que não, em todo país é assim. As pessoas ajudam e estou muito feliz de estar aqui. Eu passei dois meses em Brasília, três meses em Goiânia e vim para Porto Velho e já estou aqui há quatro anos, me acostumei. Eu respeito todo mundo e todo mundo me respeita. Eu e meu irmão nunca sofremos, a minha família sempre foi de pessoas muito trabalhadoras. Com um tempo o meu pai deixou o meu país e foi para os Estados Unidos e mora há vinte anos lá. Eu não costumo falar para as pessoas, mas no Haiti pensam que sou rico. No meu país trabalhava de segunda até sábado, quando saía o pagamento. O meu pai enviava dinheiro para nós. Terminei os estudos no Haiti, só faltou fazer a faculdade, até penso em fazer, vou procurar trabalhar de dia e à noite, pois existe muita opção para aprender, até porque é preciso fazer a faculdade para ter uma profissão. Eu tenho 29 anos e não tenho idade para ficar jogando bola, tenho que ter uma profissão para viver, ficar trabalhando de ajudante não dá. Eu tenho uma irmã que também não terminou os estudos. Somos em quatro irmãos: duas mulheres e dois homens.

Tenho três irmãos no Brasil, e uma irmã e um outro irmão ficaram no Haiti. Tem um que está comigo, tenho uma irmã que mora na cidade de Curitiba porque ela falou que em Porto Velho não tem trabalho para mulher. E o outro irmão falou que está trabalhando. Meu pai foi para os Estados Unidos quando era criança e faleceu em 2009, já estava doente. O meu irmão que mora no Haiti e que o trouxe, disse que tinha uma semana que meu pai não dormia e nem comia direito. Do Haiti para os Estados Unidos fica a menos de uma hora. Depois ele ligou e conversou com a gente pelo telefone: “*Está tudo bem?*”, “*Me leva ao médico que não está*

tudo bem não...” – e ele pediu permissão do trabalho, depois de uma semana ficou doente. Meu irmão também ficou doente, mas melhorou. O meu pai morreu.

Na minha cidade sou conhecido igual ao Cristiano Ronaldo, Ronaldinho Gaúcho, porque eu jogava bola e todo mundo me conhecia, além de ter viajado. Agora sou chefe de família, também tenho que ajudar a pagar a faculdade de meu irmão. Eu tenho que fazer tudo e a família diz: “*“Beni, você tem que sair, tem que deixar o país... Vai lá no Estados Unidos, lá na França, Canadá, tem que ir para ajudar, dar um apoio como o pai fazia quando foi para os Estados Unidos trabalhar”*”. Tentei argumentar, a pessoa pode ir para os Estados Unidos para dar um apoio e fazer o papel que o pai fazia, até porque tem a mãe, a irmã, a outra irmã, e se a gente for para os Estados Unidos, não tem outro parente fora o pai? Tem que ter alguém para ajudar.

Fui na Polícia Federal para fazer as coisas, liberar a papelada porque não tinha ninguém, só o meu pai que estava lá. Fui pegar o visto e não deram. Disseram: “Você não está no cadastro...” – o nome do meu pai é Beni Aur Sills. Falaram: “Não, não vamos dá visto para você porque seu nome já consta no cadastro Beni Aur Sills. É teu pai?” - E aí ele começa a citar o nome do outro irmão Beni Wabnes, Josna Manusca... Ela falou: “*Tu está no cadastro do Beni Aur Sills, tudo para pegar visto...*” – eu falei: “*Não, o meu pai morreu, eu não tenho outro parente, o meu pai que fazia esse serviço...*” – entendeu. “*Não tenho outra pessoa que possa dar esse apoio, só ele é que estava lá, não tenho irmão, não tem nada não...*” – E aí falaram: “*Você tem que deixar ele cancelar e aí você vai conseguir visto*”. Até que cheguei para minha família e disse: “*Bom, eu vou para o Equador tá?*” – a minha família falou: “*Tá bom, Beni... Tem que sair em 2011...*” –

Estava no campeonato, viajei com a seleção e fui para Curaçao, depois de dois meses fui para a República Dominicana onde fiquei um mês. De lá fui para Argentina e fiquei dois meses e voltei para o meu país. E aí, depois a minha família ficou falando na minha cabeça: “*Beni, esquece o futebol, tem que sair e buscar ajuda para nós!*” – Foi quando comecei a minha peregrinação pelo Equador em 2011. Eu saí do meu país em 1º de janeiro, cheguei no Equador no dia 2, passei pelo Peru e entrei dia 10 de janeiro pelo Acre.

Sei que todos os países, se você não tem mãe e pai, é difícil sobreviver porque eles podem te ajudar. Além de te respeitarem. É por isso que muitos ficam em seus países.

Acho que as pessoas pensam que a gente vem para roubar, e se você não tem uma família é difícil aguentar. Viver no Brasil é mais tranquilo. Tenho um irmão que está no Chile, fala que não quer vir para o Brasil porque a namorada está no Chile, esse é irmão por parte de pai. Tem um que tem 16 anos e outro tem 7 anos. Eu os ajudo na escola e se ele precisar de apoio,

eu dou. Eu estava bem no Haiti, vim para viver mais tranquilo e para dar um apoio para minha família. O Brasil é um lugar bom para a pessoa morar porque tem muita segurança, tem polícia, um lugar para você ficar tranquilo.

Ao chegar em Porto Velho, logo trouxe a família pra cá. Lembro que os haitianos começaram a vir depois 2010/2011. Tem gente que entrou no Brasil e não ficou, foi para Guiana Francesa, aqui é acesso para lá. E na hora a gente descobre que o Brasil tem um coração bom, tem trabalho e muitos pedem refúgio.

Eu consegui o visto humanitário direto da polícia federal. Saí do Haiti com sete pessoas. A viagem foi bem conturbada, porque lá no Peru a polícia ajudou nós a passar e ligou lá na frente e daí roubaram nós de novo. Os haitianos se vestem bem, temos roupas, boné, sapato, tênis. Tivemos que dar a nossa roupa para deixarem a gente passar. Eu perdi coisa pequenas. Ficamos cansados e tivemos um pouco de dificuldade. Eu estranhei muito a língua quando cheguei porque não sabia falar português. Falava um pouco de espanhol, castelhano; a diferença é igual ao inglês americano e ao inglês da Inglaterra. No Haiti, o pessoal da creche aprende a falar espanhol, inglês, francês, e aprende a escrever a minha língua, o crioulo, porque no Haiti se aprende. Posso dizer que falo pouco o português, não estudo, mas falo, converso com você e fica gravado na minha cabeça. Vou gravando o nome das coisas. E o jeito que eu aprendo é gravando o nome das coisas. Eu nunca fui numa escola porque o português é uma língua misturada com outras línguas. O português é uma língua muito diferente para nós. Na hora que cheguei achei estranho, complicado.

Em Curaçao eles falam inglês. Na hora que cheguei lá estava tudo bem para mim, porque viajamos juntos com uma equipe, um time. Consegui falar um pouco e eles entenderam nós. Na República Dominicana me dei bem porque consegui falar espanhol e ao chegar aqui não conseguia entender o português.

Passei três dias no Acre e não vim para Porto Velho, fui direto pegar o avião em Rio Branco para Brasília. Em Brasília passei fevereiro, março, abril. E em maio já estava em Goiânia. Eu cheguei em Porto Velho e fui jogar bola; e em julho fui para Porto Velho. Em Porto Velho fui morar perto da rodoviária com o meu amigo Miguel, um haitiano que estava na viagem comigo. Liguei para ele e foi me pegar. Só disse: “*Vou pegar um táxi.*” Eu já me acostumei aqui, por exemplo, tem gente que passa mal, chega num país e não se adapta... Eu me acostumei com a alimentação de outro país. Eu como de tudo, não tem problema não.

A minha mulher veio em dezembro de 2012. O meu filho ficou com a avó. Eu liguei para o meu tio, trouxe um papel de residente, passaporte, CPF, carteira de trabalho, a cópia e o original. Envei essa documentação pelo embaixador do Brasil que fica no meu país. Eu enviei

o passaporte para minha filha conseguir o visto; graças a Deus ela conseguiu o visto. E a minha filha chegou em janeiro de 2014. A minha esposa não fala muito o português. Eu converso com ela, como a pessoa na televisão fala. *“Na hora que você não souber é só perguntar”...* *“O quê que isso que ele está falando?”*– Você fala uma coisa que eu não conheço, tem que procurar compreender, abrir o dicionário, porque ajuda muito. Eu converso muito com ela. .

Eu organizei um time de futebol em Porto Velho, o time é bom. Conheço muitos haitianos em Porto Velho que saíram da minha cidade. Tem pessoas que vieram de outros lugares do Haiti e vieram morar aqui. O haitiano que sabe jogar bola fala diretamente comigo. Até jogamos no estádio, o mês passado, o jogo empatou, foi três a três. Também jogamos no campo do Treze. Sou evangélico da Igreja Metodista. Os meus pais eram evangélicos também. Quando cheguei nesta cidade procurei uma igreja para entrar. Sem Deus não se faz nada, Deus existe em tudo. Quando eu cheguei fui trabalhar na construção civil como ajudante de pedreiro, ganhava bem na construção. O terremoto aconteceu em 2010 e ficamos muito tristes. Foi tão forte que cortou o asfalto que passa na rua. Ele destruiu a casa. Na capital ele destruiu tudo: palácio, edifícios. Muita gente saiu da capital. Tem mais opção de trabalho na capital. O terremoto passou e destruiu tudo. Conhecia muita gente da capital que residia na mesma rua em Gonaïves. Tinham ido em Porto Príncipe para estudar. As faculdades são pagas. Muita gente morreu. O governo é como aqui no Brasil. O pessoal que tem dinheiro paga para o filho dele estudar. Comigo, está tudo bem, o Haiti não é pequeno, tem muitas cidades, igual ao Brasil. Aqui em Porto Velho eu vivo bem, tem coisas bonitas, coisas caras. A economia daqui é maior do que a do meu país. Eu só vim para o Brasil porque o meus pais faleceram, entendeu? Não tinha como continuar vivendo lá, por isso que passei a viver fora para mandar dinheiro para minha família. Eu trouxe a minha família para cá e vivo tranquilo. Quero passar um mês no Haiti. A viagem custa quatro mil reais. Se eu for para o Haiti tenho que pagar oito mil reais para minha mulher. O meu filho está aqui e vou deixar com o meu irmão.

Quando eu penso no Haiti eu lembro da cumplicidade do meu país. Lembro de muita coisa. De noite, a gente sentava na frente de casa, ou, brincávamos de bola. Agora, o pessoal não tem como fazer isso. O pessoal trabalha, fica muito cansado e descansa, porque amanhã cedo ele vai levantar pra trabalhar. Eu lembro muito do meu país, dos amigos. O Brasil não é um país pequeno, é um país mais organizado, cada cidade tem um governador, prefeito para organizar a cidade com a preocupação com a cidade dele, o Brasil vai crescer, igual ao Estados Unidos, a França. Aqui cada cidade tem um governador, um prefeito para organizar a cidade. O país vai crescer porque depois da copa o Brasil vai ascender. Eu acho que em 2015

vai ter outro jogo. Tem muita gente querendo destruir o comércio, isso não é bom para o país. Tem um negócio bonito para as terras, botei fogo, se um estrangeiro vê vai dizer: “ *“Rapaz, é bonito! Vou tirar foto...”* ” – Qualquer coisa se tem, pode ter manifestação, o pessoal bota fogo. Eu não iria para São Paulo, porque eu vi notícias ruins.

No meu país tem festa todo mês de dezembro. As pessoas se reúnem para comemorar. Um monte de gente em dezembro, janeiro se reúnem. O problema é que a passagem é muito cara. Tem gente que tem treze anos aqui, que deixou mulher e filhos. Tem dinheiro para comprar roupa, mas não tem dinheiro para chegar lá e viver. O bilhete estava dois mil e quinhentos reais.

No Brasil tem gente boa e gente que não é, têm pessoas que você fala bom dia e a pessoa não responde porque não te conhece, tem gente que é racista, não é a maioria, eles olham para a cor, daí eu falo na cara: “Corta a tua veia que vai sair sangue, corta a minha que vai sair sangue. ” Deus fez todo mundo a partir da lama, entendeu? Se você saiu branco é porque Deus quis, ele fez todo mundo a partir da lama que é toda preta. Eu conheço Deus e confio muito nele, porque se eu saí preto foi porque Deus me deixou preto, ele sabe que eu sou preto, eu sou fiel e eu sou negão, entendeu? Eu não deixo ninguém vir me perturbar, se a pessoa vir conversar comigo, eu não sou muito de conversa não. Deus pega a esculhanbação dele na hora.

O racismo não presta! Eu vi uma matéria na televisão, na Globo, na Sportv dizendo que se você descobre que uma pessoa é racista tem que chamar a polícia. Por que do racismo? Eu já passei por racismo aqui em Porto Velho. Tem gente que só porque eu sou negro não fica perto de mim só porque é branco. “Esse cara diz, não vou conversar com você porque é haitiano.” Acho que a pessoa que é racista não enxerga bem. Se a pessoa me conhecer vai ver que sou uma boa pessoa. Só pode ser coisa do Diabo esse negócio aí.

Eu ajudo muitas pessoas, porque eu tenho Deus que mora em mim, mora na minha casa, na minha vida. Eu converso com patrão. Todo haitiano sabe falar bem, tem haitiano que precisa ir ao médico, precisa ir ao hospital, na hora que passar na rua ele encontra comigo. Se eu não conseguir chegar a tempo eu ligo para o patrão. Quando um haitiano precisa de ajuda, eu vou lá e ajudo a pessoa. Eu ajudo muitas pessoas. Quando uma pessoa pede comida, eu dou comida. E tem gente que chega aqui e não tem parente, não tem ninguém.

Eu continuo falando com a minha família, graças a Deus. Todo domingo eu ligo. Eu mantenho contato com toda minha família. Eu não gosto de internet. Eu não gosto de conversar, fazer amizade, namorada, essas coisas de internet, eu não gosto disso e não uso. Por exemplo, coisa de internet para ligação ao telefone, eu uso.

No meu país já passamos por terremoto, ciclone em 2007, 2008 e 2009 que destruiu tudo na minha cidade. A água ficou no telhado da casa, Graças a Deus a água baixou, tiraram a lama e as pessoas passaram a morar do mesmo jeito. Em 2010 foi o terremoto. Estão reconstruindo, recomeçando. No Haiti estamos sempre recomeçando.

Wilman Alexandre

Sou Wilman Alexandre, haitiano. A primeira vez que vim para o Brasil foi um período onde muitos haitianos estavam saindo, já estou aqui há quase quatro anos. Nada reclamo, vivo bem do jeito que tô vivendo. Eu trabalho e moro de aluguel em Porto Velho. A minha condição de vida é boa porque eu trabalho, pago o meu aluguel, vivo normalmente como todo mundo. Eu sou da terceira maior cidade do Haiti que é Gonaïves. Lá eu nasci e estou com 34 anos, já que nasci em 15 de setembro de 1980. Eu tenho dois filhos; o primeiro está com 8 anos e mora no Haiti. O segundo filho está com quase um ano e quatro meses, vive com a mãe. Desde que cheguei no Brasil já fui duas vezes ao Haiti e agora é a terceira vez.

Estou indo ver a minha família, ficarei um mês ou dois por lá. Estava dizendo que vou visitar os Estados Unidos, ficarei 5 dias e depois retorno para cá. A minha família é muito grande. Eu tinha muita coisa no Haiti antes do terremoto, tudo foi acabado. Como indiquei, estava trabalhando como cabeleireiro em um salão onde era o dono e tinha três pessoas que trabalhavam comigo. Após o terremoto, tudo se acabou, a condição de vida ficou muito ruim! Falei com a minha mãe, meu pai e com os irmãos: “Mãe é ruim ficar assim porque a condição de vida ficará pior, passei muito tempo para ganhar essas coisas e tudo se acabou. Como vou cuidar da minha família, cuidar do meu filho, cuidar da minha mulher? A minha mulher não estava morta, estava junto com ela. Como eu vou viver?”

Quando estava no Haiti, a minha esposa trambalhava num salão comigo, fazia os cabelos das mulheres em Porto Príncipe. Depois saí de Gonaïves e fui para Porto Príncipe morar com a minha tia. Fiz o ensino base na escola do fundamental em Porto Príncipe, depois eu volte para Gonaïves e fiz o primeiro ciclo do fundamental; depois voltei novamente para Porto Príncipe e fiz a primeira classe, terceira classe. Estava faltando acabar duas classes para encerrar o fundamental. A primeira faculdade que fiz foi em construção civil, eu sou engenheiro civil da construção civil, passei quatro anos e terminei... Depois fiz um curso para fazer instalação do sistema elétrico na internet. Passei mais de três anos para finalizar este curso e em sete anos fiz duas faculdades. A questão é que no Haiti, quando eu estava acabando a faculdade, não tem um negócio, um trabalho esperando para lhe contratar.

Eu voltei para minha terra, Gonaïves. Deixei tudo para achar um trabalho, fui trabalhar na MINUSTHAD no Haiti, fazer segurança, e fui declarado aceito. Trabalhava e depois fiz ficha na carteira... Graças a Deus eu passei no teste e fiquei dois anos. Recebia 800,00 dólares por mês, fora a condição de viver, a comida e tudo; a cada 15 dias que me davam, dava tudo para

minha família. Por isso tinha um salão e deixei gente trabalhando pra mim, fiz um negócio para minha mulher, além de ter comprado uma casa, depois fiz outra casa. A primeira estava com a minha mulher, e a segunda fiz para minha mãe, essa é a biografia da minha vida. Eu saí da Minusthad porque era contratado.

Eu tinha o visto dos Estados Unidos quando estava na MINUSTAD. Eu vou agora no Haiti porque está com um ano que vejo a minha família. Sei que com as economias da MINUSTAD montei um salão, que ainda existe. Depois do terremoto, a primeira opção foi vir para o Brasil. Eu arrumei um negócio e vim, estava com dinheiro e paguei a passagem. Eu perdi treze pessoas da minha família com o terremoto de 2010. Tem duas pessoas da família dos Estados Unidos que foi passar o natal e acabou morrendo. A minha mulher morreu dentro da faculdade onde estudava; o meu colega, primo da minha família também... Quando relembremos percebemos que treze pessoas da minha família morreu. Eu achei o corpo, foi uma história muito triste. Hoje é nove de janeiro, faltando três dias para lembrarmos do que aconteceu, cada pessoa tem um jeito na associação dessa história. O terremoto passou muito forte em Porto Príncipe e também em outra cidade.

O terremoto passou com uma intensidade 3.7 em Gonaïves e na capital passou 7.9 quebrando tudo. Vi os carros serem puxados para dentro da terra, foi horrível! A história é assim... Ninguém vai deixar o seu país por outro se não tiver acontecido nada. Eu gosto do Brasil, estou morando aqui, só que nunca deixarei meu país para ficar no Brasil, estou dizendo a verdade. Eu gosto, só não pretendo ficar no Brasil o resto da minha vida. Vim passar um tempo e quero voltar. Muitos da minha família moram nos Estados Unidos. Não sei o motivo da ida deles para os Estados Unidos, são imigrantes. Quando fui aos Estados Unidos estava legalizado e depois vim para cá. A minha família veio, sei que têm muitos haitianos morando nos Estados Unidos. Quando você está legalizado, vai primo, prima, muita gente. Tem haitiano que tem o seu próprio negócio nos Estados Unidos, tem americano que trabalha com haitiano. A proporção é de que temos 12 milhões de habitantes nascidos no Haiti e a metade encontra-se nos Estados Unidos. Tem uns que moram na França, outros no Canadá, tem uns que moram nos Estados Unidos, outros vem para o Brasil... porque foi a última opção e porque ninguém que está morando aqui no Brasil viria para cá. A presidente Dilma foi no Haiti conversar com o nosso presidente. Abriu a porta para nós entrar no Brasil. Tenho dois primos que estão vivendo aqui, tenho um irmão que mora em Curitiba. Eu cheguei em 2010 e já faz quase cinco anos que estou em Porto Velho. Fiquei pouco tempo no Estado do Acre, acho que quatro meses. Eu vou falar a verdade, ninguém estava sabendo dessa rota para o Brasil. Viemos clandestinos. Saímos do Haiti de avião, chegou no Equador, na cidade de

Quito. De lá fomos para a fronteira do Peru, fomos para a fronteira do Brasil com a Bolívia. Você anda de avião, de ônibus, tem que ser assim porque no Equador pega ônibus, paga em dólar e atravessa a fronteira do Equador com o Peru e quando chega na fronteira do Brasil deixam entrar. Conversamos e vem logo a Polícia Federal legalizar.

A viagem foi tranquila, só que estava muito cansado porque passei cinco dias no ônibus. Eu não sabia falar espanhol e fui aprender algumas coisas prestes a sair do Haiti, daí consegui arriscar algumas palavras em português. Quando eu cheguei aqui só assistia TV, lia livros, até conseguir aprender um pouco e conversar um pouquinho. Fiquei quatro meses no Acre e o primeiro trabalho que tive no Brasil foi num lugar chamado Quinarí, em Rio Branco. Passei dois meses trabalhando lá e sentia muita saudade. Depois de dois meses de trabalho pedi ao rapaz que me contratou: “Vou sair porque se acontecer alguma coisa aqui quem vai enviar notícias pra minha família?”

Trabalhei num bairro novo, passei três meses naquelas condições, ganhava pouquinho. Na minha cabeça é que eles ganham muito pouco e saí. Depois fui trabalhar na Coimbra, que é um mercado. Fazia oito meses que descarregava carretas, olha o trabalho. Depois de oito meses cheguei para o chefe do mercado que é o Bento, filho de português e ele falou: “Wilman, eu quero que você faça um negócio pra nós porque eu vou tirar você do lugar de descarga e vou botar você num lugar só pra conferir as mercadorias que vão entrar.” Eu não quis. Neste setor iria ficar pouco, só que descarregar ganha mais, porém trabalha muito e ganha bem. Se eu fosse subir como encarregado da mercadoria eles iriam assinar a minha carteira no valor de mil e duzentos reais, só ia receber mais um extra. Eu falei: “Não, Bento, muito obrigado que tu me chamou para fazer isso, mas eu não vou ficar descarregando.”

Eu tinha férias acumulada e fui viajar. Passei três meses, meu chefe chama-se Francisco Silva, falei pra ele: “Ei Francisco, vou sair.” E ele: “Não Wilman, você é muito amigo, não posso.” E se faz também o chefe vai saber que eu tenho compromisso contigo e eu não posso fazer. “Se não quiser eu faço.” Ele falou: “Como tu vai fazer irmão?” Brinquei com ele, ele disse que eu não iria sair. E quando fui na sala, uma mulher estava assinando os papeis. “Meu filho, tantas vezes eu venho aí e falei contigo para ficar tranquilo. Teu último dia foi hoje e vou assinar a rescisão.” E eu falei: “Andreia, obrigado.” Não queria ficar muito tempo fazendo isso e se eu fosse pedir para o chefe, não iria deixar eu sair. Sou um cara tranquilo, gosto de brincadeira, mas não gosto de bagunça. Saí e disse que estava indo para o Haiti. Fiz uma viagem para os Estados Unidos, depois voltei para o Haiti e vim para cá.

Depois de uma semana em Porto Velho, consegui um trabalho. Foi um contrato de oito mil reais onde tive que fazer um quarto e abrir uma casa. Em seguida a pessoa pediu para abrir

outro quarto, e fechamos o valor em 12 mil reais assinados em cartório. Depois que acabou o contrato, fechamos para trabalhar em Jirau por um ano e dois meses, fui chamado como carpinteiro e falei para meu chefe: “Eu quero ir pro Haiti, eu tenho um negócio para fazer e você vai falar por mim no JM que preciso de dois meses, tenho um negócio para resolver, mas eu volto.” Ele fez um rearranjo como se estivesse de férias e daí viajo semana que vem.

A primeira vez que estava fechando como pedreiro do acabamento. Mudei de função e sou carpinteiro agora. Estou como dez meses de carpinteiro na Jirau. Fiz uma montagem no trabalho. O trabalho em Jirau é pesado, quando estava com quarenta e poucos metros de altura, tem momentos que estava oitenta e poucos metros. De Jirau é cento e poucos metros de baixo para cima. No limite que eu estava, era oitenta e poucos metros. Estou há um ano e dois meses na Jirau,

Eu não quis ficar no Acre e vim pra Porto Velho porque a condição de vida é boa, igual o clima do nosso país, só que tem um momento que é muito pesado, é diferente pra nós. Estou há quase quatro anos em Porto Velho e não estranho ninguém. Em todo lugar que morei mantive correspondências. Sempre morando nas redondezas do bairro. Eu gosto de conversar com as pessoas.

Tem uma mulher que trabalha na Hidrelétrica de Jirau, até conversei com um amigo sobre isso. A mulher estava namorando com um rapaz, brasileira. Disse para uma pessoa que gostava de mim. Nós conversamos e na frente não fizemos nada não, só que ela estava conversando comigo, disse que gostava de mim, eu também gosto dela, e lá na Jirau não posso fazer nada não, não pode conversar escondido não, tem que conversar na frente da gente. Um cara viu eu conversando com a menina, disse que estava com raiva e veio falar comigo. Eu disse a ela: “Ele estava com raiva porque eu estava conversando contigo.”, “Porque tu é haitiano e conversa comigo”. “Não, o haitiano é um irmão.” A menina escondia as coisas pra ele...

No segundo dia que estava conversando com uma amiga, fui avisar sobre um detalhe. Eu gosto de sinuca, estava jogando e a menina veio conversar no momento que estava passando. Tu sabes o que o rapaz estava fazendo? Amanhã não vai ao trabalho, que estava na DDS e foi falar com o meu chefe que se chama Anderson e disse: “Anderson, tu tem um cara que trabalha contigo, não gosto da atitude dele com a minha mulher, fala pra ele, senão vou jogar com ele.” “Anderson, quero conversar contigo. Tu tava conversando com aquela mulher.”, “Não conheço não, a menina fala comigo, que fala com ele. Eu não tenho nada a ver com isso

não.” A partir desse momento a pessoa ficou brava comigo. Foi algo que aconteceu em Jirau e foi ruim.

Eu tive um chefe responsável pela área de concreto, esse cara não é bom, fala muito mal de haitiano. Eu sou um haitiano e não gosto quando falam da minha nacionalidade, um dia falaram: “Haitiano é assim no momento do trabalho, na hora que vai almoçar, na hora que vai à feira.” Essas palavras são ruins, chocou o meu coração, porque foi gente que correu atrás de comida, brasileiro. E costumam falar que todo negócio que é ruim na empresa foi o haitiano que fez. Sabemos que tem pessoa e pessoas, tem brasileiro que é ruim. O brasileiro faz o negócio e fala que foi o haitiano. Agora eu estou trabalhando de carpinteiro, meu chefe é bom, conversa com a gente, respeita, a parte dele é boa mesmo. Ele tem um coração muito bom, chama-se Ney e é do Pará.

Vou passar só um mês fora e caso eu vá aos Estados Unidos, fico dois meses. No momento, eu vou para Miami, New Jersey, Boston, Chicago, tenho família em todos os lugares. Se eu for, até liguei para o meu primo, para minha tia e já comprei a passagem para passar 15 dias. Daí vou em Miami, na cidade de Orlando, tem muito haitiano lá, tenho um amigo do tempo que estudávamos juntos, já pedi para ele comprar a passagem pra mim. Agora foi pouco, trezentos e poucos para comprar a passagem de ida e volta. Vou passar quinze dias na casa deles e depois volto para o Brasil.

Pensando bem, acho que vou abrir um salão de beleza mesmo. Todo mundo que vem cortar cabelo comigo pede para eu abrir um salão. Tem dias que faço dez cortes de cabelo, outros dias faço quatorze cortes, outros faço quinze. Lá no Haiti eu trabalhava muito, tinha vez que no final do ano, no dia 30 de dezembro, começava a cortar de manhã e eu parava dia 1 de janeiro, é cansativo, mas conseguia. Passava o dia 30 de dezembro trabalhando desde às 7hs até o primeiro de janeiro na madrugada. Nesses dias fazia setenta, oitenta e nove cabelos. Aprendi a cortar cabelo sozinho, vi e comecei a fazer. Aprender desse jeito. Conversei com o meu amigo que corta cabelo dentro de casa e aprendi a profissão. O haitiano aprende a cortar assim, em outro país pode fazer um curso para se aperfeiçoar. Se eu ficar no Brasil, quero fazer um curso, pois não pretendo trabalhar com gente não. Eu faço construção civil, sei fazer um plano de terreno pra levantar. Tem até haitiano trabalhando aqui. Tenho um colega que está fazendo esse curso. Queria fazer uma casa de 4 quartos, salão, banheiro, sala, cozinha. Ele me deu a medida do terreno. E do jeito que ele quis eu fiz a casa. Tem gente que cobra duzentos, trezentos reais pela diária do serviço.

Na minha família, minha mãe e o meu pai estão vivos. Tenho irmãos por parte de pai e mãe. Uma irmã faleceu com 37 anos, estava tentando vencer a doença. O tempo que a minha mãe ficou casada com o meu pai tiveram cinco filhos. A primeira morreu de um casamento. Somos em sete irmãos. Tenho três irmãos que moram nos Estados Unidos, eu estou no Brasil junto com outro irmão e ficou três irmãos no Haiti.

O meu pai trabalhava como cultivador, agora não sei em que ele está trabalhando. Eu pedi para ele não trabalhar mais: “Nós estamos trabalhando por você agora.” Eu vejo que no Brasil tem gente que trabalha com quase oitenta anos, como que esses caras que tem oitenta anos tem força para trabalhar? Em casa nós ajudamos quem precisa; eu ajudo, nós fazemos uma coletividade para ajudar um ao outro. Graças à Deus, a minha família é muito grande.

A minha primeira filha nasceu da primeira esposa, ficou com a minha mãe que cuida dela e agora ela está com doze anos. O meu filho ficou com a mãe dele, só que a gente não mora juntos. Ela tem a casa dela e eu tenho a minha casa. Somos amigos e fizemos um filho. É muito complicado pensar em trazer o meu filho, tem muito problema. Sempre falo com a minha família por telefone, conversamos muito. Quanto a religião, estava frequentando Igreja católica e depois fui para Assembleia de Deus. Tem muitos católicos no Haiti e tem muita igreja evangélica.

Também tem vodu, tem lojas de maçonaria... E toda noite de domingo vou à igreja. Tenho um amigo no Haiti que quer que eu volte para montarmos um salão juntos, vamos ver se conseguimos. Estou até pensando em montar um salão em Porto Velho porque o meu irmão está vindo para cá e já temos planos para montar uma lan house e um salão. A questão do telefone para haitianos já existe em Porto Velho. A intenção é aumentar este espaço que funciona para as ligações telefônicas. Queremos ampliar com outro quarto. O meu irmão está vindo de Santa Catarina pra cá para comprar máquinas.

Em Porto Velho só morei no bairro Nova Porto Velho, estou há quatro anos. Você sabe porque não gosto de mudar de bairro? Eu estava trabalhando na Coimbra e fui entregar mercadoria lá na Zona Leste, peguei raiva, não gosto de falar disso... Fomos descarregar a mercadoria e no momento que estávamos virando o carro, dois homens desceram de uma moto, pararam na frente de nós com arma e pegaram todas as coisas: chave do carro, dinheiro da sacola, até boleto levaram. Tinha quase dez mil dentro de uma sacola e levaram tudo. E quando voltamos para a empresa o pessoal já estava sabendo. Eu sou haitiano, o patrão colocou a culpa em mim, só que ele tem problema com o motorista. Foram até no juiz. Sei que não tenho nada a ver com isso e nem sei andar na zona leste de Porto Velho.

Um aspecto diferente do Brasil com o Haiti se dá nas relações. Vejo que você estuda, porque lá no nosso país um homem não deixa a mulher ir pra frente não. Tu sabe por quê? Porque só homem quer comandar na faculdade, na escola, na casa, em todas as coisas, só homem que comanda, só o homem quer ter um nível grande. Você sabe que para uma mulher chegar a presidente é difícil. Nunca tivemos uma mulher presidente no Haiti. Nunca teve porque o mundo da política é muito forte e é masculino, qualquer movimento que seja para aprender, o homem não deixa a mulher subir no poder. A cabeça do homem é muito forte para deixar de servir. Se sou homem, a minha consciência não vai deixar a mulher crescer. As mulheres sabem fazer tudo, só que o homem haitiano tem que aprender mais que a mulher. Funciona assim: se nós dois somos doutor, se o governador for chamar um, o governador vai fazer um teste, e lá no Haiti quem vai ganhar? Não é tu não, é homem que vai ganhar... Por que o homem é muito forte, e vejo que a mulher no Brasil é forte, o homem é fraco no Brasil.

Na LEI isso não é assim. Na lei é igual... O homem haitiano quer estar na frente da mulher porque o homem se sente mal quando a mulher cresce. Ele contesta porque ele é fraco. Homem tem que ser forte... Em nossos costumes é assim, é diferente, não é igual. Só que na Lei do Brasil é a mulher que comanda. No Haiti é diferente, o homem que tem que comandar, não é a mulher não. Se eu for falar com uma mulher, eu explico para ela a minha ideia. Ela também tem ideias. Podemos combinar as coisas para ficar num casamento normal.

E se houver traição é igual ao Brasil, eu vi que homem brasileiro faz muito isso. Brasileiro faz e eu vi que tem homem fazendo, e os brasileiros são muito sínicos, igual nós. Se a mulher sabe ela fica braba, mas não pode bater. A questão é conversar. No Brasil é a mulher que comanda, é a mulher que faz...

Se for casar é outra coisa. Se for casar, a minha mulher para cuidar, o meu filho para cuidar, casa para alugar, comida para fazer, carro para comprar para a mulher, escola da menina, tudo assim, as coisas são as mesmas, só homens tem que fazer e por isso que nós temos que ter prioridade.

No Brasil, se mulher está trabalhando, homem está trabalhando, dividem as contas, no Haiti não, guarda o dinheiro dele, se tiver alguma coisa para fazer, ela quer me ajudar e me ajuda. Na lei é o homem que faz tudo. Se a mulher quer um carro é o homem que tem que comprar para ela. Se não comprar tu sabes que vai acontecer? Ela bota chifre nele. E para não botar chifre, para ficar normal tem que mandar todas as coisas, tem que fazer todas as coisas para a mulher, é assim mesmo, por isso eu falo que é diferente. Tem costumes que são diferentes. Eu tenho medo de casar com brasileira, porque eu vi que é diferente, a menina vai querer me comandar. A mulher brasileira é ciumenta. Ela faz negócio e não quer homem, porque na

frente de você ela está conversando com o homem e eu não posso conversar com uma mulher na frente dela... É complicado casar com brasileira porque no meu costume é diferente. Depois que a minha mulher morreu, não casei mais. Agora amigos, tenho muitos. Gostei de conversar contigo e de fazer essa entrevista. Muito obrigado!

Demen Toussaint

O meu nome é Demen Toussint, tenho 25 anos, cheguei no Brasil, em Porto Velho há oito meses. Eu saí do Haiti, cidade natal de Gonaïves, uma cidade que é muito pequena. A viagem, só para chegar ao Acre, durou sete dias de ônibus e passei uns 15 dias no Acre, depois vim pra Porto Velho para ver se conseguia trabalho, fazer alguma coisa, porque no Haiti eu também sou professor de matemática.

Eu estudei contabilidade, só não cheguei a terminar o meu curso. Quando faltava três meses para finalizar saí do Haiti. Não estou no Brasil só para trabalhar, mas também quero estudar porque muitos haitianos vêm para o Brasil só em busca de trabalho, têm muitos na construção civil ou fazendo outra coisa. Muitos têm família para ajudar. Eu não tenho mãe e nem pai, também estou aqui para ajudar a minha família. E como quero estudar, não posso passar o dia todo trabalhando na construção civil. Eu quero fazer outra coisa da vida, ainda não sei o que fazer, mas vou conseguir. O meu português é difícil e eu quero falar melhor. Eu quero estudar português pra conseguir escrever. Se Deus quiser!

O Brasil é um país muito bom para o haitiano, por quê? A verdade é que o povo do Haiti sofre porque é um país muito difícil para criança, para todo mundo. Tem muita gente passando necessidade... Fui à escola e sei que muitos não têm oportunidade de comer, entendeu? A pobreza é muito grande, além de ser muito difícil entrar na universidade; todo mundo se foi, saiu do país porque tem sérios problemas econômicos e políticos e fica muito difícil permanecer lá... Só Deus pode fazer um negócio para o povo haitiano, por isso, todo haitiano saiu do Haiti para buscar uma vida melhor, por que quando um haitiano chega aqui ele fica muito feliz porque pode enviar dinheiro para sua família. O dinheiro que o haitiano envia para sua família é para fazer alguma coisa. Tenho irmãos, pai, mãe no país. Uma irmã morreu e ficaram dois irmãos que não fazem nada. E a vida vai passando e a pessoa não faz nada e espera que Deus vá ajudar, mais de 20% da população está brigando com a vida! O Haiti é um país difícil, eu quero que muita gente vá lá visitar para ver como é. É crítica a situação do país, teve muitas catástrofes, além de ter muitos problemas no setor de serviços... Acho que é uma das consequências do terremoto.... O ciclone devastou a minha terra natal. Tem muita coisa para ser feita, mas não tem infraestrutura.... Tem que ir lá e olhar a situação do país.

No Haiti, a educação, acho que 55% é normal.... O programa paga bastante para a criança, por isso, a pessoa consegue entrar na escola. A formação profissional é escassa. As Universidades que existem são pequenas e para conseguir entrar fica difícil. A pós-graduação

é só para quem tem universidade e lá não tem instituições federais, estaduais, municipais. Quem quiser estudar tem que pagar! A base dos estudos é a mesma coisa, porque quando uma pessoa estuda a contabilidade é igual aqui no Brasil, a diferença é que aqui tem mais prática. Quando uma pessoa sai de uma Universidade no Brasil consegue arranjar um emprego, começa a trabalhar; aqui tem pessoas que começam a trabalhar no segundo ano de faculdade. Lá no Haiti tem gente que faz quatro anos de universidade e fica tranquilo, não trabalha porque não tem emprego. Aqui é difícil, quando uma pessoa estuda qualquer coisa, medicina, qualquer coisa, vai conseguir trabalhar e não vai ter problema. E lá no Haiti todo mundo pensa assim: “E se eu estudar, eu vou fazer o quê? Depois não tem trabalho pra nós.” Conseguir trabalho no Haiti é uma coisa muito difícil, por isso tem muita gente formada no Brasil trabalhando em construção civil, por que? Tenho todos os papeis, ele não pode conseguir trabalhar só em uma profissão aqui no Brasil, vai ficar difícil, tem que ir estudar, o idioma não é igual. Eu não consigo trabalho na minha profissão, você pode estudar, fazer cursos, aqui você pode fazer tudo.

No Brasil só se fala o português. É difícil, temos que aprender a falar português, voltar à escola e fazer curso para conseguir trabalho, ter outra profissão. Se eu for para o Haiti e voltar fica difícil, mas se eu ficar, vou trabalhar em minha profissão, nunca trabalhei na construção civil no Haiti, no Brasil trabalho neste setor duas, três, quatro horas por dia e ganha-se pouco. Uma pessoa que trabalha na construção civil no Brasil ganha mais que uma pessoa que trabalha, por exemplo, em contabilidade, bancos. E aqui se ganha muito mais do que no Haiti. Tem coisas que para conseguir não sabemos como...

Lá no Haiti fica muito dinheiro, viu? A diferença, não tem muita diferença, só quando uma pessoa sai de uma Universidade no Brasil, consegue trabalho rápido. No Haiti você sai da Universidade e nunca trabalha, só espera. Tem gente que tem pós-graduação e não consegue trabalhar na contabilidade. Eu só quero estudar contabilidade e trabalhar como professor também, mesmo não tendo estudado para ser professor. Eu conheço muita coisa de matemática, posso conseguir fazer curso de matemática, mesmo não sendo a minha profissão. A diferença é que estudar e trabalhar aqui é rapidinho, lá no Haiti, as pessoas ficam pouco tempo.

O problema do Haiti depois do terremoto é que ficou muito difícil, as pessoas ficaram lá e até comida tem que ser dado, além de casa, alojamento, é difícil para o governo. O governo tem o problema do terremoto, um problema político, muita coisa para resolver. E muita gente diz: “O governo não faz nada para população. ” Tem muita coisa para fazer; as pessoas ficam

enlouquecidas, doidas porque teve o problema do terremoto, depois teve um problema político, pessoas que não ficaram no governo.

O problema do terremoto atingiu muita gente, dois mil, três mil, quatro mil e a população ficou sem ter onde dormir, não tinha alojamento para ficar. Sei que em 2012, dois anos depois muita gente ficou em alojamento; é um problema para resolver. Quem ficou na capital enfrentou mais problemas, cada cidade tem seus problemas.

Mesmo com toda crise a minha cidade vai ter carnaval em 2014. Tem que fazer muita coisa, só o carnaval vai ficar mais de 12 milhões de dólares. Tem outra coisa, o presidente não pode ficar: “Eu não vou fazer nada, não vou fazer carnaval por que tem muitos problemas no país, tem que fazer outra coisa para a população. Fica difícil para resolver tudo porque o presidente vai resolvendo aos poucos e cada Estado tem suas demandas. O Haiti é um país que está com muitos problemas, tem outro país que foi lá para nos ajudar e não fez nada. Além do que no Haiti tem a Minustad, sabe o quê é isso? Tem brasileiro também, depois do terremoto foi muito brasileiro do Sul. Mission des Nations Unies pour la stabilisation en Haïti... O Brasil é um país muito tranquilo e aqui em Porto Velho é muito tranquilo, nunca vi um morto desde quando cheguei. Nunca vi uma pessoa matar outra. Na televisão, São Paulo é muito perigoso. E todo mundo fala: “Só Deus pode ajudar nós.” Se não ajudar o Haiti não vai fazer nada.

Saí do Haiti e fui para a República Dominicana, depois para o Equador, passei pela Colômbia, Peru. No Peru fiquei 5 dias no ônibus para chegar no Acre e fiquei pouco tempo. Eu acho que o Brasil é um país muito bom para todo haitiano, por que o governo do Brasil faz muita coisa para todos os imigrantes, principalmente, haitiano. No Brasil haitiano tem muito valor, todo haitiano fica muito feliz porque tem país quando tem um imigrante, não pode trabalhar, não pode ficar na hora porque a polícia fica; é que no Brasil fica muito fácil para todo haitiano.

Depende muito da gente também para conseguir mais, tem gente que gastou cinco mil reais, tem gente que gastou seis mil reais, tem gente que gastou sete mil, oito mil reais, depende da pessoa. Eu gastei mais de três mil e quinhentos para conseguir tudo. A pessoa sai do Haiti, depois pega um ônibus para a República Dominicana, um país fronteiro, fica um dia no ônibus, chega lá na capital da República Dominicana e depois fica pouco tempo. Quando chega na República Dominicana até o Panamá; tem gente que vai para Colômbia, voo do Panamá para Colômbia, depois do Panamá ou da Colômbia tem outro voo que chega a outro país que é o Equador. Há pessoas que vão para o Panamá e outras para Colômbia, Peru. Quando chega na República do Equador fica tranquilo porque você compra um ticket só para o Equador, compra uma reserva no hotel e fica lá. A República do Equador para o haitiano é um país que não tem muito movimento, por isso muita gente diz: “Ah, eu vou ficar no

Equador.” Eu vou viajar para o Brasil porque do Equador para o Brasil é um país que de ônibus pode conseguir fazer.

Lembro que saí do Equador de ônibus, paguei a minha passagem e fui para Guaqui, na fronteira do Equador com o Peru. Esse tempo no Peru ficou muito difícil, pois a polícia do Peru roubava tudo de nós, tem gente que pagou oito mil reais para atravessar. Quando a pessoa chega lá, que a polícia arrumou tudo, ele fala assim: “Dá tudo senão você não pode fazer nada.” Tem que dar dois mil, três mil reais à polícia do Peru. Isso é crítico. Essa pessoa dá esse dinheiro e não tem nada para conseguir essa viagem de novo, ele chama a sua família lá no Haiti que tem que fazer o possível para conseguir mandar um pouco de dinheiro para viajar de novo, porque se você não tem dinheiro você vai ficar no Peru, vai retornar lá no Equador: “Você não pode ficar muito tempo aqui no Equador.” Você vai ter um aviso, trinta e cinco dias ou noventa dias, só isso aqui, depois não vai servir nada. Por isso que tem gente que chama de novo a sua família, e não tem nada para conseguir viajar de novo para chegar no Brasil.

Do Equador até a fronteira você pega um ônibus porque não tem passaporte? Todo passaporte tem um visto. Isso você não tem e você pode conseguir ficar e pagar uma passagem, depois vai na fronteira e quando vai para o Equador, para entrar no Peru, se é ilegal, você não pode prosseguir viagem, a polícia fala: “ Se você não paga, você não vai conseguir viajar. ” Dá tudo para a polícia, a polícia chega e passa Cuzco, Lima, Puerto Maldonado até a fronteira do Brasil à Puerto Maldonado, Brasil à Peru e chega, aí você vai pagar, tem um rapaz, o Gense, só ele pode conseguir passar com você, atravessar esse Puerto Maldonado. A fronteira do Peru é muito policiada, tem um rapaz que fala com a polícia, que dá uns 150 dólares para conseguir atravessar. E tem uma pessoa comigo também, se pegar um taxi vai mais 20 dólares ou 15, faz todo mundo pagar: “Vai, vai, vai...” Quando chega no Acre, pega um táxi para ir para o Brasil, pois tem muito haitiano que fica lá. Fala com a gente: “Eu vou pagar um táxi para você, vai com você ao centro de refúgio. ” Em Porto Velho tem e você paga de novo. Tem que dar vinte dólares, porque a viagem é em dólar. ” Dizem: “Ao chegar na fronteira você não pode ficar atravessando sempre. Vão lá na Polícia Federal fazer o cadastro de vocês, para que eles saibam que vocês estão aqui, depois chega lá e fica muito tempo para conseguir CPF para fazer tudo porque aqui no Brasil se uma pessoa não tem papel, não pode conseguir fazer nada.” Só o Peru fica difícil na viagem, chega aqui no Brasil e todo mundo feliz porque a vida começou a melhorar.

Quando a gente migra tem muito problema para resolver, tem que conseguir papel, CPF, Carteira de Trabalho. Você não pode sair daqui se não tiver a documentação, fica difícil até para pegar o ônibus. E tem pessoas há mais de quatro meses no Acre. Eu fiquei só 20 dias. Teve um rapaz que esperou muito tempo, até ter todo papel organizado para ir para Porto Velho. Eu tenho CPF, Carteira de Trabalho, fica tranquilo esperar que o meu amigo chegue, viaje de novo, pegue ônibus para Rio Branco e dali para Porto Velho.

Eu consegui dinheiro para sair do Haiti porque sou professor, trabalhei um pouquinho e guardei. Fiquei mais um mês, dois, três, quatro meses com essa ideia na cabeça. O pessoal diz: “Todo mundo saindo do Haiti e você fica lá? Você vai fazer o quê? Não tem nada e você vai ficar?” Eu falei pra mim: “Eu vou para o Brasil. Tenho que esperar porque eu não vou mandar uma pessoa me emprestar um dinheiro pra ir, não! Não vou fazer isso.” Vou trabalhar e ficar até quando Deus quiser, eu sei que eu vou ter uma possibilidade pra ir.... Trabalhei muito e consegui ganhar o meu dinheiro, depois conseguir converter e fazer um seguro em Dólar. Tem que ter bastante *gourde* para conseguir converter em dólar. Ter muito *gourde*, depois eu vou pegar com um amigo. Ele fez isso nesse serviço, fez tudo isso; pagou passagem e quando você chega no Equador, acabei ficando pouco tempo na casa dele, isso se chama “*raque te*” em idioma crioulo. Você paga uma pessoa (*raque te*), uma pessoa que você manda dinheiro para conseguir pagar a viagem, entendeu? Ele paga pra mim a viagem.

Eu não tenho nada pra pagar, pois paguei tudo à vista. Só fiz essa viagem... “Você pode me emprestar cinco mil reais?”, “Não, isso aqui não.” Fica difícil, tem que ter muito dinheiro para conseguir. Cheguei sozinho e logo vi muito haitiano que eu conhecia.

O primeiro dia no Brasil foi muito confuso e as condições no Acre não eram para as pessoas ficarem, porque onde a pessoa dorme, comida é difícil. Tem muita gente que falava: “Ah, eu vou voltar no Haiti, aqui no Brasil, todo mundo fala do Brasil; eu vou voltar de novo.” Não fica porque quando eu comia a comida dava diarreia e tudo. E a minha cabeça ficava doida e o Brasil é um país.... Depois tudo começou a melhorar. É assim: tem uma palavra em francês e em crioulo que é “*Inhãpari Canaã san dizea*” ... Quando uma pessoa faz um negócio, por exemplo, pode ser, se você quer ganhar muito dinheiro tem que estudar muito. E quando você estuda: “Estudar muito é difícil.” Terminou e você vai ganhar muito dinheiro, tudo de mal saiu da tua cabeça. Por que se você estuda muito a tua cabeça fica doida e você diz: “Ah, eu não vou estudar pra ganhar dinheiro.” Quando os estudos finalizam, começa a ganhar dinheiro e tudo de mal que você pensa, dá um tempo, saiu da tua cabeça, por isso a primeira lição é não falar mal do Brasil. A comida é bem diferente e 95% das pessoas quando comem comida

brasileira vão direto para o hospital. Graças a Deus que cheguei em Porto Velho e ficou tranquilo. Da primeira vez teve esse problema.

Quando cheguei, um amigo falou: “Eu tenho um lugar para você. ” Tenho outro amigo que falou comigo, saiu do trabalho, tem um rapaz que veio buscar nós, ficamos dois dias, a associação é difícil. Tem que ficar para resolver o problema. Fica dois, três dias e eu chamo esse rapaz, o amigo meu chama a sua mãe, chega lá da França e diz: “Mãe, não tem dinheiro pra conseguir comprar uma casa.” Fica difícil pra nós que ficamos aqui; por isso que tem que mandar dinheiro para nós. Sua mãe, na verdade, manda um pouco de dinheiro em meu nome. Eu fui lá no Banco do Brasil receber esse dinheiro e pagar uma casa de 500 reais. E nessa casa todo mundo saiu e ficou tranquilo.

Não tem nada para fazer comida, não tem nada de colchão, não tem nada. E tem dias que não tem comida para comer porque não tem dinheiro. Eu falei: “Meu Deus, estou aqui e você vai ajudá-lo?” Um dia eu nunca fui, não conheço nada. Eu não conseguia falar, só crioule.

A verdade é que eu saí na hora: sete ou vai dar oito horas, sabe o nome da moça que fica lá no Supermercado Araújo? Quando estou em Porto Velho eu fico em sua casa, eu não conheço nada, nem uma igreja em Porto Velho. Cheguei aqui caminhando e vi uma senhora, Igreja de Nazaré do Brasil. Frequento essa igreja. Tem um rapaz que faz a limpeza e acabo ficando muito tempo, até que um dia um rapaz veio falar comigo e não consegui me comunicar porque não falo português. O meu pastor ainda não consegue falar crioule, fala português e a minha cabeça fica doida. Perguntei: “Usted habla español?”, “Sim, falo.” Graças a Deus, e meu coração ficou feliz. “Vamos falar em espanhol que nós conseguimos falar muito bem.” Eu falei com ele ao sair da igreja, ele disse: “Estou com a minha família, minha mulher, sou muito família. Já comeu?” Deus falou no coração dele... “Vai lá, vai lá comer.” Ele foi no restaurante e falou com uma pessoa. Eu tenho um amigo que ficou na casa e o pastor comprou duas comidas para nós, graças a Deus! Eu comi, meu amigo comeu e ficamos bem. À noite eu fui na igreja dele, falou comigo, só haitiano... Depois que saí da igreja, ele fez compra de casa, aluga. Ele pagou três meses de aluguel nessa casa do Sr. Mesquita, e depois buscou um trabalho pra nós.

Sei que saiu de Porto Velho e foi trabalhar em Ariquemes, porque tem uma menina da igreja dele que tem trabalho, depois saiu de novo e ficou aí, pagou três meses. Esse amigo pagou três meses de aluguel para nós. Deus falou no coração dele e eu consegui fazer outro negócio. Não posso pagar você porque é uma coisa de Deus. “Fica tranquilo que eu pago o meu aluguel, fazer compras agora não quero ajudar mais.” Tem outra pessoa, um rapaz que falou comigo que não tem nada, eu falei para ele ajudar outro haitiano. Eu tenho dinheiro para

alugar, fazer comida, fazer tudo. Não quero que ele me ajude de novo, entendeu? “Graças a Deus, estou tranquilo em Porto Velho.”

Quando eu não estava trabalhando, ele pagava a minha comida; ajudava a encaminhar as coisas. Foi um esforço muito grande. O pastor falou com uma menina que frequentava a igreja e trabalhava num setor de desmontar material na cidade, quando a menina saiu para trabalhar em Ariquemes, perguntou se poderia me ajudar a conseguir um emprego.

Fiquei um mês nesse trabalho, e quando eu saí eles me pagaram trinta reais, e trabalhei entre 15 a 18 dias. Fiquei tranquilo e na segunda vez quando comecei a trabalhar na eletricidade do Shopping. Depois saí e já entrei na empresa da Usina de Jirau. Tem dois meses que estou em Jirau.

Eu trabalho no setor de eletricidade, no parque de diversão. Antes fiquei três meses no setor de carpintaria, como ajudante. A verdade é que estou feliz em Porto Velho, eu posso falar que eu tenho uma família, o pessoal da minha igreja é família. Eu gosto de conversar com as pessoas. Eu tenho um colega, um rapaz que fuma muito, eu quero ficar com brasileiros. Onde trabalho, em Jirau, tem brasileiro que gosta de conversar comigo. A verdade é que eu quero ficar na paz, eu não quero ficar com rapazes que bebem muito, fuma drogas... A verdade é que não entendo nada desse negócio de fumar porque eu nunca fumei na minha vida.

Eu tenho um amigo haitiano, não mais; se tem um haitiano que ficou aqui no Brasil, eu posso falar com ele porque só ele pode conseguir falar muito bem, quando eu falar crioulo ele pode entender. A verdade é que todo haitiano é amigo meu... Na verdade, a minha família, a minha mãe, meu amigo do coração, tudo ficou lá na igreja mesmo, a igreja de Nazaré. Eu trabalho em Jirau e só tenho tempo aos finais de semana. A viagem é cara para vir todo final de semana de ônibus para Porto Velho. A empresa tem um ônibus e só aos finais de semana podemos sair. Você trabalha de segunda à sexta de noite; se quiser, trabalha aos sábados. Você pode trabalhar sábado à noite e voltar. Só a volta, só o domingo que tem dois dias a cada final de semana. Você não pode viajar todo dia porque a viagem fica difícil e daqui para Jirau é duas horas e meia.

Às vezes eu costumo cozinhar comida haitiana, cozinho bem. O brasileiro não conhece a comida do Haiti e costumo fazer a comida pra Brasileiro conhecer porque não tem comida. A comida do Brasil é um pouco diferente para o haitiano: feijão, açafrão, macarrão; não é muito normal. É normal para brasileiro, para haitiano não. O feijão lá no Haiti é feito com açafrão. O feijão não é igual, não se chama feijão no Haiti, se chama *pwa*. É muito gostoso, macarrão também. O arroz é feito com outra fração também. A fração que a pessoa faz aqui é diferente

da que os haitianos utilizam. Fica difícil a comida, mesmo não tendo problema para comer a comida do Brasil. Não tem problema, mas há diferenças na alimentação.

Quanto à família, mantenho contato, Graças a Deus, por telefone, facebook. Todos os dias tento falar com eles por facebook e ligar. O problema é passar o natal longe daqui, longe da família. É difícil ficar no Brasil, não conseguir falar com tua família. Sabe, não quero falar só por telefone e por facebook, quero voltar para o meu país. Se Deus quiser, ainda vou voltar para o Haiti porque tenho muita saudade da minha família, de minha mãe, de todo mundo. Sempre falo com Deus e vou comprar a minha passagem e voltar para o Haiti.

Lógico que todo haitiano que está no Brasil não vai voltar para visitar, fica difícil, porque é três mil, quatro mil, cinco mil reais para visitar. Como conseguir esse dinheiro se não estiver trabalhando. Eu quero resolver o meu problema, quero entrar na Universidade, tem que guardar um pouquinho de dinheiro, não posso guardar tudo. Por exemplo, se você tem um problema na tua cabeça vai fazer o quê? Se você não pode conseguir trabalhar de novo, vai fazer o quê? Vai chamar uma pessoa do Haiti para mandar dinheiro para você, não vai?

Nessa empresa tem assistência médica, só não sei o nome. Para conseguir entrar tem que fazer exame, plano de saúde... No dia 2 de janeiro eu tive um problema na minha cabeça e foram me buscar de ambulância. Fiquei tranquilo e tomei um remédio, falei para o meu chefe e depois fui para o alojamento. Aonde estou fica muito difícil, muito perigoso. Tem a Camargo Correa que é uma empresa e as condições não são boas, cada dia tem que falar com Deus para proteger, é muito difícil. Nessa empresa tenho assistência médica. Sabe, eu falo por mim, ainda não passei por racismo de brasileiro. Eu fico muito feliz quando um brasileiro fala com um haitiano. Por que não pode, lá onde trabalho fui falar com o meu amigo haitiano: “Rapaz...” Sei que não é assim porque tem muito brasileiro que quer ficar com haitiano que ajuda nós. O brasileiro é muito mais racista.

Eu não tenho muito a dizer sobre a saída de haitianos do país. Só sei que quando um haitiano chega aqui ele não vai ter muita coisa para fazer, vi que para o Brasil, para brasileiro, haitiano é igual porque o Brasil é o país do brasileiro e nenhum haitiano pode conseguir falar do Brasil. Tem que respeitar, entender que quando você chegou aqui e chega num país e esse país não é teu, tem que ficar tranquilo e tem que conseguir ficar com a lei, a lei tem q falar: faz aquilo, faz aqui.

Quando um haitiano chega aqui, a verdade é que todo mundo fica feliz. Sair do Haiti pra vir pro Brasil não é fácil. Se você fica dois anos e nunca trabalhou na tua vida no Haiti, você vai conseguir trabalhar? Não tem um haitiano que fica um ano e nunca trabalhou, quem vai pagar o aluguel de vocês, quem vai comprar para vocês? Eu acho que todo mundo entra aqui e não

vai passar... A condição aqui em Porto Velho... Morar em outra cidade é difícil para haitiano, para mulher haitiana é ainda mais difícil, principalmente, as que ainda não trabalharam fora. No Brasil é mais fácil para o homem haitiano, para a mulher não é. O haitiano é um povo que trabalha muito.

A verdade é que eu vi que ali onde eu moro tem muito haitiano que nunca trabalhou. Tem haitiana, eu cheguei ao mesmo tempo que ela, já passei três meses trabalhando... É difícil para a mulher haitiana a cidade de Porto Velho. Tem gente que fala comigo de outra cidade e a condição fica difícil para a mulher haitiana.

E ainda é mais difícil para a mulher que não estudou, que não sabe falar português, que não conhece muita coisa. Também tem muitas mulheres que estudaram. E muitos empregos são para homens, principalmente, na construção civil. A mulher vai fazer o quê? Por exemplo, o homem pode fazer outra coisa, a mulher não. O homem pode conseguir fazer serviço pesado. A mulher não pode conseguir falar muito bem. Eu falo português errado, não é o meu idioma natal; não tenho problema com isso. A mulher não pode fazer nada, só consegue falar “Bom dia.” Só isso mesmo. Sem falar que sem o português é difícil conseguir emprego. Muitas mulheres trabalham em restaurante e outros serviços.

Em Porto Velho deve ter 60% que trabalha e mora. Todo mundo fala que o Brasil é um país para homem do Haiti e não para mulher do Haiti. E o homem do Haiti vai fazer o quê? Chegou uma mulher tem que estudar, tem que ficar muito tempo, um, dois, três anos e depois de estudar você vai conseguir trabalho.

Eu falo crioule; não falo muito bem o português; só com o meu amigo brasileiro eu tento falar português, entendeu. Na verdade, o crioule e o francês é o meu idioma. No Haiti são esses dois idiomas, na verdade 100% dos haitianos falam crioule; acho que até o francês é difícil para o haitiano conseguir falar francês, ele pode entender, entender muito bem, agora falar é difícil para todo haitiano; só quem vai à escola, faz universidade consegue falar muito bem. Eu acho que 30% da população pode conseguir falar francês, entendeu? Agora crioule todo mundo fala muito bem, não tem problema.

Eu quero muito entrar na Universidade, fazer um curso e conseguir trabalhar normalmente como todo brasileiro. Eu sou um homem e não é difícil para aprender muita coisa, eu posso trabalhar, eu quero fazer isso. Eu não quero ficar toda a minha vida na construção civil trabalhando não. Se Deus quiser, eu penso que esse final de ano, eu vou conseguir entrar na Universidade porque quero muito estudar. Acho que se não conseguir entrar, na verdade, tenho que voltar para o Haiti. Eu quero trabalhar na minha profissão, ter satisfação no trabalho, ter um tempo, eu posso voltar e ficar de novo lá no Haiti. Quero fazer universidade

no Brasil e um curso profissional. Quero continuar a estudar contabilidade porque eu conheço muita coisa no meu idioma. Se eu entro nesse curso aqui no Brasil, a diferença é o idioma. O problema é que eu não tenho tempo para estudar, além da diferença do idioma, e se eu não tenho tempo para estudar, eu tenho que estudar engenharia civil.

Estou muito feliz por essa entrevista, a pergunta fica normal. Eu não tenho muita coisa para dizer... Pode falar assim, muito obrigado por você falar comigo e fazer esse diálogo. Tem muita coisa para fazer. É muito difícil as condições de sobrevivência nos alojamentos do Acre. Eu estou feliz porque eu pago o meu aluguel, durmo tranquilo. Pode fazer um bom uso da entrevista. Pode divulgar.

São Paulo - Rede Instituições do Estado

Anália Ribeiro

Meu nome é Anália Ribeiro, sou psicóloga, mestre pelo Diversitas - Núcleo da Diversidade, Direito e outras Legitimidades da USP – e trabalhei durante algumas décadas no Programa de Proteção à Testemunhas no Brasil, PROVITA. Depois passei a estruturar o sistema nacional de enfrentamento ao tráfico nacional e internacional de pessoas; época em que já atuava nas Nações Unidas em parceria com o Ministério da Justiça. Nesse cenário, eu tive a oportunidade de atuar diretamente em vários aspectos da questão da migração, mas focado no ponto de vista da repressão à atuação de aliciadores que traziam pessoas de maneira irregular, ou seja, imigrantes indocumentados e em situação de risco para o Brasil ou que exportavam essas pessoas para outros países. Eram pessoas que estavam à serviço de organizações criminosas cujo o fomento, geraram a lucratividade, comércio de vidas; venda de pessoas tanto para a exploração sexual quanto para o trabalho escravo e, também, para o tráfico de órgãos. Eu tive a oportunidade de acompanhar vários casos durante esse período de trabalho.

Depois eu vim para São Paulo a convite do Governo do Estado para montar um Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, porque São Paulo tanto importa como exporta pessoas e não por acaso, por esta cidade passavam a maioria dos casos que nós atendíamos em várias regiões do Brasil. Aqui existe um fomento muito grande de migração, pessoas que vem através de coites, através de tráfico, através de aliciadores propriamente para essas três modalidades de tráfico. Muitas vezes elas permanecem e saem daqui para outros países. Eu tive a oportunidade de acompanhar vários casos na área de exploração sexual envolvendo mulheres, rapazes, travestis e transexuais, casos que acompanhei do ponto de vista do trabalho escravo, pessoas que são bolivianos, peruanos, coreanos, africanos que vem para o Brasil, mas que são submetidos a um regime de servidão onde permanecem nas oficinas de costura, muitas vezes desenvolvendo atividades ilícitas para garantir a sua sobrevivência.

O trabalho dessas agências de fomento: ACNUR, algumas agências das Nações Unidas, a UNODC, dentre outras que vem desenvolvendo um trabalho do ponto de vista da imigração para o Brasil. O quê que eu pude perceber? Existe uma grande limitação do ponto de vista da atuação dessas agências, sobretudo, porque elas precisam dispor de uma rede de acolhimento, de atendimento para essas pessoas. O Estado brasileiro não está preparado para atender esse tipo de público, a estrutura dos municípios, as casas abrigos, os serviços que são colocados à

disposição não estão ainda adaptados para atender esse cidadão que chega em busca de qualidade de vida, de novas opções de trabalho para a geração de emprego e renda, migram para a habitação e querem trazer as suas famílias para terem a oportunidade de viver com mais dignidade em outro país.

Observamos um grande despreparo, principalmente algumas estruturas da sociedade civil, sobretudo, religiosas que resolvem desenvolver um trabalho de acolhimento, atendimento e de suporte para essas pessoas do ponto de vista legal, social, psicológico; oferecendo perspectivas de acolhimento temporários, até que essas pessoas consigam ser incluídas no mercado de trabalho e possam desenvolver a sua cidadania plena. O que temos observado é a dificuldade que essas pessoas têm em adquirir os seus documentos, carteiras de trabalho, e comecem a ser inseridas no mercado para poder garantir a sua sobrevivência. Posso dizer que uma grande maioria são recolhidos pela própria polícia federal, ou em vias por não se encontrarem em situação regular no Brasil. É como se fosse um ciclo vicioso porque essas pessoas não conseguem, apesar de muitas vezes terem conseguido a documentação, se inserirem no mercado de trabalho e a tendência é buscar formas alternativas de sobrevivência. Muitas vezes a maioria deles não conseguem tirar a sua documentação porque não tem o dinheiro para pagar as taxas exigidas pelo poder público. Aí existe um esforço enorme das instituições da sociedade civil para poder bancar o pagamento, os custos dessas despesas que os imigrantes, muitas vezes, não têm condições de arcar.

Montei em São Paulo quatorze comitês regionais e tivemos um Núcleo na Secretaria da Justiça e Defesa da Cidadania que tinha como missão gerar visibilidade em torno do tema, desenvolver ações preventivas e criar uma rede de proteção integral para as pessoas em situação de tráfico de grande vulnerabilidade a partir dessa situação vivenciada. Nesses comitês, tínhamos a participação efetiva do poder público nas suas três esferas, onde também era incluído o Ministério Público do Estado, o Ministério Público Federal, polícias estaduais e federal. Em casos internacionais nós tínhamos a presença da Interpol, dos representantes do Poder Judiciário, Ministério Público Federal, Ministério do Trabalho e tínhamos várias estruturas da sociedade civil. Esses comitês desenvolviam um trabalho em conjunto a partir do atendimento de casos, por exemplo, quando chega uma denúncia ao núcleo de enfrentamento ao tráfico de pessoas. Essa denúncia era encaminhada para os comitês, formávamos uma força tarefa, era montada toda a estratégia de operação para chegar ao local onde essas pessoas estavam para receber essa vítima em situação do tráfico e a partir daí cada instituição, dentro do seu papel, atenderia a demanda daquele caso, daquela pessoa. E como esse núcleo é do Governo do Estado, essa pessoa chega e precisa ser automaticamente

atendida pelo Ministério Público, pela polícia para saber a denúncia e poder saber o nível de risco que ela está correndo, e assim, verificar a situação de segurança dela. A partir disso, esses dois órgãos encaminham o caso para as questões de repressão, que por sua vez, procuram os acusados, os aliciadores e também para seguir com agilidade no poder judiciário frente aos trâmites legais que a repressão precisava atuar. Paralelo a isso, as outras estruturas vinham analisando o caso: “Bem, ela quer ficar aqui em São Paulo e o que ela precisa para ser incluída socialmente.” Com o Núcleo no poder executivo a gente podia ver que tipo de vocação essa pessoa tem, se ela quer trabalhar, se quer ser inserida no mercado de trabalho? Daí o Núcleo faria contato com a Secretaria de Emprego e Renda aqui em São Paulo, essa pessoa passaria por uma série de cursos para que ela pudesse desenvolver uma atividade produtiva que gerasse lucro para sua manutenção e aí ela seria incluída no mercado formal de trabalho.

Caso seja uma família que trouxe crianças, que tem idosos e que precisa de atendimento médico, então, vamos levar essas pessoas para o atendimento na rede pública de saúde e monitorar toda a conduta necessária do ponto de vista do atendimento. Tem crianças em idade escolar? Vamos trabalhar com a secretária para inclusão dessas crianças na escola regular e incluí-las no programa de habitação/moradia. E como é que o Estado vai desenvolver isso? Inicialmente tem o aluguel social enquanto a gente vai procurar a mãe dela numa lista de pessoas para conseguir habitação e casa própria, enfim, algum programa desse no Estado. Enquanto isso, outros órgãos estão atuando em paralelo. Dentro da análise do caso, o Ministério Público Estadual pode verificar o que tem ramificações de tráfico internacional até acionarem o Ministério Público Federal para que pudesse assumir o caso e desenvolver a pesquisa junto a Polícia Federal para poder chegar aos autores desse crime, porque essas pessoas vieram para cá, e ela vai ficar um tempo se preparando, como os aliciadores dizem, as quadrilhas organizadas se estruturam para poder que essas pessoas tenham condições de serem absorvidas no mercado internacional. Então, se o caso tem isso, aí já é encaminhado para a área federal: Ministério Público, Polícia Federal, Interpol, enfim, esses órgãos necessários.

Um caso bem concreto para que você entenda situação dos bolivianos que vem para cá. Nós fizemos uma busca ativa com o Ministério de Desenvolvimento e Emprego aqui de São Paulo junto a delegacia regional, o ministério do trabalho. Aqui tem o ministério público do trabalho também. Tivemos a oportunidade de atender alguns bolivianos nas oficinas de costura e verificamos a situação de vulnerabilidade que esses bolivianos estavam. Alguns queriam ficar em São Paulo, estavam com a família e com tudo. Nós os inserimos nesse programa de

proteção integral que eu acabei de explicar. Outros querem voltar para o local de origem. O quê que se faz? A gente aciona a OIM – Organização Internacional de Migração – que tem um programa de retorno voluntário. O quê que a OIM faz? A OIM ajuda na compra de passagem para que essas pessoas possam voltar a seus locais de origem ao acionar uma estrutura do Estado no país de origem, também aciona uma estrutura da sociedade civil para poder monitorar o caso e essa família, se a pessoa pode voltar para o seu local de origem, desde que ela queira. Caso queira ficar no Brasil, o Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas tem obrigação de documentar essa pessoa e garantir a segurança através desse trabalho em rede.

Quando você chega com a ACNUR, o ACNUR vai tramitar toda a burocracia necessária junto com o Ministério da Justiça, com o Departamento de Estrangeiro, com a Polícia Federal para poder documentar, regularizar a situação dessa pessoa. Mas o ACNUR não tem a missão, a competência de ter um serviço estruturado em rede para acolhimento dessa família, o que é feito? Recorre ao poder público e a sociedade civil. Essa pessoa tem que entrar numa estrutura organizada para poder ser atendida. E como esses órgãos estão isolados, não tem esse trabalho em rede, também não tem uma capacitação específica, um preparo para atender a esse tipo de demanda, obviamente você vai ver uma série de problemas decorrentes disso; primeiro chega um volume enorme de imigrantes, a estrutura do serviço não dá conta, não comporta esse volume de atendimento. Por mais que tenham canais, os canais oficiais têm muita dificuldade por conta da burocracia para poder atender essa demanda, digamos assim, aleatória que vem da sociedade civil...

E por não ter uma coordenação de um serviço que possa ser a referência desse imigrante, para que ele possa ter todas as informações necessárias, para que ele possa ser encaminhado para os locais certos e pessoas certas para o atendimento, obviamente você vai ter um vácuo dentro de uma política pública ou até a fragmentação de uma política pública porque você não tem essa estrutura do poder estatal para poder acolher esse tipo de demanda. Uma coisa, ontem eu estava conversando com o Ministério Público daqui, está acontecendo coisas absurdas, por exemplo, os migrantes que estão vindo da África, não tem nenhuma estrutura, nem o poder público está querendo atendê-los por conta do vírus ebola. O discurso é de que é africana está contaminada. E eles estão ficando à míngua, ao abandono porque não tem esse acolhimento. Essa denúncia chegou ao Ministério Público através da CARITAS. Que é um serviço de atendimento aos refugiados e imigrantes indocumentados. Eles estão apavorados e acionaram o Ministério Público para pedir um suporte para abrir ações e poderem juntos pressionar os locais de atendimento de acolhida dessas pessoas que estão vindo da África. E eles se veem

completamente sem o direito à cidade, sem ter nenhum tipo de orientação, até os abrigos de adolescentes, crianças, jovens estão se negando a atender os africanos, as crianças jovens que vem de maneira irregular, ou, vem para pedir refúgio porque as crianças podem estar contaminadas pelo vírus ebola e vão contaminar as outras que estão dentro dos abrigos públicos. Onde ficam esses meninos e essas meninas que chegam?

Simplesmente ficam sem nenhum tipo de proteção, são várias situações que a imigração demanda. É preciso que o Brasil tenha uma política pública para atender ao migrante no nosso país. Não adianta dizer: “Ah, o Brasil é um país acolhedor, a documentação aqui é fácil?” A documentação é fácil e aí como é que está, por exemplo, no Acre a situação? O Acre envia as pessoas: “Quer ir pra tal canto?” Estão mandando para tudo quanto é estado do Brasil, inclusive, para São Paulo, sem nenhuma política ordenada, sem nenhuma estrutura, sem nenhum acompanhamento. Você cria uma missão muito grande dos consulados, das embaixadas em relação a esse imigrante. Você não vê uma cooperação internacional, uma parceria que possa traçar planos e desenvolver políticas. A própria Nações Unidas tem dificuldade de trabalhar esse tema no Brasil, no mundo inteiro, porque essa população indo para a Europa, você vê verdadeiras barreiras sanitárias, estruturadas para impedir a entrada de imigrantes de diversos países europeus. Não sei se você tem acompanhado o caso das crianças que saem, crianças que atravessam as fronteiras para irem para os Estados Unidos. É um desafio enorme nos Estados Unidos atender esse tipo de público e eles estão sem saber o que fazer. E o quê que acontece? Quando você não sabe o quê fazer a repressão atua, é a única política que pode ser avaliada de forma eficiente naquele momento. Botam a polícia para reprimir, para atender, para criminalizar esse tipo de público para que o Estado justifique a sua inoperância... Através da repressão, você vai colocando, criando uma cortina de fumaça porque você atribui ao outro a culpa desse tipo de procedimento, porque começa o envolvimento com drogas, roubo, latrocínio, daí coloca a atuação marginal na figura do imigrante. E a repressão está sendo justificada moralmente, é socialmente acolhida e, digamos que, passe até para o Estado justificar que em função da situação X a repressão é necessária para a sociedade. Eu acredito que é um grande desafio; o Brasil não tem uma política migratória que satisfaça. A própria legislação é questionável, precária, você não tem um plano nacional que possa incluir esse tipo de política pública com dados estatísticos fidedignos, você não tem relatórios qualificados, pesquisas que possam trazer a tona caminhos para que o Brasil paute uma política de migração digna.

Eu atribuo várias ausências nessa questão... A legislação é uma delas, mas uma legislação adequada, não justifica a ausência de políticas públicas, não justifica! Por que as políticas

públicas poderiam ser o papel ao inverso. Essas políticas públicas podem estar pautando uma legislação que seja a favor do migrante, que garanta a sua cidadania, seus direitos. Não é o contrário: tem uma lei e as políticas públicas vão se adaptar. Ela pode ser até um papel, um caminho inverso, mas que se pautem numa política de direitos humanos. Garantir os direitos humanos dessa população migrante no Brasil é fundamental. A ausência de políticas públicas é uma grande mácula no nosso país, a falta de uma rede estruturada onde o poder público dialogue nas suas três esferas, no nível municipal, estadual, federal para exatamente construir todas as linhas operativas, um plano efetivo que possa dar conta das demandas dessa população migrante.

É importante ter ações preventivas, informativas para que esse público possa descobrir dentro de um novo território qual é o local, o lugar que ele quer ocupar, como ele vai ser inserido em todas as esferas de inclusão. Quando não existe isso, você tem uma repressão atuante. E o migrante vira caso de polícia, entendeu? Nessa perspectiva, a política é excludente, repressiva, cujo o discurso político é todo construído a partir do prisma da culpabilidade, ele que promove a ação repressiva do Estado. O Estado precisa conter essa atitude, precisa conter essa leva de migrantes que chegam de maneira irregular porque eles são os marginais do presente e marginais do futuro, principalmente quando se trata de criança e adolescente. Perceber uma dinâmica assim, vejo uma consciência, uma preocupação, muitos não sentem isso como prioridade. É perceptível a ausência de políticas públicas, você vê a sociedade civil com toda uma boa vontade, toda uma luta e não consegue encontrar esse cenário, por mais esforço que ela faça não está conseguindo avançar. Poucos são os avanços. Não existe vontade política de resolver isso porque quando tem vontade política tudo se resolve e a questão migratória não é prioridade. É mais fácil tratar como lixo social, “vamos reprimir! Porque é perigoso, porque vai trazer prejuízos.” Daí as barreiras sanitárias vão se edificando no caminho desse migrante para poder ter acesso ou direito ao local que ele escolheu para viver.

Eu acredito que algumas iniciativas que podemos citar em termos de política é o Centro de Referência do Migrante da prefeitura de São Paulo, é um bom exemplo, uma boa iniciativa. Lá você encontra serviços, tipo um poupa tempo para migrantes. Acho que a ideia seja essa: um serviço de cidadania. Esse projeto poderá ser bem orientado e encaminhado, mas nessa perspectiva não adianta só esse centro de referência, é preciso constituir uma retaguarda, um cinturão de proteção. “Bem, esse migrante não tem para onde ir, o que quê se faz?” Dotar os abrigos existentes de condições para o acolhimento desse migrante, ou, abrir novos abrigos para que ele possa ter um lugar temporário enquanto ele estrutura sua vida no Brasil, no país,

na cidade que ele escolheu viver. O poder público dialogar com a sociedade civil que vem trabalhando com essa demanda, sabe exatamente quais são as necessidades e como essas necessidades poderiam ser resolvidas; é preciso dar sugestão para o desenvolvimento dessas políticas no atendimento, no acolhimento e na prevenção.

Esse diálogo com a sociedade civil é fundamental para formar parcerias, dar suportes a quem já está desenvolvendo um trabalho de qualidade, potencializar aquele trabalho, abrir novas possibilidades com recursos, com capacitação técnica para consolidar o que já existe em termos de redes e abrir outras perspectivas, outros espaços de acolhimento e de proteção. Orientar a rede pública de saúde, formar profissionais, capacitar profissionais para que possam atender a esse público, um profissional capacitado com novos idiomas que possa se comunicar melhor com essa população, entender o que ela quer passar. A escola pública tem que acolher as crianças e os jovens, abrir espaços do mesmo jeito que tem que abrir por lei para qualquer criança brasileira. Os professores precisam ser orientados, ser capacitados para essa perspectiva. Os serviços das áreas sociais os CRAES têm uma qualificação para fazer gerir essa demanda dentro do cenário público. É necessário estabelecer diálogos de qualidade eficientes em torno dessa população. Não consigo pensar a última imigração numa perspectiva, digamos, isolada; ela perpassa todas as políticas públicas. É um tema transversal, que vai do direito à cidade a garantia de todos os direitos fundamentais para a preservação e dignidade humana. Quando se trata a migração pelo foco repressivo, potencializa problemas muito maiores.

Nós atendemos vários casos de exploração sexual: mulheres, travestis, rapazes... Vou contar um caso concreto de um travesti. Nós recebemos através de uma denúncia dos pais em Belém do Pará porque o filho desapareceu, ele era coover. Saía à noite para fazer performance e teve uma noite que ele saiu e desapareceu, um menor de idade de 17 anos. E através desta denúncia em Belém do Pará, a Delegacia de Desaparecidos acionou a Delegacia de Proteção a Pessoas, a APP em São Paulo. E esse caso foi descoberto durante uma blitz que a delegacia fez em vários locais onde tinha travestis e transexuais. E um deles esse rapaz de 17 anos que estava na condição de travesti, no local tinha mais trinta travestis do Pará, a maioria menor de idade.

Era uma rede de travestis que alicia menores de idade no Brasil, e ao chegar em São Paulo tinha o interesse de repasse dessas pessoas para Itália e França, alguns seguiam para Portugal. Era uma quadrilha que tinha ramificação nacional e internacional; tratava-se de um tráfico interno e internacional. Conseguimos resgatar todas as 30 travestis em uma força tarefa em Belém do Pará com a polícia e o Comitê de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, a Proteção

PPCAM de crianças e adolescentes. O Núcleo coordenou a operação e as estruturas do poder público fizeram parte do comitê em São Paulo. Trabalhou o Ministério Público Federal, o Ministério Público Estadual, a Polícia Federal e a Política estadual também. Pudemos atender as trinta travestis, como elas eram menores de idade não tinham condições de ficar porque queriam ficar em São Paulo. Tínhamos que entrar em contato com as famílias e estas teriam que acolher as travestis de volta para o seu local de origem. Foi um trabalho feito com a vara da infância e da juventude de São Paulo; e a operação foi coordenada pela delegacia de juventude de Belém do Pará. Atendemos as travestis, abrigamos e descobrimos duas clínicas de cirurgia plástica que atendiam aqui. O Ministério Público, através da investigação, chegou a essas duas clínicas de cirurgia plástica que eram intermediadas pelas travestis que aliciavam as pessoas.

Essas meninas tinham que fazer programas toda noite porque existia uma cota a pagar, um valor estipulado para cobrir as despesas de passagem, vestimenta, os traslado delas de Belém do Pará para São Paulo, a manutenção delas na cidade; sendo mantidas no local obrigadas pelo grupo de aliciadoras. E as outras que queriam fazer cirurgia teriam que pagar para a aliciadora, assim, teria o repasse para as clínicas realizarem as cirurgias plásticas.

Era um recurso que elas não conseguiam, muitas vezes, dar conta porque era uma diária alta que precisavam pagar, e em função disso elas eram torturadas mesmo. Eu encontrei uma delas, estavam amarradas no pé do beliche com corrente e como ela não conseguia pagar a maioria das cotas, não conseguia cumprir as cotas diárias e a aliciadora queimava ela com chapinha de cabelo. Ela estava visualmente precisando de atendimento médico urgente.

Outra questão que se envolve no tráfico de pessoas é a questão das drogas. Muitas delas tinham que usar droga para poder comercializar com os seus clientes e também começavam a contrair dívidas maiores em função do vício, em função do comércio que começavam a praticar. E nós conseguimos montar a operação para elas voltarem para Belém do Pará para acolhimento e acompanhamento das autoridades competentes do núcleo de Belém do Pará, dessas meninas que voltavam para os seus locais de origem... A maioria delas dizia que iriam voltar para São Paulo porque é uma cidade muito maior e elas deviam ter mais oportunidades. Sabemos que em sua maioria a família não aceitava e eles passavam miséria no local de origem. O grupo ficou com ódio, ela passou a ser ameaçada pelas travestis de morte e nós tivemos que incluir elas num programa de proteção em São Paulo para que ela fosse protegida e fizesse o traslado de volta da menina para lá...

Atendemos alguns casos de moças que nem sabiam que iriam ser prostitutas na Europa, tinham a certeza que iam se dar bem, elas iam passar um tempo, mas iriam juntar dinheiro

para poder mandar comprar uma casa no Brasil. A intenção de muitas era mandar dinheiro para a família comprar uma casa, algumas delas tinham filhos e queriam garantir o futuro dos filhos, melhorar a qualidade de vida da família no local de origem na cidade delas. Elas se submetiam a prostituição fora do Brasil. A questão não é a prostituição, a prostituição não é crime e não é por aí que se caminha, mas o quê que acontecia? Elas tinham documentos confiscados. Ficavam confinadas nos locais onde trabalhavam, tinham uma dívida por servidão enorme que era a mesma coisa das meninas travestis, então, tinham que pagar todas as despesas com roupa, alimentação, tudo que precisavam por conta dessa aliciada despesa. Eram obrigadas a consumir muito álcool, droga para poder estimular os clientes a aumentar o lucro do traficante. Ficavam isoladas e não podiam se comunicar com as famílias. No início elas faziam tudo isso para evitar suspeitas da família, de estarem correndo risco, ameaça e de serem envolvidas pelos traficantes. Por que os aliciadores são muito sedutores, não possuem atitudes violentas contra a pessoa, de causar seqüela, de matar, nada disso, não causam nenhum dano à família, mas são pessoas que vão se aproximando da família, adquirem confiança, seduz, fazem proposta de emprego, vão gerando um série de laços afetivos para que a pessoa se sinta segura e diga: “Eu quero ir embora e a família também.” São vistas como pessoas que como anjo de luz vieram trazer a melhoria para a família, melhorou o padrão de vida porque eles ajudam, porque enviam dinheiro para própria família gerar um bem-estar e adquirir segurança.

O aliciador não é visto como uma pessoa perigosa, só que ele vai embora e deixa uma pessoa no local. Essas pessoas começam a monitorar a família, ameaçam denunciar dizendo que a família está correndo risco. Dificilmente contam qualquer ameaça que façam, ou, de denúncia porque elas sabem que podem ter represália na família no local. Chegam na Europa ou em outro país e, no primeiro dia dão todo o luxo possível, os melhores hotéis, festas, deixam o telefone livre para que elas possam começar a ligar para o local de origem e divulgar como elas estão bem, como adquiriram tudo que elas sonhavam, desejavam. Muitas até fazem o papel de aliciadoras. Elas começam a induzir as amigas, as primas e as irmãs, quem que seja do seu ciclo de amizade para aceitar convites semelhantes aos delas. Fazem o trabalhinho para o aliciador, né? Ela passa todos os contatos e o aliciador que está no local de origem começa a aliciar outras meninas para o mercado do sexo comercial.

Porém, depois que é feito esse serviço de graça para os aliciadores os seus documentos são confiscados no local de trabalho, ficam sem poder ter contato com famílias. Tem vezes que sendo obrigadas, em um dos casos, uma pessoa fez 35 programas por noite para poder dar conta da dívida que ela tinha. Você já imaginou um ser humano fazer trinta e cinco programas

para poder dar conta de pagar a dívida? E mesmo assim, muitas não se consideram vítimas. Elas acham que caíram numa roubada porque foram inexperientes, entendeu? Por que da próxima vez isso não vai acontecer. Elas só entendem a situação quando sofrem grave ameaça de morte e são pegas pela polícia indocumentadas e vão para serviço de migração dos países que estão para poderem serem deportadas para o Brasil, ou, quando estão num estado precário de saúde. Muitas estão viciadas em drogas que não tem nenhum tipo de tratamento no Brasil. E outras estão com doenças sexualmente transmissíveis, e aí elas começam a se dar conta da realidade que foram/estão submetidas.

Outras começam a entender, um pouco, como é que essas situações chegaram a certo ponto. Nessa perspectiva, temem que foram aliciadas, mas elas não se consideram vítimas, por que? Porque elas vieram de livre e espontânea vontade. E o desejo de ter melhor qualidade de vida e de ter perspectivas de futuro não morre. Estão preocupadas em voltar para o Brasil, mas já sabem que caminhos vão seguir da próxima vez para poder se dar bem.

Muitas não sabem nem o que é o Protocolo de Palermo. Por mais que você mostre os direitos: “Você quer voltar, você quer ir embora de novo, você quer ficar no Brasil?” Mas, “Olha, antes de você ir faz o seguinte: tira cópia de seu passaporte e deixe com uma pessoa conhecida, uma pessoa da família, tenta ter telefones de pessoas, de instituições, do seu consulado, de ONGs, enfim, que você possa num momento como esse poder recorrer, telefonar ou dar para um cliente seu telefone quando você estiver em situação de risco. É preciso seguir algumas coisas, você tem o protocolo de Palermo? Este protocolo diz isso e você pode recorrer legalmente.” Esse tipo de orientação elas não tem, não exercem, não buscam.

Normalmente elas não denunciam com medo da família sofrer represália no local de origem, porque elas sabem que a pessoa que aliciou tem pessoas que estão lá e que permanecem no local de origem e podem ameaçar, ou, causar um dano para a família. Elas não delatam, não assumem que são imigrantes irregulares. Difícil a que faz a delação, a que conta que foi, que fala, que diz. É preciso estar num estágio que ela tenha noção do perigo que passou e que consiga compreender que aquilo é uma situação de tráfico. Às vezes ela fala, mas porque está com raiva daquela pessoa e não pela compreensão da estrutura de rede organizada que o tráfico a submeteu.

Tem todo um trabalho que é preciso ser feito com essas pessoas. É necessário que elas entendam que estão fora e saibam que pode ter os seus direitos garantidos, de que elas não precisam passar por tudo isso... Muitas vezes sendo pegas pela polícia em situações degradantes, elas não querem voltar porque não sabem como vão ter coragem de se posicionar

junto da família na comunidade perante os filhos; e muitas das vezes não retornam porque não conseguem resgatar essa identidade, essa subjetividade que a reconheça como uma pessoa de direitos... Voltar para o local de origem é difícil porque não querem enfrentar essa outra realidade dura, até porque vão ser discriminadas, excluídas, então, preferem serem submetidas a todo tipo de exploração fora do Brasil... A situação de tráfico tem bem essas características.

A maior rede de prostituição para o tráfico sexual advém do Norte do Brasil e do Nordeste para o Sul e Sudeste e, daqui para mercado internacional... A rota basicamente é para essa finalidade do tráfico, exploração sexual, trabalho escravo, nessa perspectiva. Nessas regiões migram muita gente. Ao mudar a identidade, muda o gênero, mas o enredo essencialmente é o mesmo. Todas estão sonhando com essa perspectiva de vida, qualidade de futuro, todos sonham em comprar uma casa própria, ajudar a família, subir um patamar e muitas delas sempre acham que na Europa vão encontrar o príncipe encantado de olhos azuis que vai casar e constituir uma família, que vai ser diferente. Em sua maioria, são sonhos que não se realizam. Uma grande parte das meninas tem esse objetivo. E o aliciador joga exatamente com isso, com o desejo, com o sonho, com a busca de melhorias, com essa construção, com essa perspectiva... No campo da lei é legítimo aquilo que é legal. Percebemos que a lei se distancia das questões subjetivas, não enxerga o ser humano como tendo direitos. O humano terá direitos através desta lei, dessa legislação como garantia desse direito que fica longe do cidadão porque ele desconhece, não acessa, ele não participou, é um agente que não interage com isso.

A diversidade e as diferenças têm que ser a pauta de todas as discussões. Por que as agências não estão focadas nessas subjetividades, resolvem o problema e as pessoas não são ouvidas. Não tem um olhar especial para o que elas demandam a partir dos casos em que estão inseridas. E a própria sociedade civil que lida com essas vítimas é posto as dificuldades que os grupos organizados têm que enfrentar do ponto de vista da inclusão, pois não conseguem fazer um trabalho para sensibilizar o poder público e as agências. É necessário enxergar essas pessoas e ouvir o quê que elas precisam, qual é a sua demanda e como se veem num processo como esse. A partir daí as leis e as políticas públicas se voltarem à serviço da pessoa, atendendo ao máximo as suas demandas e as suas necessidades. Você pode observar os casos, você tira a questão de gênero, tira a identidade, CPF, mas se você analisa os discursos, se você analisa a história, se você pensa aspectos subjetivos dos depoimentos, não é difícil você trazer os arcabouços legais, as estruturas de políticas públicas para atender as demandas que estão inseridas nesse pano de fundo desses discursos... Por que ao fim e ao cabo as necessidades são as mesmas, os sonhos são os mesmos, as perspectivas são as mesmas... Essa humanização de

um processo de construção dos arcabouços legais e da forma de atuação do poder público, isso é um instrumento possível... Por que você transforma essas histórias em casos exemplares e esses casos são capazes de apontar caminhos para a estruturação de metodologias que podem ser replicadas em todos os níveis do conhecimento. Mas aí você faz o inverso; você traz a teoria para que a subjetividade se acople a essa teoria, se adeque ao que está posto, sem levar em consideração que essas subjetividades é o humano, é o cidadão que vai lançar mão dela, desse arcabouço, desses direitos e, como fazer, garantir o acesso a isso?

Ao invés de facilitar, você dificulta o acesso a garantia de direitos... Percebemos isso em todas as esferas, imagine no ponto de vista imigratório. São legitimidades, humanidades que buscam ativar suas legitimidades dentro do espaço público ao qual pertencem e tem direito... E isso não é visto, não é enxergado, você está vendo um pouco o movimento disso a partir da questão da diversidade sexual, quando vemos o operador do direito enxergar um pouco a questão do afeto. Daí enxergarmos o casamento entre pessoas do mesmo sexo, a adoção de crianças entre famílias homo afetivas. Começamos a ver algumas pistas, fragmentos de luzes nesse cenário da diversidade sexual, quiçá talvez consigam iluminar um pouco a cabeça de quem está pensando as políticas públicas e a legislação desse país tendo esse olhar focado na subjetividade, no ser humano em si que vai fazer uso e que precisa fazer valer os seus direitos. Não podemos abrir mão de pensar os afetos, as subjetividades para poder construir, edificar as políticas públicas e, assim, parar de pensar o humano dentro de caixinhas. O humano precisa ser analisado em sua complexidade.

Eliana Faleiros Vendramini Carneiro – Promotora de Justiça do Ministério Público do Estado de São Paulo.

O meu nome é Eliana Faleiros Vendramini Carneiro, sou promotora de justiça do Ministério Público do Estado de São Paulo e fiz mestrado em combate ao tráfico de órgãos, o que me deu mais olhar para esse tema. Desde 2014, nos conveníamos o Programa de Localização e Identificação de Desaparecidos – PLID, iniciado no Ministério Público do Rio de Janeiro, em 2009. A pretensão inicial, de expandi-lo nacionalmente, concretizou-se em novembro de 2017. Hoje, todos os Ministérios Públicos do Brasil em um representante PLID. O PLID do Rio de Janeiro contém o banco de dados, criado pelo promotor Pedro Mourão, também *expert* em tecnologia da informação. Assim, o programa sede subsidia muito, quer dizer, aumentando a capacidade de aglutinar os dados que nós temos, ao mesmo tempo, fomentar o encontro de pessoas através de um sistema de busca. O PLID tem 11 funcionários e funciona em dois andares, tem o setor de vivos e mortos e possuem parceiros que estão implementando esse banco de dados. A experiência nacional se chama SINALID - Sistema Nacional de Localização e Identificação de Desaparecidos. Então, quando eu falar disso, eu falo com o promotor que está em outro estado e não qualquer outro profissional, porque é um tema muito específico.

Só que quando começou o PLID em São Paulo, quer dizer, porque que eu vim para cá, porque fui escolhida para ser coordenadora? Sou promotora há 17 anos e eu sou a única que trabalha com tráfico de pessoas no MP, minha docência é sobre isso, especialmente sobre tráfico de órgãos. O PLID é assumido e falei: “ok.” Ele tem vários recortes, não só os recortes criminosos, como os desaparecimentos forçados por tráfico de pessoas e tortura, têm as questões sociais, mas é perfeitamente possível conciliar outros. Começamos o trabalho. Nesse trabalho, a gente identificou muito claramente que poderíamos começar visualizando o número de pessoas desaparecidas. Era eu e o computador. Era uma “equipe”. Eu faço o quê? Eu vou olhar quantas pessoas têm registradas na Polícia Civil como desaparecidas, quantas que eventualmente já morreram inumadas pelo IML – e estão sem nome, quantas pessoas não identificadas estão enterradas por morte violenta; e quantas pessoas estão enterradas e identificadas por morte não violenta, porque se elas são identificadas e a morte é não violenta, elas não passam pelo IML, elas passam pelo Serviço de Verificação de Óbito. Dividimos entre vivos e, infelizmente, possíveis mortos, mas achados, e iniciei meu trabalho. Logo de início, todas as portas estavam fechadas. A Polícia Civil não queria me fornecer dados de números de Boletim de Ocorrência de desaparecidos, abertos ou fechados. O IML nunca

anotou o número de pessoas sem nome que inumou. Isso é um absurdo, mas isso vem da Ditadura. E o SVO tinha o nome das pessoas que inumava, porque elas são todas qualificadas. Eles periciam pessoas de morte natural e sem violência mínima no corpo, só que eu percebi que esse número era alto, inclusive estava no site deles. E daí veio a descoberta de que na verdade, eles aguardavam 72 horas e se ninguém buscasse esse corpo num local onde praticamente ninguém sabe que existe perícia também de pessoas mortas e que precisam ser buscadas pelos seus parentes, eles mandavam enterrar como indigentes. Uma pessoa com nome: *“Vocês têm que ter uma pesquisa humanizada para procurar o familiar dessa pessoa”* - Eles diziam: *“Não. Nosso trabalho é só de necropsia, a gente faz um boletim de verificação de óbito e a polícia que tem que se virar para achar”*. Eu digo: *“Não! Quem tá com o corpo na mão tem que verificar. O corpo é coisa privada, não coisa pública, é da família. Quem mandou inumar foram vocês, então vocês cometeram uma ilegalidade e a polícia outra.”* Por que em 14 anos tinha um boletim de desaparecimento, um boletim de óbito e não cruzou os dados? Isso tudo tá em termo de tentativa de ajustamento de conduta, que é o que eu estava conversando com a outra promotora quando cheguei, e ninguém quer assumir o problema do presente sobre o passado. Bons fatores, daqui para o futuro, nós estamos criando um banco de dados, mas esse banco de dados está sendo criado sobre a égide de um inquérito civil, é algo dentro do Ministério Público, que quem não participar vai ser acionado a participar. Posto que é um banco de dados em que todos alimentam, vivos e mortos. Por exemplo: morador de rua alimenta o banco de dados, está sem nome, alimenta o banco da dados; IML: recebeu uma pessoa sem nome de morte violenta, alimenta o banco de dados; Polícia Militar atendeu uma pessoa sem nome e outros. E num trabalho de busca, seja por qualidades físicas, seja por desculpa, identificação física, seja por questão digital, que agora começou esse ano no estado de São Paulo, seja por alguma menção a parentes, queremos que chegue ao sistema de funil e encontre a família que pertence aquele desaparecido; ou onde está o desaparecido que uma família procura. Esse sistema está sendo montado. O que mais? Não havia investigação sobre os desaparecidos, que é outra questão pública e notória. São 18 mil desaparecidos no ano de 2013 e havia 51 inquéritos, então para quê a delegacia especializada em desaparecidos? Vamos dar o nome real para ela, que é Serviço de Registros de Desaparecidos, porque quem vai à delegacia busca uma investigação. E aí a polícia dizia: *“Não, a gente não instaura inquérito por que a causa não é aparentemente criminal”* – A pessoa não voltou para casa, mas qualquer desaparecimento é suspeito se a pessoa tem uma rotina. Antes era pior do que isso, nesse caso, o filho foi arrancado da frente de casa e colocado num carro, e não tinha inquérito policial em cinco anos, quer dizer, a causa não é criminal? Dentro dessa minha

tentativa inicial e aí eu acabo o resumo do meu trabalho por que ele tem muita coisa de tentar achar dados e visualizar o problema por cima, eu achei um monte de problema no serviço público que me mostravam que esses dados não me levariam a nada por hora por que são super subnotificados. Então, o que precisava ser realizado primeiro, atacar o problema do serviço público mal feito, o quê? Cobrar investigação, o que já está em vias de ajustamento de conduta e que a investigação não ficasse parada, mesmo aquelas que não fossem nitidamente criminais, fossem do conhecimento do Ministério Público porque se vai ao Ministério Público, vai a juiz e vai a sociedade, não fica parado numa gaveta. Precisaria criar um banco de dados. Em bom termo, está andando bem, a formação dele já ocorreu, houve mais de oito reuniões e já está sendo feito o sistema via PRODESP para ser alimentado por todos. É preciso mudar a conduta do IML e do SVO para que não tratem o corpo como coisa pública, isso não está dando certo, provavelmente vai ser judicializado. É necessário aceitar os erros do passado, seja pela polícia, seja pelo SVO, não estão aceitando, provavelmente vai ter ação penal. Onde entra os imigrantes nessa história? Muita das pessoas que desaparecem, quais são as principais causas? Duas criminais prioritárias: tortura, especialmente policial, e tráfico de pessoas, e aqui tem imigrante porque nós temos, principalmente em São Paulo, uma realidade forte de tráfico de pessoas para trabalho escravo e essas pessoas já vêm marcadas pela ilegalidade proposta pela organização criminosa e não por que eles se pautam por essa lógica, são vulneráveis, ninguém vai traficar uma pessoa que está bem, seja socialmente, familiarmente, seja economicamente, não é só vulnerabilidade econômica, a gente tem mania de dizer que a pessoa é praticamente a culpada do tráfico, isto está errado, a vulnerabilidade econômica dela é problema social e se não for econômica, já vem traficado por problema social, por exemplo, transexual que não é aceito na sua comunidade. (tráfico e vulnerabilidade) Lá no Estado do Pará, seja pela sociedade, seja pela família, ele vem para São Paulo. Aqui começa os desaparecidos migrantes, e tem mais, nas causas civis, por exemplo, desentendimentos familiares, que também vem com esse recorte de não aceitação familiar, ou social, drogadição, alcoolismo e doenças mentais, nós temos inúmeras pessoas que migram e que são dadas pelas famílias, quando as famílias se interessam pela questão, como desaparecidas. Assim, nós chegamos a uma conclusão, que é uma conclusão bastante moderna.

No último encontro realizado em 2014, Encontro Estadual de Combate ao Trabalho Escravo e a Migração Forçada para Trabalho Escravo, percebemos que não há como separar quatro temas: tráfico de pessoas, migração, trabalho escravo e a violência marcada por questões de gênero, raça, cor e etnia; elas fazem parte de um mesmo trabalho. Se eu fizer

comissões para esses quatro pontos, as comissões vão falar do mesmo tema várias vezes e não vão chegar a um denominador comum. O tráfico de pessoas e a imigração estão intimamente ligados, porque o tráfico existe para quatro causas, segundo a Convenção Internacional de Palermo e um consenso internacional, que há um crescente para tráfico de pessoas para adoção ilegal de bebês, tráfico de homens e mulheres para prostituição, tráfico de pessoas para tráfico de órgãos – que é a minha especialidade – tráfico de pessoas para trabalho escravo. Nessas quatro causas, o que nós temos feito? Lembrando, o Brasil só tem um tipo penal para tráfico de pessoas para prostituição, e as mulheres até 2009 eram as únicas vítimas, ao menos pela lei. Nós estamos muito atrasados em tudo isso, o trabalho escravo que é uma tônica forte hoje em São Paulo e no interior de São Paulo, muito forte na zona rural, no interior; em São Paulo para trabalho urbano, principalmente ramos da indústria têxtil, o que você tem são organizações criminosas traficando pessoas e se aproveitando da vulnerabilidade. Nós não temos um tipo penal, temos o Art.149 do Código Penal que é um arremedo de escravidão para trabalho forçado, só que não atende a gravidade dos fatos, a não ser que você encontre uma organização criminosa, daí acumula os crimes e os outros dois não tem tipo penal, tráfico de pessoas para tráfico de órgãos e, tráfico de bebês para adoção ilegal.

O combate, na verdade eu não falaria só em termos de crime, eu falaria em Direitos Humanos, que envolve todos os ramos do direito. A prevenção, o combate e o acolhimento são todos problemas seriíssimos no Brasil. A prevenção, às vezes não pode acontecer como no caso dos desaparecidos por que eu tenho subnotificação e problema de serviço público. O combate, possui o problema da lei que ainda é deficitária, embora já exista um projeto da última CPI de tráfico de pessoas conduzida pelo Deputado Arnaldo Jordy, do Pará, que está agora no final do relatório. E o acolhimento é zero no Brasil, a gente vê hoje, incrível como a gente está vendo a história dos haitianos de novo sendo tirados de uma suposta ocupação no prédio da Cúria metropolitana, mas o fato é que eles estavam pagando aluguel pelo Movimento por Moradia Digna, então tem crime aqui, pois tem gente explorando esses haitianos, eles estavam pagando aluguel e a Cúria finge O acolhimento no Brasil é muito ruim. O primeiro abrigo para pessoas traficadas foi feito recentemente pela Secretaria de Justiça e Defesa da Cidadania, está sendo aberto essa semana depois de inúmeras dificuldades, reclamamos por verbas e por acolhimento do tema.

Essa visão como prioridade não é generalizada, lógico, vítima não é prioridade, ainda mais vítima que não vota, que é o caso do imigrante; vítima que às vezes não fala, não se comunica e não consegue exigir direitos no país.

Eu trabalho muito com a CÁRITAS, olha que curiosidade, de novo, é da igreja. Tem um reconhecimento internacional, um trabalho brilhante, mas em certo momento a gente passou a perceber que muitas das pessoas que chegavam à porta do CÁRITAS pedindo refúgio, porque eles são uma ponte para o pedido de refúgio em Brasília, na verdade eram pessoas traficadas que tinham o anúncio da organização criminosas de que o CÁRITAS ia conseguir o refúgio para elas e durante um ano, enquanto o refúgio não sai, eles estão num abrigo do Estado, abrigo público. Então, o CÁRITAS é um inocente útil, é usado pelas organizações; por que a história é assim: eu peguei um navio, aportei em Santos, eu achei um ônibus; tudo sem falar português, e eu caí no centro de São Paulo; na Praça Sé e achei a porta do CÁRITAS e eu estou aqui. Mentira! Alguém falou que era para ir neste espaço. É óbvio que isso não é culpa do CÁRITAS, mas é uma coisa que a gente tem que visualizar e começar a tratar. Ali, é um centro para pessoas honestas que tem direito a imigração, a fugir das adversidades do seu local e que podem ser refugiadas brasileiras, mas não pessoas que estão sendo traficadas, e que assim que pegam refúgio em mãos somem dos olhos da CÁRITAS, porque já conseguiram o que a organização precisava; a permanência lícita. Ali, é muito importante verificar os dados, por que ali eles têm toda a lógica e o abuso desse direito, não só o uso do direito passa pelo CÁRITAS. Por que eu digo que é interessante? Porque ao mesmo tempo em que é a igreja que está apoiando este trabalho correto, é a mesma instituição que hoje desaloja, eu não acho errado você reintegrar a posse de um imóvel que lhe pertence, mas tem que fazer de forma digna; tem que avisar antes; tem que ver se não tem intermediário criminoso ganhando com isso. É necessário avisar os próprios moradores, uma vez que eu não posso afirmar, pois vi esta informação pelo jornalismo, onde os moradores alegam que não foram avisados, mas a situação foi ativada por alguém, e há uma ação para a reintegração. Então, qual o grande problema hoje? Não é só o problema do sistema público, que é gravíssimo, o poder público e o trabalho que é feito para o público, mas é também, olhar isso com humanidade, isto não é uma questão de... *“Ah, é uma cadeira, põe a cadeira aqui, tira a cadeira dali...”*, vamos resolver a questão penal, vamos resolver a questão trabalhista, mas é a pessoa na sua integralidade, como é que ela se comunica, ela se comunica por que tem, sabe o que? O CAMI, por exemplo, que é o Centro de Atendimento ao Migrante, que é uma excelência nesse trabalho. É necessário ter todas as línguas possíveis para receber essa pessoa e situá-la como cidadã, mas falo como? Só? Não, porque a pessoa deveria ter direito a tudo, mas cidadão no Brasil é o que vota, o que é votado, é o que têm direitos, é o que vai ao hospital, então ela vai ter que passar de pessoa cidadã para ser alguma coisa, quando pessoa já deveria dizer tudo.

Além do CAMI, tem ASBRAD, que está no aeroporto de Guarulhos e que é uma ONG também e que vai poder auxiliá-lo nessa loucura de “fui traficado; acabei fugindo dessa teia no meio do caminho, mas eu não sou aceito pelos brasileiros.” O problema está situado aí, por que a gente trabalha com desaparecidos e trabalha com imigrantes? Porque o imigrante, ele é um desaparecido para o sistema público. Foi isso que a gente percebeu, muitos dos que aparecem aqui ou dos que a gente localiza, são frutos do veio criminal do desaparecimento e nós vamos ter que dialogar com o Sistema Público de Prevenção; que deveria ser um trabalho estatístico sério, juntamente com o abrigamento; que é o apoio *posteriori*, inclusive social e psicológico com a perspectiva de descoberta da verdade. O judiciário, sem exposição, porque se a pessoa tiver que ser testemunha, ele é vítima; ele vai falar e vai morrer, essa é a realidade brasileira. O problema é que a partir do momento que eu não consigo pelo MP, por exemplo, fazer uma estatística de pessoas traficadas, eu também não tenho uma estatística dos imigrantes traficados. Quem está fazendo isso agora? O PLID, através do SINALID porque vamos torná-lo nacional. Desde o ano passado, se você buscar o site do PLID – Ministério Público do Rio de Janeiro, encontrará PLID, que já está com a sigla SINALID, MPRJ. Encontrará um trabalho que vai durar cinco anos e que foi protagonizado pelo Ministério do Rio de Janeiro, primeiro foi no ano passado. A pergunta era como que cada Ministério Público do Brasil inteiro percebe o tráfico de pessoas? Você vai ver que a maioria não enquadra tráfico de pessoas faticamente como tráfico de pessoas na lei, só tem para prostituição. Já saiu a primeira estatística de 2014 e em 2015 será outra pergunta. Onde é prioritariamente a sua região de tráfico? Em cinco anos, quem poderá dizer melhor é o Dr. Pedro Mourão, pois a proposta é ter um diagnóstico do tráfico de pessoas para o Brasil. Veja, não é uma pesquisa imediata, é uma pesquisa séria, porque vai mostrar, inclusive, que os próprios promotores, os operadores do direito não sabem ver o tráfico, pegam, por exemplo, o tráfico de um bebê e colocam um tipo penal do Estatuto da Criança e do Adolescente que não tem nada a ver com tráfico de bebê. Por hora, temos um imbróglio que eu acho que serve de crítica construtiva, principalmente quando o trabalho é de pensamento, e é técnico. Nós temos que mudar todo esse sistema de perceber o imigrante, prevenir o imigrante do tráfico para que ele tenha direito a migrar com dignidade e com escolhas, e se eles estiverem no sistema criminoso, cujo Brasil é muito fornecedor e receptor, é horrível falar assim porque parece coisa, mas é pessoa, nós vamos ter que entender que o sistema brasileiro hoje está ruim em termos de persecução penal, e está ruim em termos de acolhimento. Tem muitas pessoas que descobrem que quando vão ser testemunha, ou serão vítimas no procedimento judiciário – que terão Pró-Vita, graças a Deus que nós temos no Estado de São Paulo – mas talvez não terão

Pró-Vita em outros Estados, porque a verba é curta, as pessoas desistem de ser vítima e testemunha, e aí não contam a verdade, e quem permanece no cenário? O tráfico de pessoas e a imigração forçada. É nesse momento que nos inserimos com a questão de desaparecidos e imigrantes, e é um problema muito sério. Caso alguém peça: “Eliana, você tem exemplos?”, temos! Temos! Oferecemos todos os exemplos sem nomes para preservar a dignidade da pessoa.

Vou contar o caso do João Rafael, esse menino que a gente tem a foto no mural... Depois posso encaminhar o *folder* dele. Este caso pode ser visto como uma metáfora das eleições de 2014. Na época da eleição, todo mundo quer aparecer, a gente diz que essas pessoas mais ainda, e não serão votadas, não serão alvos de espaço na TV e na mídia, mas elas precisam da nossa atenção e aqui divulgamos todos os programas. Nós não acreditamos que a melhor forma de achar pessoas, principalmente crianças cuja face muda rapidamente, eu diria mensalmente, seja a foto, acreditamos que o ideal é buscar o programa por que ele faz várias coisas. Nosso programa, primeiro faz uma pesquisa interna de várias bases de dados secretos, mas que são conveniados ao MP, muitas pessoas já são achadas neste momento. Qual Eliana? A Receita Federal, Fundação Casa, INFOCRIM, Sistema Criminal. É incrível. Você encontra alguém na Fundação Casa que está desaparecida para os pais? Acham, não deveria. Como é que tem menor cumprindo medida socioeducativa e os pais não foram avisados? Não sei te dizer. Isso faz parte do problema que encontramos. Depois da saída daqui, nós temos uma saída de divulgação e uma pesquisa de campo, com parceiros como, por exemplo, o Major em Santa Catarina, a guarda municipal em São Paulo, porque não pode ser policial ostensivo justamente por ser agressivo à questão do desaparecimento. E pode acontecer de existir uma intersecção por desaparecimento. É o ideal, quando encontramos, que bom! Uma pessoa que encontramos estava com uma comunidade, ela foi sequestrada por uma comunidade, não vai aí nenhuma crítica à cultura da comunidade, pelo amor de Deus! É factual, é um fato, estava com uma comunidade cigana... Encontramos a criança pela simples divulgação, mas isso é praticamente um milagre. Quando os programas são humanizados, quando não ficam só no site, quando eles recebem as pessoas, que é uma prioridade do nosso trabalho: o atendimento ao público, eles funcionam. A gente tem milhões de casos assim.

A história de João Rafael saiu no programa do Repórter Record. Fez um ano em agosto que desapareceu, até a reportagem ir atrás. Às vezes, eu concordo, as pessoas falam mais para repórteres do que para a própria polícia. Mas depois que a repórter foi na casa, muitas pessoas mencionaram que ele foi sequestrado com intermediação de uma babá que conseguiu tirá-lo em silêncio do quintal de casa em um momento que estava a família inteira

em casa, mas ele saiu na mãozinha dela para tráfico para adoção ilegal. Isso não está comprovado, mas isso está sendo investigado seriamente, por isso nós que investigamos casos como este desconfiando de tudo, vamos atrás dos casos, mesmo da história mais maluca que existe, vamos atrás por que elas são vividas e temos histórias incríveis aqui que as pessoas duvidariam. Esse é um caso e a maioria das crianças, eu diria, nós não encontramos, seja pela modificação da face, seja por que a maioria é para tráfico para adoção ilegal. E tem um poder muito grande quando você pega um vulnerável como uma criança; um idoso; um doente mental, você incute na cabeça dela que a mãe morreu; que a mãe não gosta dela; ou que os pais não estão presentes; ou que os pais são aquelas pessoas que as tem agora; e a criança acredita nisso, nós denominamos este ato como alienação parental. Depois você não consegue nem resgatar a questão do amor e da ligação que ela tinha com a família que a recebe.

Hoje em São Paulo temos aproximadamente 375 crianças desaparecidas. Essas crianças não são encontradas e é o público que a gente menos encontra são as crianças, o vício é mais criminal. Qual é o público? Tráfico de pessoas para tráfico de órgãos, essa é a última descoberta nossa. A forma como age o serviço de necropsia em São Paulo, na capital, mostram que há uma desconfiança que ainda não está comprovada, mas está sob investigação, de que na verdade não há interesse em procurar o familiar por que tem uma lei de 1964 que comunga com a época da ditadura que permite que, uma vez não procurada a pessoa por seu familiar, os seus órgãos sejam retirados para estudo, para pesquisa. O pior! Nem os órgãos, o corpo inteiro tem que ser doado, mas estão fracionando órgãos também. Isso é muito grave por que foram sessenta e tantos anos de desídia.

Não é possível que ninguém percebesse que precisa buscar a família. Quando eu tenho o nome do morto, eu preciso procurar primeiro o dono dele. É útil não procurar. E muitas dessas famílias reportam que foram procurar saber da exumação e os coveiros vieram: “*Não, mas ela chegou só pele!*”. E quem está nesse comércio conta com a putrefação dos órgãos, do corpo com muita rapidez. E nós só conseguimos pegar a prova de um eventual tráfico através de ossos, que muitas vezes não são retirados por que quem está operando; a pessoa que faz esse tipo de negócio sabe que é uma prova flagrante de tráfico, mas isso durou muitos anos com muita facilidade, então é provável que a gente ainda tenha prova disso por que as pessoas estavam nadando de braçada nesses casos. Nós temos um indício forte de que essa desconfiança é real por coisas que são sigilosas e eu não posso dizer, mas também por um controle que eu pedi do próprio serviço de verificação de óbito dos órgãos e corpos que eles mandavam para outros lugares e o controle veio todo trocado, a ponto de dizer: “mandamos tal vagina para estudo, para tal universidade e o corpo é masculino.” Isso está dentro do laudo.

Esse é um comércio de tráfico de órgãos, mas que não é o único, existe o mais sórdido, se é que tem mais sórdido nisso por que tem pessoas que acham pouco, porque o corpo já faleceu. Mas, já temos casos julgados e provados como o de Taubaté a dois anos atrás, de pessoas cuja morte encefálica foi inventada por médicos, para depois retirarem os órgãos e venderem para transplante ilegal. Isso aconteceu na Faculdade de Medicina de Taubaté por três médicos que foram condenados em 2011, num júri popular, óbvio que está em fase de recurso por terem retirado os dois rins de três pacientes para criar um centro de nefrologia de excelência no local e o laudo da morte encefálica foi forjado por que é a morte que permite o início da autorização familiar à transplantação.

É uma realidade e nessa parte em especial, as pessoas costumam dizer que é lenda por que teria que envolver médicos, não, muitos são internados, a maioria em bom estado, eu tenho certeza, mas, não é difícil que alguém da organização criminosa engane os outros... *“Oh, tá aqui o laudo da morte encefálica...”* – e aí vem alguém, uma equipe para retirar os órgãos e essa pessoa não está no meio da organização, mas ela já foi enganada por outro. Infelizmente, como a maioria é boa existe exceção em qualquer carreira, em qualquer lugar e tem acontecido, não é o único caso em São Paulo, mas é o caso mais recente, com condenação em primeiro grau. Inclusive, o laudo de que foi forjada a morte encefálica dissonante entre CRM e CFM. A comissão Estadual de Médicos destoa da Federal de Médicos, mas uma delas concorda que houve, que foi forjado o laudo da morte encefálica, mostra como é possível fazer tráfico de órgãos. O que não há, eu nunca peguei em 15 anos de experiência aquele: *“Ah, Fulano tava no meio da rua, foi tirado e voltou sem um órgão..”* isso a gente nunca provou. Essa ideia reforça a lenda, eu acho até que isso é disseminado por quem faz, nesses locais mais fechados por que fica mais de reforçar que é impossível ter tráfico de órgãos, mas existe. A gente nunca contabilizou.

Esse trabalho que começa agora pelo SINALID é uma pretensão de mostrar o número de tráficos, inclusive pelos seus artigos, qual seria? O tráfico de órgãos, que por não ter um tipo penal, tráfico de pessoas para tráfico de órgãos é usado apenas o Art.15 da Lei Penal de transplante de órgãos, que é um artigo que fala do tráfico de órgãos em geral, mas traficar a pessoa para tráfico de órgãos é mais grave que o próprio tráfico de órgãos, mas usa-se esse tipo penal subsidiário, então, nós vamos conseguir tirar dessa pesquisa para mostrar que há números. Essa pesquisa é inovadora, ela é a cara do Dr. Pedro Mourão, eu costumo dizer, que ela quer ver o futuro, vamos dizer, perder tempo para ganhar tempo. São cinco anos de trabalho para ganhar tempo em dez, para começarmos a atacar o problema. Agora, tráfico de pessoas, especialmente mulheres para a prostituição, no mundo, segundo a própria pesquisa

da ONU, dá mais dinheiro após tráfico de drogas e tráfico de armas, isso é mais do que comprovado. Só que existe tráfico de homens e o Brasil só reconheceu isso por lei a partir de 2009, por uma questão tacanha, por uma questão de preconceito, como se a própria mulher, só ela se colocasse em situação de prostituição. É muito grave esse viés, esse recorte de gênero no país, mas desde 2009 a Lei Penal admite tráfico de pessoas, não só mulheres, mas homens também para prostituição. Nós temos inúmeros casos, inúmeros. Aqui mesmo no PLID, recentemente duas meninas menores que sumiram de casa, em Arujá, foram parar no Rio de Janeiro e se não fosse o alarde que a mãe fez, pois retornaram para casa, sem que a gente conseguisse provar que estavam no Rio para prostituição. Mas, o argumento da abordagem é tão sedutor para vulneráveis ou para sonhadores como adolescentes. E o tráfico para a prostituição é profícuo no Brasil, seja para exportar, seja para importar. E ainda existe, por óbvio, uma visão de que por prostituição não ser crime, o tráfico consegue passear facilmente por trás da aceitação da vítima, ela é a prostituta, mas isso tudo é combinado. Há quem pense até hoje que tráfico de pessoas para prostituição precisa de violência grave; ameaça ou fraude, não! O simples fato de você financiar esse tráfico, o simples fato de você alojar uma pessoa para isso, o simples fato de você propor a ideia para isso, é crime! Não precisa violentar; fraudar e nem ameaçar, esse é o ápice do tráfico, isso já é quando a pessoa já quer sair dele. E tráfico de pessoas para trabalho escravo eu acho que está mais do que comprovado, o Ministério Público do Trabalho é quem tem os melhores exemplos atuais aqui em São Paulo, tanto no campo quanto na cidade e os relatórios são terríveis, os relatórios são agressivos.

Nesse último encontro que foi aqui em São Paulo, tem material de todos os Estados porque todos têm, é COETRAE, Comitê Estadual de Combate ao Trabalho Escravo. Os COETRAE's comungam essas informações e essas atuações do Ministério Público *in loco*. Aqui na Secretaria de Justiça e Defesa da Cidadania que fica no Pátio do Colégio, você encontra representante de COETRAE de São Paulo para dar alguns exemplos, dos mais sórdidos, tanto no campo quanto na cidade, tem até o Dr. Ricardo, porque eu acho que é muito rico para quem está estudando ter sempre o exemplo, porque fala mais do que mil palavras, a gente pode teorizar o quanto for, se a gente não tiver esse exemplo não conseguimos. A gente vê muita foto, segunda e terça, desses locais, da forma como a pessoa é tratada. O que aconteceu após golpe militar no Brasil e agora com as Olimpíadas para a construção civil, os próprios haitianos, a questão do trabalho escravo, tráfico para trabalho escravo é muito forte. E pior, difícil de combater pela gênese da organização porque eles quarterceirizam, terceirizam. E quando você chega, por exemplo, na oficina do boliviano têxtil, é outro boliviano que está supostamente explorando estes bolivianos, mas na verdade ele é usado pela

organização para criar essa suposta ideia de que não, é uma oportunidade desses bolivianos no país. Exemplos têm aos montes, de todos os tipos de tráfico, os mais difíceis são os tráficos de crianças para adoção ilegal e o de tráfico de órgão, mas já têm alguns provados, o que mostra que a gente não está falando de lenda. Nesse caso mesmo, ainda que o tráfico seja para estudo ou para pesquisa, são seres humanos, cuja personalidade findou com a morte e deve ser respeitada até hoje, as famílias não tem nem o que dizer sobre tudo isso, que foram desrespeitadas, a gente tem esses exemplos.

É necessário atenção do poder público para olhar as especificidades de cada caso e construir categorias eficazes para o tráfico, uma vez que percebemos uma certa negligência de alguns setores da lei, não dando atenção ao tema. Uma coisa a gente já fez e está trabalhando agora para uma aprovação, que é um projeto de lei próprio para o tráfico de pessoas. Não dá para encarar o tráfico de pessoas como um tipo penal; tráfico interno e internacional de pessoas para a prostituição no Código Penal, esse é um tema atípico, ele tem uma cara própria, posto que deve conter a prevenção, o combate, e o combate não é só penal, também tem a via trabalhista, a via humanitária e tem depois a reinserção social. Existe um projeto de lei na Câmara dos Deputados de autoria de Arnaldo Jordy que é para isso, para traçar esse olhar, trazer as mãos principalmente do Ministério Público os instrumentos para o combate porque não temos e esse é um dos problemas. Dois: começou agora no Estado de São Paulo um abrigo para traficados, por que você não pode colocar um traficado recém-localizado com todos os riscos que ele corre no meio de um abrigo de violência doméstica, ou em outro abrigo quando há outros menores em risco sexual, você revitimiza essas pessoas, elas voltam e aí você fala: *“Ah, tá vendo! Elas voltam para o tráfico.”* - elas voltam? Não, elas não têm opção! Quem vai viver, ou, vem, vai morrer! Você escolhe morrer ou viver? Esse trabalho começou e ele tem que ser intensificado. E São Paulo não é Brasil, tem que ser feito em todos os locais. Caso você tivesse nascido há cinquenta anos, você ia ver como é disparate a visão que cada Estado tem sobre a necessidade de resolver essa questão e de ter um abrigo, por exemplo, que é o mínimo que se precisa ter.

Quando chegaram 200 haitianos, o abrigo já devia estar pronto, não é para ser recebido em condição sub-humana por uma pessoa que está te ajudando, não é isso, se nós sabemos que o tráfico existe, precisamos dar condições que o trabalho seja feito de forma segura, seja migração forçada ou outras, precisamos estar prontos.

Em termos de prevenção, temos que aclarar os números. Nós começamos a fazer isso, de fato não é um alto elogio por que é do PLID-RIO a iniciativa, mas vai ser aproveitado todo o SINALID, nós temos que saber onde está o problema, se eu fosse pensar só em São Paulo,

onde mais trafica? Quem mais trafica? Onde mais aparece? Quem mais desaparece? Qual a idade predominante? Qual a causa predominante? Porque só assim, daí eu vou dizer: “*Segurança Pública vá lá! Faça isso!*” – Pode ser que a gente tenha um abrigo no lugar errado. Então, eu reorganizaria o meu pensamento na ordem, primeiro; para prevenção, conhecer o problema é fazer um trabalho sério, estatístico. Para combater é preciso está no local certo através dessa visão estatística, mudar a lei, já tem projeto de lei para isso e é um bom projeto de lei. Também é preciso socializar a pessoa e dá um trabalho. Primeiro que tem que ser um trabalho interdisciplinar, não é do direito, é psicossocial, é jurídico, é humanitário e socializar através de vários meios, por exemplo, não é só o abrigamento, é a emancipação, é aluguel social, é possibilidade de emprego, é também um trabalho cultural, isso vem acompanhado de uma percepção de que o outro é o seu semelhante, isso não é um discurso religioso, isso é um discurso de humanidade. Veja, as pessoas aqui em São Paulo só olham para o haitiano, parece que está passando algo surreal. “Olha, onde será que ele está trabalhando?” Não pode ser assim. Nós somos culpados do que está acontecendo, nós sociedade inteira porque a gente permitiu há anos, a séculos que a escravidão começasse, mas continuamos a achar que é natural um grupo passar por escravidão. O mais grave disso tudo é quando você vê que às vezes, como promotor, eu intento uma ação penal, eu vejo que até o profissional do direito, ele não está alheio a essa cultura do mal, ele pensa igual, “...*Mas ela é prostituta! Qual o problema dela ser levada para Espanha?*”, “... *mas ele não tinha emprego, qual o problema dele ganhar R\$ 300,00 por mês na construção civil se ele veio parar aqui em São Paulo e ninguém chamou?*” – ouvimos essas coisas, percebemos essas coisas passando pelos agentes institucionais. E isso é uma questão cultural, é uma questão de mudança de olhar. Nós temos que mudar nas três vertentes, a notícia não é tão ruim por que está acontecendo, há essa consciência. Por exemplo, há um abrigo em São Paulo, a COETRAES, inclusive na Amazônia, no Mato Grosso, inclusive em região fronteira com muito problema de violência. Temos um projeto de lei para mudar isso nacionalmente, o projeto não é do Estado de São Paulo. Não temos o trabalho estatístico, e olha; eu vou mais, no meu tema, desaparecidos, onde estão os imigrantes? Esconderam os dados, nós temos que abrir a *Caixa de Pandora* agora e descobrir o que tem lá dentro, e temos que fazer isso via Ministério Público, via inquérito civil, não é meu amigo vem cá! É instituição vem cá, se você não fornecer nós vamos ter que te processar e não por que queremos, mas é porque temos essa função social. Os dados não são claros e quando se trata de mortos eles são mais obscuros ainda porque nós temos um legado, que era de sumir mesmo, fazer desaparecer o corpo que facilitaria um regime ditatorial da época, mas que ele foi mudado. Assim, temos vários

caminhos e estão sendo percebidos, isso já é um grande avanço, eu não tenho só más notícias, tem algumas pequenas mudanças, mas precisa de força, e de força política principalmente.

Nós tivemos um avanço muito grande em pouco tempo na Secretaria de Justiça e Defesa da Cidadania, na percepção de que o Estado tinha um tema só em mãos e não vários, a ponto de conseguirmos um abrigo com verba para isso, o que é muito difícil; tinha várias questões, por exemplo, a recolocação das verbas trabalhistas indenizatórias pela própria questão do mal causado, mas o Estado precisa tornar esse tema prioridade, entender que ele não é um pequeno problema, como a questão do desaparecido, é um problema que causa outros problemas, se eu ver dessa forma e o Estado tem um problema sério que é peculiar que é a questão do orçamento, se vejo dessa forma, eu consigo direcionar orçamento para isso. Uma pessoa traficada é um problema de segurança pública, é um problema de educação e se você resolve o tráfico, você tira três problemas da sua frente, caros, muito caros. O diálogo tem que ser orçamentário com o Estado e tem que ser prioritário. Mas, você só vai mostrar que é um tema prioritário a partir do momento que você mostrar que isso resvale em todas as questões. Uma pessoa traficada não tem como inserir seus filhos na educação, mas amanhã seus filhos estarão procurando educação aqui. Uma pessoa traficada, um imigrante de trabalho forçado precisa ir para o hospital e neste momento ela não tem como ser recebida, vai para o SUS e vai ter vários problemas no SUS atrelados à questão da sua saúde e ao gasto público, porque tudo se fala em gasto, tudo é orçamento, o orçamento tem que ser mais dirigido para essa pauta, é preciso ter mais orçamento, porque têm pessoas gabaritadas que trabalham na área que vão saber direcionar isso. Nós sabíamos há anos que era preciso um abrigo, ele veio agora, sabíamos que era necessário fazer uma conscientização, um trabalho social e cultural, pois mudança de cultura não se faz em um dia, se faz em cem anos, mas ela precisa começar, são ações afirmativas, inclusive, que vão mudar isso. Nós precisamos ter uma escola para o imigrante, podemos usar verba pública para isso, precisamos ter abrigo para o imigrante em situação, por exemplo, de demanda imediata, como foi a dos haitianos, então, a verba já devia estar pronta para isso, o local já devia ter sido preparado, *“Ah, mas essa é uma situação episódica!”* – Não é episódica, já conhecemos outras, a comunidade boliviana vive a noite em São Paulo, não vive de dia por que é toda traficada, sabemos os bairros, sabemos onde está e não conseguimos debelar. O primeiro diálogo com o Estado é: *“É prioridade? Cadê o orçamento?”* E depois começar trabalhar a prevenção, repressão, acolhimento e reinserção social. Inclusive, recambio para aqueles que desejam, há pessoas que desejam, são poucas pela vulnerabilidade de onde vem, mas a família daquele boliviano que foi morto nos braços da mãe no ano passado, pós-roubo na oficina onde eles estavam alojados, eles quiseram

voltar, também tamanha a dor. Voltaram para um local de extrema vulnerabilidade, mas nunca mais querem voltar para o tráfico que eles viram aqui, então, nem isso a gente tem.

Há pouco tempo eu soube na própria Secretaria de Justiça e Defesa da Cidadania, pelo Dr. Ricardo, que me passou os dados, que existe uma verba que é pouco conhecida, verba que serve as companhias aéreas para pessoas, para questões humanitárias de retorno para seu país. O Estado não precisa gastar, precisa comunicar, precisa saber que isso existe e nós mesmos não sabíamos, soubemos numa necessidade imediata. O trabalho em rede tem ajudado e mudou essa história, nós nos reunimos mensalmente e é lógico que eu reclamo, pois um caso passa ser o problema de todos, mas é necessário investir no trabalho em rede por que é sempre uma reunião no local para vermos os problemas. Tudo demanda verba. Eu acho que a participação do Estado é olhar e subsidiar, tem gente preparada, têm Secretaria que possui a percepção e depois uma Secretaria leva a outra, a necessidade de segurança pública em determinado local e assim por diante. Eu que trabalho com desaparecidos, a meu ver, é inconcebível que Carapicuíba tenha tanto bebê que suma e que ninguém nunca se tenha perguntado por quê? Vamos chegar lá, mas tem que virar tema, como virou aqui.

Uma investigação que acompanhamos e que ficou muito conhecida pela esfera pública foi a Operação Bisturi, essa é a melhor, porque é findada, até o responsável pela organização criminosa foi recapturado, estava foragido em Israel, era um PM reformado aqui no país, israelense e irá cumprir seus onze anos de prisão de pena. Mas ela é pública e notória. A Anália Ribeiro participou dela quando estava na Secretaria de Justiça e Defesa da Cidadania do Recife. Ali, o quê que acontece? Você tinha uma comunidade periférica do Recife, não era em outra cidade mais longínqua, muito carente e esse senhor junto com os seus subordinados, porque a organização criminosa é sempre piramidal, você tem os subordinados. Ele tinha muita responsabilidade por que era um policial militar reformado e ele começou a contar para essa comunidade que elas podiam vender um rim, que todas as pessoas de lá podiam vender um rim, o que seria feito na África do Sul e depois elas retornariam as suas comunidades em total segurança, e em plena condição de saúde. Essa é uma mentira, em primeiro lugar, por que são pessoas que tem trabalho braçal, pessoas que tinham extrema dificuldade, inclusive de alimentação, sobrevivência e estão lá até hoje. Temos trabalhos magistras sobre o legado do tráfico nessas pessoas hoje, pois elas possuem problemas de saúde grave, por ter um rim só. Elas caíram nesse engodo e foram mais de trinta, salve engano, pessoas que foram traficadas para a África do Sul, para o tráfico de seus rins e retornaram para a comunidade. Chama-se Operação Bisturi e tem o livro que se chama *Rim por Rim*, é de um jornalista e é um caso. É muito claro o envolvimento da vulnerabilidade e de como esse grupo ganha com esse tipo de

criminalidade usando o ser humano. Na questão migratória quem vai te dar melhores exemplos, realmente, porque eu estou mais ligada a esse tema, é o Ricardo da Secretaria de Justiça e Defesa da Cidadania. Ele tem feito as últimas operações sobre isso. Ele está fazendo os principais casos de migração com trabalho escravo. Incríveis as ligações, principalmente para o trabalho escravo e prostituição. A pessoa se faz de imigrante, mas ela está na teia do tráfico, porque ela precisa, o criminoso é o traficante.

E tem pessoas que estão em busca de refúgio e já são agenciadas. Nós pegamos vários. Quando encontro um refugiado pergunto: “o que você vai fazer no CÁRITAS?” Na verdade, eu nem me identifico como promotora para as pessoas, lógico, todo mundo do CÁRITAS sabe, para que? Para conseguir traduzir em anonimato o que tem de errado na vinda deles, para que eles não sejam testemunha de nada, mas que a gente descubra a organização criminosa que está por trás deles. Há pouco tempo houve um tráfico de paquistaneses para o Brasil, mas o mote era os Estados Unidos, o Brasil era passagem, como teve a Copa, eles foram abandonados pelo traficante e ficaram aqui, mas eles queriam denunciar, no meio tinha professor universitário. Eles dedaram toda a organização criminosa, mas o quê que eu fiz, eu ouço a história e depuro como uma denúncia anônima, tudo o que os identifica eu tiro da história e mando para o Combate ao Crime Organizado aqui do MP, entendeu? E do MPF por que senão como é que eles ficam? Eu acabo com a vida deles se revelar, com o que resta da vida deles. É muito complicado. Eu fiz uma denúncia, acho que a Anália talvez saiba.

A denúncia sobre tráfico de travestis do Pará para São Paulo foi feita aqui pelo Ministério Público, a investigação foi eu quem fiz no combate ao crime organizado. Eram todas travestis, não aceitas na comunidade, que é extremamente mais machista que a nossa, com vulnerabilidade econômica e com a necessidade de ter em São Paulo um comércio ilícito das operações da genital masculina e também a possibilidade de colocar muito silicone, e tudo exclusive por médicos que fazem até em menores. Eles entraram na rede de tráfico para São Paulo e vinham como? Trabalhar na prostituição, mas não é isso, é tráfico dos paraenses para cá. Essa denúncia existe e está posta que o juiz está fugindo, não quer ajudar. Ele fica pedindo documento, achando que tudo isso é uma grande besteira, que devíamos deixar os meninos em paz, que a gente está incomodando. Temos muitos problemas com isso. O estudo de doutorado da Anália é baseado nesse caso do Pará. Eu tenho o relatório completo da investigação, tem a busca e apreensão que eu fiz e a denúncia. Tenho vários relatórios internacionais, eu não faço por que quem faz é o Ministério Público Federal, mas o Ricardo tem. Por que é na Secretaria? Na Secretaria a gente tem a rede de trabalho e o Ricardo

provavelmente tem alguns relatórios já prontos, porque eu acho que é muito interessante para o seu trabalho você ter o documento. Não podemos fazer análise sem fonte.

Meu sonho é fazer faculdade de história, mas eu preciso acabar o doutorado por que eu acho que não tem cultura sem história, falamos muita besteira sem história. Eu decidi acabar a docência para depois fazer a faculdade de história, quero fazer na USP também, meu sonho é fazer lá. Eu faço na PUC, sou filha da PUC há muito tempo. Até agora essa questão dos desaparecidos surgiu como tema muito claro para mim, é muito sem dados e é bom para o doutorado porque a gente vai criar um banco de dados. Eu preciso acabar, mas eu ainda acho que vou, se eu tiver fôlego, fazer faculdade de história. A gente faz muita coisa e ao mesmo tempo fica difícil de parar e estudar.

Mas fica assim. Eu acho que o PLID-RIO existe os dados de pesquisa mesmo. Começou a pesquisa no ano passado, acho que o PLID-RIO te ajudaria muito em termos de números. O Dr. Pedro Mourão e um outro colega que eu infelizmente não gravei o nome, mas é ele que trabalha para PLID-RIO, podem falar do nascedouro da questão de fazer os números do tráfico de pessoas, que é uma coisa que você precisa, porque se você for fazer um capítulo que seja, na intersecção do tráfico com a imigração, ele já tem partes dos números. Ele ganhou uma indicação de Prêmio Inovare esse ano, mas já ganhou três. PLID-RIO de Tráfico de Pessoas. É claro! O que foi dito está autorizado a ser publicado.

Christiane Vieira Nogueira – Osasco (Procurada do Trabalho)

Sou Christiane Vieira Nogueira, procuradora do trabalho na Procuradoria do Trabalho do Município de Osasco. Anteriormente, atuava com a procuradoria de Guarulhos, todas na segunda região – que é São Paulo e grande São Paulo. Antes de ter vindo para São Paulo trabalhei na procuradoria do Maranhão e Mato Grosso. Eu sempre fui da coordenação de trabalho escravo, que é a CONAETE, Coordenação Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo. No Mato Grosso e Maranhão, a gente trabalhava com migrantes brasileiros, sobretudo, do Nordeste que iam trabalhar na agricultura, colheita de cana-de-açúcar, soja; além de muitos irem para pecuária trabalhar na preparação do pasto nas grandes fazendas, isso no interior do Maranhão e no Mato Grosso – dois grandes polos de recebimento de trabalhadores onde há exploração da mão-de-obra análoga ao trabalho escravo.

O Estado do Maranhão é um grande exportador de pessoas. Constatamos que é o Estado que mais envia gente para outros estados e para o interior do Brasil. Comumente, muitos são explorados nestes setores de serviços. A condição de vulnerabilidade, de pobreza, creio que seja a grande intersecção para trabalhadores nacionais e para imigrantes de outros países. O grande problema está na vulnerabilidade, na pobreza, na falta de opções que um grande contingente populacional enfrenta. Essas pessoas ficam, os imigrantes principalmente, numa situação de invisibilidade.... O Estatuto do Estrangeiro é totalmente anacrônico, passou a vigorar na década de 80 todo baseado na política de segurança nacional do período da Ditadura Militar, totalmente inadequado para a realidade que a gente se encontra hoje no Brasil inserido no Mercosul, onde massas de pessoas buscam encontrar melhores condições de vida em outros países. As pessoas têm grande dificuldade para regularizar sua situação no Brasil e ficam numa situação de invisibilidade, ativando formas de exploração e trabalho análogo ao de escravo, especificamente, para exploração do trabalho e imigração. A intersecção é essa vulnerabilidade, a falta de condições, falta de opções, a dificuldade em regularizar a situação possibilitando que eles fiquem mais vulneráveis com esse tipo de exploração... Em São Paulo verificamos que existe exploração na construção civil, uma vez que encontramos mais brasileiros e, também, haitianos na indústria têxtil; nas confecções encontramos mais Sul-americanos, especialmente, bolivianos, paraguaios e peruanos especializados na costura, grupos que possuem uma tradição e sofrem essa exploração há muitos anos no Brasil. O problema está na terceirização, na forma de organização dessa indústria de confecções de têxtil onde as grandes grifes comercializam a marca, a empresa

comercializa roupas, não industrializam. Mas o quê verificamos é que há um controle absoluto da grife sobre todo o processo produtivo. As empresas possuem os designers, os estilistas fazem as fichas técnicas de cada roupa, daí contratam confecções, a maior parte são de coreanos que são intermediários nesse processo. Deste modo, na escala produtiva tem a grife, a confecção e embaixo as oficinas de costura. A grife contrata a confecção, diz que a responsabilidade dela estaria só até aí e que essas confecções estariam, supostamente sob a responsabilidade pela terceirização desenfreada, mas na verdade a grife tem total controle de qualidade das peças e sabe que a opção intermediária não tem trabalhadores suficientes para conseguir dar conta da demanda que eles requerem. Nesse processo, eles pedem prazos específicos para um grandioso número de peças. Quem é que produz essas peças se essa confecção não tem piloteiras? As piloteiras são responsáveis em fazer a peça piloto. Aqui você encontra máquinas super avançadas com cortes de tecidos à leizer, especialmente, no Bom Retiro. A partir dessa cadeia produtiva para baixo é que há a contratação de imigrantes. As confecções ficam espalhadas pela periferia de São Paulo inteira. Quando a fiscalização chega em determinados bairros eles vão se afastando ainda mais.

Em Guarulhos já estava começando a ter polos de confecções, quer dizer, de oficinas de costuras. Em Carapicuíba já tivemos alguns casos da nossa procuradoria. Na procuradoria de Osasco o caso mais emblemático é o Zara, inclusive, é um processo meu. Eu cheguei na procuradoria em novembro de 2014 e houve uma redistribuição aleatória e o sorteio caiu para mim. É um caso de 2011 onde foi encontrado exatamente essa cadeia produtiva, e foi firmado um termo de ajustamento de conduta. Recentemente eu recebi um relatório de fiscalização, que ainda está sobre análise, já te adianto um pouco porque foi dado publicidade na imprensa toda. Além do descumprimento de algumas cláusulas do PAC, não necessariamente com trabalho escravo, o que não foi verificado, mas foi verificado o descumprimento de algumas cláusulas. Além disso, os auditores fiscais e a equipe verificaram que a Zara migrou a sua produção para Santa Catarina, Paraná e outros Estados da federação. Essa empresa fez algo indicando o branqueamento da cadeia produtiva, ou seja, praticamente não tem mais trabalhadores bolivianos na sua cadeia. Houve essa mudança e isso foi considerado pelos auditores como discriminação. Temos um grupo de trabalho para o caso Zara na procuradoria da BRT 2, está com 800 páginas de relatório fiscal. Estamos analisando quais são as medidas que o MPT vai tomar a partir de agora. Nesta procuradoria é o caso mais emblemático, mas a sede em São Paulo, em Cubatão, constantemente há vários casos de denúncias de oficinas de costura e de grifes que exploram esse tipo de mão de obra...

Em relação ao trabalho análogo ao de escravo, eu não sei o porquê há tanta discussão sobre a interpretação da lei, uma vez que a lei é objetiva. A definição está prevista no artigo 149 do código penal brasileiro que defini o que é o trabalho escravo. E há vários tipos de trabalho escravo: a jornada exaustiva, a servidão por dívida, a restrição de liberdade e as condições degradantes. Eu acho que a polêmica a que muitos se referem é em relação as condições degradantes. O quê que seria as condições degradantes? Uma crítica que se faz é de que este conceito é subjetivo, que, talvez o MPT e MTE exageram. É essa crítica que escuto. Na verdade, isso é bem delimitado pela prática. O quê que a gente entende por condições degradantes? É qualquer condição, ou, um conjunto de elementos que viola a dignidade do Humano. Então, observamos as condições de segurança e saúde, meio ambiente de trabalho, como é que se dá o pagamento, onde é que essas pessoas dormem, se existe alojamento, como é a alimentação das pessoas, é o conjunto dos elementos que aponta para as condições degradantes. O quê que encontramos nessas oficinas, por exemplo, às vezes nos alojamentos e canteiros de obras? As camas são péssimas e a legislação determina como devem ser os alojamentos de trabalho; se há roupa de cama, se tem ou não banheiro suficiente para os trabalhadores, se a alimentação está ou não estragada, isso tanto no rural quanto no urbano. Na verdade, o trabalho escravo é cálculo, é lucro, economiza em cima daquela parte mais fraca da relação, no caso, o trabalhador.

Já encontramos muitas batatas podres em oficinas de costura, e o agravante de que os próprios trabalhadores terem que cozinhar. Às vezes a comida fica trancada em armários com correntes e cadeados. A habitação coletiva, que é proibida pela lei, pois encontramos várias famílias entulhadas numa mesma casa, onde só um lençol separa um dormitório do outro, onde há muitos casos de crianças que ficam no meio. Já encontramos em muitas oficinas crianças no meio das máquinas, lugares onde tem tesouras e a própria máquina pode causar acidente. Dificilmente, a gente encontra criança trabalhando, é raro, mas já encontramos uma criança entre uma cadeira e a outra, onde os dois costureiros eram casados. Já vimos muitas famílias e as condições de higiene eram muito ruins. Essa parte de segurança e saúde eram péssimas porque a gente vê toda a parte de fiação elétrica com gato, com puxadinhos com fiação exposta, sem chuveiro elétrico, então, qualquer pessoa que olhe para esse quadro vê que é uma situação que nenhum ser humano pode se submeter se não tivesse violado a sua dignidade.

A condição degradante decorre da análise do quadro que se encontram os trabalhadores e eu acredito que não é nada subjetivo, é bem objetivo. Verificamos as condições e podemos chegar à conclusão de condição degradante. Eu acho que a polêmica é mais nisso porque os

outros elementos são muito objetivos na legislação. O artigo 149 descreve o quadro do trabalho escravo e dificilmente a gente encontra só o elemento das condições degradantes, na maioria das vezes, tem servidão por dívida junto porque o dono da oficina de costura manda pegar familiares, amigos, ou, pessoas que têm interesses na Bolívia, em Cochabamba, em La Paz. Aí pagam suas passagens, hospedagens, cobram a alimentação e vão anotando num caderninho e a pessoa só recebe depois que pagar aquela dívida, descontando todo mês a peça que perdeu, a alimentação e isso caracteriza a servidão por dívida.

Normalmente, encontramos além desses elementos: a jornada exaustiva porque tanto no rural quanto no urbano o pagamento é feito por produção, não tem aquele salário mínimo que a gente encontra em outras atividades. Quanto mais trabalha mais recebe e o preço é estipulado por peça. No caso do rural, o pagamento é realizado por trecho, feito a preparação do terreno, que se chama de juquira, preparar o pasto para pecuária. Em relação ao corte de cana-de-açúcar também é a mesma coisa, quanto mais se trabalha mais se recebe e isso é o limite. Acaba que a pessoa trabalha muitas horas para conseguir receber o mínimo, depois que pagar essa sua dívida. Creio que a polêmica que está em jogo agora e que tem gerado discussão é a modificação dessa definição de trabalho análogo ao de escravo e isso vai ser um grande retrocesso, caso aconteça, pois existe um projeto de lei para modificar. Houve uma emenda constitucional que fala da expropriação de imóveis onde se encontra trabalho escravo junto com os psicotrópicos e houve um acréscimo, só que na emenda constitucional se fala em trabalho escravo.

A denominação do código penal é trabalho em condições análoga a de escravo e aí o senador Romero Jucá (PMDB – RR) disse que não é a mesma coisa. Então precisaria definir o que é trabalho escravo para os termos da emenda. É uma retórica jurídica absurda e tem um projeto de lei para alterar isso. Caso aconteça, haverá um retrocesso muito grande porque o Brasil é referência mundial no combate ao trabalho escravo, desde 1995 quando houve o caso do Zé Pereira no Pará e a condenação do Brasil que teve que pagar a indenização, além das medidas que foram sendo tomadas em vários governos. Precisamos ser justos, uma vez que no governo Fernando Henrique, depois no governo Lula, governo Dilma, uma série de medidas foram tomadas em nível da União Federal para combater esse problema e virou uma referência pela criação da Lista Suja, pelos danos morais garantidos ao cobrar tanto nos PACs quanto nas ACPS. Caso ocorra essa mudança podemos perder esse lugar de referência mundial em combate ao trabalho escravo, motivo de muito orgulho para o país. Em fins de 2014 tivemos a decisão do STF condenando, com a publicação da lista suja. Vivemos num momento delicado e precisamos ficar vigilante. É muito importante um trabalho como o seu pelas duas

discussões: tanto pelo trabalho escravo quanto a questão das migrações, já que também está sendo discutido um novo marco legal para as migrações. O Congresso Nacional está num momento crítico, pois direitos conquistados estão sob risco, principalmente, em relação ao trabalho escravo.

A questão da escravidão que perpassa o Protocolo de Palermo, na verdade, o protocolo foi assinado, ratificado pelo Brasil. Então, é algo que está vigente. Entendemos que o Protocolo de Palermo proíbe a mercantilização do ser humano, seja de que forma for. Ele narra quais são as ações, os meios que podem ser empregados e eu acredito que a maior polêmica está na exploração sexual. Alguns movimentos feministas entende que a prostituição sempre vai ser causa de violação da dignidade, mas é uma área complexa. No caso do trabalho, o Protocolo de Palermo vai ao encontro de toda legislação brasileira, nesse sentido, prevê o abrigamento de trabalhadores. Daí qualquer movimentação que caracteriza a mercantilização do ser humano está previsto no artigo 149 do código penal e para a questão do trabalho análogo ao de escravo ela vem fortalecer pela ratificação em conjunto com a legislação da resolução 93 do CENIG - Conselho Nacional de Imigração - que prevê que qualquer imigrante encontrado em situação de tráfico de pessoa não vai ser deportado. Ele vai ter um visto especial em que poderá permanecer no Brasil e regularizar a sua situação, senão, puniria a vítima.

No começo da atuação tanto do TEM quanto do MPT, há quinze anos atrás quando a polícia federal encontrava essas pessoas nessa situação logo deportava, depois houve toda uma construção, pois, a punição recaía mais para a vítima impedindo as denúncias e colocando essas pessoas ainda mais na obscuridade, deixando essas pessoas ainda mais numa área invisível. Se você, além de tudo, encontra aquela situação de super exploração em condições degradantes, e ainda pega essa pessoa e manda de volta para o país do qual ela saiu, você cria situações complicadas, além de expor a vítima. Isso construiu e combinou com a constituição 93 do CENIG que possibilita que vítimas de tráfico de pessoas, falo em tráfico de pessoas porque chegamos à conclusão que o trabalho escravo é uma dessas espécies de tráfico de pessoas, mesmo que não se tenha verificado o trânsito especificamente, pois o tráfico não é só o transporte de trabalhadores entre fronteiras, tem todas aquelas outras espécies: o abrigamento e a própria exploração em si já é mercantilização para configurar tráfico de pessoas. Houve essa construção e culminou nessa proteção que o protocolo de Palermo prevê que a vítima seja protegida. Outra coisa que vem nesse conjunto é a punição de quem está na ponta da cadeia produtiva. Muitas vezes esse dono da oficina de costura é uma pessoa que veio para o Brasil há vinte anos, passou por tudo isso, e não faz sentido, em minha opinião, que essa pessoa que é uma figura menor dentro dessa cadeia produtiva pague por tudo.

Buscamos verificar quem está ganhando nessa cadeia, quem é que faz as roupas, quem é que manda, quem faz a ficha técnica, quem é que faz o controle de qualidade, quem é que realmente manda e lucra com isso. Essa é uma problemática no campo penal do artigo 149 na forma pela qual é interpretado hoje no campo criminal. As buscas parariam no oficinista, pela pessoalidade do crime, não permitindo o mapeamento da cadeia produtiva.

Para nós que somos da área trabalhista a responsabilidade caminha, pois conseguimos cobrar danos morais coletivos na ponta da cadeia produtiva, seja ela grife, construtora, grande empreiteira, o que a lei determina. E a lei determina que as grandes corporações devem zelar, vigiar e ter o controle sobre a sua cadeia produtiva e saber de onde está vindo sua produção. Por isso que existe teorias do direito do trabalho para a responsabilidade civil, a tal cegueira deliberada, situação onde a empresa fecha os olhos para os locais onde a roupa é produzida. “De onde vem essa roupa?” A teoria da cegueira deliberada, da subordinação estrutural e o direito do trabalho tem várias construções teóricas aceitas pelo judiciário que vão possibilitar que se responsabilize quem realmente deve responder por quem está na ponta da cadeia produtiva.

Em relação a rede, recentemente, pegamos um caso que foi a mesma agência. Eles falam agência de emprego, agência de viagens, foi a mesma agência que trouxe os trabalhadores para o aeroporto de Guarulhos. Fui encontrar o Aécio na reforma do aeroporto de Guarulhos, só que eram trabalhadores pernambucanos de Petrolândia e entre eles tinham vários indígenas da etnia dos Pankararus, interior de Pernambuco. Abrimos um processo, uma investigação contra essa agência lá em Petrolândia e recentemente eu vi outro caso, nem vou falar qual é o órgão, não tenho certeza, porque foi outro colega que verificou que a mesma agência continua fazendo a mesma coisa. Entramos em contato com os colegas de Pernambuco e o aeroporto de Guarulhos foi cercado. Isso era extremamente necessário. E aqui em São Paulo tem funcionado muito bem porque nós temos duas comissões, Comissão Estadual de Erradicação do Trabalho Escravo – COETRAE - primeira do Brasil que é municipal; e a - COMTRAE – Comissão Municipal para Erradicação do Trabalho Escravo. Não sei se você já conversou com a Juliana Armede ou com a Marina Novaes que são as duas coordenadoras, uma pela prefeitura e outra pelo Governo do Estado. A Marina acabou de defender o mestrado sobre mulheres bolivianas no fim do ano passado. Ela trabalha exatamente nessa área. Eu acho que ela é uma excelente referência para conversar.

Existe essas duas comissões que têm um papel de conselho de direitos, de articular várias instituições. Têm reuniões mensais tanto de um quanto da outra e essas comissões vão reunir diversas instituições: TEM, MPF, MPT, várias ONGs que trabalham com essas questões.

Nessas reuniões a gente tem possibilidade de dialogar, conversar, traçar estratégias, planejar operações. Não tem como só um órgão atuar sozinho nesse combate porque ele é muito complexo e vai envolver questões sociais, econômicas, produtivas, trabalhistas, criminais e o pós-operatório também é muito complexo. Onde vamos colocar essas pessoas, vai precisar de abrigo ou não, seguro desemprego, visto, regularização migratória? Por isso a defensoria pública também atua.

A Fabiane Severo é a defensora pública e atua com regularização migratória e trabalho escravo. As duas são bem afinadas e a equipe já trabalhava junto há muito tempo, cada uma na sua área de atribuição. Eu acho que por conta dos dois conselhos, das duas comissões, temos essa possibilidade de dialogar. Muitas vezes as denúncias chegam das pessoas que fazem os atendimentos no CAMI, da Missão Paz, do próprio CEDIC. Percebemos a atuação dessas ONGs neste caso. Naquele caso da Renner, dos bolivianos na feira da rua Coimbra. Tivemos contato das Ongs, o que possibilitou que as pessoas fossem encontradas na Bolívia porque eles retornaram sem receber o pagamento de verbas decisórias, sem essa mediação. É uma rede que precisa atuar em conjunto porque são atribuições complementares. Em São Paulo tem funcionado e se consolidado por conta dessas articulações por parte das comissões: a Municipal e a Estadual. No início deste ano houve o lançamento do plano municipal para erradicação do trabalho escravo, que é o primeiro do Brasil e o estadual está sendo discutido, está com o Alckimim, ainda esperando a publicação.

Na minha opinião, o Brasil, de 1995 para cá, que foi o momento que o país reconheceu que tinha trabalho escravo e foi obrigado pela OEA, por conta do caso do Zé Pereira, tivemos muitos avanços, como a criação dos grupos de fiscalização móvel, a lista suja, a própria questão da responsabilização da cadeia produtiva. Isso é recente e foi uma constituição que significou um avanço muito grande. No estado brasileiro você conseguir punir e responsabilizar quem realmente ganha com toda essa exploração que está na ponta da cadeia, é um avanço. E os danos morais coletivos que foi algo construído no âmbito do Ministério Público do Trabalho e, atualmente, a gente inclui tanto nos Tacs quanto nas ACPs, nos termos de ajustamento de conduta quanto nas Ações Cíveis Públicas que é o pagamento de uma indenização não apenas a cada um dos trabalhadores, pelo dano moral que ele sofreu. Entendemos que é algo tão grave que tem algumas irregularidades trabalhistas que são sérias, como o trabalho infantil, trabalho escravo que viola não apenas cada um dos trabalhadores, mas viola a sociedade inteira. Por isso, cobramos indenização aos danos morais coletivos que também são um grande avanço e, cada vez mais, os danos morais são altos porque como a gente conversou, trabalho escravo é lucro, é cálculo, não tem aquela imagem do senhor de

escravos com chicote, não tem essa coisa maniqueísta, mas está dentro de um mercado, faz parte de um programa produtivo que precisa ser repensando. A gente entende que cobrar essas indenizações tem um efeito pedagógico muito grande para essas grandes corporações e empresas. Essa articulação entre planos municipais, planos estaduais, comissões estaduais é importante. Nacionalmente temos dois planos que é a Conatrae – Comissão Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo. Tudo isso significa um avanço para o combate.

O primeiro grande problema é a vulnerabilidade dos trabalhadores e essas questões sociais e econômicas. No âmbito rural há alguns estudos que relacionam essa política de distribuição de renda, do bolsa família com diminuição do trabalho infantil, por exemplo. Talvez fosse preciso bonificar esses estudos, esses percentuais, mas tem essa informação de que houve uma diminuição. É preciso investir nesse ponto do social, econômico e em melhores condições de trabalho para que não haja grupos vulneráveis à mercê desse tipo de exploração. Essa é a base de tudo, mas além disso, essa estruturação produtiva de algumas atividades econômicas que é extremamente massacrante, claro que a gente vai encontrar outros tipos de problemas, por exemplo, frigoríficos, e estes agregam outras questões: trabalho repetitivo, risco à saúde dos trabalhadores. Mas especialmente trabalho escravo que verificamos na indústria têxtil, pecuária e construção civil, basicamente, creio que sejam os três maiores no âmbito rural e urbano.

Também encontramos alojamentos em péssimas condições, alimentação, saúde e segurança em condições degradantes, além da servidão por dívida e da jornada exaustiva. O problema em casos como este, talvez, seja sobrepor o lucro à dignidade do trabalhador, realmente, tratar o humano como coisa. Muitas vezes a gente escuta nas operações de trabalho escravo no âmbito rural e urbano a mesma coisa, mas é assim: “boliviano mora mesmo em conjunto”. “Maranhense dorme em rede ou no chão, num gosta de usar banheiro.” Tentam justificar culturalmente uma coisa que não é cultural. Muitas vezes você trabalha com os pobres e vê que não tem essas condições, pois encontramos até altos estamentos do judiciário falando: “É, mas boliviano é pobre, maranhense não tem banheiro em casa.” Isso é uma questão social que precisa ser combatida e outra é bem diferente, você ter uma empresa de grande porte lucrando em cima disso e usando justamente a questão cultural para tentar justificar o injustificável. É necessário dar condições dignas, a pessoa precisa estar alojada. O ato de trabalhar para uma determinada empresa deve estar atrelado a obrigação de dar condições dignas para os trabalhadores. É uma questão que não pode ser misturada. É necessário ficar claro os limites das questões sociais, culturais e a exploração do trabalho. Eu acho que esses são os entraves e essa questão migratória, a legislação é dura, empurra essas pessoas para situações de

invisibilidade, vulnerabilidade. Talvez consiga colocar em prática todos os tratados do MERCOSUL que facilita o visto, mas insere uma dificuldade porque tem uma série de exigências, antecedentes criminais que os consulados cobram caro por isso; em sua maioria são trabalhadores pobres que vem para o Brasil. Acaba que são entraves à regularização dessas pessoas que, a essa camada de submundo facilita que ela seja explorada; esses entraves sociais, econômicos, reorganização produtiva, questão migratória, legislação anacrônica. Acho que esses são os grandes entraves.

A equipe do grupo que o Ministério da Justiça nomeou, fez algumas audiências públicas para discutir a nova proposta da lei de migração. A Dayse Ventura que é da Relações Internacionais da USP fez parte do grupo. O MPT participou de duas audiências públicas, até teve algumas críticas. Sendo aprovada será um grande avanço em relação ao Estatuto do Estrangeiro, que não dá conta da nossa realidade. Agora sim, existe algumas instituições que são mais fechadas, até no próprio MPT tem alguns procuradores que tem uma postura mais restritiva, mas a tônica é de direitos humanos, de proteção, e todos os tratados que o Brasil assinou: Protocolo de Palermo, os tratados do MERCOSUL, a resolução 93 do CENIG, a própria constituição que vai falar de brasileiros e estrangeiros residentes no país. A igualdade de direitos vai dar um arcabouço jurídico para proteção a essas pessoas. Encontramos alguns casos mais da Polícia Federal, especificamente, no âmbito do MPF, MPT, DPU a tônica é de proteção dos direitos humanos, de regularização migratória, isso você encontra na DPU. É preciso superar o ordenamento jurídico que ainda é vigente, que não dá conta da nossa realidade, até pelo aumento do fluxo de imigrantes para o Brasil. Eu autorizo o uso do meu nome e fazer menção ao trabalho. Atualmente não sou mais da Coordenação de Trabalho Escravo, saí e estou na coordenação de trabalho infantil, caso faça alguma menção no trabalho.

Fabiana Galera Severo – Defensora Pública Federal (em São Paulo)

Meu nome é Fabiana Galera Severo. Sou Defensora Pública Federal em São Paulo. Na verdade, eu comecei a carreira em Cáceres, no Mato Grosso e estou em São Paulo desde 2009. Inicialmente trabalhei na área cível e tive a experiência com a temática de imigrações, uma vez que até 2012 não existia uma área especializada em migrações e refúgio.

A partir de 2013, em razão do aumento do fluxo migratório e, consequentemente, das demandas de migração, aumentou o número de atendimentos em São Paulo. A Defensoria Pública da União – DPU – especializou uma área para migrações e refúgio em São Paulo, onde sou lotada, mas desde agosto do mês passado estou exercendo uma função de defensora regional de Direitos Humanos com duração de dois anos, que tem enfoque na atuação em tutela coletiva de várias questões (não só da temática de imigrações e refúgio), com sede em tutela coletiva no Estado inteiro, mas além disso, também tutela individual. E como funciona este trabalho em São Paulo? Acontece que a migração é uma temática de competência da Justiça Federal: regularização migratória e refúgio. Quando tem uma questão a ser decidida pelo poder judiciário, passa a ser de competência da justiça federal, por que? Porque a autoridade migratória no Brasil é a Polícia Federal. Enfim, é uma crítica que nós sempre fazemos, mas isso é o que está previsto na Lei; sem uma perspectiva concreta de mudar no novo projeto de lei de migração, o fato é que no Brasil é uma autoridade policial, que é a Polícia Federal, que faz o controle migratório, controle de fronteiras, isso com base no nosso Estatuto do Estrangeiro, Lei 6.815 de 1980.

De modo que qualquer questão abrangendo regularização migratória envolve por consequência um ato administrativo praticado pela Polícia Federal. Se tivermos que judicializar alguma demanda, seja em sede de tutela individual ou coletiva, isso é competência da Justiça Federal. A atuação na defesa da população hipossuficiente dos grupos sociais vulneráveis, pessoas que não tem condições de contratar advogado, acaba sendo realizado pelo serviço público de assistência jurídica integral e gratuita da Defensoria Pública da União. Temos Defensoria Pública da União e Defensoria Pública do Estado, na verdade, a Defensoria Pública é uma, mas o que muda é a atribuição perante a justiça estadual e justiça federal, então, sendo uma atribuição perante a justiça federal é a Defensoria Pública da União que tem essa designação. Assim, nós promovemos a defesa dos interesses tanto individuais quanto coletivos. Quando tem uma questão que vem se repetindo muito, algum problema, nós propomos uma ação coletiva, mas essa demanda não se restringe a uma ação a ser levada ao

poder judiciário, já que fazemos muita atuação extrajudicial junto às autoridades envolvidas, no caso, a Polícia Federal, o Ministério da Justiça, também temos uma interlocução muito forte com a sociedade civil e várias de suas entidades. Sediamos em São Paulo várias reuniões da rede em prol do imigrante, que por sua vez reúne várias entidades que têm atuação nessa temática: várias ONGs, Cáritas, Missão Paz, Conectas Direitos Humanos, Presença da América Latina, o CAMI, além de termos atuação com ACNUR; organismo internacional com a temática específica de refugiados.

Ao longo desses anos trabalhado com essa temática, temos intensificado a atuação com migrações e refúgio e, identificamos as fases, pois a diligência vai alterando. Inicialmente, antes da especialização, por volta de 2009, 2010 a busca era por documentação, claro, essa necessidade continua, mas era uma época em que existia uma demanda forte porque tinha um número considerável de imigrantes indocumentados. Estávamos em 2009 e a Lei da Anistia era temporária. Era começo da vigência do Acordo sobre Residência do Mercosul e alguns associados que foram aderindo ao Acordo sobre residência, inicialmente, Bolívia e Chile, depois Peru, Colômbia, Equador. Naquela época, o Acordo sobre Residência, por exemplo, começou a ter vigência em outubro de 2009, até então muitos bolivianos, paraguaios que estavam aqui em situação migratória irregular conseguiram tirar a documentação.

Essa era a preocupação daquele período, hoje não percebemos mais a questão da regularização migratória que envolva judicialização. O consulado da Bolívia, por exemplo, não dava conta de expedir as certidões de antecedentes criminais. De 2010 até 2013 tivemos uma demanda muito forte de judicialização em relação a estrangeiros que cumpre pena criminal no Brasil e que conseguem o benefício de progressão de regime, para regime aberto, ou, que conseguem benefício de livramento condicional, ou seja, que saem do regime fechado, mas que precisam terminar de cumprir pena no Brasil no regime aberto, em livramento condicional. E para isso, esses imigrantes precisavam trabalhar formalmente e não tinham documentação. Essa situação foi motivo de muita judicialização. Na verdade, desde que a justiça criminal começou a reconhecer o direito à progressão de regime de estrangeiros, porque antigamente só por ser estrangeiro cumpria pena em regime integralmente fechado, depois não, isso não é um fator de discriminação. Não é só porque ele é estrangeiro que ele vai cumprir pena em regime integralmente fechado, se ele tem um bom comportamento, deve ter os mesmos direitos dos brasileiros. Aquilo que foi bom no âmbito criminal teve o efeito de que as pessoas saíam do regime fechado e não tinham documentação, não podiam trabalhar formalmente, e o trabalho é um pressuposto de cumprimento da pena no regime aberto, no livramento condicional. Isso foi uma demanda que nós judicializamos a ação civil pública no

âmbito da tutela coletiva, e não conseguimos nenhuma vitória, mas ajuizamos dezenas de ações, mandados de segurança individuais, até que a partir de um trabalho de contato político interinstitucional da Defensoria Pública da União com o Conselho Nacional de Migração e com o Ministério da Justiça conseguimos uma regulamentação dessa situação, e a partir do momento que isso foi regulamentado pela resolução 110 de 2014, já não tivemos mais essa demanda.

Depois disso, em 2014, tivemos a vinda em grande quantidade de haitianos para o Brasil, desde o terremoto de 2010, especificamente com um grande fluxo para São Paulo. Isso se intensificou a partir de 2014 e temos algumas questões específicas do visto de haitiano, pois eles entram com pedido de refúgio, mas o que é deferido é um visto por razões humanitárias porque não se enquadram na hipótese específica do refúgio, que é perseguição. O refúgio não contempla a situação do migrante econômico e do migrante ambiental. Pela legislação brasileira podem ter a permanência deferida pelo Conselho Nacional de Migração por razões humanitárias. E a partir disso tem várias questões procedimentais que a gente precisou adequar...

Temos várias demandas de solicitantes de refúgio. Hoje em dia nós estamos com esse problema da lentidão para apreciar os pedidos de solicitação de refúgio no Brasil. A quantidade de solicitação cresceu exponencialmente e a estrutura para processar e julgar esses pedidos não acompanhou a demanda, o que gerou vários problemas... Mas o que eu estava dizendo é que no início a nossa demanda estava voltada para a questão da documentação, e depois surgiram questões relacionadas ao fato de que as pessoas têm solicitantes de refúgio em pedido de análise, há três, quatro, cinco anos, ou, estão pendente de recurso há cinco, seis anos naquela situação temporária. Isso gerou outros tipos de demanda, por exemplo, o fato de que só com o protocolo de solicitação de refúgio a pessoa acaba tendo um pouco mais de dificuldade de conseguir emprego, tendo o direito a ter carteira de trabalho, mas o empregador sabe que a pessoa está com protocolo com validade de um ano que vai se renovando, mas é uma situação que gera uma instabilidade na vida da pessoa. São problemas decorrentes do fato de estarem nessa situação precária. Recentemente, resolvemos o problema da carteira de motorista, antes não dava para tirá-la só com o protocolo de solicitação de refúgio, além de terem enfrentado o problema de abrir conta bancária, da reunião familiar pelo refúgio que o solicitante não tem, só aqueles com status reconhecido. São problemas que tem origem na mesma questão: morosidade na análise dos procedimentos de solicitação de refúgio. Estamos na fase de buscas por naturalização. As pessoas que passaram por essa etapa já estão com permanência deferida pelo prazo da naturalização e tem as que não conseguem reunir toda a

documentação exigida para naturalização. Por exemplo, um tipo de demanda clássica: um migrante que é refugiado do seu país por questão de perseguição política, por exemplo, veio para cá e conseguiu refúgio, está nessa condição há quatro anos, que é o prazo da naturalização ordinária e conseguiu reunir toda a documentação, menos uma certidão do seu consulado, porque obviamente a pessoa não vai ter uma certidão do seu consulado sendo que é um refugiado daquele país... Ele é reconhecidamente um refugiado e o país não vai ajudá-lo, daí não tem mais o vínculo com o país de origem. A gente sustenta que nesse tipo de situação, esse documento não deveria ser exigido. São essas as demandas que nós temos.

Outra questão, já tivemos muitos atendimentos relacionados a trabalho escravo. Na verdade, eu sou representante da Defensoria Pública da União na Comissão Estadual pela Erradicação do Trabalho Escravo, que é a COETRAE de São Paulo desde 2012. Antes disso não existia COETRAE de São Paulo, só o Comitê de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas. Eu representava a Defensoria Pública da União desde 2010 na Comissão de Tráfico de Pessoas, justamente porque na DPU houve casos de tráfico de pessoas para fins de exploração de trabalho escravo, é a demanda mais comum e nós prestamos assistência às vítimas, tanto na esfera trabalhista quanto na esfera criminal e eventualmente alguma questão administrativa, por exemplo, seguro-desemprego onde tivemos que ajuizar ação para o trabalhador resgatado, deu um problema específico para ajuizar uma ação civil pública. Acompanhamos as operações, mesmo não conseguindo seguir tudo.

Desde janeiro de 2015 a Defensoria Pública da União acompanha nacionalmente todas as operações dos grupos móveis de fiscalização do Ministério do Trabalho, que são aqueles que vão fazer a busca ativa. Todo mês tem três ou quatro operações e a DPU acompanha fazendo assistência jurídica às vítimas. Nossa atuação é tanto trabalhista quanto criminal na defesa das vítimas; como assistente de acusação na busca por indenização, essa é uma atuação clássica da instituição. Em função até do nosso trabalho de São Paulo, eu passei a coordenar nacionalmente o grupo de trabalho nacional de erradicação do trabalho escravo visando institucionalizar no Brasil toda a nossa atuação nesse tipo de demanda, que é com grupo social vulnerável que não é aquela demanda clássica da Defensoria Pública e do serviço público, em que as pessoas vêm buscar o serviço público na instituição. É uma demanda em que as vítimas nem sabem da existência dos órgãos institucionais de proteção como é a Defensoria, então a gente tem esse trabalho tanto no tráfico de pessoas quanto no trabalho escravo. Há muitos indicadores de trabalho escravo no setor da costura, mas também já tivemos na construção civil. No Rio de Janeiro tivemos os casos das pastelarias dos chineses. Na Bahia houve casos em navios. E nos grupos móveis é primordialmente na área rural. Em

São Paulo acaba sendo no ramo da confecção têxtil e de construção civil. Em menor quantidade, no interior, aparecem casos de frigoríficos. Muitos casos que eu acompanhei foram com mão-de-obra de trabalhadores imigrantes. A gente sabe que no meio rural no Brasil, na colheita da cana de açúcar, em carvoaria, existe mão-de-obra de migrante interno, brasileiros, mas em todos os casos que eu participei aqui de São Paulo, de oficina de costura, eram imigrantes bolivianos, mas também paraguaios e peruanos.

Em termos de Estado, de política de prevenção, entendo que a gente precisa de um olhar um pouco mais macro para a questão estrutural, econômica porque todos os casos em que tivemos a oportunidade de atuar envolvem um contexto de terceirização. Parece que existe uma questão estrutural de fundo do ponto de vista econômico, em que o Estado poderia ter esse olhar. Acaba sendo muito complicado a atuação Estatal, mesmo em sede de repressão, uma atuação muito imediatista centrada nos segmentos mais baixos da cadeia produtiva porque muitos que exploram a mão-de-obra, o trabalho escravo recai sobre as vítimas, eles acabam também sendo vítimas de exploração e desse sistema de exploração que se instalou. Nós da Defensoria Pública não defendemos nenhum tipo de política de recrudescimento de fronteiras, pelo contrário, temos que dar mais visibilidade, mais empoderamento para essas pessoas. Quanto mais visibilidades, mais empoderadas, documentadas e maior chance de não cair num esquema de exploração. Não conseguimos ver na repressão criminal da primeira pessoa imediatamente responsável uma solução para resolver o problema, pelo contrário, acho que acaba até agravando esse tipo de exploração, que se resolve, dando uma resposta midiática. Às vezes uma prisão, por exemplo, de um dono de uma oficina de costura acaba dando uma resposta midiática... São problemas de uma solução que envolve uma saída muito complexa, que perpassa interesses econômicos e políticos de pessoas e empresas muito poderosas. É difícil o enfrentamento desse problema, são muitas batalhas que a gente enfrenta, por exemplo, a lista suja do trabalho escravo ficou suspensa, depois foi editado uma nova regulamentação, que ainda não foi implementada, enfim, tem várias medidas que podem auxiliar. A lista suja é o cadastro de empregadores, entendemos que é uma excelente ferramenta, um mecanismo para inibir o trabalho escravo, a utilização desse tipo de mão-de-obra na cadeia produtiva, é preciso ser mecanismo forte e que não seja suscetível o tempo todo a questionamento judicial.

Especificamente em relação a tráfico/remoção de órgãos a gente nunca teve nenhum caso aqui na Defensoria Pública da União. Mas em relação ao trabalho em rede em São Paulo tivemos um trabalho em rede incrível, especificamente, em relação ao trabalho escravo com diálogo afinado entre a Defensoria Pública da União, o Ministério Público do Trabalho e os auditores

fiscais do trabalho. Temos uma atuação em conjunto que começou em 2010. Isso facilita muito porque sem esse trabalho em rede é impossível vencer a complexidade do problema do lado de cá do balcão, do lado das instituições e da proteção das vítimas, porque do outro lado temos grandes interesses, muitas vezes, econômicos, políticos. Aqui tem um trabalho que serve até de paradigma para outros lugares do Brasil. O próprio trabalho dos grupos móveis é modelo de atuação de parcerias institucionais no mundo. A OIT reconhece esse trabalho das equipes porque no grupo móvel vão representantes de instituições diversas; isso é reconhecido como um avanço na nossa experiência brasileira.

Politicamente o que eu posso falar no que refletiu nesses últimos oito anos que estou trabalhando na ponta é que até 2010 existia bastante dificuldade de ação. Eu não sei como era o trabalho e como lidavam com essa temática no governo FHC e no governo Lula. No governo Lula tivemos a Lei da anistia em 2009, o Acordo sobre Residência do Mercosul internalizado em 2009; e mesmo que com poucos avanços na ponta porque era o Ministério da Justiça através do Departamento de Estrangeiros que era responsável por questão de imigração. Dava a impressão de ser um pessoal da velha guarda com uma visão um pouco mais policialesca, até pejorativamente, pois nem sempre a polícia tem esse tipo de visão, mas é policialesca no sentido de ver o migrante primeiro como uma ameaça para depois dar proteção. Lembro que em 2010 teve uma conversa na Defensoria Pública da União, final de 2009/2010 com o Abramovai, era o secretário, percebemos o início de uma mudança, principalmente, em relação à expulsão de estrangeiros que tinham filhos brasileiros, já que não poderiam ser expulsos. A partir desse momento começou a existir um canal de comunicação entre a Defensoria Pública e o Ministério da Justiça. A partir do primeiro mandato do governo da Dilma começou uma mudança radical, porque trocaram as pessoas, então, o corpo técnico do Ministério da Justiça passou a contar com pessoas que tinham uma visão mais humanista. O diálogo institucional com a Defensoria Pública melhorou, vendo a Defensoria Pública como instituição que tem esse escopo de proteção aos direitos humanos. Por consequência, acabou melhorando até o diálogo com a própria Polícia Federal; mesmo em São Paulo onde o diálogo é necessário, apesar de sempre ajuizar demandas, mas temos um relacionamento institucional que permite algum diálogo, cada uma dentro das suas atribuições e funções, mas que sempre permitiu uma conversa.

O Brasil avançou muito na temática migratória nos últimos anos, mesmo tendo uma legislação tão defasada, o que a gente vê como um problema porque é o risco de eventualmente, numa troca de governo, todos os avanços acabarem virando retrocesso, justamente porque todos aconteceram por meio de regulamentações e não com base num

dispositivo legal, numa Lei, o Estatuto do Estrangeiro é muito ruim ainda. Do fim do governo Dilma para cá a gente não percebeu nada, nenhum efeito. Claro, tivemos a desaceleração da pauta, de agenda, de quantidades de reuniões que vinham num determinado ritmo, mas é porque trocaram as pessoas, isso pode ser uma transição normal, a gente, claro, vê com certa resistência algumas pastas terem sido menos privilegiadas, principalmente com a reconfiguração de ministério. Mas, a Defensoria teve reunião com o secretário nacional de Justiça, participamos da reunião da CONATRAE presidida pela Secretária de Direitos Humanos, coordenado pela Flávia Piovesam, que não sinalizou nenhum tipo de retrocesso em relação aos avanços que a gente vinha percebendo. Nosso diálogo com o Ministro da Justiça é mais distante, até temos esse contato na ponta, mas acho que precisamos de um pouco de tempo para ver o que vai acontecer. Seria interessante que o Estatuto do Estrangeiro, a nova Lei de Migração passasse, e por ocasião de toda a turbulência política acabou não sendo votada, expectativa não só da Defensoria, mas de toda sociedade civil e todos os atores envolvidos para que a nova lei tivesse sido aprovada na metade desse ano e não foi.

Estou falando de poder executivo e no âmbito legislativo sentimos uma turbulência com essa legislatura, com esse Congresso Nacional que entrou em vigor em 2015, que se mostrou muito conservador e contrário a várias pautas. Você falou de trabalho escravo, uma delas é no trabalho escravo porque avançou dois projetos de lei importantíssimos que podem, se aprovados, ser um enorme retrocesso, um é PLC 432, que reduziria o conceito de trabalho escravo, para excluir condições degradantes e jornadas exaustiva da hipótese de caracterização de trabalho escravo, ou seja, só restrição de liberdade seria considerada trabalho escravo, isso é um retrocesso. E outro projeto de Lei é o da terceirização. Não temos mais um Congresso simpático às causas de direitos humanos, enfim, eu não sou a pessoa mais qualificada para falar de política, mas a gente acaba sentido algum reflexo aqui na ponta. Não tivemos uma porta fechada, mas acho que aqueles avanços naquele ritmo que vinha conquistando, já não temos... E todos os processos judiciais em relação ao trabalho escravo e outros, via de regra, são públicos. O sigilo é exceção. Nós atuamos em processo em que pedimos sigilo porque as vítimas estavam sob ameaça e não poderiam ser identificadas, mas via de regra os processos são públicos, é possível consultar pela internet, não o inteiro teor.

Eu já falei de uma questão importante no Brasil, ainda atrelada à pasta de segurança que é da imigração ainda ser do quesito da autoridade policial, vemos isso como um problema. Por mais que a Polícia Federal em São Paulo tenha delegados com uma visão humanista, mas não entendemos que seja um assunto de polícia. Seria um assunto muito mais de uma pauta de trabalho. E tem também uma outra questão que temos percebido que é esse momento social

que estamos vivendo, que diz respeito ao racismo. Estamos falando de xenofobia, mas é muito mais do que xenofobia é de racismo mesmo. O discurso racista, de ódio tem encontrado eco na sociedade. E a mídia tem um grande papel nisso, deveria chamar um pouco mais a responsabilidade e cumprir sua função de prestar informação mais corretas, porque enquanto essas informações não são prestadas, acaba gerando muito racismo e discurso de ódio em relação aos migrantes, principalmente negros e outras minorias, por exemplo, minorias religiosas como os mulçumanos. Em geral, o preconceito e o recorte racial é bem claro. A gente tem enfrentado esse problema da violência, de discriminação em relação a muitos migrantes, uma discriminação em relação a determinados imigrantes, não é uma discriminação em relação ao sírio loiro de olho azul e rico, e aí percebemos o recorte racial. Existe uma ignorância, por exemplo, ao ver um negro imigrante já presume que é uma pessoa sem estudo. Os haitianos que chegam são pessoas absolutamente qualificadas, apesar de se sujeitarem a trabalhos mais braçais por falta de documentação, oportunidades, mas se presume que não possuem qualificação, educação, muitas vezes, se presume que são envolvidos com criminalidade, sabe aquela coisa “é tudo traficante”. Existe esse tipo de estereótipo de correlação, e esse é um discurso de uma onda mais conservadora de política.

Esse discurso encontra um eco na sociedade principalmente quando aparece na mídia televisiva e algumas políticas acabam tendo influência nisso, por exemplo, Lei antiterrorista, a prisão espetacular que aconteceu na véspera das Olimpíadas, faz surgir um sentimento de xenofobia e de racismo muito forte na população que tem efeitos no dia a dia. Na época da Copa, julho de 2014, o Brasil estava recebendo muito fluxo; pessoas vieram para a Copa e solicitaram refúgio. Nesse período, o Ministério da Justiça foi na Globo e se posicionou: “*É assim que funciona, essas pessoas precisam ser acolhidas*”. Olha como o discurso político pode ter um reflexo diferente até no tecido das relações sociais. Temos trabalhado muito isso na Defensoria Pública da União, uma vez que não fazemos só judicialização de conflitos, aliás, entendemos que a judicialização tem que ser a última medida, até porque nem sempre o próprio poder judiciário vai dar uma resposta mais humanista, considerando toda a complexidade social. Mas a questão é que a gente também, antes disso, tentou promover orientação jurídica, difusão dessas questões, inclusive, com reunião da Rede em prol do Imigrante. Estamos organizando um ciclo de debates com a ideia de levar alguns esclarecimentos à população, porque o discurso de ódio não surge do nada, acaba sendo, por vezes, estimulado, tendo relação com as políticas também. Ao ouvir o discurso de uma autoridade oficial com um pouco mais de desconfiança, ao trazer a questão da segurança acima da questão dos direitos humanos, com preconceito.

Em relação ao Estado e as instituições, eu só queria esclarecer que a parte da visão política, obviamente, foi uma visão pessoal, onde até citei governos especificamente, foi uma perspectiva pessoal, não existe uma análise institucional da Defensoria em relação a essa questão política. Aliás, cada defensor tem sua visão política, e, obviamente a visão que eu passei além de ser pessoal é influenciada, também, pela minha visão de mundo. Não teria esse caráter institucional, só minha visão de mundo e meu trabalho pessoal, não tenho nenhum problema com citar, mas não é a Defensoria, sou eu, a Fabiana Severo que entende tal questão, influenciada pela minha visão ideológica.

Queria dizer que no setor criminal, não sei se vai fazer sentido esse raciocínio, costumamos ver que existe uma política criminal. Muito dos processos criminais são contra pobres, por exemplo, no tráfico de drogas isso é muito claro, as mulas do tráfico de drogas, são muitas vezes só os primeiros segmentos de uma cadeia de criminalidade que são pegos, condenados, processados e cumprem pena; o elo mais fraco dessa cadeia são os mais pobres.

O que eu queria enfatizar com relação ao trabalho escravo é que isso gera uma certa ambiguidade porque condenar por trabalho escravo, principalmente, condenar grandes empresas, grandes fazendeiros, políticos, significa romper com o que a gente está acostumada a ver no processo final contra o pobre. De certa forma, se você tem uma decisão que absolve, em princípio você acaba vendo como uma decisão garantista, mas no fundo, quando é um processo criminal contra os verdadeiros e os grandes perpetradores essa decisão, na verdade, não é uma decisão boa no sentido de reduzir desigualdades e promover uma sociedade mais justa. Há muita crítica no criminal em relação ao trabalho escravo, assim como, existe muita crítica em relação à política criminal porque de fato se a gente usa a condenação criminal como sempre costuma usar no Brasil, que é só contra os mais fracos, a gente só vai reproduzir esse sistema de injustiça e exclusão, exemplo disso é condenar o dono da oficina de costura, por vezes, um trabalhador tanto quanto o pequeno. Romper com isso, seria condenar outros elos da cadeia produtiva.

Juliana Felicidade Armede – Secretária de Justiça da Defesa da Cidadania do Governo do Estado de São Paulo

Eu sou Juliana Felicidade Armede e coordenei, de setembro de 2011 a setembro de 2015 a gestão do Núcleo de Enfrentamento Tráfico de Pessoas do Governo do Estado de São Paulo... Em alguns casos, o atendimento no núcleo chega direto aqui e outros não. Os atendimentos são realizados dentro de uma rede onde tem vítima que chega primeiro na polícia, outras chegam no Ministério do Trabalho e Emprego, outras vão para a igreja. Tem vítima que chega na ONG, outros vão para o setor de atendimento à saúde...

Compreendendo que se eu sou um setor de atuação política, jamais posso acreditar que uma política pública possa ser unidimensional. A prerrogativa é do núcleo atender, abrigar e não dar dinheiro. A gente se conecta à rede, que tem uma porta de entrada, porém, existem outras. Essa revisão de ações específicas e de realidades unidimensionais do núcleo como um espaço somente de atenção à vítima de tráfico é algo que buscamos construir. É uma questão de intersetorialidade. E uma pergunta que eu faço para todo mundo é: “imagina se a gente tivesse duzentas pessoas no meu setor e essa secretaria fosse voltada para o tema do tráfico de pessoas. Realmente, você acreditaria que daríamos conta de todos os problemas?” Provavelmente não...

Lutamos para fazer com que a rede em combate ao tráfico funcione. É um jargão que todo mundo usa, mas é verdade, mesmo sabendo que a rede não funciona como gostaríamos....

O que é considerado é a garantia de direitos efetivos de proteção para essa pessoa, mas a justiça não aceita. Prostituição é considerada trabalho? Só tem dois julgados que eu conheço sobre prostituição e garantia de direitos trabalhistas. Um da regional de Campinas, do TRT 15 e do TRT de Minas Gerais. Interessante que eles dizem que houve atividade como prostituta e acúmulo de função porque o TRT diz que ela limpava e servia o bar, é interessante isso.

Eu acho o projeto do Jean Willis ruim, precisa melhorar, mas a ideia é boa. É isso: como você está falando de direitos, acho que a gente tem que fazer algumas balizas e isso é interessante para você analisar.... Quando se fala em orientação sexual só encontra mulheres nos dados do Ministério Público Federal, não encontra orientação sexual de mulher no âmbito do trabalho. A Segunda coisa é que eu não sirvo para políticas públicas para mulheres. É porque existe um discurso profundo de uma dicotomia entre ser violência e não ser violência – a prostituição. “Ah, prostituição é uma violência contra a mulher.” Aí tem o outro lado: “Não, a prostituição é um exercício de direito da mulher.” Tem esse conflito e no meio tem uma pessoa que

precisa obreviver. Por que o que eu digo é o seguinte: tire de você o seu salário, a sua bolsa de estudos, não tem pesquisa, não tem nada, dinheiro e trabalho é estruturante na vida de uma pessoa! E aí você encara a prostituição como uma questão apenas de violência, quando deveria ser uma discussão sobre trabalho e direitos, pois a pessoa tem direito a um trabalho. Este trabalho pode ser de canavieiro, modelo, advogado e de prostituta e, assim, exercer essa atividade de maneira regular. Vou contar uma outra história, já que perguntaram. “É fácil conectar essa rede de atendimentos?” Não é fácil. Temos, por exemplo, um governo hoje no Brasil que está em recessão....

Não é fácil se conectar a uma rede que tem zero vírgula dois por cento do orçamento do governo do Estado de São Paulo. Quer falar com uma rede que tem uma das demandas sociais maiores dentro do governo, qualquer governo: municipal, estadual, federal. A maior demanda que você tem é social e um orçamento insuficiente. É fácil você conversar com uma assistente social e explicar para ela a importância do tráfico de pessoa, se ela está de saco cheio de atender naquele CREIAS caindo aos pedaços. Não, amor, não é fácil, essa é a nossa rede, é a rede possível, não é a rede ideal. Tem uma pergunta sua que acho interessante que é a questão de informação para a polícia. A comunicação com a Polícia Federal. Fico pensando, e se a questão for tráfico interno ou local de Pindamonhangaba para São Paulo, de São Paulo para Guarulhos, de São Paulo para Santos? Veja os conceitos de competência porque nós informamos sim à Polícia informações relevantes relativas a um caso. Não tenha dúvida nenhuma que vamos informar, isso foi uma discussão nacional, informar ou não informar. Eu sempre defendi, seja a informação para polícia sim. A grande questão é como? Eu sou um órgão estadual, eu posso obter a informação e encaminhar para polícia sem falar a fonte da informação, agora, o que não dá é para passar informação. Por exemplo: eu tenho uma vítima aqui que está me dizendo onde estão outras vítimas, quem são as pessoas envolvidas e como chegar até elas. “Ah, mas ela não quer colaborar com a investigação”. Eu pego a informação e repasso formalmente sem expor dados de pessoas... E, claro, vou trabalhar com o convencimento da autoridade policial do Ministério Público, no sentido da pessoa designada correr atrás dessa informação...

Nós precisamos saber qual é o perfil da vítima. É necessário olhar os dados: trabalho, trabalho infantil. Não tem esse perfil que a mídia explora e os perfis das pessoas são bem distintos. Se há mais homens ou mulheres, depende do perfil de exploração. Se você olhar o perfil de exploração, você identifica o perfil da vítima, não o contrário. Tem muita gente que procura: “eu estou trabalhando com imigrante”. Vai olhar o perfil de exploração que você vai encontrar o perfil de vítima. Se você estiver olhando para trabalho escravo no âmbito da lavoura de cana

de açúcar, talvez não vai encontrar imigrante nenhum porque lá não tem esse perfil. No mercado têxtil, por exemplo, tem mais imigrante. Apenas para debate, pega o conceito sociólogo e exclui. Falemos apenas do jurídico dentro do governo. Você tem um perfil que está muito ligado ao perfil de exploração, isso para mim está muito claro na pesquisa que as meninas fizeram. Daí você não vai encontrar crianças na construção civil. Qual é o fator econômico, qual o perfil do setor de produção? Dentro desse setor você vai encontrar o perfil da vítima, não o contrário...

No contexto da exploração sexual, o que mais me surpreende é de criança e de adolescente. É complicado porque elas estão muito inseridas. As Travesti também estão muito inseridas e é muito recíproco, pois elas muitas vezes querem estar lá. Estou falando do Brasil.....

As pessoas ao olharem para os bolivianos acham que todos fazem trabalho escravo, que todos trabalham na costura. E não é assim. A imigração é um direito. O 190 recebeu uma ligação e não tinha nada a ver com trabalho escravo. Só para você entender o estigma, uma ligação: “Ah, está tendo uma briga e aí o 190 foi lá.” Uma briga dentro de casa, quando chega lá se deparam com um lugar cheio de bolivianos: “O quê que a polícia pensou?”, “Trabalho escravo.” Exatamente isso: eles estão sendo explorados, são ilegais e eles vão ser resgatados.” A polícia pegou os bolivianos para dar uma entrevista dizendo assim: “Mas o quê que acontecerá com eles agora?”, “Não, eles estão ilegais, terão que ser deportados.” O policial militar falou isso. Pergunto a você pós-graduanda, pessoa instruída na área de Direitos Humanos, porque eles não podem ser deportados? Eu quero a fundamentação jurídica. Pela Lei de Estrangeiros não serão deportados porque são ilegais, eles estão irregulares no país. E por que eles seriam deportados? Você conhece a resolução 93 do Conselho Nacional de Imigração? Você conhece? E a polícia conhece? Vocês sabem quais são os protocolos, acordos bilaterais para livre trânsito e residência? Os seres humanos comuns não sabem. O que fizemos? Uma reunião com a polícia. A polícia militar é dividida em várias diretorias, tem uma diretoria de direitos humanos e polícia comunitária. Essa diretoria emite ordens de formação para os policiais..... No dia 15 de novembro foi publicada a instrução continuada de comando sobre os direitos dos imigrantes do porque não deportar. Fizemos uma articulação com a polícia e essa ordem é muito interna, não é publicada nem no diário oficial. Todo policial de rua durante 15 dias, antes dele sair na rua, tem uma formação dentro do quartel, um bate papo do coronel com o soldado. E a formação dura mais ou menos trinta minutos por dia e todo policial tem que ler o ICC. O policial tem que cumprir ordens. É uma forma de você coordenar 48 mil pessoas em patrulhamento....

Tem questões culturais delicadas que não exigem o dever de respeito ao direito do trabalho. Não é disso que eu estou falando, alguns argumentos muitas vezes são usados para caracterizar obrigações que talvez não existisse se você compreendesse a dinâmica cultural. E agora não estou falando do respeito à cultura onde a briga de marido e mulher ninguém mete a colher. Eu estou falando de circunstâncias como: questão de banho, questão de alimentação, de higiene do ambiente. São questões culturais que não tem nada a ver. E para mudá-las tem que ter um diálogo muito profundo com a oficina. Não é fácil ter essa mudança, o quê que acontece? Muitas oficinas, a maciça maioria de oficinas de estrangeiros, com relação às empresas que foram fiscalizadas não farão mais parte do esquema de produção das grandes empresas... O boliviano só admite esse modelo, ele pode ser o meu empregado? Não, então ele não vai estar na minha cadeia produtiva. O quê que acontece? Essas pessoas vão se agregando aonde existe quem suporte um modelo ilegal para produção de roupas. Interessante, eu não sabia disso, conversando com as empresas, eu soube que aproximadamente 20% do varejo têxtil está nas mãos das grandes empresas: Fórum, Zara, M. Officer. 20% da produção de roupas. E a grande pergunta é: “Onde os imigrantes estão?” É o universo do Bom Retiro, Brás que abastece o resto. Revoltante! E os 80% do restante da produção? E 80% está nas mãos desse tipo de produção, estamos falando de um grande universo de pessoas que são exploradas sim e que estão nesse universo de produção que não dá glamour, que não é milionário, mas é real, são imigrantes que estão dentro do processo. Cadê o olhar para essas pessoas?

Em relação aos casos de prostituição, não sei se elas não se consideram vítimas. Eu acho que é mais do que isso, é difícil contar o que elas viveram. Não necessariamente porque é ruim, e sim porque é moralmente inaceitável... Você vê, não sei se é simples assim: “Elas não se reconhecem como vítimas.” É isso, mas acho que também tem essa questão de se colocar...

Acredito que o problema do tráfico de pessoas é a estrutura, não é o Estado. Primeiro, você tem de fazer uma avaliação de estrutura física e da estrutura humana. São duas questões diferentes, e o Estado de São Paulo, fundamentalmente, o município – tem a questão da saúde e de segurança pública. Há questões que são resolvidas dentro das estruturas de competências dos setores federados. A grande demanda que a gente tem é por uma teoria geral, não acho que é para uma vítima de tráfico, acho que é para uma melhoria de Política Pública. Você tem que garantir que as pessoas tenham atendimento em políticas públicas intergradadas... O atendimento pode ser especializado, mas tem que ser competente, eu tenho que estar sensibilizado, sabendo como captar o que você tem para me dizer, dar a você o que você

precisa, entendeu? Eu acho tudo uma bobagem esse negócio de ser só especializado, mais precisamos de atenção integral. É necessário melhorar o núcleo....

É um setor ligado ao gabinete, a gente não é uma coordenação com autonomia. Estávamos pensando em criar uma coordenação, isso seria uma boa melhoria – que é uma reestruturação interna da secretaria – não é algo difícil, mas tem que mudar a lei, tem que mudar orçamento. Somos ligados ao gabinete de justiça. Tudo é orçamento. Sou de um setor ligado ao gabinete e o meu orçamento, a gestão é do gabinete. Se eu sou uma coordenação, sou ligada ao gabinete, mas com destinação orçamentária e estrutural própria, com criação de cargos só para minha coordenação, entendeu? É uma estruturação administrativa, isso é legal. Sem menores, apenas da estrutura.

É necessário saber por quê que o Brasil adotou trabalho escravo e não trabalho forçado? Por uma questão de adaptação à normativa brasileira. O código penal brasileiro desde 1940 usa o termo trabalho escravo e não trabalho forçado. É uma questão de adaptação ao nome? Muda o nome, mas é um nome que quer dizer a mesma coisa. Eu acompanhei alguns casos de trabalho escravo.

Quanto a mídia, as pessoas até poderiam aparecer, desde que quisessem aparecer.... A questão Quanto a empresa, eu tenho três tipos de procedimentos: trabalhista, administrativo e penal. Administrativo, a competência é do Ministério do Trabalho e Emprego. Eles vão lá e fazem um auto de infração, que é um documento que a empresa recebe para cada infração que ela cometeu. Jornada exaustiva é um auto de infração, insalubridade é um auto de infração, perigo por parte elétrica é um auto de infração. Cada perigo gera uma norma e essa norma gera um auto de infração, tipo um recibo de infração. Esse recibo vira um processo no Ministério do Trabalho e Emprego e esse processo acaba....

Se você quer saber sobre o que poderia ser feito no que tange as questões de fiscalização e a melhoria da questão migratória; primeiro, começar o diálogo com as empresas pensando na inclusão dos trabalhadores não de uma maneira forçada e sim de maneira construída. Isso dá muito trabalho, por isso que ninguém faz, que é trabalho formiguinha. Oficina por oficina, convencendo cada um. “Você trabalha com imigrante? Você sabe que é convencimento, confiança. ” É uma construção. É diferente de você chegar numa oficina de brasileiro e falar: “Desculpa. ” Tem diferença. Impactar fiscalizações a partir do 80%, por quê que acontece? Conheci um rapaz há um mês fazendo uma pesquisa no México e eu não sabia nem que existia isso: etnografia. Ele morou um mês numa oficina de bolivianos. Ele é do México e está escrevendo. Você vê o cara se ferrando, produzindo o tanto que ele produz. Na verdade, existe uma profunda desigualdade de negociação. Ele não consegue negociar com o coreano e se ele

for negociar com um valor a mais, existe uma outra oficina que produz por um valor bem menor do que ele já estava produzindo. Se ele for pedir um aumento da peça para o coreano, vai dizer: “Ué, eu consigo outra igualzinha, você vai me vender a um preço menor do que você já me produz hoje.” Existe uma competitividade entre os bolivianos por conta do mercado. E por outro lado, também na costura, mas por profunda necessidade de lucro por parte dos coreanos. Assim, você precisa melhorar e regular esse mercado. Do mesmo jeito que você argumenta, regula esse mercado metendo porrada nas empresas, bate nas empresas dos coreanos também, começam a fechar tudo para eles comecem a aprender que vão ganhar muito dinheiro, mas a custa de pessoas escravizadas. Assim, é preciso ações, é preciso amadurecer as coisas. Chega do mais do mesmo.

Entender a dinâmica social dessas pessoas é algo, na minha opinião, que pode permear uma ação como essa, mas pode ser também o fim dela mesma.... Desculpa, não é o papel do empresário. Agora, pode inserir dentro da estrutura ações que sejam inundadas, enriquecidas por todo esse conhecimento acadêmico, por conhecimento específico que é o conhecimento de quem está estudando a história social. É muita riqueza colocar essas coisas para dentro, equalizar ações....

Há diferenças entre as instituições. Núcleo não é igual no Brasil, cada um tem suas diferenças, cada um tem uma secretaria, uma estrutura jurídica própria. Tem a portaria Municipal, Estadual e outras. Essa portaria 3841 quis dar diretrizes em impositivas aos Estados. O Ministério da Justiça não definiu tudo, apenas orienta... manda no meu governo. “Ah, a Portaria 41...” Antes quando era uma pessoa desconectada da política de tráfico de pessoas, eu lembro que comecei, você não sabe o pão que o diabo amassou que tive que comer. Hoje eu defendo com qualquer tipo de argumento, em qualquer instância, com qualquer pessoa que a portaria 3141 nega, não é isso que define a política de tráfico de pessoas, é a rede, a política nacional de enfrentamento ao tráfico de pessoas pelos compromissos que os Estados assumiram, cada um através da criação de espaços públicos.... Os governos locais podem fazer isso. A Secretaria do Rio Grande do Sul está dentro da Secretaria de Segurança Pública. No Rio de Janeiro está dentro da Secretaria de Assistência Social. Em Minas Gerais está na Seguridade Social. No Amazonas está na Justiça, de Goiás dentro de Políticas para Mulheres. Cada Estado define o seu perfil de política, por quê? Em cada Estado ela está ligada a uma secretaria diferente, com perfil diferente. Aí você diz: “Ah, os postos são iguais no Brasil?” A resposta é não. Imagina o quê é um posto no Amazonas, dá para dizer que ele é igualzinho ao do Aeroporto de Guarulhos? Não. Seria importante a pessoa entender. Hoje conseguimos fazer uma integração, a portaria 3341... Uma equipe multidisciplinar.

É difícil eu definir o que precisa, onde precisa, o ambiente que eu vou estar inserido. Cada realidade é uma realidade no Brasil. Essa é a grandeza da rede de culturas e povos: manter o diálogo dentro da diversidade. A melhor coisa do mundo. Não foi fácil....

Não pode haver uma portaria que imponha deveres ao Estado, ainda num país onde cada Estado tem uma característica, um jeito, uma realidade social tão distinta que não dá para você dizer que tudo será igual. E o que a portaria pode oferecer são diretrizes. O quê que o governo pode fazer? Você pode trabalhar, assim, você vai construindo dentro dessas diretrizes o seu perfil de trabalho. Por exemplo, aqui não é um lugar de atendimento às pessoas, mas já bateu em nossa porta uma pessoa pedindo ajuda? Já, enviou e-mail. O posto de atendimento para imigrante é em área de fronteira. Tem pessoas que estão na área de fronteira, o resto vai ser atendido por uma rede.

O trabalho é referendar para a rede, mas eu não quero que o núcleo se torne um local de atendimento, apenas! É necessário saber encaminhar, o abrigo vai acolher, a polícia vai acolher, a saúde vai acolher, depende da competência. É preciso saber que existe competência administrativa e competência normativa...Eu não sou polícia para atender gente em denúncia criminal. Não tenho direção de denúncia, tenho o telefone das pessoas que podem entrar em contato das 8 às 5hs da tarde. Você quer denunciar? Liga no 190 que buscam na hora. O Núcleo é um grande órgão de articulação, não fazemos só uma coisa, articulamos. Tem núcleo, por exemplo, que está dentro da assistência social do município, que é o Núcleo de conjunto em Pernambuco e lá tem outro perfil.

Eu não lido com exploração sexual quanto o pessoal do Amazonas. Aqui já apareceu de tudo, menos questões de tráfico de órgãos. O tráfico de órgãos é o sistema do corporativismo, que é terrível. Corporativismo de um lado, e uma coisa que os médicos identificaram, o grande problema é doação entre pessoas vivas não parentadas.

Como eu doaria para você? Eu não te conheço. Aí vem o discurso que a doação é um ato de amor....

A discussão do tema de adoção de crianças virou tráfico de pessoas. As meninas da psicologia vieram aqui e disseram: “Não, é uma tipologia do tráfico?”, “Opa, não é assim linda.” O que é tráfico de pessoas? Tem três elementos para o tráfico, se você tira um dos elementos, não é tráfico. Cuidado com o quê você está falando. Se isso virou, imagina se isso tivesse virado tema de novela, tinha a-ca-ba-do com a campanha/programa de doação de órgãos. A Associação de Transplante de Órgãos: “Pedimos que vocês não coloquem isso como tema. Vocês vão acabar com a campanha de doação de órgãos do Brasil.”, “Ah, então vamos

publicar?” Não é assim que se faz política pública. Não concordo, nego, não acho que está certo não. Você cria um profundo equívoco. Até o tema da exploração sexual é um equívoco, sobre a relação de controlar a exploração internacional.

Nessa questão do tráfico tem um estereótipo de vítima. Mas entre isso e o que ela fez foi bom porque pelo menos ela divulgou. Não chega a ser algo grave. Botar uma coisa em pauta onde há uma profunda dúvida sobre uma série de questões...

Você tem problemas de imigração relacionados ao trabalho escravo. Daí não tem nada a ver com imigração, você tem questões com trabalho escravo... Haitianos e refúgios? Ou o refúgio só? Tudo é questão migratória?... Por que você acha que o boliviano é tão importante e a gente busca uma política de reciprocidade no outro país? Por que você acha que a política não vai dialogar.... Os migrantes passam pelo Peru, por que? Por que é uma rota de tráfico de pessoas onde todo mundo ganha. O traficante é importante para gerar problemas para o poder da milícia? E por que eles saem de Lima no Peru e veem parar em Assis Brasil no Acre? Porque tem uma estrada que em 12 horas, e você chega de ônibus no Peru? Só isso. E tudo isso é atravessado pelo tráfico de pessoas. Por que se o haitiano fosse botar no papel quanto custa comprar uma passagem para chegar no Brasil de avião.... É surreal. É complicado porque muitos estão vindo para o Brasil para trabalho. Muitos chegam aqui e vão para o Sul. Imigrantes haitianos....

Vai ser uma reunião de boas práticas. Por que vocês escolheram o Brasil para fazer uma reunião dessas? Ela falou assim: “Por que o Brasil é o segundo maior país que atende refúgio no mundo.” Falei: “Desculpa, você mora em Genebra, você conhece a realidade do Brasil?” Não poderia ser refúgio, poderia ser regularização migratória e estão usando refúgio para ganhar tempo para se regularizar. Haitiano não é refúgio e não sou eu que estou dizendo isso, é o CONARE. Na verdade, as pessoas são imigrantes e pedem refúgio.... Mas até avaliar o pedido e chegar no Mérito: “Ah, não.” E aí o quê que acontece com ele? Acaba se virando, conseguindo emprego, visto de permanência porque tem uma mulher, tem um filho. Você usa um instrumento importante numa política que é de ementa de problemas da Lei de Estrangeiro. É uma política....

É preciso conhecer o ciclo dos imigrantes, conhecer as nossas casas de abrigo para imigrantes. Tem casas, tem abrigos que a gente recebe migração, dentro do escopo tem trabalho escravo e tráfico de pessoas. A gente tem um abrigo aqui em São Paulo para 50 pessoas, muito bom. Tem coisas muito legais rolando; mas além disso, falar do bom é fácil. O importante é vocês olharem para verem se jogam muita luz nele para enxergarem os problemas e soluções...

Luis Alexandre de Faria- Auditor fiscal do trabalho em São Paulo

Sou Luis Alexandre de Faria – auditor fiscal do trabalho em São Paulo. Eu posso dizer que este é um momento muito efervescente, no sentido de mudanças rápidas em relação ao contexto migratório no Estado brasileiro. Também digo que esta instituição teve mudanças fortes, com muitos embates, principalmente, com políticas públicas para reparar processos referentes ao trabalho análogo ao de escravo, um item muito importante para entender a migração e a super exploração do imigrante. Em nossa perspectiva, existe três eixos de trabalho: o eixo de prevenção; o eixo de coibição que é quando você faz o ataque específico, ou seja, multar as pessoas que exploram. O eixo de reparação foi criado para pensar no trabalhador vítima. O Ministério do Trabalho tem quinze anos de história de resgate de trabalhador em condição análoga a de escravo de trabalhador migrante brasileiro, movimentando vários locais do território nacional. Você tinha algumas ferramentas que a inspeção do trabalho usava para esse mecanismo de reparação que é a ferramenta que denominamos resgate - retirada do trabalhador daquela condição sub-humana de trabalho, de super exploração e reparação daquele trabalhador. Exigindo da pessoa jurídica que o explorou o pagamento dos valores devidos a esse trabalhador, ou seja, a recomposição do contrato de trabalho desde quando ele foi iniciado. E existe outro benefício que foi criado pelo governo brasileiro que é o seguro desemprego do trabalhador resgatado.

Até cinco anos atrás o Ministério do Trabalho e o Estado brasileiro não tinham uma resistência de conceder o seguro desemprego para o trabalhador imigrante, para o trabalhador estrangeiro retirado da condição análoga a de escravo porque não existia a retirada de trabalhadores à condição análoga a de escravo de trabalhadores imigrantes, essa questão é uma questão invisibilizada, principalmente porque ela acontecia primordialmente no ambiente urbano e a inspeção do Ministério do Trabalho tinha uma história de combate ao trabalho sub-humano, ao trabalho análogo a de escravo no campo, nos rincões, nas fronteiras, no sul do Pará, na Amazônia, principalmente na atividade de exploração de trabalhador rurícola. Nos últimos seis anos, a fiscalização do Ministério de Trabalho em São Paulo começou a visibilizar a questão do trabalhador estrangeiro, imigrante em atividades urbanas. É impossível não falar da atividade de costura, do vestuário, da confecção que preponderantemente se utiliza de forma massiva na capital e na grande São Paulo de mão-de-obra de trabalhadores imigrantes vindos da Bolívia, do Peru e do Paraguai para exploração do trabalho em condições semelhantes à de escravidão.

Quando esse trabalho começou, o enfrentamento ao trabalho escravo no ambiente urbano focado no setor de vestuário teve questões de responsabilização de grandes redes varejistas. A primeira responsabilizada foi a loja Marisa. Só que tem algumas questões que antecedem isso. Desde 2005 o Ministério do Trabalho vem participando de alguns fóruns políticos para fazer o eixo da prevenção. A perspectiva era convencer os atores, principalmente os atores econômicos, grandes varejistas, os confeccionistas, os industriais, os pequenos e médios produtores de vestuário da importância de garantir trabalho decente para o trabalhador imigrante. A gente vinha desde 2005 se reunindo com esses atores e com os atores políticos: Câmara Municipal de São Paulo, Governo do Estado de São Paulo, atores institucionais como o Ministério Público do Trabalho, chegando depois na Justiça do Trabalho, Polícia Federal; foram chamados para uma grande concertação que começou em 2005 e foi até 2009. O resultado dessa ação foi muito pequena. Não tivemos uma melhoria expressiva nas condições de trabalho, muito pelo contrário, de 2005 a 2010 as condições dos imigrantes pioraram, devido a quantidade de denúncias que nós recebemos em 2010, e criamos um programa específico de fiscalização para utilizar aqueles mecanismos de resgate, de combate ao trabalho escravo que o Ministério do Trabalho já tinha expertise de mais de 15 anos para fazer o enfrentamento na cidade a partir de uma atividade urbana e numa vítima diferente que é o trabalhador estrangeiro.

Em 2010 o Pandemônio começou porque tem um outro fator muito importante, uma vez que o combate ao trabalho escravo do ambiente rural não tinha muita divulgação midiático, eram ações que tinham repercussão social porque envolviam a responsabilização de empresas grandes, empresas varejistas, principalmente, varejistas do vestuário que através de mecanismos de externalização produtiva, terceirização, quarteirização, quarteirização presente no último elo da cadeia produtiva que exploravam o trabalhador imigrante submetida a condição análoga a de escravo em áreas periféricas da cidade de São Paulo; ambientes residenciais em que as pessoas, os imigrantes moravam e trabalhavam de maneira contínua, sem descanso, se alimentando e morando mal, enredados em dívidas contraídas a partir da vinda deles da Bolívia, do Peru ou do Paraguai. Dívidas que são anotadas rigorosamente através dos cadernos de dívidas. Estamos falando de tráfico internacional de seres humanos... Um componente interessante pra se trabalhar é o da visibilidade social.

A coisa começou a mudar rapidamente neste importante nicho que mais cresce na economia do setor de vestuário dos grandes varejistas. Depois do varejista Marisa vieram outras marcas populares, marcas de luxo brasileiras, internacionais. A Zara foi um marco para esse trabalho porque pela primeira vez responsabilizou os maiores varejistas de vestuário do mundo que é a

Inditex. Na semana passada o Amancio Ortega estava no top do ranking das maiores fortunas do mundo. Ter responsabilizado a Inditex visibilizou esse trabalho de fiscalização no Brasil para o mundo.... O trabalho que era feito de responsabilização anterior, era um trabalho de penalizar o elo mais fraco da cadeia produtiva que é o dono da oficina de costura, que por sua vez também é imigrante. O camarada que é o gerente da oficina, que controla a produção fazendo o elo entre o ambiente produtivo e os compradores, que vai chegar no top daquela cadeia, numa Renner, Marisa, numa Le Lis Blanc, Zara; é também um explorado... É um trabalhador explorado que teve um pequeno Upgrade e virou dono de uma oficina de costura; comprou suas 20 máquinas de costura, trouxe seus compatriotas da Bolívia para o Brasil com o compromisso de que esses trabalhadores pagariam a dívida desse financiamento da vinda deles para o Brasil através de trabalho. Até o momento em que não se investigava a cadeia produtiva, a cadeia de exploração, o resultado era pífio, por que? A oficina prendia o oficinista, e nós multávamos o dono da oficina e não acontecia absolutamente nada em termos de mudança do ambiente produtivo. A partir do momento que você responsabiliza o topo da cadeia, a responsabilização pelas condições descentes de trabalho passou a ser exigida de cima para baixo porque as empresas têm receio de terem seu nome envolvidos em exploração de trabalho em condição análogo ao de escravo.

Só para dar um panorama dessa história de 2005 a 2015. Hoje a gente tem cinco anos de resultados, um setor de vestuário ainda contaminado ao trabalho análogo ao de escravo, contaminado pela exploração do trabalhador imigrante, mas existe um subnicho desse setor que é dos grandes varejistas, melhorado em vários sentidos. O primeiro deles é a documentação. O trabalhador imigrante que chega hoje contratado ou trazido sabendo que vai trabalhar numa oficina para uma Renner, por exemplo, sabe que vai ter que se documentar. O oficinista – que muitas vezes também é imigrante – vai contratar esse trabalhador, sabe que antes de começar na máquina de costura, a pessoa terá que ter a carteira de trabalho e a situação migratória regularizada perante a polícia federal, algo bastante simples por conta dos acordos de residência que o Brasil tem com esses países do Peru, Bolívia, Paraguai; que são os sujeitos com maior vulnerabilidade. Existe algumas condições que melhoram, tais como: a questão documental, as condições de segurança à saúde; você não tem mais sweater ship e nem sweatshops .

As cadeias dos grandes varejistas não aceitam esse tipo de situação, você não pode contratar um sweatshops. Tem que ser um ambiente de vivência separado do ambiente de produção, não pode ter criança no ambiente de trabalho, coisa que era e ainda é muito comum. Então, é um resultado, não é o ideal e ainda tem alguns problemas, inclusive, no setor de grandes

varejistas, mas com a perspectiva de responsabilização dessas grandes cadeias, a situação acabou melhorando, já que a gente ainda tem um problema muito sério que são os médios e pequenos varejistas de vestuário do Brás e do Bom Retiro, responsáveis pela confecção expressiva na produção de vestuário nacional. E como não tem um apelo da marca, do nome, há um receio menor de ser flagrado pela fiscalização e ser multado, responsabilizado, que não tem apelo midiático através da imprensa. Existe um terceiro nicho que é muito pior, que explora extensivamente o trabalhador imigrante – o setor da pirataria. É um setor bem difícil de trabalhar porque aí você tem o submundo do submundo, nada é formalizado, não tem um ponto de formalização que possa se responsabilizar por tudo, só o crime organizado, o submundo. Além das condições serem exponencialmente ruins tanto documentais quanto de segurança à saúde porque você não tem a quem responsabilizar.

Um exemplo é Feira da madrugada, produção muito importante feita toda no subterrâneo, realizada em sweatshops com exploração de imigrantes. Quando você flagra, o máximo que você consegue fazer é a reparação. Naquele tripé que falei: prevenção, responsabilização e reparação. Você consegue a reparação de maneira precária. E como é que funciona a reparação, o resgate, o que nós chamamos de resgate? É importante e se você quiser estudar mais a parte institucional terá que ler a instrução normativa 91 de 2011 do Ministério do Trabalho, já que apresenta o passo a passo de como deve se portar um auditor fiscal do trabalho em caso de exploração de trabalho escravo, seja trabalhador brasileiro ou trabalhador estrangeiro. Não importa, tem o Manual de Instrução de um resgate.

Outro ponto muito legal para o Estado brasileiro porque é esse problema que estou mencionando, o da exploração de trabalhadores imigrantes para o setor de vestuário, uma epidemia mundial. Não é um privilégio do Brasil e do setor de vestuário brasileiro. Se forem pesquisar verá que tem Bangladeche, o Rana Plaza, que foi o maior acidente do trabalho do século, quase duas mil mulheres mortas, é um caso de exploração de trabalho semelhante à escravidão que aconteceu lá em Bangladeche envolvendo inglês CIA, a própria Inditex estava envolvida. Você encontra sweatshops nos Estados Unidos, sweatshops na Europa, você tem exploração do trabalho e é sempre do imigrante, esse componente sempre será encontrado. O por que? Não sei, não sou sociólogo para entender, mas parece que você precisa trabalhar com uma mão de obra extremamente vulnerabilizada para conseguir explorar aquele trabalhador de maneira extensiva e intensiva. O componente de vulnerabilidade que está submetido qualquer imigrante, mesmo que a pessoa vá trabalhar nos Estados Unidos, encontrará o componente de vulnerabilidade, mesmo tendo curso superior, mesmo falando várias línguas, o imigrante é vulnerável. O imigrante do setor do vestuário é ultra vulnerável, vem de áreas muito pobres

desses países que mencionei; áreas rurais muito empobrecidas, áreas urbanas, periferias de La Paz, El Alto.

Esses trabalhadores que atendemos, às vezes, são extremamente ingênuos, não sabem nem em que país estão. Eu cheguei a atender uma trabalhadora resgatada num sweatshops em Americana; cidade do interior de São Paulo, que é outro polo de exploração importante da região de Campinas. Quando ela foi iniciada lá em La Paz, achou que estava indo para os Estados Unidos porque iria ficar numa cidade chamada Americana. Muitas vezes eles mal dominam o espanhol. A língua mãe mais utilizada por eles são as línguas nativas: o quíchua, o aymara. No caso dos paraguaios por vezes é o guarani. Essa barreira linguística é um fator importante para a vulnerabilidade. O único ponto de contato deles para a sociedade que está o imigrando é justamente o explorador, o dono da oficina, que é o senhor da vida e da morte, dos horários de trabalho, do alimento que eles vão consumir, de quanto vão ganhar, senhor de tudo. Sempre me perguntam: “Mas a restrição da liberdade? Vocês falam de trabalho escravo, mas a restrição da liberdade?” A restrição da liberdade é evidente porque apesar de muitas vezes você não ter a pessoa trancafiada, tem pessoas dependendo dos seus exploradores para ter qualquer contato da porta para fora da oficina de costura. Quando você está falando de oficina de costura, também relaciona ambientes de vivência e ambiente de produção do imigrante. Essa dependência exclusiva da figura de um explorador é um elemento muito importante de caracterização de trabalho em jovens; um outro componente importante. Esse trabalhador que é explorado nas oficinas de costura, um detalhe é o fato de serem muito jovens e estarem propensos a trocar condições ruins na sua origem por condições quaisquer num país de destino. Eles imaginam que vão prosperar, estudar, muitos imaginavam que pudessem ter uma condição de vida para retornarem para o seu país em boas condições com dinheiro acumulado. Em geral não é isso que ocorre, posto que há exploração, excesso de horas de trabalho. Outros componentes desses sweatshops é a violência verbal, violência moral, violência física, violência sexual contra mulher; muitos casos... Por que é aquela coisa, você está à mercê de uma pessoa, o oficinista é o teu dono, é quem vai direcionar todos os aspectos da tua vida. E para isso virar violência física, violência sexual é muito rápido de acontecer. O caso dos peruanos é interessante porque tinha lá quatorze trabalhadores, mas o caso chegou até a gente por causa da fuga de uma trabalhadora da oficina de costura atendida por Policiais Militares na região de Mogi das Cruzes, Guarulhos, que é outra região problemática. A trabalhadora fugiu, foi atendida por PMs e estava perdida, não sabia nem onde estava. Fica nítido essa questão de isolamento cultural e geográfico? Foi uma coisa muito difícil de convencer os meus colegas do Ministério Público, os próprios auditores do

trabalho que dentro da maior cidade do país encontra questões muito parecidas com as do Sul do Pará numa fazenda de trinta quilômetros da cidade. Caso o trabalhador fuja do Sul do Pará, para ter contato com alguém terá que andar trinta quilômetros. Damos o nome a isso de componente geográfico análogo ao trabalho escravo.

Em São Paulo é difícil convencer que aqui isso ocorra. O trabalhador que foge de uma oficina de costura não tem a quem recorrer, não sabe nem aonde está, não sabe falar a língua. Ele tem a referência da autoridade, referência que trouxe da Bolívia, do Peru, de seus países. “Quando acontece algum problema, vou procurar quem?” A polícia. Até isso é neutralizado dentro do discurso interno do sweatshops porque ele vem de qualquer maneira, de caso pensando, entra sem documento ou como turista. O trabalhador é indocumentado e no discurso dentro da oficina, ele vai ser preso se for procurar uma autoridade. Isso é repetido reiteradamente, se por acaso sair um dia sem o acompanhamento do oficinista pode ser preso, vão tirar seu filho, vão separar a família, vão deportá-lo para a Bolívia. Essa questão do medo da autoridade é algo VISÍVEL quando você entra numa oficina de costura, num sweatshops.

Eu, como autoridade, quando entro nesse ambiente de trabalho, a minha primeira recepção por parte das vítimas é a pior possível porque você está concretizando o pesadelo que serve de amarras, que seria a autoridade chegar e deportá-lo, prendê-los, morrerem de medo de serem presos; essa abordagem é muito difícil. Para conseguir informações desse trabalhador foi toda uma construção porque não é como no combate ao trabalho escravo rural de brasileiros. Quando o Ministério do Trabalho chega para fazer a libertação, em geral, as vítimas recebem os auditores, os policiais federais que os acompanham. É uma libertação do Estado Brasileiro e eles conhecem o Estado Brasileiro. No caso do Estado, para o estrangeiro é o inverso. O único ponto de confiança que esse trabalhador tem é que ele confia no explorador dele. Por exemplo, até com o aspecto de coleta de provas de exploração que é uma obrigação do auditor, é complicado porque o trabalhador invariavelmente vai mentir, vai dizer que trabalhou, que é parente da pessoa, que gosta muito, que é bem tratado, que come muito bem, que recebe em dias. Essa mentira é um clássico. Tem um aspecto muito importante que a gente trata que é o nosso treinamento interno, copolis, é o modo de fiscalizar. Não adianta você usar um método de investigação tradicional nesses casos. Primeiro, você precisa dominar a língua, é o primeiro fator de atração da vítima, é chegar e abordá-lo na língua do imigrante, até porque quando existe casos de corrupção policial, o núcleo, célula produtiva, quando a autoridade tratar com trabalhador, aborda na língua da autoridade. É um fator de dominação.

O primeiro elemento, mas não suficiente para você capturar a vítima é abordá-la na língua materna que ela conheça; para trabalhar neste grupo tem que falar espanhol... Em geral quando você aborda a vítima falando espanhol, naturalmente começam a falar em quéchua ou em ayamará justamente para despistar a fiscalização, isso aconteceu muitas vezes. Começam a mentir: “Olha, é fiscal do Ministério do Trabalho, fala que trabalha oito horas por dia, que está recebendo os seus direitos senão a casa vai cair para você.” Não conseguimos aprender aymara ainda para abordá-los, mas só com o espanhol é um jeito de conseguir trazer a vítima para o teu lado, dizer que você está lá para ajudá-lo, que no final tudo vai dar certo. De fato, 90% dos casos são bem-sucedidos na questão da reparação, e até mesmo o encaminhamento do trabalhador para outros pontos de trabalho ou retorno para o país de origem pode ser vista na instrução normativa 91. O que deve ser feito, o que tem que ser disponibilizado para o trabalhador, como é esse processo? Algumas coisas não estão inscritas na instrução normativa 91. Como se dá esse namoro do trabalhador, como você rompe o laço, a corrente com o explorador dele? Isso pode ser feito por um interesse psicológico; humanístico, entender como que as pessoas se desprendem de suas amarras trazidas pela necessidade, pela vulnerabilidade, pelo trabalho. É quase uma Síndrome de Estocolmo, onde a vítima mantém um laço de solidariedade com o seu algoz. Às vezes até paixão, defesa que a vítima faz do seu algoz, em caso de sequestro, por exemplo. É um mecanismo psíquico muito interessante do ser humano. Como é feita a sedução da vítima?

O caso mais emblemático que não conseguimos reverter, mas por um motivo justo, a trabalhadora era estuprada dentro da oficina, porque além do componente de dependência que ela tinha para com o algoz, tinha o componente de vergonha; uma comunidade com valores muito machistas. Aquilo era um segredo, conhecido apenas por aquelas pessoas que estavam dentro da oficina. E o fato dele estuprá-la de maneira contínua era um segredo daquele núcleo. O nosso convencimento foi para que ela o denunciasse por estupro, pela violência sexual, e isso não conseguimos. Você sabe que para esse tipo de denúncia você precisa – porque a gente não tinha prova material – que ela o denunciasse e isso não aconteceu. Fizeram todo atendimento, ela recebeu tudo que era devido. A empresa responsabilizada é uma empresa importante chamada 775, empresa de surf fleet street, e pagou tudo e conseguimos fazer a libertação, mas não conseguimos responsabilizar o oficinista por aquilo que era mais grave, que era a violência física e sexual contra a trabalhadora. Tem tudo isso na abordagem. É preciso ser suave, é preciso trazê-los várias vezes aqui. A Patrícia, pesquisadora, acompanhou alguns resgates nossos. E viu como é que é esse processo, como é a expressão desse trabalhador na primeira abordagem e como é o rosto desse trabalhador duas semanas depois.

Em geral, o processo demora duas semanas até você ter o trabalhador convencido de que aquilo vai ser bom para ele, que é o melhor a ser feito no momento.

Mostramos a carteira de trabalho para eles: “Olha, tá vendo esse...”, “Eu estou aqui e você vai sair daqui com essa carteira de trabalho. ” Em geral é dito para a pessoa que ela não vai conseguir o cartão, que entrou ilegal, que não adianta procurar o Ministério do Trabalho porque não vai conseguir carteira de trabalho, pode ser preso, podem tirar o filho, muitas vezes são famílias que vem com filhos. Na primeira reunião, reunimos todo mundo, já é difícil, até o transporte é difícil, mas como é uma imposição até para o próprio oficinista. As pessoas jurídicas que comercializam e estão numa posição hierárquica superior acabam cumprindo por medo de não terem mais para quem trabalhar.

Trazemos os trabalhadores aqui junto com um conterrâneo deles, em geral, do terceiro setor, o pessoal do CAMI, para conversar. Nesse último caso dos peruanos veio o consulado; acho que o Cônsul do Peru, e muda toda a velocidade da operação. Ver um representante do governo do teu país explicando para eles para confiarem na autoridade brasileira, que é para darem todas as informações que forem solicitadas, que é importante para a gente entender os deveres de cada um, muda tudo. É necessário esclarecer, que os trabalhadores entendam que essa postura não é correta, aliás, é outro elemento importante porque muitas vezes o trabalhador imigrante não sabe que as condições são ilegais.... Não sabe que trabalhar quatorze, dezesseis horas por dia é ilegal tanto no Brasil quanto na Bolívia, Peru. São situações limítrofes: trabalho análogo ao de escravo, ou, até por si só. Às vezes uma jornada de 16 horas por dia na máquina de costura, para mim, tecnicamente, já entendo como condição análoga de escravo pela jornada exaustiva que é um dos componentes do artigo 149 do código penal, que diz o que é trabalho escravo. Tem essa questão que é o desconhecimento do trabalhador, da vulnerabilidade, da barreira cultural, do temor quanto a autoridade do país estrangeiro... O temor muitas vezes fundamentado porque muitos desses trabalhadores acompanham algumas invasões de oficinas de costura por policiais para extorquir. Isso ocorre, está documentado na imprensa e se você fizer uma pesquisa, algumas vezes o trabalhador acompanha isso. O oficinista dá o dinheiro até sabendo que, às vezes, vai ajudá-los a manter o medo, o temor desses trabalhadores dentro das oficinas de costura. São fatores que temos que tratar, chamamos um patrício deles para conversar, e quem conduz a operação é o auditor, é o Ministério do Trabalho. Eu pessoalmente coordeno várias operações, o Sérgio que está em uma operação é o outro auditor que também tem bastante experiência com isso. O Renato Bignami que está terminando o doutorado na Espanha foi a pessoa que começou esse trabalho, outro auditor daqui e tem muita experiência nessa questão da abordagem do

trabalhador estrangeiro. Chamamos o trabalhador e explicamos para ele o que vai acontecer. Explicamos que a oficina está interditada pelo Ministério do Trabalho e ele não pode voltar a trabalhar e que nós vamos começar os procedimentos de pagamento desse trabalhador.

Assim, tabulamos a situação contratual de cada um dos trabalhadores, em geral, a verdade nunca vem nessa primeira abordagem porque o trabalhador ainda tem medo. Ele retorna várias vezes e vamos cozinando a sedução desse trabalhador. É uma ordem imediata para o responsável real e não para o oficinista. Quando chegamos para autuar uma oficina, já temos o mapeamento da cadeia produtiva, porque você tem um cara que comercializa a peça para o consumidor final, o que desenhou a peça, além de ter a pessoa que cortou a peça, em geral é um médio industrial e, você tem oficinista de costura que é o sweatshops. Quando você estoura a oficina já sabe a cabeça da engrenagem produtiva, são empresas que tem dinheiro e tem importância econômica e que vai ser responsabilizada.

As primeiras ordens são cumpridas e isso é importante para o bom andamento da fiscalização: eliminar condições de risco grave, eminente, risco de incêndio que acontece, aliás, não só riscos de incêndios, muitos que aparecem como problemas não vinculados ao trabalho. O Brasil e Argentina tiveram, peguei esses dados em matéria de jornal, incêndios de grandes proporções que matou crianças; mesmo modelo de exploração de sweatshops que tem aqui em São Paulo. Ou seja, Buenos Aires e São Paulo são as áreas mais problemáticas de exploração de andinos e paraguaios na América do Sul...

Já no primeiro dia de fiscalização, ainda que não seja muito, meia noite a empresa responsabilizada vai ter que levar comida de boa qualidade com fartura, eliminar as condições mais evidentes de risco de incêndio, oferecer hotel, mera formalidade porque eles nunca vão sair daquele lugar em que se sentem protegidos para irem para um hotel. Se fosse brasileiro sairia na hora, pois catalogamos. É trabalhador brasileiro, seja da construção civil, seja do rural, quando oferecemos hotel, eles vão correndo. Em geral, está escrito na instrução normativa 91, você tem que aloca-los, preferencialmente, fora daquele local de trabalho. E com relação ao trabalhador estrangeiro, a gente conseguiu uma flexibilização disso porque retirá-los a força do local é causar mais sofrimento naquele momento, ainda que seja a primeira abordagem, eles não sabem quem eu sou, quem nós somos enquanto poder público. É preciso empoderá-los para depois saírem do local. Eles vão ter dinheiro em mãos? Não muito.

Outra questão é não dar muito dinheiro na mão deles porque senão esse dinheiro vai sumir, serão roubados pelos próprios oficinistas. Essa rede de atendimentos precisa estar muito coesa. O terceiro setor é superimportante: a Missão Paz, o CAMI, o SEDIC, o CRES, um

trabalho incrível, já pressupõe a abertura de conta para imigrantes. No âmbito rural, nos quinze anos de combate ao trabalho escravo ninguém lembrava disso, trabalhador quer dinheiro na mão.

Eu estou num projeto muito legal, saí da rua, fiquei sabendo duas semanas atrás que ia sair, mas até dezembro com um prejuízo de muitas operações que podiam está sendo iniciadas não só de oficinas de costura, mas também de construção civil... Assim, não há distinção de uma fiscalização numa oficina de costura e numa empresa de construção civil. O problema está na erradicação do trabalho escravo, a gente não pergunta muito a nacionalidade, origem e atividade econômica. A gente tem um trabalho mais programático, programa menos reativo e mais proativo no setor de vestuário porque a gente observou, não sem muito sofrimento, que o setor do vestuário...

Não bastava uma abordagem reativa do setor do vestuário, uma vez que é contaminado de maneira sistemática pela exploração dos sweatshops que vai ter o componente do imigrante, então, não adianta ter abordagem reativa. A gente faz atendimento reativo também, eu não gosto, para falar a verdade. Eu não gosto do atendimento da denúncia porque muitas vezes ele não permite uma investigação mais aprofundada, claro que ele é importante, porque é o trabalhador que mais sofre. Para você chegar num ponto de uma denúncia, como o caso peruano, depois eu te explico melhor, era um atendimento reativo. Ele precisava ser feito, mas não são esses atendimentos que dão efeito multiplicador só com duas pessoas no programa. Essas operações são extremamente trabalhosas, uma operação nunca demora menos que duas semanas para atender um grupo de vítimas. Tem muita denúncia. Eu te confesso que a gente é muito rigoroso para atender denúncias. Existe um formulário e em geral os parceiros sabem que eles têm que colher os elementos que sejam indubitáveis de trabalho análogo ao de escravo, seja lá o que isso queira dizer. Isso as vezes é difícil pensar, é difícil atender: “Ah, vai lá na oficina X que tem trabalho escravo.” E aí tem um ponto de conflito com o Ministério Público do Trabalho, um ponto de conflito importante, não sei se a Cristiane chegou a mencionar isso. O próprio Ministério Público não quer abrir, eles podem avançar na investigação até chegar um ponto que haja ideias suficientes para a gente poder atuar, porque muitas vezes eles recebem a denúncia e já terceirizam; encaminham para gente sem fazer um trabalho prévio de verificar se há irregularidade. A grande maioria das vezes recebem a denúncia e, muitas vezes tem a notícia de alguma coisa grave e enviam sem que haja a instrução de toda a materialidade da situação. Preferimos as nossas investigações porque é mais autóctone e parte de cadeia produtiva, também, de denúncias. E para nós é a joia da

Coroa.... Cadeia produtiva é garantia de perenidade de trabalho descente; comecei a falar no início da entrevista. Quando você parte de uma investigação responsabilizando o topo de uma cadeia produtiva, uma cadeia de valores, você pune, além da reparação, puni o detentor do poder econômico relevante dentro da cadeia... Você tem uma multiplicação, quer dizer, ataca uma oficina de costura. Quando que dois, três, quatro auditores que sejam bem preparados vão alcançar duzentas e cinquenta oficinas de costura.

A pessoa não ia embora, era preso, mas era solta. A questão criminal é bem controversa, a eficácia do Direito Penal dentro das ferramentas que o Estado Brasileiro dispõe, a eficácia literal é bastante questionável. Eu defendo a eficácia da responsabilidade trabalhista, da responsabilidade civil, acho muito mais eficiente.

Tem que conversar com quem participou desde 2005, que é o Renato Bignami, que está em Madri terminando o doutorado, volta em fevereiro. Começar essa história a partir da CPI da Câmara Municipal é um ótimo caminho porque as conclusões da CPI do Trabalho Escravo podem, não sei até que ponto isso pode te interessar, mas acredito que vá te interessar porque os relatos de 2005 são muito ricos...

Quando olhar para o trabalho da CPI em 2005 chegará nas conclusões de que é rico e que ainda vale para 2015. A Sônia Francine que foi a presidente, uma presidente super aguerrida, Deputada Federal.... As conclusões foram corretas porque relataram basicamente isso: que a estratégia do Estado Brasileiro até aquele momento e que se recomendava às instituições que trabalhavam no Combate ao Trabalho Escravo era de que mirassem a sua responsabilidade em cima das empresas que se beneficiam em última instância dessa produção. Eu posso falar o que eu acho? Eu acho não, que é verdade, desculpa a arrogância se possa parecer assim, o Pessoal do Ministério do Trabalho entendeu o recado ali em 2006, em 2007.

Todo mundo que trabalhava com imigrantes, o Ministério Público, a Polícia Federal, ninguém atendeu a esse chamado. Caso você vá recuperar esse histórico, perceberá que vai ter que passar pelo pacto, pelo emprego na cadeia decente do vestuário em 2007. Fizemos reuniões com a sociedade civil e com os atores econômicos, basicamente provocados pela CPI. A relação dizia: “Vamos fazer um trabalho? Vamos fazer um trabalho de saneamento de cadeia produtiva de cima pra baixo. Vamos garantir um trabalho decente.” O Ministério do Trabalho só tem uma coisa para fazer, que é a pior das coisas que o Ministério do Trabalho faz que é fiscalizar e responsabilizar. “Vocês vão querer?”, “Nós não, a gente não quer?” A CIA é um bom exemplo para você; a CIA foi muito arrojada. Eu tenho que reconhecer que a CIA foi fiscalizada de cima para baixo, de baixo para cima. A empresa CIA foi fiscalizada a partir de 2010. Entrou no pacote de todo mundo porque o trabalho aqui é de investigação de cadeia

produtiva e a partir daí é que se chega em hipóteses de contaminação de cadeia produtiva e a CIA continua sendo muito fiscalizada. Ela tem um trabalho arrojado, perfeito duvido que seja, porque nenhum trabalho de responsabilidade social é perfeito. Sabe por que a CIA começou a fazer um trabalho com a Pastoral do Imigrante? Sim, e você sabe por quê? Por que ela foi meio o alvo da CPI, parece que tinha muitas denúncias da CIA na CPI. O Renato que vai saber te contar melhor essa história. Tinha muito material. A CIA teve o fuxico do trabalho de investigação da CPI, encontraram muita produção da CIA, só que foi assim, não se tinha o costume de fazer a responsabilização direta. Então a CIA nunca foi responsabilizada por nada. Caso você pegue os depoimentos do MPT na CPI eles vão falar isso: “Olha, vamos enxugar direito. Vamos ter que fazer.” Acho que os depoimentos podem ser encontrados na Câmara Municipal. O Depoimento era esse, derrotista. “Ah, não tem o que fazer, porque a gente fecha uma e abre dez.” Eu lembro da Cristina estourando muita oficina todo mês. Estou apontando o equívoco do discurso da Cristina sobre clandestino. A abordagem era muito focada no clandestino. “Um absurdo o Estado Brasileiro permitir que eles estejam trabalhando no Brasil; sob a perspectiva da imigração é ilegal, é controle migratório.” O controle de imigração não serve para nada, o imigrante quando quer imigrar migra.... Ou ele migra em boas condições, ou, migra com coitote.

No meio institucional, jurídico, melhorou bastante. E teve o acordo do Mercosul. Do ponto de vista prático, daí falo como auditor que é obrigado a fazer resgate... Duas pecinhas foram definitivas: a instrução normativa 91 que diz que não tem que haver distinção do trabalhador nacional ou estrangeiro, e a instrução normativa do CNIG número 93, porque deu tranquilidade para gente trabalhar. Sendo imigrante, migrante, imigrante do Mercosul, ou, chinês, americano, canadense, bengali, a resolução normativa manda que se abra procedimento de residência, de trabalhador retirante, de trabalhador análogo à de escravo, ao tráfico de pessoas. Isso nos dá segurança para trabalhar. O medo da vítima, na verdade, não sei quem tinha mais medo, se era a autoridade de estar fazendo uma coisa que não tem respaldo, só com base nos Direitos Humanos. “Ah, os Direitos Humanos, a vítima.” Nós todos militamos nos direitos humanos, mas você precisa ter uma ferramenta jurídica e a resolução 93 nos deu essa tranquilidade para trabalhar. É trabalhador retirado de condição análoga de escravo ou tráfico de pessoas, e abre-se o direito da vítima residir no país... Só para contar um pouco a história da resolução normativa 93, ela é da perspectiva do crime, ela é filha dos Estados Unidos. Do período de reflexão para colaboração, do crime, ela não é dos Direitos Humanos.

Desde que a resolução 93 foi aplicada no Brasil nunca ninguém pensou em usá-la para colaboração criminal, isso é ótimo. A Defensoria Pública da União é a que mais dá atendimento jurídico para a vítima. E atende mais numa perspectiva de eventualmente entrar com uma ação; as ONGs também, os advogados das Ongs. Dificilmente você terá um delegado de polícia federal entrar com pedido lá no CNIG para vítima ter residência no país para poder colaborar na investigação criminal.

A punição do tráfico de pessoas ataca Dentro da perspectiva de Direitos Humanos, não só de direitos humanos, mas na perspectiva de atacar pela economia. Se tiver um viés punitivo, que seja um viés punitivo econômico.

Em relação ao diálogo institucional, a abordagem da direção da COETRAE, meio que por inércia, estão envolvidos com esse discurso de que a Ação da Secretaria de Segurança Pública das Delegacias de Polícia será uma resposta eficaz a isso: Voltou-se a ter uma abordagem criminal. Prender o povo, prender o oficinista, criando de novo um ambiente de medo das instituições nesse submundo. E tem uma outra questão que não foi dita, mas que pode ser dita para vocês: o pouco que a secretaria de segurança, não estou nem falando mais a abordagem criminal. O pouco que a COETRAE e os órgãos do Governo do Estado fazem para coibir a questão da corrupção, são relatos muito recorrentes e evidentes. A cada operação que fazemos, reforçamos isso.

Sérgio: Eu acredito que o foco da Polícia Civil é meio equivocado. Eu acompanhei umas operações deles e vi que visam o flagrante, não existe uma investigação prévia, como a gente faz para verificar quem tem o domínio econômico. Eles visam mais a parte de elementos do crime. Querem punir quem está ali fazendo, agindo, e acaba sempre redundando na prisão do dono da oficina. A diligência da polícia civil acaba sempre nesse sentido não só equivocado, inclusive, prejudica o nosso trabalho porque a partir do momento que você vai lá e prende... todo mundo acaba ficando com medo das instituições. Quando você chega numa oficina o pessoal não sabe se você é fiscal ou se é polícia. O problema é que tem a responsabilização criminal e a responsabilização civil trabalhista. O ministério do trabalho utiliza as questões do trabalho, então, ao mesmo tempo você tem ali um possível crime e vão verificar. Nas questões de trabalho, você tem que usar as ferramentas do direito do trabalho, da fiscalização do trabalho. Os problemas são de ordem econômica, o que acaba redundando em toda essa incitação, cadeias têxteis, trabalho análogo... É tudo questão econômica. Existe uma cadeia de produção que as pessoas visam lucro.

O primeiro momento de diálogo institucional foi o pacto. Não juntou muitas instituições porque naquela época já existia consciência que era necessário chamar os atores econômicos e a sociedade civil através do terceiro setor.

Mas eu ia falar do caso da LL que foi imigrante brasileiro. Eu não estou falando de estrangeiro. Também tivemos um caso recente em Corumbá de Pirataria, que teve uma articulação com a polícia civil em uma colaboração com a polícia federal de Corumbá; em que a polícia migratória de Corumbá fez um mapeamento de traficantes que estavam passando com trabalhadores com destino a São Paulo. Isso sim é trabalho de inteligência, quer dizer, eles identificaram a falsificação documental na fronteira e passaram as informações para gente pegar. O trabalhador boliviano traficado tinha um destino. Chegamos no local e autuamos. Teve um indicador forte na fronteira que é a falsificação documental, mas para poder traficar ser humano o grupo conseguiu apurar os endereços de destino pela investigação. A polícia tem instrumentos de investigação. Também tivemos um caso de investigação no Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico quando a coordenadora era a Anália Ribeiro. Ela que trouxe o delegado Mazagão para fazer a avaliação da ALL... Foi uma abordagem muito mais interessante, muito mais inteligente. Depois o Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico virou COETRAE com a Anália, que trabalhava mais próximo da gente, além de ter no grupo a Flávia Diogo, que era assessora da Anália. Eles tinham um tratamento mais sensível com os trabalhadores e com as fragilidades das vítimas. E a atuação da Anália Ribeiro com a polícia não causava transtorno. Ela sempre fazia um diálogo muito fino, explicava para os policiais quais eram as nossas atribuições e cobrava do delegado. Era mais organizado, além do levantamento de provas, no caso da ALL foi imprescindível. Este caso foi sobre a manutenção dos trilhos do trecho da Serra do Mar, Santos a Embú-Guaçu. Os trabalhadores baianos estavam morando em containers, tomando água suja, comendo comida estragada, a gente só chegou na frente do trabalho no trem da própria ALL. E a participação do delegado de polícia foi essencial para a colheita das provas, você precisa de ver a qualidade desses depoimentos que ele tomou, foi muito proveitoso. E teve prisão, foi um ato certo, porque o cara precisava de um corte.

Eu vou falar a minha visão sobre essa questão da movimentação de trabalhadores.... Quem está chamando em última instância essa mão de obra? Quem demanda? Pode ser o dono das lojas Marisa, da Zara, é ele quem precisa dessa mão de obra e se valem dessa teia de subcontratações numa relação pessoal. “Olha, eu vou pagar, viu. É você que está pagando a minha viagem de La Paz à São Paulo, mas eu vou pagar com trabalho, eu vou honrar isso com você, você está me fazendo um bem. ” Na perspectiva de curto prazo é um bem porque você

falou que é melhor do que trabalhar como empregada doméstica ganhando duzentos dólares. Agora, por quê que existe esse afastamento tão gigante de quem vai explorar em última instância essa mão de obra personalizando essa rede de tráfico, de exploração? Trazendo o aspecto familiar da proximidade pessoal, das relações parentais para se manter o negócio? Tem um depoimento, não sei se você levou em conta, não sei se é lenda, mas o componente de cultura indígena, tribal é forte e é muito visível os laços consanguíneos. “Eu nunca faria mal para o meu irmão. ” Isso a gente enfrenta, isso é importante para o teu relato porque enfrentamos argumentos como esse na fiscalização. É o elo de confiança com as pessoas que os trouxeram: “não vem me falar que isso é tráfico de seres humanos. Isso não é, eu que combinei com ele. ”. “Se eu te convidar para ir trabalhar no Japão, eu pago a tua passagem, você vai me pagar isso. Você trabalha comigo e você vai me pagar? ” Agora, a responsabilidade por pagar as despesas de uma movimentação do trabalhador é de quem contrata, e quem contrata para nós é o beneficiário final. Na minha leitura isso é tráfico de pessoas estrutural, tráfico de pessoas reticular. É igual a assédio moral estrutural; e como é o assédio moral estrutural? A chefe de postos lá da Contax, daqueles trabalhadores que fazem o telemarketing é obrigada a assediar, quando a menina quer ir ao banheiro, ela é proibida. Tudo estrutural. Eu vou prender essa chefe de postos de telemarketing porque ela está cometendo esse assédio moral? Não, porque isso vem de cima, isso é estrutural. Mas às vezes não é uma ordem clara, a Contex, o dono da Contex: “A partir de hoje só vai poder ir ao banheiro, uma vez a cada três horas. ” Não proíbem assim, falam: “Olha, a produtividade está baixa, tem que ser assim, como você vai atingir a meta?” Uma mulher que levanta para trocar modess e fazer xixi três vezes a cada duas horas, isso não é produtivo, vamos combinar, né? É tudo reticular, estrutural, isso precisa vir de quem tem poder relevante para ditar as regras da cadeia produtiva. A pessoa vai continuar trazendo o primo dele da Bolívia; agora a Marisa estabelece que ela precisa dessa mão de obra. Por que ela se responsabiliza para criar mecanismos para trazê-los como manda a Lei? E quem manda a lei? Eu pago a despesa. A marca deveria se responsabilizar, o setor deveria criar mecanismos para que essa mão de obra do imigrante chegasse no Brasil de maneira digna. São eles que estão chamando e o efeito de mão de obra vem da demanda aquecida. Agora não aquece com esse discurso de crise... O tráfico de seres humanos é um efeito deletério da atividade econômica, do risco da atividade econômica. Isso não pode ser passado para o Estado Brasileiro que não faz controle de fronteira, me desculpe, como eu já ouvi e todos nós ouvimos: “Ah, o quê que eu Leni Blanck, o quê que eu Gregori tenho a ver se a polícia federal do meu país não tem a mínima competência para controlar a entrada desses estrangeiros. Mas você, dona da Gregori, está

precisando dessa mão de obra. ”, “Ah, mas eu não preciso, eu trabalho, estamos conseguindo trabalhar só com brasileiros, mas nós estamos cometendo um crime de discriminação?” Ela não paga aquilo que seria justo, só paga um real por peça. Quem virá para receber um real por peça? É a trabalhadora secundarista brasileira de 18 anos que está fazendo Enem, que vai largar a perspectiva para ir para uma máquina de costura ganhar 600 reais por mês? Não, é o imigrante.

Ele sabe que vai ganhar, sabe que vai ter que pagar e que vai trabalhar 16 horas por dia, não existe esse componente do engano. Esses casos não existem. Esses casos de engano existem, mas isso não é definitivo para a caracterização da auditoria do trabalho.

Não é sutil não, é declarada, é consentida, é consensual. É consensual na comunidade internacional que o consenso tem que ser desprezado. É a primeira coisa que aprendemos em combate ao trabalho escravo.

O quê que é escravidão contemporânea? É você não ter escolha, não ter opção, daí a tua opção é viciada, é viciada pela situação. Você acaba sendo viciado pela sua vulnerabilidade, pela condição de extrema vulnerabilidade, seja social ou outras características. Caracterizamos o trabalho escravo mesmo que a pessoa não queira. Você percebe como é inútil as ferramentas criminais para isso? Porque tudo isso são fenômenos econômicos, não tem a ver com perversidade, não tem a ver com o intento de delinquir... São Paulo é como se fosse uma Serra Pelada onde querem construir um futuro melhor. Eu já ouvi de grandes empresas que foram responsabilizadas.... E não tem como a gente criar mecanismos para que essa vinda fosse de maneira digna. Outra coisa: pagar melhor já vai ajudar, com certeza. Ou pagar os juros, porque outra coisa desses pseudos proto empresários bolivianos é que eles não sabem fazer conta. Não planilham, é cheio de dividos.... É o sistema de um terço. Um terço todo mundo sabe fazer conta, né? Tem de tudo nesse setor. Você não pode deixar pela vontade humana num tempo que é viciado, tem uns que não enganam. O Sistema de um terço é muito simples, não sei se você sabe o quê que é? Pega tudo que é produzido na oficina, um terço do valor da peça é para o trabalhador, paro oficinista e um terço para as despesas da oficina. Daí a conta fecha e está tudo certo. Não importa tributo, não importa a condição de segurança à saúde, alimentação, aluguel, não importa.

Outra coisa que impressiona é que para o brasileiro já não é mais atrativo ser costureiro porque o salário é muito baixo.... E o fato de ter essa grande disponibilidade de mão de obra disposta a ser explorada faz com que o piso salarial da categoria continue baixo, por isso você vê poucos brasileiros com interesse... Na costura encontramos peruano, paraguaio e boliviano, principalmente, boliviano. Já tivemos um resgate de haitiano na costura que não durou muito

tempo. O sistema brasileiro explorando haitiano na costura. Um caso completamente inusitado. Foi na casa da Dona Regina, a mulher era uma figura. Ela contratou um haitiano na Missão Paz. Era vizinha do espaço, foi uma das figuras mais legais que conheci nos últimos anos... O pior de tudo é que você faz muito esforço para as empresas cumprirem as regras, mas o salário é baixo e não tem muitos benefícios. É uma mão de obra pouco qualificada.

Existe um engano por trás desta questão dos imigrantes do setor da costura não pagar aluguel, pagam somente a comida. A pessoa não pode morar onde trabalha! O pessoal da fashion sabe que não pode. Por que não propiciam condições de trabalho? Ou vai ter que ter um cara dono de grande empreendimento, o Don Lenardi... Quem disse que ele não pode alugar uma casa para os trabalhadores? E não pode ser num ambiente de trabalho, uma família por imóvel? Que tenha uma família por imóvel, agora, não pode ser multifamiliar? A Lei proibi, mas sendo trabalhadores sós, sem criança, sem família, é a ANL 24 (alojamento). Que é comum na construção civil. Faria parte desse pacote de criar mecanismos não só do transporte, mas da moradia do trabalhador... E por que ninguém questiona isso na construção civil? A construção civil dando alojamento e comida? Oferecer alojamento com ar-condicionado, funciona na hora. Todo mundo vai preferir trabalhar com essa empresa X que tem ar-condicionado. Ainda mais num período de precariedade, de falta de braço.

O problema maior na construção civil, tenho a impressão que não é o alojamento declarado, é o alojamento não declarado. E o quê que é isso? Aconteceu no caso da OES na reforma do aeroporto de Cumbica. O quê que a OES fez? Ela precisava de um contingente de dois mil trabalhadores. Você só vai conseguir um contingente de dois mil trabalhadores trazendo do Nordeste, certo? É fato e isso estou falando de dois anos atrás. A pessoa traz o camarada para se alojar aqui, mas o quê que eles fizeram? Se valeram de uma rede de gatos que tinham através de prepostos da empresa, me corrija se eu estiver errado, eu vou resumindo o caso. A rede de prepostos de gatos que tinham contatos em alguns municípios de Pernambuco, da Bahia, mas principalmente de Pernambuco, Petrolândia. E que prometeram informalmente, vagas de trabalho na OES, no aeroporto, muitos entenderam só que o trabalho teria que pagar a vinda deles. Chegaram e a maior parte deles foi assimilado, ficaram sabendo que teriam de indicar comprovante de endereço de Guarulhos para não ter que dar obrigatoriedade do alojamento. O grupo organizou um pacote, inclusive, o aluguel de moradias degradadas, favelas em volta de Cumbica. Esses imóveis estavam mais ou menos distribuídos. A maior parte deles foi assumido pela empresa. O comprovante de moradia fraudado? Era do mesmo imóvel e as vinte pessoas tinham o mesmo comprovante de residência. O problema é que a equação não fechou muito bem, não teria dado problema se todo mundo tivesse sido

contratado. Veio muita gente e aconteceu a revolta. As condições eram degradantes, sub-humanas de moradia e o falso alojamento. É diferente do alojamento ruim, mas declarado. Mas o alojamento fraudado? A empresa foi autuada por tráfico de seres humanos. Teve até propaganda de “Carnerú, não faz nada sem cobrar.” É um traficante conhecido lá de Petrolândia.

Durante a década de 1990, por causa da Guerra contra as Drogas, a Bolívia fez um acordo com os Estados Unidos que facilitava uma parte da produção de empresas americanas que podiam produzir uma parte na Bolívia e ser enviada para os Estados Unidos. Bombou de oficinas de costura na Bolívia. Tinha gente que eu entrevistava...

Sei que nos anos 90, em virtude da “guerra contra as drogas”, os Estados Unidos fizeram um acordo com a Bolívia para facilitar uma parte da produção de empresas americanas que podiam produzir em seu território e ser enviado para EUA. Acontece que os Estados Unidos fizeram a mesma coisa na Coreia. Com a Guerra da Coreia, os coreanos aprenderam direitinho, porque tem muitos no Brasil e na Argentina... Os americanos são ótimos em produção, daí porque tem muitas indústrias têxtil nos Estados Unidos. Os países que são estratégicos para eles, no caso, a Coreia do Sul, era estratégia para Guerra da Coreia e a Guerra da Drogas na Bolívia.

Muitas vezes quando os bolivianos falam que a roupa é para coreano, para o grande magazine, até porque o grande magazine também compra muito do coreano do Brás e Bom Retiro. Esses lugares de fabricação não é só produção para Vitrine a céu aberto, caso da rua Zé Paulino, ou, atacado para outros lugares do país.... Você tem tanto coreanos intermediadores, atacadistas ou varejistas. Tem as lojas do Bom Retiro, dos Shopping que também tem no Bom Retiro. Também acho que em quantidade de produção os atacadistas vendem para o Brasil todo.... Tem outro nicho aí que é grande magazine. Isso esconde um pouco porque às vezes a etiqueta é só colocada pelo coreano quando o produto já está no coreano, que é o intermediário. O coreano ou está no topo da cadeia produtiva, mas nunca como grande varejista, magazine. Por que os magazines são, ou, os grupos brasileiros ou grupos internacionais? O único coreano que eu conheço é o Fort Tant Lan que acabou de chegar agora e que produz só fora do Brasil. Os coreanos são muito bons, são muito focados... Quando teve essa migração de coreanos, década de 50, e início de 60. Os coreanos deitaram e rolaram, viraram potência nessa coisa do histórico.

Existe um pouco dessa interação com a pirataria, está muito na mão do chinês e acaba chegando sempre na mão do boliviano e do peruano. Agora, tivemos relatos de coreanos que

chegaram nas primeiras levadas da imigração que eram os pobres e pelo o que você estava relatando; eu não sabia direito essa história. Que trabalharam para os judeus em condições extremas também, perfeitamente descritas como análoga a de escravo. Tem que ascender, mas a primeira leva mesmo no começo de sessenta.

“Eu tenho que pagar o meu derecho de piso. Trabalhar mais para dar para ele, inclusive, o meu trabalho porque afinal de contas ele está me proporcionando ficar nesse lugar.” Falam: “Eu paguei o meu derecho de piso quando estava lá.” Claro, várias relações e às vezes as pessoas acham que pagou e o dono da oficina é um cara que trouxe e que não pagou.

Dáí você entende que tudo isso tem uma lógica entre os imigrantes e que para o poder público tanto faz, mas a gente está começando a entender que é importante perceber esses mecanismos para ter um trabalho mais refinado. Precisamos entender como funciona esse “derecho de piso”. Como é essa coisa da abordagem. Se você demonstra entender esses mecanismos na sua língua, aí você consegue chegar muito mais próximo das pessoas. Eles te compreendem mais porque têm que entender o meu papel como autoridade para a galera não permitir esse tipo de trabalho. No meu país é proibido e no teu também, o meu papel é esse, não é acabar com o teu barato, não é que o teu barato seja combinado com todos os componentes da rede, tudo isso é combinado, a gente está indo lá para desmontar. Só que você imigrante tem que entender que nós temos o nosso papel, que vai ser muito melhor, confie. No último caso a gente teve o cônsul do Peru na própria operação para tranquilizar os patrícios deles. Vocês vão ver que vai ser legal no final.

O medo ajuda a deixar essas pessoas muito mais vulneráveis. Existe um jogo de poder entre o dono da oficina que tem um certo interesse, há oficinas onde as pessoas se ajudam, é muita história de irmão que veio junto com outro irmão e consegue. Tem histórias bonitas da família, mas tem muita história que é isso, o cara encontrou uma ótima forma. Ele traz trabalhadores, vai até a região dele no meio do Altiplano, pega pessoas que nunca saíram daquela região que não tem contato com dinheiro.

Eu tenho muita consciência do limite do papel da fiscalização na melhoria das condições dessa população. Mas eu acho que ela tem um papel primordial que é o de visibilizar. Acho que a libertação vai acontecer se essa população tiver acesso a bens culturais... O exercício da sua cultura e assimilação com a cultura do país. Tem um fator muito difícil, dois fatores: a cidade é inóspita, tem poucos pontos de lazer e as jornadas são limitadoras do exercício de direitos sociais, de direitos ao lazer, de direito ao ócio, de direito a sair para rua para passear, para interagir com as comunidades. Acho que a única solução, já falei para o pessoal, não passa mais pelo poder público. Vocês comunidade têm que começar a fazer circular o social;

da importância que vocês têm para cidade de São Paulo porque esses grupos são importantíssimos para cidade e para Brasil hoje. São um contingente importante e não sabem a importância que tem no quesito força de trabalho e potência cultural. É só ir no parque Tietê domingo que parece que você está na Bolívia... Eu acho que eles vão conseguir melhorar as condições com a assimilação, em fazer valer a força da cultura do país, serem vistos. Eles são invisíveis.

Acho complicado, por isso, gostei do parque Tietê domingo porque tem uma interação maior com brasileiros pobres e tem muitas alternativas de lazer. E o parque Tietê é barra, não sei se você conhece bem aquela região. Uma região bem pobre, domingo enche de gente. É uma chance de ter alguma interação, mesmo eles sendo tão difíceis. E como eles não olham no olho na primeira abordagem, como eles têm: “Olha, eu estou aqui no meu mundo, o meu mundo é esse, é a minha oficina, é o meu oficinista, é o meu filho...”

Tem tudo a ver com a relação colonial, nessa relação colonial os caras não tiveram o quéchua; falar em quéchua e aymara tem a ver com resistência porque o espanhol branco não sabe. Tem uma coisa de resistência que tem a ver com histórias que foram muito diferentes da portuguesa no Brasil. Eu trabalhei e no trabalho de campo que fiz, entrevistei gente pobre no Jardim Ângela e, nossa, era uma maravilha, o brasileiro te serve café, quer conversar, tem uma vontade.... E o boliviano não, eles são inóspitos demais.

Eu vi esse choque cultural, estou falando da inspeção do trabalho, às vezes trazíamos auditores com muita experiência em trabalho escravo rural em regiões do Brasil. E como foi difícil para eles entenderem. “Pera aí, porque que estou sendo tão mal recebido?” Você tem que mudar de estratégia, não dá para continuar com a mesma estratégia. E o brasileiro é muito xenófobo, e como brasileiro não gosta de estrangeiro. O brasileiro tem complexo de vira-lata. E como que em duas gerações você fica xenófobo?

Luis: Terra é business. Até hoje a gente tenta se adaptar a isso, porque quando a gente entra numa oficina, estamos entrando na vida das pessoas, no ambiente de trabalho. A gente explora muito a questão da higiene nos relatórios, no sentido de carregar a coisa. Sabemos que existe um componente cultural forte, mas isso é obvio que não é dito. Eu estou lendo os relatórios dos grupos móveis, mas eu vejo isso na Amazônia também. Isso que você falou. Os auditores de estados amazônicos, nordestinos, paulistas vão lá e exploram muito isso, essas coisas das condições degradantes... Degradantes, mas que tem um componente cultural de vivência muito importante também. O de não ter cama, eles dormem na rede, o banheiro, a limpeza do banheiro, o chuveiro, a lei manda ter tudo isso. Às vezes o camarada no ranço da juquirá no

noroeste do Mato Grosso não tem. Eu não estou dizendo que dormir em rede é condição degradante, mas de coisas que são capturadas nos relatórios, porque esse é um dos discursos do pessoal do mal. “Ah, vocês auditores confundem costume regional com condição degradante por que vocês têm NR, são de São Paulo, é uma lei que não serve para o trabalhador amazônico.” Por exemplo, extrativista, vocês estão confundindo, isso não é degradante, esse trabalho que estou fazendo é separar até o componente regional. O que é que é indigno nessas condições? Tem também condições de indignidade? Estou vendo que auditores do Ministério do Trabalho tem esse discernimento. Tem sempre um coordenador falando: “Olha, isso aqui para os olhos de um mineiro, para os olhos de um catarinense pode ser indigno, mas não é tá. ”

O imigrante trabalha por conta própria, eu li ontem... “Ele não está trabalhando por conta própria, está fazendo carvão para uma siderúrgica. ” Foi o relato, era dessa siderúrgica específica do norte do Mato Grosso. O auditor exigiu banheiro, ainda que seja um banheiro de água encanada. E o camarada que se dizia o patrão porque na verdade não era o dono da siderúrgica: “Mas eu não tenho isso na minha casa, é do patrão.”, “Claro que não, não é você que é o Patrão. A siderúrgica seria obrigada a manter as condições OLL independentemente do fator cultural que vê, principalmente, as condições degradantes. ” É muita coisa acontecendo... Essa válvula de escape do crime é simplesmente uma cortina de fumaça. É para não atingir o ponto, para deixar tudo como está. Linha de frente nem sempre quer dizer uma coisa boa e me fale uma coisa que está acontecendo agora, nesse momento que é o julgamento dos mandantes da chacina de Onair que mataram, que caíram mortos três auditores e o motorista do Ministério do Trabalho em Inaí, Minas Gerais. Investigando o caso do trabalho escravo do feijão, os maiores produtores de feijão de Minas Gerais estão sendo julgados agora, os pistoleiros já estão presos. Mas esse crime vai fazer doze anos... O mandante principal foi o prefeito da cidade, depois que ele mandou matar os fiscais... O outro chamava deputado Noberto. Infelizmente, no ambiente, quando você faz um trabalho de cadeia produtiva vê de outra maneira essas retaliações, vem através de ações judiciais que enfrentamos aqui. O outro nó do trabalho é com o poder judiciário.

O poder judiciário, às vezes parece altista, com todo respeito aos altistas, mas parece altista com relação ao combate ao trabalho escravo, porque o juiz está muito distante da realidade. E muitas vezes caçam os trabalhos que são feitos pelo poder executivo. E como você falou: a linha de frente é a fiscalização. Temos muito trabalho anulado, mas por outro lado tem outra coisa que é uma condenação sumária, principalmente, quando você trata de cadeia produtiva que é a questão da mídia, isso é uma condenação sumária. A nódoa que você causa para uma

marca... Eu acho o Sakamoto um cara fantástico, é um cara muito inteligente, que trouxe essa questão para a sociedade civil e a gente só vai acabar com o trabalho escravo quando o Estado fizer o trabalho dele e quando a sociedade civil também fizer... Temos que acordar, despertar, ver que é uma ofensa à sociedade. Não uma ofensa ao Estado Brasileiro frente à sociedade. É importante que jornalistas tenham essa postura. É que o nosso jornalismo está muito ruim, a nossa mídia é pouco qualificada. Eu faço questão de ler a Folha de São Paulo para saber o que não está acontecendo no Brasil, porque você paga para mentirem para você, porque não é isso que está acontecendo no país. Está tudo parado, mas enfim... É isso meninas, talvez tenha desapontado um pouco porque não sei se é a questão, talvez chegamos num ponto que talvez você quisesse explorar... Uma coisa é verdade, não é papo furado de agente do Estado, é que está mudando radicalmente a forma como os agentes do Estado estão enfrentando a situação do trabalhador migrante. O Estado mudou muito, radicalmente, não só pelas ações, mas pelo nosso preparo, a gente nunca teve tantos cursos dentro da casa, estamos falando de um profissional muito qualificado do Estado Brasileiro, que é o auditor fiscal do trabalho. O pessoal é bem pago para fazer um trabalho muito difícil para o qual ele não tinha preparo de oito anos para cá. A gente não tinha preparo e eu estou te falando de uma categoria que existe no mundo todo, porque é obrigado ter inspeção do trabalho no mundo todo, no mundo que tem leis. Senão o país nem seria, não poderia ter ingressando na Organização Internacional do Trabalho. Todos os países civilizados têm inspeção do trabalho... O Brasil é vanguarda em muitos pontos, nessa questão do combate à exploração do imigrante. Temos relatos, contatos com colegas inspetores do trabalho de países europeus em que a inspeção do trabalho em algum momento foi direcionada, obrigada fazer deportação de trabalhador imigrante culpando a vítima por aquela situação de exploração, tratando a questão da imigração não como um direito fundamental do ser humano, de buscar melhores condições em outros países, mas como uma ofensa de um princípio de defesa nacional. A Europa está vivendo isso, a Europa está vivendo radicalmente e não está sabendo como tratar o assunto. Temos visto a questão dos haitianos no Brasil com todo esse improviso, e pouco cuidado que o Estado brasileiro está dando a essa questão dos haitianos. Eu sinto que a gente está melhor na fita do que o europeus... é a impressão que eu tenho, até porque eu estou vendo as pessoas se movimentando, as instituições, a gente tem no Brasil um problema de carência para tratar com esse assunto, mas eu sinto que está melhorando demais o preparo das instituições da esfera estadual, municipal e federal para tratar dessas questões.

A gente vem de uma cultura institucional muito getulista, tratando a imigração como uma questão de ofensa a reserva de mercado de trabalhadores nacionais e isso não tem sido o viés

do Ministério do Trabalho não. Infelizmente, por isso, essas coisas que eu te falei: a gente consegue garantir o seguro desemprego hoje. Se o trabalhador foi explorado, ele vai receber o seguro desemprego. Somos muito criticados: “Ah, mas o trabalhador brasileiro não consegue acesso ao seguro desemprego. Você pega o boliviano que entrou ilegal no país, ele vai receber o seguro desemprego.” Isso é fundamental, é preciso oferecer para a vítima uma esfera de proteção para ele passar esse momento mais crítico, que é quando ele é retirado. Ainda não é ideal, se ele tivesse uma rede que garantisse uma inserção, é um ponto que falta. A gente não falou sobre isso, não tivemos tempo de falar sobre isso. Tratar a vítima não só na parte da reparação, mas na reinserção quando ele não quiser voltar para o seu país.

Estamos patinando, é muito difícil. O Ministério do Trabalho não dá conta disso no que deveria ser a intermediação normal de trabalhadores que precisam de um intermediário para conseguir um emprego, quanto mais como vítima de trabalho escravo. Existe umas coisas boas acontecendo no Mato Grosso... O Ministério do Trabalho, a OIT e o Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais que tem um programa onde todo trabalhador resgatado vai ser inserido num vínculo de trabalho. Para o estrangeiro, se você me perguntar: “Você garante que os quinhentos imigrantes que foram resgatados do Trabalho escravo nos últimos cinco anos foram colocados em condições dignas de trabalho?” Não tenho essa garantia, muito provavelmente eles podem ter voltado para o subterrâneo, mas não é essa a perspectiva desse trabalho, principalmente desse setor. A perspectiva desse trabalho é combater um modelo de exploração que é escravagista por definição, independente do nível de perversidade. Se o camarada é mais bonzinho, se ele rouba o boliviano ou não rouba, isso é indiferente, o modelo é escravagista, um modelo que leva a super exploração. Isso precisa ser combatido e nós estamos conseguindo alguns avanços, se você for perguntar no setor produtivo para as pessoas, vão te falar sem você ter que ouvir da nossa boca. Tem melhorado bastante e não é porque as empresas são boazinhas não. É porque estão vendo uma perspectiva de risco muito forte: de prejuízo financeiro, de risco à imagem, então, ela precisa mudar o modelo por isso. E isso sim foi um reflexo. No mínimo de falsa modéstia, foi uma conquista do projeto aqui, é conseguir mudar a realidade econômica através de uma ação estatal.

Marina Novaes - Secretaria de Direitos Humanos – gestão Fernando Haddad

Meu nome é Marina Novaes. Eu me formei em Direito, mas nunca atuei especificamente como advogada, sempre trabalhei com Direitos Humanos. Em algum momento da minha vida fui trabalhar com a temática do tráfico de pessoas, trabalho análogo à escravidão. Trabalhei um período no CAMI – Centro de Apoio ao Migrante, que é uma ONG que acolhe principalmente imigrantes latino-americanos, hoje em dia deve estar maior porque tem muita gente chegando no Brasil. Lembro que em 2008, 2009 era mais o pessoal da América Latina, especificamente Bolívia, Peru e Paraguai que vinham para São Paulo, porque até então não tinha o Acordo de Livre Residência do MERCOSUL. O nosso trabalho era muito na garantia de direitos para pessoas que chegavam, mas não tinham documentos porque era mais difícil de se regularizar. No cotidiano do trabalho, no atendimento jurídico percebemos que o trabalho escravo e o tráfico de pessoas permeavam muito as histórias das pessoas, mas não necessariamente eles nos procuravam para falar sobre isso. Era sempre questões de não pagamentos, problemas de consumidor, problemas de violência doméstica, tinha vários tipos de problemas. Na escuta percebíamos, também, que passavam por tráfico de pessoas, trabalho escravo, não todos, mas enfim. Estive no CAMI de 2009 a 2013, e em 2013 fui chamada para trabalhar na gestão Haddad na Secretaria de Direitos Humanos. E a Secretaria de Direitos Humanos tomou forma em maio. Então no período de janeiro a maio foi se desenhando o que seria a Secretaria. E, acho que na transição e nesse meio tempo, a sociedade civil, que eu me incluía na época, foi reivindicar para o prefeito que o tema de trabalho escravo ficasse na pasta de Direitos Humanos e não com a Secretaria do Trabalho, por a gente entender a intersetorialidade do tema, cabia na Secretaria de Direitos Humanos. A articulação com outras pastas, como o próprio tema Trabalho, mas também tinha pensando na Educação, na Assistência e Desenvolvimento Social.

E quando se desenhou a estrutura da Secretaria, pensou nos temas de trabalho, e tinha uma coordenação para políticas para migrantes, e aí pensou-se numa assessoria para trabalho escravo. Nessa assessoria de trabalho escravo, refletindo, achamos melhor dar o nome de Assessoria Especial para a Promoção do Trabalho Decente, entendendo que é um termo já usado pela OIT – Organização Internacional do Trabalho, é um termo propositivo para não ficar falando “assessoria de erradicação do trabalho escravo, trabalho escravo, trabalho escravo”. Dessa maneira propositiva, mas também para dialogar com a OIT, e dizer que o que a gente quer é erradicar esse tipo de prática... O trabalho decente envolve o trabalho justo,

mais e melhores oportunidades de trabalho, igualdade de oportunidades. E tem um trabalho a ser abolido, que é o trabalho escravo e o trabalho infantil. Pensamos nesses dois temas, mas vamos tratar de uma maneira propositiva, de promoção do trabalho decente na cidade de São Paulo. E também, por já ter uma coordenação de políticas para migrantes, tivemos um cuidado para não envolver, para não estigmatizar os migrantes que vinham pra cá, como se o trabalho escravo estivesse relacionado ao migrante, e por entender também que qualquer pessoa pode ser vítima de trabalho escravo.

Mesmo tendo afinidade com o tema da migração, resolvemos tratar o tema desvinculado desta pasta para não criar mais estigma para essas pessoas que se deslocavam para trabalhar. Essa ideia foi bem recebida pela Coordenação do Migrante... E apesar das fiscalizações de erradicação de trabalho escravo mostrarem que no setor da costura é sempre migrantes, mas a gente entende que em sua totalidade o problema é da migração. Na construção civil, muita gente que foi resgatada é migrante interno, de outros Estados do Brasil. A Secretaria de Direitos Humanos, além de ter criado a assessoria para erradicação do trabalho escravo, instituiu a Comissão Municipal para a Erradicação do Trabalho Escravo - COMTRAE, a exemplo das COETRAE's no Estado, e da CONATRAE em âmbito nacional, tendo como um dos produtos dessa comissão a criação do Plano Municipal para a Erradicação do Trabalho Escravo.

A COMTRAE foi criada em 2013, foi a primeira em nível municipal que existiu. A nossa forma de trabalho era de participação social, totalmente paritária, com dez membros da sociedade civil, dez membros do executivo municipal, e com membros convidados e indispensáveis, órgãos públicos que fazem trabalho pela erradicação do trabalho escravo, como o Ministério do Trabalho e Emprego, a Defensoria Pública da União, o Ministério Público do Trabalho, sindicatos como a CUT. O grupo trabalhava com o tema e realizávamos reuniões mensais todas as primeiras segundas-feiras do mês. Em seu primeiro ano criamos o Plano Municipal para a Erradicação do Trabalho Escravo. Fizemos um amplo debate com os membros da COMTRAE, e na hora do Plano fizemos reuniões extraordinárias e mapeamos todos os planos de todos os Estados e o Nacional. Eram basicamente quatro eixos: ações de prevenção, de repressão e de assistência. Entendemos que trabalhar no município seria mais fácil e efetivo trabalhar com um eixo de geração de emprego e renda. Daí foi dividido em cinco eixos, e acabamos fazendo 59 ações. No fim da gestão do Haddad, não lembro bem, conseguimos implementar 35. Precisamos fazer a conta, mas acho que 19 estão em fase de implementação. As ações não implementadas envolviam orçamento, por exemplo, diagnóstico, mapa de risco do trabalho escravo na cidade de São Paulo. A gente partiu de um

momento em que não existia nenhuma política pública municipal para o tema, para um plano de ação para trabalhar, efetivamente, com políticas públicas. Envolvemos também outras coordenações da Secretaria, como por exemplo, crianças e adolescentes na parte do trabalho infantil, a coordenação LGBT, por conta do tráfico de pessoas. Foi trabalhando dentro da Secretaria e junto com outras Secretarias, que apoiamos Ministério do Trabalho nos resgates.

Quando tinha fiscalização com resgate, a gente acionava a Secretaria de Segurança Urbana, alguns GCM's iam à paisana. Nesse foco de Direitos Humanos, na hora do resgate, se tivessem criança em idade escolar, era levado para Secretaria de Educação com a assistente social para verificarem se precisaria de abrigo, cadastro único. Tinha uma rede de ação, do que fazer, do que precisaria nesses casos reativos. Foi feito um trabalho de capacitação dos servidores públicos para o tema, através da Escola Municipal de Administração Pública – EMASP, palestra em escolas, além de uma boa parceria com a ONG Repórter Brasil, que era membra, agora não é mais da COMTRAE. Eles pediram para sair no fim do ano, executamos um projeto chamado “Escravo nem Pensar” nas escolas municipais, para os professores trabalharem isso em sala de aula. (Ações políticas e educação)

Foi um momento muito rico, inclusive, batalhamos para a construção, aprovação de uma Lei municipal, a exemplo do que existe na parte do Estado, que caça o ICMS das empresas que foram flagradas com trabalho escravo, além de caçar o alvará de funcionamento das empresas flagradas na cidade de São Paulo. Feito em conjunto, é um projeto de lei da então vereadora Patrícia Bezerra, que agora é Secretária. Por mais que tenha mudado a gestão, atualmente, era uma dúvida se iria continuar ou não o tema na cidade, a perspectiva é que continue porque a Secretária tem bastante afinidade com o tema. Quando o Haddad perdeu ficamos com medo do que iria acontecer com o tema da Assessoria Especial de Formação do Trabalho Decente, mesmo tranquila com a permanência, tudo pode acontecer. O combinado na última reunião da COMTRAE era a união dos esforços para manter o tema. Foi muito tranquilo trabalhar com a sociedade civil e o governo, porque não existe ninguém a favor do trabalho escravo, então era consensual, o que diferenciava de outros temas da Secretaria, como população em situação de rua, que o comitê era paritário, mas envolvia outras secretarias, muitas divergências no pensamento. Foi bom porque teve a facilidade de articular os atores, já que trabalhava com o tema há um tempo. Agora, pensando numa avaliação da minha atuação, como eu poderia separar a Marina militante e a Marina servidora pública? Mas, enfim, o resultado foi positivo. Inclusive a ONG Repórter Brasil fez uma ação, e a CONATRAE – Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo, quando teve a eleição, enviou uma carta para os candidatos para eles assinarem uma carta-compromisso dizendo que no governo deles não iria ter

trabalho escravo. E o Haddad assinou essa carta-compromisso com dez pontos e fizeram uma avaliação sobre esses dez pontos, de forma que cumprissem integralmente, parcialmente. Foi uma avaliação positiva. Lembro também que em 2013, tomamos uma decisão importante, teve muito impacto depois nos resgates de trabalho escravo, foi uma ação muito simples: a “bancarização” dos migrantes. E com a morte do menino de cinco anos, Brian, onde entraram na casa de seus pais para roubar.... E por saber que era uma dificuldade dos imigrantes abrirem conta em banco, e da possibilidade de ter dinheiro na casa é grande, caíam numa vulnerabilidade, inclusive, uma das histórias na minha dissertação foi de uma boliviana que ficou mais de um ano sem receber pagamento pelo trabalho, porque residia na casa de outros bolivianos que falavam “Ah, São Paulo é muito perigoso, eu guardo seu salário, quando você precisar eu vou te dando vales”. Essa forma de tratar o migrante como desprovido de direitos, dele não saber como é que a cidade, não conhecer a língua, viver nesse esquema de proteção do dono da oficina, facilita muito mais a vulnerabilidade dessas pessoas.

Existia muita reclamação porque o migrante quando dá entrada no documento do Acordo de Livre Residência, recebe um papelzinho do protocolo, o número do RNE, que para Polícia Federal isso já é um documento. Só que é uma filipetinha de papel. Muitos bancos não aceitavam isso como documento, e a Polícia Federal às vezes demorava seis meses ou mais para entregar o RNE. Os bancos não queriam aceitar essa filipeta, não achavam que era um documento para abrir conta, e aí teve uma conversa do Secretário com o presidente, alguém do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal para efetivar esse trabalho de bancarização dos migrantes. Foi importante para eles abrirem contas bancárias e gerenciar o dinheiro. Nos resgates de trabalho escravo, quando eles vão fazer a rescisão, às vezes os migrantes saem de lá com dezenas de mil reais, com trinta mil reais. E por muitas vezes eles saíam do Ministério do Trabalho e na esquina já eram extorquidos pelos contadores ou por alguém da oficina. Depois da bancarização, o Ministério do Trabalho emitia um pedido de abertura de conta, e a empresa depositava direto em sua conta, foi uma conquista.

Em 2014 foi outro momento que precisamos pensar com a chegada em massa dos haitianos vindos do Acre. A sua grande maioria foi para Missão Paz, ficou aquele mal-estar federativo, porque o governo federal fechou os olhos para o governo do Acre, quando encaminhavam um contingente para São Paulo. Encaminhamos a conversa desses setores federativos, e foi fundado o CRAI – Centro de Referência e Acolhimento ao Imigrante, em convênio com a Secretaria de Direitos Humanos e com a SMADS, Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, para a acolhida desses migrantes. A proposta é de fosse um lugar onde os migrantes pudessem tirar dúvidas, dar entradas em documentos. É um centro de

acolhida específico para imigrantes na cidade. Foi um exemplo, tanto que Florianópolis e Curitiba também criaram CRAI's lá. De uma perspectiva que não existia, criamos um aparelho que não estava no plano de metas da Secretaria, criado a partir da demanda da sociedade civil na rua Japurá.

O CRAI é um exemplo. Uma das ações do plano era que vítima de trabalho escravo e tráfico de pessoas teriam, não facilidade, mas direito ao abrigo, se necessário. Essas costuras foram importantes e causaram um tipo diferencial. Estamos num momento específico e delicado, não só por todos os retrocessos de pautas de direitos humanos que estamos vendo depois do golpe, mas porque parece que está muito difícil conseguir os documentos, pois a Polícia Federal, parece, não está agendando para os migrantes darem entrada para tirar o documento pelo Acordo de Livre Residência do Mercosul. Além disso, tem a história da divulgação da lista-suja, que o Ministério do Trabalho não quer lançar, não lançou esse ano. Em 2014 ela foi caçada. A lista-suja é um cadastro dos empregadores que foram flagrados com trabalho escravo, ela compila um número de empresas, daí é difícil eles conseguirem financiamento, acordos. É uma forma de “punir” a empresa caso seja flagrada com prática de trabalho pratica de trabalho escravo. Foi um exemplo pro mundo inteiro, e o Brasil é tido como um exemplo na erradicação do trabalho escravo.

Em 31 de dezembro de 2014 o ministros Levandowski, a partir de um questionamento da Associação das Incorporadoras Imobiliárias, questiona a lista-suja, e é caçada a lista-suja, isso em 2016, ano passado. A ministra Carmen Lúcia, profere uma fala que revoga a cassação da lista-suja, só que o Ministério do Trabalho, do golpe, não quer soltar. Isso é um retrocesso que causa impacto no próprio trabalho dos auditores do trabalho, aqui em São Paulo acho que são quatro auditores para o Estado inteiro. Quando se fala muito em números de trabalho escravo, a gente se baseia nos resgates realizado pela Superintendência Regional do Trabalho e Emprego, que é ligado ao Ministério do Trabalho. E ano passado foram pouquíssimos casos. Então não dá para dizer que tem menos trabalho escravo ou não. Isso é um diferencial que parte da não vontade política de levar adiante esses casos, por exemplo, essa concessão de liminar para caçar a lista-suja dada pelo Ministro era de interesse também do governo, porque as incorporadoras imobiliárias faziam obras do Minha Casa Minha Vida, daí se a MRV é pega com trabalho escravo isso impacta.... Existe muita coisa por trás do trabalho escravo.

Em 1994, quando o presidente Fernando Henrique assume que existe trabalho escravo contemporâneo, de lá para cá tivemos avanços, inclusive, a alteração do conceito de trabalho escravo pelo Código Penal, que por sua vez “trabalho escravo é reduzir pessoa à condição análoga a de escravo”, a penalidade é de oito anos. Agora, depois de 2013, com a luta da

própria CONATRAE, incluíram como elementos de trabalho escravo a jornada exaustiva e as condições degradantes, que atualmente também estão em debate no Congresso, uma vez que os ruralistas, enfim, querem que só seja considerado trabalho escravo as pessoas que ficam presas. E hoje em dia ninguém mais fica preso com grilhão. A condição degradante a e jornada exaustiva diz muito porque são as condições de trabalho, e os setores ruralista querem retirar esses elementos, estão tentando dizer que isso é muito subjetivo. E essa ação dos setores do Estado deu referência mundial do Brasil na erradicação do trabalho escravo. São coisas que temos que atentar porque parece que deu uma esfriada no tema. O Ministério do Trabalho acabou partindo pra uma estratégia de ir em grandes empresas, e assim, ter visibilidade, muito a partir do caso Zara, que em 2011, quando também aconteceu os casos Marisa, Pernambucanas, mas não com muito impacto. E com o caso Zara o impacto foi maior, porque quem forma opinião compra na Zara, daí o caso foi emblemático e tem consequências até hoje, pois a Zara está cumprindo termos de ajustamento de conduta.

Uma coisa importante a dizer é que a partir de 2009 teve um acordo chamado Pacto Contra a Precarização do Trabalho em São Paulo, que foi convencionado que as fiscalizações não iam envolver polícia, porque também tinham relatos de muitos casos de extorsão pelos policiais “ah, eu sei que você está trabalhando irregular, eu vou denunciar, você vai ser deportado, se não me der tanta quantia em dinheiro”. A partir do momento que a gente cria esse pacto contra a precarização do trabalho, o enfoque dos direitos humanos começa a ser o principal nas fiscalizações. Então não tem polícia, alguma organização da sociedade civil acompanha os fiscais, os auditores do trabalho, e a ideia é não dissociar que é um crime, mas é pensar na vítima.

Em um dos casos, a história da Lusitânia, narrativa que pode ser encontrada na minha dissertação, foi vítima de trabalho escravo e tráfico de pessoas, mas na hora que ela vai para o Estado, o mesmo a manda para o DHPP, que sem nenhum cuidado marca uma audiência lá na delegacia, chama a dona da oficina; a pessoa fica cara a cara com o dono da oficina, e o dono da oficina é preso. A pessoa que fez a denúncia: “poxa, mas eu só, não queria que ela fosse presa”. Essa não sensibilidade do tratamento com a dona da oficina, que foi muito escrota, praticou o trabalho escravo, mas ao mesmo tempo, dentro dessa cadeia produtiva também explorada. Tem uma polêmica porque a oficina de costura que explora o trabalhador também é explorando. A ideia não é passar a mão na cabeça, o dono da oficina vai ter algum tipo de sanção também, mas não precisa necessariamente ser preso, no sentido que o dono da cadeia produtiva tinha que está monitorando tudo que acontece embaixo da sua cadeia.

E essa perspectiva de pensar na fiscalização como uma forma de reparação, e aí posteriormente passar para esfera criminal foi um diferencial que ganhou destaque internacional. E no próprio ideal de trabalhar isso como uma violação de direitos humanos. Uma coisa que a gente, no fim do no passado, na própria COMTRAE, começamos a receber várias denúncias de oficinas pequenas sofrendo extorsões de policiais. Vem um policial e “eu vou te prender, vou te denunciar, me dá cinco mil reais!” E as pessoas ficam com medo das consequências. Não estamos nesse momento de criar mais vulnerabilidade para o imigrante.

Eu sempre falo isso, que o que me fez ter certeza de que queria trabalhar no CAMI em 2009 foi meu primeiro atendimento, que foi de uma senhora, provavelmente mais nova do que eu, estava com o olho roxo, achando que não podia denunciar o marido porque ela não tinha documentos. Acho que isso exemplifica um pouco que essa mulher está tão à margem e a vulnerabilidade dela chega a esse ponto, de achar que não tem direito por não ter documento, pois tinha acabado de sofrer uma violência doméstica. A mulher está configurada na história das migrações como a companheira, vindo com a família, com o marido nas migrações. E ela passou a vir sozinha, independente... “Vou criar minha família lá, sou jovem, vou mudar de país.” Mas acho que o passado opressor que muitas viveram, a vulnerabilidade do estado em que se encontram nos países de imigração, pode acarretar algum tipo de violência doméstica e violência de gênero, por ser mulher. O perfil migratório dessas pessoas que vem para trabalhar na costura... não dá para dizer que são jovens, mas eu acho que não dá para gente dizer que vem muito mais homem do que mulher, vem muitas mulheres. E acho que o comportamento cultural faz com que ela seja também rebaixada e submissa, e casos de estupro, abuso, assédio são grandes. E tem sido um olhar, inclusive, na COMTRAE tinha membros da Secretaria de Política para as Mulheres, e nas ações de geração de emprego e renda; em que há umas três ações específicas de trabalho e empoderamento feminino. A Comissão avaliou que junto a questões de empoderamento, tinha que ter ações sobre direitos trabalhistas junto ao empoderamento feminino, porque a mulher não pode ser vítima, objeto.

E lembro de vários relatos de mulheres que foram estupradas por coreanos ou, sofria violência dentro de casa. Essas mulheres têm que ter direito à maternidade. Tem uma foto emblemática de uma fiscalização onde a mulher está numa máquina de costura e o bebê sendo amamentado, porque é um trabalho que não pode parar. A mulher sai do hospital e já voltava a trabalhar. O sentimento “ah, eu tô aqui, preciso trabalhar, se eu parar de trabalhar eu não ganho, eu trabalho por peça”. Ela precisa trabalhar de forma independente, deixar o filho correndo pelas máquinas de costura, deixando à sorte de vários perigos, de engolir agulha, enfim. E teve casos de crianças que aconteceu isso. É uma violência porque nega a

especificidade da mulher, de ser mãe, de querer igualar homens e mulheres no trabalho. Isso é uma perspectiva muito problemática.

Eu trato bastante isso na minha dissertação, da mulher usar a migração como uma forma, também, de se livrar de um passado opressor, dela ter uma relativa liberdade na migração, isso inclui, ela ser prostituta. Muitas mulheres, no caso de tráfico de pessoas, para serem profissionais do sexo, ter uma forma de liberdade, mas ao mesmo tempo, muitas ficam presas a vários tipos de violação. Outro ponto problemático, percebi na minha pesquisa, que é a parte da feminização das migrações. Acho que existe dados da ONU que aponta que há mais mulheres do que homens que migram; acho que elas sempre participaram das migrações, só que não tiveram o enfoque necessário.

Quando pensava na minha pesquisa, achava que isso era um tema, agora é uma fase em que elas migram. Na verdade, sempre migraram, mas o papel era de coadjuvante ou não era retratada, porque também a gente na Academia não tinha muitas mulheres para enfatizar isso. É um processo. Eu lembrei que uma das inspirações do meu projeto, foi num evento em Assunção, no Paraguai, e conheci uma professora da Universidade De Buenos Aires, ela tinha feito uma pesquisa com empregadas domésticas peruanas em Buenos Aires que imigravam para trabalhar sem a família e enviavam dinheiro para o marido. Existia uma certa emancipação da família, pois elas faziam remessas e quando estava tudo estabelecido a família vinha, e ela voltava à posição de submissa. E a partir disso eu pensei e quando eu fui escolher as colaboradoras da pesquisa o recorte que fiz foi delas virem sozinhas, pensar essa relação da família transnacional. Essa perspectiva da mulher passa pelas deficiências que a gente tem nos dias de hoje, de tratar nossas diferenças entre gênero e acaba, acho, vulnerabilizando mais pela condição feminina.

Eu lembro que em situações de violência, quando atendíamos casos, de encaminhar para Delegacia da Mulher. Lembro de reconhecer os casos. Mas aí também tem isso: da delegacia não saber a língua e ser um motivo a mais para vulnerabilizar.

A COMETRAE produziu um plano de ação, não produziu relatórios. Chegamos a fazer um planilha. A vigência do plano era três anos, até o fim de 2017... A gente queria fazer um balanço da Comissão no fim do ano, antes das eleições, e a intenção era chamar a Soninha porque ela foi relatora da CPI que aconteceu em 2005, 2006. Também pensamos em chamar o Carlos Bezerra, mas aí o gabinete da Secretaria achou que ainda não era o momento, não queríamos fazer daquilo um palco eleitoral, porque a Soninha estava apoiando a Marta ou o Dória na época.

Vamos esperar para fazer esse seminário e aí a gente não ganhou, o Dória foi no primeiro turno e já virou Secretária de Assistência e Desenvolvimento Social, e daí não vingou. Depois do almoço tenho uma reunião com o Renato Bignami, que é um auditor do trabalho, que quer fazer uma atividade para o Dia Nacional do Combate ao Trabalho Escravo, dia 28 de janeiro. Os bolivianos chegam com uma necessidade de sobrevivência, mas eles têm um ponto focal, um porto seguro na Bolívia... Além de ter um setor específico para mulheres e crianças. Sei que existe a associação de haitianos que tem uma forte luta, são pessoa informadas. Também sei que a Missão Paz deu umas escorregadas nessa coisa de intermediação de mão-de-obra para o trabalho. Parece que teve uma ocorrência no Hospital das Clínicas, no fim do ano passado, não foi considerado trabalho escravo, mas foi considerado trabalho precário de haitianos meio que intermediados pela Missão Paz. É complicado dizer detalhes. Muitas mulheres trabalham no setor da limpeza. Tem muitas terceirizadas. Uma vez fui numa reunião na Anhembi, quem trabalhava lá na limpeza era haitiana... precisa de qualquer tipo de trabalho. Quando eu fui para Secretaria em 2013, foi quando começou esses outros fluxos de diversas nacionalidades. Lembro que no ano passado teve uma preocupação com as angolanas que estavam com passaporte falso e pessoal: “Ah, é tráfico de pessoas.” Lembro que, conversando com a coordenação de políticas para migrantes: “Não vamos tratar isso como tráfico de pessoas, porque elas vem pra cá com os filhos, tudo bem que com passaporte falso, mas elas vem em busca de equipamentos públicos, não é tráfico.” Elas usavam, às vezes, de coiotes, para poder sair do país por algum por terem passado por violência em Angola. Vinham com nome falso, mas com as crianças, para fugir de alguma situação precária. Tem muita coisa acontecendo no mundo das migrações.

Paulo Illes - Ex-secretário de políticas para a população migrante da Secretaria de Políticas para Migrantes do Município de São Paulo

Sou Paulo Illes e começo essa história dizendo que eu também sou migrante. Nasci no Paraná, mas fui criado no Paraguai, onde vivi até os 22 anos. Passei por muitas dificuldades e aprendi a lidar com essa temática. Ajudei muitos brasileiros no Paraguai com sua documentação, e esse episódio despertou meu interesse pelo tema. Nessa época, estava vinculado a Congregação Scalabriniana, um ramo da igreja católica que desenvolve um trabalho com os imigrantes... Quando cheguei em Curitiba comecei a trabalhar com a comunidade paraguaia, incluindo pessoas que falavam em Guarani. Assim, criamos a Casa da Cultura Paraguaia que hoje se transformou na Casa Latino-americana frequentada por todas as comunidades. Depois de um tempo fui para Porto Alegre onde tive uma experiência muito bacana na Pastoral realizando trabalho de visita às pessoas para verificar se estavam bem e formar grupos de reflexão com as comunidades eclesiais de base. Eu lembro que visitei 153 famílias durante um ano, uruguaios, chilenos, argentinos e alguns paraguaios. Os encontros com os paraguaios era uma festa. Depois vim para São Paulo e atuei na Coordenação da Juventude Scalabriniana Imigrante e, logo depois, comecei a trabalhar diretamente com as comunidades latino-americanas. Uma coisa que chamou a minha atenção era que a única instituição que trabalhava com imigrantes era a Igreja Católica, principalmente, a Pastoral do Imigrante. Daí criamos o Centro de Apoio ao Imigrante, o CAMI, uma experiência interessante. No entanto, não era autônoma, pois estava fora da igreja... Eu aceitei o convite para coordenar o CAMI, porque foi combinado que a gente ficaria com o mesmo CNPJ deles, no caso, da Pastoral do Imigrante, para não precisar criar uma entidade a parte.

Eu fiquei no CAMI por cinco anos e aprofundi essa questão da necessidade de ter uma instituição autônoma, que não estivesse ligada a nenhuma opção religiosa. Foi nesse período que criamos o CDHIC - Centro de Direitos Humanos e Cidadania do Imigrante - que aflorou muitas coisas, por exemplo, coordenei a articulação do Espaço sem Fronteiras da América do Sul, onde era realizado um trabalho bacana de produzir informes sobre direitos econômicos, sociais e culturais dos imigrantes na América do Sul comparando as políticas migratórias em cada um dos países, inclusive, o Suriname e Guianas, onde já se falava do Fórum Social Mundial de Migrações. Sou membro do Comitê Internacional do Fórum de Migrações, espaço para discutir o conceito de municipalização da migração como uma demanda de

gestão local, porque geralmente a discussão sobre imigração se dá no âmbito nacional vinculado aos ministérios de justiça, ou, ministério do interior dos outros países da América Latina. E o Fórum Social Mundial de Imigrações criou em Madrid em 2006 o Fórum de Autoridades Locais, que convidava as prefeituras para debater a imigração junto aos movimentos sociais.

Neste Fórum, partia-se do entendimento que todos os espaços de articulação de discussão internacional seguiam para o Ministério da Justiça. O Fórum Global de Imigrações da ONU seguia para o governo federal, jamais chegava no Município, mesmo que tivesse 100% dos imigrantes do país. Quem é convocado é o governo nacional. E com isso, aprofundamos o debate, além de ter trazido para a discussão a necessidade de criar uma instância local, uma coordenadoria de imigrantes; inclusive o vereador Gilberto Natalini do PV apresentou um projeto de lei criando uma coordenadoria do imigrante. No entanto, o prefeito, na época era o Kassab, vetou, não achou pertinente a criação da coordenadoria de imigrante. Durante a campanha do Fernando Haddad, até procurei ser afiliado ao partido, trouxemos essa discussão para o diretório. Aceitei fazer uma candidatura para vereador com pauta dos imigrantes. Foi uma campanha interessante porque o público não vota, mas foi com o objetivo de aprofundar o diálogo com Fernando Haddad, e por sua vez, inseriu no programa de governo a criação de estruturas para lidar com imigração e, também, o compromisso de reconhecimento à diversidade cultural apresentado durante a campanha eleitoral.

Uma vez que ele venceu a eleição, no processo de transição, nós, como uma entidade de movimento social procuramos a equipe de transição e apresentamos uma proposta de criação da coordenação do imigrante para construir uma conferência sobre o polo turístico para o imigrante. Esse evento foi bem recebido e realizamos o seminário no dia 18 de dezembro com a professora Deisy Ventura da USP sobre política municipal de imigração para São Paulo. Também convidamos a secretária dos Direitos Humanos, que não tinha sido nomeada, mas foi e assumiu o compromisso de levar essa bandeira pra frente. O debate aprofundou a gestão sobre a reforma administrativa. Assim, foi criada a Coordenação de Imigrante dentro da Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania do Município de São Paulo.

Assim, eu tive a grata surpresa de ser o secretário nomeado para coordenar. Foi uma consequência e um compromisso ajudar a construir a política de imigração para o município. Eu sei um pouco sobre esse processo porque estive envolvido com tudo, porém, não sou o único ator dessa ação. Foi uma mobilização muito grande de associações, sindicatos que apoiaram a causa, fóruns de diálogo com a sociedade civil, incluindo as pastorais, as ONG's, a universidade. Foi a convergência que deu resultados na Coordenação de Imigrante. Somou a

isso, o entendimento do Secretário Rogério Sottili, que à época era da Coordenação de Direitos Humanos e Cidadania da prefeitura de São Paulo. Esse foi o processo de fundação da coordenação de Imigração do município.

Quando eu assumi a coordenação o caldeirão estava fervendo... Coincidiu com o aumento da imigração e com a diversificação dos imigrantes. Até pouco tempo a gente tinha uma imigração predominantemente latino-americana, sul americana, boliviana, mais que tudo. E de repente o cenário mudou, coincidindo com a criação da coordenação. Nós optamos pelo diálogo e respostas rápidas. Assumi no mês de junho e em julho tínhamos que fechar o plano de metas para quatro anos. Nós abrimos para o diálogo e em julho participaram mais de 600 imigrantes, onde ficamos três horas juntando prioridades, e surgiram outras necessidades... Também chamamos o secretário de cultura para dialogar com os imigrantes e priorizar a agenda. O quê que a gente visualizou nesses diálogos? Primeiro que havia uma grande carência em relação ao reconhecimento da cultura dos imigrantes na cidade. Inserimos a festa das *Lascitas* da comunidade peruana no calendário municipal e, assim, abrimos o apoio para várias atividades culturais, inclusive, comunidade africana, paraguaia. Outra questão – fizemos várias oficinas com os imigrantes para que pudessem participar do “Onde vai um, vai dois”, e também do ponto de cultura, assim, poderiam concorrer a editais, mesmo que não fossem selecionados. Teve a Aquarela Paraguaia, selecionada para o programa “Vai” que está recebendo apoio da secretaria de cultura.

A outra questão foi a necessidade de fazer uma conferência municipal de apoio ao imigrante. Nós fizemos a primeira conferência e imediatamente influenciámos a política nacional, que, por sua vez realizou uma Conferência Nacional de Imigração promovida pelo Governo Federal em 2014. Outra questão que repercutiu foi o assassinato do menino Brian, que mostrou a vulnerabilidade dos imigrantes que não possuem conta bancária por não ter um documento de residência permanente. Neste momento, procuramos a Caixa Econômica e fizemos um acordo de bancalização para que o imigrante pudesse ter direito a abrir conta bancária só com o protocolo de entrada no país, avançando esse ponto no Brasil. Vários países foram aderindo a este acordo. E assim, a adesão dos consulados muda em relação ao direito dos imigrantes dependendo da postura do país. A diferença é no sentido de que as embaixadas assumam o compromisso de divulgar os encaminhamentos da secretaria diante de suas comunidades. A outra questão foi fortalecer a participação, através da eleição dos conselhos participativos. Foram 20 conselheiros eleitos que atuam nas subprefeituras, onde compareceram mais de 1.710 imigrantes para votar. Foi um dia incrível de exercício de cidadania na cidade de São Paulo.

A chegada em massa dos imigrantes haitianos, em abril deste ano, fez com que acelerássemos o nosso plano de metas e criar um centro de referência para cuidar de questões do imigrante até o final da gestão. Tínhamos que fazer isso em três meses. Eu acho que esse foi o maior desafio que nós tivemos. Hoje o nosso centro já está funcionando, somente com a Colina, temos mais de 110 imigrantes na Rua Japurá. A partir de novembro começa a funcionar com o elemento jurídico, social, psicológico. Uma outra reivindicação muito grande dos imigrantes é a questão do idioma, o que fez com que a gente organizasse o Pronatec para imigrantes. Atualmente, estamos com 120 imigrantes fazendo curso de português de forma descentralizada, um funciona na Biblioteca Monteiro Lobato e o outro na biblioteca Mário de Andrade, outro no Centro Cultural da Penha, além de um no Instituto Federal no Pari. A nossa meta é ampliar para São Matheus e para os Céus no próximo ano. Eu acredito que o maior desafio que temos é transversalizar o tema. O que nós queremos é que a aula de português seja um compromisso da educação. Estamos trabalhando com a acolhida, queremos que a Secretaria e a Assistência Social tenha um conhecimento e pleno compromisso pela colhida dos imigrantes. Ou seja, criar uma política municipal de assistência para o imigrante que assuma a responsabilidade por conta da intermediação, a qualificação, a fiscalização e a garantia de direitos trabalhistas para os imigrantes. Eu acho que esse é o maior desafio, e que estamos construindo aos poucos. O que nós estamos fazendo no momento? A gente está contratando uma consultoria porque temos algumas preocupações: percebemos que aumentou o número de imigrantes em situação de rua e queremos fazer uma consultoria para levantar o porquê estes imigrantes estão parando na rua. Será uma questão do idioma? É a não adaptação ao trabalho que é ofertado para eles? E assim, criar uma política específica. Trabalhar em parceria com a coordenação sobre questões com os moradores de rua ajudará entender e tentar sanar isso. A outra questão é institucionalizar a política de imigração. Somos uma coordenação criada numa reforma administrativa, e se a outra gestão assumir, pode nos tirar. Também temos uma parceria com o Conselho Nacional de Imigração e a OIT. Contratamos uma consultoria para fazer um trabalho com a sociedade civil e que terá como resultado a criação do Conselho de Imigrante. O conselheiro que temos é o representante imigrante no Conselho participativo da subprefeitura, quer dizer, não é um Conselho temático. E nós temos que criar um conselho temático pautado numa política de incentivo para Associação de Imigrantes, como existe em Portugal, pois lá tem um gabinete específico de relacionamento com a seção de imigrantes que apoiam pequenas iniciativas, projetos de formação, qualificação cultural dos imigrantes; isso é o que buscamos. A terceira meta é criar uma política de atendimento ao imigrante na cidade tendo uma coordenação instituída e com

propostas finalizadas. Esse é um dos maiores desafios que existe pela frente. Outra questão problemática é que o Estatuto do Imigrante que vigora atualmente é um desastre. Eu li uma entrevista uma vez que dizia “Legislação Nacional não acompanha as políticas de integração regional”. Ou seja, saiu um pouco da região e foi para o local, só para dizer que a legislação nacional não acompanha as políticas de integração local. Então, o que acontece? Criamos uma política de atendimento ao imigrante, uma ponte de empregabilidade, pois existe um mercado e a oferta de mão de obra. No entanto, se o governo federal não agiliza a emissão de carteira de trabalho, a gente cria um *bolsão* de imigrantes que passam a depender da assistência social, quando ele já poderia estar trabalhando, mandando recurso para sua família e dando lugar para outro imigrante.

Uma outra questão é a documentação. Hoje temos o MERCOSUL onde os países da UNASUL se beneficiam do acordo. Quem é do Haiti se beneficia da resolução humanitária 92 do Conselho Nacional de Imigração para os haitianos. Quem é da Síria tem facilidade de conseguir o refúgio. No entanto, os outros imigrantes que vem da África, de vários países que estão em processos de construção de democracia, não são mais considerados países de refúgio. Esses imigrantes acabam pedindo refúgio, mas é indeferido, pois no ano passado foram seiscentos casos de indeferimento. Esse ano, até setembro de 2014 foram seis mil e poucos pedidos de refúgio e somente duzentos e poucos foram deferidos. O que concluímos é que mais de 75% dos pedidos são negados. É uma situação difícil e a legislação precisaria criar formas práticas de regularização migratória. O Brasil precisa criar uma nova legislação que permita ao imigrante ter um berço para procurar trabalho, para não ficar dependente da empresa. Como funciona hoje? Se a empresa achar: “*Poxa, eu vou contratar esse cara!*” O imigrante fica no país e aos encargos da empresa, totalmente responsável por ele; caso ele saia da empresa, ficará em situação irregular. Se a pessoa tivesse um visto que permitisse procurar trabalho e depois que ele conseguisse, pudesse transformá-lo em residência, seria muito mais fácil e o imigrante não ficaria vulnerável à exploração. Por vezes, a empresa pode ter uma atitude: “*Não... Aceita essas condições ou você fica aí indocumentado...*” Passar por essas situações depois da pessoa ter filho, esposa e toda a sua família no país e ter que retornar para o país de origem porque o seu visto venceu, ou, ficar no país sem documentos é estar vulnerável a tudo. É humilhante! Por isso afirmo que precisamos avançar na Constituição do direito ao voto do imigrante. É preciso mudar a Constituição.

Existe uma PEC do Deputado Federal Carlos Zaratini – A PEC 347 – *Aqui vivo e aqui voto...* Essa PEC estabelece o direito de votar e ser votado pelo imigrante que reside no Brasil há quatro anos para ser regularizado. Também precisamos criar uma estrutura, a gente não pode

depende somente do departamento de Estrangeiro ou Conselho Nacional de Imigração, que é uma instância burocrática que cuida da documentação e dos processos burocráticos. É importante ter uma mesa de negociação entre empresas e sindicatos. É urgente uma nova legislação migratória e não este estatuto de estrangeiro que define quem tem e quem não tem direitos, se uma pessoa é legal ou ilegal. Isso é totalmente subjetivo e a critério de quem julga. Não sei se seria uma instância ligada a Secretaria de Direitos Humanos ou a própria Presidência da República. Dou exemplo de Portugal porque é um país que tem uma política para imigração mundialmente reconhecida, onde tem o serviço ao imigrante que faz a documentação e também tem o alto comissariado que faz a política de integração; são duas instâncias em ministérios diferentes, mas ambas institucionalizadas, reconhecidas, com orçamentos que garantem apoio à associação e ao retorno.

Precisamos avançar nessa linha. Estou falando da política de integração do imigrante. O problema da Europa é que não pode ter imigrante irregular, mas para aqueles que são regularizados existe uma política. No Brasil não tem uma política para regularizar e também não tem uma política para inclusão de quem está regular. A política que decifra a entrada e a saída do estrangeiro na Europa não é exemplar. Nós estamos na frente, apesar da nossa legislação ser ruim, mas para nós a imigração regular não é crime. Esse princípio é o mais importante e a gente tem que tomar muito cuidado para não jogar a criança com a banheira junto... Para podermos avançar numa legislação, no entanto, se você criminalizar a imigração e a sua regulação, cometemos os mesmos erros que os Estados Unidos e a Europa. Vou dizer uma coisa que o pessoal pode não gostar e posso estar muito equivocado, mas é a minha percepção, decidi que a evolução do CAMI poderia se tornar outra coisa... conseguimos transformá-lo num CDHIC, em política pública. Estou falando de instâncias que trabalhei: coordenação do CAMI e hoje tenho a honra de implementar o Centro de Referência do Imigrante, que era o que precisávamos ampliar no CDHIC e no CAMI. O Centro de Referência tem atendimento em árabe, francês, crioulo, inglês, espanhol, português. A intermediação da mão de obra é muito difícil para a sociedade civil, mas é muito fácil você enfiar o imigrante em uma enrascada. No poder público dá para fazer a seleção via Centro de Apoio ao Trabalhador; articular o Ministério Público para acompanhar. Daí tenho certeza que não estou mandando esse imigrante para uma furada. Não conseguimos fazer isso sem o apoio do Ministério do Trabalho, sem o apoio do CEMI, do Ministério Público Federal.

Em relação ao processo de mediação para o trabalho, realizamos todo um procedimento onde a empresa tem que se cadastrar, passar por uma análise jurídica sobre as condições de trabalho para esses trabalhadores, verificamos o histórico da empresa e realizamos reuniões com os

contratantes. Para falar do quê? Da situação dos imigrantes, pois a empresa tem que falar sobre a cidade onde as pessoas irão trabalhar, dizer quais os serviços que a cidade oferece, se possui escola e posto de saúde, para a partir disso, os imigrantes falarem se querem ou não participar do processo seletivo. Eu acho que é uma experiência muito bacana que vem surgindo, a gente tem resistência de alguns setores da sociedade civil, sobretudo, a igreja que sempre monopolizou o tema do imigrante e que até entende o imigrante como uma visão *clientelista*. E outros veem no Centro de Referência um concorrente e nós dizemos: “*Não é concorrente*” – Na verdade, eu acho que se o movimento social lutou para que o serviço fosse público, por que não. O apoio ao imigrante, o que eu tenho percebido é que estamos passando por uma crise representativa, porque os imigrantes se aproximaram e falamos direto com a Associação dos Imigrantes. Associação dos Ganeses, Associação dos Congolese, Associação do Senegal, do Mali, Bolívia que tem mais de 50 Associações. Essa intermediação entre poderes entre o imigrante e o poder público, hoje não é tão necessária. Tanto que a gente conversava: “*Gente! Espera...*” – A constituição da política pública requer o apoio da sociedade civil, inclusive, de fortalecer o papel da cidade na construção de mais políticas porque quanto mais políticas você constrói, mais poderá dar saltos.

Construímos um centro de referência na Bela Vista e nós estamos numa cidade que tem quatrocentos mil imigrantes. O próprio conselho participativo apresentou o pedido da construção de mais três centros de referência: na Mooca, na Casa Verde e Ermelino Matarazzo. Isso mostra a possibilidade de ampliar essa rede para atender ao imigrante na cidade. Existem muitas especificidades no atendimento ao imigrante. É preciso tomar muito cuidado com o que a gente fala. Existem processos que estão há muito tempo em construção, por exemplo, eu tenho um discurso formado, difícil de mudar que é a integração latino-americana em defesa da UNASUL, em defesa da cidadania regional, da cidadania sul-americana. Muitos não concordam com esse discurso, não que ele não tenha que existir, mas é que não é só sobre imigrantes sul-americanos. Existem os africanos, os asiáticos... É necessário fortalecer a relação com os países latino-americanos, com a África e com o Caribe. Hoje nós temos vinte e cinco mil imigrantes italianos que são trabalhadores, que também são vulneráveis e que têm direitos. Existem muitas especificidades e estamos construindo um discurso para integrar a todos. Percebemos as diferenças entre os imigrantes, você vê as diferenças quando reúne todos imigrantes e a conferência nacional de imigração foi uma disputa bem interessante entre os africanos e os latino-americanos. A eleição dos delegados para a conferência nacional foi uma disputa de quem elege mais... Apareceu a bancada dos africanos, a bancada dos latino-americanos.

É muito interessante a rapidez de identificação continental. Na conferência de imigração quando os latinos viram, eles começaram a se articular para colocar delegados bolivianos... E *Vulp!* Rapidinho foi o paraguaio, o boliviano, o peruano, o colombiano para formar uma chapa. Eu falei: “*Nossa! Que legal... Essa criatividade dos grupos...*” – Mas, sem muita especificidade, por exemplo, tem gerado muita crítica o relacionamento com os haitianos. O haitiano chega aqui e tem prioridade para tudo: documentos, o único que tira carteira de trabalho na hora, os outros têm que esperar seis meses. Ele tem prioridade para curso de português, para emprego porque tem uma resolução do governo federal que dá um tratamento especial aos haitianos. Assim, a comunidade boliviana luta há cinquenta anos para ter curso de português e é a primeira vez que a prefeitura tem uma política de imigração. E aí você abre o curso para haitianos... A gente teve que brigar muito de convencimento interno, inclusive, para abrir para todos os imigrantes, mas o governo federal tem essa diretriz.

O MEC, por exemplo, queria fazer PRONATEC só para haitianos, só saiu para todos porque nós dissemos: “*Ou é para todos ou não tem PRONATEC nem para haitianos!*” – Aí o MEC voltou atrás e abriu para os que falassem francês. A gente usou a simples estratégia, não divulgamos, não teve demanda... Bom, se tivessem aberto para os latinos teria demanda. Abriam para os latinos e lotaram os cursos... Aliás, deu mais pessoas do que as que falam francês... Mas é aquela coisa, você tem que entrar na disputa e às vezes parte para algumas estratégias que são muito mais políticas do que técnicas. Acredito que seja isso. É muita especificidade, as festividades de cada comunidade, a independência, a festa do santo. É uma efervescência de cultura. A coordenação é muito pequena para dar conta de toda essa realidade, então, a gente envolve a Secretaria da Igualdade Racial no apoio às festividades para começar a envolver a cultura...

A cultura, infelizmente, ainda tem um pensamento muito elitista. Eu sempre falo para a Secretaria de Cultura: “*cultura é o que se faz em Pinheiros com os alunos e ex-alunos da USP?*” É quando você pensa: “*vamos fazer alguma coisa com os imigrantes?*” “*Ah! Vamos fazer...*” A Secretaria de Cultura precisa reconhecer aquela festa de noventa mil bolivianos lá no Memorial da América Latina. É preciso dar dignidade para esse evento, apoiar a Alasitas, cinquenta mil pessoas no Parque Dom Pedro, mais 100 mil pessoas no Memorial num único evento. Temos que apoiar essas festas. A atividade de *Caco Ferro* do Paraguai onde se reúne toda a comunidade Paraguaia. É preciso apoiar a festa peruana. O ideal seria conhecer todas as atividades e formássemos uma unidade no final do ano para integrar todas. E também aquela outra visão de que a cultura é música. Eu admiro os cantores do hip hop, da música eletrônica, da música moderna. Muitos imigrantes são músicos, tocam sanfona, fazem

folclore; e isso é muito importante. E nós brasileiros temos desprezo pelo folclore, a gente não faz folclore nas escolas, com raras exceções dos pernambucanos que conservam o frevo, você não tem mais folclore, como aquelas danças tradicionais. Os bolivianos conservam muito isso, pois faz parte da cultura, do cotidiano. Temos que olhar todos os imigrantes, as músicas antigas e as músicas modernas também. Esse é um desafio que existe e que precisamos dialogar.

Acho tranquilo dizer que a minha prioridade é na construção do direito ao voto do imigrante, eu acho que hoje é a principal bandeira a ser construída. Acho que é a primeira vez que a gente conseguiu pautar essa questão no município... É uma conquista!

No dia da eleição, no dia 04 e eu falei: “*Puxa vida!...*” - Falava alguma coisa sobre os imigrantes. Eu escrevi um *artiguinho* à noite, liguei para o Migra Mundo e falei para o Rodrigo: “*Rodrigo, bota no teu blog aí, cara...*” – Ele colocou no ar. Era eleição e sete mil imigrantes não votaram por serem imigrantes. E esse artigo foi parar na Gazeta e eles resolveram fazer uma pauta sobre essa temática, que é um grande desafio e demos um grande passo.

Instituições não governamentais em São Paulo – ONGs

Paolo Parise

O meu nome é Paolo Parise, sou italiano, daí que o sobrenome é escrito – P-A-R-I-S-E. Estou na Missão Paz desde 2010. Eu atuo no mundo da imigração há muitos anos. Já trabalhei com imigrantes no Sul da Itália, no Norte da Itália, e também já trabalhei em Roma por três anos com brasileiros. No Brasil já trabalhei com migração interna no Grajaú - região Sul de São Paulo por nove anos. Voltei para a Itália em 2007 e fiz o doutorado. Em 2010 retornei para o Brasil e agora estou na Missão Paz. A instituição se chama Scalabriniano e surgiu em 1887 no norte da Itália para acompanhar os imigrantes italianos que iam para os Estados Unidos e América do Sul. O bispo de 1887 iniciou este trabalho com um grupo masculino, feminino e um grupo de leigos, com o passar do tempo começaram a incluir outras nacionalidades. Tanto é verdade que aqui na baixada do Glicério, onde nós estamos neste momento, eles chegaram nos anos 30. Começaram criando esta estrutura onde nós estamos para os italianos, mas logo em seguida vieram vietnamitas, coreanos, outras nacionalidades que foram incluídas e acolhidas. Isso aconteceu em nível mundial também. Hoje em dia é uma instituição que existe em 34 países; aberta a todo tipo de imigração. Por exemplo, estamos trabalhando em Boston com brasileiros, em Roma, Genebra, Londres com brasileiros, no Japão com brasileiros. Só para citar um exemplo de outras nacionalidades...

Esse conjunto de prédios no Glicério começou praticamente com um barracão de madeira onde apresentavam filmes, faziam celebrações religiosas para a comunidade italiana. No ano de 1939 começou a construção da estrutura atual, pensada no início para os italianos. Atualmente tem toda esta infraestrutura ao lado: creche, auditório, escola, toda uma estrutura em quase uma quadra de construção.... Com o tempo começou a mudar e chegamos à estrutura atual onde tem a Casa de Acolhida para imigrantes, no início não existia. Esse espaço foi construído nos anos 1970 para ser pensada na Casa de Acolhida para migrantes internos e depois mudou para imigrantes, podemos dizer, com a diminuição da migração interna e o aumento da imigração internacional.

Atualmente, a Missão Paz comporta a Casa do Migrante, o Centro de Estudos Migratórios, a Escola, a Igreja Nossa Senhora da Paz. Este setor surgiu no bairro do Ipiranga e foi trazido para cá nos anos 1990, o Centro da Pastoral da Mediação... A pastoral começou com um eixo temático e atualmente tem 5 grandes eixos. Tem o Eixo Documentação e Jurídico, que já existe há um tempo; O Eixo Trabalho, que começou há dois anos. Estamos alcançando dois

mil empregados através da nossa mediação. Nesse mesmo momento, numa outra sala está acontecendo o encontro, a formação para os empresários e à tarde, as contratações. Estava esquecendo, tem também toda a parte de cursos. Por exemplo, tem mais de 200 cursos profissionalizantes espalhados na Cidade de São Paulo; tem a palestra para empresários, a palestra intercultural para os migrantes; tem o encontro – ida até a empresa para verificar a situação das empresas que contrataram. É um trabalho grande. O Terceiro Eixo é aquele da Saúde, hoje mesmo terá médica, amanhã psicóloga, além da sensibilização com os agentes de saúde pública; tem o eixo Educação e depois Família e Comunidade.

Podemos dizer que existe todo conjunto no Centro de Pastoral e Mediação dos Migrantes. Aliado a isto, também temos a parte religiosa que é direcionada aos brasileiros e aos latino-americanos. Esta sede é considerada Paróquia Latino-Americana e italiana de São Paulo. Domingo passado tivemos a missa em italiano, que é realizada todo primeiro domingo do mês, e está começando um grupo em francês pelo aumento de imigrantes francófonos, seja dos haitianos, seja dos francófonos da África, em todo terceiro domingo do mês. Isso é um apanhado geral do que é a Missão Paz atualmente. São vários serviços. Esse serviço começou a ser estruturado há dois anos e meio atrás. Eu lembro que estava aqui e começamos com um programa piloto chamado Programa Mediação, transformamos em eixos e vimos que a coisa funciona melhor nessa estrutura.

Nesse momento, existe 39 funcionários. Voluntários são mais de 40 e estagiários são 16. O time completo chega a 100 pessoas, agora funcionário mesmo são 39. Ainda tem um grupo de voluntários que dá aula de português onde dispomos de 9 professores. De voluntários tem: médicos, dentistas, advogados, psicólogos, além da equipe base, por exemplo, temos uma psicóloga e uma advogada para garantir um serviço contínuo. Nesse momento, não existe nenhum tipo de parceria com outras instituições. Na história, já tivemos uma pequena parceria com a Prefeitura, porque em nível de Estado, o abrigo, por exemplo, na Casa do Migrante está a cargo sempre da Prefeitura. O Estado repassa o dinheiro Federal para a Prefeitura.

Em 2005 ocorreram muitos problemas porque, neste caso, a Prefeitura não percebia que a Casa do Migrante era uma estrutura com uma identidade específica e obrigava a acolher morador de rua, usuários de crack, tudo. Foi um momento difícil. Nós, de fato, defendemos que tem que existir casas de migrantes como aquela que foi uma conquista do CRAI aqui na Prefeitura de São Paulo, voltada só para migrantes porque é outro perfil. Não se trata de dizer que uma é mais importante que outra. É que um morador de rua precisa de um atendimento e o migrante outro. Um dia falaram: “*Vocês são racistas.*” Não tem nada a ver com racismo. Se

trata de atenções específicas. Quando vem um imigrante usuário de crack e ele fala: “*Padre!*” Eu falo: “*Não, você tem que ir numa comunidade de recuperação.*” A nossa casa não tem esse perfil. A gente encaminha para uma chácara ou outra estrutura onde ele possa se recuperar. Acredito que essa atenção faltou no Estado e fez com que se cortasse os acordos. Atualmente, não temos nenhum tipo de acordo com repasse de fundos do Estado e nem do governo federal. Podemos dizer: existe participação em atuações de rede. A rede presta apoio contra o tráfico de pessoas e contra o trabalho escravo. Todas estas redes que nós participamos são normais, contratos... É mais atuação em rede e isso existe em vários níveis. Nível Federal, Estadual e Municipal.

Em relação ao trabalho da imigração tivemos muitos avanços. O fato de ter uma equipe multidisciplinar permite assessoria de qualidade aos imigrantes. Quando a pessoa vem, por exemplo, só por uma questão de documentação, é necessário perceber que às vezes ela precisa de ajuda no sentido psicológico; precisa de assistência social, tudo isso. Outras vezes uma pessoa vem pedir uma cesta básica e descobre que não tem documentos e inicia o processo. Trabalhar em rede com a equipe e com eixos permite um atendimento mais integrado. Essa é a primeira grande conquista e as experiências específicas dos funcionários permite que resolvam qualquer tipo de problema. Até o ano passado nós pagávamos às famílias carentes as taxas da Polícia Federal, para os integrantes do Mercosul era mais ou menos R\$180,00 reais. Atualmente com as assistentes sociais conseguimos que o Ministério Público arcasse com esses gastos... Nós encaminhamos os papéis com carimbo e assinatura, e o Ministério Público dá isenção das taxas. Podemos aplicar o dinheiro que era utilizado para pagar taxas em outro setor. São pequenas conquistas, mas que dão grande resultado. Entre famílias carentes não é necessário pagar taxas através desse novo mecanismo. A princípio, tínhamos pensado em oferecer os cursos aqui, depois descobrimos que a Cidade de São Paulo tem muitos cursos e para que criar algo a mais? Pensamos que se trata de criar uma rede. Daí esta rede foi criada com uma série de estruturas que fazem serviços nessas áreas. Isso foi mais uma conquista. Outra questão: curso Mediação para o Trabalho. Nós nunca tínhamos desenvolvido esta questão por medo. Acho que o grande medo no campo da mediação para o trabalho era: será que podemos ser processados? Existia um medo, lembrando o padre anterior, eu falei: “*Vamos em frente!*”... Pela experiência que tenho e outras cidades, como: Itália, Chile, México que conseguem fazer esse mesmo serviço e a coisa está dando certo, arriscamos e fomos aprendendo. Imagine, até o final de agosto já tínhamos mediado emprego para 1.210 pessoas. É uma grande conquista. Daí dizemos: “*Gente, é uma possibilidade que nós oferecemos, a cidade tem muitos lugares, nós tentamos ao máximo verificar que não haja exploração, que*

haja respeito dos direitos humanos trabalhistas.” Claro que corremos perigos. Aquela manchete nos jornais, alguns conseguiram modificar. Por exemplo, o portal do G1, o Valor Econômico, Carta Capital e outros que escreveram há duas semanas atrás: *“Haitianos contratados na Missão Paz que foram explorados na Oficina de Costura.”* Quer dizer, eles não foram contratados na Missão Paz, foram contratados na rua, na frente da Missão Paz e daí não temos como monitorar isso... E quando jogam uma manchete dessas no ar faz um estrago. Você tenta conversar com algumas mídias, explica, eles corrigem, mas a notícia já saiu. Paciência.

Eu acho que vale a pena o risco porque dá para ajudar muitas pessoas. Esta parte do avanço em nível de Mediação de Trabalho, cursos, empresários sensibilizados, tudo isso está sendo de muita aprendizagem e conquistas. Sem dizer do reconhecimento do trabalho. Por exemplo, nesse momento eu que estou na coordenação, no futuro pode ser outra pessoa. No caso dos imigrantes é uma questão que diz respeito ao Ministério da Justiça. Ou seja, o Paulo Abraão do Ministério da Justiça escolheu no Brasil uma série de pessoas, quinze para dialogar com o Ministério da Justiça em assuntos migratórios. Eu acho interessante que o Padre Mário que atuou aqui e que agora está no Rio de Janeiro, nós dois estivemos em Brasília e outros integrantes da sociedade civil para discutir. Nós podemos representar a Sociedade Civil que atua com os imigrantes no Ministério da Justiça. Acho que isso é uma grande conquista e são muitas mudanças que estão acontecendo.

A formulação de um novo marco regulatório da migração perpassa a equipe de especialistas, até presenciei uma apresentação no Ministério da Justiça em Brasília. Estava com a Deisy Ventura da USP e toda a equipe e fomos ouvidos... Existe um bom acesso, agora estamos montando uma estratégia para pressionar o Congresso, os Ministérios que receberam o anteprojeto de lei de migração e devemos sensibilizar os candidatos a presidente. Nós nos dividimos, até para cada equipe ir conversar com um dos candidatos. Por exemplo, o Eduardo Jorge do PV veio aqui, conversei quase duas horas sem equipe, sem mídia, para que ele conhecesse as problemáticas da imigração. Acho que se conseguirmos fazer isso com todos, vamos aos poucos ter mais conquistas. Por conta disso, eu diria que os avanços estão acontecendo. Tem outros avanços pontuais, por exemplo, a nossa equipe do eixo saúde, quando conseguiu que nas UPS, são mais de 21 Unidades Básicas de saúde do Centro, considerasse válido para agendar consultas, o protocolo do imigrante, que nem sabiam o que era. E saiu uma circular da diretoria geral dizendo *“Este documento é válido para que os imigrantes possam ser atendidos.”* Essa simples ação que a Elaine fez do Eixo Saúde deu um

benefício para milhares de imigrantes. Acho que são conquistas realmente que transformam o cenário.

Eu diria que as maiores dificuldades dos eixos temáticos, primeiro: a política migratória atual. Em nível federal, houve uma sensibilização no caso dos haitianos. Uma série de ações, por exemplo, conseguimos combinar com o Ministro do Trabalho que veio aqui para a emissão de Carteira de Trabalho para haitiano, emitido no mesmo dia. Não conseguimos, por exemplo, que eles entendessem que outros imigrantes também precisam. O Ministério do Trabalho focalizou nos haitianos, pois um africano ou outra nacionalidade demora um mês e meio para conseguir os documentos... Aí começamos uma campanha, martelando, chamando mídia... Recolhendo entrevistas, foram várias entrevistas de africanos de outras nacionalidades dizendo: *“olha, estou esperando um mês e meio a carteira, já teria trabalho, mas a carteira não chegou.”* A mesma coisa no PRONATEC, curso de Português, o Ministério da Educação disse: *“Prioridade para haitianos.”* Fui em algumas reuniões e falei: *“Gente, não existe só haitianos. Haitianos é só 10% dos imigrantes.”* Tem que sensibilizar.

Eu acho que aconteceu avanços em nível de governo, mas faltou uma política global para incluir todo mundo, foi só pontual. Esse é um grande desafio em nível Federal. Outra grande questão aqui em São Paulo, por exemplo, em termo de avanço: é que foi criado abrigo emergencial, aberto aqui na Rua do Glicério e fechou há duas semanas. Chegou a acolher mais de 300 imigrantes de uma vez. O jornal Estadão denunciou a situação de abandono deste local, ou seja, abriram, não tinha segurança, não tinha alimentação. Tinha até aliciador de prostituição dentro. Uma situação degradante mesmo, foi denunciado e fechado. Agora estão abrindo o CRAI, Centro de Referência e Apoio ao Imigrante, perto da Câmara Municipal. É um Grande avanço, só que é um número reduzido que consegue acolhimento. A nossa luta agora é para os outros que estão dormindo, às vezes, ao ar livre, porque mais uma vez os outros vão para os abrigos normais e aí voltam a conversar, não são moradores de rua.

Agora, começamos a conversar com a ASMADE para ver se conseguimos parte de um abrigo em situação de rua para imigrantes. Reservar uma ala só para imigrante. Percebemos que falta uma gestão global, fazem uma ação pontual e quando divulgamos, não dão continuidade. Temos que frisar de novo nessas linhas. Outra questão é que o desafio é sensibilizar a sociedade brasileira e a mídia. São duas ações que estamos encaminhando. Por exemplo, ontem soltei na lista do NIEM – Núcleo de Estudos Migratórios – um texto e já espalhamos em vários lugares. No caso, o Ebola, porque sempre os imigrantes e os refugiados que são as ameaças. Faz parte de uma série de campanhas para dizer: primeiro, imigrante não rouba

trabalho, não traz doenças e não é perigo porque é violento. Infelizmente já começamos a ver isso.

Fazemos campanhas de conscientização porque percebemos que o que está acontecendo na Europa, Estados Unidos, onde tem fluxos migratórios com números muito maiores, a população já reage à mídia, dizendo: “*Eles estão trazendo violência, doença.*” E o Brasil está entrando nessa onda. Estamos tentando prevenir e criar campanhas de conscientização. Sábado eu estava com um grupo de uma faculdade de jornalistas Cruzeiro do Sul discutindo esse tema. Na Band, eu fiz na sexta, não mandaram nada ao ar porque acho que fui muito direto. Tem que ser um pouco mais diplomático e cortaram tudo. Às vezes a gente não é tão diplomático, mas também temos que nos preocupar com a situação do imigrante e quem acolhe o imigrante. Entender os lados. Ainda são desafios existentes, é claro, a Lei migratória, isso a nível federal. Nosso sonho é ampliar a Casa do Migrante, porém, antes temos que ampliar o espaço, estava falando isso com um grupo de arquitetos que fizeram um estudo para ver se é possível ampliar para abrigar mais gente. O problema é que estamos mexendo com o tombamento da estrutura, que é considerada obra histórica. Todas essas coisas estão em andamento e meche com uma série de “pepinos”.

Em relação a migração e vulnerabilidade, nós temos mais vítimas daqueles que são explorados no trajeto migratório, denominado de contrabando de imigrantes. Ou seja, o fato que em Porto Príncipe existe uma emissão reduzidas de vistos, só 20%, por exemplo, no caso dos haitianos. 80% vem por terra. Chega pelo Equador, em Quito, e muitas vezes descem depois para Peru, Bolívia até entrar pelo Acre. Isso é relatado por muitos. Gastam entre 3 a 4 mil dólares por cada um para entrar no Brasil. Sem contar depois situações de desrespeito de direitos humanos. No ano passado, fizemos uma denúncia em Washington, na OEA, mas o problema continua. Além disso, por exemplo, o caso de bolivianos e paraguaios nas oficinas de costura. O Alejandro, colega, conseguiu ir numa média de 140 oficinas de costura por ano para visitar, tentar sensibilizar as pessoas da situação.

Ampliamos o programa com mais uma pessoa, no caso boliviana, para realizar visitas de maneira sistemática e não só pontuais em alguns momentos do ano. Deparando-se com situações, de novo, de trabalhos análogo à escravidão em oficinas com condições degradantes. Infelizmente isso está acontecendo. Não é fácil. O oficineiro te diz: “*Eu quero viver.*” Tenho que continuar isso porque as empresas pagam pouco, são todas terceirizadas, são estruturas realmente perversas. As grandes marcas, no fundo, criam e sustentam esse sistema. Não sei dizer se todas, generalizar é sempre perigoso, mas a maioria delas são estruturadas dessa forma. Paga-se muito pouco, criando essa exploração. A última que fomos visitar era muito

degradante. Há momentos que trabalhamos e tentando prevenir, sensibilizar, tem duas oficinas que estão sendo construídas por paraguaios, muito lindas, um padrão com segurança, dignidade, muito boa. Por outro lado, acolhemos, às vezes, na Casa do Migrante, vítimas.

Quando o Ministério do Trabalho fiscalizou a oficina da Dona Regina, que era uma terceirizada da empresa As Marias, nós reservamos 16 vagas para as vítimas de trabalho análogo à escravidão. Quando, esse ano, tivemos uma menina boliviana de 19 anos que foi resgatada, além de dois meninos que estavam sendo vendido a mil reais cada um. O que fazemos em casos como esses? Geralmente acolhemos muitas vítimas de trabalho análogo à escravidão. Questão, por exemplo, de prostituição, isso pelo menos aqui não são raros. Tivemos pouquíssimos casos de vítimas de prostituição. Tivemos um rapaz, latino-americano, algumas mulheres também das Filipinas, outros países da África, mas foram coisas muito pontuais, não é o grande fluxo de imigrante.

Em relação a outros contingentes populacionais, eu diria que existe uma grande distinção a partir das regiões de onde vieram, por exemplo, os que pertencem ao MERCOSUL ou ao Acordo Ampliado MERCOSUL, tipo Equador, Colômbia, Peru. Eles têm uma extrema facilidade para se regularizar, aí faltam campanhas. Por exemplo: muito boliviano que teria possibilidade, mas não está, jovens de 22, 23 anos. *“Padre... Mas, por que me regularizar? Eu vou ficar aqui dois, três anos e volto para a Bolívia!”* – Aí, você tenta fazer ver: *“Oh, não é só isso, acontece uma doença, acontece um acidente no trabalho...”*, *“Ah, não... Tá muito pessimista...”* – Acontece que as pessoas podem ver na sua casa que você esconde o dinheirinho, guarda-o embaixo do colchão ou em outros lugares por que não pode abrir conta no banco. Daí você tenta fazer a pessoa enxergar que está exposta a assalto. É necessária uma campanha, sensibilização. Do ponto de vista legal é simples fazer isso.

Para quem vem da África os problemas começam no pedido de refúgio, porque a pessoa consegue permanecer no Brasil por um tempo enquanto está sendo avaliada a situação e consegue trabalhar, mas sabemos que pessoas advindas de países da África não conseguem refúgio e às vezes a pessoa tem trabalho. Teve o caso no ano passado da turma do Senegal, seiscentas pessoas trabalhando e do outro lado perderam e não foi reconhecido o estado de refúgio, ou seja, apesar de estar trabalhando se tornariam irregulares. A sorte foi que as empresas pressionaram o Ministério do Trabalho e o Paulo Sérgio de Almeida os regularizou, mas é por que lá tem o Paulo Sérgio de Almeida que tem um coração bom, se tivesse outra pessoa podia negar. Estamos diante de um problema, eu diria para quem não pertence ao MERCOSUL ou ao Haiti. Existem mecanismos complexos para estes países, infelizmente, muitas vezes o caminho é permanecer de maneira irregular por falta de uma legislação mais

clara e que permita a inclusão, acho que isso é o grande problema. A turma de Bangladesh é o grupo que mais solicita refúgio. No ano passado, me parece, foram quase mil e duzentos; aqueles que quase não conseguem refúgio, foram dez e os outros? Realmente é um grande problema que estamos enfrentando.

Eu percebo que em nível político geral do Brasil, não há uma consciência de que a imigração é uma prioridade. Existem lugares, tipo São Paulo, onde o número elevado em relação a outras cidades faz com que provoque uma certa reação, mas pelo fato dos imigrantes não chegarem a 1% da população, seja um número muito pequeno, ainda não tivemos reações políticas que tomem isso como uma prioridade, se a gente olha o Obama e tudo, a questão migratória é quente. Qualquer país da Europa nos debates para Presidentes, olha e percebe que não tem. A questão migratória nunca aparece, aparecem questões de bioética, questão da Petrobras, da Amazônia, mas a questão imigratória não, não vi nenhuma pergunta, nenhuma colocação. Acho que ainda não se tornou prioridade, muitas vezes o Estado fecha o olho e deixa que a sociedade leve adiante compromissos que seria do Estado, até porque se o imigrante está regular, está pagando, então tem direito a serviços... Acho que isso está faltando hoje em dia. E o ponto que me chama atenção é de como estão surgindo ONG que atua com refugiados, aqui, por exemplo, em São Paulo; e tem poucas de imigrante. E aí a pergunta é: Por quê? Os refugiados, que não são poucos, em relação aos imigrantes, os reconhecidos não chegam a seis mil. Por que todo mundo quer trabalhar com refugiados e às vezes esquecem de trabalhar com imigrantes? Às vezes eu tenho a dúvida. Não sei se existe uma sensibilidade maior, humanitária... *“Ah! Eu quero trabalhar com eles que estão fugindo de situações de conflito, de perseguição...”* – ou se existe interesses econômicos é mais fácil conseguir verbas para lidar com refugiados, são bem descarados porque infelizmente existe isso. Isso nos deixa desconfiados... Você diz que está trabalhando com refugiando em nível internacional, consegue mais, fala com imigrantes... É uma suspeita.

E por falar em instituições, temos algumas parcerias institucionais. Trabalhamos próximo com a Cáritas, com a Arsenal da Esperança, com a Casa da Mulher... Mesmo conhecendo muitas instituições, com algumas fica a distância. O que não existe, às vezes, é a confiança. Você pergunta para uma série de instituições e fala alguns nomes por aí e todo mundo te olha e fala: *“hum...”* - Todo mundo tem uma experiência negativa, sabe? O que o pessoal tentou tirar proveito, não utilizou, não teve uma relação sadia, pessoas, instituições que se sentiram usadas. *“Ah, não! Com esta eu não faço nenhum tipo de parceria”* -. Existe isso em São Paulo nesse momento. Tem várias instituições que trabalham com a temática da imigração. Tem o CAMI, o CDHI - Centro de Direitos Humanos e Cidadania do Imigrante. Tem a Casa

da Mulher, o problema é que são refugiados. O Arsenal da Esperança é uma realidade mista, ela acolhe muito imigrante. Também tem a Associação de Imigrantes... Tem o CESPROM, que realiza muitos cursos e muitos latinos participam.

Lúcia Alves – OBLATAS

Eu sou Lúcia Alves da Congregação das Irmãs Oblatas do Santíssimo Redentor. Nós temos um trabalho com mulheres em situação de prostituição. É uma congregação religiosa que nasceu na Espanha em 1864. Estamos em 15 países desenvolvendo esse trabalho com mulheres em situação de prostituição, a congregação já nasceu com essa finalidade. Este ano fazem 80 anos que estamos no Brasil e neste país temos quatro projetos: em Salvador, Juazeiro da Bahia; além de Belo Horizonte e São Paulo. A nossa congregação é formada por um grupo denominado de província, que se estendem para comunidades em Angola, Argentina, Uruguai e Brasil. Essa província de países tem a direção de coordenar esse conjunto. A partir do momento que entramos na coordenação sabemos que a finalidade é essa – ser um trabalho com mulheres exploradas em situação de prostituição. Estou inserida diretamente porque trabalho neste setor de serviços desde 2007, onde comecei a trabalhar em Belo Horizonte. Na verdade, anteriormente, trabalhei em São Paulo de 2000 a 2006 com participação mais pontuais a partir de 2007, em trabalhos com projetos com as mulheres. Trabalhei três anos com as mulheres em Belo Horizonte e aqui já estou há quatro anos. A minha formação é em teologia.

Quando eu fui para o projeto de Pastoral com as Mulheres, comecei a observar um pouco a questão religiosa e ver toda essa dinâmica da prostituição, que mudou muito. A complexidade da mulher que é migrante atravessa não só a questão da prostituição, tem vários temas que envolvem a vida, daí comecei a pesquisar sobre esse tema. O meu recorte de pesquisa era prostituição, gênero e religião. Fiz uma especialização em Belo Horizonte sobre a questão da experiência religiosa das mulheres e me aprofundi um pouco, depois eu vim para São Paulo e fiz um mestrado em Ciências da Religião, com esse mesmo recorte temático.

Em Santo Amaro o Projeto Antônia já existe há sete anos. E por que esse projeto veio pra cá? Porque a instituição não tinha um trabalho diretamente com as mulheres em São Paulo. A sede é aqui com casas de formação e desenvolve um projeto neste setor. A instituição desenvolveu um mapeamento junto com uma socióloga, uma estudante, acho que era doutoranda da USP na época. Eles fizeram um mapeamento dos pontos de prostituição que havia em São Paulo para analisar se existia ou não trabalhos com essas mulheres. E percebemos várias concentrações de prostíbulos e pontos de prostituição em Pinheiros, no Centro da cidade, no Largo da Batata, em vários lugares... Porém, um dos lugares que ainda não havia trabalho era em Santo Amaro e aí elas decidiram começar um trabalho aqui.

Essa pesquisa foi desenvolvida em 2005. Em 2007 abriram a primeira sala; esta onde estamos é a segunda. Começamos a fazer um trabalho de atendimento a essas mulheres, hoje estamos com uma equipe mais estruturada, com dois funcionários e tem uma equipe de instituição, estagiários do serviço social. Somos quinze pessoas que atuam diretamente aqui. Além dos atendimentos que a gente tem no projeto de acolhimento; como o de uma senhora que está sendo atendida neste momento. Encaminhamos para médicos, para orientações sociais, orientações de saúde, para o trabalho. Atendemos não só a mulher que vem resolver problemas relacionados a escola. Ela vem, às vezes, com problemas de violência com o companheiro; são várias questões atreladas a essa história.

Não dispomos de muitas atividades aqui, trabalhamos em rede local, sobretudo, municipal. Temos parcerias para o atendimento às mulheres, principalmente, com o Centro de Acolhida para as Mulheres que recebe mulheres que não tem onde ficar. Temos parceria com o CRAS, com a UBS Santo Amaro, onde as mulheres fazem acompanhamento psicológico e também consulta médica; temos parceria com o CTA que faz estágio de aconselhamento, todo trabalho de prevenção de DST Aids, além de um trabalho do Centro de Cidadania da Mulher onde desenvolvem oficinas e trabalho com as mulheres. Também dispomos de jurídico, trazemos muitos trabalhos para a congregação: atividades, oficinas, cursos. Quando as mulheres querem fazer alguma capacitação, curso, a gente procura encaminhar para cursos rápidos ou projetos para financiar. Às vezes tem uma ajuda de custo para quem quer se cadastrar, num é porque uma mulher hoje chega aqui falando: *“Ah, eu quero fazer um curso...”* Existe um acompanhamento, uma contrapartida, no sentido da pessoa ter participado de uma atividade, de um projeto. Temos que acompanhar um pouco essa mulher para depois oferecer uma capacitação.

Há mulheres que temos que acompanhar no médico, no Fórum, em diversos locais, no CRAS, às vezes temos que ir em creches resolver alguma coisa com elas. E também temos atividades lúdicas para as pessoas que as acompanham, tipo: bingo da amizade, que é um jeito de reunir as mulheres para um bate papo descontraído. Para pessoa descontrair um pouco fazemos celebrações no aniversário dela. Trabalhamos com o resgate da autoestima, às vezes com suas raízes, um pouco da formação humana, da vida. Refletir com elas um pouco do sentido da vida e as celebrações de datas específicas, tipo: natal, páscoa, dia da mulher. Também realizamos ações externas, porque além do trabalho diretamente com as mulheres – que é um trabalho de conscientização, de empoderamento – despertá-la para uma outra atividade alternativa, desenvolver um pouco o conhecimento delas com a autoestima. A gente também tem um trabalho muito forte de conscientização da sociedade com essa realidade de

prostituição. Geralmente fazemos ações externas, temos três ações por ano: dia 8 de março, 23 de setembro e 20 de novembro que são datas fortes de lutas das mulheres e de denúncias contra a violência. Nós vamos para rua e não só com as mulheres em situação de prostituição, é um processo de sensibilização da sociedade com as questões das mulheres em geral. Além das ações externas temos visitas de campo, que é forte nesta instituição. Atualmente, estamos visitando 16 locais de prostituição em ruas, praças, boates e privês. As agentes vão em duplas fazer visitas nesses locais, abordar as mulheres, divulgar os nossos serviços, dá um tipo de orientação, nem que seja esclarecer dúvidas sobre saúde, verificar quais são as necessidades das mulheres e falar para elas quais são os acessos que Santo Amaro dispõe. Assim, falamos do nosso projeto e fazemos visita de campo.

Em relação ao tráfico é muito difícil detectar. O que a gente suspeita? Porque elas comentam que há aliciamento e isso nos leva a pensar que encontramos mulheres que não conhecem o local, não conhecem nada em Santo Amaro. Porque tem mulheres que vêm de outros lugares, de Carapicuíba, zona Leste, zona Norte, zona Sul, que vão para longe da família, mas a família não sabe. Elas falam que estão trabalhando em mercados, lanchonetes, em casas de família. (prostituição e tráfico, migração interna) Vem do interior e passam por aqui, e para a família e vizinhos não descobrirem acabam dizendo que trabalham em outras coisas, mas na verdade elas estão se prostituindo, e essas conhecem a região e se prostituem. Agora, têm mulheres que a gente encontra, sobretudo, nas boates e que não conhecem nada. Você pergunta: “*Você sabe onde é o Largo Treze?*”, “*Não. Não sei onde é o Largo Treze.*” Essas são mulheres de longe, mas você encontra mulheres do Amazonas, do Paraná, de Mato Grosso; e há suspeitas de aliciamento...

Muitas mulheres contam que há casais que aliciam no interior, sobretudo, do Estado do Paraná. E esses grupos dizem que irão ajudar a família e trazê-los para cá. Essas meninas são geralmente meninas simples que querem trabalhar para ajudar a família. Só que não é uma verdade, pois quando chegam aqui é a prostituição que as espera. A gente sabe que existe o local, mas não temos acesso a essas mulheres. Elas ficam em hotéis em Santo Amaro, geralmente, do lado de fora do hotel. Às vezes conseguimos conversar com algumas e essas mulheres dizem que são aliciadas. Ficam em frente do hotel o dia todo, e à noite esse cafetão as encaminha para o alojamento. Temos a informação de que elas são aliciadas, contam como funciona. Elas ficam três meses nesse hotel e depois vão para outro lugar e daí vem outras novatas. Sempre que você vai para o hotel têm outras mulheres e, segundo essas mulheres, elas têm que render um salário por dia, além de irem e voltarem de taxi diariamente. Existem

essas e outras questões... Às vezes no domingo de manhã percebemos um carro pegando as mulheres que passaram à noite nas boates, eu já vi duas vezes elas entrando no carro e indo embora. Então, eu não sei se isso é a mesma coisa de alojamento. Agora, as que a gente atende aqui são ou podem terem sido aliciadas, mas as que estão aqui, em sua maioria, são convidadas por amigas: descobrem outras situações e acabam entrando, mas essas que acolhemos não são aliciadas, ficam nos privês, nas boates, mas não é esse tipo de aliciamento. Elas falam que existe, mas não temos acesso a essas mulheres.

Muitas mulheres comentam que as casas de prostituição, principalmente, os privês, são lugares muito precários. E se você for olhar em questão de saúde pública não teria condições alguma de existir funcionamento. A vigilância sanitária teria fechado. Agora, quando perguntamos para elas: “Mas por que?” Elas falam: “Não, tem propina, elas pagam propina para o governo, para os fiscais.” Até chegam a pagar propina para o funcionamento, mas a precariedade de algumas casas privês são péssimas e muito sujas. Tem lugares que é um banheiro para todo mundo, para clientes, para mulheres, quarto sem ventilação ou com pouca, sem condições mínimas de higiene. E assim, é um estabelecimento de porta aberta, que indiretamente é controlado pelo governo ou deveria ser. No entanto, não há nada de fiscalização.... Isso estou falando mais no nível de saúde. Eu já soube por meio de uma delegada que uma vez participou de uma pesquisa para ver como que as instituições funcionam em nível de rede, cada projeto teve o seu local... E as instituições têm conhecimento? Porque aqui em Santo Amaro têm muitas casas de prostituição, mas só num raio que dá para ir a pé, pois temos um mapeamento de mais de vinte casas num raio bem reduzido. Fizemos um levantamento dessas instituições, mas a maioria não tem conhecimento da prostituição e não há intervenção, não tem uma política pública voltada para essas mulheres. Eu fui entrevistar a delegada na época da escola e aí ela comentou que é muito difícil para ela, que é da polícia, por exemplo, constatar uma irregularidade para lei, porque para enquadrar uma casa de prostituição é preciso encontrar uma irregularidade, uma exploração. E as mulheres falam que não são exploradas, estão ali livremente; daí não tem como fazer nada. Elas não comentam da exploração porque as casas exploram muito. Elas não se dão conta que as casas ganham muito mais do que elas. O problema está aí, não é constatado exploração. Por exemplo, os privês faturam vinte reais, dez da pessoa e dez da casa; e no primeiro programa ela não pega os dez reais, pois dizem que é da manutenção da casa. E quando ela falta, paga uma multa. Tem um esquema de exploração, só que as próprias mulheres às vezes não se dão conta disso. Aí surge uma outra questão, por que? Porque elas

não querem ser reconhecidas. Para elas fazerem uma reclamação tem que assumir que estão naquela casa, como é que elas vão assumir se trabalham escondidas da família, do vizinho. Sabe, é toda uma complexidade que faz com que a coisa pare por aí.

Outra questão é que a política pública para mulheres no Brasil é insuficiente. Teríamos que ter uma política específica para mulheres numa situação de prostituição. Por exemplo, a própria política pública para mulheres no setor da saúde, fica muito a desejar... E agora se tratando da questão da prostituição, eu não sei dizer o porquê. O problema maior é a corrupção atrás de tudo isso. As propinas, o dinheiro, o lucro que a prostituição dá, porque ela gera muito lucro. E isso não gera a necessidade de criar políticas públicas e leis que favoreçam as mulheres. Muitas mulheres nos procuram para pedir orientação, também nos próprios locais há uma boa aceitação. Há mulheres que começaram no início do projeto e hoje são totalmente independentes da prostituição, possuem outras formas de sobrevivência. Às vezes, sair da prostituição elas não saem, para muitas não é o único meio de sobrevivência delas. Há mulheres que se capacitaram, melhoraram a questão da autoestima e continuam buscando se aperfeiçoar. Neste momento, a nossa assistente social está acompanhando uma mulher numa boate que busca por trabalho. Esta mulher procurou o projeto com o objetivo de deixar a prostituição e está à procura de trabalho; foi acompanhada pelo Centro de Cidadania. Também muitas mulheres têm buscado orientação para contribuição do INSS e regulamentação de documentos, além de orientação e acompanhamento jurídico.

Em relação às instituições, percebemos o impacto porque a partir dessas iniciativas as instituições passaram a enxergar essas mulheres. Nós temos um número de entidades que é integrado por pessoas sensibilizadas para atender bem essas mulheres, com outro olhar, principalmente, dos serviços públicos, porque muitos funcionários dos setores públicos não entendem a dinâmica de vida desses sujeitos, daí temos todo um trabalho de sensibilização dessas entidades. Fazemos reunião nestes espaços para falar da realidade delas. Assim, geramos impacto nessas instituições. O Centro de Cidadania da Mulher se aproximou para tentar contribuir, colaborar. As universidades têm nos procurado para propor parcerias e estágios de alunos. E várias pessoas têm se interessado com a questão das mulheres.

É difícil medir o impacto dessas assessorias nas mulheres. Depois do tempo de acompanhamento, muitas fazem tratamento psiquiátrico e conseguem o benefício do bolsa família. Buscam auxílio para depois terem suas casas. Medidas como estas são avanços, considero muito importante. Quando a pessoa volta a estudar, desperta; às vezes parou nos

primeiros anos do ensino fundamental e em outros momentos quer fazer um curso, se capacitar. Percebemos que é um avanço o trabalho feito com as mulheres. *“Eu até muito tempo só pensava que a minha vida era pra se prostituir, eu achava que não tinha outras capacidades, que eu não podia fazer outra coisa além disso.”* E a partir do momento que trabalhamos a autoestima, o autoconhecimento, que a pessoa tem valor, tem capacidade, as possibilidades crescem, outros valores são construídos. Fazer com que essas mulheres, não só prostitutas, mereçam respeito da sociedade já é um avanço. Percebemos que há bastante conquistas e são avanços mais subjetivos. Quem vive o dia a dia percebe esses processos de mudança.

Em relação ao Estado, primeiro, acho que deveria investir mais em políticas públicas para mulheres que sejam mais eficazes, principalmente, em questões relacionadas à saúde – exames, controles, exame específico ginecológico, mamografia – tudo isso é muito demorado. No geral, as políticas públicas que acompanhamos, enfrentam a questão de casas para pessoas que ficam doentes e não tem onde viver, por que? As casas de acolhida que existe são para pessoas moradoras de rua; as pessoas até podem pernoitar ou passar seis meses, mas nestes espaços ela não pode tomar medicação, e pode ser uma pessoa que tenha uma necessidade, que esteja doente e precise de cuidados e se a pessoa tiver 60 anos, não tem para onde encaminhar. Já atendemos mulheres que tiveram AVC, ela tinha cinquenta e poucos anos, e ficou com uma forte sequela, encaminhamos para o hospital e para um abrigo clandestino com precárias condições de funcionamento, onde mulheres e homens dividiam os mesmos espaços. E assim, não foi o primeiro caso, também acompanhamos um caso de uma mulher que ficou com câncer e não tinha ninguém, ela tinha 60 anos e as casas abrigo não aceitavam por que ela precisa de alguém que ajudasse a dar banho; estava sem dependente e não tinha para onde encaminhar. Não existe uma política pública para mulheres com necessidades de cuidados com mais de 60 anos. Isso é uma política que existe com relação a saúde com questões específicas para mulheres...

A instituição é articulada nacionalmente e os problemas que as outras redes enfrentam são semelhantes ao que enfrentamos em Santo Amaro. Até podemos dizer que temos um pouco mais de recursos, mas se você for para o interior da Bahia, os recursos são precários. Estamos percebendo que a instituição está ganhando um outro perfil, porque os projetos atendiam, até pouco tempo, mulheres de meia idade, acima dos quarentas anos, cinquenta; e elas tinham mais disponibilidade para aderirem às atividades. Elas participavam de oficinas, agora, o que temos notado é que está aumentando muito o número de mulheres na prostituição; mulheres

muito jovens que não querem aderir às atividades. Às vezes aparecem para um espaço muito pontual, pegam um para tomar um lanche, para conversar, para participar de uma festinha, mas nada de se envolver em atividades, em cursos, nada. E agora tem as drogas e as bebidas, que muitas mulheres fazem uso. Temos encontros anuais com encontro de formação, trocas de experiências e temos experiências com muitos projetos. Tem as especificidades de cada local e nós trabalhamos com as mulheres inseridas na prostituição, mas as que estão vulneráveis e não mulheres que acompanham executivos, a nossa opção é para aquelas que têm poucos recursos financeiros...

O que tem ajudado, realmente, são os serviços de assistência social para resolverem essa questão. Podemos dizer que outras melhorias para mulheres é a bolsa família, e se outras conseguirem licença maternidade. Benefícios que ainda existem. Mulheres têm ajudado com o posto de saúde, que é a UBS de Santo Amaro, um posto razoavelmente bom onde as mulheres têm atendimento psicológico, psiquiatria, que muitas vezes está em falta. Existe o centro de cidadania, que é uma outra área onde existe um trabalho de assistência com possibilidades de participar de oficinas, trabalho corporal, palestra de formação, todos os recursos e isso é uma coisa muito boa. Também existe as casas de cultura que com a gestão do Hadadd teve uma grande redução, principalmente, relacionada a cultura. A assistência teve pouco investimento em 2013 e 2014, não houve investimento em muitos fóruns, mas o que têm ajudado é o que ainda funciona. Quando as mulheres têm dificuldades de acessar, por exemplo, os serviços na linha da cultura, de participar de uma atividade lúdica que as casas de cultura oferecem, isso elas têm dificuldades de inserir, mas é uma coisa boa das mulheres em geral. Muitas mulheres, mesmo não sendo da prostituição, participam das atividades. A maioria dessas mulheres não são de São Paulo, são do Nordeste, muitas do Paraná, tem mulheres do Pará, pouquíssimas de São Paulo e algumas de Minas Gerais... E em algumas boates você encontra mulheres do Amazonas.

As mulheres do Paraná são, em parte, aliciadas.... Muitas saíram do Nordeste da situação de pobreza porque tem mulheres que vieram com a família toda em busca de melhores condições de vida. Atendemos uma mulher aqui que perdeu vários irmãos de fome e a família veio buscar melhores condições de vida. Outras mulheres viviam em fazendas de café e vieram atrás de emprego, muito vinculado ao que os imigrantes buscam em São Paulo. Muitas vezes elas encontram na prostituição uma renda maior do que ganham no trabalho, porque elas não são qualificadas. Encontramos muitas mulheres sem nenhum nível de alfabetização, tem mulheres que não leem, pouco conhecem dinheiro e algumas conhecem. Isso é um fator

complicado para uma capital como esta; o que elas vão fazer? Para mim está muito relacionado a pobreza. Muitas veem de contextos familiares desestruturados, foram violentadas por maridos onde apanhavam, e hoje na prostituição tiveram a autonomia financeira como mulher, além de escolher o homem que quiserem e encaminhar as coisas do jeito que quiserem. A desestruturação familiar, a pobreza, muitas doenças psiquiátricas e psicológicas predominam neste ambiente. (problemas estruturais na prostituição, migração) Nem todas fazem acompanhamento. Muitas têm família e outras são desvinculadas da família; outras mantêm e sustentam as famílias, os filhos, os pais, os maridos. Tem vezes que elas possuem a maior renda. As famílias não sabem de onde vem esse dinheiro, são arrimo de família. E outras não tem família e se têm não mantêm contato porque sofreram violência. Outras nunca mais querem voltar para a cidade delas porque foram violentadas pelo padrasto ou por uma pessoa da região. Não querem voltar e lembrar da situação.

Eu acho importante enfatizar para quem trabalha com pessoas em situação de prostituição de não cairmos em preconceito, porque quando começamos a trabalhar com mulheres, a ouvir as histórias, a saber dos motivos que a levaram para aquele caminho, muda a nossa compreensão. É isso que tentamos passar para as pessoas e para as mulheres, porque muitas vezes ela se vê só como prostituta, não se vê como uma pessoa que tem valores e direitos; se olha como uma mulher que está no erro, que não é bem vista. Uma mulher que foge das relações sociais porque acha que todo mundo vai saber o quê ela faz, que está escrito na sua testa que é prostituta. Ela se recusa a vê que existe uma mulher por trás que é mãe, uma pessoa que foi levada a essa situação.

Enfatizamos essa situação, frisando a tecla de que ela não é só prostituta, é uma mulher que precisa ser respeitada, acolhida, que é uma pessoa e que por diversas circunstâncias está na prostituição. Que independente dela está ou não, sair ou não, é uma mulher que precisa de respeito como qualquer outra; porque o homem que a procura não sofre nenhum tipo de preconceito. Vivemos numa sociedade machista e para o homem é uma questão de honra fazer sexo com várias mulheres. Para o homem é uma questão de poder. Enquanto para a mulher é discriminação. Eu acho que isso a sociedade teme: que se existe a prostituição é porque existe o cliente, porque existe o homem que faz uso disto. A sociedade estipula que para o homem é status, necessidade e a mulher que ganhar dinheiro com o seu corpo é discriminação!

Irmã Juliana

Sou a Irmã Juliana, nasci no interior do Estado de São Paulo, meus pais ainda vivem na cidade de Guariba onde tem um grande número de migrantes vindo de vários estados para o trabalho do corte da cana. Foi dentro deste contexto que cresci, vendo essa rivalidade. Presenciei dentro da minha família essa questão da imigração, já que a minha mãe é de origem italiana e meu pai de origem africana. Por meio da minha família estava traçado no meu sangue a questão da imigração, o que sempre foi algo questionador para mim. A minha opção pela vida religiosa veio por este fato, mas além disso, percebia a trajetória das pessoas que vinham de diversos estados, principalmente, do estado do Maranhão para o trabalho do corte da cana ali no interior de São Paulo. Fui acompanhando um pouco a trajetória dessas pessoas e eu questionava, queria fazer algo a mais para ajudá-las. Eu nunca imaginei que ia me deparar com uma outra realidade de imigração, que exigisse de mim mais abertura, flexibilidade, até mesmo mais sabedoria, competência para estar realizando um trabalho com eles.

Foi desta forma que entrei na Congregação Scalabriniana, instituição que surgiu para trabalhar com imigrantes. No primeiro momento fui para um trabalho com os imigrantes italianos e depois fomos percebendo como a migração ia mudando e, também, modificando o nosso estilo de trabalho. Essa realidade do trabalho das irmãs me encantou. Entrei na Congregação e no primeiro ano vim morar em São Paulo.

Aos 17 anos entrei na Congregação. Durante a formação morei no bairro do Pari e trabalhávamos num colégio atendendo filhos de libaneses e coreanos, foi a primeira experiência, dentro de um bairro onde existia um número significativo de bolivianos presentes, mas com um trabalho muito oculto. Eu percebi que entre 2006 a 2014 houve uma diferença... Mostrar essa realidade do trabalho dos bolivianos era uma necessidade. Em 2006 ainda era um pouco oculto esse trabalho, depois mudei de São Paulo e fui morar em uma cidade pequena, Aparecida do Norte. Lá a questão é mais trabalho com os peregrinos que vão visitar o santuário e também com as pessoas que passam para ir para o Rio de Janeiro por Aparecida. Por motivo de estudos, retornei ao trabalho em São Paulo, onde fiquei quatro anos, para iniciar a graduação em serviço social. E a partir desse momento, pediram para eu atuar dentro do CESPROM – Centro Scalabrianiano de Promoção ao Imigrante – na qual desenvolviam cursos profissionalizantes para ajudar o imigrante a se inserir melhor dentro do mercado de trabalho. Nós trabalhamos com a prevenção do trabalho escravo, não atuamos diretamente na questão do trabalho oficial, mas trabalhávamos de forma que pudesse prevenir

o imigrante contra a exploração no trabalho assessorando. No início desse ano pediram para eu estar na coordenação desse projeto, atualmente estou na gestão, o que é um pouco burocrático, mas ao mesmo tempo atuo junto dessa demanda, principalmente, com bolivianos. Também atendemos brasileiros que são migrantes vindos de outros Estados, além de paraguaios, haitianos. Além disso, estou inserida dentro da realidade das confecções, onde a maioria das pessoas que participa do projeto são bolivianos.

O projeto funcionava durante os dias da semana, mas percebemos que não havia aderência de um número grande de pessoas por causa dos horários de trabalho, daí fizemos a experiência em oferecer atendimento aos finais de semana. A gente brinca que aos finais de semana as pessoas descansam e é onde nós trabalhamos mais porque atendemos os imigrantes no dia de sábado à tarde e de domingo de manhã com os cursos. Durante a semana nós fazíamos toda uma parte pastoral de acompanhamento a essas famílias migrantes que são beneficiadas pelos cursos e também outras famílias migrantes que vão participando, mas que encontramos uma necessidade de estar acompanhando, doando com nossa participação. Além disso, eu como estudante de serviço social faço o meu estágio dentro da Missão Paz, num setor chamado Eixo Trabalho, na qual fazemos um encaminhamento: a mediação entre empresas e imigrantes. No início era um pouco mais tranquilo porque era um grupo menor de imigrantes e nós conseguimos fazer o atendimento para a empresa individualmente e depois emitíamos para todos os imigrantes. Hoje, devido a um maior fluxo dos imigrantes, principalmente, dos imigrantes haitianos, dividimos em horários. E o atendimento para a empresa é feito em outro dia.

Temos uma assistente social responsável, Ana Paula, que faz a mediação com as empresas apresentando os imigrantes que são atendidos na Missão Paz, além de tirar as dúvidas que as empresas apresentam, tudo isso no período da manhã. No período da tarde, têm duas pessoas que atendem as empresas; permanecem na Missão Paz e são atendidas no auditório junto aos imigrantes. Nós fazemos o contato com a empresa e o imigrante, apresentamos as propostas de emprego e depois temos salas reservadas para a empresa conversar com o próprio imigrante, além de ter pessoas que ajudam no diálogo, na tradução, se for necessário, e depois as empresas, normalmente, pegam para fazer uma experiência. Algumas já contratam imigrantes aqui e nós fazemos um acompanhamento pós-contrato onde visitamos depois de uns dois, três meses. No início do meu estágio, em todo momento, estava sendo acompanhada pela assistente social, hoje, quase terminando a graduação, consigo realizar o trabalho só, no entanto, tenho que ter o respaldo dela porque estou numa instituição, mas já faço algumas atividades com autonomia, como profissional.

Essa experiência foi sendo construída aos poucos. Primeiro foi a experiência com os brasileiros migrantes dentro do meu próprio país, depois foi a experiência com os bolivianos que falam espanhol, para mim não foi tão difícil porque eu estudei espanhol, era tranquilo, mas hoje o desafio é um pouco maior porque ainda vejo uma realidade que é bem diferente: uma coisa é você conhecer um a história da Bolívia e o que eles trazem consigo, outra coisa, é você arrumar uma demanda, falo de demanda porque atualmente o maior número de imigrantes sendo atendidos pela Missão Paz é de haitianos. Sabemos o que aconteceu no país e que eles fizeram toda uma trajetória até chegar no Brasil, em especial, em São Paulo. Para mim, fica essa curiosidade em conhecer um pouco mais essa trajetória, esse processo até eles estarem inseridos no mercado de trabalho e terem se estabelecido dentro do Brasil; eu não falo dentro de São Paulo porque às vezes tem muitas empresas que aparecem aqui e que não estão em São Paulo.

Percebo que as empresas do setor da Construção Civil têm uma presença maior. Porém, hoje existe várias realidades, temos desde hotel, restaurantes, escritórios de produção, mas a construção civil tem o maior número de vagas. Além dessas, existe frigorífico, abatedores de aves; claro, existe empresas que precisam ser acompanhadas porque é uma questão de trabalho. O imigrante, por mais que esteja passando por necessidade, mas ele não está mendigando, está querendo um trabalho que o torne digno dele mesmo; já que todos precisam se sustentar... Eu vejo muito isso, pois o imigrante não está sozinho, ajuda pessoas que estão no outro país; daí que ele precisa de um salário digno que possa mantê-lo neste país, manter sua família e manter as pessoas que estão à espera desse dinheiro.

Conversando com alguns imigrantes, principalmente, haitiano; muitos falam que a família juntou o pouco que tinha e enviou ele para que pudesse conseguir algo necessário para enviar para a família, assim, a família vai se estabelecendo no país. Não posso dizer que seja uma experiência nova no sentido de imigração porque a minha formação como religiosa foi me dando subsídios para trabalhar neste campo, enfrentando essa realidade de forma mais preparada, porém é uma experiência nova no sentido de me deparar com pessoas que vem de uma situação bem precária, podemos dizer, devido a realidade do país, mas com uma determinação, com objetivo, com uma esperança; e isso me leva a ter um posicionamento como religiosa, mesmo como profissional, de ter esperança, de desejar o melhor para o imigrante. Isso me leva a buscar, a lutar para melhorar as pessoas.

Minha trajetória muda, na medida em que vejo esperança nessas pessoas, às vezes nós, eu falo por mim, desanimamos muito rápido, por qualquer coisinha é um motivo para desanimar: *“Ah, isso talvez não vá dar certo...!”* – E eu vejo que eles me passam essa segurança, *“Não,*

isso vai dar certo... Isso vai sobressair...” –. No projeto nós não temos nenhuma ligação com o Estado, é um projeto totalmente independente de organizações públicas, somos mantidos por projetos que montamos dentro da própria instituição e pedimos financiamento, hoje, somos financiados por uma organização chamada Manos Unidas da Espanha, que esse ano encerra o projeto, ficou seis anos. Buscamos outro projeto com outras organizações.

Há uma decadência desses projetos, podemos ter mais abertura para esse trabalho no Estado, porém, sabemos que há uma luta sobre políticas públicas para imigrante, já que não existe uma política pública que seja voltada ao imigrante no Estado. Essa é uma experiência que eu já passei e que nós como instituição passamos, o Estado iguala todo mundo. Por exemplo, lá no CESPROM nós temos um trabalho específico para os migrantes e imigrantes; se ele for brasileiro, mas que trava uma trajetória de imigração para São Paulo; se ele for estrangeiro, abrirmos uma parceria com os órgãos públicos, é preciso abrir o leque no sentido de oferecer cursos para pessoas que sejam de São Paulo ou de outro lugar. Entendemos que já existe trabalhos, organizações que oferecem cursos ligados ao setor público, percebemos a demanda e atendemos, já que essa realidade da imigração não é atendida por outros setores. Não nego que exista um carisma em nosso trabalho, nós nascemos na igreja, nascemos no mundo para migração, mas é por opção, se abrirmos a questão para o Estado, nós também temos que abrir uma outra realidade que não está dentro, talvez do nosso objetivo.

Os cursos são gratuitos e o material também. Nós exigimos tantas documentações para eles estarem participando do curso, exigimos uma documentação do país de origem ou do Brasil... Exigimos que a pessoa tenha dado entrada na documentação no Brasil. Uma cópia dos documentos e que a pessoa não falte nas atividades.

A dificuldade que eu tenho, que nós como instituição temos é a permanência deles no curso, mas entendemos que isso existe devido a realidade do trabalho que eles trazem, por exemplo, se está sendo atendido pela Casa do Migrante, mas chega um momento que a pessoa consegue um trabalho e daí não fica apenas por causa do curso, opta por trabalhar, caso consiga conciliar as duas coisas, ótimo, senão a primeira opção é o trabalho. É por este motivo que fazemos os atendimentos nos finais de semana, para que essas pessoas possam participar, porém, percebo que muitas vezes as desistências são por questões de trabalho. Por exemplo, não temos condição financeira de bancar o transporte dessas pessoas, eles moram longe. Ainda quanto a questão de saúde, a gente tenta ver de alguma forma, mas nós não podemos arcar com as despesas de todos que moram longe, nós não temos uma parte financeira para esse projeto. Nosso projeto atende os instrutores, toda a parte material, também oferecemos lanches durante o período que a pessoa está fazendo o curso. O dinheiro do projeto é

direcionado a esse atendimento, mas dentro do projeto, não dá para atender tudo. Quando a demanda não é respondida pelo projeto, fazemos encaminhamentos para que ela possa procurar outro órgão para responder aos seus pedidos.

Uma demanda gritante é a questão das mulheres. Elas trazem questões relacionadas à saúde, à moradia que é muito forte, principalmente, os bolivianos, muitos deles moram nas oficinas de costura, mas claro que para sanar essa questão de moradia eu tenho que sanar primeiro a questão do trabalho porque se ele trabalha na oficina de costura, o risco de morar na oficina é grande... Eu percebo que tanto para as mulheres e para os jovens é complexa a questão da documentação, da saúde, da educação, a questão da moradia ainda é um problema para a imigração. Os órgãos públicos não conseguem abranger essa demanda. As instituições privadas que existem hoje na cidade de São Paulo não estão conseguindo resolver isso. No CESPROM, nós não temos a realidade da acolhida, da moradia, o que temos são dois quartos para passagem provisória, uma semana até que essa pessoa consiga se encaminhar para outra organização e permanecer por um certo período; isso por que nós não temos estrutura de cozinha, não temos um número suficiente de funcionários para realizar toda essa parte de acolhida. Enquanto as pessoas ficam durante uma semana, nós da casa providenciamos toda a parte de comida, parte de encaminhamento e todo o diálogo entre as outras instituições. Teríamos que criar uma estrutura maior se quisermos dar esse atendimento da acolhida. Então, como já existem outras instituições como a Missão Paz que tem a Casa do Migrante, eles não têm as partes dos cursos, daí preferimos ficar na parte da promoção através dos cursos, através de encaminhamentos. Quem sabe um dia consigamos ter uma estrutura maior para a questão da moradia.

Eu percebo que a questão do Estado dentro das próprias organizações do Estado, primeiramente, precisaria capacitar pessoas para trabalhar com essa demanda, por exemplo, nos albergues, os imigrantes que vão para lá não são pessoas em situação de rua, essa situação precisaria ser resolvida. A pessoa é um imigrante, por mais que às vezes, talvez, a consequência o leve a estar na rua, mas ele não é um morador de rua, não é uma pessoa que está em situação de rua, e às vezes percebo que nos albergues, nos centros de acolhida eles são tratados como morador de rua. O Estado, primeiramente, deveria encaminhar questões de políticas públicas para os imigrantes, diria que é o ponto mais gritante, estamos correndo atrás disso, porém, é necessário ter a preparação de técnicos, de pessoas para trabalhar com essa demanda. Quando falo do Estado em parceria com organizações que trabalham com essa demanda, falo que o Estado tem que reconhecer que é uma demanda específica, falo isso porque nós temos um CESPROM em Vicente de Carvalho, na baixada santista e lá temos uma

parceria com o Estado, porém, o Estado não reconhece que é uma demanda específica da instituição, é preciso ter critérios, parece que você deixa de ser uma organização que tem um trabalho específico para ser uma organização do Estado.

Os critérios seriam desde horários de funcionamento até questões de funcionamento, quais os critérios? E os técnicos, por exemplo, se tivéssemos uma parceria com o Estado, tenho certeza que talvez o nosso trabalho teria que está de acordo com que o Estado estipula e não adequado aos horários dos imigrantes. Outro ponto que percebo é o Estado não reconhecer o trabalho da própria organização, até mesmo o nome, se hoje lá no CESPROM tivesse uma parceria com o Estado você perde a marca CESPROM, o nome, o objetivo do CESPROM e sim “*essa obra é financiada pelo Estado tal...*” – Percebo que desde o nome da organização até os critérios para que possa ter um benefício do Estado seriam estabelecidos pelo Estado, a instituição precisaria ser muito aberta para essas mudanças. Nós que trabalhamos com algo muito específico, fica um pouco difícil realizar essas mudanças...

Dentro dessa realidade, o nosso interesse em trabalhar com cidadania, preferimos montar projetos com organizações que realmente reconhecem o processo, o objetivo, aquilo que entendemos como organização, como categoria que funciona dentro... Quem sabe assim, no futuro, quando houver uma política para a questão da imigração, o próprio Estado, os próprios governos vão entender o que cada instituição que trabalha com essa realidade tem de específico. Hoje, pelo menos vejo as organizações privadas, como esta do terceiro setor, mesmo as que tem parceria com o governo.

Eu vou trazer uma demanda gritante, a questão de documentação, pois existe muitos critérios para se documentar... É uma questão muito delicada, muito demorada. Outra questão é sobre revalidação de diplomas, além de ser muito burocrático e dispendioso. Acredito que se eles tivessem essa questão da revalidação do diploma, talvez eles pudessem apresentar, através de um trabalho, suas habilidades. A questão do trabalho escravo, não posso afirmar, são questões complexas.... É muito complicado uma pessoa vir de outro país, fixar-se em São Paulo e sobreviver. É importante ter o olhar da delicadeza, do cuidado com essa questão da moradia, não igualar essas pessoas como em situação de rua. Esse preparo, por mais que hoje a prefeitura juntamente com os direitos humanos tenham essa iniciativa, a partir do momento que abriram um centro de acolhida provisório nessa mesma Rua do Glicério, depois, abriram em parcerias com os franciscanos, alugaram prédios, mas eu percebia que a responsabilidade foi designada aos franciscanos que tiveram que correr atrás de pessoas para trabalhar, contratar funcionários, organizar tudo... A parceria financeira é importante, mas o critério não é só para uma parte, tipo “*Eu te dou o dinheiro e vocês se virem!*” A realidade da

documentação, da validação dos certificados, a questão de moradia, a questão específica das mulheres são pontos que talvez o Estado pudesse olhar com mais delicadeza e seriedade a migração.

Eu vou falar das instituições do CESPROM. A maior dificuldade ao se trabalhar com diversos grupos de imigrantes é a questão do idioma e o diálogo com as culturas. Se eu falasse francês ou crioulo talvez o diálogo fosse mais fácil. Vejo que temos tanta dificuldade devido ao que está enraizado com a questão da diversidade; como instituição. Porém, percebemos que não conseguimos atender todas as demandas. Por exemplo, o CESPROM consegue atender uma demanda da educação, porém não conseguimos atender a demanda da moradia; fornecemos alguns cursos e não conseguimos fazer com que esse próprio imigrante esteja numa faculdade. Ajudamos através das questões de documentação, ir na faculdade conversar, como já acompanhamos alguns casos, mas mesmo como instituição, não temos uma articulação ou uma parceria com centros de estudos universitários para realizar essa ligação, é bem complicado. A instituição não consegue abranger toda demanda de uma pessoa porque não é só a questão do estudo. A instituição precisa caminhar muito e dar saltos para contribuir com os imigrantes.

A questão dos imigrantes e das empresas é outra história. Não vou falar de todas as empresas, mas algumas não reconhecem o imigrante, por mais que esteja em busca de trabalho, porém falam *“não é trabalho que você quer?”* – A respeito do salário, das condições necessárias, por isso que nós sempre falamos: *“Você contratar um estrangeiro é diferente de você contratar um brasileiro...”* – Porque o estrangeiro traz algo específico que o brasileiro não traz. Houve um período muito complicado quando fechou o alojamento do Acre e um número de haitianos veio para São Paulo. Eu pessoalmente vi muita dificuldade ao me deparar com empresas ou apenas pessoas físicas que diziam: *“Ah! Eu ofereço a casa, alimentação e menos que um salário mínimo”* – Eu me surpreendia, pensava: *“Onde está a dignidade humana? Será que está apenas numa comida e numa moradia? Não está nele mesmo, ter o trabalho para ele se sobressair dessa situação que ele está vivendo?”* – Daí percebo que as empresas, às vezes, batem nessa tecla, não é só comida, não é só moradia que o imigrante precisa. A questão do salário é muito essencial, nós temos que fazer o quê? E por que o imigrante é obrigado a ganhar menos que mil reais? Ao mediar para o trabalho, é necessário esclarecer vários direitos quando um imigrante é contratado para ir trabalhar numa fazenda ou no trabalho doméstico. Eu pessoalmente, pode ser uma visão muito caótica, existem muitas pessoas que tem esse trabalho doméstico, que ganham bem, mas eu pessoalmente não gosto, por saber o que o imigrante passa e por conhecer o processo na sociedade.

Essa integração na sociedade, esse estar junto, aprender até mesmo um novo idioma, uma nova cultura deve ser feita com dignidade e não encaminhar um trabalho numa fazenda onde ele vai estar cercado de animais, às vezes, só com a família e ainda passar por exploração nesse espaço. O imigrante precisa ter relação com as pessoas e com a cultura do país que ele escolheu. Eu não gosto, porém, tenho que reconhecer que existem muitas pessoas que tem o olhar diferenciado e que estão em situações de trabalho em fazenda e trabalham no setor doméstico. Reconheço que não é esse o perfil que os imigrantes têm aqui, não só aqui, mas em outros lugares, preferem trabalho em indústria, trabalhar em comércio do que trabalhar em fazenda, em casa de família. Porém, há pessoas que acreditam que o seu trabalho se desenvolverá melhor quando estiver trabalhando na casa de uma família ou numa fazenda ou algo assim, eu não me reconheceria como migrante trabalhando nessa realidade.

O trabalho em fazenda e em casa de família tem muitas reclamações, principalmente, relacionados a solidão. Às vezes acontece do imigrante ter que morar na casa da pessoa, *“Não! Ela tá lá, tá morando lá, então ela vai realizar o trabalho lá...”* – Já teve queixas positivas da pessoa trabalhar em casa de família e ter essa consciência nessa questão do trabalho, mas tem algumas que não. *“Não, ela mora aqui, então vai trabalhar, né?”* – É uma realidade onde eles trazem essa questão de que não é o trabalho que ele busca. O desafio maior é questão do idioma, principalmente eu que sou do serviço social e temos atendimento individual, e como que vou fazer esse atendimento individual se a pessoa só fala o idioma que eu não falo, por mais que exista a parte tecnológica que me ajuda, mas tem coisas que a expressão é maior, tem pessoas que me ajudam na questão da tradução, mas se eu soubesse falar o francês, o crioulo ou até mesmo inglês iria facilitar mais. Eu sei que com o espanhol, consigo dialogar, mas vejo que falta, é uma dificuldade que eu tenho como estagiária de Pastoral.

Quando eu falo do serviço social, percebo que esse trabalho estabelece uma visão específica e devido ao número grande de pessoas que atendemos, o trabalho específico da assistência social acaba se misturando aos outros. Usar aquilo que é específico para lidar com delicadeza, às vezes, devido ao grande número de atendimento, acaba sendo algo muito rápido e os outros profissionais acabam reconhecendo a presença da assistente social que é o mesmo trabalho específico do serviço social. No CESPROM eu já consigo fazer esse atendimento individual porque a demanda é um pouco menor, mas aqui na Missão Paz, devido uma demanda maior, eu percebo essa dificuldade no atendimento mais específico ao serviço social. Reconheço que mesmo diante desse contexto existe um posicionamento, mesmo com grande número de atendimentos. O importe em relação ao trabalho é que ele

saiba diferir o trabalho que reconheça a pessoa como humano. Tem alguns que acham: “*Ah, o importante é ele ter cesta básica na mão...*” – Eu não acredito nisso. O importante é que além da cesta básica, qual o outro desafio, qual outra demanda que essa pessoa apresenta? “*Ela trabalha? É isso? to*” – Então, o serviço social acaba perdendo um pouco daquilo que é específico, devido a uma demanda que é rápida: a imigração. Temos que olhar com mais delicadeza para nossa profissão.

O profissional fica estressado, em virtude do acúmulo das atribuições. A pessoa sabe o porquê não aceitou o trabalho, eu acredito na expressão, na liberdade de escolha da pessoa. Ele quer cesta básica, mas falta enxergar o porquê ele quer cesta básica e enxergar a realidade dessas pessoas, eu vejo que isso acaba sendo batido, por quê? Estou diante de uma sala cheia de pessoas para atender e às vezes perde o essencial que é ver a delicadeza, o ponto que cada pessoa traz.

Nas instituições, nas organizações, o específico é o que as pessoas trazem pronto com elas. Dentro do serviço social tem que ter uma abertura grande, pois defendemos a liberdade e força de expressão das pessoas... Às vezes eu me pergunto se não estou passando por cima do outro, sou criteriosa com isso, não gosto de atender muitas pessoas ao mesmo tempo, e se estiver conversando com uma a outra tem que ter paciência e esperar o tempo dela. Por mais que a demanda seja maior, temos que trazer o que é específico, não só da profissão, mas daquilo que o outro nos apresenta, eu falo tanto aqui, mas em outras organizações me corrigem várias vezes porque é diferente quando você está atuando apenas como profissional ou como estudante e depois quando você vai atuar, por exemplo, no meu caso, na gestão de um projeto. Eu não posso pensar que tudo vai sair bem, tenho que pensar que estou diante de pessoas e que elas trazem algo específico. Hoje o meu trabalho é com os imigrantes nas suas diversidades. Eu falo que por mais que seja do mesmo país, por exemplo, temos casos de bolivianos, porém cada um que passa pela Missão Paz traz algo específico, tem as suas problemáticas e querendo ou não tenho que estar um pouco atenta a esse específico porque o papel é diferente.

Essa questão de gênero, acho que toda demanda é uma questão bem dividida. Quando você fala em pessoas em situação de rua, visualizamos algo específico, a mulher e o homem, em contextos de migração também trazem suas especificidades. Quando se fala do trabalho, aparecem mais empresas buscando trabalho masculino para realizar. Quando vejo as relações com os cursos, muitas vezes, as mulheres têm filhos, então quem vai para o curso é o homem, difícil o homem que fica com os filhos para a mulher ir estudar. Hoje em dia, mudou um pouco, trago o exemplo de uma senhora, de uma mulher que fazia curso na nossa casa e ela

veio perguntar se tinha mais uma vaga para o esposo, queriam fazer curso de modelagem. Não tinha mais vaga porque tinha uma instrutora e não dava para colocar cinquenta pessoas numa sala; nós temos uma sala com vinte pessoas. Ela trazia o filho pequeno, falei com ela, pois não tinha uma pessoa para exercer o cuidado com a criança; não conseguimos atender essa outra realidade. É uma demanda muito forte da imigração, da realidade da segunda geração da migração. “*mas não tem o seu esposo?*” – Ela disse: “*Não Irmã, mas ele disse que se eu quero fazer o curso eu que tenho que dar conta das minhas coisas e de meus filhos!*” – Quer dizer, existe uma questão de gênero dentro da realidade da imigração, não é diferente de nenhuma outra realidade, existe a mulher que traz algo específico do homem. E nesses dias também atendi uma, ela estava com a mão machucada por causa do movimento na máquina de costura, falei para ela: “*Mas, você não pode ir no médico verificar isto?*”, “*Não Irmã, o patrão disse que eu não posso sair...*” “*Mas, como?* – Ela disse que um outro amigo imigrante teve que falar com o patrão para que ela pudesse sair e ir ao médico. Quer dizer, com o homem o patrão teve outro posicionamento e com a mulher ele negou. Há questões de gênero na migração. Não é fácil para os imigrantes conseguirem um local, vaga para seus filhos. Aqui tem a Casa do Migrante, tem algumas mães que ainda não conseguiram trabalho por causa dos filhos, não tem onde deixar. “*Não vai adiantar eu trabalhar para pagar alguém para ficar com o meu filho...*” – Além de pagarem o aluguel e pagarem todas as outras coisas, e até conseguirem um emprego que comporte essa realidade. Tem essa problemática questão de gênero.

Eu não vejo um suporte para a maternidade, é algo que não conseguiria responder agora para você, mas eu vejo as mulheres, os filhos de imigrantes, principalmente os imigrantes que não nasceram aqui no Brasil, que são frutos desse processo de imigração com muita dificuldade de serem inseridos, de ter uma instituição de ensino para acolhê-los. Mesmo as mães que não trabalham no final de semana; as mães bolivianas me contam que não conseguem escolas integrais para as crianças. Salvo aquelas que ficam nas creches um período. Eu percebo, quando eles chegam nos finais de semana que não vão para lá porque nós temos um espaço grande, onde as crianças correm, pulam e falamos: “*Gente! O que acontece com essas crianças? Ficam muito inquietos...*” – Não é que eles são inquietos, parece que abre a porta da liberdade para eles. Têm espaço para brincar, gritar, fazer as coisas que eles não têm dentro das oficinas, por isso que eu acredito que talvez não falte um apoio de maternidade, não sei disso, mas talvez uma política que atendesse esse algo específico, por exemplo, nós estamos perto de uma creche, mas a creche nunca reconhece que as mães e seus filhos estejam nessa creche, não é tão simples. A creche é encostada.

As imigrantes chegam com seus filhos e são inseridas na creche até que elas possam conseguir trabalho, não trazem essa visão e fica difícil como instituição, percebemos que, pelo menos dentro do projeto CESPROM, que há uma falta de pessoa para esse trabalho com crianças, não é tão simples você conseguir voluntários para esse trabalho e como o projeto no início não abrangia essa questão dos filhos dos imigrantes que participavam do curso, hoje não temos um financiamento para uma pessoa com o trabalho com as crianças. Temos dificuldade da participação dos pais nos cursos, estamos correndo atrás para tentar algo para as crianças.

Hoje eu sinto que há muitas pesquisas com a questão da migração. É importante outras pessoas terem essa visão sobre a migração. As pessoas estão em São Paulo, mesmo com problemas do acolhimento. Eu sinto bastante o preconceito e a dificuldade. Eu falo por mim que ando de ônibus e de metrô, principalmente, nas regiões do centro, ouvi: *“Só São Paulo para aceitar umas coisas dessa!”* – *“Só São Paulo para aceitar que essas pessoas que vêm para tirar nosso trabalho!”* – Essa falta de entender o outro, falta de abertura, sinto na pele e falo: *“Eu não sou imigrante, mas por ter isso como vida, como opção por que eu não sou simplesmente uma profissional que trabalha com imigrante. Eu sou uma irmã scalabriniana e a minha escolha, primeiramente, pessoal foi feita para deixar aquilo que talvez iria me enriquecer mais em termos materiais para dedicar uma vida a essa realidade da imigração, claro que em primeira mão veio minha questão vocacional, mas também uma questão vocacional que me leva a realizar trabalho com imigrantes”*. Quando ouço preconceitos com essa realidade, isso dói em mim... Eu falei isso em termo acadêmico dentro da faculdade. Hoje que começaram a reconhecer e falar mais disso, foi preciso criar um grupo de pesquisa sobre essa realidade. E a questão social na América Latina é discutida sobre a imigração devido o fluxo grande de imigrantes que temos em São Paulo. Mas hoje se começa a discutir porque não era uma coisa tão forte... As meninas olham para mim... *“Lá vem a imigração, né?”* – Eu percebo: *“Ah! De novo isso...”* - Através de pesquisas, de levantamento, de posicionamentos as pessoas começam a reconhecer isso... Eu falo isso porque enriqueceu a minha vida: *“ Nossa como enriqueceu a minha vida como instituição, mas a minha vida pessoal mesmo!”* – Essas pessoas me trazem esperança, sentido de vida. Daí penso que não está tudo acabado... É lugar de esperança, de olhar e dizer: *“Eu tenho tudo e muitas vezes reclamo desse tudo!”* – Tem pessoas que quando falta alguma coisa, sempre reclamam. Penso que essas pesquisas, levantamentos, posicionamentos como esses possam ajudar a questão da aculturação, de quebrar um pouco com essa questão do preconceito que existe contra essas pessoas.

Jobana Moya – Coletivo de mulheres imigrantes Warmis

A entrevista foi realizada na casa da narradora no município de Cotia, no bairro das Laranjeiras, ao lado do Parque Caucaia. Passou a entrevista segurando o seu filho de um ano e quando ele chorava, pois estava doente, o amamentava enquanto conversávamos sobre sua jornada em São Paulo.

O meu nome é Jobana Moya, sou boliviana, tenho 34 anos e sou ativista de direitos humanos com as mulheres imigrantes, mas eu sou humanista e faço parte deste movimento desde quando saí da Bolívia. Eu conheci o meu esposo – que também participava do movimento humanista no Brasil – num evento no Chile. Terminei me casando e vim morar no Brasil sem saber nada deste país. Tanto que uma coisa que eu sempre conto é que quando eu cheguei fiquei chocada por que não vi pessoas negras vestidas de branco, que era a imagem que tinha do Brasil, o engraçado é que falei: “Donde tá o pessoal negro vestido de branco?” Por que está no imaginário que temos do país e é uma imagem que vem do carnaval, do nordeste, do Recife, do pessoal andando com pouca roupa e, quando cheguei pensei: “Como assim? Todo mundo usa tanta roupa aqui.” Então, eu acho que foi um choque cultural bem forte por que como imigrante tem uma primeira fase que dura uns seis, sete meses que é de fascínio, tudo é novo, tudo te fascina, tudo é fantástico e depois passa a ter uma diferenciação quando você começa a dar-se conta que há diferenças e é inevitável comparar os países. Apesar de me agradar viver no Brasil, você também ressalta as virtudes do nosso país. É uma etapa final que estou vivendo, acho que é uma síntese, onde valorizo as coisas que tem aqui e que tem lá, você compara mais com uma visão do que é melhor e pior e passa a ter uma melhor compreensão de cultura, você aprende a ser mais aberto...

Eu sou de Cochabamba, do centro do país e lá tem muito brasileiro que vai estudar nas universidades. Eu lembro claramente que em Cochabamba tinha muito preconceito com brasileiros, que brasileiros eram pessoas... Eu tenho amigas que engravidaram de brasileiros, eles deixaram o filho lá e sumiram, diziam: “Vou falar com a minha família.” E nunca mais voltou. Então, muitos têm uma má imagem dos brasileiros e das brasileiras. Eu acho que a mulher brasileira tem muita autonomia, tem o machismo no Brasil, mas é leve tendo como comparação a Bolívia. Na Bolívia é muito forte e a mulher brasileira é mais decidida, mais segura e ela sabe que não depende de um homem, e uma cultura fechada como a da Bolívia ela é mal interpretada, é vista como uma mulher fácil. Então, você tem esse preconceito

boliviano em relação às mulheres brasileiras; também a mídia vende uma imagem muito pequena da mulher brasileira.

Quando eu vim morar aqui percebi como era a realidade, eu reconheço que tem esse preconceito quando eu morava na Bolívia, mas morando aqui compreendo melhor e vejo: eu queria que na America Latina as mulheres avançassem na emancipação de direitos como as brasileiras têm conseguido. Vim morar aqui primeiro imaginando que todos os homens seriam assim, só pegadores, não prestava e que as mulheres também não queriam coisas sérias, que eram “fáceis”... Mas compreendi uma coisa: a realidade é que existe o machismo em qualquer país, acho que o nacionalismo faz com que você pense que só há certas coisas em seu país e que em outros não. Em um país há de tudo e as fronteiras foram inventadas por nós, mas a raça humana em si tem uma diversidade, muitas línguas e acho que ser imigrante amplia a tua visão de mundo, tua tolerância, tua compreensão em relação as coisas; amplia muito a cabeça porque você se abre às diversidades, porque você quer que a diversidade cultural seja respeitada e para isso você tem que abrir essa diversidade cultural do país onde você está, temos que fazer essa valorização do diferente que enriquece. E os imigrantes sempre são vistos como algo que prejudica, que querem alguma coisa, como se eles não tivessem nada para dar e, na verdade, os imigrantes têm uma realidade cultural muito boa para aportar...

. Eu estava estudando engenharia de alimentos e aí conheci AIESEC, instituição que está em vários países, falam que promovem o intercâmbio estudantil. Eu conheci uma pessoa que tinha conhecido o movimento humanista e fui porque vi na pessoa uma mudança tão brusca, de ser assim um menino que só bebia, era um chato e, de repente, se tornou uma pessoa preocupada nos direitos humanos, em fazer coisas sociais, eu falei: “eu tenho que ir lá ver o que é isso, fizeram uma lavagem cerebral nele.” Fui à reunião que ele convidou e não entendi muito, mas depois fui aprofundando mais e eles têm ferramentas porque é assim: eles promovem o quê? O ser humano como valor central, o respeito à diversidade, a ideias e crenças como metodologia de ação no mundo; a não violência ativa, pois o movimento trabalha com diversos tipos de violência e propõe a transformação social; você ajudando ao outro você também se transforma. O movimento humanista é sem fins lucrativos e você não pode lucrar com nada do que faz, você respeita qualquer religião, qualquer diversidade porque se propõe a isso. Vamos nos articular a partir do que nos une e a regra é tratar os demais como quer ser tratado.

Eu comecei fazendo oficinas para discutir sobre as questões da não violência nas escolas pública, porque na Bolívia estava acontecendo um fenômeno: tinha muita migração de mulheres para a Espanha, mães de família, basicamente elas terminavam mandando dinheiro

para aos filhos que ficavam com as tias, com as avós, com o pai e esses meninos tinham dinheiro fácil, então o quê acontecia? Não tinham um núcleo familiar e com dinheiro fácil entravam em gangues, muita bebida alcoólica, drogas, começavam a roubar como diferenciação, então nós começamos a fazer oficinas. A minha mãe na época era imigrante também, estava na Espanha e eu sentia em carne viva o que era isso porque eu era a filha mais velha e de alguma maneira recaía a responsabilidade sobre mim, com quatro irmãos menores, um núcleo pequeno e isso me interessou. A minha mãe foi duas vezes para Espanha, na primeira vez ela ficou sete meses porque se foi grávida sem saber e aí ela voltou e teve o meu irmão; depois de dois anos foi novamente e ficou uns sete anos na Espanha. Ela voltou não faz muito tempo, está a dois ou três anos na Bolívia.

Eu comecei a fazer atividades, a formar núcleos nas escolas públicas falando da não violência, dando ferramentas aos estudantes, foi um trabalho intenso muito legal, fizemos muitas coisas. E a cidade onde eu morava era Quillacollo, onde era muito fácil ir ao Polo, *El maré*, fóruns que chamam para falar com professores, pais de família, estudantes e, sobretudo, abrir espaços para os jovens discutirem, por que os jovens não tinham espaço para falar o que estava acontecendo com eles. Estava no meio disso, terminando a faculdade, e faltava a minha tese integrada na engenharia de alimentos e também faltavam duas ou três matérias e aí conheci o meu marido e me casei.

Estávamos casados há um ano e ainda estava na Bolívia tentando terminar a faculdade. Eu aqui e ele lá e não estava rolando mais e então decidi vir morar aqui. Mas quando eu vim não sabia nada, não sabia como a burocracia no Brasil com o migrante era tão dura, tanto que nunca pude exercer e nem terminar a minha carreira universitária. Terminei fazendo um curso de web designe no Senac, fiz um curso de fotografia num instituto e continuo fazendo bicos, tirando fotos de produtos; meu marido é vendedor. No primeiro ano quando cheguei tinha pessoas do movimento humanista, mas é que tinha uma amiga da Argentina que estava fazendo coisas com o tema da Educação, sobre a não violência na prefeitura de São Paulo e eu queria tentar fazer as oficinas, só que você marcava e tinha que ter primeiro uma reunião com uma assistente pedagógica para depois chegar no diretor, nunca consegui nem marcar com a assistente pedagógica. Desisti e nesse intervalo me falaram do CAMI – Centro de Apoio ao Migrante –, uma amiga do movimento humanista que há muitos anos tinha feito atividades com o Roque Patussi, atual coordenador do CAMI, quem estava na coordenação à época era Paulo Illes; e ele me contou um pouquinho o que estava fazendo. Comecei a ir às reuniões e a primeira coisa que notei é que havia poucas mulheres e as mulheres que iam não falavam; daí comecei a fazer atividades com o intuito de politizar um pouco mais com o tema do estatuto

do estrangeiro e aí fui fazendo coisas. Engravidei, acho que durante um ano me mantive um pouco afastada, porém ter tido a minha filha foi um divisor de águas na minha vida como militante porque eu pude perceber de perto a violência contra a mulher, digamos, e acho que antes de engravidar não tinha afinado o meu olhar com as mulheres imigrantes, tinha ficado muito na questão da regularização, que é muito importante, mas que existem outros temas que não são visibilizados, mas também são bem imprescindíveis como o direito ao acesso à saúde, à educação.

Conheci uma amiga do meu marido, que à época estudava obstetrícia e eu queria ter um parto normal porque a minha mãe teve parto normal, pelo menos as mulheres da minha família e do entorno tiveram parto normal e isso era muito valorizado. E no Brasil fui vendo que o normal era ter cesariana. Fui à primeira consulta e me falaram: “Quando vai nascer o bebê?” Nem sabem se posso ter um parto normal e foi difícil porque eu não falava português, não falo fluentemente. Fui pesquisando, pesquisando e vi que não tinha opções, ou seja, como te falo, a minha diversidade cultural, o que pra mim seria normal, pois estou sem família, sem o meu entorno, não tinha possibilidade de ser no Brasil, porque inclusive os partos normais nos hospitais tem fórceps, um monte de coisa e estou militando por diversas histórias. Essa minha amiga fazia estágio no hospital e tinha muitos bolivianos e ela me contava como as mulheres sofriam, porque na Bolívia, especialmente no campo, elas caminham, mudam de posição, elas comem coisas diferentes para parir; já que você não pode comer, agora, com o Centro de Parto Humanizado podem. Então optei por ter uma parteira, paguei uma parteira e tive a minha filha.

Tive a minha filha em casa, com o meu esposo e foi maravilhoso. Mas depois entrei em contato com uma amiga que relatava casos de violência e ninguém falava nada, havia um silenciamento e comecei a ficar muito inquieta porque eu pude ter acesso ao que a maioria das mulheres não tem. Acho que isso foi como voltar as minhas raízes, enxergar a minha cultura e vê que como imigrante você é despojado de tudo e creio que para qualquer mulher, para a mulher boliviana é muito importante o parto, como vai nascer o teu filho. Eu comecei a falar com o pessoal e começaram a falar que as mulheres com barriga grande iam à Bolívia para ter um parto normal porque aqui não queriam fazer parto normal porque os médicos falavam que elas eram muito baixinhas, tinham a barriga muito grande e que elas não poderiam ter o filho. E eu falei: “Na Bolívia todo mundo tem normal (risos), né?” O fato de não entregarem a placenta, porque na Bolívia quando entregam a placenta você planta, tem um montão de coisas... Você não toma banho imediatamente depois do parto, você espera que o corpo feche, você espera um dia, tem mulheres que esperam uma semana e daí você toma banho de ervas,

mas aqui você dá a luz e querem dar banho na hora. Então, várias coisas que visto de fora você fala: “sim, mas para você, para mim é muito grave porque a nossa essência cultural não está sendo respeitada.” Então eu comecei uma equipe de base que se chama Warmis, que significa mulheres em quéchua, e não com o intuito de politizar as mulheres porque já estávamos há três anos tentando e não tínhamos conseguido, conseguimos abrir espaços dentro de reuniões das comunidades para mulheres, por que nas reuniões tinha vez que eu era a única mulher que falava, depois você vai se encorajando e outras mulheres se encorajam. E como havia mulheres antes e outras mulheres que se fortaleceram, eu me fortaleci: “Mas como assim?” Vamos nos politizar, mas vamos entrar com outra coisa que é mais urgente.

Se você ver a mulher boliviana, por exemplo, nós fizemos uma pesquisa e ainda falta terminar, primeiro um tema que nos surgia era que, tudo bem em ter pesquisas com a comunidade migrante, mas que estas pesquisas e estes trabalhos não nos representam necessariamente, queremos que reflita o que nós queremos falar porque as outras pesquisas é uma visão do pesquisador: ele faz um levantamento de informações e desde o seu contexto, desde o seu olhar ele faz um escrito, que não necessariamente é o que nós acreditamos. Tanto que se você vai a uma comunidade boliviana poucas pessoas aceitam serem entrevistadas. Primeiro, nós queremos falar, então nós é que vamos fazer o nosso levantamento de informações, nossas interpretações. Ainda está pendendo essa pesquisa sobre a violência obstétrica, então começamos a ir à praça Kantuta, a ir na rua Coimbra, não conseguimos porque na Coimbra é muita circulação, é diferente da Praça Kantuta onde o pessoal para, senta, na Coimbra é muito movimentado para fazer isso. Começamos a abordar as mães que vinham com seus filhos, começamos a conversar, era fácil porque somos imigrantes, mas depois íamos fazendo amigas porque começaram a falar o que faziam, eram mães também e começamos a falar das nossas experiências e aí vamos perguntando em qual hospital eram atendidas, se elas sofreram episiotomia, se cortaram elas, se perguntaram para elas, se elas deram autorização, por que a mulher imigrante, ou, o imigrante em geral acha que é normal ser atropelado, é normal ficar calado, é como se você não tivesse nenhum direito, você tem que agradecer o pouco que tem e não sabe reclamar. As mulheres não se dão conta se os direitos são atropelados, tem medo de reclamar, muitos reclamavam que em São Paulo e no Brasil tem uma lei que garante o acompanhamento durante o parto. Não deixavam entrar o marido no hospital, não explicavam nada, já botavam no soro e já metiam na sala de Cesária sem perguntar para a mulher, já tinham mulheres chorando, assim: “Por que nem me falaram, nem me perguntaram, me fizeram cesárea.” É uma tremenda violência. Você pode justificar que sim, ela falava espanhol e o médico não, mas os equipamentos públicos têm que adaptar-

se, adequar-se, por que muitas vezes ouço: “As migrantes não pagam nada.” Pagamos tudo porque os impostos estão embutidos em tudo e nós pagamos tudo e o Estado cobra de nós tudo e isso é injusto e nós também queremos acesso à educação de qualidade e à saúde de qualidade para todo mundo, porque o que se passa com as mulheres imigrantes passa muito com as brasileiras, mas acho que está bem normalizado aqui no Brasil essa prática.

Não tem aporte para a mulher imigrante: “o normal é isso que está acontecendo com vocês.” Não tem que ser assim, pode ser coisa cultural, temos que brigar para que não aconteça mais isso e acho que é um aporte sim para que as mulheres brasileiras deixem de sofrer mais violência obstétrica, porque também tem tanta diversidade e muitas vezes a mulher brasileira não reconhece a identidade cultural que tem, por que se você perguntar para uma mulher equatoriana elas te falam assim: Yo soy quechua, soy Aimara, sou não sei o quê.” É uma mistura tão grande que o meu marido não conseguiu, todavia, ter uma raiz. Eu acho que é um aporte nosso, que pode ser visto como aporte, fizemos a pesquisa e fomos falando isso: Delas darem-se conta que haviam sofrido violência e és duro porque quando você se dá conta que você foi violentado, da impotência e muitas ficaram assim: “Putz, eu fui violentada e não sabia.” Por um lado a pesquisa ajudou a levantar informações, por outro lado essas mulheres tomaram consciência que elas têm direitos e não foram respeitados. ” Acho que é um tipo de politização, por que quando uma pessoa não se enxerga como portador de direitos e num determinado momento se dá conta que tem direitos e foram atropelados, alguma coisa acontece em você para fazer uma mudança. E essa experiência da pesquisa foi interessante porque depois de falar disso elas começaram a falar da violência doméstica, do bullying que seus filhos sofriam na escola. Por exemplo, uma coisa que estamos trabalhando agora é que muitas mulheres não faziam pré-natal, o acesso aos direitos conquistados, que é um direito universal. O que passa com todas as leis dos imigrantes é que são discricionais, dependem da interpretação da pessoa que vai aplicar; e muitos postos de saúde não podem fazer cartão SUS porque a mulher não tem comprovante de residência, mas essas mulheres estão na oficina de costura trabalhando, talvez indocumentadas, como que vai ter um comprovante de residência? Não tem como e ainda não podem fazer atendimento porque não tem cartão SUS, não tem atendimento. Muitas terminam não fazendo o pré-natal e a comunidade boliviana tem muitos casos, o imigrante em geral tem problema com enfermidades venéreas, planificação familiar que é muito pouca, eu já falei com algumas mulheres que não queriam ter mais filhos, mas não sabiam o que fazer para não ter mais, estavam com seis filhos e não sabiam o que fazer.

É preciso várias coisas, temos muita informação sim, mas não tem informação no idioma da pessoa porque essas imigrantes que estão vulneráveis, muitas não dominam por

vezes o espanhol porque sua língua materna é quechua ou aymara, ainda menos o português. Mas tem informação sim, fazem cartilhas, mas no espanhol, quando o seu idioma também não é muito claro, tem que ser informações mais sintéticas, bem precisas e nós estamos tentando com os voluntários traduzir os materiais, como uma cartilha que foi da defensoria pública de violência obstétrica em que nós traduzimos para o espanhol e para o inglês e a defensoria imprimiu. Em inglês porque as africanas falam, as haitianas falam francês. Falam em informação, mas não se tem acesso à informação, o pessoal que mais precisa de informação não chega e há um montão de eventos para imigrantes; eu consegui ir porque eu tenho um horário que me permite manejá-lo senão eu não conseguiria nada e se você não tem família com quem você deixa os filhos para ir num evento, para fazer algo, para se articular, fazer política? Eu, graças a Deus, tenho a minha sogra que quebra o galho, mas muitas vezes eu tenho que ir com os meus dois filhos e eu moro longe. Também se tivesse ficado em São Paulo que tem muita concentração no centro, mas com as fiscalizações e os altos preços dos aluguéis os imigrantes começaram a sair do centro. Falando com a comunidade boliviana, com peruanos, equatorianos estão começando a sair do centro, agora você vê mais africanos, não? Tudo é longe também e não estamos fazendo mais nesse sentido de levar informação, sabe? De despertar e você vai falando dos direitos, de politizar porque depois de ter essa compreensão dos direitos que não são respeitados você pode falar, por exemplo, do estatuto do estrangeiro, de como esse estatuto do estrangeiro cerceia os direitos de nos organizar, de poder votar, porque agora no governo Haddad do PT sabemos que são os governos que mais tem prestado ajuda aos imigrantes, com vários programas, a prefeitura de São Paulo como nunca se abriu a respeitar os direitos humanos, criando a Coordenação de Políticas para Migrantes, por exemplo, mas como não podemos votar não há proposta, não há intenção de mudar esse estatuto do estrangeiro. Por ele não poderíamos nem nos organizar e organizar o segundo estatuto como organizamos, não poderíamos nem sair na rua para manifestar, mas saímos, se cumpríssemos a rigor esse estatuto que veio na época da ditadura seria outra situação, né?

Acho que no caso das mulheres a politização é a compreensão do que é um ser de direitos e vai pelas coisas mais simples, por exemplo, que ela não pode ir a um posto de saúde para ser atendida, “Mas porque não posso?” Aí você vai explicando o porquê ela não pode: “Existe essa lei aqui que faz com que seja muito difícil regularizar-se.” Então essa mulher não pode regularizar-se porque é burocrático, depois tem que pagar multa, tem que ir na Polícia Federal perder, assim, um dia, com sorte um dia, é muito difícil sabes, muitas pessoas com quem falei preferem não regularizar-se porque não compensa para eles. “No porque já me

voy.” Estão há dez anos no Brasil e vão ficando, vão ficando, vão ficando e estão com os documentos irregulares; é como o mar, entra e vê a ponta do iceberg e a violência obstétrica para mim foi assim, a ponta de um iceberg porque você vai mergulhando e percebe que existe um oceano de coisas. E eu: “Meu Deus, não damos conta como voluntários.” E às vezes eu fico aflita porque queremos fazer as coisas, mas não dá, não temos como clonar. Agora estamos fazendo sim porque todas temos filhos, felizmente estamos tendo umas voluntárias migrantes e temos voluntárias brasileiras porque precisamos de energia, precisamos de gente que tenha mais energia livre do que nós, para ir nas reuniões, para fazer coisas que não damos conta.

Eu morando longe te falo que tenho que armar muito bem o que fazer porque a passagem é cara, gasto pelo menos 25 reais para sair de casa, se vou comer algo, se vou com os filhos é dia de trabalho perdido. Tudo bem, eu gosto de fazer isso, mas tem um peso muito grande do que vou fazer. Temos como frente levar o tema da violência obstétrica, o tema de traduzir materiais que possam ser importantes, fazer oficinas, várias oficinas, principalmente falando sobre os cuidados da gravidez porque essas mulheres que ficam grávidas em uma oficina de costura o primeiro que podem contrair é tuberculose. Vendo vários casos e uma coisa que não se falava e eu não tinha me percatado, depois dei conta, foi a depressão pós-parto. Depois de escutar casos de mulheres que não queriam está com os filhos, não davam atenção, o pessoal falava: “É uma má mãe, teve filho e não cuida.” As pessoas não sabem.

Por vários fatores as pessoas não se dão conta que é uma enfermidade mental, que a depressão pós-parto precisa de ajuda e não é porque é uma má mãe de seu filho. É uma situação econômica, social e são vários fatores que fazem com que a mãe tenha uma depressão pós-parto e como lidar com isso? Essa mulher que está grávida trabalha todo dia sentada, coisa que é muito ruim para o trabalho de parto, não se alimenta bem, muitas meninas comem só salsicha com pasta e queremos fazer alguma coisa com isso, os outros estão viajando. Mas uma coisa que eu pensava, eu mesma quando eu vim aqui, existe uma diversidade de legumes que eu não conhecia, não sabia como preparar e eu aprendi porque a minha sogra é brasileira e ela me ensinou, mas com várias mulheres com quem falei não sabem como preparar. “É para que?” Por que na verdade é diferente do que tem na Bolívia. Estava vendo de conseguir realizar uma oficina para comidas nativas daqui para que a pessoa veja como se prepara, pois não sabem como fazer.

Eu faria uma coisa aberta, iria mais longe, faria para as pessoas cozinheiras das oficinas de costura e para mulheres que não aprenderam a cozinhar porque já se fala que são curiosas, muito curiosas, que querem aprender a cozinhar coisas mais econômicas. Inclusive,

tinha um programa para utilizar todas as verduras do Brasil, as folhas. Para a vida dessas mulheres e crianças que estão nas oficinas é importante fazermos este trabalho nesse momento, porque para mudar a situação das oficinas de costura você teria que mudar o sistema econômico. Vemos o Ministério do Trabalho fazer um monte de reunião, de fiscalização e eu conheço várias pessoas que tentaram entre três e quatro anos montar uma oficina, pagar tudo e não dá porque as grandes magazines sempre vão buscar quem terceiriza e quem vai cobrar menos, aí o pessoal que tenta regularizar-se, tenta fazer tudo certinho não consegue porque você precisa de um capital de giro de pelo menos de seis meses e eu conheci uma amigo que falou: “Olha, eu tentei regularizar e foi chegando uma dívida e agora estou com dívida porque eu não sabia que tinha que pagar uns impostos, colher impostos.” Ninguém explicou para ele. Essas oficinas clandestinas, a terceirização é um problema do sistema econômico, de como está montado a indústria porque as grandes sempre vão buscar terceirizar. E Chega o pessoal novo da Bolívia não tem nem para comer, o que vai buscar o quê fazer? Cobrar o mínimo para pagar o aluguel e comer; então, sempre vai ter alguém cobrando menos. Daí você fala com alguém da associação das oficinas de costura: “Vamos cobrar só um valor, ninguém vai cobrar menos.” Vão surgindo novas oficinas de costura porque vai chegando novos imigrantes ou uma oficina fecha e outros decidem abrir outras, o que vai ter que fazer para sobreviver? É uma questão de sobrevivência; vai cobrar mais barato, não tem como.

Um costureiro com um salário que ganha na oficina não pode pagar aluguel, não pode pagar comida, não pode e São Paulo é uma cidade muito cara e esse esquema de oficinas de costura permite as essas pessoas sobreviver. A realidade é muito complexa, é muito difícil e como ativista o que eu posso fazer é tentar amenizar a situação das mulheres que estão nessa situação. Tantas mulheres, por exemplo, que querem sair de casa e já me abordaram na Praça Kantuta e falaram: “Olha, não aguento mais o meu marido, pero tenho família, tenho os meus filhos, tenho uma máquina de costura, posso trabalhar com isso, não tenho dinheiro para alugar um espaço, não sei o quê vou fazer.” Não sei o que falar.

Eu lembro de um caso, só uma vez tentamos, esperamos uma mulher grávida que já ia ganhar o bebê e a oficina estava fechada e ela tinha uma semana para sair da oficina e em uma semana nasceu o bebê. E o quê fazíamos? Aí ligamos nos abrigos e estavam sem uma vaga porque tinha tantos imigrantes, refugiados e não há políticas de apoio, de acolhida, ninguém podia ficar. Conseguimos uma vaga para o marido, porque os abrigos para mulheres eram para mulheres que estavam ameaçadas de morte e ela tinha outros dois filhos, para onde essa família ia? Sei que eles conseguiram um espaço de um amigo e puderam ir, mas és muito

complicado. É preciso montar um projeto que permita alguma mobilidade econômica a essas mulheres. Eu estou mexendo nos artesanatos, vendo o que se pode fazer, vendo exemplos em outros países, o que estão fazendo lá, que mexam com costura. Por que elas costuram e basicamente trabalhamos com mulheres que trabalham em oficina de costura, estamos vendo o que pode se feito, estamos em fase de construção, vendo as possibilidades. A CUT nos ajudou tirando cópia para fazer a pesquisa, tirou 300 cópias e depois, vira e mexe alguém ajuda a falar e podemos começar a fazer alguns artesanatos para vender nas feiras, primeiro para gerar recursos para nós porque não somos ONG, somos sociedade civil e ver mais funções, quem sabe, funções alternativas para mulheres que buscam emancipações econômicas. Eu não sei como seria, é uma coisa que ainda está dando voltas, que temos que construir.

Eu acho que se fosse menos burocrático regularizar as situações do imigrante seria diferente, falando só de saúde, se a mulher puder ter neném já resolveria muitas coisas porque não tem um documento. É como se você estivesse fora da cidade, nem procura às vezes algum tipo de assistência para ter neném. Ter um documento brasileiro já seria um passo fundamental para sentir-se cidadão. A primeira coisa, acho, é que tem que mudar essa relação com o objeto, tem que mudar no sentido de contemplar os direitos humanos. Acho que parte por aí, enxergar o imigrante como um ser humano que têm direitos e que pode aportar e não como um problema, porque o imigrante é visto como um problema e não como alguém que pode aportar qualidades. Basicamente eu vejo por aí porque se falarmos nos tipos de violência e se isso fosse violência, então está em toda a sociedade e essas minorias que são mais vulneráveis, digamos, são mais, como posso falar... tem mais recorrência, então, tem que mudar tudo isso, tem que mudar o estatuto do estrangeiro, tem que regularizar-se de forma mais fácil, o imigrante tem que poder votar, aí eu acho que seriam mudanças estruturais, sabes?

A partir dessas mudanças estruturais poderíamos mudar o resto, porque o tema de bullying ao imigrante não está contemplado no tema da educação. Poucas vezes as crianças possuem uma fase de adaptação na escola e muitos professores veem como se atrapalhasse o seu trabalho, poderia ser algo que aporte, enriquece para outros estudantes também; aparecer uma nova cultura, uma nova linguagem, abrir a cabeça, *salir de las fronteras*, eu acho que a forma de enxergar o imigrante está errada, não só aqui no Brasil, mas no mundo inteiro. Quando você vê que no mundo inteiro está crescendo nacionalismo por todos os lados, percebe algo errado. Todos os países estão sensíveis ao tema das migrações.

Uma coisa que nós estamos tentando fazer, uma coisa que já conseguimos um pouquinho é visibilizar a mulher imigrante, porque como *nosotras* tivemos acesso a informação, digamos, Fan Page, twitter, instagram, e aparece nesse cenário o que não aparecia antes que era as mulheres imigrantes que já estavam aqui, porque tem mulheres imigrantes que militam há anos aqui só que não eram visibilizadas. Você vê um movimento imigrante, mas não se via as mulheres, e elas sempre tiveram aí, mas nunca tiveram espaço. Agora apareceram mulheres migrantes visibilizadas nas redes sociais, mais para os brasileiros digamos. Mas é uma forma de sensibilizar as pessoas, uma coisa que começamos a fazer porque sempre falamos: “não tentamos fazer que todas as mulheres imigrantes sejam parte da Warmis, não. Quanto mais coletivos que as mulheres migrantes fizerem parte melhor será para fortalecerem-se como mulheres. Por exemplo, umas amigas que participavam com *nosotras* de uma rede que se chama Tecendo São Paulo, com a Irmã e a Cecília que estão fazendo um projeto com o tema de tecidos, inclusive, quando éramos um grupo só apresentamos um edital e nenhum imigrante ganhou. Vários grupos apresentaram projetos e ninguém ganhou, uma coisa que chama atenção e ao menos um deveria ter ganhado.

E o nosso projeto foi preparado por uma voluntária, não foi falta de saber como elaborar o projeto, estava super bem elaborado, mas não foi de interesse, então eu acho que agora é lançar um projeto como ação social e estamos fazendo: contar o que são os tecidos e nosso diálogo. Posso falar o quê elaboramos como projeto quando o propusemos. A cada quinze dias estamos fazendo um encontro super bacana, super legal porque resgata também o elemento cultural das mulheres imigrantes – e isso é uma coisa que nós queremos resgatar – gerar recursos para essas mulheres, que elas possam ter autonomia. Eu sempre falo com as pessoas nas reuniões: “Por que vocês não visibilizam as mulheres que estão dentro das suas associações? Por que sempre tem mulheres, mas elas nunca tem voz... elas não falam.” É uma coisa que estamos fazendo que já valeu por todo esforço e que implica mostrar outras mulheres que elas têm voz, que nós precisamos como imigrantes e não só como mulheres, não precisamos de uma ONG para falar, podemos, temos a capacidade de nos organizarmos e não precisamos de recursos, que nós outras podemos gerar. Por que, eu acho que esse foi o intuito quando surgiu a Warmis, quero que o mundo veja que *nosotras* temos voz, não precisamos que ninguém fale por nós e que todos saibam.

É que às vezes parece que os imigrantes sentem que eles não podem fazer coisas, que tem que ser uma associação, tem que ser uma ONG, tem que ser alguém e uma coisa que também queremos mostrar, um efeito de demonstração da Warmis, não, se você quer conseguir alguma coisa se organize que você vai conseguir fazer, não precisa de ninguém e

nem de dinheiro porque o sistema nos faz acreditar nisso. Por que sem dinheiro não podemos fazer nada e isso é uma mentira. Sim, podemos fazer, podemos fazer muitas coisas, só que vai custar um pouquinho mais, então deixar de ser: “Ai, coitadinhos, imigrante, que não tem direito.” *Como a gente cambia, nosotros temos muito aportar*, muitos imigrantes que estão aqui eles eram ativistas em seus países de origem e quando chegam aqui passa alguma coisa em suas mentes e ficam com medo de exporem, de sair; tudo bem que eu fiquei mais corajosa, eu tenho um marido brasileiro e se acontece alguma coisa eu tenho a imagem do brasileiro, eu entendo o pessoal imigrante que tem medo porque falam: “Quem vai velar por mim?” Eu tenho de referência um movimento humanista que se acontecer alguma coisa comigo, um grupo de pessoas de alguma maneira irão cuidar, me sinto protegida e também acho que está em construção essa coisa do movimento migrante como: “vamos cuidar uns dos outros? Vamos ter voz, vamos nos articular, vamos falar de coisas que não estão falando, como o tema da violência obstétrica que ninguém tá falando e estava acontecendo em todo lado.”

A violência doméstica vai saindo porque se você vê na Fan Page uma situação, vamos colocando o tema suavemente porque é um tema tabu, por que não falamos da sociedade da violência doméstica, porque não pretendemos também cercear, que a mulher abandone o seu marido, não. Pretendemos visibilizar o problema e ir construindo políticas públicas, pois já existe a delegacia da mulher, só que se não tem documentos como é que faz a denúncia? Hum? Se não entende a língua, como a mulher será recebida, por exemplo. São políticas públicas, mas não servem para os outros imigrantes porque tem que se adequar e São Paulo é uma cidade que tem muita imigração e não tem como não se adequar e não é por imposição é porque, primeiro, o Brasil é um país feito de migrações, segundo, porque estamos pagando, porque aqui em São Paulo só quem tem dinheiro vive, sim nós também estamos pagando, então nós também podemos reclamar. Se querem colocar os direitos como serviços, também podemos reclamar como direitos, também podemos reclamar como cidadãos que estamos pagando também, não é grátis que estamos pedindo, mas é porque aqui em São Paulo tem uma coisa que vejo e que me causa muita tristeza é que o direito parece que é alguma coisa como o serviço, direito à água, moradia, várias coisas aqui não são direitos aqui são serviços. E de alguma maneira, talvez por tanto tempo que o Brasil teve a Ditadura, acho que as pessoas poucas vezes se manifestaram, parece que agora começaram a reclamar. Não sei se estou na cultura brasileira tanto tempo, mas a ditadura silenciou as pessoas, elas não se organizam com mais visões, de alguma maneira isso está mudando, apesar de não saber o que se passa... Sim, acho que nós mulheres podemos aportar muito, os bolivianos *son hablantes*, somos gênios para nos organizar porque na Bolívia é muito forte a organização, desde a

escola você aprende a se organizar em grêmio e mobilizávamos, se alguém está fazendo algo nos mobilizamos na hora porque é uma coisa de comunidade, não tem tanto individualismo, mas é a comunidade primeiro que está passando um problema e nos juntamos.

Acho que isso é grande aporte, os valores que se vão perdendo nas grandes cidades e que podem ser resgatados. A equipe de base do qual faço parte quer fazer com que os imigrantes não esqueçam quem são, de onde vem, do aporte que podem dar, porque temos muito para aportar, não só temos coisa para pedir e reclamar. Acredito que isso seja uma construção, fazemos o melhor que podemos e nosotras nas oficinas, fazemos para as voluntárias, nós trabalhamos essas ferramentas do movimento humanista, como as virtudes para que as pessoas valorizem o melhor delas, possam enxergar a partir de outro ponto de vista porque a xenofobia existe dos dois lados, como se trabalhar isso? Vamos trabalhando a partir dessas ferramentas, temos voluntários sim, pero são olhares diferentes, enxergar esse ser humano, tratar esse outro como deve ser tratado e, para isso, temos que fazer algumas mudanças nas crenças, não pode ser um voluntário cru, alguém que seja “premiado no dia de domingo.” Não, as pessoas que forem trabalhar com os outros no dia de domingo tem que ser sensibilizado e dotar-se de ferramentas que ajudem porque quando você vai fazer trabalhos você vê situações diversas. Eu já tive uma depressão porque é tanta coisa que você vê e em vários momentos não conseguimos fazer nada, porque não tem a possibilidade de fazer. E os ativistas também se frustram, os voluntários se frustram muito, principalmente, se não dermos ferramentas e isso faz parte da transformação social. Talvez isso desenvolva um ressentimento, você mesmo vai conhecer ativistas ressentidos.

Eu acho muito importante esse trabalho que fazemos, porque por um lado fortalecemos o voluntário e por outro fazemos que esses voluntários se transformem; e as mulheres imigrantes precisam deste apoio. Por que a ideia é de ajudarmos os outros a partir dessas ferramentas e que os outros tenham ferramentas para continuarem o trabalho, porque manejamos para que o trabalho seja realizado em equipe, uma vez que não há líder, as decisões são tomadas em conjunto e eu não decido nada. É uma coisa bem horizontal. “Vamos fazer tal coisa? ”, “Sim.” Se alguém não estiver de acordo, “Então, vamos conversar, o que vamos fazer. ” Senão, não chegamos com um acordo não chegamos a esse momento, depois é que vamos retomar ao tema e vê se avança ou não. Por que não se trata de líderes, muitas vezes pessoas que me entrevistam: “Como a líder de não sei o quê. ”, “Eu não sou líder, líder de quem? Eu falo por mim, eu posso falar o quê estou fazendo, mas eu não vejo líderes, vejo pessoas que estão fazendo o melhor que pode e vão ganhando visibilidade, digamos.” E nem por isso chega a ser líderes e eu não acho que sou uma líder, acho que sou

alguém que estou fazendo coisas e como sou faladora ganho mais visibilidade, mas sempre tentamos que todas tenham visibilidades, porque se acontece alguma coisa comigo, se alguém morrer saberemos o quê fazer.

As pessoas começam a fazer as coisas e ganham prestígio e aí não escuta mais as outras porque é ela quem manda, que faz. Então, uma coisa que trabalhamos são ferramentas: “Gente, estamos fazendo um trabalho voluntário, mas não representamos ninguém, a nosotras mesmo, não queremos mandar em ninguém, então, trabalhamos vários aspectos.” É um trabalho bem difícil, mas que a longo prazo tem sentido, porque isso que fazemos com a equipe de base não é para a mulher sobreviver e ganhar dinheiro, não é para ganhar reconhecimento é para transformar a nossa realidade que muitas vezes não é enxergada, é isso que queremos: transformar a nossa realidade, não precisamos que ninguém bata palmas e nem fale obrigado, tratar os irmãos como quer ser tratado implica isso: ser uma ato desprendido. Vai encontrar muitas pessoas: “Ah, você fala mal, foram não sei quantas pessoas na oficina e ninguém está participando.” “Não importa, não precisa participar, o importante é que ela teve acesso a essa informação, a única coisa que pedimos para as mulheres que participam das oficinas é que transmita a mensagem para outras pessoas, isso é a condição. Eu não sei se essas mulheres encontram algum momento alguém que precisa dessa informação, eu sinto que elas repassam a informação, porque dentro da comunidade migrante é muito forte pela rádio, a circulação da informação dentro da comunidade boliviana. Eu termino sabendo de um monte de coisa porque chega pela rádio. É muito rápido, acho muito válida essa maneira dos outros atuarem. Também sinto que cada comunidade tem o seu quadrado e isto é uma coisa que nos debilita porque se nós estivermos unidos, muita coisa mudaria para os imigrantes, só que há interesses para mantê-los divididos, dependentes, tutelados. Nosotras bolivianas, chilenas, peruanas, brasileiras, vira e mexe aparece uma paraguaia; percebo que não permanecemos unidas, mas tem uma mulher chilena, uma boliviana e isso é fantástico porque mostra que podemos ultrapassar essas diferenças históricas dentro das comunidades, porque você vê brigas entre bolivianos e chilenos por causa do mar, entre bolivianos e peruanos, entre bolivianos e paraguaios; temos brigas e alguns não se relacionam porque esses são chilenos, estes paraguaios; existe esse nacionalismo dentro das comunidade de migrantes.

Acho excelente ter mulheres de outras comunidades na Warmis, mulheres de diferentes nacionalidades e nas nossas reuniões são muito interessantes porque você vai ver aquele olhar diferente de cada um e, mesmo assim, conseguimos ter um objetivo que é trabalhar juntas, superar as diferenças e temos particularidades culturais que vão se fortalecendo. A meu ver neste aspecto a Warmis é fantástica.

Nós tivemos o interesse de criar um grupo, uma rede de mulheres migrantes no facebook onde vamos colocando temas, mas não houve um diálogo entre as imigrantes africanas, asiáticas, as caribenhas. Em algum momento eu gostaria de fazer um encontro presencial, mas é que estamos deixando rolar, na macha do imigrante no ano passado conseguimos fazer um bloco, a frente das mulheres, foi tímido porque era algo novo, mas conseguimos visibilizar bastante e em partes tentamos trocar informações com imigrantes africanos e não conseguimos até agora, já é difícil latinos, então, imaginem outros continentes. E uma das nossas voluntárias estava em contato com uma asiática no Bom Retiro, mas elas só falam inglês, os chineses também sofrem violência obstétrica e essa minha amiga voluntária é brasileira, mas ela falava inglês fluentemente; então, ela levava os materiais, acompanhava em hostel, num atendimento em posto de saúde porque ninguém entendia as asiáticas, não podia atender. O posto de saúde tinha que ter pessoas atendendo inglês também, mas vira e mexe sempre estamos convidando, tentando articular porque as africanas com quem falei era importante o tema do parto normal, é necessário culturalmente para elas, mas não conseguimos juntar pessoas, mas acho que foi porque não aplicamos muita energia nisso. Talvez se nós aplicarmos, estaríamos com o pé dentro das comunidades de boliviano, de chileno e outras. Primeiro porque a violência obstétrica é algo novo, depois é que vira e mexe estão tocando na violência doméstica e também o latino-américo é tão machista, vê mulheres organizadas e todo mundo fica especialmente com um pé atrás. Nessa, estamos abrindo o nosso espaço, o nosso caminho.

A voz feminina dentro dos movimentos sociais de imigrantes é uma outra discussão e isso é uma leitura minha, não representa todas da Warmis. Mas por exemplo, muitos bolivianos com quem eu fui falar sempre perguntavam: “Vocês são feministas?” Hoje em dia a palavra feminismo pode ter muitos significados porque existem muitos feminismos, muitos cortes, nem sabia, faz pouco tempo que me inteirei deste assunto. Eu sempre falo que sou humanista porque para mim o valor central é o ser humano, as coisas que programo é igualdade de oportunidade para todas as mulheres. A luta é para que as mulheres tenham as mesmas igualdades de oportunidades que os homens. Falaria: “Eu sou feminista.” Todas as coisas fecham porque na Bolívia a palavra feminista sempre vai ter a entoação de uma lésbica problemática, alguém que ninguém quer se relacionar, tem um preconceito muito forte contra o feminismo na Bolívia porque a Bolívia tem muito machismo e eu entendo o feminismo como uma luta de igualdade de oportunidades, mas aqui o feminismo está dividindo em muitas coisas. Tem pessoas bem radicais e tem os menos radicais e eu fico confusa. Daí que não gosto de colocar esse termo porque é muito complexo e para os imigrantes, se você fala

feminismo, muitos já fazem careta, fogem e considero que sou humanista porque eu não estou contra os homens, sabe? Eu entendo essa dificuldade, essa violência, essa violência doméstica, entendo tudo isso, mas também não posso esquecer que esses homens também sofrem uma violência econômica, social, também são discriminados porque a violência se aprende e se reproduz, é isso. E se eu faço uma violência em você, se você não sabe trabalhar isso você vai depositar essa violência em outra pessoa que pode ser mais fraco que você e quem é mais fraco na sociedade? Sempre é a mulher. Então, a violência que esses homens tiveram vão transmitir a quem? Às mulheres e a seus filhos.

Isso poderia ser uma discussão muito ampla, mas para mim é o ser humano em primeiro lugar. E sim, agora a minha luta específica é para que as mulheres imigrantes tenham voz, tenham igualdade de oportunidade, tenha acesso aos direitos, pero quero que todas tenhamos acesso ao direito, não posso negar também que os homens imigrantes são vítimas de discriminação, mas as mulheres têm muito mais vulnerabilidade por ser mulheres, por ter esse machismo arraigado.

Participamos de marcha das mulheres e foi um pouco confuso, por que tinham blocos que eram a favor do governo com reforma e aí eu me dei conta que estamos pouco politizadas, que nós, as mulheres imigrantes entendemos pouco de como as coisas acontecem politicamente. Se nosotras votássemos estaríamos mais interessadas em saber essas coisas e como não votamos temos urgências mais básicas de sobrevivência e estamos martelando nisso. Uma vez superado essa questão da sobrevivência teríamos luz para pensar essas outras coisas que não temos e aí ficou muito claro que, todavia, estamos engatinhando, mas que bom que estamos movendo e começamos a perceber a diferença. Nós também temos que construir uma identidade e não te falo como da Warmis, te falo como mulher. Na marcha tinha mulheres da Warmis, mulheres do Cami, a presença da América Latina e vários organismos. Vamos falando num encontro e precisamos saber quem somos, temos uma identidade, o que não temos, todavia, como mulheres. Estaria agora pelo menos as ativistas, as mulheres querem saber: como estamos mediando as questões políticas? Que posicionamento teremos enquanto grupo frente às mudanças, porque víamos as meninas bem confusas e fáceis de ser manejáveis, pero não temos conhecimento de como mobilizar politicamente frente aos cortes que há.

Havia uma diversidade na marcha, feministas, não feministas e não sabia que existia tudo isso. Foi legal para perceber a diversidade, estávamos para levar a questão do acesso à saúde. No momento, outras coisas são mais urgentes para nosotras, pero se queremos articular

politicamente teremos que conhecer as outras demandas e daí comecei a enxergar coisas que não tínhamos enxergado.

Sobre a questão da maternidade posso falar um pouco. Apesar de ter vivido na cidade, posso falar do contato que tive porque a minha avó era *depollera*. Por que boliviano mudou, depois de Evo Morales mudou muito, felizmente não tem tanta discriminação contra os indígenas como antes... As mulheres tinham seus filhos sozinhas, amarravam uma corda na madeira e de joelhos, de cócoras tinham seus filhos. A minha mãe aprendeu um pouco isso porque falavam: “Não pode tomar banho, tem que esperar que o corpo feche e o bebê também vai limpando só, agora tem o procerdis.” A minha irmã explicou isso e disse que isso é bom para a pele do bebê, há comidas que fazem para você ter mais leite, te dão cerveja preta, coisas básicas e eu queria me aprofundar mais porque no campo as parteiras são mais valorizadas e a cidade está sofrendo um processo inverso; mas ainda assim nos hospitais fazem parto normal, fazem episiotomia porque infelizmente na globalização os procedimentos são uniformizados.

Na Bolívia, a minha mãe sempre me carregou na aguayo e quando eu tive a minha filha lembro que tinha noites que ela chorava muito e numa noite quando ela era pequena, peguei e coloquei-a no aguayo e ela se acalmou. Aí lembrei que tinha um carinho pelo aguayo, por esse sentimento de tranquilidade, eu comecei a usar e vi que os imigrantes não usam. Bom, primeiro você não pode usar do jeito comum que é nas costas porque eu acho perigoso com os nenéns nas ruas porque tem muito doido em São Paulo, mas de lado e aqui na frente pode; mas elas não usam porque tem vergonha, querem passar despercebidas, invisíveis e como eu comecei a usar e comecei a ver as mulheres que estavam usando e ia explicando: “Por que é melhor para o beber do que esses carregadores que deixam o beber troncho, faz com que fique quentinhos, protegidos e como são bebês para que eles durmam você tem que envolver eles para sentirem-se que estão no útero.” Por que os primeiros dias do bebê eles choram muito porque ficam assim livres e eles precisam desse aconchego que o envolva no aguayo, vão mexendo e ficam tranquilinhos. Quando vejo meninas usando aguayo eu fico super feliz, por que é uma forma de afirmar a cultura e como mulheres empoderarem-se; e é uma forma de empoderar as mulheres migrantes porque és sua cultura e elas devem sentirem-se orgulhosas disso e porque é bom para o seu filho não sentir vergonha da sua cultura.

Tem que ser uma mulher valente e segura para usar o aguayo em São Paulo e as mulheres precisam ter essa leitura porque o aguayo te dar força. É preciso fazer um resgate da cultura e agora que vou à Bolívia quero tirar fotos, perguntar mais sobre o aguayo, sobre

algumas técnicas da maternidade. Também estou pensando em fazer workshops para ensinar as brasileiras a usarem o aguayo, porque várias me param na rua e perguntam como se usa, eu quero ensinar. Acho que é interessante usar a cultura como um aporte para sensibilizar, para criar empatia, ser os outros entres as mulheres.

CAPÍTULO 2

FRONTEIRAS DA IMIGRAÇÃO

Ser “estrangeiro” é a definição jurídica de um estatuto, “imigrante” é antes de tudo uma condição social

Abdelmalek Sayad

2.1 ENSAIO SOBRE IMIGRAÇÃO: o Brasil como destino

Dentre os fatores que ensejaram a construção do Estado Nacional brasileiro, iniciada no Século XIX, está a abordagem da nova Nação que surgia para com os povos que habitavam o território. Um país que conquistara recentemente sua independência, composto por uma população majoritariamente negra e indígena, em situação de escravidão, governada por uma minoria oriunda do continente europeu. O projeto de construção nacional passava longe das demandas da população. A elite dominante branca, ou que se autoidentificava como tal, desejava traçar um novo perfil étnico para seus compatriotas. É nesse panorama que começa a delinear-se um projeto que visava alterar de maneira substancial as feições do contingente populacional do território brasileiro. Tal proposta tinha como eixo central a vinda de imigrantes europeus recrutados para colonizar e embranquecer o país³⁰.

O marco histórico tido como precursor da imigração de embranquecimento no Brasil foi a fundação da colônia de Nova Friburgo, Rio de Janeiro, a partir da chegada de imigrantes suíços, em 1819³¹. A política imigratória brasileira buscava colonos para povoar o território, mão de obra agenciada para trabalhar, sobretudo, nas fazendas de café, em meio ao processo de expansão econômica que deveria substituir o trabalho escravo pelo trabalho livre, com base no labor de imigrantes advindos da Europa. Após a independência, em 1823, a lei de 20 de outubro autorizou e promoveu a colonização de estrangeiros em terras brasileiras, apontando a imigração como forma de solucionar os problemas da agricultura³²:

Convido auxiliar o desenvolvimento de nossa agricultura, é absolutamente necessário facilitar a entrada e promover a aquisição de colonos prestadios, que aumentem o número de braços, de que tanto carecemos. Uma lei de naturalização acomodada às nossas

³⁰ A política brasileira de trazer imigrantes para a ocupação de territórios também tinha o objetivo de criar alternativas para o escravismo. GONÇALVES, Paulo Cesar. *Mercadores de Braços: riqueza e acumulação na organização da emigração europeia para o novo mundo*. São Paulo: Alameda, 2012.

³¹ SEYFERTH, Giralda. *Imigrantes, estrangeiros: a trajetória de uma categoria incomoda no campo político*. 26ª Reunião Brasileira de Antropologia realizada entre os dias 01 e 04 de junho de 2008, Porto Seguro, Brasil.

³² Havia uma constante preocupação na forma que se daria a transição de um regime escravista para o regime de trabalho livre no Brasil. Cf. STOLCKE, Verena; HALL, Michael. “A introdução do trabalho livre nas fazendas de café de São Paulo”. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, n. 6, 1983, pp. 111-112.

circunstâncias, e de um bom regulamento para a distribuição das terras incultas, cuja data se acha paralisada, seriam meio conducentes para aquele fim³³.

A crise instaurada com déficit de mão de obra no Brasil exigia soluções, com a finalidade de que as grandes plantações, principalmente de café, não tivessem perdas. Assim, uma das estratégias encontradas foi a alternativa de trazer pessoas, imigrantes europeus, para suprir a demanda “braços” para lavoura nas áreas de expansão do café. Dessa forma, uma das medidas implantadas para sanar a falta de mão de obra foi a adoção do sistema de parceria correspondente “tal como foi aplicado na lavoura paulista, a parceria representa uma espécie de conciliação do regime dos serviços assalariados, como se pratica em geral nas fazendas, e o das pequenas propriedades, peculiar aos núcleos coloniais...”³⁴ Desse modo, tal regime de *parceria* correspondia à contratação de imigrantes na Europa, os quais eram encaminhados pela Vergueiro Cia. para integrarem as fazendas de café dentro de um plano de colonização. Essa parceria também estipulava que as despesas de transporte e inserção dos imigrantes no campo, o que incluía o uso de utensílios e de pés de café plantados e colhidos para sua sobrevivência, nos primeiros meses na lavoura, seriam futuramente descontados nos lucros produzidos nesta³⁵.

Outra experiência nesse sentido foi o colonato, caracterizado pelo pagamento fixo ao trabalho nas lavouras, “proporcional na colheita do café, produção direta para subsistência com excedentes comercializáveis pelo próprio trabalhador. Somado a isto, tinha como meta estabelecer núcleos familiares nas fazendas, que por sua vez recebiam uma parcela da produção do café com o dever de manter o espaço limpo”³⁶.

Outro marco regulador do processo de imigração no país foi a implementação da Lei de Terras em 1850 e sua regulamentação em 1854, que deu acesso à posse da terra a qualquer indivíduo, independentemente de sua nacionalidade, concedendo subsídios à colonização, numa parceria entre Estado e empresas/companhias para o recrutamento de imigrantes. Tal fato converteu a terra em mercadoria e ativou interesses privados na gestão das terras devolutas. Esse marco jurídico fez com que a propriedade da terra passasse a ser regulada pelo Estado, que passou a administrar a inserção do capital, mediante a utilização do aparato jurídico na gestão das terras. Essa iniciativa afastou os povos negros livres e os povos nativos do Brasil da apropriação de terras, uma vez que a propriedade só poderia ser comprada, o que

³³ GONÇALVES, Paulo Cesar. Discurso do Imperador ao abrir a Assembleia Geral no dia 3 de maio de 1829. Apud: IOTI, Luiza Horn (Org). *Imigração e Colonização: legislação de 1747 a 1915*. Op. Cit., pp. 86-87.

³⁴ Citação de Sérgio Buarque de Holanda na obra WINTTER, José Sebastião. *A Revolta dos Parceiros*. São Paulo: Brasiliense, 1986. p.18.

³⁵ Idem, p.19.

³⁶ GONÇALVES, Paulo Cesar. Op. Cit. Idem, p.138.

incentivava os imigrantes a adquirirem a posse da terra, depois de anos de trabalho em terras de grandes proprietários rurais³⁷.

A partir da década de 1860, o Ministério dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas orientou representantes do Estado (cônsules e ministros) a divulgarem, fazendo uso de propagandas, que “o governo imperial concederia aos indivíduos que quisessem emigrar, sem prejuízos dos favores outorgados nas disposições anteriores, a diferença entre o valor das passagens para portos brasileiros e os da América do Norte.”³⁸

Ainda no Império foi organizada em 1876 a Inspetoria Geral das Terras e Colonização, que tinha como objetivos: “efetivar nos termos da Lei n. 601, de setembro de 1850 (Lei de Terras), a separação das terras do domínio público das do particular, concorrendo para o aproveitamento e cultura das que pertenciam ao Estado; fiscalizar e dirigir todos os serviços atinentes à imigração e colonização; promover a imigração espontânea, provendo ao pronto e vantajoso estabelecimento dos imigrantes; a fiscalização dos navios e dos contratos para introdução de imigrantes, hospedaria, os critérios de locação de serviços e a obtenção e divulgação de dados estatísticos concernentes aos núcleos coloniais e ao movimento de imigrantes.”³⁹

Outro importante debate travado nos bastidores da política imperial esteve relacionado ao tipo de imigrante ideal escolhido para suprir a mão de obra cativa. Eram nítidos os critérios de escolha do imigrante apto à lavoura, uma vez que, segundo os defensores de tal iniciativa, o europeu “modifica o caráter do nacional, criando-lhe a vocação para o trabalho técnico”⁴⁰. Esse discurso se alinhava à teoria do “branqueamento racial”, que buscava solucionar, mediante a imigração, as contradições de uma nação construída calcada na escravidão. Para tanto, eram elencadas como metas: construir uma nação civilizada, branca, projetada nos princípios de racionalidade que encaminharia o país rumo ao progresso. Os agentes estatais associavam tais ideias ao “aumento da produção agrícola e das exportações, à modernização da técnica e ao trabalho livre operoso e disciplinado”.⁴¹

A configuração de uma nova instituição social do trabalho esteve pautada pela prosperidade material do trabalho livre e na exclusão de indígenas e ex-escravos, por se acreditar que tais sujeitos fossem inferiores em termos civilizacionais, dentro das concepções

³⁷ Ibidem, p.143.

³⁸ Decisão n. 486 – circular de 25 de abril de 1865. Ibidem, p.146.

³⁹ Decreto n.6129 de 23 de fevereiro de 1876. Ibidem, p. 152.

⁴⁰ João Cardoso de Menezes e Souza. “These sobre a colonização do Brasil. Projeto de solução às questões sociais que se prendem a esse difícil problema”. Apud. Ibidem. p. 168.

⁴¹ Ibidem. p.163.

cientificistas em voga na época⁴². No período anterior à abolição, o escravo era visto como mercadoria, objeto de propriedade, bem jurídico e sujeito tutelado criminalmente, alijado de direitos e cidadania. Após a abolição, os ex-cativos não puderam desfrutar de uma cidadania plena. Podemos tomar como exemplo disso, dentre tantos outros, o fato de essas pessoas não poderem ocupar cargos públicos.⁴³ Com os indígenas a situação não era muito diferente do relatado. Assim, a elite imperial era responsável por defender os privilégios senhoriais por meio da manutenção da ordem, forjando os critérios administrativos e jurídicos da República nascente.

O processo de modernização, no Império, deu-se por um crescente distanciamento do Estado para com a sociedade, uma vez que este construiu um tipo de direito imposto por uma “elite iluminada” – composta por bacharéis, homens de negócios, profissionais letrados e grandes latifundiários – às expensas das classes tidas como subalternas, em meio à constituição de um Estado capitalista e civilizado.⁴⁴ A posição dos bacharéis do império, como ocupantes dos quadros políticos e administrativos do Estado republicano, foi estratégica para organizar uma sociedade desigual e excludente, dentro de uma estrutura piramidal de cima para baixo.

O período da chamada Primeira República (1889-1930) foi marcado por um aumento vertiginoso no número de imigrantes vindos para o Brasil. Em termos políticos, a constituição de 1891 estabelece a “Grande Naturalização”, situando aos estrangeiros dois modos para adquirir nacionalidade. O primeiro apontava que se os estrangeiros, encontrando-se em solo brasileiro em 15 de novembro de 1889, “não declarassem, dentro de seis meses após a entrada em vigor da Constituição, o ânimo de conservar a nacionalidade de origem”, seriam naturalizados⁴⁵. Assim, ainda que mantendo uma perspectiva conservadora, o interessado não

⁴² Um debate que marcou o século XIX e início do XX foi a chamada política de “branqueamento racial”, baseada em teorias originárias da Europa e Estados Unidos, amparadas por crivo científico. Imaginar uma nação que solucionaria os problemas referentes ao trabalho escravo por meio de uma miscigenação que se daria no cruzamento das raças até o predomínio e branqueamento da sociedade foi a ideologia imposta por instituições, cientistas, juristas e políticos no século XIX. Para mais informações sobre tal debate verificar: SKIDEMORE, Thomas. *Preto no Branco: raça e nacionalidade no pensamento Brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976; e SCHWARCZ, Lília Moritz. *O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

⁴³ MORAES, Ana Luisa Zago de. “Crimigração: a relação entre política migratória e política criminal no Brasil”. Tese (Doutorado). Faculdade de Direito. Programa de Pós-Graduação em Ciências Criminais, PUCRS, 2016.

⁴⁴ GILENO, Carlos Henrique. “Perdigão Malheiros e as crises do sistema escravocrata e do Império”. Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas: Campinas, 2003.

⁴⁵ A Constituição delimitava, declaradamente, a quem se destinava os direitos na recém-república. “Nesse período inicial, estava em vigor a Constituição do Império, de 1824, de caráter liberal e proprietista, que fixou os primeiros critérios para que um indivíduo fosse considerado cidadão brasileiro (art. 6º), excluindo os escravos e os estrangeiros, mas conferindo cidadania, dentre outros, aos libertos; aos nascidos no Brasil, ainda que filhos de pai estrangeiro (critério do *jus sollis*); aos nascidos no estrangeiro, mas filhos de pai brasileiro, caso venham a

estava envolto em grande aparato burocrático, tendo que manifestar interesse até data prevista. Os outros modos para se naturalizar eram ser possuidor de bens imóveis no Brasil, ser casado com brasileiro/a, possuir filhos autóctones, desde que residindo no país, não havendo interesse em mudar/manter a nacionalidade, mesmo tendo chegado ao país após 1889 (art. 69). Tais critérios estabelecem que o direito à nacionalidade estava atrelado à propriedade, ou seja, normativa de cunho liberal, que estabelecia direitos civis e políticos aos “cidadãos natos”, para também, exercerem cargos públicos.⁴⁶ A república cravava na letra dura da lei a quem ela se destinava, excluindo os despossuídos de bens, tutelando os povos nativos e deixando à margem multidões de recém-libertos do Brasil.

Após o Estado Novo, a política migratória passou a ser calcada em uma “campanha de nacionalização planejada para impor a assimilação”.⁴⁷ As propostas do governo para com esse setor foram marcadas pelo “ fortalecimento dos projetos de seleção e restrição direcionados aos estrangeiros, além de políticas de controle e repressão de trabalhadores imigrantes, principalmente, aqueles rotulados de difícil assimilação, tais como: negros, japoneses, chineses e, sobretudo, judeus”. É nítida a seleção étnica estabelecida pela política de Vargas, e dito caráter foi confirmado com a criação, também, do Conselho de Imigração e Colonização, em 1938, órgão responsável pela seleção, fiscalização, entrada e fixação dos migrantes. Houve um debate na sociedade relacionado à seleção étnica de grupos tidos como “desejáveis” – provindos de países como: Dinamarca, Finlândia, Noruega, Países Baixos, Portugal, Suécia, Suíça e Iugoslávia. Povos definidos como aptos a se inserir no mercado de trabalho e embranquecer a sociedade, segundo discurso de João Carlos Muniz, presidente do Conselho de Imigração e Colonização:

Sob este aspecto, o Brasil constitui um verdadeiro laboratório. O meio físico, as novas condições de vida econômica, a abundância de recursos naturais, o clima e outros fatores estão constantemente transformando a organização social e até os caracteres físicos e psíquicos dos imigrantes que se fixam no Brasil, promovendo aqui a assimilação de raças e culturas várias.⁴⁸

residir no Império (*jus sanguinis*); e aos estrangeiros naturalizados. A perda da cidadania, por sua vez, segundo o art. 7º, ocorreria aos banidos por sentença, dentre outros casos; e a suspensão dos direitos políticos “Por Sentença condenatória à prisão ou degredo, enquanto durarem os seus efeitos” (art. 8º, III).” apud. MORAES, Ana Luisa Zago de. Op. Cit. p. 50.

⁴⁶ Em 15 de dezembro de 1889, o Decreto no 58-A já previa a “Grande Naturalização”, que apenas foi “constitucionalizada” em 1891. Apud. MORAES, Ana Luisa Zago de. Idem, p. 51.

⁴⁷ SEYFERTH, Giralda. “Colonização, imigração e a questão racial no Brasil”. *REVISTA USP*. São Paulo, nº.53, p. 117-149, março/maio 2002. p. 24. Visualização e download em: 07 fev.2017, às 18h.

⁴⁸ “Primeiro ano de trabalhos do Conselho de Imigração e Colonização, pela Secretaria do Conselho”, p. 3-4. Apud. GERALDO, Endrica. “O combate contra os “quistos étnicos”: identidade, assimilação e política migratória no Estado Novo”. *Locus: Revista de História*. Juiz de Fora-MG. V. 15, nº1. 2009 pp.171-187. Acesso e download em 08/02/2017, às 17h. Disponível em: goo.gl/aRdYnTcontent_copyCopy short URL

Os imigrantes radicados no Brasil deveriam se assimilar à força, inclusive passando a falar a língua portuguesa em território nacional e nas repartições públicas. A política estatal do governo Vargas instituiu leis que restringiam os direitos basilares dos estrangeiros, prevendo a expulsão de qualquer imigrante que não atendessem aos critérios do “desejável” à nação. Passaram a integrar esta categoria “os refugiados, incluindo os criminosos comuns, vagabundos, exploradores da prostituição e os insurgentes traficantes de drogas”, além de comunistas e nazistas.

Podemos dizer, de forma sintética, que de finais do Século XIX até meados do Século XX, houve quatro marcadores de fluxos de pessoas advindas de territórios estrangeiros para o Brasil. O primeiro fluxo foi caracterizado por uma política de imigração subsidiada em direção às lavouras de café do Oeste paulista composto, em sua maioria, por italianos. O auge das imigrações se deu entre 1886 a 1902, data em que a Itália, por meio do decreto denominado Prinetti⁴⁹, foi assinalado o fim do envio de pessoas subsidiadas para trabalharem no Brasil. O segundo fluxo esteve atrelado à política de valorização do café e à assinatura do Convênio de Taubaté, em 1906, encerrando-se às vésperas da segunda guerra mundial. Esse período assistiu ao aumento da imigração portuguesa e espanhola, além da vinda de japoneses para o Brasil. O terceiro fluxo se iniciou durante o Estado Novo e se encerrou em finais da Segunda Guerra Mundial, caracterizado pelo aumento de imigrantes oriundos do leste europeu: poloneses, russos, romenos, judeus e outros. Neste momento, é finalizada a política migratória de subsídios de pessoas por parte do Estado.⁵⁰

No pós-guerra, embora o país tivesse deixado de lado políticas de incentivo à vinda de imigrantes, o governo brasileiro assinou acordos para recebimento de refugiados com o Japão e diversos países europeus. Assim, o Estado de São Paulo foi o principal signatário, abrindo o país para a recepção de pessoas que estavam em campos de refugiados no *front* europeu e no país asiático.⁵¹

⁴⁹ O decreto Prinetti foi um mecanismo adotado pelo governo italiano, em 1902, que encerrava o envio de emigrantes italianos para trabalhar no Brasil com passagem subsidiada, em decorrência dos casos de maus tratos e trabalho análogo ao de escravo nas fazendas de café do Oeste paulista. Porém, para aqueles que desejassem vir, “o decreto não fazia mais do que determinar a suspensão de uma licença especial concedida a algumas companhias de navegação para transportar, gratuitamente, emigrantes italianos para o Brasil. Proibia, também, que agentes recrutassem, na Itália, emigrantes, destinando-os ao Brasil.” In HUTER, Lucy Maffei. *Imigração Italiana: aspectos gerais do processo imigratório. Revistas do Instituto de Estudos Brasileiros*. São Paulo. Nº 27, 1987. pp. 59-73. p.63

⁵⁰ SALLES, Maria do Rosário. “Imigração e política migratória brasileira no pós-Segunda Guerra Mundial”. *Cadernos CERU*. Série 2, nº. 13, 2002. p.104 Para uma análise mais completa deste período, entre 1930-1950, consultar: PAIVA, Odair da Cruz. *Caminhos Cruzados: migração e construção do Brasil Moderno (1930-1950)*. BAURU-SP: EDUSC, 2004.

⁵¹ Compunha o acordo o “decreto Lei 7.967 de 18/09/1945, que abre a imigração no pós-guerra, constituição do IOR – Organização Internacional para Refugiados e acordo relativo às disposições provisórias para deslocados,

O período delimitado entre 1964 e 1985 é marcado por reformulações profundas na política migratória brasileira, sob o prisma da Ideologia de Segurança Nacional⁵², tida como um marco definidor de tal período. Em relação a temporalidade estudada, esse período tem como base a pressuposição de que os estrangeiros seriam possíveis inimigos da nação, dentro do quadro de disputa bipolar do período. O reagrupamento de Estados reivindica, então, metas políticas opostas entre alianças que figuravam entre o bem e o mal ou ocidente democrático e civilizado *versus* comunismo oriental.⁵³ Nesse panorama de construção constante de inimigos, a formulação de temores e desconfianças também se voltou contra os imigrantes, possíveis estrangeiros invasores a serviço de Nações “inimigas”, subversivos em potencial; arrolados nas classificações de “inimigos internos e externos do Estado”. Dessa maneira, era justificada a possível aplicação de medidas de prisão, banimento e expulsão de imigrantes. Durante o ciclo ditatorial civil-militar vigoraram no Brasil duas constituições, sendo instituídos dezessete Atos Institucionais, nove emendas constitucionais, cento e quatro atos complementares, trinta e duas leis constitucionais e seis decretos-leis. Essa arquitetura jurídica foi erguida para engessar as ações da sociedade civil, dando plenos poderes aos setores do militarismo e dos apoiadores do regime.⁵⁴

Dentro de um contexto de prevalência da segurança nacional, a partir de uma lógica que visava “salvaguardar o país” contra ameaças estrangeiras, foi implementado o Estatuto do Estrangeiro, Lei nº 6.815 de 19 de agosto de 1980, em que foram estabelecidas aos imigrantes restrições a qualquer prenúncio de organização política, direito ao voto, participação em cargos públicos e outros direitos atribuídos aos brasileiros. Assim, a Constituição dispunha sobre quem se encontrava sob o território nacional, delimitando a oposição entre termos

15/09/1946. Acordo de Migração entre o Brasil e Itália, 05/07/1950, legislação para criação do INIC – Instituto Nacional de Imigração e Colonização; Convenção relativa ao Estatuto dos Refugiados concluída em Genebra em 1951 e assinada pelo Brasil em 1952; Acordo de migração e colonização entre o Brasil e os Países Baixos, 15/12/1950; Constituição do Comitê Intergovernamental para migrações Europeias – CIME, 19/10/1953; Acordo de migração Brasil-Espanha, 1960, Acordo de imigração e colonização em 1960”. Idem, p. 105.

⁵² Para mais detalhes vide: MOTTA, Rodrigo Pato Sá. “A ditadura nas representações verbais e visuais da grande imprensa: 1964-1969”. *Topoi*, v. 14, n. 26, jan./jul. 2013, p. 62-85. p.73.

⁵³ MORAES, Ana Luisa Zago de. Op. Cit, p.113.

⁵⁴ Há um número extenso de trabalhos que discutem o período da ditadura militar e suas consequências para o processo democrático durante a década de 1980. Em números, os resultados do golpe são relativamente conhecidos. “Os dados disponibilizados por várias fontes indicam 50 mil pessoas atingidas, a maioria com passagens nas prisões por motivos políticos; milhares de presos, sendo que cerca de 20 mil deles foram submetidos à tortura física; pelos menos 360 mortos, incluindo 144 dados como desaparecidos, 7.367 acusados, 10.034 atingidos na fase de inquérito em 707 processos judiciais por crimes contra a segurança, eliminação física de personalidades político-militares, [...] 4.862 cassados, 6.592 militares atingidos, 130 banidos do território nacional, 780 cassações de direitos políticos por atos institucionais por dez anos, milhares de exilados e centenas de camponeses assassinados, sem falar de incontáveis reformas, aposentarias e demissões do serviço público por atos discricionários.” Vide CUNHA, Paulo Ribeiro da. “Militares e Anistia no Brasil: um dueto desarmônico”. In. *O que resta da ditadura: a exceção brasileira*. TELLES, Edson & SAFATLE, Vladimir. (Org.). São Paulo: Boitempo, 2010. pp.14-40.

“brasileiros” e “estrangeiros”⁵⁵. Essa lei foi encaminhada pelo General João Batista Figueiredo em regime de urgência para ser aprovada. No entanto, desde o início de sua vigência sofreu severas críticas no país. O principal argumento era que o texto base violava os tratados internacionais e os direitos fundamentais da pessoa humana. As mudanças na lei asseguraram “a inclusão dos religiosos entre os beneficiários do visto permanente; a impossibilidade de expulsão no caso de estrangeiro casado há cinco anos ou com filho com brasileiro/a; e o envio de dados pessoais de estrangeiros por proprietários de hotéis ou locatários de imóveis ocupados pelos mesmos apenas quando solicitado pelo Ministério da Justiça”⁵⁶. Com base no direito internacional, nenhum Estado está obrigado a aceitar o ingresso de estrangeiros em seu território, assim, cabe a discricionariedade a ser operada pela política migratória em estabelecer autorizações pelas instituições do Estado.

O estatuto do estrangeiro estipula as interdições:

Art. 107. O estrangeiro admitido no território nacional não pode exercer atividade de natureza política nem se imiscuir, direta ou indiretamente, nos negócios públicos do Brasil, sendo-lhe especialmente vedado:

I – organizar, criar ou manter sociedade ou quaisquer entidades de caráter político, ainda que tenham por fim apenas a propaganda ou a difusão, exclusivamente entre compatriotas, de ideias, programas ou normas de ação de partidos políticos do país de origem

II – exercer ação individual, junto a compatriotas ou não, no sentido de obter, mediante coação ou constrangimento de qualquer natureza, adesão a ideias, programas ou normas de ação de partidos políticos ou facções políticas de qualquer país

III – organizar desfiles, passeatas, comícios e reuniões de qualquer natureza ou deles participar, com os fins a que se referem os itens I e II deste artigo.

Parágrafo único. O disposto no *caput* deste artigo não se aplica ao português beneficiário do Estatuto da Igualdade ao qual tiver sido reconhecido o gozo de direitos políticos.

⁵⁵ A categoria de estrangeiro é problematizada pela antropóloga Seyferth que nos diz: “As palavras estrangeiro e imigrante aparentemente têm significação diferente, mas sob muitos aspectos são usadas em sinonímia. Estrangeiro é o indivíduo natural de outro país, ou na versão substantiva, aquele que não é natural nem cidadão do país onde se encontra, conforme registram os dicionários. A palavra alienígena expressa o segundo significado de forma mais categórica pois marca a distinção entre indivíduos ou grupos desejáveis e indesejáveis e envolve, às vezes, sentimentos de suspeita e xenofobia. Imigrante, num sentido mais geral, é aquele que se desloca para outro país e ali permanece, e a imigração tem sido qualificada justamente pela entrada de indivíduos ou grupos num país estrangeiro com intenção de ali restabelecer sua residência ou, usando uma referência mais apropriada que aparece nos discursos daqueles que assumiram a identidade de imigrante, no contexto da imigração em massa na virada para o século XX, estabelecer um novo lar, numa nova pátria. Independentemente de outras qualificações, o imigrante é um estrangeiro ou alienígena, apesar da possibilidade de obter a cidadania como “naturalizado”. (Seyferth, p.3)

⁵⁶ Para mais detalhes consultar RIBEIRO, Heloisa Mazzoccante. *Política Imigratória no Brasil Contemporâneo: limites e desafios na relação entre direitos humanos, democracia e desenvolvimento*. 2007. 190 f. Dissertação (Mestrado). Estudos Comparados sobre as Américas, Universidade de Brasília, Brasília. 2007. E SPRANDEL, Márcia. O parlamento e as migrações Internacionais. In: *Migrações Internacionais: Contribuição para políticas*. Brasília, CNPD, 2001.

Neste contexto, ficava evidente o caráter excludente do *outro*, uma vez que a lei aplicava a Doutrina de Segurança Nacional contra a “possível invasão por inimigos ocultos”. Isso pode ser visto em:

Art. 1º Em tempos de paz, qualquer estrangeiro poderá, satisfeitas as condições da Lei, entrar e permanecer no Brasil, e dele sair, resguardados os interesses nacionais. Art. 2º Na aplicação desta Lei atender-se-á precipuamente à segurança nacional, à organização institucional, aos interesses políticos, sócio-econômicos (sic) e culturais do Brasil, bem assim à defesa do trabalhador nacional. Art. 3º A concessão do visto, a sua prorrogação ou transformação ficarão sempre condicionadas aos interesses nacionais⁵⁷.

Fica evidente que os elementos elencados na Lei estão relacionados com a soberania do Estado, a delimitação de uma fronteira política, a inserção dos limites de nacionalidade e de cidadania. A partir deste pressuposto, a lei é um imperativo que rege as condições de restrição/exclusão daquilo que não seria comum/afeito aos nacionais, definindo as categorias de nacionalidade e cidadania do *eu* nacional, em oposição aos *outros*⁵⁸, os estrangeiros não desejados.

No período da redemocratização, a partir do estabelecimento da Constituição de 1988, é criado o Conselho Nacional de Imigração – CNIg, entidade vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego, que tinha como objetivo formular, coordenar e orientar a política migratória no Brasil. Dentre outras atribuições, cabe ao CNIg realizar o “levantamento das necessidades da mão de obra estrangeira qualificada” para ser administrada no país.

Em 1991, o poder Executivo enviou ao Congresso Nacional o projeto de Lei nº 1.1813/91, estabelecendo a situação jurídica do estrangeiro em relação à Lei anterior. O projeto sofreu pressões de opositores do projeto pelos espaços que transitou. Nesses espaços, apresentaram poucas modificações em relação à Lei nº 6.815. Representantes das instituições não governamentais que trabalhavam com a causa migrante e representantes da sociedade civil e coletivos de migrantes estabeleceram críticas ao projeto.

De modo que, entre 1991-2000, tramitaram de forma paralela ao projeto de Lei 1.1813/91 outras propostas projetivas que visavam ampliar esse projeto⁵⁹. No decorrer da década de 1990 foram alçadas conquistas. A primeira foi a aprovação do Estatuto dos

⁵⁷ Para mais detalhes consultar o Estatuto do Estrangeiro em goo.gl/IWjWgK. Acesso em: 20 mai. 2015.

⁵⁸ Tais mecanismos de segurança jurídica apontam que os sujeitos não portadores de documentos de permanência no Brasil estão excluídos da cidadania, levando-os a uma vulnerabilidade social da condição de sujeitos de direitos. De tal modo, entender o campo da imigração a partir do entrecruzamento dos operadores que regem a fronteira entre a cidadania, a lei e a condição de alógeno do imigrante é decisivo para produção dos mecanismos que marcam a vulnerabilidade social, econômica e jurídica do imigrante. Assim, tais dispositivos expõem à violência contra o imigrante a emanar do Estado.

⁵⁹ Idem, p. 125.

Refugiados e, a segunda, a realização de uma nova anistia migratória, ambas em 1998. Os projetos relacionados aos interesses dos imigrantes e refugiados devem passar pela Comissão dos Direitos Humanos⁶⁰ – CDH, criada em 1995 – na Câmara dos Deputados, a fim de que sejam realizadas audiências públicas para discutir tais temáticas. Houve uma nova reformulação e, em 2004, a comissão conquista na Câmara dos Deputados, o poder deliberativo sobre todas as modalidades de proposição em seu campo temático de competência. Além disso, passa a ser designada como Comissão de Direitos Humanos e Minorias – CDHM.

No que tange à esfera do Senado Federal, os assuntos relacionados à questão dos imigrantes e refugiados, estão sob os encargos da Comissão de Assuntos Sociais – CAS e da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CREDN. Além das citadas exatamente acima, existe a Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul – CPCM, responsável pelas discussões relacionadas ao Mercosul.

Também é importante mencionar que para discutir as questões relacionadas aos direitos dos trabalhadores migrantes e refugiados, foi aprovada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em dezembro de 1999, a Resolução 45/158, na qual foi adotada a Convenção Internacional de Proteção aos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e Membros de Suas Famílias. Essa Resolução passou a vigorar em 1º de julho de 2003, ratificada por vinte países. É, pois, uma normativa internacional que pretende garantir a defesa dos direitos humanos dos trabalhadores migrantes, estabelecendo o direito inalienável de sua liberdade, independentemente de sua situação jurídica regular ou irregular, tendo como prerrogativa o direito de viver em família e reagrupamento familiar. Além disso, essa convenção ratifica o combate ao tráfico de pessoas⁶¹.

Outro marco importante no decorrer da década de 2000 foi a aprovação da Lei de anistia em 2009, Lei nº 11.961 de 2 de julho de 2009⁶², no Congresso, a qual beneficia os imigrantes que entraram em território nacional até 1º de fevereiro de 2009. Esse marco jurídico, garantiu acesso à cidadania, visto que parte significativa destes vivia em condições precárias e estava em condições de vulnerabilidade. De forma que, essa normativa possibilitou que os migrantes tivessem ingresso no mercado de trabalho com direitos

⁶⁰ Ibidem. p. 125. Cabe a Comissão dos Direitos Humanos as atribuições “recebimento, investigação, avaliação de denúncias relativas à ameaça e violações de direitos humanos, fiscalização e acompanhamento dos programas governamentais relativos à proteção dos direitos humanos; colaboração com entidades não governamentais, nacionais e internacionais, que atuem na defesa dos direitos humanos; pesquisa e estudos relativos a essa temática”.

⁶¹ Verificar normativa completa em goo.gl/4rrGXecontent_copyCopy short URL.Acesso em: 06 set. 2017.

⁶² Para mais detalhes consultar a Lei de Anistia em goo.gl/tJpd2caAcesso em: 06 set. 2017.

equivalentes aos brasileiros: carteira assinada, saúde pública, educação gratuita, acesso ao sistema bancário e ao crédito, além do direito de ir e vir dentro do território nacional.

Depois de um longo processo de debate de representantes do Estado com a sociedade civil, população migrante e refugiados, instituições governamentais e órgãos não governamentais, foi aprovado um novo marco regulatório, a Lei de Migração nº 13.445 de 24 de maio de 2017⁶³, assinada pelo presidente Michel Temer (PMDB).⁶⁴ Dentre as contradições e ambiguidades que esta implementa há o veto ao conceito de imigrante em seu artigo 1º, além de mais outros 20 desse. Dentre as prerrogativas estão: o combate a criminalização do imigrante e formas que agilizem a desburocratização de processos documentais.

Mesmo que em algumas direções haja avanços na nova normativa, há também retrocessos dos Direitos Humanos e garantias fundamentais estipuladas pela Constituição de 1988. Um dos Vetos consiste na não concessão de anistia para aqueles que apresentavam situação irregular e para os que entraram no Brasil até 6 de julho de 2016 e fizeram o pedido no período de um ano após o início da vigência da lei, independente da condição migratória.

Outro veto foi da livre circulação de povos indígenas e populações tradicionais em áreas de fronteiras, em terras tradicionalmente ocupadas. Esses grupos foram considerados como migrantes vulneráveis, não sedentarizados em um território, foi alegado a incompatibilidade que o deslocamento irrestrito destes seria confrontante com a Constituição, uma vez que “a defesa do território nacional como elemento de soberania, pela via da atuação das instituições brasileiras nos pontos de fronteira, no controle da entrada e saída de índios e não índios e a competência da União de demarcar as terras tradicionalmente ocupadas, proteger e fazer respeitar os bens dos índios brasileiros”⁶⁵. Esses critérios bloqueiam, de forma classificatória, o entendimento, compreensão do que seja povos indígenas nômades, em seus percursos de circulação em áreas de fronteira do Brasil que ainda não fizeram o “contacto” com a sociedade branca.

Outro item vetado é a possibilidade do migrante ser aprovado em concurso público e ter sua residência concedida em virtude de sua aprovação. Ainda assim, mesmo com muitos vetos há também conquistas, como o direito à associação sindical, a livre circulação no território nacional e a garantia de acesso à assistência judiciária gratuita, podendo haver representação do migrante pela Defensoria Pública da União em casos de este ser detido nas

⁶³ Mesmo que a nova lei tenha sido resultado de um longo processo de luta de todos os grupos envolvidos, ela é sancionada com mais de 20 vetos. Verificar em goo.gl/HqdqIO. Acesso em: 06 set. 2017.

⁶⁴ Mesmo que a nova lei tenha sido resultado de um longo processo de luta de todos os grupos envolvidos, ela é sancionada com mais de 20 vetos. Verificar em goo.gl/HqdqIO. Acesso em 06 set. 2017.

⁶⁵ Verificar matéria no site consultado goo.gl/amEK3v. Acesso em: 06set.2017.

fronteiras, não sendo permitida a sua deportação imediata pela Polícia Federal. Outro ponto importante da lei é a garantia à participação e manifestação política, anteriormente reprimidas pelo Estatuto do Estrangeiro.

O longo processo que deu origem a essa lei foi derivado de debates dos imigrantes, sociedade civil, os quais durante todo o processo, acompanharam o trâmite para a aprovação desta. Porém, os vetos impostos na carta ferem a democracia participativa, uma vez que não foram discutidos com a sociedade civil, muito menos com os diretamente envolvidos no processo: imigrantes, refugiados, apátridas e povos indígenas e povos tradicionais.

De modo que a Lei nº 13.445 aglutina em seu texto avanços e retrocessos, demonstrando as ambiguidades e contradições do contexto social do processo democrático em curso.

2.1.1 O Ser social, político e jurídico do imigrante

Os sentidos imbricados na noção de estrangeiro transbordam os significados jurídicos porque a qualidade deste estatuto pode ser atribuída em função das variadas empregabilidades da noção de fronteira que existe no espaço nacional, podendo ser hierarquizadas, interconectadas e sofrerem outras denominações nos contextos que são acionadas. Assim, é configurada a proposição de que ser estrangeiro tem revestimento, um atributo negativo dentro do grupo de referência a que pertencemos⁶⁶.

Comumente, ao não pertencer a uma determinada comunidade de destino, a palavra *estrangeiro* é usada como rótulo, atribuindo classificações a grupos e pessoas. Nesse quesito, a rotulagem de não pertencimento pode servir para desqualificar o outro em sua dimensão de vida, fortalecendo os laços de unidade do grupo que atribui e cria o estigma. Logo, o estrangeiro é nomeado aquele que não pertence ao território, é o *intruso*⁶⁷, o bárbaro, aquele cuja historicidade é apagada e assim, é erguido um vazio histórico da experiência que poderia ser compartilhada para o alargamento do sentido de *nós*, daquilo que poderia redimensionar a perspectiva na sociedade como argumenta Kristeva em seu clássico livro:

O estrangeiro é um esfolado sob a carapaça de ativista ou de incansável “trabalhador imigrado”. [...] Dialética do senhor e do escravo? A animosidade suscitada pelo estrangeiro, ou no mínimo, a irritação (“O que você está fazendo aqui? “Aqui não é

⁶⁶ LOPES, Cristiane Maria Sbalqueiro. *Inmigración y derechos humanos: un análisis crítico del caso brasileño*. Curitiba-PR: Juruá, 2013. p. 21.

⁶⁷ No livro *Estrangeiros de Nós Mesmos*, de Júlia Kristeva, a autora faz uma avaliação filosófica da condição do estrangeiro no mundo ocidental, referenciando uma leitura, por vezes, psicanalítica, outras vezes, existencial, dessa condição para com o outro como também para com nós mesmos. KRISTEVA, Júlia. *Estrangeiros de Nós Mesmos*. São Paulo: Rocco, 1994.

seu lugar!”) Pouco o surpreendem. De bom grado ele sente uma certa admiração para com os que o acolheram, pois em geral acredita serem eles superiores, seja material, política ou socialmente. Ao mesmo tempo não deixa de julgá-los um pouco limitados, cegos. Pois os seus anfitriões desdenhosos não possuem a distância que ele possui para se ver e para vê-los. O estrangeiro fortifica-se com esse intervalo que os separa dos outros e de si mesmo (sic), dando-lhe um sentimento altivo, não por estar de posse da verdade, mas por relativizar a si próprio e aos demais, quando estes encontram-se nas garras das rotinas da monovalência. Os outros talvez possuem coisas, mas o estrangeiro sabe que ele é o único a ter uma biografia, isto é, uma vida feita de provas. Nada como catástrofes ou aventuras (embora tanto umas quanto as outras possam acontecer), simplesmente uma vida onde (sic) os atos são acontecimentos, porque implicam escolhas, surpresas, rupturas, adaptações ou estratégias, sem rotina ou repouso.⁶⁸

Neste movimento, tanto de si como do outro, tanto de dentro quanto de fora, Kristeva aponta para as fissuras da perspectiva ocidental, da face oculta da nossa identidade, dos problemas do ostracismo, da dificuldade em viver com esse outro. É dizer, a autora pontua as questões que norteiam o partilhar de um processo de construção de novas formas de alteridade que não sejam vistas como subalternas ou que não sejam silenciadas pelas vozes destoantes do viver em tempos sombrios. Dentro deste ensejo, cabe dizer que o processo migratório equivale à condição de ir e vir do sujeito em trânsito, da qualidade de movimento, de ação. Seu conteúdo exprime uma situação social, um estatuto econômico, restrições as quais o imigrante busca superar por meio de seu labor, colocando sua força de trabalho à venda, nos contextos sociais em que se encontra.

Por sua vez, o cenário das migrações contemporâneas e o acionamento de novas articulações de pertencimento cruzam com posturas xenofóbicas por parte de setores da sociedade civil, uma vez que é nos territórios do capital e da nova articulação financeira que os imigrantes presentificam a violência de posturas que não reconhecem a história e a diferença do outro:

Extranjero no es sólo el que viene de otra parte y habla otra lengua, sino también el que no tiene acceso a las redes estratégicas, el que no participa en su control y por eso depende de decisiones ajenas. La desigualdad nos hace vivir aquí como si estuviéramos lejos.

El extranjero no es sólo el excluido de la lógica social predominante. Es también el que tiene un secreto: sabe que existe otro modo de vida, o existió, o podría existir. Si es un extranjero en su propia sociedad, un extranjero-nativo, sabe que hubo otras formas de trabajar y divertirse, de comunicarse y trazar el horizonte, antes de que llegaran turistas, empresas transnacionales o jóvenes que cambiaron los modos de hablar y hacer. Una de las experiencias de extranjería perturbadoras respecto de lo “propio” es la del migrante o exiliado que retorna a su país de origen diez años después y, al expresarse frente a sus connacionales con gestos o palabras que ya no se usan, escucha que le preguntan “¿usted no es de aquí, verdad?”

La extranjería es también, en ciertos momentos, una percepción y una representación simbólica. Es la conciencia que surge de un desajuste, una momentánea pérdida de la identidad en la que tradicionalmente nos reconocemos. Podemos sentirnos

⁶⁸ Idem, p. 15.

extranjeros en nuestro propio país, tan solo porque nos movemos junto a otro extranjero, o porque nos aplican una categoría con la que nunca nos identificamos. En tal sentido podemos hablar de extranjerías situacionales, desclasificaciones que provienen de la mirada de los otros o que nosotros mismos podemos activar convirtiéndonos, en ciertas circunstancias, en otros, en extranjeros.⁶⁹

O estrangeiro, portanto, não está situado apenas como um ser advindo de outros territórios, permeados por outras matrizes de pensamento, mesmo que partilhando da inserção no mundo capitalista da produção e, por sua vez, da sua exclusão, *ser estrangeiro é um modo de ser no mundo*. Não é necessário saímos do território brasileiro para perceber povos que são estrangeiros em sua própria terra. Basta pensarmos nas populações indígenas, nas comunidades ribeirinhas e quilombolas, nos excluídos das tecnologias e do acesso à cultura, na população que habita as periferias urbanas para lembrarmos apenas de algumas coletividades que estão incluídas no território nacional, mas excluídas das possibilidades de exercerem de modo pleno seus direitos.

A migração, contudo, não alarga somente as concepções de mundo dos sujeitos, mas modifica os códigos de linguagem, ativando um deslocamento dos sentidos de pertencimento e de suas representações sociais. Transformar o sentimento de “extranjería”, como o concebe Canclini, em formas de apropriação da sociedade receptora pode acionar outras possibilidades do *viver* a migração e não apenas do *sobreviver* no lugar que se escolheu para trilhar o futuro.

Nesse trabalho, compreendemos a imigração como um processo que se realiza mediante a presença do imigrante – “aquele que realiza essa presença estrangeira e, correlativamente, o emigrante é aquele ausente que se encontra no estrangeiro. Dessa maneira, as duas ordens, a ordem da migração (ordem da emigração e a ordem da imigração) e a ordem nacional, estão substancialmente ligadas uma à outra⁷⁰. A imigração e o seu duplo, a emigração, é a plataforma em que se realiza praticamente, no modo da experiência, o confronto com a ordem nacional”, essa operação dialética entre o nacional e o não nacional no espaço⁷¹.

Na perspectiva teórica de Paul Singer⁷², a migração, dentro de uma perspectiva de deslocamento interno no território, é um acontecimento de cunho social, atravessado pelas

⁶⁹ CANCLINI, Néstor García. “Las Fronteras dentro de los Países, Las Naciones Fuera de su Territorio. *Revista Diversitas*. Ano 1, nº1, mar/set 2013. pp.16-28. goo.gl/1dVgBVcontent_copyCopy short URL p.17. Acesso 26/5/17.

⁷⁰ SAYAD, Abdelmalek. *A Imigração ou os paradoxos da alteridade*. São Paulo: EDUSP, 1998. p.266.

⁷¹ Ibidem

⁷² Embora tratem mais de questões relacionadas à migração interna, as reflexões de Paul Singer também lançam luz sobre a problemática da “imigração”, tema de nosso trabalho. Para mais informações sobre o texto em análise: SINGER, Paul. *Economia política da urbanização*. São Paulo: Brasiliense, 1980. Ver também, do mesmo autor: *Dinâmica populacional e desenvolvimento*. São Paulo: Hucitec, 1988.

constituições de classe social, dimensão a qual é circunscrita por processos sociais, econômicos e políticos que atuam como forças históricas para os deslocamentos dos sujeitos. Desse modo, as migrações “são sempre historicamente condicionadas, sendo o resultado de um processo global de mudança, do qual elas não devem ser separadas”⁷³. Nessa ótica, o lugar de destino sofre os fatores de atração, orientando os fluxos e os espaços para onde se deslocam a população. O fator de atração é exercido pela demanda da força de trabalho entendida como “oportunidades econômicas”. No local de destino, as migrações alavancadas pelos vetores de mudança sofreriam uma guinada, uma vez que podem produzir possibilidade de ascensão e mobilidade social. De outro modo, os vetores de estagnação social ocasionariam uma dificuldade da população em se inserir no mercado de trabalho, o que culminaria na reemigração. Pode-se concluir, pois, que superpopulação e subemprego no campo, onde de fato são encontrados, não resultam de excessivas densidades demográficas, mas da distribuição desigual da propriedade do solo, que “produz” um “exército de reserva” de trabalhadores agrícolas ao impedir a aplicação mais ampla de métodos intensivos de cultivo⁷⁴.

A imigração/migração é preñe de significados, tanto quanto o sentido de ser estrangeiro em sua própria terra. Enquanto o estrangeiro/retirante é um vir a ser, o imigrante/migrante está fadado a existir, está presente para “competir na busca de empregos”, segundo a opinião pública, para fazer uso das estruturas sociais dos países de acolhida. Desse modo, com relação ao imigrante, cerne de nossa análise, o mesmo está condenado a existir a partir do momento em que atravessa a fronteira, deixando “de ser estrangeiro comum para se tornar um imigrante⁷⁵”, converte-se em uma condição social, econômica e jurídica.

Dentro deste enquadramento jurídico-político, o imigrante aglutina uma espécie de banimento por ter deixado sua pátria, pagando com sua exclusão política no novo território que habita. Essa dimensão arbitrária da política vida é posta por Sayad, quem infere que

sendo o político monopólio exclusivo do nacional – ele é inclusive sua característica distintiva por excelência –, o imigrante, como não-nacional, é dele excluído, e excluído de direito; mas o emigrante que ele também é (e que continua sendo enquanto for designado e nomeado como imigrante) é excluído de fato enquanto é um nacional ausente (ausência da nação) do político.”⁷⁶

⁷³ Idem. p. 217.

⁷⁴ SINGER, Paul. Op. Cit. p. 102.

⁷⁵ SAYAD, Abdelmalek. *A imigração ou os paradoxos da alteridade*. São Paulo: EDUSP, 1998. p. 243.

⁷⁶ Idem, p. 269.

Essa presença ilegítima, segundo a ação jurídica do imigrante, acaba por produzir um sistema binário do *nacional* e do *não nacional* na plataforma política, além desse emigrante/imigrante reverberar uma espécie de dupla exclusão nas faces revestidas do imigrante, ausente da política que dita as referências para vida e para inserção deste no âmbito do social, as quais delimitariam assim sua identidade civil. De tal modo, como fazer parte de um corpo político no qual não se possui existência, que não tem legitimidade? Fica evidente a proximidade relacional entre “sujeito sem direitos” e “pessoas fora da lei”, aqueles que habitam as bordas e estão fora dela, mesmo estando dentro.

Caberia pensar a questão da negociação/negação da identidade do imigrante com a sociedade brasileira, da mesma forma que esta sociedade escolhe grupos específicos de imigrantes para serem inseridos em setores de trabalho. A discussão sobre a negociação/construção da identidade é pensada nesta pesquisa a partir dos estudos de Homi K. Bhabha em sua obra *O local da cultura*⁷⁷. As articulações narrativas das identidades são compreendidas como um processo inovador “de passar além das narrativas de subjetividades originárias e iniciais de focalizar aqueles momentos ou processos que são produzidos na articulação da diferença cultural⁷⁸”. Para Bhabha, a articulação cultural dos discursos de resistência das populações compreendidas como “subalternas” são fenômenos inscritos no “entre-lugar” da cultura perante intercâmbios de valores e trocas culturais nem sempre colaborativas e dialógicas, podendo ser radicalmente antagônicas e conflituosas.

A complexa negociação de identidades, do “direito” de se expressar a partir dos locais de enunciação do sujeito, mediante a “estrutura de interação que embasa os movimentos políticos que tentam articular elementos antagônicos e opostos sem a racionalidade redentora da superação dialética ou da transcendência⁷⁹”. O local da cultura nos mostra o interstício da ambivalência, as diferenças de lutas, conflitos e negociações na dinâmica da agências dos sujeitos diaspóricos. Tal perspectiva teórica pode nos ajudar a dar conta de formas particulares de dinâmicas do fenômeno da tradução cultural gerados na interculturalidade do presente. O migrante como o sujeito da diferença cultural que agrega a experiência do “momento de transição, e não apenas o contínuo da história; é uma estranha tranquilidade que define o presente no qual a própria escrita da transformação histórica se torna estranhamente visível⁸⁰”.

⁷⁷ BHABHA, Homi k. *O Local da Cultura*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.

⁷⁸ Idem, p.20.

⁷⁹ Idem, p.52.

⁸⁰ Idem, p.308.

A experiência cultural do migrante produz uma narrativa e aglutina uma experiência de habitar o “entre-lugar”, “a oposição minoritária dramatiza a atividade da intraduzibilidade da cultura; ao fazê-lo, ela desloca a questão da apropriação da cultura para além do sonho do assimilacionista, ou do pesadelo do racista, de uma transmissão total de conteúdo, em direção a um encontro ambivalente de cisão que marca a identificação com a diferença cultural⁸¹”.

Ou seja, pertencimento, exclusão, resistência e luta política perpassam o mosaico multicultural que observamos atualmente nas sociedades latino-americanas e caribenhas que confluem para as metrópoles latino-americanas. Cabe notar também que há práticas culturais que não se deixam ou não querem ser “hibridizadas”, o que coloca em xeque a multiculturalidade como uma premissa do presente, de modo que a noção de comunidade fora do lugar é

o suplemento antagônico da modernidade: no espaço metropolitano ela é o território da minoria, colocando em perigo as exigências da civilidade; no mundo transnacional ela se torna o problema de fronteira dos diaspóricos, dos migrantes, dos refugiados. As divisões binárias do espaço social negligenciam a profunda disjunção temporal – o tempo e o espaço da tradução – através da qual as comunidades de minoria negociam suas identidades coletivas. Isto porque o que está em questão no discurso das minorias é a criação de uma agência através de posições incomensuráveis (não simplesmente múltiplas). Haverá uma poética da comunidade “intersticial”? De que forma ela se automeia, cria sua agência?”⁸²

As narrativas identitárias que emergem no processo dos sujeitos na emigração de seus espaços de origem e na imigração nos seus lugares de destino constituem identidades que

são negociadas em diferentes tipos de diferenças – de gênero, sexualidade, classe. Trata-se também do fato de que esses antagonismos se recusam a ser alinhados; simplesmente não se reduzem um ao outro, se recusam a se aglutinar em torno de um eixo único de diferenciação. Estamos constantemente em negociação, não como um único conjunto de oposições que nos situe sempre na mesma relação com os outros, mas com uma série de posições diferentes. Cada uma delas tem para nós o seu ponto de profunda identificação subjetiva. Essa é a questão mais difícil da proliferação no campo das identidades e antagonismos: elas frequentemente se deslocam entre si⁸³.

Para Stuart Hall, a questão se dá no valor estratégico dos discursos de identidade com diferenciados níveis de enunciação: político, econômico, cultural, social. Na medida em que os sujeitos narram suas experiências e enumeram seus pertencimentos, assume-se um lugar posicionado dentro de um contexto específico da migração.

⁸¹ Ibidem, p. 308.

⁸² Idem. p.317.

⁸³ HALL, Stuart. *Da Diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo horizonte: Editora UFMG, 2003. p.328.

A discussão sobre a temática da modernidade/modernização na América Latina pode ser pensada a partir dos processos de construção de identidades nacionais e do imaginário político e cultural de uma época. Os estudos que discutem a modernidade na América Latina⁸⁴ a qualificam como processos heterogêneos e contraditórios, que incluem identificações e diferenças frente aos projetos dos países tidos como centrais no cenário econômico e de produção cultural. Modernidade e globalização coadunam, a partir da perspectiva de Canclini⁸⁵, em um conjunto complexo de processos de interdependência que atravessam o econômico, o tecnológico e o cultural.

Este mesmo autor, em sua obra “Diferentes, desiguais e desconectados”⁸⁶, galga uma discussão sobre o processo intercultural, expondo que as diferenças na modernidade existem, às vezes, como desenvolvimentos culturais distintos, outras vezes como resultado da desigualdade entre as classes, as nações, os grupos sociais e, mais recentemente, em relação com as possibilidades de conexão e desconexão das comunicações ou das redes de informação, entretenimento e participação social em contextos locais e globais. Os processos de construção de identidades estão relacionados com a mobilidade de diferenças, desigualdades, conexões e desconexões nos atuais contextos de globalização.

Faz-se necessário atuar para que processos de modernização não destruam as culturas tradicionais e, com elas, as identidades de grupos, sejam eles étnicos, de gêneros. É necessário fazer com que os estudos de identidades culturais e étnicas incluam as vozes da diferença e seus processos de exclusão. É dizer, a discussão sobre a temática das identidades aglutina diversificadas posições, e não podemos entendê-las como ilhadas na história, posto que envolvem lutas e aparatos discursivos antagônicos na dinâmica social.

Havendo, pois, esse ensejo, é importante ouvir o coro dos imigrantes que lutam pela legitimidade da participação política no Brasil, daqueles que não aparecem nas estatísticas, mas que trabalham e vivem na *polis*. As cidades brasileiras são formadas por variados grupos de imigrantes, refugiados, exilados por diferentes motes explicativos; pessoas que não podem ser ignoradas, e as questões que devem ser discutidas sobre a sua presença são: como são

⁸⁴ Para mais informações sobre esta problemática, consultar: SARLO, Beatriz. *Uma modernidade periférica: Buenos Aires 1920 y 1930*. São Paulo: Cosac Naify, 2010; GRUZINSKI, Serge. *O pensamento mestiço*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

⁸⁵ Publicado pela primeira vez em 1989, o estudo “Culturas Híbridas” discute o conceito de *multiculturalidade* mediante os processos de mestiçagem, crioulização e assimilação entre culturas na América Latina. Depois de passar por alguns questionamentos, Canclini refez seu percurso argumentativo travando uma revisão crítica de seu próprio pensamento e do campo epistêmico no qual sua escrita se conectava em finais da década de 1980. A revisão crítica feita por Canclini confere maior centralidade ao âmbito do *econômico* em suas análises sobre a cultura na América Latina. Ver: CANCLINI, Néstor García. Op. Cit.

⁸⁶ CANCLINI, Néstor García. *Diferentes, Desiguais e Desconectados*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2005.

recebidas essas presenças em novos contextos? Há uma política pública para tais grupos? Como essa política é realizada? A participação em movimentos sociais impulsionaram uma redefinição do aspecto jurídico e da cidadania de tais grupos perante o Estado Brasileiro ou estes ainda não foram ouvidos? Essas são perguntas que foram lançadas a partir do momento em que passamos a escutar as reivindicações nos conselhos participativos da cidade de São Paulo e nas conferências municipais e nacionais, em prol de uma nova redefinição da Lei que rege a imigração e o refúgio no Brasil.

Dentro desse coro de vozes, a crítica que tem sido feita é a de que as instituições da sociedade civil organizada e ONGs estão desempenhando ações específicas de política pública para com os imigrantes recém-chegados ao Brasil⁸⁷ e isso suscita questionamentos tais quais: Como é a relação entre as instituições do Estado, a sociedade civil e os imigrantes? Quais os clamores e reivindicações? Dessa forma, buscar respostas para as contestações aqui apresentadas pode se dar pela aproximação com tais esferas, o que permitirá a compreensão dos processos que envolvem os sujeitos, tendo como perspectiva as demandas políticas que cingem o território brasileiro e os sujeitos da migração, a partir da plataforma política em mediação com o Estado, que por sua vez é atravessado pela conjuntura econômica e pelas vozes dissonantes que atuam em seu espaço. Para isso, será importante nos remetermos a uma conjuntura história anterior, de 1970 a 2012, e aos aspectos que definem a posição do Estado, da Soberania e da Cidadania no Brasil, a fim de compreendermos esse jogo de poder relativo à imigração contemporânea no Brasil.

2.2. Estado, fronteira política e sociedade civil – em busca de um lugar para os sujeitos de direitos

2.2.1 Delimitações sobre a problemática em questão

A definição de cidadania, de sua legitimidade, do pertencimento a um território e a uma nacionalidade está diretamente interligada aos fundamentos da soberania do Estado. Foi o Estado Moderno quem delimitou os aspectos de sua fronteira interna e dos limites de seu território. Assim, nesta pesquisa, a definição de fronteira é utilizada no sentido atribuído por

⁸⁷ Para visualizar o trabalho desenvolvido pela Pastoral do Imigrante em São Paulo goo.gl/VCJdmiccontent_copy Copy short URL acesso em 21 de maio de 2015.

Rogers Brubaker⁸⁸, que define dois tipos de fronteira, uma externa, na qual os Estados definem os critérios de entrada e saída de seu território, e a interna, em que são delimitados os critérios para se conseguir a cidadania, no que concerne aos direitos políticos⁸⁹.

No campo político, o mundo é dividido por Estados, os quais são associações que possuem o monopólio da legitimidade da mobilidade, de tal forma que um indivíduo, mesmo tendo o direito de escolher para onde queira ou deseje ir, precise passar pelo crivo burocrático dos aparelhos deste⁹⁰ para inserir-se em outro território, posto que “os Estados modernos e o sistema internacional de Estados do qual eles são parte, expropriaram do indivíduo e das entidades privadas, particularmente, mas de nenhuma maneira exclusivamente, os meios legítimos de movimentos através das fronteiras internacionais.”⁹¹

O Estado é, portanto, um aparato político que conjuga o domínio da jurisprudência suprema sobre uma determinada área territorial demarcada e reivindica para si o monopólio coercitivo, “[...] gozando de uma legitimidade resultante de um nível mínimo de apoio ou lealdade de seus cidadãos.”⁹², e de tal modo, esse aparato compõe uma arena de intersecção de comunidades políticas independentes que dialogam e disputam a regência do governo, afirmando a sua soberania administrativa e política sobre as fronteiras de seu território, bem como a manutenção da governabilidade sobre sua população⁹³.

Um Estado é soberano quando possui a autonomia para legislar dentro de um território específico e detém o direito de representar a lei e a autoridade política sobre a população, tendo plena independência perante outros organismos semelhantes a si, também soberanos. A soberania “estará cada vez mais localizada na nação, representada pelo Estado, e o Estado se

⁸⁸ BRUBAKER, Rogers. *Nationalism Reframed. Nationhood and the National Question in the New Europe*. Cambridge-UK: Cambridge University Press, 1996.

⁸⁹ REIS, Rossana Rocha. “Construindo Fronteiras: políticas de imigração na França e nos Estados Unidos (1980-1998)”. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Ciências Políticas. São Paulo: FFLCH-USP, 2002.

⁹⁰ Idem, p. 9.

⁹¹ Nesse contexto, a criação do passaporte como documento para viagens transnacionais é mais um elemento que traz complexidade à migração, bem como representa o recrudescimento das fronteiras na conjuntura do pós I Guerra Mundial, personificado em lei em 1924, nos Estados Unidos. A universalização do passaporte como documento de identidade internacional aconteceu em circunstâncias nas quais a vigilância sobre os movimentos transnacionais atingiu novos paradigmas. Com o avanço do Estado Moderno e o declínio da servidão, da escravidão e de outras formas de trabalho forçado, o poder de autorizar ou proibir o movimento de pessoas foi retirado dos indivíduos e centralizado nas mãos dos Estados e do sistema internacional dos Estados. O sistema de passaportes era visto em grande parte como uma defesa contra ameaça que indivíduos “sem dono” representavam. TORPEY, John. *The Invention of Passport: surveillance, citizenship and the state*. Cambridge-UK: Cambridge University Press, 2000. pp. 08-09.

⁹² MATIAS, Eduardo Felipe Pérez. *A Humanidade e suas fronteiras: do estado soberano à sociedade global*. São Paulo: Paz e Terra, 2005. p.64.

⁹³ BULL, Hedley. *The Anarchical Society: a study of order in world politics*. New Jersey-USA: Columbia University Press, 1995. p. 8.

tornará a principal forma moderna de organização da política.”⁹⁴ O Estado-Nação, por atribuir as gramáticas de pertencimento de uma população e por agregar a malha administrativa e a força coercitiva de um espaço, imputa, no campo político, os mecanismos da cidadania que estão por ele excluídos. A imigração internacional desestabiliza essas esferas de poder porque o indivíduo imigrante marca a fronteira de dois sistemas políticos diferentes e mutuamente exclusivos. Nesta perspectiva, é possível afirmar que as migrações internacionais são: “não apenas um fenômeno social, mas inerentemente político, ‘que advém da organização do mundo num conjunto de Estados soberanos mutuamente exclusivos, comumente chamados de sistema westphaliano’”⁹⁵.

A circulação ocorre dentro de um território histórico específico e suas condições estão atreladas à dinâmica de uma “estrutura dotada de movimento próprio”⁹⁶. Os territórios, por vezes,

tendem a uma compartimentação generalizada, onde se associam e se chocam o movimento geral da sociedade planetária e o movimento particular de cada fração, regional ou local, da sociedade nacional. Esses movimentos são paralelos a um processo de fragmentação que rouba às coletividades o comando de seu destino, enquanto os novos atores também não dispõem de instrumentos de regulação que interessem à sociedade em seu conjunto⁹⁷.

O geógrafo Milton Santos parte da concepção de que o território não é um dado neutro, mas sim um agente carregado de historicidade, no qual sujeitos de diferenciadas posições, classes e instituições disputam o seu uso para a produção, circulação ou, enquanto base de ações políticas, para seu uso social. Por conseguinte, o território é entendido não apenas como

o resultado da superposição de um conjunto de sistemas naturais e um conjunto de sistemas de coisas criadas pelo homem. O território é o chão e mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é à (sic) base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre os quais ele influi. Quando se fala em território deve-se, pois, de logo, entender que se está falando em território usado, utilizado por uma dada população⁹⁸.

⁹⁴ BULL, Hedley. “The Anarchical society, a study of order in world politics”. New York-USA: Columbia University Press, 1977. Ver também: McGrew. *The Transformation of Democracy*. Cambridge-UK: Polity Press, 1997.

⁹⁵ ZOLBERG, Aristide. “Matters of State: theorizing immigration policy”. In: HIRSCHMAN, Charles; Et. alii. *The Handbook of international migration, the American Experience*. New York-USA: Russel Sage Foundation, 1999. p. 71-93.

⁹⁶ SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização. Do pensamento único à consciência universal*. São Paulo: Record, 2008. p.87.

⁹⁷ Idem, p.80.

⁹⁸ Idem; 2008. p.96.

O território é a base em que se estrutura a vida e onde se efetiva a circulação/migração, local no qual a população produz suas práticas e relações sociais. No atual processo produtivo, o Estado-Nação se tornou “a escala dominante do poder estatal com a emergência do capitalismo, de modo que difere das formações anteriores do Estado porque a cidadania se refere a uma nação definida por seu território, em vez de laços de parentesco, o que é simbolizado pela invenção comparativamente recente do passaporte e da construção de cercas, muros e postos alfandegários.”⁹⁹

Atualmente, o Estado é portador de dispositivos para a manutenção do poder dos agentes que o constituem, uma vez que esses vetores não pressupõem a aniquilação do conflito social, pois há divergências e lutas no interior do mesmo, as quais representam as forças políticas dos agentes que nele estão inseridos. Os Estados Nacionais, com a prerrogativa de controle de seus territórios, agem tanto “quanto ao ingresso de estrangeiros, assim como sobre os limites de seu acesso ao mercado de trabalho, ao usufruto de serviços públicos e à participação em direitos políticos e sociais”¹⁰⁰. O imigrante simboliza tanto a materialização da ameaça no território da recepção migratória – produzindo fronteiras para barrar a presença do outro em seu espaço – quanto é fruto de representações de caráter negativo, que os associam às ideias de “forasteiro, traficante, bandidos, sujeitos, invasores”, nivelando e homogeneizando a diversidade que compõe as redes migratórias.

São notórios, nesse cenário, os aparatos criados para barrar a entrada e a permanência de imigrantes nos países de destino, por intermédio da construção de mecanismos que engessam a legislação, imobilizando o direito de ir e vir dos sujeitos, assim como a criação de bloqueios concretos que barram o imigrante por meio de cercas, campos de refugiados, muros, sensoramento remoto, salas de vidro, dentre outros. Tais dispositivos garantem o poder legítimo do Estado enquanto a prerrogativa do controle em que as

diversas formas de barreiras abordadas podem ser encaradas tanto como dispositivos práticos, no contexto de novas e agressivas políticas migratórias, quanto como poderosos discursos de sinalização quanto à rejeição e repressão que estariam sujeitos migrantes ilegais. Do ponto de vista dos “públicos internos” das sociedades de imigração, as barreiras são respostas efetivas – e “eloquentes” – a demandas dos setores anti-imigração e a clamores generalizados quanto a ações concretas no sentido de maior segurança¹⁰¹.

⁹⁹ SMITH, Neil. “Contornos de uma política espacializada: veículos dos sem-teto e produção de escala geográfica”. In: ARANTES, Antônio (org.). *O Espaço da Diferença*. São Paulo: Papirus Editora. pp. 133-159.

¹⁰⁰ PÓVOA NETO, Helion. “Território e mobilidade: barreiras físicas como dispositivos de política migratória na atualidade”. In: NATAL, Jorge (Org.). *Território e Planejamento*. Rio de Janeiro: Letra Capital/IPPUR, 2011. pp.123-147.

¹⁰¹ Idem. p. 136.

Grande parte das prerrogativas de controle é de caráter ambivalente, uma vez que o direito internacional garante a mobilidade do migrante. A dinâmica do território não depende apenas do Estado, mas está diretamente associada aos mais diversos níveis de regulação de grandes empresas que concorrem, mesmo em conflito, a fim de administrar o seu uso, assim como esses mesmos usos estão vinculados a agentes, instituições, associações, entidades, para controlar os espaços.

Quanto aos significados da imigração, esta se encontra na fronteira entre os seres humanos, não somente para designar limite físico, mas também para atribuir um limite existencial nas relações de alteridade entre os povos. A fronteira é o lugar da divergência, da contradição, das relações de violência, do estranhamento, mas é também espaço de encontro, de interação:

As fronteiras separam o **nós** do **eles**, interrompem, circunscrevem ou produzem segregações na distribuição de populações ou de atividades dentro das sociedades. Essas fronteiras não são dadas, constroem-se, ultrapassam-se e desconstroem-se no tempo e com o tempo. Enquanto algumas já antigas são frequentemente estabilizadas, outras, mais recentes, podem ser mais flexíveis e são mais questionadas. Entretanto, as fronteiras mais antigas também podem ser abolidas.¹⁰²

Atualmente, podemos perceber a fronteira como o lugar onde somos convocados a questionar os atributos de nacionalidade, as forças legítimas do Estado que segregam, a violência embutida nas relações de alteridade que nos constitui enquanto cidadãos, com os seus ranços de propriedade do espaço. A fronteira é repleta de bordas onde as matrizes econômicas, jurídicas, sociais e simbólicas são acionadas, estruturando as relações, ideias, produtos e signos na dinâmica social.

2.2.2. A problemática em questão em âmbito brasileiro e sul-americano

A imigração para o Brasil, durante a década de 1980, passou por uma diminuição drástica de seu fluxo, em virtude da crise econômica e do alto índice inflacionário que a economia do país enfrentou após o processo de reabertura política. Em termos de emigração, o país teve um elevado crescimento de brasileiros com destino aos Estados Unidos e países europeus. Existem variadas organizações que atuam com a população emigrante fora do território nacional, tendo, inclusive, representantes brasileiros no Congresso Nacional, além da criação de secretarias específicas para emigração. A gestão da política emigratória passa

¹⁰² IOKOI, Zilda Márcia Gricoli. “Fronteiras em Movimento: deslocamentos e outras dimensões do vivido”. *Revista Diversitas*. Ano 1, nº 1, mar/set 2013. p. 11-16. In: goo.gl/Sgzqjw Acesso em: 25 jun./2015

pelo Ministério das Relações Exteriores e pelo Ministério da Justiça, o Ministério do Trabalho e do Emprego, Previdência Social, além do Conselho Nacional de Imigração (CNIg), cujas preocupações estão vinculadas à imigração para o Brasil e ao debate em termos de política migratória¹⁰³.

Quanto aos emigrantes, o Brasil enfrenta em termos de gestão das suas fronteiras, tanto no que concerne à circulação de produtos lícitos e ilícitos, quanto aos brasileiros que residem no território de países fronteiriços da produção do agronegócio¹⁰⁴, conflitos ocasionados por questões agrárias e sociais. De tal modo, os objetivos do Estado brasileiro na administração de política migratória na fronteira estão relacionados à política econômica bilateral e aos projetos de integração regional do Brasil. Assim, as regiões transfronteiriças possuem uma forte presença de brasileiros que buscam tornar-se latifundiários, um fenômeno que tem crescido não somente no Paraguai mas também na Bolívia como foi possível perceber durante a pesquisa de campo realizada nesse último país. Visualizamos a seguir como a narradora Nancy analisa esse fato no país do qual emigrou.

O que eu poderia acrescentar de meu conhecimento é sobre a grande migração brasileira que mora no Paraguai. É muito importante saber que assim como eu estou morando aqui no Brasil como paraguaia, segundo os últimos dados do Itamaraty, 500 mil brasileiros estão residindo no Paraguai hoje em dia. Lá em Asunción eles têm a coletividade muito bem informada, tem um domingo de cada mês uma missa que a igreja católica oferece em língua portuguesa para eles. E eles, por exemplo, têm feito muitas festas em comemoração ao sete de setembro. Então, assim como estamos morando aqui, tem muitos que estão morando lá, que vão por motivos de trabalho, outra parcela vai para estudar, que é um detalhe muito desconhecido no Brasil. Parece que só nós paraguaios é que viemos estudar no Brasil e posso falar que não é uma verdade. Estava conversando justamente ontem com uma pessoa que trabalha no Ministério das Relações Exteriores do Paraguai e essa pessoa disse que tem aumentado o número de vistos para estudantes do Brasil que vão fazer cursos de pós-graduação no Paraguai, que por sua vez são muito caros aqui no Brasil. E assim, também é bom sempre olhar a outra parte da moeda e falar sempre isso: assim como nós moramos aqui no Brasil, a maior coletividade de brasileiros fora do Brasil está residindo no Paraguai, e por isso o Itamaraty tem uma especial atenção ao Paraguai dentro do esquema diplomático deles. O Paraguai chega ser mais importante no esquema diplomático do que países como Estados Unidos, Inglaterra ou outros países da Europa, então, é sempre bom não perder de vista essa situação. Sabe, a imigração brasileira no Paraguai tem se tornado um problema até para a soberania do país, pois existem cidades onde a língua oficial é o português, onde a moeda de circulação é o real e onde os anúncios e propagandas são todos em língua portuguesa. Precisamos pensar sobre essa imposição do Brasil perante o Paraguai. Posso dizer que não é só o meu país que enfrenta esse tipo de situação, pois existe um Brasil dentro do Paraguai.

¹⁰³ REIS, Rossana Rocha. "A Política do Brasil para Migrações Internacionais". *Revista CONTEXTO INTERNACIONAL*, Vol. 33, janeiro/junho 2011. p.60

¹⁰⁴ Para maiores informações consultar: HIRATA, Daniel. "Segurança pública e fronteiras: apontamentos a partir do "Arco Norte"". *Revista Ciência e Cultura*. Vol. 67, nº2. São Paulo, abr/jun 2015. goo.gl/HswLp9content_copyCopy short URL ,Acesso em 28 jun./2015.

Essa questão recai em outra: a problemática da terra no Paraguai e isso é bastante complexo. Eu como jornalista posso falar algumas coisas, por exemplo, o que eu vejo e que a imprensa brasileira falou disso e posso dizer que é uma realidade parcial, é importante não perder isso de vista. A problemática das terras tem raízes muito profundas e não se trata só de que agora estão querendo mandar embora os brasileiros que cultivam soja lá no Paraguai, não. Essa informação que circula aqui é muito parcial. A realidade paraguaia nesse sentido é muito profunda e eu não posso entrar em detalhes porque não é o momento. Só posso dizer que para entender essa realidade a gente tem que ir atrás da história do Paraguai, verificar como as terras foram distribuídas, como só uma pessoa chegou a ser dono de quase a metade do território do Paraguai e essa pessoa é um cidadão brasileiro, já naturalizado Paraguaio hoje em dia. Temos que verificar a questão da distribuição de renda e das terras¹⁰⁵.

Uma questão estabelecida no relato de Nancy é a problemática educacional, na qual muitos brasileiros optam por realizar no Paraguai cursos universitários, destacadamente, os cursos de medicina e pós-graduação, em virtude dos baixos custos para formar um profissional, comparando-se com as despesas que se teria no Brasil. Essa é uma questão que pude presenciar durante a realização da pesquisa de campo na Bolívia no ano de 2010, para o mestrado, uma vez que encontramos muitos estudantes brasileiros, de diferenciadas regiões, estudando Medicina naquele país.

Outro ponto a se destacar é a questão agrária, mencionada no depoimento supracitado, que eclodiu no Paraguai a partir da década de 1970, com o excesso de brasileiros que compraram lotes de terras em algumas regiões desse país, fazendo com que a população paraguaia passasse a sentir o impacto da presença brasileira nas relações comerciais e culturais nos locais de destino. Essa emigração tem desestabilizado as configurações de espaço e territorialidades nos locais de fronteira ao modificar as relações de soberania que os próprios nativos estabeleciam com os seus bens, cidades e espaços como descrito por Nancy.

No cenário internacional, o Brasil tomou algumas medidas para a implementação dos acordos bilaterais de livre circulação entre os países do MERCOSUL, e no ano de 2009 entrou em vigor o acordo multilateral de livre trânsito de nacionais entre os países que fazem parte desse bloco regional. Esse acordo foi ampliado no ano de 2011 com a adesão de Equador e Peru. Um dos efeitos de tal crescimento pode ser visualizado com a proposta de construção de uma rodovia em direção ao Pacífico, ativada atualmente, visando aumentar e dinamizar o trânsito de pessoas e produtos entre os países envolvidos.

¹⁰⁵ Nancy Areco é jornalista paraguaia e correspondente internacional. Reside no Brasil há mais de 10 anos e sua entrevista foi realizada em fevereiro de 2012 para compor o Acervo do Museu da Imigração em São Paulo, no projeto desenvolvido pela empresa *Fala e Escrita*, sob a coordenação da professora Suzana Lopes Salgado Ribeiro.

Os dados do Ministério das Relações Exteriores cogitam que a emigração de brasileiros fora do Brasil tenha chegado, só no Paraguai, até o ano 2008, em torno de 515.517 brasileiros. Na Bolívia, por sua vez, estima-se que haja 46.600 brasileiros. Na fronteira norte do país, também estão cerca de 127.106 brasileiros, dos quais uma grande parte são garimpeiros distribuídos entre a Bolívia, as Guianas, a Venezuela, a Colômbia e o Suriname¹⁰⁶. Isso indica que a gestão das fronteiras é um problema vivo na política externa brasileira.

Ainda sobre política migratória contemporânea para o Brasil, sabe-se que houve um crescente a partir dos governos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010). Pois em seu governo foram priorizadas políticas de cunho desenvolvimentista, autorizando a construção de grandes projetos no setor de energia e infraestrutura no país. E, por um lado a expansão econômica atraiu contingentes de pessoas da América do Sul e do Caribe. Por outro lado, a crise financeira que atingiu os Estados Unidos e a zona do euro em 2008 e 2009 também trouxe pessoas, em sua maioria portadoras de diplomas universitários, que desejavam manter o mesmo padrão financeiro que tinham em sua nação, em um país tido como emergente¹⁰⁷. A imigração de Haitianos, africanos e asiáticos, por sua vez, fez aumentar a inserção pelas fronteiras da região norte do Brasil, assim como cresceu o número de pedidos de refúgio. Vejamos os gráficos a seguir:

Figura 1: Atendimentos mensais aos haitianos

Fonte: Departamento da Polícia Federal da Fronteira do Brasil, Bolívia e Peru, 2014.

¹⁰⁶ Fonte: Ministério das Relações Exteriores, 2008. goo.gl/tDoxD3 content_copy Copy short URL acesso em 31 de outubro de 2017

¹⁰⁷ No ano de 2009 o governo brasileiro concedeu uma anistia aos estrangeiros que estavam em situação irregular no país, o que permitiu a regularização de mais de 45.000 imigrantes. Para mais informações sobre essa anistia, consultar: goo.gl/nPEHxz content_copy Copy short URL acesso em 12/11/2012, às 18h:34min.

Figura 2: Atendimentos mensais aos não haitianos

Fonte: Departamento da Polícia Federal da fronteira do Brasil, Bolívia e Peru em 2014.

Os dados da Polícia Federal da fronteira indicam uma pluralidade de nações que entraram pelo percurso terrestre da região norte do Brasil, em sua maioria solicitantes de refúgio e deslocados ambientais. Tais números indicam uma prevalência da República do Haiti, na primeira tabela, na qual há o aumento da percentagem de entradas a partir do ano de 2013, apesar de a imigração ter acelerado a partir da eclosão do terremoto em janeiro de 2010. O segundo mapa se refere aos refugiados que entraram por essa rota dentro do biênio de 2012 a 2014.

O Departamento da Polícia Federal é um órgão vinculado ao Ministério da Justiça, que por sua vez dispõe de uma Tecnologia de Informação que contém o Sistema Nacional de Cadastro e Registro de Estrangeiros – SINCRE, cadastro único de imigrantes desde 1987. Segundo o SINCRE a população nacional estimada pelo IBGE no ano de 2016 foi de 206.081.432 habitantes e o número de imigrantes registrados forma de 1.211.129 pessoas, o equivalente a 0,59% da população do Brasil. Segundo essa base de dados, os portugueses

constituem a maior taxa de imigrantes registrados. “Deste universo de 1.211.129 pessoas, 270.772 (22%) são portuguesas, número destacadamente superior a segunda maior população (boliviana) que corresponde a 89.208 pessoas (7% do total de imigrantes do Brasil)¹⁰⁸”.

Conforme a base de dados aglutinado pelo relatório cosmópolis, os registros na DPF cogitam que 32% do total de imigrantes que residem no país estão vinculados ao Município de São Paulo. No percurso de 2016 o Município contava com uma população aproximada em 12.038.175 e 385.120 imigrantes registrados no SINCRE, de modo que o país com o maior número de nascimentos foi de Portugal, correspondendo a uma taxa de 19% do total da imigração na cidade. Na sequência, a nacionalidade de segunda maior população na cidade foi dos bolivianos com a marca 17% de imigrantes registrados no Município, com o número aproximado de 64.953 pessoas residindo em São Paulo¹⁰⁹. Dos imigrantes haitianos residentes no Brasil, cogita-se que 18% vivam no município.

Nesse contexto, cabe indicar que o Brasil apresenta um número considerável de imigrantes residentes, que foi intensificado depois que o país integrou o Acordo de Residência do Mercosul, representando a faixa de 98% de sul-americanos registrados. De modo que a percentagem cogitada quanto a nacionalidade é 64.953 de bolivianos (56,2%), 13.896 argentinos (12,0%), 9.420 peruanos (8,1%), 9.386 chilenos (8,1%), 7.129 paraguaios (6,2%), 4.856 colombianos (4,2%), 3.413 uruguaios (3%), 1.356 venezuelanos (1,2%), 1.178 equatorianos (1%), 64 guianeses (0,1%), 11 do Suriname (0,009%)¹¹⁰. Esses números compõe o mosaico e a salutar presença de nações sul-americanas na paisagem da cidade de São Paulo, acrescentando os aspectos multiculturais do território.

Mesmo que indiquem um crescente populacional, a gestão da política imigratória para o Brasil foi de gestão limitada em termos qualitativos, com uma estrutura de assistência social quase nula. A exceção se deu na prefeitura da cidade de São Paulo, que desenvolveu uma pasta de políticas públicas para imigrantes durante a gestão Fernando Haddad (2012-2016), em parceria com instituições não governamentais e grupos filiados à igreja católica. O trabalho de prevenção, apoio e gestão, que deveria ser realizado pelo Estado Brasileiro, tem sido, via de regra, realizado por instituições não governamentais. A dependência e tutela dos grupos de imigrantes e refugiados para com as ONGs produziram campanhas, aumentando os

¹⁰⁸ Para maiores detalhes visualizar São Paulo Cosmópolis *Imigrantes em São Paulo : diagnóstico do atendimento à população imigrante no município e perfil dos imigrantes usuários de serviços públicos*. Organizado por São Paulo Cosmópolis ; coordenado por Deisy Ventura, Feliciano Sá Guimarães e Rossana Reis. -- São Paulo : IRI-USP, 2017. p.58.

¹⁰⁹ Idem, p. 59.

¹¹⁰ Idem, p.63.

clamores para que o Brasil aprove no Congresso outra lei de imigração, que não esteja amarrada à ideia de segurança nacional dentro do território.

Em termos institucionais, o movimento de imigrantes e refugiados no Brasil envolve um conjunto variado de ministérios e autarquias: Ministério das Relações Exteriores, Ministério do Trabalho, Ministério da Justiça, Polícia Federal, dentre outros. Os operadores da lei, no âmbito do Ministério Público, e do Ministério Público do Trabalho, têm realizado ações para combater, prevenir e punir crimes relativos ao tráfico de pessoas. Estes têm se defrontado com problemas relacionados à exploração de imigrantes e refugiados, dentro do contexto da exploração do trabalho análogo ao escravo no Brasil.

2.3 Imigração e Estado: políticas públicas

2.3.1 CRAI-SP

Esta sessão pretende analisar os discursos dos operadores/agentes de instituições do Estado Brasileiro relacionados à política de imigração no Brasil. Nesse contexto, as instituições são compreendidas como um conjunto de práticas, que engendram naturalizações de formas de saber e fazer política, em diferentes posicionamentos ideológicos dos sujeitos atuantes dentro dos aparatos institucionais do Estado. Essa dinâmica é fundamental para entender os posicionamentos dos sujeitos que vivem tais contextos, no caso, a população imigrante no Brasil em suas relações com o aparato legal brasileiro, personificado pelos agentes do Estado. O debate sobre a migração contemporânea suscitou disputas e garantiu conquistas que foram conduzidas por setores da sociedade civil, organizações não-governamentais e pela própria população migrante. É a partir dessas premissas que faremos a análise dos discursos desses sujeitos, colocando em questão as perspectivas que atravessam a problemática da pesquisa.

Nossa pesquisa se desenvolveu com base em três redes de entrevistas: com operadores do Estado, que pensam, legislam e administram os serviços aos imigrantes na cidade de São Paulo; com algumas ONGs que atendem e realizam um trabalho social e de políticas públicas voltadas à população imigrante; e com os próprios imigrantes que fizeram uso de tais dispositivos para se inserirem nos espaços de trabalho no Brasil. Durante o curso de nossa pesquisa, foram percebidos diferentes posicionamentos político-ideológicos, junto aos operadores do Estado. A depender de suas posições ideológicas, o campo jurídico tende a encaminhar ou protelar as políticas de acolhimento e auxílio aos imigrantes inseridos na

sociedade brasileira. Destarte, por não estarmos trabalhando com uma larga dimensão temporal do passado (1970 – 2010), articular essa rede temática, pensando as estratégias e conflitos políticos em um momento histórico específico, dentro e fora de tais instituições, é mais condizente ao tipo de fonte manuseada, ou seja, as *fontes orais*. Cruzando tais documentos com as narrativas e discursos político-ideológicos provindos dos estamentos político-jurídicos, lançamos luz sobre nossa problemática, tendo em vista uma reflexão sobre como se dá o embate entre o sujeito migrante, dotado de direitos e dignidade, perante um Estado nem sempre disposto a acolhê-lo.

Dentro de nossa linha de análise, tomamos como central o conceito de *ideologia*, posto que neste, encontramos as motivações subjacentes aos discursos oficiais em diferentes nuances, a partir das falas e interpretações legais proferidas e executadas pelos agentes estatais envolvidos na questão. Nesse contexto, como ideologia, pode-se inferir

duas acepções principais. No primeiro caso, ideologia significa falsa consciência e implica o mascaramento da realidade. Trata-se do processo através do qual a classe dominante constrói uma falsa representação da realidade, com que escamoteia a sua dominação e garante a obediência dos grupos dominados. Na segunda acepção, ideologia significa um conjunto de ideias que dá forma a determinados projetos políticos e impele à luta pela conquista do poder, e aí teríamos a ideologia fascista, a liberal, a socialista, etc ¹¹¹.

Dentro desse âmbito, é importante ouvir o coro de vozes dos sujeitos que lutam pela legitimidade da participação política no Brasil; de pessoas que não aparecem nas estatísticas, mas que trabalham e vivem na *polis*. As mesmas que criam seus filhos em novas paisagens, mas que muitas vezes estão imbuídas a não fazer parte delas. Pessoas que têm suas trajetórias de vida independentemente dos discursos ideológicos oficiais. É nesse prisma que pensamos como se efetiva a relação entre as instituições do Estado, a sociedade civil e os migrantes. A aproximação com tais esferas permitiu compreender os processos que envolvem os sujeitos, tendo como perspectiva as demandas políticas relativas aos agentes envolvidos na questão.

¹¹¹ As duas acepções se entrecruzam, podemos adicionar a este referencial as reflexões de Mészáros, que apontam a complexidade do poder ideológico dentro de estruturas rígidas do Estado, posto que este opera “graças à vantagem da *mistificação*, por meio da qual as pessoas que sofrem as consequências da ordem estabelecida podem ser induzidas a endossar, ‘consensualmente’, valores e políticas práticas que são de fato absolutamente contrárias a seus interesses vitais”. Segundo Mészáros, é complicado explicar a ideologia sob o emblema da “falsa consciência”, pois o que define a ideologia não é seu suposto desafio à ‘razão’ ou seu afastamento das regras preconcebidas de um ‘discurso científico’ imaginário, mas sua situação real em um determinado tipo de sociedade. Para citação no corpo do texto: MOTTA, Rodrigo Pato Sá. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. In: MOTTA, Rodrigo Pato Sá (org.). Culturas políticas na história: novos estudos. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009, p. 13-37 Para citação em nota: MÉSZÁROS, István. O Poder da Ideologia. São Paulo: Boitempo, 2012, p. 437.

Para isso, será importante nos remetermos a questões como cidadania, políticas públicas e direitos.

Sabemos que o Estado é uma arena em disputa, repleto de contradições e permeado pela luta de classes. As instituições que o materializam também constituem cenários contraditórios em que diferenciados interesses estão em disputa, e assim, conjugamos a teorização de que o Estado é a “ossatura material” da luta de classes, tal como exposta em *O Estado, o poder, o socialismo*, última obra de Nicos Poulantzas. “Longe de ser a arena neutra de resolução dos conflitos de interesses, tal como na leitura idealista ou, o instrumento a serviço da classe dominante — igualmente neutro, porque potencialmente utilizável por qualquer um dos grupos —, o Estado é visto como quem atua espelhando as relações de força presentes na sociedade”.¹¹²

Partindo dessa premissa, deparamo-nos com as contradições dos agentes que trabalham dentro das instituições do Estado Brasileiro, os quais em algum momento, lidaram com impasses no acionamento de políticas para a população imigrante, uma vez que estes têm seu acesso à cidadania restringido, quando não bloqueados. Na medida em que estes agentes elencam os problemas vivenciados no cotidiano com a população migrante, são percebidas as barreiras de acesso à cidadania e a serviços públicos que os imigrantes deveriam ter por direito. Podemos perceber tal enumeração de dificuldades a partir de relatos dos envolvidos diretamente na questão:

É preciso que o Brasil tenha uma política pública para atender ao migrante no nosso país. Não adianta dizer: “Ah, o Brasil é um país acolhedor, a documentação aqui é fácil?” A documentação é fácil, e aí como é que está, por exemplo, no Acre, a situação? O Acre envia as pessoas: “Quer ir pra tal canto?” Estão mandando para tudo quanto é estado do Brasil, inclusive para São Paulo, sem nenhuma política ordenada, sem nenhuma estrutura, sem nenhum acompanhamento. Você cria uma missão muito grande dos consulados, das embaixadas em relação a esse imigrante. Você não vê uma cooperação internacional, uma parceria que possa traçar planos e desenvolver políticas¹¹³. (Anália Ribeiro)

Sobre o fluxo de imigrantes haitianos para o Brasil é sabido, que mediante uma rota já existente, mas pouco utilizada, foi posto a nu o despreparo de agentes e instituições para lidar com a questão. Esses migrantes passaram a entrar no Brasil pelo município de Brasília, no

¹¹² “O Estado produz os comportamentos, institui categorias de agentes, dissemina práticas e contribui para moldar o mundo social sobre o qual se impõe”. MIGUEL, Luis Felipe. Mecanismos de exclusão política e os limites da democracia liberal: uma conversa com Poulantzas, Offe e Bourdieu. Novos estud. - CEBRAP, São Paulo, n. 98, p. 145-161, Mar. 2014. p.147. Disponível em goo.gl/V4odBG acesso em 31 outubro de 2017.

¹¹³ Anália Ribeiro é psicóloga e trabalhou junto ao Programa de Proteção às Testemunhas no Brasil, PROVITA. Sua entrevista foi realizada em setembro de 2014.

Estado do Acre, fronteira com a Bolívia, localidade que não dispunha de qualquer suporte, a princípio, para lidar com os imigrantes que chegavam. Esse despreparo é referido:

O Brasil não tem uma política migratória que satisfaça. A própria legislação é questionável, precária, você não tem um plano nacional que possa incluir esse tipo de política pública com dados estatísticos fidedignos, você não tem relatórios qualificados, pesquisas que possam trazer à tona caminhos para que o Brasil paute uma política de migração digna¹¹⁴. (Anália Ribeiro)

A crítica estabelecida à ausência de política pública nacional está diretamente relacionada à invisibilidade da população migrante no território nacional. Agem com com exceção a isso estado de São Paulo e mais recentemente o estado de Santa Catarina¹¹⁵, os quais em parceria, o Ministério da Justiça, o Governo do Estado e a Prefeitura implantaram um Centro de Referência e Acolhida ao Imigrante e Refugiado (CRAI) com serviço jurídico, atendimento psicológico e social, oficinas de qualificação profissional, cursos e oficinas, tendo como meta a promoção do acesso a direitos e inclusão social, cultural e econômica dessa população; nenhum outro estado, até o período citado, o oferece suporte. Em São Paulo, praticamente não existiam ou eram insatisfatórias as políticas de âmbito municipal designadas à população migrante. Ainda sobre esse ponto, Anália Ribeiro pondera que existem outros fatores e serem levados em conta quando se enfatiza o problema em discussão. Questões como diversidade, subjetividade, alteridade precisam estar presentes ao serem elaboradas políticas públicas para os imigrantes. Dessa maneira,

a diversidade e as diferenças têm que ser a pauta de todas as discussões. Porque as agências não estão focadas nessas subjetividades, resolvem o problema e as pessoas não são ouvidas. Não tem um olhar especial para o que elas demandam a partir dos casos em que estão inseridas. E a própria sociedade civil que lida com essas vítimas é posto as dificuldades que os grupos organizados têm que enfrentar do ponto de vista da inclusão, pois não conseguem fazer um trabalho para sensibilizar o poder público e as agências. É necessário enxergar essas pessoas e ouvir o quê que elas precisam, qual é a sua demanda e como se veem num processo como esse. A partir daí as leis e as políticas públicas se voltarem à serviço da pessoa, atendendo ao máximo as suas demandas e as suas necessidades.¹¹⁶ (Anália Ribeiro)

Na cidade de São Paulo, durante a gestão de Fernando Haddad (Partido dos Trabalhadores), após pressões por vozes da sociedade civil, foi composta, dentro da pasta da Secretaria de Direitos Humanos, um setor de voltado à população migrante. Tal medida tomou como exemplo cidades como Madrid e países como Canadá, onde a assistência aos

¹¹⁴ Idem

¹¹⁵ Para maiores detalhes consultar goo.gl/FBQkw4, acesso em 11 de setembro de 2017 às 15hs.

¹¹⁶ Ibidem

imigrantes é municipalizada. Desse modo, responsabilizando as esferas locais, as mesmas ficam incumbidas de criar medidas que cumpram o projeto de inserção cidadã dos migrantes, com os encargos de acolhimento e documentarização, dentre outros. Destarte, retira-se a responsabilidade política sobre a questão da esfera das organizações não governamentais, inserindo-a à órbita do Estado. Paulo Illes, ex-coordenador de políticas públicas para imigrantes na cidade de São Paulo nos diz que esse modelo foi discutido no “Fórum Social Mundial de Imigrações, que criou em Madrid, em 2006, o Fórum de Autoridades Locais, o qual convidava as prefeituras para debater a imigração junto aos movimentos sociais.”¹¹⁷

Os modelos de política pública para imigrantes em países da Europa e América do Sul, dentro de fóruns de discussão internacional, seguiam para instâncias nacionais, tais como o Ministério da Justiça. Dessa forma, durante o Fórum Global de Imigrações da ONU, colocou-se a pergunta: já que os imigrantes ficam radicados na esfera local, por que a atribuição de responsabilidade é nacional? A partir da reflexão de agentes políticos da sociedade civil, da população imigrante e dos movimentos sociais, é que se aprofundou o “debate, além de ter sido trazida para a discussão a necessidade de criar uma instância local, uma coordenadoria de imigrantes, inclusive o vereador Gilberto Natalini (Partido Verde) apresentou um projeto de lei para a criação de uma coordenadoria do imigrante”¹¹⁸.

No período citado, o prefeito Gilberto Kassab não priorizou política pública para esses setores sociais. Somente durante a campanha de Fernando Haddad, segundo os entrevistados, foi criado um comprometimento para com os mesmos. Desse modo, Fernando Haddad inseriu “no programa de governo a criação de estruturas para lidar com imigração e, também, o compromisso de reconhecimento à sua diversidade.”¹¹⁹ (Paulo Illes) Vencida a eleição, os agentes de participação política construíram um seminário aberto para debater a proposta de criação de uma coordenação de políticas para imigrante.

A coordenação de política para imigrante em São Paulo foi, assim, fruto do conjunto de mobilizações de setores como sindicatos, associações, fóruns de diálogo com a sociedade civil, setores não governamentais como pastorais vinculadas a instituições religiosas, ONG's e setores ligados a Universidade. Dentre as principais ações desta política se encontram: o mapeamento da população imigrante de São Paulo; uma campanha de conscientização e prevenção à xenofobia, com o lema: “São Paulo tem lugar para todo, menos para intolerância”. Também foram oferecidos cursos de português para imigrantes, medidas para a

¹¹⁷ Paulo Illes é ex-coordenador de política para imigrantes vinculada à Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania da Prefeitura de São Paulo. Entrevista realizada em outubro de 2014.

¹¹⁸ Idem

¹¹⁹ Ibidem

promoção e regularização migratória e do trabalho docente. Além de medidas para a inserção da população imigrante no sistema bancário; valorização das festividades e da cultura das comunidades; inauguração de novos centros de acolhida. Outro ponto importante foi a criação do Centro de Referência e Atendimento para Imigrantes (CRAI-SP). Para consolidar/legitimar a política pública para população imigrante na cidade de São Paulo, em 08 de julho de 2016 foi promulgada a Lei 16.478 sancionando a Política Municipal para a População Imigrante.¹²⁰ Dessa maneira, como em outros centros de acolhida que existem na Europa e na América do Norte, o CRAI-SP tem atendimento para os migrantes “em árabe, francês, crioulo, inglês, espanhol, português. As especificidades do atendimento e sua diferença para outras instituições são explicadas por Viviana Peña, colombiana, coordenadora do CRAI-SP:

Sim, temos principalmente africanos de Angola, de República Democrática do Congo; temos também latino-americanos, bolivianos, peruanos, colombianos, porque o CRASI é um equipamento de portas abertas e lá qualquer pessoa pode ir, independente da situação migratória; todo mundo pode ir e ter orientações sobre seus direitos. A maioria das pessoas busca se regularizar *migratoriamente* ou ter acesso ao trabalho, à carteira de trabalho, CPF, às vezes querem simplesmente entender como funcionam as coisas, porque às vezes é complexo. Muitos procuram cursos de português, porque muitas não falam português, falam outras línguas e aí orientamos sobre os cursos, acesso à universidade e várias outras questões. Lá também tem plantões específicos, tem uma assistência social. Também temos uma parceria com a Defensoria Pública da União, que são os defensores públicos que assessoram temas jurídicos de graça, porque tem muitas pessoas sendo enganadas e tem que pagar por serviços, e tentamos resolver. É um trabalho importante, que eu gosto de realizar é trabalhar com formação de servidores públicos, desmitificando todas essas ideias de que a migração é um problema, de que a migração é negativa. Trabalhos e fazemos visitas na ponta, na periferia de São Paulo e essa parte, para mim é maravilhosa porque a gente vê como as pessoas mudam o pensamento depois da formação. Muitos reproduzem coisas que estão falando na mídia, que eles escutam por aí e você vai ver de perto e percebe que são descendentes de imigrantes, e outra grande parcela de migrantes internos. Percebemos que muitos são de famílias que já passaram por uma migração e migrou justamente para buscar uma vida melhor. E por que você como descendente de migrante, está julgando outra experiência de migração, se estamos falando de seres humanos? Essa é uma das minhas partes favoritas do trabalho, como a gente sensibiliza as pessoas nesse trabalho. E o resultado sempre é positivo porque as pessoas vão mudando, pois tem um tio que veio do Nordeste ou um avô ou alguém que veio da Itália, ou do Japão. E percebemos que o Brasil teve essa influência migrante. É importante também levantar esses temas no trabalho. [...] Nós somos administrados pela mesma organização, que é o Serviço Franciscano de Solidariedade- SEFRAS, mas é diferente porque quem está no Centro de Acolhida vem buscando especificamente vagas, depois eles vão atrás de trabalho e cursos de português. Mas no CRAI, como nós trabalhamos nessa temática de direitos humanos, eles vêm procurando diretamente a regularização migratória, a informação, o acesso a direitos e a serviços públicos. Tem pessoas perguntando “Como eu faço para que minha filha possa

¹²⁰ O texto que compõe essa Lei foi elaborado por um comitê com representantes de treze secretarias municipais e treze organizações da sociedade civil. O grupo trabalhou a partir de subsídios apontados em conferências públicas. Após a elaboração da primeira proposta, o texto foi submetido à consulta pública. Todo o processo teve a consultoria técnica da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e do Conselho Nacional de Imigração (CNIg/MTb). Para maiores consultara verificar site: goo.gl/ZAVCPbcontent_copyCopy short URL. Acesso em: 01 mar./2017.

estudar? Ou...” O público é um pouco mais diverso no Centro de Referência, porque chegam outras pessoas que estão procurando outras coisas para além de uma vaga no Centro de Acolhida, mas também temos bastante procura por vagas no Centro de Acolhida. Então é um pouquinho mais diversificado o perfil do CRAI. (Viviana Peña).¹²¹ (Viviana Peña)

2.3.2 O discurso dos agentes institucionais

Neste subitem discutiremos, com base em fontes orais, os desafios para a implementação das políticas públicas relacionadas a nosso tema de estudo. Em termos de acolhimento e implantação de política específica, o ex-coordenador da Secretaria de Políticas Públicas, Paulo Illes, relatou:

[...] a chegada em massa dos imigrantes haitianos, em abril deste ano de 2014, fez com que acelerássemos o nosso plano de metas e criar um centro de referência para cuidar de questões do imigrante até o final da gestão. Tínhamos que fazer isso em três meses. Eu acho que esse foi o maior desafio que nós tivemos. Hoje o nosso centro já está funcionando, somente com a Colina, temos mais de 110 imigrantes na Rua Japurá. A partir de novembro começa a funcionar com o elemento jurídico, social, psicológico. Uma outra reivindicação muito dos imigrantes é a questão do idioma, o que fez com que a gente organizasse o Pronatec para imigrantes. Atualmente, estamos com 120 imigrantes fazendo curso de português de forma descentralizada, um funciona na Biblioteca Monteiro Lobato e o outro na biblioteca Mário de Andrade, outro no Centro Cultural da Penha, além de um no Instituto Federal no Pari. A nossa meta é ampliar para São Matheus e para os Céus no próximo ano. Eu acredito que o maior desafio que temos é transversalizar o tema¹²². Paulo Illes)

Diretamente ligada a essa problemática está a questão dos albergues, de fundamental importância para os recém-chegados. Sobre esse ponto observemos o testemunho de irmã Juliana, ao narrar suas impressões:

Percebo que a questão do Estado dentro das próprias organizações do Estado, primeiramente, precisaria capacitar pessoas para trabalhar com essa demanda, por exemplo, nos albergues, os imigrantes que vão para lá não são pessoas em situação de rua, essa situação precisaria ser resolvida. A pessoa é um imigrante, por mais que às vezes, talvez, a consequência o leve a estar na rua, mas ele não é um morador de rua, não é uma pessoa que está em situação de rua, e às vezes percebo que nos albergues, nos centros de acolhida, eles são tratados como morador de rua. O Estado, primeiramente, deveria encaminhar questões de políticas públicas para os imigrantes, diria que é o ponto mais gritante. Estamos correndo atrás disso, porém, é

¹²¹ Viviana Peña é colombiana e atualmente está na Coordenação do Centro de Referência e Atendimento para Imigrantes – CRAI/SP. Entrevista realizada com Viviana Peña em 23 de janeiro de 2017.

¹²² O recorte desta pesquisa se dá entre 1970 a 2014, configurado a partir da política migratória implementado pela gestão de Fernando Haddad na prefeitura de São Paulo, uma vez que foi o período de criação da Lei Municipal 16.478 de 8 de julho de 2016, na qual ratifica a regulamentação de uma política para a população migrante. Essa entrevista foi realizada com Paulo Illes, ex-coordenador de políticas para imigrantes da Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania da Prefeitura de São Paulo, em outubro de 2014.

necessário ter a preparação de técnicos, de pessoas para trabalhar com essa demanda¹²³. (Irmã Juliana)

Ter agentes especializados nas instituições para trabalhar com a população imigrante é uma das reivindicações desses grupos, visto que pessoas que não conhecem a dimensão cultural e a diversidade étnica desses grupos podem, caso não tenham treinamento específico e diferenciado, acarretar equívocos. Outra situação enfatizada pela mesma narradora, quanto aos cursos oferecidos pelas instituições não governamentais, é a permanência dos imigrantes nos mesmos:

[...] devido à realidade do trabalho que eles trazem, por exemplo, se está sendo atendido pela Casa do Migrante, mas chega um momento que a pessoa consegue um trabalho e daí não fica apenas por causa do curso, opta por trabalhar, caso consiga conciliar as duas coisas, ótimo, senão a primeira opção é o trabalho. É por este motivo que fazemos os atendimentos nos finais de semana, para que essas pessoas possam participar, porém, percebo que muitas vezes as desistências são por questões de trabalho¹²⁴. (Irmã Juliana)

Irmã Juliana presta serviços para o Centro Escalabriniano de Promoção ao Migrante – CESPROM. Sobre os trabalhos realizados pela organização não governamental em apreciação a entrevistada infere:

No CESPROM, nós não temos a realidade da acolhida, da moradia, o que temos são dois quartos para passagem provisória, uma semana até que essa pessoa consiga se encaminhar para outra organização e permanecer por um certo período; isso por que nós não temos estrutura de cozinha, não temos um número suficiente de funcionários para realizar toda essa parte de acolhida. Enquanto as pessoas ficam durante uma semana, nós da casa providenciamos toda a parte de comida, parte de encaminhamento e todo o diálogo entre as outras instituições. Teremos que criar uma estrutura maior se quisermos dar esse atendimento da acolhida. Então, como já existem outras instituições como a Missão Paz que tem a Casa do Migrante, eles não têm as partes dos cursos, daí preferimos ficar na parte da promoção através dos cursos, através de encaminhamentos. Quem sabe um dia consigamos ter uma estrutura maior para a questão da moradia¹²⁵. (Irmã Juliana)

Outra instituição não governamental referência em São Paulo, voltada a questões relacionadas a imigração, é a Missão Paz, que agrega um número diversificado de ações em seu núcleo. A Missão Paz está integrada pela Igreja Nossa Senhora da Paz ao Centro de Estudos Migratórios, ao Centro Pastoral dos Migrantes, Programa Mediação, Casa do

¹²³ A irmã Juliana à época prestava serviço no CESPROM, que é uma Entidade sem fins lucrativos, de caráter educacional e de assistência social para a população migrante em São Paulo. Para mais informações consultar goo.gl/RG3pxRcontent_copyCopy short URL. Acesso em: 10 set. 2017. No exercício de suas finalidades institucionais promove o bem de seus assistidos A entrevista realizada em outubro de 2014 na Missão Paz no bairro do Glicério.

¹²⁴ Idem

¹²⁵ Ibidem

Migrante e a Rádio Migrante. Sua história tem início com a Congregação dos Missionários de São Carlos (Scalabrinianos), uma comunidade religiosa internacional com sede em 34 países dos cinco continentes, acompanhando migrantes de culturas, crenças e etnias diversas. Esta organização foi fundada em 1887 na Itália. Na frente de sua atual coordenação está o padre Paolo Parise. Uma importante conquista apontada pelo padre Parise foi a inclusão/aceite do protocolo do estrangeiro como documento que servisse para o atendimento dos imigrantes nos postos de saúde do Brasil. A nova diretriz foi expressa por meio de uma circular da diretoria geral dizendo “este documento é válido para que os imigrantes possam ser atendidos, mas o religioso aponta limites nas políticas públicas voltadas ao tema em análise. Segundo o mesmo, um dos enclaves relacionados a questão da imigração está na

política migratória atual. Em nível federal, houve uma sensibilização no caso dos haitianos. Uma série de ações, por exemplo, conseguimos combinar com o Ministro do Trabalho que viesse aqui para a emissão de Carteira de Trabalho para o haitiano, emitido no mesmo dia. Não conseguimos, por exemplo, que eles entendessem que outros imigrantes também precisam. O Ministério do Trabalho focalizou nos haitianos, pois um africano ou outra nacionalidade demora um mês e meio para conseguir os documentos¹²⁶ (Paolo Parise).

Debruçando-nos um pouco mais sobre essa questão, a diferenciação no tratamento entre os imigrantes, observemos o testemunho de Damião Borges:

O pessoal do Senegal ao entrar no Brasil pede refúgio, visto de perseguição política. O Conselho de Imigração concede visto de seis meses, analisam para verificar se continuam ou não, caso contrário, terão que deixar o país. É diferente do haitiano que está entrando por um visto humanitário concedido por seis meses e pode ser renovado por mais seis, depois de um ano, tem residência por cinco anos. Pensando, eu diria que os principais problemas vindos da fronteira é a exploração da polícia, pois existe muita extorsão dos imigrantes. Para termos uma ideia, do Equador até aqui eles gastam uma média de oitocentos, novecentos, mil dólares para chegar. Vindo no trajeto legal, gastariam uma média de 150 dólares de transporte¹²⁷. (Damião Borges)

No contexto migratório contemporâneo, um fenômeno que eclodiu nas principais agências de notícias do Brasil foi o deslocamento populacional *de haitianos* para o Brasil devido às consequências causadas pelo terremoto que atingiu aquele país em 2010. Esse

¹²⁶ Idem

¹²⁷ Ainda sobre este ponto, Damião Borges sugere que sejam abertas rotas que encaminhem os haitianos direto para São Paulo. “A questão é fazer com que os imigrantes não venham por essa rota, venham direto do Haiti/São Paulo porque eles gastariam 60% a menos do valor que eles gastam para vir por aqui (pelo Acre), porque quando eles chegam no Peru, mais da metade do dinheiro deles vai para os atravessadores. É um dos locais que mais explora os imigrantes quando passam por aqui. E no Brasil eles dizem que não tem problema nenhum, o problema é quando passam pelo Peru. Damião Borges de Melo é funcionário da prefeitura de Brasileia, na fronteira norte do Acre com a Bolívia. Trabalhou com o acolhimento aos imigrantes no período em que funcionou o alojamento temporário na fronteira. Entrevista realizada em julho de 2014.

deslocamento é significativo uma vez que a rota escolhida pelos haitianos perpassam as regiões do Caribe, Altiplano andino e a Pan-Amazônia e chegam pelas regiões de fronteira dos estados da Região Norte do Brasil. O importante relato da imigração haitiana foi dado por Dirceu Cutti, na época, vinculado a Pastoral do Imigrante de São Paulo:

Manaus foi uma cidade que acolheu muitos imigrantes haitianos. Não sei como está a situação agora, porque ou estão sendo barrados lá na fronteira, uma vez que o governo disse que não iria permitir que entrassem. Parece que o Padre Genuíno e o Padre Valdecir acolheram muitas pessoas em Manaus. Eles descrevem o início, quando os haitianos começaram a chegar a Manaus, até o momento que chegaram com o visto antes da lei de janeiro deste ano. Parece que ainda estão chegando algumas pessoas em Manaus de forma irregular porque os que entram pela fronteira, agora irão entrar na comissão dos demais imigrantes que não fazem parte dos acordos do MERCOSUL dos países associados[...] A lei estabelecia que os haitianos receberiam as autorizações diretamente no Haiti. E o governo brasileiro só aceitaria aqueles que viessem de lá, na cota de 100 por mês com visto da embaixada brasileira de Porto Príncipe. Quando entram pelas fronteiras norte, que eram quatro locais: Letícia [que é uma cidade gêmea com Tabatinga na fronteira com a Colômbia e o Brasil na Amazônia]; depois tem Brasiléia e depois tem um outro local, acho que é Assis Brasil... (Dirceu Cutti ex-integrante da Missão Paz de São Paulo)¹²⁸

O percurso dos imigrantes haitianos é feito por via aérea, com escala na República Dominicana, Equador e Peru, uma vez que esses países não exigem vistos para haitianos. Essa realidade permite que a maioria não encontre dificuldades para entrar no Brasil. O trajeto é seguido por via terrestre pelo Equador, passando pelo Peru e chegando à Bolívia, onde atravessam a fronteira do Brasil por diferentes lugares. Os municípios de Tabatinga no Estado do Amazonas, Assis Brasil e Brasiléia no Estado do Acre foram os espaços mais comuns e procurados.

Em outros casos, alguns haitianos optam por entrar no Brasil pela fronteira da região Centro-Oeste, na cidade de Corumbá. As escolhas dependem das facilidades de acesso e dos serviços dos agenciadores desse deslocamento, que são comumente conhecidos como “coiotes”¹²⁹. A utilização da via fluvial é muito antiga na Amazônia, existe desde o período colonial brasileiro e ainda hoje é utilizada pela população local da Amazônia em virtude das condições do relevo da região e da não pavimentação de algumas rodovias existentes no lugar. Muitos haitianos saem do Município de Tabatinga para Manaus pela via fluvial.

A partir de fevereiro de 2010, o documento protocolado junto a PF pelos haitianos que chegavam ao Brasil sem o visto estipulado pelo Estado referia ao pedido de refúgio. Todavia, o Governo não intitulou tal prerrogativa como refugiados. O Estado brasileiro

¹²⁸ Entrevista realizada por Vanessa Generoso Paes a título de ilustração para esta tese de doutoramento.

¹²⁹ FARIAS, Andressa; FERNANDES, Durval; MILESE, Rosita. Do Haiti para o Brasil: o novo fluxo migratório. *Cadernos e Debates*: 2011, pp. 73-97.

elabora um dispositivo legal para acolher os haitianos mediante o CNIg, quando cria em 12 de janeiro a Resolução Normativa nº 97/2012, *o visto humanitário*. Esse mecanismo jurídico destinado aos haitianos e os encaminhamentos para o processo de regulamentação no país, porém, também abrem uma margem de leitura para que os migrantes que estejam entrando no território tenham interditos no processo de estabelecimento:

Dispõe sobre a concessão do visto permanente previsto no art. 16 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, a nacionais do Haiti. O CONSELHO NACIONAL DE IMIGRAÇÃO, instituído pela Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980 e organizado pela Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 840, de 22 de junho de 1993, resolve:

Art. 1º – Ao nacional do Haiti poderá ser concedido o visto permanente previsto no art. 16 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, por razões humanitárias, condicionado ao prazo de 5 (cinco) anos, nos termos do art. 18 da mesma Lei, circunstância que constará da Cédula de Identidade do Estrangeiro.

Parágrafo único. Consideram-se razões humanitárias, para efeito desta Resolução Normativa, aquelas resultantes do agravamento das condições de vida da população haitiana em decorrência do terremoto ocorrido naquele país em 12 de janeiro de 2010.

Art. 2º – O visto disciplinado por esta Resolução Normativa tem caráter especial e será concedido pelo Ministério das Relações Exteriores, por intermédio da Embaixada do Brasil em Porto Príncipe.

Parágrafo único. Poderão ser concedidos até 1.200 (mil e duzentos) vistos por ano, correspondendo a uma média de 100 (cem) concessões por mês, sem prejuízo das demais modalidades de vistos previstas nas disposições legais do País.

Art. 3º – Antes do término do prazo previsto no caput do art. 1º desta Resolução Normativa, o nacional do Haiti deverá comprovar sua situação laboral para fins da convalidação da permanência no Brasil e expedição de nova Cédula de Identidade de Estrangeiro, conforme legislação em vigor.

Art. 4º – Esta Resolução Normativa vigorará pelo prazo de 2 (dois) anos, podendo ser prorrogada.

Art. 5º – Esta Resolução Normativa entra em vigor na data de sua publicação

O visto humanitário é concedido em Porto Príncipe, possibilitando aos migrantes haitianos a possibilidade de residência no país. Contudo, a demanda de solicitações de visto humanitário, no período, foi superior ao número concedido, e muitos migrantes resolveram delocarem-se pela rota migratória da região Norte do Brasil, abrindo brechas para as redes de atravessadores (coiotes) que se beneficiaram da vulnerabilidade do migrante que almejavam entrar no Brasil. A rota migratória da região Norte, foi um percurso utilizado para que esses migrantes, não somente de haitianos, seguissem rumo a outros territórios, a exemplos dos que circularam para à Guiana Francesa¹³⁰. É importante apontar nesse contexto, que o conflito com a representação jurídico-política entre os atores envolvidos acontece nesse momento,

¹³⁰ Em pesquisa antropológica sobre a circulação de haitianos para o Brasil, utilizando-se da fronteira norte do país, o pesquisador explica que o Brasil é uma das rotas escolhidas pelos haitianos para chegarem à Guiana Francesa e Suriname, uma vez que partir desses países que muitos haitianos galgam chegarem à França e aos Estados Unidos. In: Handerson, Joseph. *Diáspora*. As dinâmicas da mobilidade haitiana no Brasil, no Suriname e na Guiana Francesa. Tese (Doutorado). Departamento de Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro: UFRJ/Museu Nacional, 2015. p.35

pois uma parcela dos migrantes são extorquidos pelas redes de coiotes, além do que, o Estado brasileiro, principalmente o governo do Estado do Acre – mesmo com os posteriores desdobramentos das medidas humanitárias estabelecidas para o acolhimento desses migrantes – encaminham parcelas desses migrantes para as regiões sudeste e sul do Brasil, intensificando o conflito da representação jurídico-política destes, uma vez que outros Estados passariam a encaminhar e ter que desenvolver política pública, mesmo que locais e provisórias, para o acolhimento desses sujeitos. E como foi mencionado em várias entrevistas, há um incômodo por parte de muitos migrantes, que a instituição estatal responsável pela documentação, até aquele momento, fosse a polícia federal – visto como um órgão de repressão do Estado – e esse acolhimento poderia ser resolvido ao serem criados centros de acolhimento para população migrantes, o que posteriormente foi encaminhando por alguns Estados com a criação dos CRAS.

De tal maneira, o Brasil representa um lugar de passagem para que os migrantes consigam vistos para países como França, Canadá e Estados Unidos. Além disso, o Brasil estabeleceu à época com o governo do Haiti um laço político e econômico, ao enviar soldados brasileiros para comporem as tropas da Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti – MINUSTAH¹³¹. Outro fator que influenciou para divulgação de uma certa imagem do Brasil no exterior foi a ideia de uma economia que estava em ascensão durante o governo do Partido dos Trabalhadores através da implementação dos projetos do Plano de aceleração Econômica, além da imagem de um país sem conflitos sociais, o que impulsionou o fluxo de vinda de imigrantes.

A seguir, faremos uma breve explanação, mediante explicações das pessoas envolvidas com a implementação de políticas específicas na cidade de São Paulo e as redes sociais para sua articulação.

2.3.3 Ativistas de direitos humanos: imigração feminina

Um tema interseccional que foi citado em mais de uma narrativa foi a questão das mulheres imigrantes. Nesse recorte, as instituições de acolhida para mulheres no Brasil são escassas, especificamente, para aquelas acompanhadas de seus filhos. É importante enfatizar que há um grande contingente de mulheres migrantes no Brasil, algumas organizadas em coletivos, em busca de se fortalecerem, construindo espaços políticos e de formação e

¹³¹ Idem, p.20.

afirmação de identidades. Esses coletivos apresentam/lutam por demandas específicas, que vão desde o atendimento diferenciado nos setores de saúde, até a ampliação no número de vagas em creches para que as mães possam trabalhar. A partir do momento em que as mulheres apresentaram suas reivindicações em reuniões, fóruns e espaços representação política; as secretarias de Direitos Humanos e, principalmente, a Secretaria Municipal de Políticas para Mulheres, passaram a estabelecer pontes de diálogos com esses coletivos. Além disso, percebemos que as políticas de caráter participativo são fundamentais para a construção dos critérios a serem adotados enquanto políticas públicas.

Lúcia Alves, em entrevista a nós concedida, enfatizou a importância das oficinas de formação nos processos de sensibilização das instituições governamentais e ONG's que trabalham com imigrantes e, em especial com mulheres, como forma de sensibilização dos prestadores de serviços aos mesmos.

Nós temos um número de entidades que é integrado por pessoas sensibilizadas para atender bem essas mulheres, com outro olhar, principalmente, dos serviços públicos, porque muitos funcionários dos setores públicos não entendem a dinâmica de vida desses sujeitos, daí temos todo um trabalho de sensibilização dessas entidades. Fazemos reunião nestes espaços para falar da realidade delas¹³². (Lúcia Alves)

A perspectiva de Lúcia Alves expõe uma mirada específica direcionada à saúde da mulher. A narradora, com experiência no campo em que atua, indica quais medidas devem ser tomadas no sentido de se ampliar o atendimento ao grupo com o qual trabalha.

Em relação ao Estado, primeiro, acho que deveria investir mais em políticas públicas para mulheres que sejam mais eficazes, principalmente, em questões relacionadas à saúde – exames, controles, exame específico ginecológico, mamografia – tudo isso é muito demorado. No geral, as políticas públicas que acompanhamos, enfrentam a questão de casas para pessoas que ficam doentes e não tem onde viver, por quê? As casas de acolhida que existem são para pessoas moradoras de rua, as pessoas até podem pernoitar ou passar seis meses, mas nestes espaços ela não pode tomar medicação, e pode ser uma pessoa que tenha uma necessidade, que esteja doente e precise de cuidados e se a pessoa tiver 60 anos, não tem para onde encaminhar¹³³. (Lúcia Alves)

Existe uma intersecção entre as demandas partidas de mulheres em situação de prostituição, em situação de rua, vítimas de violência e/ou perseguição, e em situação de migração. Ao enfatizarmos a questão sobre outro prisma, o dos atendidos pelas políticas

¹³² Lúcia Alves, filiada à instituição OBLATAS, instituição que existe há mais de 70 anos no Brasil, quando um grupo de irmãs espanholas chegaram em meados de 1935 no Rio de Janeiro. Nesse primeiro momento, o trabalho era voltado para meninas pobres e carentes que vinham de famílias desestruturadas. A renda da instituição era mantida por meio de campanhas, rifas e ajuda de benfeitores, tanto que a proposta foi estendida para outros estados da federação como São Paulo, Santa Catarina, Minas Gerais, Paraná e Bahia. A entidade se dedica ao acolhimento de mulheres em situação de prostituição e violência. Para mais informações consultar goo.gl/Augi51. Acesso em: 11 set.2017.

¹³³ Idem

públicas, mais especificamente as relacionadas as migrantes, notamos o quanto ainda precisa ser construído. Realizamos uma entrevista com a imigrante e ativista boliviana Jobana Moya, que integra um coletivo com outras mulheres imigrantes denominado *Warmis*, cuja sua história está atrelada à luta por direitos humanos e às questões de gênero. A narradora, em sua entrevista, enfatizou o excesso burocrático que o governo brasileiro estabelece aos imigrantes portadores de diplomas, tema recorrente nos discursos dos envolvidos. A mesma se revelou espantada pois “não sabia como a burocracia no Brasil com o migrante era tão dura, tanto que nunca pude exercer e nem terminar a minha carreira universitária. Terminei fazendo um curso de web design no Senac, fiz um curso de fotografia num instituto e continuo fazendo bicos, tirando fotos de produtos”¹³⁴.

Outro problema apontado por Jobana Moya está na aplicação da lei para as garantias de direitos no Brasil pois muitas vezes estes dispositivos dependem de quem os interpreta, o que denota a instabilidade do acesso a direitos no Brasil. E na discricionariedade da aplicação da lei de imigração encontramos outro conflito na representação jurídico-política para os sujeitos da mobilidade, posto que tal dispositivo fica à critério de quem interpreta e aplica os mecanismos jurídicos no cotidiano da mobilidade dos migrantes, o que pode gerar uma instabilidade maior na vida dos deslocados.

O que passa com todas as leis dos imigrantes é que são discricionais, dependem da interpretação da pessoa que vai aplicar, e muitos postos de saúde não podem fazer cartão SUS porque a mulher não tem comprovante de residência, mas essas mulheres estão na oficina de costura trabalhando, talvez indocumentadas. Como que vai ter um comprovante de residência?¹³⁵ (Jobana Moya)

A realidade discutida por Jobana Moya é um problema enfrentado por muitos imigrantes em passagem ou em processo de permanência no Brasil, sobretudo entre aqueles que trabalham em oficinas, sublocados no trabalho, vivendo e laborando em espaços convertidos em local de moradia para muitos desses trabalhadores, os quais são na maioria das vezes latino-americanos.

Dentro desse mesmo eixo analítico, ao apontar os problemas de relações de gênero dentro das instituições governamentais, Jobana Moya descreve a inacessibilidade dos manuais e protocolos destinados às mulheres imigrantes, por estarem quase em sua maioria em língua portuguesa, impedindo o acionamento de instituições governamentais para fazerem uso dos

¹³⁴ Jobana Moya é boliviana e faz parte do coletivo Warmis – Convergência das Culturas. Sua entrevista foi realizada em sua casa, no município de Cotia, em 22 de março de 2015.

¹³⁵ Idem

aparelhos públicos disponíveis. Nesse sentido, em termos de melhorias para os envolvidos, Moya indica que

É preciso várias coisas, temos muita informação sim, mas não tem informação no idioma da pessoa porque essas imigrantes que estão vulneráveis, muitas não dominam por vezes o espanhol porque sua língua materna é quechua ou aymara, ainda menos o português. Mas tem informação sim, fazem cartilhas, mas no espanhol, quando o seu idioma também não é muito claro, tem que ser informações mais sintéticas, bem precisas e nós estamos tentando com os voluntários traduzir os materiais, como uma cartilha que foi da defensoria pública de violência obstétrica em que nós traduzimos para o espanhol e para o inglês e a defensoria imprimiu. Em inglês porque as africanas falam, as haitianas falam francês. Falam em informação, mas não se tem acesso à informação, o pessoal que mais precisa de informação não chega e há um montão de eventos para imigrantes; eu consegui ir porque eu tenho um horário que me permite manejá-lo senão eu não conseguiria nada e se você não tem família com quem você deixa os filhos para ir num evento, para fazer algo, para se articular, fazer política?¹³⁶

As questões que perpassam a vida das mulheres imigrantes e refugiadas no setor da saúde são agravadas pela insensibilidade do setor público no atendimento às mulheres, uma vez que uma parcela destas, por não terem o domínio da língua portuguesa, não se comunicam ou apresentam dificuldades na comunicação com as pessoas que trabalham no setor de saúde, além de sofrerem violências física e psicológica nesses espaços.

Problemas culturais e tem esses problemas que as pessoas falam da questão das dificuldades no parto, das violências obstétricas que as mulheres brasileiras sofrem pra caramba. As mulheres bolivianas sofrem mais... um sofrimento muito grande porque de algum jeito é muito diferente na Bolívia. Não sei se é melhor, sabe? Mas as mulheres daqui sofrem bastante, sabe? Se uma mina reclama assim: “Ah, botaram anestesia em mim”, tipo que é as minas que sofrem violência “botaram anestesia”. “Botaram fórceps no meio da minha vagina, sabe”. E aí você não sabe nem o que é um fórceps. Então, imagino uma mulher boliviana, uma mulher que não fala o idioma, tipo, qual que é a situação de impotência. As violências machistas elas têm um agravante da imigração, da questão da problemática da documentação, de cultura, de ter um pingão de xenofobia, de racismo. (Patrícia Torres)

A política pública é tema recorrente nos discursos e nas análises dos coletivos de mulheres imigrantes, que ao se reunirem refletem sobre suas trajetórias conjecturando questões ligadas ao acesso à saúde, à previdência, à desburocratização da regulação de diplomas, à creche, à moradia; ou seja, todos os direitos estipulados pela Constituição de 1988 no Brasil e sobre questões de suma importância, como por exemplo, as discussões sobre o direito ao aborto e outros direitos. Observemos a narrativa de Jobana Moya:

Pretendemos visibilizar o problema e ir construindo políticas públicas, pois já existe a delegacia da mulher, só que se não tem documentos como é que faz a denúncia? Hum? Se não entende a língua como a mulher será recebida, por exemplo. São

¹³⁶ Idem

políticas públicas, mas não servem para os outros imigrantes porque tem que se adequar e São Paulo é uma cidade que tem muita imigração e não tem como não se adequar e não é por imposição é porque, primeiro, o Brasil é um país feito de migrações, segundo, porque estamos pagando, porque aqui em São Paulo só quem tem dinheiro vive. Sim, nós também estamos pagando, então nós também podemos reclamar. Se querem colocar os direitos como serviços, também podemos reclamar como direitos, também podemos reclamar como cidadãos que estamos pagando também, não é grátis que estamos pedindo, mas é porque aqui em São Paulo tem uma coisa que vejo e que me causa muita tristeza, é que o direito parece que é alguma coisa como o serviço, direito à água, moradia, várias coisas aqui não são direitos, aqui são serviços¹³⁷.

No campo de conquista dos direitos para migrantes, o acesso à cidadania insere estes no caminho da igualdade para com a população nacional, o que possibilita, então, a criação uma cidadania transnacional.

Por sua vez, as questões que se abrem sobre o fenômeno migratório, os desdobramentos da implementação de políticas específicas para a população de migrantes e refugiados, ou em alguns casos a sua ausência, apresentam o quão problemático e complexo são as forças que impulsionam o Estado, fazendo pressão sobre a política que será gerida no território. E, na contramão de políticas de caráter de bem-estar social, seguem mecanismos, redes transnacionais, que forcem o Estado a adotar o institucionalismo liberal e, a depender do governo presente, neoliberal, na coordenação dos Estados e utilizam o discurso de gestão das redes migratórias como prerrogativa para administrar as ambiguidades políticas profundas que o Brasil enfrenta, como a crise das democracias participativas em contextos latino-americanos.

Neste capítulo, visualizamos o contexto histórico das políticas de imigração para o Brasil, do projeto adotado desde o Brasil Império ao governo de Michel Temer (PMDB), 2016, com enfoque para o contexto do discurso de segurança nacional no período ditatorial brasileiro 1964-1985. De modo mais bem detalhado, fizemos uma discussão sobre o estatuto jurídico, social e político da condição do imigrante, além de termos desenvolvido uma discussão sobre as questões relacionadas à fronteira política, Estado, cidadania dos sujeitos da pesquisa. Situamos o contexto de produção de uma política específica para a população migrante no município de São Paulo a partir das entrevistas realizadas com representantes das instituições governamentais e do terceiro setor (ONGs), assim como estabelecemos a tessitura do capítulo mediante as vozes dos sujeitos diretamente envolvidos com as políticas de imigração, no caso, os imigrantes; e somamos a esse procedimento, recorreremos à consulta de relatórios institucionais emitidos por órgãos citados.

¹³⁷ Entrevista de Jobana Moya, realizada por nós em 22 de março de 2015.

Seguimos, no capítulo 2, a discussão sobre as questões relacionadas ao mundo do trabalho e às formas de precarização que constituem o setor têxtil na cidade de São Paulo e nos argumentos dos ativistas dos direitos humanos sobre essas questões.

CAPÍTULO 3

FRONTEIRAS DA MOBILIDADE DO TRABALHO NA IMIGRAÇÃO

Afinal, o que é um imigrante? Um imigrante é essencialmente uma força de trabalho, e uma força de trabalho provisória, temporária, em trânsito. Em virtude desse princípio, um trabalhador imigrantes (sendo que trabalhador e imigrante são, neste caso, quase um pleonismo), mesmo se nasce para a vida (e para a imigração) na imigração, mesmo se é chamado a trabalhar (como imigrante) durante toda a sua vida no país, mesmo se está destinado a morrer (na imigração), como imigrante, continua sendo um trabalhador definido e tratado como provisório, ou seja, revogável a qualquer momento. A estadia autorizada ao imigrantes está inteiramente sujeita ao trabalho, única razão de ser que lhe é reconhecida: ser como imigrante, primeiro, mas também como homem – sua qualidade de homem estando subordinada a sua condição de imigrante. Foi o trabalho que fez “nascer” o imigrante, que o fez existir; é ele, quando termina, que faz “morrer” o imigrante, que decreta sua negação ou que o empurra para o não-ser.

Abdelmalek Sayad

3.1 Imigração, Estado e Legislação: a vulnerabilidade social do imigrante no Brasil

3.1.1 Imigração e a categoria trabalho

Imigração e trabalho são duas categorias correlacionadas que possuem uma história dentro do campo das ciências humanas. Nesse aspecto, não pretendemos aqui constituir uma história do conceito, esmiuçando-o de forma detalhada em diferentes campos de conhecimento. O que se busca é inserir o debate dentro da área de estudo: imigração econômica. Contudo, sabemos da existência de diferenciados motes explicativos para a migração: política, subjetiva, migração por desastres naturais, refúgio, econômica, não existindo um único viés explicativo para imigração. Dentro do contexto da imigração, o trabalho é concebido como um atributo quase inquestionável dentro dos porquês do deslocamento de pessoas, compondo uma díade que se repete entre os narradores, uma vez que além de explicar quem são as pessoas, fundamenta, em grande parte, os motivos que os levaram para outros países. A partir disso, recorreremos a alguns trechos de entrevistas para configurar as argumentações sobre a perspectiva trabalho, dentro de nossa proposta de análise. Iniciaremos com ponderações do imigrante haitiano Demen Toussint:

O meu nome é Demen Toussint, tenho 25 anos, cheguei no Brasil, em Porto Velho-RO, há oito meses. Eu saí do Haiti, cidade natal de Gonaïves, uma cidade que é muito pequena. A viagem, só para chegar ao Acre, durou sete dias de ônibus e passei uns 15 dias no Acre, depois vim pra Porto Velho pra ver se conseguia trabalho, fazer

alguma coisa, porque no Haiti eu também era professor de matemática. Eu estudei contabilidade, só não cheguei a terminar o meu curso. Quando faltava três meses para finalizar saí do Haiti. Não estou no Brasil só para trabalhar, mas também quero estudar porque muitos haitianos vêm para o Brasil só em busca de trabalho, têm muitos na construção civil ou fazendo outra coisa¹³⁸. (Demen Toussint)

Demen estava há menos de um ano no Brasil quando a entrevista foi realizada. Trabalhava na Usina Hidrelétrica de Jirau, há 100 Km da cidade de Porto Velho. De religião protestante, passava os feriados e alguns finais de semana na capital, onde ia para a Igreja e se comunicava com outros haitianos amigos seus. Ainda durante a gestão Dilma Rousseff (2011-2016), candidatou-se a um curso (específico e diferenciado) para estudantes haitianos, a fim de cursar ciências econômicas, dentre outros cursos oferecidos para haitianos, na Universidade Integração da América Latina, UNILA. Atualmente reside em Foz do Iguaçu, na fronteira sul do Brasil.

Outro narrador justifica sua saída do Haiti a partir de uma teia de motes explicativos. No Haiti, trabalhou na MINUSTAH – Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti¹³⁹, além de ser proprietário de um salão, no qual fazia cortes de cabelo. No Brasil, trabalhou na Usina Hidrelétrica de Santo Antônio, há 7 km de Porto Velho. Quando chegou à cidade montou um espaço de telefonia e internet para haitianos, que por sua vez, também era o local onde exercia a sua profissão de cabeleireiro. Na maioria das vezes atendia homens:

Sou Wilman Alexandre, haitiano. A primeira vez que vim para o Brasil foi um período onde muitos haitianos estavam saindo, já estou aqui há quase quatro anos. Nada reclamo, vivo bem do jeito que tô vivendo. Eu trabalho e moro de aluguel em Porto Velho. A minha condição de vida é boa porque eu trabalho, pago o meu aluguel, vivo normalmente como todo mundo. Eu sou da terceira maior cidade do Haiti que é Gonaïve. Lá eu nasci e estou com 34 anos, já que nasci em 15 de setembro de 1980. Eu tenho dois filhos; o primeiro está com 8 anos e mora no Haiti; o segundo filho está com quase um ano e quatro meses, vive com a mãe¹⁴⁰. (Wilman Alexandre)

Outro entrevistado é Beni Sills, haitiano jogador de futebol, que declarou ter migrado para o Brasil a fim de exercer sua profissão, pela convicção de que aqui seria o lugar ideal para o desempenho de suas habilidades, visto ser este “o país do futebol”. Segundo o entrevistado, dirigiu-se a Porto Velho pois

¹³⁸ Demen Toussint, haitiano, ensino superior incompleto, professor de matemática, entrevista realizada em janeiro de 2013 em Porto Velho – Rondônia.

¹³⁹ A MINUSTAH foi criada em junho de 2004 pela Resolução 1542 do Conselho de Segurança da ONU para estabilização dos conflitos existentes no país. Trata-se de grupo formado de 13 países. O Brasil, segundo dados do Itamaraty, teve aproximadamente 985 militares, entre os quais 15 mulheres e 3 policiais de terreno. Para mais informações consultar goo.gl/3Vmo5T content_copy Copy short URL Visualizado em: jul. 2017.

¹⁴⁰ Wilman Alexandre, haitiano, casado, pai de 2 filhos, ensino fundamental completo, entrevista realizada em janeiro de 2014 em Porto Velho – Rondônia.

tem muito haitiano que saiu da minha cidade do Haiti e conversou comigo, eles podem pagar a passagem de avião. Liguei para um amigo de Porto Velho ir me buscar no aeroporto. Foi quando decidi vir pra cá e trabalhar. Quando cheguei em Porto Velho fui ao Clube de Futebol Genus, mas não dava para jogar porque eles pagavam só setecentos reais por mês. E fui trabalhar na construção civil e passei a ganhar 1.200,000 reais¹⁴¹. (Beni Sills)

Mais uma experiência destacada é a do haitiano Pierrelus Pierre, que veio ao Brasil para trabalhar no setor da construção civil, já que é técnico em edificações e diz sentir muito orgulho de ser haitiano, mesmo não tendo crescido no Haiti:

Trabalhei uma vida na construção, pois tinha feito um curso técnico em construção civil e aprendi a trabalhar nesse setor. Só depois que eu aceitei Jesus consegui entender a vida... Estava num país sem ninguém, não tinha intimidade com minha família e só fui conhecer a família natural depois do terremoto no Haiti. Prestei socorro a muita gente que procurava seus familiares. Depois do terremoto, a gente aprendeu muita coisa sobre o Haiti. E muitos vieram para o Brasil porque não tinha como sobreviver¹⁴². (Pierrelus Pierre)

Os trechos citados apresentam justificativas pessoais para migração, todas referentes a questão do trabalho, no caso específico dos haitianos. Todos os entrevistados mostraram que o trabalho tem importância substantiva, central em suas vidas. Porém, o que fazer em um país em que o emprego é para poucos? Como ter acesso à educação, sendo ela profissional ou para vida, num país onde tudo é pago, privatizado, precarizado? É dentro de contextos históricos e econômicos como estes que a discussão sobre trabalho e imigração é desenvolvida nesta tese. As experiências de migração, em casos substantivos, dentro de nosso recorte, estão atreladas à ótica do trabalho como mecanismo que pode explicar as trajetórias de vida e escolhas para imigrar, mesmo que se saiba de outros condicionantes.

No campo da teoria política, a categoria trabalho apresenta características singulares, uma vez que o ser humano possui uma *força de trabalho* de caráter orgânico, atributo relacionado a sua natureza. Karl Marx, no livro I do *Capital*, descreveu a categoria em análise nos seguintes termos:

De um lado, todo trabalho é um dispêndio de força de trabalho humana, no sentido fisiológico, e é nessa qualidade, de trabalho humano igual ou abstrato, que ele constitui o valor das mercadorias. Por outro lado, todo trabalho é um dispêndio de força de trabalho humana de uma determinada forma e com um objetivo definido e é nessa qualidade de trabalho concreto útil que produz valores de uso¹⁴³.

¹⁴¹ Beni Sills, casado, pai de 2 filhos, ensino médio completo, jogador de futebol. Trabalha no setor de construção civil, entrevista realizada em janeiro de 2014 em Porto Velho – Rondônia.

¹⁴² Pierrelus Pierre é solteiro, tem 2 filhos, técnico em edificações. É pastor em uma igreja evangélica em Porto Velho.

¹⁴³ MARX, Karl. *O Capital*. (Vol. I) Apud. BOTOMMOORE, Tom. Dicionário do pensamento marxista. Conceito de trabalho. São Paulo: Zahar. p.599.

O trabalho, assim, agrega uma categoria orgânica, social e econômica, tanto em relação ao corpo, transformando uma matéria em objeto, quanto ao aspecto socioeconômico, quando da transformação do objeto em seu valor de uso e troca. O trabalho possui um caráter fundamental para a realização do ser social, para condição de existência da pessoa humana. É, pois o “ponto de partida para a humanização do ser social e o motor decisivo do processo de humanização do homem”.¹⁴⁴

O mundo moderno passou por profundas transformações, principalmente as que se deram na esfera do mundo do trabalho. Dentro da área das ciências humanas, há um diversificado universo de autores que se debruçaram sobre a categoria trabalho como suporte para pensar as transformações efetivadas pelo capitalismo. Na vertente teórica desenvolvida por Marx, o trabalho é visto como uma categoria central para se entender o desenvolvimento do sistema capitalista ocidental, tanto na dimensão da infraestrutura, quanto da superestrutura.

Dentro da dimensão sociológica Weberiana, a categoria trabalho possui, também, uma centralidade. As transformações originadas pelo protestantismo na Europa Ocidental constituíram um novo ser social, para quem o trabalho passou a ser a *base identitária* do sujeito moderno, posto que transformou “o burguês em um homem de negócios racional e colocou à sua disposição os trabalhadores sóbrios, conscienciosos, de uma capacidade de trabalho pouco comum e apegados ao trabalho tal como o destino que Deus quis para suas vidas”¹⁴⁵. Weber parte de um enfoque diferente, em comparação a Marx, pois sua leitura não parte da economia e das relações de produção, mas da cultura e dos costumes. Assim, a racionalidade capitalista é mediada por uma estratégia de cálculo em que o trabalho é o eixo central para realização pessoal do indivíduo, inserido na cultura protestante moderna, dentro da sociedade pós-revolução industrial.

Em outra matriz analítica, Durkheim¹⁴⁶ concebe o trabalho como modo de interação, um dispositivo para a formação social de um novo indivíduo, inserido na modernidade. As instituições, as Corporações de Ofício incrementam profundas transformações nesse setor produtivo, em que o trabalhador tem uma importância e função social a partir do fator trabalho.

¹⁴⁴ ANTUNES, Ricardo. Adeus ao Trabalho. São Paulo: Cortez, 1995, p. 123 e LUCKÁCS, George. *Para uma ontologia do ser social*. (Vol. I). São Paulo: Boitempo, 2015. p.

¹⁴⁵ WEBER, Max. 2003. A Ética Protestante e o “Espírito” do capitalismo. São Paulo: Companhia das Letras. p. 244. E CARDOSO, Luís Antônio. A categoria trabalho no capitalismo contemporâneo. *Tempo soc.*, São Paulo, v. 23, n. 2, p. 265-295, Nov. 2011. Disponível em: goo.gl/fASFUVcontent_copy Copy short URL. Acesso em :1 jul 2017.

¹⁴⁶ A primeira edição da obra *O Suicídio* é de 1897 e da obra *Divisão do Trabalho Social* é de 1902. *O Suicídio*. São Paulo: Martins Fontes. 2ª Edição 2011. (1897) e *Divisão do Trabalho Social*. São Paulo: Martins Fontes, 1999, 2ª Edição.

Para Durkheim, as instituições do trabalho poderiam substituir os organismos sociais do Estado, uma vez que tais estamentos produziriam regras de justiça capazes de coordenar os indivíduos e integrá-los ao mundo social.¹⁴⁷ Ao analisar os pressupostos da sociedade burguesa de sua época, o sociólogo alemão apontou o surgimento de um novo ordenamento corporativo, enfatizando o trabalho como fonte de solidariedade e integração do homem ao meio social.¹⁴⁸

No decorrer do Século XX, outros pensadores, mediante diálogos e rupturas com os modelos teóricos anteriores, construíram críticas ao trabalho como instrumento do ser social. Dentre estes, Jurgen Habermas dispôs um deslocamento do trabalho como questão central, estabelecendo a linguagem e a comunicação como motor explicativo das relações sociais para emancipação humana. Para Habermas, a análise marxiana se funda no trabalho social como categoria que permite a transposição da natureza para o ser social. Dentro de sua linha argumentativa, Habermas aponta que é simplificador dizer que a razão social se pauta apenas no trabalho, já que a vida humana se distingue pela interação entre linguagem e trabalho, cabendo à linguagem o estado predominante para a transformação das engrenagens sociais.¹⁴⁹ Este é um dos pontos fundantes de seu constructo teórico: a linguagem como pressuposto para a construção de vínculos valorativos e normativos entre os seres humanos.

Outra dimensão do pensamento habermasiano a qual pareceu importante salientar é o deslocamento da teoria do valor marxista, uma vez que esse autor considera a *ciência* como força produtiva em substituição ao *valor trabalho*. Habermas afirma que a modalidade do trabalho foi colonizada, e é necessário, no agir comunicativo, garantir a liberdade para a emancipação humana. O filósofo parece concordar com o pensamento marxista sobre a contradição existente entre trabalho e liberdade, posto que para Marx, esta relação é dialética e só será resolvida com o fim do trabalho heterônomo, produtor de mais-valia e historicamente determinado, marcado por um processo de expropriação, alienação, entre outros fatores.¹⁵⁰ A descolonização do mundo e das consciências, para Habermas, está ancorada na mediação estabelecida pela linguagem.

Outra problemática que Habermas aponta é a questão da esfera pública, campo da racionalidade instrumental, mediada pelo dinheiro, burocratizada, controlada pelas elites

¹⁴⁷ CARDOSO, Luis Antônio. A categoria trabalho no capitalismo contemporâneo. *Tempo Social*. Revista de sociologia da USP, v. 23, n. 2. p.266. Disponível em goo.gl/fASFUV content_copy Copy short URL. Acesso em 1 de julho de 2017.

¹⁴⁸ Idem, p.266.

¹⁴⁹ ORGANISTA, José Henrique Carvalho. *O debate sobre a centralidade do trabalho*. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p.103.

¹⁵⁰ Idem p.112.

financeiras em detrimento da maioria da população. Ainda segundo o autor, os problemas correlatos à privatização do espaço público se intensificaram após a década de 1970 do século passado, fase marcada pelo início da expansão do neoliberalismo. Essa linha de força do neoliberalismo se ancorou nas dimensões infraestrutural e superestrutural, colonizando de modo eficaz a realidade vivida pelos indivíduos. Assim, segundo Habermas, a regulação sistêmica da vida deve ser transposta pela revolução do agir comunicativo¹⁵¹.

Ricardo Antunes, ao analisar os sentidos do trabalho na sociedade contemporânea e ao dialogar com o pensamento de Georg Lukács, estabeleceu que o trabalho apresenta um caráter central, uma vez que age como mediador entre “a esfera da necessidade e da realização”, atividade que além de estabelecer sentido a grupos humanos em seu “processo de autorrealização, do avanço do ser consciente em relação ao seu agir instintivo, bem como do seu avanço em relação a natureza”, configura o “*trabalho como referencial ontológico fundante da práxis social*.”¹⁵² Desse modo, mediante o trabalho, dentro da ação de transformar a natureza e transformar o ser que trabalha Lukács também salienta a dimensão ontológica do trabalho ao afirmar que

a questão central das transformações no interior do homem consiste em atingir um controle consciente sobre si mesmo. Não somente o fim existe na consciência antes da realização material; essa estrutura dinâmica do trabalho também se estende a cada movimento individual. O homem que trabalha deve planejar cada momento com antecedência e permanentemente conferir a realização de seus planos, crítica e conscientemente, se pretende obter no seu trabalho um resultado concreto o melhor possível¹⁵³.

Percebemos, pois, uma conexão entre a perspectiva de Lukács e a do sociólogo Ricardo Antunes, ambas referentes à categoria trabalho e sua dimensão ontológica, fundante do *ser*, ferramenta central de interação com a realidade e meio por excelência de transformação do espaço.

Outro teórico e pesquisador do campo das migrações em suas interconexões ao mundo do trabalho/capitalismo Sandro Mezzadra, que indica a mobilidade do trabalho é intrínseca ao processo capitalista numa relação tensionada, “por um lado, o conjunto de práticas subjetivas pelas quais a mobilidade do trabalho se expressa (que, sem dúvida, devem ser interpretadas como respostas pontuais ante a contínua quebra das tradicionais estruturas sociais provocada pelo desenvolvimento capitalista); e, por outro, a tentativa do capital de impor um controle

¹⁵¹ Idem.

¹⁵² ANTUNES, Ricardo. *Os Sentidos do Trabalho. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 1999, p.139.

¹⁵³ ANTUNES, Ricardo. Op. Cit. p. 142.

“despótico” sobre essas mesmas práticas com a fundamental intermediação do Estado”.¹⁵⁴ Para Mezzadra, as migrações permitem a compreensão das fraturas do capitalismo, numa dinâmica em que as mobilidades do trabalho são atravessadas por estratégias de controle, mas também de fuga, das relações entre trabalho, classe e capital. Estas relações são atravessadas por táticas de resistências, nas quais movimentos, lutas, regimes de mobilidade configuram escalas complexas em processos de subjetividade que desloca o paradigma de controle da mobilidade após a implementação dos mecanismos neoliberais de controle, precarização do trabalho que afeta a vida nos rearranjos da organização do espaço contemporâneo.

3.1.2 Imigração, modos de trabalho precarizado, trabalho flexível

No subitem pregresso salientamos com qual tipo de imigração estamos trabalhando, também delineamos qual o nosso enfoque acerca da categoria trabalho e ensejamos seu caráter central para a produção capitalista, segundo nossa linha de análise. Neste subitem discutiremos com mais vagar o tipo de imigração por nós definida como eixo de nossa tese, a imigração econômica.

O imigrante econômico, ou imigração para o trabalho, constitui um ramo significativo do setor produtivo brasileiro. Nesse campo, encontramos contratos estabelecidos pelo regimento da CLT, terceirizados – muitas vezes precarizados – preenchidos pela mão de obra de migrantes econômicos nacionais e estrangeiros. Setores de trabalho precário nas cidades, em oficinas de costura, construção civil, trabalho doméstico etc., ou trabalho precário no campo, em fazendas, carvoarias e extração de cana-de-açúcar; tudo em locais onde a força humana ainda não foi substituída por máquinas.

No Brasil, a implementação do sistema fordista, aqui “periférico e incompleto”, deu-se num contexto de criação/fortalecimento das instituições estatais e na consolidação das leis trabalhistas implementadas pelo governo Getúlio Vargas durante a vigência do Estado Novo. Fruto de lutas e mobilizações, o reconhecimento da classe trabalhadora como ator social legou ao país uma legislação trabalhista moderna, vista em poucas nações, mesmo entre as industrializadas. A articulação entre as legislações sindical, trabalhista e previdenciária

¹⁵⁴ MEZZADRA, Sandro. Multidão e Migrações: autonomia dos migrantes. *Revista do Programa de Pós-graduação da escola de Comunicação da UFRJ*. Vol. 14, nº 02, Ano. 2012. p.76 pp. 70- 107. Além de textos fundamentais para entender as dinâmicas, fluxos da mobilidade humana no período contemporâneo.

passaram a garantir direitos outrora não reconhecidos pelo Estado brasileiro. Deu-se, então, o aumento de vozes dos movimentos sociais e sua objetivação máxima se efetuou por meio da Consolidação das Leis Trabalhistas, a CLT¹⁵⁵.

Dentro de uma conjuntura internacional, a partir da segunda metade da década de 1970, na Inglaterra; na década seguinte, nos EUA, espalhando-se por boa parte da América Latina nos Anos 1990, o capitalismo passou por severas mudanças estruturais. A crise do sistema fordista de produção engendrou uma séria crise no setor produtivo, alavancando mudanças por meio de reformas na esfera do Estado, mediante uma reestruturação produtiva do capital, com base no projeto econômico, político e ideológico do neoliberalismo. O epicentro das transformações foi a Inglaterra, à parte experiências incipientes, como as verificadas no Chile de Pinochet, o governo de Margareth Thatcher vendeu ao mundo seu modelo de reestruturação. Dentre os principais pontos das mudanças podemos citar:

- 1) privatização de praticamente tudo o que havia sido mantido sob controle estatal no período trabalhista; 2) a redução e mesmo extinção do capital produtivo estatal; 3) o desenvolvimento de uma legislação fortemente desregulamentadora das condições de trabalho e flexibilizadora dos direitos sociais; 4) a aprovação, pelo Parlamento Conservador, de um conjunto de atos fortemente coibidores da atuação sindical, visando destruir desde a forte base fabril shop stewards até as formas mais estabelecidas do contratualismo entre capital, trabalho e Estado, expresso, por exemplo, nas negociações coletivas.¹⁵⁶

Poucos anos depois, grande parte das nações do mundo passaram a ser geridas com base em tais proposições. Assim, é na conjugação das condições estruturais da globalização, nos mecanismos de reestruturação produtiva e na implementação das políticas neoliberais que a flexibilização do trabalho é produzida. O impacto dessas transformações é mais agudo nos países de desenvolvimento capitalista menos adiantado.

Dentre esses países se encontra o Brasil, e a parcela da população mais atingida, e isto é ponto pacífico, é a mais pobre. Mesmo os setores médios são atingidos pelos efeitos da reestruturação neoliberal. A precarização de todas as suas condições de existência, eis o cenário à frente das classes média e baixa. Atentos a essa realidade, concentraremos nossa

¹⁵⁵ Segundo Ângela Castro Gomes, na “América Latina e não apenas no Brasil, o acesso à cidadania por parte dos setores populares não passou pelas lutas pela ampliação do direito de voto, segundo o modelo clássico de incorporação em regime de representação política liberal. Nesses casos, o acesso à cidadania está relacionado a todo um processo de constituição da identidade da classe trabalhadora conduzido pelos próprios membros dessa classe através de suas numerosas lutas políticas. A extensão da cidadania liga-se à trajetória da democratização dos regimes liberais. Já no caos da América Latina, o acesso à cidadania comina-se com um “processo de formação de atores políticos” – a classe trabalhadora em especial – na qual é nítida a intervenção estatal e na qual, em princípio, pode estar ausente o problema da extensão da participação político-eleitoral”. In GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. São Paulo: Vértice, Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1988. p.22.

¹⁵⁶ ANTUNES, Ricardo. Op. Cit. p.67

análise na precarização das relações trabalhistas, em sua vertente mais perniciosa, a terceirização/subcontratação.

As definições sobre terceirização/subcontratação no Brasil são marcadas por diferentes campos de análise, sendo eles: economia, administração, direito, sociologia. De forma breve, podemos dizer que os elementos que constituem a terceirização são “transferência de atividades a terceiros, especialização, atividade-fim, parceria, foco na atividade principal”¹⁵⁷. Tais processos são empregados para que as empresas aumentem o lucro e competitividade, além da diminuição dos encargos trabalhistas que uma empresa possa ter com seu empregado.

Formas de terceirização são utilizadas no Brasil desde os primórdios de sua industrialização, sendo elas marcadamente utilizadas no trabalho rural, mediante o agenciamento de braços por meio de expedientes de exploração como os “gatos”, apoiados no trabalho sazonal, sem qualquer tipo de proteção ao trabalhador, que em grande parte dos casos é submetido a condições análogas à escravidão. Tais sistemas são utilizados na agricultura nacional até os dias atuais.

Os impactos da flexibilização das relações laborais são marcados pela “fragmentação, segmentação dos trabalhadores, a heterogeneidade, a individuação, fragilização dos coletivos, a informalização do trabalho, fragilização, crise dos sindicatos e a mais importante delas, a ideia de perda – de direitos de todo tipo – e da degradação das condições de saúde e de trabalho”¹⁵⁸. Para Pierre Bourdieu, a flexibilidade é uma “estratégia de precarização” ocasionada por motivos econômicos e políticos, produzida por uma “vontade política” e não como única e última alternativa para enfrentar a crise de uma “fatalidade econômica” da globalização em curso. A precarização é “um regime político [...] inscrita num modo de dominação de tipo novo, fundado na instituição de uma situação generalizada e permanente de insegurança, visando obrigar os trabalhadores à submissão, à aceitação da exploração.”¹⁵⁹, o que demonstra que a política é uma plataforma de ação eficiente para ajustar as regras que serão implementadas pela economia na esfera social, acirrando de forma abusiva a dominação e exploração do trabalho e dos trabalhadores. Após essa breve introdução analítica, vamos a exemplos acerca da precarização laboral e seus efeitos sob as vidas dos envolvidos.

Uma problemática não resolvida, inserida dentro da migração latino-americana para o Brasil, em contextos da produção têxtil, é a questão do trabalho precarizado, muitas vezes considerado análogo ao escravo. Uma parcela dos grupos de migrantes é agenciada por outros

¹⁵⁷ Idem, p.27.

¹⁵⁸ Idem, p.30.

¹⁵⁹ Idem, p.33. Discussão esmiuçada em Bourdieu, Pierre. *Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. p.119-127.

migrantes, alguns possuem relações de parentesco ou apadrinhamento para o seu deslocamento. Dessa forma, mediante bibliografia consultada e do trabalho de campo realizado com tais grupos, podemos dizer que os agenciadores estabelecem gastos com passagem, hospedagem e alimentação para com os trabalhadores agenciados. As relações de apadrinhamento/compadrio constituem alianças que estabelecem os vínculos empregatícios de tais grupos emigratórios, nos contextos em que a produção têxtil é realizada. De modo que nesses cenários produtivos as relações de apropriação do trabalho se efetivam na subjugação de pessoas, e a “etnicidade” é um marcador social.

Tais vínculos não se constituem com base em contratos legais ou mesmo semilegais, mas se objetivam em conexões de fundo pré-capitalista e/ou colonial, remontando a tradições familiares e clânicas. Aqui se encontra o elemento importante para se entender a dinâmica produtiva baseada na exploração do trabalho dentre os grupos que coexistem no panorama brasileiro e, sobretudo, no paulista. As relações de produção aqui não podem ser definidas como simples relações de exploração entre patrão e empregados. Existem outros fatores a incidir sobre a questão, como compromissos familiares, nexos “análogos à servidão”, compromissos religiosos, dentre outros pontos. Embora tais vínculos ensejem relações culturais que fogem aos padrões estabelecidos pela cultura branca e ocidental, a exploração de trabalhadores em condições análogas à escravidão/servidão são crimes previstos no código penal brasileiro. Retornaremos a essa questão mais adiante, quando tratarmos especificamente das oficinas de costura em São Paulo e do emprego de mão de obra precarizada nestas.

No cenário por nós pesquisado, relativo à temática em apreciação, ou seja, o trabalho imigrante em oficinas de produção têxtil localizadas em São Paulo, prevalece o labor de grupos de bolivianos, paraguaios, peruanos, entre outros. Em sua maioria, tais grupos são subcontratados por coreanos e bolivianos que ascenderam dentro desses mesmos cenários produtivos, fazendo uso de mão de obra subcontratada, com vínculos precários, na maioria das vezes terceirizada, quando não, quarteirizada

Em nossas pesquisas de campo efetuamos diversas entrevistas com operadores jurídicos vinculados ao Estado brasileiro. As explanações destes lançam luz sobre a questão do trabalho migrante em São Paulo e no Brasil. Vejamos as ponderações de Eliana Vendramini¹⁶⁰, procurada do Ministério Público de São Paulo:

O que aconteceu após golpe militar no Brasil de 1964 e agora com as Olimpíadas de 2016 para a construção civil, os próprios haitianos, a questão do trabalho escravo,

¹⁶⁰ É promotora do Ministério Público do Estado de São Paulo e Coordenadora do Programa de Localização e Identificação de Desaparecidos - PLID

tráfico para trabalho escravo é muito forte. E pior, difícil de combater pela gênese da organização porque eles quarterceirizam, terceirizam. E quando você chega, por exemplo, na oficina do boliviano têxtil, é outro boliviano que está supostamente explorando esses bolivianos, mas, na verdade, ele é usado pela organização para criar essa suposta ideia de que não, é uma oportunidade desses bolivianos no país¹⁶¹. (Luciana Vendramini)

Por que coreano emprega boliviano em vez de empregar outros trabalhadores nacionais ou coreanos? Por que o trabalho no ramo têxtil é realizado por bolivianos, paraguaios e peruanos no Brasil? É importante dizer que ter nacionalidades específicas no setor da costura não é um advento novo, uma vez que o sistema de produção capitalista, especificamente o ramo da costura, emprega trabalhadores migrantes porque são pessoas que estão em condições de vulnerabilidade social dentro desse setor produtivo. É sabido que a indústria têxtil é um ramo que emprega de forma vulnerável milhões em escala produtiva nas ditas periferias do mundo.

O filme *Gomorra*¹⁶², baseado no livro de Roberto Saviano, cujo título é o mesmo, trata da máfia italiana na cidade de Nápoles, onde o crime organizado perpassa a vida de toda cidade, inclusive o setor da alta-costura. A película mostra como os desenhistas que modelam os vestidos que correm as passarelas internacionais, quando atingidos por crises financeiras, ou quando perdem prestígio no setor, são contratados pela indústria chinesa para ensinar aos futuros overloquistas/costureiros, em galpões imensos, para centenas de trabalhadores que ganham por peça produzida. Assim, essa mesma indústria que produz em escala planetária, chega até nós pelos portos do Atlântico em forma de mercadoria chinesa ou como cópia de modelos fabricados em oficinas clandestinas ou semiclandestinas, a partir de grandes metrópoles do globo, como Nápoles ou São Paulo.

Os imigrantes bolivianos com os quais conversamos gravando suas histórias de vida, durante nosso mestrado, em sua maioria, tinham famílias no ramo da costura ou eles próprios trabalharam, em algum momento de suas vidas, para esse setor. Geralmente, trabalhadores migrantes precarizados, subcontratados por redes de relações sociais, em que as relações de compadrio, confiança e solidariedade estabelecem o ritmo da produtividade nos microcosmos relacionais das oficinas de costura. Ademais, são intensificadas as precárias condições de segurança e saúde nesses setores, construindo um cenário em que a falta de segurança ao trabalhador pode levar a acidentes fatais, como o que ocorreu em uma oficina de costura na Zona Leste de São Paulo, onde quatro pessoas morreram e 24 ficaram feridas, depois de um

¹⁶¹ Luciana Vendramini Carneiro, entrevista realizada em novembro de 2014 em São Paulo – SP.

¹⁶² Filme *Gomorra*. Direção de Matteo Garrone. Ano de produção 2008.

incêndio de grandes proporções no bairro do Brás.¹⁶³ Sobre esse ramo da confecção, a procuradora discorre:

[...] indústria de confecções de têxtil onde as grandes grifes comercializam a marca, a empresa comercializa roupas, não industrializam. Mas o que verificamos é que há um controle absoluto da grife sobre todo o processo produtivo. As empresas possuem os designers, os estilistas fazem as fichas técnicas de cada roupa, daí contratam confecções, a maior parte são de coreanos que são intermediários nesse processo. Deste modo, na escala produtiva tem a grife, a confecção e embaixo as oficinas de costura. A grife contrata a confecção, diz que a responsabilidade dela estaria só até aí e que essas confecções estariam supostamente sob a responsabilidade pela terceirização desenfreada, mas, na verdade, a grife tem total controle de qualidade das peças e sabe que a opção intermediária não tem trabalhadores suficientes para conseguir dar conta da demanda que eles requerem. Nesse processo, eles pedem prazos específicos para um grandioso número de peças. Quem é que produz essas peças se essa confecção não tem piloteiras? As piloteiras são responsáveis em fazer a peça piloto. Aqui você encontra máquinas superavancadas com cortes de tecidos à lazer, especialmente, no Bom Retiro. A partir dessa cadeia produtiva para baixo é que há a contratação de imigrantes¹⁶⁴. (Christiane Nogueira)

¹⁶³ Para mais detalhes vide: <goo.gl/LdRFCR>. Acesso em: 05 de jun. 2017.

¹⁶⁴ Christiane Nogueira, procuradora do trabalho na Procuradoria do Trabalho do Município de Osasco.. Quanto ao setor têxtil embora existam diferenças entre o modo de exploração antigo e contemporâneo, relativo a produção têxtil, as relações laborais intrínsecas a esse setor apresentaram certas continuidades. Apesar de extensa, a passagem de é bastante esclarecedora quanto a esse ponto, estabelece uma distinção entre as duas modalidades. “*Sistema do suor originário* 1. Fenômeno típico do setor do vestuário/confecção; 2. O local de trabalho se confundia com a residência, onde moravam numerosas famílias; 3. Todas as pessoas trabalhavam juntas – jornadas de trabalho extensas e extenuantes; 4. Fenômeno geralmente estava relacionado à imigração, ainda que regular; 5. O pagamento era feito por peça ou por produção a valores irrisórios, acarretando a busca por mais e mais horas de trabalho e incentivando a concorrência entre os trabalhadores, que dividiam os riscos da atividade econômica com os patrões; 6. Descontos de comida de baixa qualidade, de moradia ruim, de exorbitantes quesitos e utensílios pessoais; 7. Eventual servidão por dívida; 8. Eventual trabalho forçado *strictu sensu*; 9. Eventual *truck system*; 10. Relação contratual de natureza trabalhista, mascarada de cível; 11. Subcontratação em cadeia de terceirização de serviços ligados à atividade-fim da empresa contratante; 12. Inidoneidade econômica, trabalhista e financeira do *sweatshop*; 13. Relação triangular; 14. Fuga da responsabilidade social e trabalhista incipiente; 15. Assédio moral e sexual no local de trabalho; 16. Coerção para trabalhar; 17. Relações baseadas no medo e respeito ao *sweater*, senhor da vida e da morte dos costureiros; 18. Atendimento a necessidades de superflexibilidade na prestação de serviços; 19. Inexistentes condições de segurança e saúde do trabalhador, gambiarras elétricas, risco grave e iminente de incêndios e óbitos no ambiente de trabalho, instalações sanitárias inexistentes, acúmulo de sujeira e de doenças com diversos riscos patológicos acumulados; 20. Trabalhador tratado como *rês*, e não com dignidade; 21. Fenômeno adstrito aos países centrais da Revolução Industrial; 22. Questão étnica subjacente; 23. Inexistência ou insuficiência de regulação trabalhista de proteção e fuga dos direitos advindos do exercício da autonomia coletiva, ofensas ao direito de sindicalização.” Já no Sistema de suor contemporâneo: “1. Sistema ainda bastante típico do setor do vestuário, mas não exclusivo dele, ocorrendo em diversos outros setores, como no da tecnologia de informação, na fabricação de itens eletrônicos, nas lavanderias, nas manufaturas ditas artesanais que se inserem em cadeias produtivas industriais, indicando um recrudescimento do sistema do suor, além de um retorno ainda mais potente e criativo dele; 2. Inclusão das grandes redes varejistas têxteis/empresas relacionadas ao *fast fashion* na cadeia de exploração; 3. Fenômeno geralmente relacionado à imigração irregular; 4. Servidão por dívida e trabalho forçado ocorrem frequentemente; 5. Ocorrem descontos de dívidas de viagem e pagamentos diversos de propinas a coites nas fronteiras, como fruto direto da globalização dos mercados e incremento das migrações irregulares; 6. Fuga da extensa regulação trabalhista e de proteção já existente e consolidada; 7. Fenômeno disseminado por todo o mundo, concentrado nos países em vias de desenvolvimento, mas com considerável quantidade nos países desenvolvidos novamente; 8. Restantes condições mantendo os padrões clássicos anteriormente encontrados nas origens do sistema do suor, tanto na Inglaterra quanto nos Estados Unidos, berços do sistema do suor, mas não exclusivos detentores desse sistema de trabalho.” BIGNAMI, Renato. Trabalho escravo na indústria da moda: o sistema do suor como expressão do tráfico de pessoas. *Revista de Direito do Trabalho*. São Paulo, SP, v. 40, n. 158, p. 35-59, jul./ago. 2014. p.47

O Brasil é signatário do Protocolo de Palermo¹⁶⁵ e da Convenção 191 da Organização Internacional do Trabalho – OIT¹⁶⁶, diretrizes que servem como norteadoras para a fiscalização por parte de agentes do MP e de auditores fiscais do trabalho. Os guias e protocolos internacionais ratificados pelo Brasil afirmam tanto a proteção à pessoa do trabalhador, quanto o combate às relações laborais análogas à escravidão. Assim, consta “resgate dessas pessoas da situação de violência; o pagamento das verbas rescisórias; a permanência dos mesmos em território nacional, a fim de colaborarem nas investigações, mediante a concessão de visto permanente, e a mobilização da rede de apoio para a proteção das vítimas e reintegração na sociedade.”¹⁶⁷ Além disso, a convenção 191 da OIT não permite que o trabalhador que tenha sido “resgatado” de alguma fiscalização do Estado seja deportado para o seu país, o que ocasionava um sentimento de medo por parte dos trabalhadores imigrantes. Outra característica que marca a atuação dos operadores do Estado é a busca em unificar o trato às injustiças, ao igualar, mediante o uso da lei, o combate às desigualdades antijurídicas e a discriminação, seguindo o “princípio fundamental à igualdade de trato”¹⁶⁸.

O setor do trabalho informal atravessa não só o ramo do vestuário, perpassa toda uma gama de trabalhos tais como o de ambulantes, vendedores, professores, seguranças, lavradores, diaristas etc, muitos expulsos do trabalho formal por reajustes de gastos em empresas ou por reformulações trabalhistas. No ramo das confecções, o mercado tido como étnico se afirma em diferentes partes do mundo, estudiosos¹⁶⁹ do campo asseguram que dito mercado aglutina um tipo de migração particular, a ponto de diversos pesquisadores

¹⁶⁵ O Protocolo de Palermo é um instrumento normativo que define e trata o tráfico de pessoas, principalmente mulheres e crianças. Foi ratificado pelo Brasil mediante decreto nº 5.017, de 12/03/2014. É conhecido como “Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional Relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em Especial Mulheres e Crianças”. Vide em: goo.gl/EayqvZ. Acesso em: 1 jul. 2017.

¹⁶⁶ A convenção 191 da OIT foi aprovada em 1963 e foi ratificada pelo Brasil em 1992. Aprovada na 47ª reunião da Conferência Internacional do Trabalho (Genebra — 1963), entrou em vigor no plano internacional em 21.4.65. Essa medida estipula

¹⁶⁷ Idem, p.52.

¹⁶⁸ Idem, p.52.

¹⁶⁹ RIZEK, Cibele Saliba; GEORGES, Isabel; SILVA, Carlos Freire. “Trabalho e imigração: uma comparação entre Brasil e Argentina”. Revista *Lua Nova*. São Paulo, nº 79, 2010. pp. 111-142. Ver também os estudos: FREIRE, Carlos Freire. “Trabalho informal e redes de subcontratação: dinâmicas urbanas da indústria de confecções em São Paulo”. Dissertação de Mestrado em Sociologia. São Paulo: FFLCH-USP, 2008; FREITAS, Patrícia Tavares de. “Projeto Costura: percursos sociais de trabalhadores imigrantes entre a Bolívia e a indústria de confecção nas cidades de destino”. Tese de Doutorado em Sociologia. Campinas-SP: IFICH-UNICAMP, 2014; SOUCHAUD, Sylvain!!br0ken!! “A confecção: nicho étnico ou nicho econômico para a imigração latino-americana em São Paulo?” In: *Imigração Boliviana no Brasil*. BAENINGER, Rosana (Org.). Campinas-SP: Núcleo de Estudos de População-NEPO/UNICAMP & UNFPA, 2012. BONACICH, E. “Asian and latino immigrants in the Los Angeles garment industry: an exploration of the relationship between capitalism and racial oppression”. Working Papers in the Social Sciences. Los Angeles-USA, Vol. 5, nº 13. (1989-90).

ênfatizarem a existência de uma “economia étnica”. No Brasil, especificamente na cidade de São Paulo, a característica do enclave étnico é um localizador social importante, uma vez que os migrantes que chegam aos lugares de destino são acionados mediante contatos e redes de subcontratação que se deram nas comunidades de origem desses sujeitos. Muitos destes advindos de uma migração interna em seus próprios países, tendo saído do espaço rural para o urbano, e mediante tais redes sociais e afetivas partem para as cidades de destino em que passam a trabalhar, porém continuam a manter contato com sua rede social afetiva. Assim, auxiliados por fortes relações de parentesco, compadrio, afinidades, esses migrantes tecem relações de trabalho a partir de alianças que os mantêm vinculados a fortes laços de solidariedade, assim como de responsabilidades que envolvem os trabalhadores e trabalhadoras dentro de uma oficina de costura. Muitas vezes, tais vínculos familiares e de solidariedade encobrem relações de exploração. Para um melhor conhecimento sobre o tema em análise, narraremos um breve histórico sobre a questão da imigração na cidade de São Paulo.

3.1.3 Nicho da costura em São Paulo e a imigração

A indústria da costura em São Paulo passou por uma reestruturação produtiva entre as décadas de 1980/90, uma das marcas mais notáveis desse processo foi a renovação dos agentes envolvidos no setor, também migrantes, mas agora de outras regiões do globo. As indústrias do Brás e Bom Retiro

reduziram o tamanho de suas plantas e passaram a investir numa produção diversificada e em pequena escala, que procura seguir as oscilações das tendências ditadas pelo mercado da moda. Tal reestruturação teria representado um grande salto para a recuperação do setor, de modo que o conjunto das empresas de confecção passou a ser um dos principais geradores de valor agregado da cidade e um dos maiores aglomerados de produção de vestuário do mundo¹⁷⁰.

Esse processo de produção foi implantando em cima de estruturas industriais edificadas em processos migratórios anteriores. Esse tipo de produção, antes, partia de contratos formais realizados nos bairros do Brás e Bom Retiro junto a trabalhadoras que residiam em antigas vilas operárias nas bordas da cidade de São Paulo. Vale notar que antes desses espaços serem ocupados por latino-americanos, foram territórios de libaneses que imigraram durante a década de 1930, inseridos no ramo do trabalho do vestuário. Durante a

¹⁷⁰ RIZEK, Cibebe Saliba. Et. Alii. Op. Cit. p. 120.

década de 1980, muitos migrantes nordestinos também foram inseridos nesse setor produtivo, representando um forte componente da economia informal na cidade¹⁷¹.

No bairro do Bom Retiro, o grupo predominante, até os anos 1940, foi o italiano e junto a este estavam os portugueses, os quais dominavam o comércio de secos e molhados, lotados na antiga Rua dos Imigrantes – atual rua José Paulino. Os migrantes que vendiam roupas e tinham lojas de armarinhos eram os sírios e os libaneses, e quando não eram donos de lojas, vendiam de porta em porta à prestação¹⁷². Os judeus chegaram ao bairro num período de crescimento do mercado urbano, entre os anos 1920/30, trouxeram suas habilidades comerciais e artesanais, e rapidamente ascenderam economicamente¹⁷³. Desse modo, os sucessivos grupos de imigrantes que passaram a residir e trabalhar nesse bairro, no percurso do Século XX, deram ao Bom Retiro uma faceta marcada por identidades “que transparece na sua constituição material através da presença sucessiva de enclaves étnicos. E um enclave étnico comporta uma sociabilidade endógena e, por isso, constitui uma área cultural e economicamente distinta”¹⁷⁴. A sucessão de grupos que foram se instalando no bairro em análise deixaram marcas, rugosidades que podem identificar características das culturas que por lá passaram. Porém, uma característica perpassa toda a história do Bom Retiro, o seu caráter de região de comércio, a semelhança de outros espaços, como o Brás e adjacências.

A leva seguinte partiu de imigrantes coreanos, os quais já representavam um ramo importante do setor produtivo têxtil. Esse grupo migratório possuía vínculos com importantes centros urbanos do continente americano, tais como Buenos Aires, Santiago, Los Angeles e Nova Iorque, fato que auxiliava sua inserção socioeconômica e rápida ascensão. A migração sul-coreana se efetivou a partir da implantação do Plano de Desenvolvimento Nacional da Coreia do Sul, nos anos 1960, além de acordos bilaterais, motivados por efeitos da guerra civil e por motivo de perseguição política¹⁷⁵. Acordos bilaterais foram estabelecidos pela Coreia do Sul com diversos países da América Latina, entre eles o Brasil, Argentina, Paraguai e Bolívia. A partir da década de 1970 tais acordos foram estendidos ao Peru e Chile. O Brasil começou a receber coreanos a partir de 1963, com a abertura do primeiro Consulado Sul Coreano

¹⁷¹ Idem, p.121.

¹⁷² CHI, Jung Yun. “O Bom Retiro dos coreanos: descrição de um enclave étnico”. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – FAU-USP, 2016. p. 32.

¹⁷³ TRUZZI, Osvaldo. Etnias em convívio: o bairro do Bom Retiro em São Paulo. *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, nº 27, 2001. p. 143-166. p.148

¹⁷⁴ CHI, Jung Yun. Op. Cit. p.37

¹⁷⁵ FREITAS, Patrícia Tavares de. “Projeto Costura: percursos sociais de trabalhadores imigrantes entre a Bolívia e a indústria de confecção nas cidades de destino”. Tese de Doutorado em Sociologia. Campinas-SP: IFICH-UNICAMP, 2014. p.323.

instalado no Rio de Janeiro¹⁷⁶. A imigração coreana apresentava um caráter circulatório, uma vez que a facilidade para obtenção de visto era menos burocratizada para países como Paraguai e Bolívia, o que fez com que muitos acabassem se deslocando para esses países como uma estratégia para chegarem aos centros urbanos do Brasil e da Argentina.¹⁷⁷ Os primeiros grupos de migrantes coreanos que adentraram no Brasil conseguiam visto para trabalhar no campo, mas a falta de especialidade com esse tipo de trabalho e as dificuldades em se comunicar em língua portuguesa, fez com que muitos se deslocassem para os centros urbanos em busca de novas oportunidades profissionais. Após a década de 1970, os imigrantes coreanos adentraram no circuito subterrâneo de confecções, somando-se a um trabalho que já vinha sendo desenvolvido por sírios, libaneses e italianos no bairro do Bom Retiro. Assim,

como bairro operário localizado nas imediações do centro, o Bom Retiro abrigava um número muito expressivo de oficinas de fundo de quintal e outros estabelecimentos a meio termo entre o comércio e a indústria. A localização de empresas com esse perfil no bairro tornava-se conveniente, graças à pequena dimensão dos negócios, à proximidade com o mercado consumidor do centro e à disponibilidade de mão de obra residente no próprio bairro¹⁷⁸

Segundo Osvaldo Truzzi e Patrícia Tavares de Freitas, os coreanos trabalhavam em regimes semelhantes ao dos bolivianos e pouco se relacionavam com a população local. Sobre esse mesmo ponto, o auditor fiscal do trabalho Luis Alexandre de Faria indica que há

outro nicho é da grande magazine. Isso esconde um pouco porque às vezes a etiqueta é só colocada pelo coreano quando o produto já está em suas mãos, que é o intermediário. O coreano ou está no topo da cadeia, mas nunca como grande varejista, magazine. Por que os magazines são ou os grupos brasileiros ou grupos internacionais? O único coreano que eu conheço é o Fort Tant Lan que acabou de chegar agora e que produz só fora do Brasil. Os coreanos são muito bons, são muito focados... Quando teve essa migração de coreanos, final de 1950 e início de 1960, os coreanos deitaram e rolaram, viraram potência nessa coisa do histórico¹⁷⁹. (Luis Alexandre de Faria)

Por sua vez, Patrícia Tavares de Freitas aponta uma diferença substancial entre a forma de produção adotada pelos coreanos sob ordem dos judeus, e a acometida pelos bolivianos trabalhando para os coreanos. O primeiro grupo trabalhava em regime domiciliar, e mesmo respondendo as cobranças da moda da época, investiam pouco em tecido e em design. Os

¹⁷⁶ “Em 1963 chegaram ao Brasil grupos de famílias de militares descontentes com a política do governo e grupos de fiéis protestantes, pertencentes à classe média urbana coreana e com bom nível educacional. Como havia sido determinado pelo governo, essas famílias se instalaram nas zonas agrícolas. Entre os últimos grupos que chegaram, em 1963, encontram-se umas 70 famílias católicas que se estabeleceram na Colônia Santa Maria, no município de Tibagi”. Idem, p.325.

¹⁷⁷ Ibidem, p. 327.

¹⁷⁸ TRUZZI, Osvaldo. Op. Cit. p. 146.

¹⁷⁹ Luis Alexandre de Faria, auditor fiscal do trabalho. Entrevista realizada em 29 de outubro de 2015 em São Paulo, SP.

bolivianos trabalham sob os auspícios de um regime de produção em sua totalidade terceirizado e no qual os coreanos investem de forma contínua em pesquisa sobre o vestuário, além do investimento em tecidos e *design*¹⁸⁰.

Nesse contexto, é sabido que, a partir da década de 1970, a migração muda de perfil ao atrair imigrantes com uma certa renda, com condições mínimas para iniciar empreendimentos comerciais, e no caso dos coreanos, seu nicho de materializou na produção têxtil. Esse mesmo grupo de imigrantes, a partir da década de 1990, em um contexto de forte crise econômica, impulsionou uma indústria de confecção altamente competitiva, introduzindo maquinário e investindo em pesquisa, o que gradativamente modernizou o contexto da produção, além de motivar uma grande circulação de pessoas nos antigos bairros industriais do Século XX paulistano. Nessa fase, os coreanos que há cerca de vinte anos haviam começado a se estabelecer na região, passaram a dominar espaços ocupados outrora por italianos, libaneses, sírios e judeus¹⁸¹. Caber dizer que muitas lojas desses bairros são grandes atacadistas revendedoras para grifes, e que como é sabido, costuram etiquetas de marcas famosas na mercadoria. O cenário que se constituiu a partir dos Anos 1990¹⁸² foi de competitividade, alta produtividade, flexibilidade, terceirização e quarteirização do trabalho, reestruturação produtiva e atração de novos braços migrantes latino-americanos para compor o novo cenário produtivo.

Os novos empresários da moda, gradativamente, constituem nos bairros do Bom Retiro, Brás e Pari um novo comércio de “enclave étnico”, uma vez que lojas antigas passam por reformas e adquirem ares modernizadores com vitrines espelhadas, vendedoras e venderoes bem produzidos, aptos para atender uma grande circulação de compradores do

¹⁸⁰ FREITAS, Patrícia Tavares de. Op. Cit. p.333.

¹⁸¹ “Nesses bairros, os comerciantes tradicionais não têm dúvida: dentro de dois anos, a colônia [coreana] terá conquistado um comércio que levou 50 anos para se estabelecer. E enquanto, no Bom Retiro, as estatísticas indicam que 20% do faturamento já estão em mãos coreanas, responsáveis hoje por quase 300 das 2500 lojas locais, no Brás a situação não é diferente [...] Os comerciantes tradicionais do Bom Retiro e Brás costumam brincar entre eles, dizendo que os coreanos em busca de um ponto para instalar suas lojas fazem sempre duas perguntas: a primeira é “Quanto custa”; a segunda, independente do preço pedido nunca muda: “Quando o senhor desocupa?”. Essa brincadeira, apesar do aparente exagero, reflete quase fielmente a realidade. Hoje, uma loja não fecha para reforma sem que apareçam dezenas de coreanos com propostas de aluguel, feitas, na maioria dos casos, em dólares”. “Os coreanos, uma invasão do mistério”. Apud: *O Estado de São Paulo*. 19 de setembro de 1982. Idem, p. 337.

¹⁸² “Os coreanos desenvolveram não apenas a tática de ganhar a clientela pela beleza e qualidade das peças, mas também pela agilidade no abastecimento de suas prateleiras e pela quantidade dos modelos disponíveis. Nós fazemos um lançamento de coleção com, no mínimo, 80 modelos de roupas diferentes. Impossível fazer menos que isso”, ilustra Sandra Kim, proprietária da confecção *Modas Cor*. Ela e a maioria dos outros confeccionistas abastecem suas lojas a cada 15 dias. A perspicácia do comerciante não está apenas em manter a loja cheia, mas repleta daquilo que o cliente quer ver. “Se algum modelo não teve uma boa saída em 15 dias, nós recolhemos as peças e renovamos a mercadoria”, explica Sandra. A tática é adotada por todos os seus conterrâneos e, acreditamos, que não foi fácil chegar a essa logística afinada, na qual peças chegam e saem numa velocidade sem fim”. Ibidem. p. 340

Brasil inteiro. A categoria de enclave étnico agrega posicionamentos diferenciados, contudo, com relação aos coreanos, partimos da concepção que reflete “um caráter não assimilacionista e não segregacionista, sobre as concertações étnicas nas metrópoles, visando uma inclusão sociocultural através do reconhecimento da diversidade. Por isso, a sua ideia contrasta com a do gueto, que é um instrumento de poder destinado ao controle de um grupo, exercido através da segregação socioespacial imposta”¹⁸³.

3.1. 4. *A imigração boliviana em São Paulo*

Quanto aos bolivianos, que lugar ocupam nesse novo cenário produtivo? Nesse contexto, é importante apontar que a imigração boliviana na cidade de São Paulo não é um fenômeno novo. O fluxo de imigração para outras capitais latino-americanas, como a Argentina, iniciou-se a cerca de um século, inserindo-se no setor da agricultura, serviços domésticos e vestuário. Outra imigração fortemente estudada por pesquisadores bolivianos é a com destino aos Estados Unidos e países da Europa, principalmente Itália e Espanha¹⁸⁴. No Brasil, esse deslocamento não é um fenômeno novo, uma vez que desde as décadas de 1950/60, perpassando a de 1970, foram firmados acordos bilaterais entre Brasil e Bolívia, o que inseriu estudantes em cursos técnicos e profissionalizantes em faculdades brasileiras. Um novo circuito migratório desponta nas décadas de 1980/90, quando esse contingente populacional se inseriu, gradativamente, nos contextos de subcontratação para o labor em oficinas de costura paulistanas.

Nos dias atuais, a dinâmica migratória dos bolivianos deixou de ser invisibilizada pelas instituições brasileiras, havendo uma diversidade de organizações culturais, políticas e religiosas que reclamam sua identidade e direitos de acesso à cidadania. Uma conquista estabelecida pelos imigrantes na cidade de São Paulo foi a sua inclusão no conselho participativo de subprefeituras do município¹⁸⁵. A capital também recebe uma das maiores

¹⁸³ CHI, Jung Yun. Op. Cit, p. 41.

¹⁸⁴ Para mais detalhes, verificar as entrevistas com pesquisadores bolivianos feitas por nós em nossa dissertação de mestrado: PAES, Vanessa Generoso. “Trânsito de Identidades e Estratégias de Negociação Familiar: deslocamentos populacionais entre a Bolívia e o Brasil”. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Departamento de História Social, FFLCH-USP, 2011.

¹⁸⁵ Em novembro de 2013, foi publicado no Diário Oficial da cidade São Paulo, o decreto do prefeito Fernando Haddad (PT), documento que permitia aos imigrantes residentes na capital paulista integrarem os Conselhos Participativos Municipais das Subprefeituras. Os representantes/imigrantes passam a poder votar e ser votado para conselheiros extraordinários das administrações regionais em que 0,5% da população tenha outra nacionalidade, e as que tiverem mais do que 1% podem eleger dois representantes. Visualizar goo.gl/sSBMA4 acesso em agosto de 2017. Contudo, na gestão de João Dória 20017, atual (PSDB), reduziu 67% da participação

festas de imigrantes da cidade, em homenagem a Virgem de Copacabana e ao dia da Independência da Bolívia, ambas em agosto, reunindo imigrantes de diferentes regiões na cidade de São Paulo no Memorial da América Latina e na Praça Kantuta, mas o acesso à cidadania ainda é uma meta a ser atingida pela por muitos migrantes radicadas no Brasil.

Com relação a esse ponto, pesquisadores¹⁸⁶ que assinalam a questão do “enclave étnico”, indicam que essa dinâmica pode facilitar rearranjos produtivos pautados em redes de acionamento de mão de obra, algo que facilitaria em termos de relação e agenciamento, a relação de trabalhadores e empregadores, dentro de uma visão positiva, no que se refere às redes familiares e étnicas para contratação das oficinas têxteis. Outra corrente de pesquisadores¹⁸⁷ acredita que tais agenciamentos, mediante relações de parentesco e compadrio, podem acobertar mecanismos de dominação, exploração e servidão por dívidas, visto que tais relações se efetivam em círculos afetivos e de confiança, dentro de contextos migratórios em que a tradição e o parentesco é um laço comunitário quase inquestionável. Os acionamentos para o trabalho dentro desse rearranjo produtivo permeiam as redes sociais que os sujeitos constroem fora do lugar de origem, por meio das relações sociais. As redes de

popular a partir das eleições de 2018. O Decreto Municipal 57.829, publicado em 15 de agosto de 2017, no Diário Oficial da Cidade de São Paulo, limita o número de membros do conselho a proporção de um para cada 30 mil habitantes, totalizando 400 conselheiros para toda a cidade, sendo até 41 por prefeitura regional. Matéria em goo.gl/urajXu. Acesso em agosto de 2017.

¹⁸⁶ Podemos visualizar a concepção em análise de Souchaud que estabeleceu, “Portanto, as oficinas de costura não podem ser consideradas unicamente como lugares de exploração da mão de obra imigrante, também são lugares de inserção e ascensão social para numerosos estrangeiros, por que a informalidade e flexibilidade da organização das oficinas também facilitam a integração no mercado de trabalho (primeiro trabalho obtido pelo apoio dos membros do grupo familiar ou étnico), a capacitação profissional (grande parte chegam como ajudante, sem conhecimentos na costura), a realização de um projeto migratório (seja no próprio lugar: tornar-se dono de oficina; seja no país de origem: compra de um lote ou casa), para quem, frequentemente indocumentado, sem conhecimento do mercado de trabalho e com um domínio fraco da língua e dos usos da sociedade do país de destino, teria poucas chances de ficar na cidade de São Paulo.” [...] Sem embargo, a organização econômica e sociologia dos ocupados do setor na metrópole evoluíram com a participação crescente dos estrangeiros e recuo progressivo da mão de obra nacional. A existência do nicho econômico, por suas características atuais, aponta para uma transição importante do modelo migratório brasileiro, já que a “massificação” de uma imigração estrangeira, originária de países do Sul, com baixos níveis de qualificação educacional e que vem substituindo (ainda que de forma inicial) a mão de obra nacional é uma situação inédita na sociedade brasileira. Até hoje, setores de atividades tradicionais para a inserção da migração de mão de obra: o emprego doméstico, a construção civil, a confecção, eram ocupados por migrantes internos. A substituição (mesmo que parcial) em curso faria com que a situação migratória do Brasil parecesse a situação migratória de países como Argentina e Espanha, por exemplo, onde uma importante migração de latino-americanos, e em específico de bolivianos e paraguaios, se insere nos setores de atividade mencionados acima. Evolução que significaria ao mesmo tempo uma transição e uma normalização do padrão de imigração brasileiro. Souchaud, Sylvain. A confecção: nicho étnico ou nicho econômico para a imigração latino-americana em São Paulo? Rosana Baeninger. *Imigração boliviana no Brasil*. Campinas, Nepo/Unicamp, Fapesp, CNPq, Unfpa, pp.75-92, 2012. p.80 e 83.

¹⁸⁷ “Nancy Green, a partir dos casos de Nova York e Paris, aplicam-se a representação atual e comum das oficinas de estrangeiros na capital paulista: “a imagem do sweatshop, muitas vezes, simbolizou o pior do desemprego sazonal, da subcontratação e do trabalho em domicílio” [...] “Ontem como hoje, o termo de sweatshop tocou no registro emocional, sugerindo espaços exíguos, horários de trabalho intermináveis, salários de miséria, crianças, mulheres, imigrantes trabalhando, capatazes desumanos, uma higiene deplorável” (Green 1998, p.216). SOUCHAUD. Op. Cit. p.80. E BIGNAMI, Op. Cit. p. 47.

sociabilidade estipulam os laços e os contratos para o pertencimento ao grupo, estabelecendo as obrigações dos sujeitos dentro da sociabilidade dos envolvidos. Contudo, é importante apontar que as formas de contratação e as condições de trabalho variam muito no contexto da migração.

Mecanismos como os mencionados acobertam, a nosso ver, relações de poder, por meio de dispositivos afetivos que perpetuam a exploração social, o assédio moral, e violências simbólicas e físicas contra os sujeitos inseridos em tais ambientes de produção têxtil. Nesse contexto, porém, é necessário apontar que não só bolivianos estão ligados ao ramo da costura na capital paulista, visto que outras nacionalidades, tais como os peruanos, paraguaios, e em alguns casos haitianos, estabeleceram uma circulação de migrantes latinos e caribenhos nesses contextos produtivos. Destarte, assinalamos a importância em se discutir a situação de vulnerabilidade desses grupos. Vejamos as ponderações do auditor fiscal Luis Alexandre de Faria em relação ao tema, segundo o mesmo, o tipo de relações laborais em análise configuram

uma epidemia mundial. Não é um privilégio do Brasil e do setor de vestuário brasileiro. Se forem pesquisar verá que tem Bangladesh, o Rana Plaza, que foi o maior acidente do trabalho do século, quase duas mil mulheres mortas, é um caso de exploração de trabalho semelhante à escravidão que aconteceu lá em Bangladesh [...]. Você encontra *sweatshops* nos Estados Unidos, *sweatshops* na Europa, você tem exploração do trabalho e é sempre do imigrante, esse componente sempre será encontrado. O por quê? Não sei, não sou sociólogo para entender, mas parece que você precisa trabalhar com uma mão de obra extremamente vulnerabilizada para conseguir explorar aquele trabalhador de maneira extensiva e intensiva. O componente de vulnerabilidade está submetido a qualquer imigrante, mesmo que a pessoa vá trabalhar nos Estados Unidos, mesmo tendo curso superior, mesmo falando várias línguas, o imigrante é vulnerável. O imigrante do setor do vestuário é ultravulnerável¹⁸⁸.

É possível apontar que a vulnerabilidade dos imigrantes em contextos como os mencionados cria um espaço em que violência é concretizada mediante a exploração do trabalho, acarretando problemas relacionados à saúde física e psicológica dos trabalhadores, além de haver também casos de assédio moral e violência doméstica. A socióloga Patrícia Tavares Freitas detectou uma prática comumente utilizada pelos costureiros/as, denominada “derecho de piso”, um tipo de relação de cunho paternalista, constituída entre os envolvidos no labor da costura e que remonta a práticas que existiram entre as elites “brancas/crioulas” e as “classes populares/indígenas” durante o período colonial. Tal prática foi reapropriada e

¹⁸⁸ Entrevista concedida por Luis Alexandre das Faria, realizada pelo próprio. Entrevista realizada em outubro de 2015.

ressignificada no mundo social das oficinas de costura bolivianas espalhadas por diversos pontos das Américas¹⁸⁹.

Esse “derecho de piso” estabelece uma relação de compromisso que os trabalhadores/as instituem com o dono da oficina de costura, posto que este os financiou em seu deslocamento. Presos a compromissos, os costureiros/as pagam com o próprio trabalho os gastos de deslocamento e permanência nas oficinas. Muitos, ao não conseguirem se adequar às regras e às condições de trabalho, descumprem os contratos, estes na maioria das vezes verbais, e saem em busca de ocupação em outras oficinas e valendo-se de suas redes de informação acabam encontrando novos lugares em que possam trabalhar. Percebe-se, assim, que a circularidade se dá não apenas no deslocamento, mas também no mercado das oficinas. Mesmo havendo o “derecho de piso”, existem meios de subverter os compromissos impostos, já que muitos trabalhadores/as rompem as correntes do contrato verbal e circulam em busca de novas oficinas no grande mercado do vestuário. Acerca desse ponto, Patrícia Tavares Freitas tem enfatizado

a partir dessas informações, de que para entrar, circular e trabalhar na indústria da confecção das sociedades de destino, esses migrantes devem mobilizar dois tipos de competências/saberes específicos: o *saber circular*, que envolve a capacidade de mobilização de redes sociais – de familiares, de conhecidos ou completamente impessoais, contatadas por meio de anúncios nas rádios ou nos jornais – e de informações para entrar nos circuitos de subcontratação e aproveitar as melhores oportunidades de trabalho em suas estruturas internas. A importância do “saber circular” no “mundo social das oficinas de costura bolivianas” é reflexo do intenso movimento da força de trabalho em um ramo industrial caracterizado pela elasticidade da demanda e flexibilidade e “leveza” das estruturas produtivas. Esse movimento pode ocorrer tanto no âmbito externo, entre as inúmeras localidades de origem e as cidades de São Paulo e/ou Buenos Aires, devido às vicissitudes da indústria que determinam o momento dos retornos sazonais (na “baixa estação”) e as cidades de destino mais procuradas, a depender da conjuntura econômica local; quanto no âmbito interno, por entre as oficinas de costura nas cidades de destino, na busca de melhores oportunidades de trabalho. Entretanto, somente o saber circular não é suficiente para uma inserção bem-sucedida no mundo social das oficinas de costura bolivianas nas cidades de destino, o *saber costurar*, conforme vimos, joga um papel ainda mais determinante, garantindo aos costureiros não apenas melhores salários, mas a capacidade de montar oficinas de costura bem-sucedidas, pois além da atividade da costura propriamente, a logística de coordenação do trabalho e dos costureiros, que trabalham e vivem no mesmo espaço, dimensão fundamental do sucesso desses pequenos empreendimentos.

Observamos, assim, que é importante não fazer totalizações analíticas e enquadrar todas as oficinas de costura existentes no Brasil como afeitas a utilização do trabalho análogo ao de escravo. Os migrantes andinos utilizam de um dispositivo muito particular, milenar, herdado do nomadismo de culturas andinas muito antigas, pré-incaicas. Aimaras e quéchuas, ao se deslocarem, livram-se do jugo de estruturas de dominação/exploração vinculadas ao

¹⁸⁹ FREITAS, Patrícia Tavares. Op. Cit. p.368.

trabalho. Porém, o mesmo dispositivo que liberta, também domina e aliena, posto que tais práticas de empregabilidade utilizam um mecanismo tradicional da cultura – solidariedade entre sujeitos de origens étnicas e de parentesco – para perpetuar mecanismos de dominação dentro de um contexto de trabalho diferenciado. Percebemos então um movimento dialético de funcionamento de estruturas passadas no presente, jogando para um futuro cosmogônico – posto ser revivido por festas e comemorações do calendário festivo boliviano – a redenção dos envolvidos, os mesmos que se encontram imersos num presente que atualiza sistemas de dominação por meio do capitalismo fabril. Desse modo, ao observarmos a precarização do trabalho no setor da costura precisamos perceber que

Ao olhar o perfil de exploração as pessoas encontram o perfil de vítima. Se você estiver olhando para trabalho escravo no âmbito da lavoura de cana de açúcar, não vai encontrar imigrante nenhum porque lá não tem esse perfil. No mercado têxtil, por exemplo, só tem imigrante. Pega o conceito sociólogo e exclui. Eu estou falando do jurídico dentro do governo porque não têm esses conceitos sociológicos de imigração. Você tem um perfil que está muito ligado ao perfil de exploração. Daí você não vai encontrar crianças na construção civil. A lógica não é da vítima, parem de olhar para vítima. Qual é o fator econômico, qual o perfil do setor de produção? Dentro desse setor você vai encontrar o perfil da vítima, não o contrário. (Juliana Felicidade Armede)

O setor têxtil tem como finalidade o lucro e é atravessado por grupos de imigrantes socialmente excluídos e o contexto de produção é invisibilizado. Destarte, perguntamos: como a gramática jurídica ou as instituições do Estado que operam em tais cenários, no Brasil, mediante a utilização de ferramentas legais, lidam com temas tão complexos como este? No próximo item buscaremos respostas para esse questionamento.

3.1.5 Invisibilidade migratória e exploração

Um antigo problema persiste no ramo produtivo do trabalho no Brasil: a questão da vulnerabilidade. Fator de maior intensidade quando se trata de migrantes e imigrantes: questão ética que historiadores, sociólogos e operadores do direito intitulam de “escravidão contemporânea”. Problema esse que vez ou outra aparece na imprensa como fantasma; furos de reportagens que exploram imagens e discursos sobre abusos relacionados a exploração sexual, violência física e simbólica, cárcere privado, servidão no casamento ou por dívida, trabalho análogo ao escravo. Os pesquisadores do campo atribuem à exploração do ser humano a consequente apropriação da pessoa enquanto coisa, objeto, mercadoria a ser vendida ou trocada, situação em que a saúde física e psíquica é afetada de forma brutal.

Sobre tal problemática perguntamos: o que seria servidão contemporânea? Como se inserem os operadores do direito em questões como esta? Como as instituições do Estado brasileiro pensam tal problemática? Por que trabalhadores se sujeitam a condições análogas à escravidão? Sobre essas questões este capítulo se debruçará e para tanto, estabeleceremos uma costura com alguns referenciais bibliográficos e narrativas, fontes construídas nessa pesquisa.

Inicia-se a análise a partir de um ensaio escrito por Etienne de la Boétie, em 1577, intitulado *Discurso da Servidão Voluntária*¹⁹⁰. Este ensaio problematizou, de forma livre e visceral, a questão da servidão, ou escravidão humana. Que “monstro de vício é esse, que ainda não merece o título de covardia, que não encontra um nome feio o bastante, que a natureza se nega ter feito, e a língua se recusa a nomear?”¹⁹¹. Ao longo da reflexão de La Boétie encontramos a resposta para tal indagação, o nome do “monstro” é Servidão. De onde vem esse poder que subjuga corpos em nome de uma vontade que não é natural? Segundo Pierre Clastres¹⁹², tais relações de servidão não são inatas às culturas nativas, foram constituídas com o advento do Estado Moderno. A questão fixada por La Boétie é também um problema antropológico: “trata-se da natureza humana, a tal ponto que, afinal, cabe a pergunta: o desejo de submissão é inato ou adquirido? Preexistiria ao mau encontro, que então ter-lhe-ia permitido realizar-se? Ou deveria sua emergência *ex nihilo* por ocasião do mau encontro, tal uma mutação letal, avessa a qualquer explicação”¹⁹³. La Boétie muito antes de Marx e de Nietzsche apresentou o problema da decadência das sociedades e da alienação que atravessa os homens. Tanto Clastres quanto La Boétie apregoaram que servidão e liberdade caminham juntas como a água e a margem do rio. Todavia, Clastres desloca a questão para a categoria Estado, inferindo que as “sociedades primitivas são sociedades sem Estado, não é por incapacidade congênita de chegar à idade adulta, assinalada pela presença do Estado, e sim devido à recusa desta instituição”¹⁹⁴. As relações de servidão possuem o peso da tradição, desenvolveram-se ao longo das civilizações e foram ressignificadas no mundo moderno a partir da implementação dos sistemas capitalistas. É dentro dessa perspectiva que pretendemos trabalhar.

Outro sociólogo, contemporâneo, Pierre Bourdieu, ao analisar as estruturas de dominação e subordinação na obra “Dominação Masculina”, argumentou que tais forças

¹⁹⁰ Fazemos uso da tradução da editora Brasiliense. LA BOÉTIE, Etienne de. *Discurso da servidão voluntária*. São Paulo: Brasiliense, 1999.

¹⁹¹ Idem, p.12 e 13

¹⁹² CLATRES, Pierre. Liberdade, Mau Encontro, Inominável. In *Discurso da Servidão Voluntária*. São Paulo: Brasiliense, 1999. pp.109-123

¹⁹³ LA BOÉTIE, Etienne de. Op. Cit. p.115.

¹⁹⁴ CLASTRES, Pierre. Op. Cit. p.116.

operam de forma silenciosa nas relações de dominação entre sujeitos. Essa percepção analítica pode se conectar à análise de questões relacionadas à servidão, dentro no nicho de trabalho do setor da costura, além de fornecer elementos que podem servir para entender a dominação. Assim, ao debruçar-se sobre os aspectos simbólicos da dominação, Bourdieu escreveu:

A força simbólica é uma forma de poder que se exerce sobre os corpos, diretamente, e como por magia, sem qualquer coação física; mas essa magia só atua com o apoio de predisposições colocadas, como molas propulsoras, na zona mais profunda dos corpos. Se ela pode agir como um macaco mecânico, isto é, com um gasto extremamente pequeno de energia, ela só o consegue porque desencadeia disposições que o trabalho de inculcação e de incorporação realizou naqueles e naquelas que, em virtude desse trabalho, se veem por elas capturados. Em outros termos, ela encontra suas condições de possibilidade e sua contrapartida econômica (no sentido mais amplo da palavra) no imenso trabalho prévio que é necessário para operar uma transformação duradoura dos corpos e produzir as disposições permanentes que ela desencadeia e desperta; ação transformadora ainda mais poderosa por se exercer, nos aspectos mais essenciais, de maneira invisível e insidiosa, através de insensível familiarização com um mundo físico simbolicamente estruturado e da experiência precoce e prolongada de interações permeadas pelas estruturas de dominação.¹⁹⁵

Tendo essas premissas como base, podemos dizer que o trabalho no setor da costura funciona a partir de um sistema de utilização de empregabilidade pautado nas relações de parentesco/compadrio e na empregabilidade de redes sociais em que as relações que atravessam dinâmicas, também étnicas, agenciam formas de controle para a produção. De modo que não podemos atribuir o pressuposto dessas relações como a responsável pelas práticas nesse setor, mas sim à problemática de total vulnerabilidade social, na qual são inseridos trabalhadores de outros países que desconhecem a língua portuguesa falada no Brasil e pelo fato de estarem inseridos num ramo produtivo precarizado, terceirizado/quarteirizado da indústria capitalista.

Ser um trabalhador alienado dentro desse setor produtivo favorece muito aos “patrões” dentro da cadeia produtiva, como será relatado mais à frente. Assim, sabemos que o trabalho é precarizado, pois são utilizadas formas de labor subcontratadas, nas quais a exploração dessa mão de obra torna-se lucro e mais valia do fator trabalho. A estrutura produtiva dentro desse setor é extremamente violenta com os trabalhadores inseridos neste ramo produtivo e se intensifica numa dupla violência com a mulheres que não conseguem cumprir a licença maternidade com medo de serem demitidas do trabalho. Muitos trabalhadores homens e mulheres migrantes se veem “coagidos” a produzirem em grandes escalas para dar conta de suprir a dívida do “derecho de piso” que os inseriram no setor da costura. Essas relações

¹⁹⁵ BOURDIEU, Pierre. *A Dominação Masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. p.50

acobertam, por exemplo, a violência material, uma vez que esse setor de produção está diretamente relacionado a mecanismos econômicos funcionando dentro da esfera do Estado. Além disso, muitas relações escamoteiam a violência simbólica que existe na esfera de relações, pois o “fator de atração dos trabalhadores, através das redes sociais que se formam entre o país de origem e o de destino, por meio dos parentes, amigos, empresários, os quais se utilizam de várias estratégias para manter o fluxo das mesmas. Cria-se, portanto, um processo de aliciamento da mão de obra, o qual não é um processo passivo sofrido pelos trabalhadores, uma vez que se troca informações sobre as condições de trabalho, através de várias redes que se estabeleceram entre eles¹⁹⁶”. Desse modo, os mecanismos de exploração atreladas a reprodução simbólica que são acometidas no campo micro de alianças que perpetuam a exploração dentro de um campo de alienação produtiva, são constituídos pelas relações e a circulação de informações nestas redes. A violência material e simbólica na qual vivem os trabalhadores do setor da costura estipula essa dupla dominação dentro do sistema capitalista de produção.

Mesmo que Bourdieu tenha criado uma teoria para analisar os mecanismos de dominação masculina, é possível utilizar esse suporte teórico para realizar uma leitura sobre os mecanismos de reprodução desse tipo de dominação em contextos capitalistas outros, como do enclave étnico do setor têxtil no Brasil, posto que a estrutura de exploração perpassa mecanismos simbólicos em contextos de reprodução econômica. Desse modo, observemos o que o autor descreve sobre a violência no trabalho:

As paixões do habitus dominado (do ponto de vista do gênero, da etnia, da cultura ou da língua), relação social somatizada, lei social convertida em lei incorporada, não são das que se podem sustar com um simples esforço de vontade, alicerçado em uma tomada de consciência libertadora. Se é totalmente ilusório crer que a violência simbólica pode ser vencida apenas com as armas da consciência e da vontade, é porque os efeitos e as condições de sua eficácia estão duradouramente inscritas no mais íntimo dos corpos sob a forma de predisposições (aptidões, inclinações). É o que se vê, sobretudo, no caso das relações de parentesco e de todas as relações concebidas segundo este modelo, no qual essas tendências permanentes do corpo socializado se expressam e se vivenciam dentro da lógica do sentimento (amor filial, fraterno etc.), ou do dever; sentimento e dever que, confundidos muitas vezes na experiência do respeito e do devotamento afetivo, podem sobreviver durante muito tempo depois de desaparecidas suas condições sociais de produção. Observa-se assim que, mesmo quando pressões externas são abolidas e as liberdades formais – direito de voto, direito à educação, acesso a todas as profissões, inclusive políticas – são adquiridas, autoexclusão e a “vocaçào” (que “age” tanto de modo negativo quanto de modo positivo) vêm substituir a exclusão expressa: a rejeição aos lugares públicos [...]¹⁹⁷

¹⁹⁶ SILVA, Sidney Antônio da. Op. Cit. p.119.

¹⁹⁷ BOURDIEU, Pierre. Op.Cit. p. 52, 53.

A violência no trabalho imprime um acúmulo de perdas para os grupos de imigrantes que vivenciam tal prática neste setor. Além do não recebimento de todos os dividendos de um emprego que se pauta no regime de CLT, uma vez que os pagamentos são realizados por peça produzida, outro item intensifica demais problemas que possam surgir, que é o fato de o local de produção ser, também, a casa/residência dos trabalhadores imigrantes, o que não prioriza uma divisão do espaço. De modo que há ocorrências de conflitos nas oficinas de costura, inclusive, violência física contra mulheres, o que acirra as relações de poder que caracterizam esse setor produtivo. Durante a pesquisa de mestrado realizei uma entrevista com uma boliviana, e esta disse que por ter vindo trabalhar na oficina do seu cunhado, por momentos tinha que interferir nas brigas que ocorriam com o casal, a ponto de ter presenciado o cunhado, numa determinada ocasião, agredir a sua irmã. Naquele período, a entrevistada enfatizava que não sabia o que fazer, posto que não queria mais residir e continuar trabalhando na oficina de seu cunhado, chegando a procurar outros espaços para trabalhar. Esse caso, exemplifica um exemplo da vulnerabilidade da condição social do migrante, além de inserir outro tipo de violência dentro do espaço produtivo: a incidência de casos de violência doméstica¹⁹⁸.

Outro exemplo que podemos elencar foi a revelação da operação fiscal realizada pelo auditor de trabalho Luis Alexandre de Faria em uma oficina de costura no município de Americana, interior Paulista, na qual esse encontrou dois peruanos que literalmente não sabiam em que lugar estavam. Os imigrantes estavam indocumentados, eram constrangidos e ameaçados caso deixassem o trabalho na oficina, o que indicava o cotidiano assédio moral que sofriam. Nesse processo, os trabalhadores foram “resgatados”, a oficina foi multada, rastreou-se a cadeia produtiva conectada a esse nicho e os trabalhadores foram indenizados, informados sobre seus direitos no Brasil, além de terem tido acesso ao processo de documentação devida. Veremos adiante o relato do auditor. Para o momento, perceberemos a conexão desse caso com os mecanismos de opressão em regimes iguais:

¹⁹⁸ No projeto “Imigrantes bolivianas no centro de São Paulo e condições de vida e trabalho com destaque para violência de gênero”, financiado pelo “Fundo Brasil de Direitos Humanos” no ano de 2008, mediante realização de oficinas com mulheres bolivianas na cidade de São Paulo e foi constatado como umas das principais reivindicações deste grupo: “As reuniões com bolivianas apontaram os temas de mais interesse dessas mulheres: violência de gênero, educação das crianças, direitos de pessoas estrangeiras, saúde sexual e reprodutiva, direitos trabalhistas e como aprender a língua portuguesa. O grupo realizou visitas, conversas, um seminário temático e elaborou a cartilha “Todas Nós Somos Estrangeiras em Alguma Parte do Mundo”, bilíngue, distribuída em pequenos grupos de discussão.” Demonstrando a urgência de políticas públicas pautadas na temática de gênero e direitos humanos para as mulheres imigrantes no Brasil. Voltaremos a falar desta questão no capítulo 3. Fonte disponível em goo.gl/wMspq4content_copyCopy short URL. Acesso em: 25 ago.2017.

Lembrar os traços que a dominação imprime perduravelmente nos corpos e os efeitos que ela exerce através deles não significa dar armas a essa maneira, particularmente viciosa, de ratificar a dominação e que consiste em atribuir às mulheres a responsabilidade de sua própria opressão, sugerindo, como já se fez algumas vezes, que elas *escolhem* adotar práticas de submissão (“as mulheres são seus piores inimigos”) ou mesmo que elas gostam dessa dominação, que elas “se deleitam” com os tratamentos que lhes são infligidos, devido a uma espécie de masoquismo constitutivo de sua natureza. Pelo contrário, é preciso assinalar não só que as tendências à “submissão”, dadas por vezes como pretexto para “culpar a vítima”, são resultantes das estruturas objetivas, como também que essas estruturas só devem sua eficácia aos mecanismos que elas desencadeiam e que contribuem para sua reprodução. O poder simbólico não pode se exercer sem a colaboração dos que lhe são subordinados e que só se subordinam a ele porque o *constroem* como poder¹⁹⁹.

Dessa maneira, a dupla violência que incide sobre os corpos das mulheres imigrantes em contextos específicos como os acima citados demonstra a vulnerabilidade social de sujeitos considerados o “outro” na cultura sociedade brasileira, além de apontar a relação subordinada das mulheres imigrantes que têm que desempenhar o trabalho econômico e, muitas vezes, coordenado com o trabalho de cuidar dos filhos pequenos, quando da coexistência de agrupamentos familiares em contextos produtivos do setor da costura.

Para desatar o nó da violência tanto material/trabalhista quanto simbólica/psíquica dessas pessoas desprovidas de direito, não somente deve haver o “reconhecimento” da dominação como uma prática que deve ser abolida em um Estado de direito, mas também é necessário criar dispositivos que permitam processos de reconhecimento e uma política de redistribuição mediante acesso à educação, à saúde, à cultura, pautado na interculturalidade que esses imigrantes aportam, trazem consigo. Para além disso, seria necessário rever as dinâmicas de trabalho e a reestruturação produtivas precarizadas do capital, como mais à frente veremos na narrativa da ativista Jobana Moya.

3.1.6 Ferramentas jurídicas e os direitos humanos

A Luta em torno do combate ao trabalho análogo ao de escravo no Brasil contemporâneo emerge com força total a partir da década de 1970, lembremos, período marcado pela expansão agrícola na Amazônia, projetos de colonização e ocupação de suas terras e propagandas para incentivo de trabalhadores para ocupação de “espaços vazios” na Amazônia Brasileira. No ano de 1972, a luta para denunciar os crimes, explorações de trabalhadores nas regiões de fronteira foi mundialmente conhecida por Dom Pedro Casaldáliga, bispo da Igreja Católica, que ao ser empossado em São Félix do Araguaia, no

¹⁹⁹ BOURDIEU, Pierre. Op.Cit. p. 53.

Mato Grosso, redigiu relatos de denúncias sobre as condições desumanas e totalmente precárias dos trabalhadores: homens, mulheres, crianças que viviam nas fronteiras do Brasil²⁰⁰. Nesse período, o Brasil vivia uma ditadura militar, o que dificultava a consolidação de instituições que pudessem receber e fiscalizar os processos de exploração, além do que o Estado era um dos principais agentes do capitalismo à brasileira, posto que empresas vinculadas ao uso do trabalho análogo ao de escravo recebiam incentivos fiscais da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM²⁰¹.

Nesse ensejo, foi criada a Comissão Pastoral da Terra – CPT, entidade que tinha como objetivo recolher, divulgar os relatos de sofrimento/cerceamento da liberdade física e psicológica dos trabalhadores submetidos à exploração e ao trabalho forçado. A questão enfrentada nesse período pelos integrantes da CPT e que ainda reaparecem nos relatos dos empregadores é de que o problema do trabalho forçado ou análogo ao de escravo é uma “questão cultural”, logo, natural, vinculada aos trabalhadores encontrados nesse setor. A década de 1980 foi marcada por um longo e contínuo processo de redemocratização e reabertura política do Brasil, tendo como marco fundador a solidificação da Constituição de 1988.

Os anos 1990 foram assinalados por uma crise econômica e luta da sociedade civil para implementação de direitos e de políticas públicas para os cidadãos. Quanto à luta em torno da temática do trabalho escravo no Brasil, é sabido que houve esforços de articulação da sociedade civil organizada, agentes internacionais, como a Organização Internacional do Trabalho – OIT, atores nacionais como a CPT e a Comissão Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, e Ordem dos Advogados do Brasil – OAB, que fizeram pressão frente ao Estado para que fossem implementadas medidas em combate à tal prática. Além disso, os casos referentes ao trabalho análogo ao escravo no

²⁰⁰ ROCHA, Graziella; BRANDÃO, André. Trabalho escravo contemporâneo no Brasil na perspectiva da atuação dos movimentos sociais. R. *Katál.*, Florianópolis, v. 16, n. 2, p. 196-204, jul./dez. 2013. P.3.E também podemos visualizar a denúncia no documento de Casaldáliga, Pedro. Uma Igreja da Amazônia em Conflito com o Latifúndio e marginalização social. Carta Pastoral, São Félix do Araguaia, 10 de outubro de 1971. Disponível em: goo.gl/fJSUZEcontent_copyCopy short URL. Acesso em: 5 out. 2017.

²⁰¹ A SUDAM foi um órgão autárquico vinculado ao Ministério do Interior, criada pela Lei nº 5.173, de 27 de outubro de 1966, em substituição à Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA). Tinha como meta coordenar a ação federal na região amazônica. Foi designada pela elaboração/execução do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, por meio de convênios com entidades públicas ou privadas, e utilizando como agente financeiro o Banco da Amazônia S.A. A SUDAM foi extinta em 24 de agosto de 2001, no Governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2003), e substituída pela Agência de Desenvolvimento da Amazônia (ADA), sendo, contudo, recriada no início de 2007, no Governo Luís Inácio Lula da Silva (2003-2011). Disponível em: goo.gl/dXzKrD. Acesso em: 5 out. 2017.

Brasil passaram a ter repercussão internacional com o “caso José Pereira²⁰²”, que levou o Brasil a ser julgado internacionalmente por ter violado a Declaração Universal de Direitos Humanos de 1948. Esse caso foi denunciado em 1994 e somente no ano de 2003, depois de um longo processo, o trabalhador foi reconhecido e indenizado pelo Estado. No ano de 1992, o governo federal instituiu o Programa de Erradicação do Trabalho Forçado e do Aliciamento de Trabalhadores – Perfor. Além disso, foi somente na gestão de Fernando Henrique Cardoso (1995-2003) que o Brasil passou a reconhecer essa prática como crime, pelo presidente, depois de infindáveis denúncias de trabalho escravo por mídias alternativas. A partir desse momento, o governo assumiu adotar medidas em combate ao trabalho escravo no Brasil.

Como já descrito neste trabalho, a legislação brasileira categoriza a imigração, até a presente data, como uma questão de segurança nacional. Tal princípio é fundamental para se entender os posicionamentos dos sujeitos que vivem tais contextos. O debate sobre a imigração contemporânea garantiu disputas e conquistas que foram conduzidas por setores da sociedade civil, organizações não-governamentais e a população imigrante. Temos como ponto de partida que a ausência de políticas específicas para população migrante no Brasil está relacionada ao estatuto do estrangeiro, marco legal que criminaliza as migrações, colocando a população imigrante em situação de vulnerabilidade social.

Após o término da ditadura civil-militar brasileira, institui-se um novo marco jurídico com a promulgação da Constituição de 1988, a qual trouxe consigo direitos que deram ensejo a um aumento das demandas trabalhistas e levou, também, a um crescimento do número de juízes trabalhistas no Brasil. A nova constituição, mesmo mantendo marcos anteriores, ampliou o número de Tribunais Regionais do Trabalho, passando a reger todos os estados federativos. As conquistas trabalhistas jamais foram toleradas pela classe patronal e esta não poupou esforços para driblar a legislação. As discussões sobre alterações na CLT remetem ao governo Fernando Collor de Melo (1990-1992), com inspiração neoliberal, apregoando uma obscura “modernização”, dentro dos princípios da não interferência do Estado nos processos econômicos. Na década de 1990, tanto em escala nacional, quanto internacional, recessão e crise econômica, somadas a arrocho salarial e fiscal, ampliaram os poderes do capital sobre o trabalho. Durante o governo de Itamar Franco (1992-1994), seguido por Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), foram retomados os debates sobre flexibilização das leis trabalhistas,

²⁰² O caso do ex-escravo José Pereira levou o Brasil ao noticiário internacional ao ser denunciado pelas organizações não governamentais Americass Watch, Centro pela Justiça e o Direito Internacional e pela Comissão Internacional de Direitos Humanos, da Organização dos Estados Americanos – OEA. Vide em goo.gl/JrgJngcontent_copyCopy short URL. Acesso em 5 de outubro de 2017.

terceirização, “modernização”, etc. Porém, tais propostas encontraram barreiras por parte da sociedade, dos meios políticos e jurídicos.

Durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011), a tensão entre capital e trabalho seguiu latente. Contudo, as reformas arquitetadas nos governos anteriores foram engavetadas, e a atuação da Justiça do Trabalho foi intensificada com a ratificação de acordos internacionais. O governo brasileiro, junto a Organização Internacional do Trabalho (OIT), assinou um novo acordo de parceria complementar para cooperação Sul-Sul, em que o governo assumiu o compromisso em apoiar países em desenvolvimento da América Latina, Caribe, África e Ásia, na promoção do “trabalho decente” e da “justiça social”, mediante cooperação horizontal e espírito de solidariedade entre as Nações.²⁰³

Na tentativa de cumprir as Convenções nº 29 e 105, relacionadas a extinção de práticas análogas a escravidão, e no cumprimento da Declaração sobre os Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho, o governo brasileiro aprovou o projeto de Cooperação Técnica de Combate ao Trabalho Escravo, em 2002²⁰⁴. Com isso, durante a vigência do primeiro governo de Luiz Inácio Lula da Silva, em março de 2003, foi aprovado o Plano Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo²⁰⁵, e criada a Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo – CONATRAE. Esse plano estipulou 76 metas de curto, médio e longo prazo, para o desenvolvimento de ações contra o trabalho escravo. A partir de ações da CONATRAE medidas econômicas passaram a ser aplicadas sobre os agentes econômicos que fazem uso da mão de obra análoga à escravidão. Foi criada a “Lista Suja”²⁰⁶, com nomes de empresas do campo e da cidade que utilizavam mão de obra análoga à escravidão e a denúncia dos envolvidos foi promovida pelo Ministério Público do Trabalho (MPT) e pelo Ministério Público. Essa medida foi um divisor de águas, uma vez que revelou os nomes de pessoas físicas e jurídicas autuadas como exploradores de trabalho. Desse modo, com a publicização da Lista Suja por diversas mídias, o Estado passou a bloquear o acesso desses agentes a futuras linhas de créditos em agências públicas e privadas do setor financeiro. No estado de

²⁰³ Para mais detalhes, consultar os acordos estabelecidos entre os Estados, vide em: goo.gl/Evozsk. Acesso em 19/07/2017, às 18h 51min.

²⁰⁴ Idem.

²⁰⁵ O Plano foi lançado em 2003, segundo dados do governo, teve quase 70% de seus 76 objetivos total ou parcialmente atingidos, segundo avaliação realizada cinco anos depois pela Organização Internacional do Trabalho (OIT). Para mais informações: goo.gl/c92Qgcontent (conferir link). Acesso em 23/06/ 2017, às 19h 10min.

²⁰⁶ A Lista Suja é o cadastro de empregadores que fizeram uso de trabalho análogo ao escravo. Essa lista é atualizada semestralmente pelo MTE, foi divulgada pela primeira vez em novembro de 2003. Também em junho e dezembro de 2004 e julho e novembro de 2005. A lista contou com 159 nomes de propriedades espalhadas pelos estados de Rondônia, Mato Grosso, Pará, Tocantins, Maranhão, Piauí, Bahia, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Para consulta: Idem.

São Paulo, por meio da Secretaria de Direitos Humanos, foi instituída a Comissão Estadual para a Erradicação do Trabalho Escravo – COETRAE. Em âmbito municipal, na capital paulista, foi criada a COMTRAE²⁰⁷.

Vinculadas a esses órgãos públicos, uma série de ações civis públicas²⁰⁸ passaram a ser aplicadas por juízes do trabalho, com multas cada vez mais elevadas. Segundo o auditor fiscal do trabalho, Luís Alexandre de Faria, uma vez que o sistema capitalista é acionado por meio do lucro, não basta “punir” as grandes empresas que reproduzem sistemas de exploração inaceitáveis da força de trabalho, e sim criar mecanismos jurídicos para sentenciar com base em altas multas sobre as empresas. Outras punições previstas são a restrição de crédito, o mapeamento da cadeia produtiva dos empreendimentos denunciados e até o possível confisco de terras para a reforma agrária. Tais medidas dependem do trabalho em rede de agentes e operadores institucionais coordenados pelo MTE. É importante apontar que grande parte das operações da CONATRAE foram realizadas no meio rural, sendo a pecuária e a extração de madeira os maiores contratadores no campo, setores esses com a maior quantidade de denúncias. No meio urbano, o setor que mais “alicia” trabalhadores é do nicho da costura, com uma extensa contratação de imigrantes latino-americanos.

Os operadores do direito no âmbito do Estado apontam que há um conflito em torno da definição dos crimes relacionados ao trabalho, posto que instâncias superiores, Ministério Público Federal e Justiça Federal, não chegaram a um consenso quanto à noção de “competência criminal” entre a esfera federal e estadual, de forma que atendendo a pressões políticas internacionais e da sociedade civil brasileira, foram criados pelo Governo Federal, em 1995, grupos móveis de fiscalização, com a meta de verificar as condições de trabalho, alojamento e de vida dos trabalhadores rurais em locais distantes dos grandes centros, assim como em espaços urbanos. Desse modo, quando a justiça se depara com irregularidades, tais

²⁰⁷ A COETRAE foi criada por Decreto nº 57.368, de 26/09/2011, verificar em goo.gl/81udLP. Acesso em outubro de 2017. E a COMTRAE foi instituída por Lei 15.764/2013, verificar em goo.gl/OL8up4 visualizado em outubro de 2017.

²⁰⁸ Idem, relatório da OIT. p.59. “A ação civil, de acordo com a Lei 7343/1985, pode resultar na condenação em dinheiro ou no cumprimento de alguma obrigação por parte do réu. A ação civil pública é um mecanismo processual que tem por objetivo a garantia dos direitos difusos (referentes à garantia da dignidade e qualidade da vida humana e seus titulares são grupos sociais e não indivíduos) e coletivos. Ela pode partir de iniciativa do Ministério Público e de associações civis, mas qualquer cidadão que considerar que determinada ação está prejudicando a comunidade pode requisitar que o MP entre com a ação. Em uma ação que tenha como meta o cumprimento de uma obrigação pelo réu, o juiz determinará esse cumprimento, sob pena de multa ou outra punição específica. Por exemplo, a necessidade de uma fazenda se adequar à legislação trabalhista, construindo alojamentos e fornecendo transporte e alimentação adequados. Havendo condenação em dinheiro, no caso do trabalho escravo, a indenização pelo dano causado é revertida para o Fundo de Amparo ao Trabalho (FAT). A ação civil coletiva tem como objetivo obter indenização por dano moral para as vítimas individualmente ou em grupo, de acordo com a lei 8078/1990.” Para mais informações, consultar relatório da OIT, página 59, disponível no endereço eletrônico: goo.gl/Lpm7vvcontent_copyCopy short URL

como trabalho infantil, trabalho análogo ao de escravo e superexploração do trabalho, agem por meio de autos de infração, multas e pagamentos de direitos aos trabalhadores resgatados.

Esse trabalho de fiscalização é realizado por auditores fiscais do MTE, agentes e delegados da Polícia Federal e procuradores do MPT. A partir das normas da CONATRAE, após o ano de 2003, 90% das ações tiveram a presença dos agentes do MTE, que estipulam como regra, além da multa, o monitoramento dos nomes que foram autuados para não serem contemplados com linhas de créditos do setor público e privado e permanecerem sujeitos à rigorosa fiscalização por dois anos. As instituições que recebem a lista suja são o Ministério do Meio Ambiente, o Ministério do Desenvolvimento Agrário, o Ministério da Integração Nacional, o Ministério Público do Trabalho, o Ministério Público Federal, a Secretaria Especial de Direitos Humanos, o Ministério do Desenvolvimento Social, o Ministério da Fazenda e o Banco Central do Brasil.”²⁰⁹Essas esferas são responsáveis por proibir qualquer linha de crédito aos nomes e empresas listadas.

Esse trabalho dos agentes públicos em rede permitiu que fossem criados instrumentos jurídicos e políticos para responsabilizar os agentes que fazem uso do trabalho análogo ao escravo no Brasil. O relatório da OIT aponta que foram criados instrumentos políticos para extinção do trabalho escravo no Brasil contemporâneo, com a execução do Plano Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo. Estima-se que 68,4%²¹⁰ das metas foram cumpridas, com uma grande sensibilização em âmbito nacional para com os problemas relacionados ao trabalho escravo, com uma “melhoria da fiscalização (38,5% das metas cumpridas totalmente e 38,5% cumpridas parcialmente) e, conseqüentemente, um salto no número de libertos entre 2002 e 2003”²¹¹. No entanto, o governo brasileiro encontra dificuldades para pôr em prática os encaminhamentos do Plano Nacional, em virtude de problemas seculares da sociedade brasileira, como a impunidade, corrupção, exclusão da cidadania, mandonismos locais. Tal problemática também esbarra em questões como agendas e prioridades de governo, ausência ou insuficiência de políticas de distribuição de renda, combate à pobreza, acesso à informação, educação precária, além do constante conflito entre capital e trabalho.

Uma medida que incomodou as linhas reacionárias filiadas ao agronegócio no Brasil foi a punição com perdas de terras (desapropriação e expropriação), a partir de 2004, aos proprietários que fizeram uso da mão de obra análoga à escrava. Essa ação deu relevo à função social da propriedade no Brasil, aos custos sociais e humanos da escravidão e ao

²⁰⁹ Idem, p.61.

²¹⁰ Esse plano foi estipulado em 2008.

²¹¹ Ibidem, p.99.

debate em torno da reforma agrária como um mecanismo jurídico e político de combate ao latifúndio e a exploração. Em se tratando da exploração do trabalho no meio urbano, medidas semelhantes às adotadas no meio rural também foram efetivadas.

3.1.7 Vulnerabilidade social do imigrante no Brasil e (in)segurança jurídica

Acerca da problemática em análise, Ângela de Castro Gomes, em suas reflexões sobre a questão do trabalho análogo ao de escravo no Brasil e sua relação com o campo jurídico-institucional, infere que, em se considerando

o campo jurídico, o das ciências sociais e em particular o da História do Brasil, pode-se dizer que sempre foi fundamental precisar o que seria “trabalho análogo a de escravo”, diferenciando-o do que seriam irregularidades e mesmo graves desrespeitos às normas nacionais e internacionais de proteção ao trabalho. Nesse sentido preciso, a lei de dezembro de 2003 é, para alguns, uma solução para esse problema, apontando aos operadores do Direito, seja o Ministério do Trabalho e Emprego, seja o Ministério Público do Trabalho, seja a própria Justiça (Federal e do Trabalho), quais seriam os parâmetros adotados para o entendimento da questão. Já para outros, a lei é um complicador, uma vez que, em vez de melhor distinguir, confunde por sua extensão o que é trabalho análogo a de escravo e o que é superexploração do trabalho, não esclarecendo os contornos desse novo fenômeno social. Porém, nos dois casos, a importância do debate sobre os termos da lei reside no reconhecimento da necessidade de uma melhor explicitação do problema e, assim, de uma ação mais efetiva no seu combate, punindo os exploradores e dando suporte/proteção aos explorados.²¹²

Assim, o trabalho análogo ao de escravo é um marcador jurídico da constituição brasileira, precisamente no código penal ratificado na resolução 149, Lei nº 10.803, de 11/12/2003, que estabelece:

Art. 149. Reduzir alguém a condição análoga à de escravo, quer submetendo-o a trabalhos forçados ou a jornada exaustiva, quer sujeitando-o a condições degradantes de trabalho, quer restringindo, por qualquer meio, sua locomoção em razão de dívida contraída com o empregador ou preposto:

Pena – reclusão, de dois a oito anos, e multa, além da pena correspondente à violência.

§ 1º Nas mesmas penas incorre quem:

I – cerceia o uso de qualquer meio de transporte por parte do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho;

II – mantém vigilância ostensiva no local de trabalho ou se apodera de documentos ou objetos pessoais do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho.

§ 2º A pena é aumentada de metade, se o crime é cometido:

I – contra criança ou adolescente;

II – por motivo de preconceito de raça, cor, etnia, religião ou origem²¹³.

Cabem alguns apontamentos quanto a essa questão. A problemática do trabalho escravo esbarra em questões que ultrapassam a gramática jurídica da constituição brasileira.

²¹² GOMES, Ângela de Castro. “Trabalho análogo ao de escravo: construindo um problema”. Revista *História Oral*, v. 11, n. 1-2, jan/dez. 2008. p. 17

²¹³ Idem, p. 12

Antes de ser catalogado, erguido como uma categoria analítica/jurídica, cabe dizer que sua raiz se encontra em problemas sociais não resolvidos na história brasileira. Não podemos ignorar no problema da desigualdade social e nas péssimas condições de vida, sobrevida, nas quais vive uma parcela expressiva da população, que sem possibilidades de escolha, acabam sendo seduzidas pela possibilidade de conseguir trabalho nos rincões do campo e da cidade, uma vez que não encontram outras possibilidades de mobilidade econômica e social nos lugares em que se encontram. Além disso, muitos trabalhadores/as não possuem orientação jurídica, desconhecem a lei e seus direitos e pouco sabem sobre as condições as quais estarão submetidos durante o labor. Entender essa dinâmica é crucial para compreender as vozes dos migrantes/imigrantes “capturados” pelos ensejos de erguerem alternativas frente à pobreza. Antes de chegarmos a tal questão, avaliaremos as vozes dos operadores do Estado e dos agentes institucionais que enfrentam tal questão no cotidiano das instituições no Brasil.

O critério comumente usado para questionar a legitimidade do artigo 149 do Código Penal, por parte dos empregadores que submetem seus trabalhadores a condições degradantes, é de fundo “cultural”. Na visão dos contratadores, esses trabalhadores se adaptam aos locais de trabalho conforme seus critérios culturais, ou seja, naturalizaram as condições degradantes as quais estão submetidos, como se para eles fosse algo “normal”, e, portanto, não configurasse nenhuma infração da lei e ao corpo dos atores envolvidos. Os operadores da lei encaram esse problema de maneira diametralmente oposta. Observemos os argumentos da procuradora federal do trabalho Christiane Nogueira:

Em relação ao trabalho análogo ao de escravo, eu não sei por que há tanta discussão sobre a interpretação da lei, uma vez que a lei é objetiva. A definição está prevista no artigo 149 do Código Penal brasileiro que define o que é o trabalho escravo e há vários tipos de trabalho escravo: a jornada exaustiva, a servidão por dívida, a restrição de liberdade e as condições degradantes. Eu acho que a polêmica a que muitos se referem é em relação às condições degradantes. O quê que seriam as condições degradantes? Uma crítica que se faz é de que esse conceito é subjetivo, que talvez, o MPT e MTE exagerem. É essa crítica que escuto. Na verdade, isso é bem delimitado pela prática. O que que a gente entende por condições degradantes? É qualquer condição ou um conjunto de elementos que viola a dignidade do Humano. Então, observamos as condições de segurança e saúde, meio ambiente de trabalho, como é que se dá o pagamento, onde é que essas pessoas dormem, se existe alojamento, como é a alimentação das pessoas, é o conjunto dos elementos que aponta para as condições degradantes²¹⁴.

Desse modo, revela-se que para os operadores do direito que trabalham dentro de uma perspectiva dos direitos humanos não há equívocos relacionados à condição degradante. Os argumentos que indicam certa subjetividade do artigo 149 são incoerentes, posto que há

²¹⁴ Entrevista Christiane Nogueira, realizada em outubro de 2015.

critérios objetivos/práticos quando uma oficina de costura é avaliada pelos agentes do Estado. De modo, que caso haja risco à saúde e à vida das pessoas que nela trabalham, colocando pessoas em condições de vulnerabilidade, e não estabelecendo diálogo possível, os empregadores são autuados e submetidos às normas internacionais estipuladas pela OIT:

A condição degradante decorre da análise do quadro que se encontram os trabalhadores e eu acredito que não é nada subjetivo, é bem objetivo. Verificamos as condições e podemos chegar à conclusão de condição degradante. Eu acho que a polêmica é mais nisso porque os outros elementos são muito objetivos na legislação. O artigo 149 descreve o quadro do trabalho escravo e dificilmente a gente encontra só o elemento das condições degradantes, na maioria das vezes, tem servidão por dívida junto, porque o dono da oficina de costura manda pegar familiares, amigos ou pessoas que têm interesse na Bolívia, em Cochabamba, em La Paz. Aí pagam suas passagens, hospedagens, cobram a alimentação e vão anotando num caderninho e a pessoa só recebe depois que pagar aquela dívida, descontando todo mês a peça que perdeu, a alimentação e isso caracteriza a servidão por dívida²¹⁵. (Christiane Nogueira)

Este é, pois, um tema polêmico, no qual as discussões e debates são carregados da mesma “subjetividade” reclamada por aqueles que se ressentem da lei, posto que suas demandas são de caráter corporativo, em detrimento dos trabalhadores envolvidos nessa prática. As queixas da bancada ruralista prosseguiram – e prosseguem –, vejamos as ponderações da Marina Novaes, que foi assessora especial de promoção do trabalho decente na Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania em São Paulo em 2013. Vejamos:

Depois de 2013, com a luta da própria CONATRAE, incluíram como elementos de trabalho escravo a jornada exaustiva e as condições degradantes, que atualmente também estão em debate no Congresso, uma vez que os ruralistas, enfim, querem que só seja considerado trabalho escravo as pessoas que ficam presas e hoje em dia ninguém mais fica preso com grilhão. A condição degradante e a jornada exaustiva diz muito porque são as condições de trabalho, e os setores ruralistas querem retirar esses elementos, estão tentando dizer que isso é muito subjetivo. E essa ação dos setores do Estado deu referência mundial ao Brasil na erradicação do trabalho escravo²¹⁶. (Marina Novaes)

Fica evidente, ao analisarmos o discurso da procuradora do trabalho Cristiane Nogueira, que há um jogo de interesses, disputa em torno de uma suavização ou uma relativização de fundo culturalista como meio de mascarar “condições degradantes” impostas aos trabalhadores imigrantes:

Creio que a polêmica que está em jogo agora e que tem gerado discussão é a modificação dessa definição de trabalho análogo ao de escravo e isso vai ser um grande retrocesso, caso aconteça, pois existe um projeto de lei para modificar. Houve uma emenda constitucional que fala da expropriação de imóveis onde se encontra trabalho escravo junto com os psicotrópicos e houve um acréscimo, só que na emenda constitucional se fala em trabalho escravo.

²¹⁵ Idem

²¹⁶ Entrevista Marina Novaes, realizada em janeiro de 2016.

A denominação do código penal é trabalho em condições análoga a de escravo e aí o senador Romero Jucá (PMDB – RR) disse que não é a mesma coisa. Então precisaria definir o que é trabalho escravo para os termos da emenda. É uma retórica jurídica absurda e tem um projeto de lei para alterar isso. Caso aconteça, haverá um retrocesso muito grande porque o Brasil é referência mundial no combate ao trabalho escravo, desde 1995, quando houve o caso do Zé Pereira no Pará e a condenação do Brasil que teve que pagar a indenização, além das medidas que foram sendo tomadas em vários governos. Precisamos ser justos, uma vez que no governo Fernando Henrique, depois no governo Lula, governo Dilma, uma série de medidas foram tomadas em nível da União Federal para combater esse problema e virou uma referência pela criação da Lista Suja, pelos danos morais garantidos ao cobrar tanto nos PAC's quanto nas Ações Cíveis Públicas. Caso ocorra essa mudança podemos perder esse lugar de referência mundial em combate ao trabalho escravo, motivo de muito orgulho para o país²¹⁷. (Christiane Nogueira)

Os operadores do Estado apontam grande dificuldade no mapeamento da cadeia produtiva têxtil, uma vez que a indústria da moda é terceirizada ou quarteirizada, prevalecendo no âmbito do direito a teoria da “cegueira deliberada”, ou seja, uma série de estratégias para encobrir as relações de superexploração. Para garantir maior rendimento do setor produtivo, muitas empresas optam por instalar seus parques produtivos nas ditas periferias do capital, na busca de facilidades fiscais e legislações frouxas no intento de fazer destes mecanismos para garantir benefícios e aumentar os índices de lucro, utilizando a exploração do trabalho da massa vulnerabilizada dos lugares de destino. Sobre ditas cadeias

E a lei determina que as grandes corporações devem zelar, vigiar e ter o controle sobre a sua cadeia produtiva e saber de onde está vindo sua produção. Por isso que existem teorias do direito do trabalho para a responsabilidade civil, a tal “cegueira deliberada”, situação onde a empresa fecha os olhos para os locais onde a roupa é produzida. “De onde vem essa roupa?” A teoria da cegueira deliberada, da subordinação estrutural, e o direito do trabalho, tem várias construções teóricas aceitas pelo judiciário, que vão possibilitar que se responsabilize quem realmente deve responder por quem está na ponta da cadeia produtiva²¹⁸. (Christiane Vieira)

Já apontamos nesta pesquisa que um dos problemas que acometem uma parte dos trabalhadores migrantes e imigrantes são questões relacionadas à pobreza e à ausência de perspectivas econômicas para suprirem as demandas de comunidades – formadas por pessoas advindas de comunidades rurais, muitas vezes pequenos camponeses – inseridas na dinâmica do consumo, que buscam fora de seus contextos de origem alternativas para driblar carências sociais mediante a mobilidade do trabalho. Nesse contexto, vejamos:

O primeiro grande problema é a vulnerabilidade dos trabalhadores e essas questões sociais e econômicas. No âmbito rural há alguns estudos que relacionam essa política de distribuição de renda, do Bolsa Família com diminuição do trabalho

²¹⁷ Entrevista Cristiane Nogueira, procuradora do trabalho em Osasco. Entrevista realizada em outubro de 2015. Pouco antes do término deste trabalho, a reforma trabalhista foi aprovada pelos parlamentares federais, e sancionada pelo presidente Michel Temer em 13 de julho de 2017, e passa a vigorar depois de quatro meses.

²¹⁸ Procuradora do trabalho Cristiane Nogueira, realizada em outubro de 2015.

infantil, por exemplo. Talvez fosse preciso bonificar esses estudos, esses percentuais, mas tem essa informação de que houve uma diminuição. É preciso investir nesse ponto do social-econômico e em melhores condições de trabalho para que não haja grupos vulneráveis à mercê desse tipo de exploração. Essa é a base de tudo, mas além disso, essa estruturação produtiva de algumas atividades econômicas que é extremamente massacrante. Claro que a gente vai encontrar outros tipos de problemas, por exemplo, frigoríficos, e estes agregam outras questões: trabalho repetitivo, risco à saúde dos trabalhadores, mas, especialmente, o trabalho escravo que verificamos na indústria têxtil, pecuária e construção civil basicamente, creio que sejam os três maiores no âmbito rural e urbano²¹⁹. (Christiane Nogueira)

Mais um problema, elencado pela procuradora Fabiana Galera Severo, está relacionado à falta de orientação dos trabalhadores sobre os serviços públicos gratuitos, principalmente de orientação jurídica. Muitos trabalhadores, migrantes e imigrantes, por desconhecerem seus direitos são superexplorados e sub-remunerados, dispensados de seus locais de ofício sem qualquer tipo de compensação, são vítimas de acidentes laborais, ficam expostos a variados tipos de assédio, dentre outros abusos. Tal realidade se observa em âmbito rural e urbano. Segundo a Defensora Pública Federal Fabiana Severo, explicou

uma demanda em que as vítimas nem sabem da existência dos órgãos institucionais de proteção, como é a Defensoria Pública da União. Então a gente tem esse trabalho tanto no tráfico de pessoas quanto no trabalho escravo. Há muitos indicadores de trabalho escravo no setor da costura, mas também já tivemos na construção civil. No Rio de Janeiro, tivemos os casos das pastelarias dos chineses. Na Bahia houve casos em navios e nos grupos móveis é primordialmente na área rural. Em São Paulo acaba sendo no ramo da confecção têxtil e de construção civil. Em menor quantidade, no interior, aparecem casos de frigoríficos. Muitos casos que eu acompanhei foram com mão de obra de trabalhadores imigrantes²²⁰. (Fabiana Severo)

Quanto ao Estado, não só trabalhadores do funcionalismo público fazem críticas aos mecanismos de combate ao trabalho análogo à escravidão, os ativistas imigrantes apontam na sequência, os limites de atuação do próprio Estado às questões estruturais econômicas internacionais. A angústia instalada nessa discussão está designada aos mecanismos imediatistas em combate a exploração, posto que não eliminam tal prática, mas suprem a impunidade que até a década de 1990 predominava nesses setores produtivos:

Em termos de Estado, de política de prevenção, entendo que a gente precisa de um olhar um pouco mais macro para a questão estrutural, econômica porque todos os casos em que tivemos a oportunidade de atuar envolvem um contexto de terceirização. Parece que existe uma questão estrutural de fundo do ponto de vista econômico, em que o Estado poderia ter esse olhar. Acaba sendo muito complicado a atuação Estatal, mesmo em sede de repressão, uma atuação muito imediatista centrada nos segmentos mais baixos da cadeia produtiva porque muitos que exploram a mão de obra, o trabalho escravo recai sobre as vítimas, eles acabam

²¹⁹ Procuradora do trabalho Christiane Nogueira, realizada em outubro de 2015.

²²⁰ Entrevista Fabiana Severo, Defensora Pública Federal em SP. Realizada em setembro de 2016.

também sendo vítimas desse sistema de exploração que se instalou. (Fabiana Severo)

Juliana Armede, apontou um ponto de vista que destoa, das perspectivas dos demais entrevistados. Em sua ótica, deveria existir um diálogo maior entre empregador e empregado e também indica que os interesses dos empregadores eram pouco contemplados. No ano de 2015, foi organizado o projeto “Mapeamento Sobre o Tráfico de Pessoas e Trabalho Escravo no Estado de São Paulo”, realizado em parceria com especialistas em políticas públicas da Unidade de Desenvolvimento e Melhoria das Organizações (UDEMO)²²¹. Esse projeto seguiu os parâmetros do que já vinha acontecendo em escala nacional com a implantação da CONATRAE. Vejamos algumas ponderações:

Tem questões culturais delicadas que não eximem o dever de respeito ao direito do trabalho. Não é disso que eu estou falando, alguns argumentos muitas vezes são usados para caracterizar obrigações que talvez não existisse se você compreendesse a dinâmica cultural. E agora não estou falando do respeito à cultura onde a briga de marido e mulher ninguém mete a colher. Eu estou falando de circunstâncias como: questão de banho, questão de alimentação, de higiene do ambiente. São questões culturais que não tem nada a ver. E para mudá-las tem que ter um diálogo muito profundo com a oficina. Não é fácil ter essa mudança, o quê que acontece? Muitas oficinas, a maciça maioria de oficinas de estrangeiros, com relação às empresas que foram fiscalizadas não farão mais parte do esquema de produção das grandes empresas... O boliviano só admite esse modelo, ele pode ser o meu empregado? Não, então ele não vai estar na minha cadeia produtiva. O quê que acontece? Essas pessoas vão se agregando aonde existe quem suporte um modelo ilegal para produção de roupas.²²² (Juliana Armede)

Alguns pesquisadores apontam a improbabilidade dos imigrantes desconhecerem totalmente o campo em que passam a trabalhar ou questionam a dita “vitimização do grupo”²²³ sobre as condições de trabalho e moradia em São Paulo. A indústria têxtil paulistana possui um número maior de bolivianos e outras nacionalidades latino-americanas e a exploração contra tais grupos seria facilitada por eles possuírem “qualificações (baixas) e a disciplina (alta) para o trabalho e não representam ameaça de processos trabalhistas, pois muitos não possuem permissão de trabalho ou sequer conhecimentos básicos sobre direitos

²²¹ A UDEMO é um projeto que “planeja, coordena e apoia a implementação, junto aos órgãos do Governo do Estado de São Paulo, de planos, programas e projetos para fortalecer a gestão de políticas públicas visando ao aumento da capacidade de realização do estado na geração de valor público. Vide em goo.gl/ewWvPE, visualizado em: out.2017. A pesquisa referente ao relatório citado acima pode ser consultada em goo.gl/ganQHacontent_copyCopy short URL. Acesso em: out. 2017.

²²² Entrevista Juliana Armede, entrevista realizada em abril de 2015. Foi responsável junto à Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania do Estado de São Paulo da coordenação do Programas de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, Erradicação do Trabalho Escravo e Refúgio.

²²³ CYMBALISTA, Renato; XAVIER, Iara Rolnik. “A comunidade boliviana em São Paulo: definindo padrões de territorialidades”. *Cadernos Metrópole*. Nº17. 10 de setembro de 2007. p.124

trabalhistas”²²⁴. Mesmo diante de tais cenários produtivos, muitos trabalhadores se adaptaram no processo migratório e outros saíram de tais ramos produtivos, como foi percebido na pesquisa de mestrado.

Uma grande parcela das pesquisas sobre trabalho análogo ao de escravo aponta que a proporcionalidade maior dessa forma de exploração se situava no campo, havendo pouca investigação sobre esse processo de exploração no setor urbano. Dados obtidos para o relatório “Tráfico de Pessoas e Trabalho Escravo no Estado de São Paulo”, apontam que os maiores ramos de exploração (segundo o MPF, em pesquisa realizada durante 2014), estão: agricultura/pecuária, de um total de 12 procedimentos, sendo 9 com informações e 3 com números; a construção civil, reunindo um número de vítimas (25 por procedimento); seguindo do setor têxtil, totalizando (16 pessoas), com uma média de 10 vítimas por caso²²⁵. É importante salientar que a totalidade dos casos não é averiguada, em virtude da dificuldade de se chegar as pessoas ou de estas não denunciarem as organizações que empregam por variados motivos, daí os números serem aproximações da realidade analisada. O auditor fiscal do trabalho Luís Alexandre de Faria analisa tal problema no setor urbano de São Paulo:

Até cinco anos atrás o Ministério do Trabalho e o Estado brasileiro não tinham uma resistência de conceder o seguro desemprego para o trabalhador imigrante, para o trabalhador estrangeiro retirado da condição análoga a de escravo, porque não existia a retirada de trabalhadores à condição análoga a de escravo. Essa questão era uma questão invisibilizada, principalmente, porque ela acontecia primordialmente no ambiente urbano e a inspeção do Ministério do Trabalho tinha uma história de combate ao trabalho sub-humano, ao trabalho análogo a de escravo no campo, nos rincões, nas fronteiras, no sul do Pará, na Amazônia, principalmente na atividade de exploração de trabalhador rurícola. Nos últimos seis anos, a fiscalização do Ministério de Trabalho em São Paulo começou a visibilizar a estrangeiro, imigrante em atividades urbanas²²⁶. (Luís Alexandre de Faria)

Como já comentado aqui, a publicidade em torno do trabalho análogo ao de escravo no setor da costura revelou à sociedade brasileira uma realidade pouco conhecida, a dos grupos latino-americanos que para cá se deslocam, sobretudo ao estado de São Paulo. O setor têxtil passou por profundas modificações, em que praticamente toda a cadeia produtiva foi terceirizada ou quarteirizada, e as pessoas que apareciam na mídia eram a parte mais frágil desse ramo. O controle punitivo do Estado era aplicado contra o trabalhador – último agente da cadeia produtiva. As auditorias de trabalho passaram por modificações a partir do momento em que começam a responsabilizar os donos das grandes redes varejistas envolvidos com o setor do trabalho. Essa situação começou a ser modificada a partir de 2005, com

²²⁴ Idem

²²⁵ Para visualizar os dados consultar goo.gl/ganQHa. Acesso em: jun. 2017.

²²⁶ Entrevista Luís Alexandre Faria, realizada em outubro de 2015.

denúncias na grande mídia sobre as redes internacionais envolvidas nesse ramo criminoso. Foi depois desse contexto, segundo o auditor Luís Alexandre de Faria, que os cenários produtivos iniciaram uma mudança:

Até o momento em que não se investigava a cadeia produtiva, a cadeia de exploração, o resultado era pífio, por quê? A oficina prendia o oficinista, e nós multávamos o dono da oficina e não acontecia absolutamente nada em termos de mudança do ambiente produtivo. A partir do momento que você responsabiliza o topo da cadeia, a responsabilização pelas condições decentes de trabalho passou a ser exigida de cima para baixo, porque as empresas têm receio de terem seu nome envolvidos em exploração de trabalho em condição análoga a de escravo. Só para dar um panorama dessa história, de 2005 a 2015. Hoje a gente tem cinco anos de resultados, um setor de vestuário ainda é contaminado pelo trabalho análogo ao de escravo, contaminado pela exploração do trabalhador imigrante, mas existe um subnicho desse setor, que é o dos grandes varejistas, melhorado em vários sentidos²²⁷. (Luís Alexandre de Faria)

A promotora do trabalho Christiane Nogueira, por sua vez, chama a atenção para certos estereótipos ligados à figura do trabalhador escravizado. A iconografia de pessoas escravizadas, acorrentadas, presas a senzalas, representações que remetem ao período anterior a abolição não corresponde mais à realidade do tipo de trabalho precarizado explorado nos grandes centros urbanos, nas periferias globalizadas do setor têxtil. Os instrumentos aplicados pelo MPF aos empregadores pegos explorando mão de obra em condições degradantes são mecanismos de caráter pedagógico, com altos custos financeiros para as empresas envolvidas. Apesar da intensificação da fiscalização e endurecimento das leis, muitas empresas são reincidentes nesse tipo de crime. Então, é evidenciada a importância da fiscalização pelas instituições públicas do Estado como é dito a seguir:

cobramos indenização aos danos morais coletivos que também são um grande avanço e, cada vez mais, os danos morais são altos porque como a gente conversou, trabalho escravo é lucro, é cálculo, não tem aquela imagem do senhor de escravos com chicote, não tem essa coisa maniqueísta, mas está dentro de um mercado, faz parte de um programa produtivo que precisa ser repensando. A gente entende que cobrar essas indenizações têm um efeito pedagógico muito grande para essas grandes corporações e empresas⁹⁰. (Luís Alexandre de Faria)

Outro nicho pouco estudado, relacionado à questão, é o setor da pirataria, correspondente ao submundo da produção. Até o presente momento há uma carência de estudos mais criteriosos sobre esse campo, e os setores governamentais voltados ao combate ao tipo de crime aqui discutido encontram dificuldades em seu enfrentamento. Sobre dito nicho, é sabido:

Existe um terceiro nicho que é muito pior, que explora extensivamente o trabalhador imigrante – o setor da pirataria. É um setor bem difícil de trabalhar porque aí você

²²⁷ Luís Alexandre de Faria

tem o submundo do submundo, nada é formalizado, não tem um ponto de formalização que possa se responsabilizar por tudo, só o crime organizado, o submundo. Além das condições serem exponencialmente ruins, tanto documentais, quanto de segurança à saúde, porque você não tem a quem responsabilizar²²⁸. (Luis Alexandre de Faria)

Importa dizer que o Brasil é/foi em termos de lei em combate ao trabalho análogo ao de escravo uma das referências no mundo. As medidas adotadas pelo Estado nortearam outros países a implementarem tais práticas. No entanto, ainda prevaleciam diretrizes do estatuto do estrangeiro criado durante a ditadura militar, na década de 1980, o que impedia alguns avanços. Segundo os ativistas dos direitos humanos, é necessário criar um espaço destinado à busca de trabalho e outras necessidades dos imigrantes, em âmbito nacional, à semelhança do que existe na Espanha e em Portugal. Nesse aspecto, evidencia-se:

O Brasil precisa criar uma nova legislação que permita ao imigrante ter um berço para procurar trabalho, para não ficar dependente da empresa. Como funciona hoje? Se a empresa achar: “Poxa, eu vou contratar esse cara!” O imigrante fica no país sob encargos da empresa, totalmente responsável por ele, caso ele saia da empresa, ficará em situação irregular. Se a pessoa tivesse um visto que permitisse procurar trabalho e depois que ele conseguisse, pudesse transformá-lo em residência, seria muito mais fácil e o imigrante não ficaria vulnerável à exploração. [...] Também precisamos criar uma estrutura, a gente não pode depender somente do departamento de Estrangeiro ou Conselho Nacional de Imigração, que é uma instância burocrática que cuida da documentação e dos processos burocráticos²²⁹. (Paulo Illes)

A ativista do coletivo Warmis, Jobana Moya, pontua críticas, uma vez que o imigrante/refugiado necessita de ações concretas referentes à desburocratização, para assim conseguir o visto permanente, ajuda financeira para conseguir documentação, cartão único do SUS, guias em outras línguas nos Departamentos Públicos. Além desses indicativos, Moya aponta que não basta fechar ou mesmo tornar as oficinas regularizadas, porque a competitividade do capital não permite que esses empreendimentos compitam com as que não estão regularizadas, que dispõem da produção terceirizada/quarterizada, sem fiscalização, o que lhes garante lucros extras.

e eu conheci um amigo que falou: “Olha, eu tentei regularizar e foi chegando uma dívida e agora estou com dívida porque eu não sabia que tinha que pagar uns impostos, colher impostos.” Ninguém explicou para ele. Essas oficinas clandestinas, a terceirização é um problema do sistema econômico, de como está montada a indústria, porque as grandes sempre vão buscar terceirizar. [...]

Um costureiro com um salário que ganha na oficina não pode pagar aluguel, não pode pagar comida, não pode, e São Paulo é uma cidade muito cara e esse esquema de oficinas de costura permite a essas pessoas sobreviverem. Que fique claro que não estou a favor das oficinas, só que reconheço que sim, a realidade é muito complexa, é muito difícil e como ativista o que eu posso fazer é tentar amenizar a situação das mulheres que estão nessa situação. Tantas mulheres, por exemplo, que

²²⁸ Luis Alexandre de Faria

²²⁹Entrevista Paulo Illes, realizada em outubro de 2015.

querem sair de casa e já me abordaram na Praça Kantuta e falaram: “Olha, não aguento mais o meu marido, *pero* tenho família, tenho os meus filhos, tenho uma máquina de costura, posso trabalhar com isso, não tenho dinheiro para alugar um espaço, não sei o quê vou fazer.” Não sei o que falar²³⁰. (Jobana Moya)

A documentação é um fator que todo ativista aponta como critério para a conquista da inclusão no sistema de cidadania nas cidades escolhidas para se viver. Sem documentos, os migrantes passam à condição de irregulares, tratados como não pessoas, tendo revogadas suas possibilidades de existirem para a sociedade burocratizada, vivendo numa inexistência jurídica, excluídos do Estado de direito. Então, deriva daí a impossibilidade do acesso à saúde, educação, moradia, previdência; ao trabalho digno, ao direito à circulação.

3.2 Fronteiras e legislação

Com relação à categoria de “tráfico de pessoas”, há pesquisas que estão mostrando que não há uma homogeneidade interpretativa quanto ao entendimento jurídico no que tange o enquadramento da lei. A Polícia Federal, basicamente com os artigos 231 e 231-A do Código Penal, interpreta o tráfico de pessoas como crime que se “caracteriza pelo envio de pessoas com fins de exploração. Levar vantagem financeira. Muitas das pessoas querem ir, só que não têm condições de bancar toda a estrutura, pagar passagem, conseguir passaporte. Então, essas pessoas fazem esse aliciamento, oferecem esse serviço, entre aspas. E cobram um “pedágio” por isso”²³¹.

Para Piscitelli e Lowenkron, a atuação da polícia trata os sujeitos envolvidos em tais tramas como “ilegais”, dessa forma, reprováveis criminalmente, existindo um enquadramento entre “a vítima humanitária” e a “vítima criminal”. Assim a maior parte do tempo, os policiais caracterizavam o fenômeno menos em relação à definição legal do Código Penal do que a partir de um contraste com narrativas midiáticas e construções políticas estereotipadas sobre esse crime²³². As pesquisas acima citadas mostraram que há uma construção da categoria de “vítima”, assim como da categoria criminal pelos operadores do direito como forma de combaterem tal prática, o que faz emergir então um problema que tem sua base numa dinâmica social, mas que é percebido como um *a priori* atomizado no sujeito que vivenciou tal delito. Mesmo sabendo que não existe uma passividade absoluta dos sujeitos que se

²³⁰Entrevista Jobana Moya, realizada em 20 de março de 2015.

²³¹Trecho de entrevista concedida por uma delegada da PF. Consultar artigo: PISCITELLI, Adriana; LOWENKRON, Laura. “Categorias em movimento: a gestão de vítimas do tráfico de pessoas na Espanha e no Brasil”. *Revista Ciência e Cultura*. Vol.67 nº.2 São Paulo, abr./jun. 2015. pp. 35-39.

²³²Idem; p.37.

envolvem nas incumbências do tráfico, os operadores do campo jurídico destituem “os atributos morais associados à vítima ideal e idealizada desse crime. Como eles dizem, as vítimas não são “santas”²³³”

Em percurso similar ao das pesquisadoras citadas, o oralista/historiador José Carlos Sebe Bom Meihy destaca o campo espinhoso, principalmente da prostituição de homens e mulheres brasileiras na Europa, apontando que os parâmetros da imigração ilegal esbarram em duas linhas de ações: os “repressivistas, que advogam a abordagem controladora segundo o papel dos Estados nacionais, e os ‘empoderacionistas’, que reconhecendo a vulnerabilidade das pessoas enganadas, exaltam suas capacidades de reação, sem criminalizá-las como ‘ilegais’²³⁴. Para esse pesquisador, entender o tráfico de pessoas e a migração “ilegal” dentro de uma ótica “repressivista” esbarra na construção do outro como criminoso, enfatizando o suposto da violação das fronteiras nacionais, aumentando a força de repressão e controle. No artigo *Cativos do Protocolo de Palermo*²³⁵, também deste, vemos argumentos que indicam que tal documento, mesmo trazendo avanços irreparáveis, guarda certos problemas, inclusive em relação às pessoas as quais pretende proteger, pois as vitimiza, anulando a autonomia dos sujeitos, como se estes fossem incapazes de gerenciar a própria vida. Segundo o discurso de uma entrevistada: ao analisar um caso de uma rede prostituição, a problemática da prostituição deveria ser pensada a partir da esfera do trabalho e não da esfera criminal:

E você encara a prostituição como uma questão de violência no que deveria ser uma discussão de trabalho, pois a pessoa tem direito a um trabalho. Este trabalho pode ser de canavieiro, modelo, advogado e de prostituta e, assim, exercer essa atividade de maneira regular. Vou contar uma outra história, já que perguntaram. “É fácil conectar essa rede de atendimentos?” Não é fácil. Temos, por exemplo, um governo hoje no Brasil que está em recessão. Assim, ninguém gosta, ninguém vê, ninguém conhece o livro de orçamento do governo do Estado de São Paulo e da União. Ninguém conhece, dá trabalho, eu já dei uma lida e na próxima sexta-feira eu vou falar com o Senhor que manja do orçamento do Estado. Você tem que falar em orçamento ao falar em política pública, senão estará falando bobagens. (Maria)

Perspectivas como essa demarcam os diferentes aspectos de entendimento da prostituição e das fronteiras jurídicas e de direitos humanos na interpretação do campo da sexualidade humana e da prática de prostituição. Em outra entrevista que realizamos com uma

²³³Ibidem; 37.

²³⁴MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Prostituição à brasileira: cinco histórias*. São Paulo: Contexto, 2015. p. 150.

²³⁵O Protocolo de Palermo é um instrumento legal contra o “Crime Organizado Transnacional Relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em Especial Mulheres e Crianças”. O Brasil ratificou esse documento por meio do Decreto nº 5.017, de 12/03/2004, vide em goo.gl/EayqvZ content_copyCopy short URL. Acesso em: out. 2017. Também do mesmo acima: “Cativos do Protocolo de Palermo”. In *TRAVESSIA – Revista do Migrante* – nº 73 – Julho/Dezembro de 2013. pp. 9- 20.

agente de uma instituição religiosa, essa pontuou outras fronteiras sociais da dinâmica vivida por mulheres que se prostituem:

As mulheres do Paraná são, em parte, aliciadas.... Muitas saíram do Nordeste da situação de pobreza porque têm mulheres que vieram com a família toda em busca de melhores condições de vida. Atendemos uma mulher aqui que perdeu vários irmãos de fome e a família veio buscar melhores condições de vida. Outras mulheres viviam em fazendas de café e vieram atrás de emprego, muito vinculado ao que os imigrantes buscam em São Paulo. Muitas vezes elas encontram na prostituição uma renda maior do que ganham no trabalho, porque elas não são qualificadas. Encontramos muitas mulheres sem nenhum nível de alfabetização, tem mulheres que não leem, pouco conhecem dinheiro e algumas conhecem. Isso é um fator complicado para uma capital como esta; o que elas vão fazer? Para mim está muito relacionado à pobreza. Muitas veem de contextos familiares desestruturados, foram violentadas por maridos onde apanhavam, e hoje na prostituição tiveram a autonomia financeira como mulher, além de escolher o homem que quiserem e encaminhar as coisas do jeito que quiserem. A desestruturação familiar, a pobreza, muitas doenças psiquiátricas e psicológicas predominam neste ambiente. (Lúcia Alves - Oblatas)

Esse posicionamento delinea a variedade de posicionamentos frente à prostituição, elucidando que é um setor que carece de política pública específica para as mulheres, principalmente as que trabalham no ramo da prostituição. É fundamental projetos que contemplem a vulnerabilidade das mulheres nesse setor, como encaminhou a agente humanitária:

Outra questão é que a política pública para mulheres no Brasil é insuficiente. Teríamos que ter uma política específica para mulheres numa situação de prostituição. Por exemplo, a própria política pública para mulheres no setor da saúde, fica muito a desejar... (Lúcia Alves - Oblatas)

Dentro desse contexto, reverberam programas como os de Combate ao Trabalho Escravo e o Sistema Nacional de Localização e Identificação de Desaparecidos, articulado pelo Ministério Público do Rio de Janeiro, iniciativa a ser expandida em nível nacional. O projeto busca a criação de um banco de dados sobre pessoas desaparecidas, para assim criar estatísticas que sirvam como fonte para o Estado combater e criar estratégias de proteção às vítimas desse tipo de crime. Esse projeto é explicado pela promotora Eliana Vendramini Carneiro:

O PLID tem 11 funcionários e funciona em dois andares, tem o setor de vivos e mortos e eles possuem parceiros que estão implementando esse banco de dados. Obviamente que nós do Ministério Público de São Paulo pegamos isso para nós, porque é um convênio com o PLID-RIO e se pretende ser nacional, que é aquilo que eu comentei que se chama SINALID, Sistema Nacional de Localização e Identificação de Desaparecidos para todos os MP's... Por que vamos torná-lo nacional. Desde o ano passado, se você buscar o site do PLID – Ministério Público do Rio de Janeiro encontrará PLID, que já está com a sigla SINALID, MPRJ. Encontrará um trabalho que vai durar cinco anos e que foi protagonizado pelo Ministério do Rio de Janeiro, o primeiro foi no ano passado. A pergunta era como que cada Ministério Público do Brasil inteiro percebe o tráfico de pessoas? Você vai

ver que a maioria não enquadra tráfico de pessoas faticamente como tráfico de pessoas na lei, só tem para prostituição. Já saiu a primeira estatística de 2014 e em 2015 será outra pergunta. Onde é prioritariamente a sua região de tráfico?²³⁶ (Elina Vendramini)

Mostra-se, então, evidente que o Estado criou um programa, no início local, mas que se pretende ser nacional, para a verticalização jurídica do entendimento e aplicação legal sobre o tráfico de pessoas. Segundo os operadores do direito, o Brasil não possui um modelo explicativo verticalizado para tal problemática, havendo divergências interpretativas dentro do Estado sobre como a lei deve ser acionada, interpretada. Somente quando existe o envolvimento para fins de prostituição, (algo que conjuga com os argumentos de Piscitelli sobre o aspecto moralista da lei), há alguma coesão de proposições. Elina Vendramine enfatiza a vulnerabilidade social da pessoa que foi acionada pelas redes internacionais, mas o problema não se dá apenas na esfera individual, passa também pelas condições sociais e econômicas dos sujeitos:

É necessário aceitar os erros do passado, seja pela polícia, seja pelo SVO [...]. Onde entra os imigrantes nessa história? Muita das pessoas que desaparecem, quais são as principais causas? Duas criminais prioritárias: tortura, especialmente policial, e tráfico de pessoas, e aqui tem imigrante porque nós temos, principalmente em São Paulo, uma realidade forte de tráfico de pessoas para trabalho escravo e essas pessoas já vêm marcadas pela ilegalidade proposta pela organização criminosa e não por que eles se pautam por essa lógica são vulneráveis. Ninguém vai traficar uma pessoa que está bem, seja socialmente, familiarmente, seja economicamente. Não é só vulnerabilidade econômica, a gente tem mania de dizer que a pessoa é praticamente a culpada do tráfico. Isto está errado. A vulnerabilidade econômica dela é problema social e se não for econômica, já vem traficado por problema social, por exemplo, transexual que não é aceito na sua comunidade. Lá no Estado do Pará, seja pela sociedade, seja pela família, ele vem para São Paulo. Aqui começa os desaparecidos migrantes, e tem mais, nas causas civis, por exemplo, desentendimentos familiares, que também vêm com esse recorte de não aceitação familiar ou social, drogadição, alcoolismo e doenças mentais. Nós temos inúmeras pessoas que migram e que são dadas pelas famílias, quando as famílias se interessam pela questão, como desaparecidas²³⁷. (Elina Vendramini)

Na sequência, a promotora aponta problemas, que apesar de parecerem distantes ou específicos, podem estabelecer conexões no plano da migração no Brasil. Existe uma interconexão entre a migração forçada para o trabalho escravo (sexual ou laboral) e o tráfico de pessoas (nacional e internacional) e essa realidade é ativada por questões relacionadas à classe social, gênero, raça, cor e etnia. Sobre isso, a promotora discorre:

Num encontro realizado em 2014, Encontro Estadual de Combate ao Trabalho Escravo e à Migração Forçada para Trabalho Escravo, percebemos que não há como

²³⁶Entrevista Elina Vendramine, outubro de 2015.

²³⁷Promotora Elina Vendramini

separar quatro temas: tráfico de pessoas, migração, trabalho escravo e a violência marcada por questões de gênero, raça, cor e etnia; elas fazem parte de um mesmo trabalho. Se eu fizer comissões para esses quatro pontos, as comissões vão falar do mesmo tema várias vezes e não vão chegar a um denominador comum. O tráfico de pessoas e a imigração estão intimamente ligados, porque o tráfico existe para quatro causas, segundo a Convenção Internacional de Palermo e um consenso internacional, que há um crescente para tráfico de pessoas para adoção ilegal de bebês, tráfico de homens e mulheres para prostituição, tráfico de pessoas para tráfico de órgãos – que é a minha especialidade – tráfico de pessoas para trabalho escravo. Nessas quatro causas, o que nós temos feito? Lembrando, o Brasil só tem um tipo penal para tráfico de pessoas para prostituição, e as mulheres, até 2009, eram as únicas vítimas, ao menos pela lei²³⁸.

Questão a mais elencada pela promotora Eliana Vendramini é a falta de acolhimento para com os grupos de imigrantes/refugiados no Brasil. Dentro de uma dinâmica populacional crescente, é necessário um maior comprometimento do Estado na acolhida dessas populações, que por terem especificidades culturais, não podem ser encaminhadas para casas de acolhimento destinadas aos moradores de rua. Excetuando-se os exemplos da prefeitura da cidade de São Paulo, e de instituições ligadas à igreja católica, há poucos exemplos de acolhimento a essa população. Na capital paulista, durante nossa pesquisa, soubemos de diversos casos de migrantes em situação de rua.

Ainda segundo a mesma entrevistada, o atendimento ao imigrante/refugiado deve ser interdisciplinar, pois um único campo específico do conhecimento não dá conta das políticas de atendimento, acolhimento, prevenção. Para um melhoramento no tratamento dos envolvidos na questão, é necessária toda uma reorganização dos órgãos públicos, tendo em vista a

prevenção, conhecer o problema é fazer um trabalho sério, estatístico. Para combater é preciso estar no local certo através dessa visão estatística, mudar a lei, já tem projeto de lei para isso e é um bom projeto de lei. Também é preciso ressocializar a pessoa e oferecer meio para que a mesma gague um trabalho. Primeiro que tem que ser um trabalho interdisciplinar, não é do direito, é psicossocial, é jurídico, é humanitário e ressocializar através de vários meios, por exemplo, não é só o abrigo, é a emancipação, é aluguel social, é possibilidade de emprego, é também um trabalho cultural. Isso vem acompanhado de uma percepção de que o outro é o seu semelhante, isso não é um discurso religioso, isso é um discurso de humanidade²³⁹. (Eliana Vendramini)

Problemática também constatada nas entrevistas com os representantes de instituições que atendem imigrantes, em vários setores, é a falta de humanização dos quadros administrativos do Estado para lidar com pessoas em vulnerabilidade. Existem poucas medidas que visem a combater/suprimir o preconceito ou o racismo institucional, no atendimento ao imigrante/refugiado. Contudo, não cabe fazer generalizações, porque o

²³⁸Promotora Eliana Vendramini

²³⁹Entrevista Eliana Vendramine.

município de São Paulo, com a implementação da lei municipal de migração, tem buscado resolver a questão com a implementação do CRAI, o que, como sabemos não resolve todos os problemas da população migrantes.

Tais problemas são relatados, sobretudo, nos serviços básicos de saúde, entre operadores do direito, educadores, sem contar os casos de perseguição policial, já que por muitos imigrantes/refugiados terem tipos “étnicos” diferenciados da população branca, são apontados como suspeitos pelos serviços de segurança pública, dentro de um país que tem sérios problemas de enfrentamento ao racismo. O *outro* passa a ser visto como suspeito e deve ser vigiado, representa o *inimigo* a ser contido.

A sociedade do controle tem sido estimulada pelo pensamento atuarial²⁴⁰, que implementa um paradigma de exclusão, compondo forças de controle para identificar grupos de risco, dentre os quais os imigrantes pobres. A globalização, sob as rédeas do capital financeiro, com seu modelo de desregulamentação econômica, levou seus produtos e estilos de vida para todo o planeta, produzindo o desejo de inclusão por meio do consumo. Nesse processo, povos inteiros foram criminalizados e novas subjetividades coletivas foram forjadas. Nessa paisagem, o migrante, junto ao exército de desempregados, aos mais pobres, em suma, aos excluídos, têm sido utilizados, principalmente nos centros do capitalismo global, como cobaias para a introdução de novas tecnologias repressivas.

Como foi demonstrado até o momento, o trabalho no setor têxtil é terceirizado, precarizado e flexível, de modo que as condições sociais e econômicas nas quais se dão a organização do trabalho no setor têxtil partem, não somente, de relações familiares, de compadrio, na qual a base estrutural de sua exploração econômica é extrafamiliar, ou seja, capitalista. A base das relações estabelecidas como contrato de trabalho, ao qual é vinculado o “derecho de piso”, constituem vínculos, mediante dívidas, que atrelam os trabalhadores a manterem relações de subordinação a seus empregadores. Percebemos que a exploração capitalista, as condições de vulnerabilidade social do migrante e a fronteira jurídica delimitada pelo estatuto do estrangeiro é um fator importante para a manutenção do tipo de trabalho estabelecido no setor têxtil no Cone Sul da América Latina.

²⁴⁰ Essa perspectiva tem aumentado as vozes críticas à “sociedade do controle”, que identifica nos contingentes da pobreza um risco às classes estabelecidas. Os teóricos do direito penal chamam de *criminologia atuarial* “a prática de superação da ideologia do tratamento e da disciplina. No nível da política, coincide com a crise fiscal do Estado, que levará a uma drástica reorientação da política econômica de matriz keynesiana. Passa a haver uma deslegitimação da reinserção/reeducação/erradicação da desviação, com o fracasso das políticas de tratamento. O controle penal passa a ser informado pela análise econômica do Direito, o núcleo do problema é a máxima segurança [...]. Apud: LYRA, José Francisco Dias da Costa. *Imigração: criminalização e subsistema penal de exceção*. Curitiba-PR: Juruá, 2013. p.366. Consultar também: DE GIORGI, Alessandro. *Tolerancia cero: estrategias y prácticas de la sociedad de control*. Barcelona: Virus, 2005.

Mesmo que a exploração do trabalho tenha mantido uma certa normatividade neste setor produtivo, mediante relações de sociabilidade, indicação de trabalhadores nesse setor, o sistema de trabalho na indústria têxtil, percebemos, mesmo não mantendo uma estrutura intrafamiliar coesa, exige um alto custo de reprodução dessas relações no interior do campo produtivo. O ônus em se manter esse sistema produtivo, altamente precarizado dentro de contextos de produtividade altamente competitivos, deixa marcas profundas no corpo dos trabalhadores guiado a se manter nesse setor produtivo devido às condições sociais do migrante, uma vez que quanto mais vulnerabilizado, melhor para os rendimentos e mais valia absoluta do sistema capitalista.

Outra distinção dentro do mundo do trabalho nas oficinas de costura é a forte componente da “etnização” do trabalho, como um campo atravessado pelo enclave étnico, produzindo um salto que beneficia a mais valia no setor produtivo. Além disso, esses deslocamentos humanos no contexto latino-americano, característico de políticas neoliberais adotadas por Estados intensifica a exploração no trabalho, em virtude das reformas políticas/trabalhistas deixando um contingente de desempregados, como escreveu Florestan Fernandes, ativando a “massa de despossuídos, condenados a níveis de vida inferiores ao de subsistência, ao desemprego sistemático, parcial ou ocasional, à pobreza, à miséria, à marginalidade socioeconômica, à exclusão cultural e política²⁴¹”. De tal maneira, outra questão aparece nesse contexto: o preconceito no cenário das migrações internacionais na engrenagem do mercado de trabalho no Brasil. Assim, mais “especificamente como explica Basso, é preciso entender como o racismo, já estruturado *no e pelo* trabalho, se reproduz por inúmeros processos que têm como alvo o imigrante, ou seja, o “protótipo do trabalhador flexível”: que tem sua força de trabalho utilizada intensivamente em escala mundial na atual fase do regime de acumulação, está sujeito a todas as formas de exploração, piores horários, ritmos pesados, péssimas condições de trabalho e baixa remuneração²⁴²”.

E como afirmou Alessandro Portelli em um de seus artigos, “o poder de lidar com as contradições inconciliáveis é, precisamente, o que mantém uma cultura trabalhando. Poderíamos dizer que uma cultura é uma máquina que nos permite reconciliar o irreconciliável e conviver com a ambivalência²⁴³”. Esse significado permite que se entenda

²⁴¹ Florestan Fernandes, 1973: 36. Apud VILLEN, Patricia. Imigração e Racismo na modernização dependente do mercado de trabalho. *Lutas Sociais*, São Paulo, vol.19 n.34, p.126-142, jan./jun. 2015. p 131

²⁴² Idem, p. 137.

²⁴³ PORTELLI, Alessandro. Um ônibus vermelho: vítimas inocentes de caminhões libertadores. In *História Oral como arte da escuta*. São Paulo: Letra e Voz, 2016. Pp. 147- 179. p.162.

que o mundo social é permeado por arenas complexas e antagônicas, percebê-las permite romper os silêncios que atravessa esse contexto.

Percebemos nesse capítulo, mediante as entrevistas realizadas com os operadores do direito das instituições governamentais, somadas as entrevistas dos agentes das ONGs, a existência de uma governabilidade conflitiva quanto ao uso de ferramentas jurídicas e ao acionamento de políticas públicas, posto que os imigrantes estão inseridos dentro de uma dinâmica econômica que se beneficia da vulnerabilidade social destes. Além disso, a nova lei de migração é discricionária, ou seja, cabe a quem for aplica-la a sua interpretação.

Compreendemos, deste modo, que no setor da costura no Cone Sul da América Latina aglutinam-se formas de exploração do trabalho interseccionalizado a outras formas de dominação, não apenas de classe, como de raça, etnia, gênero, o que complexifica as sobreposições de vulnerabilidade do migrante. Assim, mesmo que coexista relações de exploração, as experiências dos imigrantes também demonstram formas de adaptação, recusa, negociações, resistências, reinvenção de identidades, buscas alternativas para suas vidas no trajeto migratório – como trabalhos citados no percurso dessa pesquisa – a migração e seus diferenciados percursos cria perspectivas e possibilidades para outros projetos de vida, rompimentos de relações patriarcais e de tutela anteriores. A migração pode abrir perspectivas para o alargamento e redefinições de experiências culturais, construção de ativismos, buscas para o aprimoramento educacional, aprendizagem de línguas, reapropriação cultural e redefinição dos pertencimentos.

A imigração é um campo fértil na qual os sujeitos, homens e mulheres, assumem as diretrizes de suas vidas, ao criarem possibilidades e estabelecerem oportunidades, uma “nova chance” para se reinventarem nesse novo projeto de si que é a imigração.

No próximo capítulo, dialogaremos com as narrativas das mulheres imigrantes residentes na cidade de São Paulo que, ao se reinventarem cotidianamente, constroem outras explicações para o vivido no percurso migratório, ressignificando sua realidade e projetando seus sonhos como um constante torvelinho em suas experiências.

CAPÍTULO 4

FRONTEIRAS MIGRATÓRIAS: EXPERIÊNCIAS DE MULHERES IMIGRANTES

A história oral é uma arte da escuta, uma arte baseada em um conjunto de relações: a relação entre entrevistados e entrevistadores (diálogo); a relação entre o tempo em que o diálogo acontece e o tempo histórico discutido na entrevista (memória); a relação entre a esfera pública e a privada, entre autobiografia e história – entre, digamos, a História e as histórias; a relação entre a oralidade e a escrita do historiador.
Alessandro Portelli

4.1. Imigração e interseccionalidade

Um incômodo paira na reflexão acadêmica relacionada a migração: em que lugar estão as vozes e a presença das mulheres imigrantes e refugiadas nos movimentos sociais encabeçados por grupos sociais que apregoam a legitimidade dessa população nas cidades? Esta foi uma das primeiras perguntas que fizemos ao conhecer as mulheres imigrantes na cidade de São Paulo no percurso desta pesquisa. As vozes e a presença feminina nos deslocamentos populacionais não é uma problemática recente, porque sabemos que todos os processos migratórios – mesmo que essa presença não seja contabilizada nas estatísticas – foram e continuam sendo configurados por mulheres. Essa presença oculta foi demarcada em São Paulo pela *Frente de Mulheres Imigrantes e Refugiadas*, na 9ª Marcha dos Imigrantes, que teve como temática “Fronteira Libres”, em novembro de 2015. Essa articulação de mulheres, no momento da marcha, declamava palavras de ordem, músicas acompanhadas por instrumentos de percussão, abria espaço contra o machismo, demarcando o protagonismo dessas mulheres nos países que escolheram para viver. Fora de seus países – uma parcela dessas mulheres - enfrentam dupla ou tripla jornada de trabalho e são obrigadas a conviver com a desigualdade de gênero em âmbito laboral, nos movimentos sociais e no espaço doméstico.

O que ecoa dessa frente de mulheres imigrantes? A inclusão e acesso ao Sistema Único de Saúde, aos direitos educacionais, à moradia, ao protagonismo político, à visibilidade. Assim, foi percebido que o movimento de mulheres imigrantes no Brasil tem crescido, principalmente nas plataformas das redes sociais, num crescente número de coletivos e na articulação de base das refugiadas. Movidas para romper com a invisibilidade e as dificuldades de acesso aos serviços públicos, estas mantêm atividades semanais, por meio

de ocupações, oficinas, cursos, marchas, reuniões, fóruns de discussão, promovendo, assim, o “empoderamento” dessas mulheres no espaço público da cidade de São Paulo. A existência dessas migrantes, cujas trajetórias de vida no tempo e no espaço se entrelaçam com outras histórias, num processo de construção coletiva do “empoderamento” é o que delimita o recorte deste capítulo, a partir das articulações de gênero, classe e raça/etnia.

Essas mulheres dialogam, por meio de encontro abertos, com a sociedade civil e grupos de migrantes, coletivos e autônomos. A construção, por elas, de um movimento autônomo, desvinculado de instituições com viés “tutelar” é uma das pautas da frente em análise. A possibilidade de articulação de encontros em que possam falar de si, trocar experiências e aprender por meio da diversidade cultural, tem crescido justamente no momento em que o debate em torno da questão toma novos rumos com a aprovação do novo marco legal para a migração, que passa a entrar vigência em novembro de 2017, substituindo o Estatuto do Estrangeiro²⁴⁴.

A urgência em discutir tal problemática fez com que um grupo de mulheres envolvidas na questão se mobilizasse em torno do coletivo *Warmis* – palavra que designa mulher na língua quéchua. Além da existência de outros coletivos migrantes na cidade de São Paulo e outras cidades brasileiras.

Essa coletividade discute e propõe atividades sobre o parto humanizado, acesso ao SUS, violência doméstica, entre outros temas. O fato de lutarem para ter o direito político ao voto e pela possibilidade de também serem votadas é outra pauta importante erigida pelo grupo. No coletivo também se busca a interlocução entre as envolvidas e suas experiências, ativando pontes dialógicas entre as distintas realidades, tais como os conflitos das mulheres que migram sozinhas, das que migram com filhos, das que vêm com seus companheiros e familiares. Nas falas/discursos de uma parcela dessas mulheres emergem assuntos que estão na esfera do cotidiano, mas são de caráter público, como o direito à saúde mental e física do migrante, o direito à educação e ênfase dada à criação de redes para se retirar mulheres de situação de isolamento, aspecto este que pode ocasionar em vulnerabilidades.

Outro tema discutido pelo coletivo em apreciação é a questão do acesso ao direito por parte da população migrante. As *Warmis* questionam por que o direito dever ser pago, transformado em mercadoria a ser comprada. Esse critério é visto como contraditório, uma vez que tal prerrogativa deveria ser universalizada, já que toda a população, inclusive a migrante, paga e contribui com os impostos. Destarte, o retorno em forma de acesso a

²⁴⁴ A nova lei migratória foi promulgada no governo Michel Temer. Acesso em: 05/07/2017, às 15h:09min. Para mais informações: goo.gl/nd3RQJ.

políticas públicas específicas deveria ser garantido. Os coletivos questionam o silêncio e a imobilidade perante o descaso para com as mulheres/migrantes no Brasil. O trabalho no *Warmis* é voluntário e de construção contínua, uma das prerrogativas enfatizadas é a de que o grupo desenvolva atividades de artesanato e afins, permitindo as envolvidas a autonomia financeira. Porém, o grupo não estabelece o lucro como atividade fim, uma vez que não depende de nenhum tipo de financiamento para sua gestão. O trabalho de fortalecimento de base tem sido recuperado por variados coletivos, e no caso da *Warmis*, o enfoque na possibilidade delas se perceberem dentro um contexto coletivo e direcionarem o olhar para seus pertencimentos, perceberem suas tradições e olharem para as experiências vivenciadas por outras mulheres de diferentes nacionalidades é singular ao grupo.

Uma das críticas que perpassa o discurso das mulheres ativistas diz respeito ao silenciamento, ao apagamento das vozes femininas dentro dos movimentos sociais, caracterizados como verticalizados, e nos quais as principais decisões cabem aos quadros masculinos. Jobana Moya, integrante do coletivo *Warmis*, autodenomina-se ativista de direitos humanos, posto que a denominação feminista, na Bolívia, possui uma variante de significados. Como há variados posicionamentos sobre o *feminismo*, essa ativista enfatiza que “Eu sempre falo que sou humanista porque para mim o valor central é o ser humano, as coisas que programo é igualdade de oportunidade para todas as mulheres. A luta é para que as mulheres tenham as mesmas igualdades de oportunidades que os homens.”²⁴⁵. Desse modo, a ativista assinala a complexidade que os sentidos e posicionamentos relativos ao feminismo despertam ao serem evocados. Sua premissa, mesmo reconhecendo o cotidiano violento de uma parcela das mulheres, é de que os homens também são educados dentro de uma cultura machista e sofrem um tipo de violência econômica e social que reproduz papéis sociais que servem como base ao machismo e ao patriarcado. *Como enfrentar e trabalhar de forma construtiva contra esse tipo de violência?* Sabe-se que gênero é uma perspectiva relacional de posicionamento e questionamento aos papéis sociais vividos na cultura, e os sentidos atribuídos ao que é ser homem e ser mulher.

Outra perspectiva que pudemos perceber ao dialogar com Jobana Moya diz respeito ao lugar que a perspectiva cultural exerce em sua vida, na medida em que na Bolívia há uma forte preponderância de tradições indígenas, tornando-se difícil descolar o enfoque humanista, de gênero ou feminista, da esfera referencial em que esses elementos são gestados. O perspectivismo cultural de uma parcela de mulheres imigrantes possibilita que não exista a

²⁴⁵ Entrevista com Jobana Moya, realizada por nós em 20 de março de 2015.

perda, com a migração, dos valores ancestrais de suas comunidades de origem. O que se efetiva, como estudiosos do campo já assinalaram, é um fortalecimento de práticas e costumes como ferramenta de autoafirmação e pertencimento cultural. Esses discursos seguem ao encontro de novas formas de compreender o perspectivismo das mulheres imigrantes e refugiadas latino-americanas no Brasil, uma vez que marcam uma crítica a ideia de assimilação e aculturação²⁴⁶ enfatizadas em estudos anteriores. As formas de interculturalidade entre grupos advindos de diferenciadas regiões, que tomaram como destino o Brasil, foram tema para diversas pesquisas. Neste trabalho, vinculamo-nos as propostas de Lélia Gonzales (1988), María Lugones (2014) e Silvia Rivera Cusicanqui (1984)²⁴⁷. Autoras que analisam o racismo, o patriarcado, os sistemas de poder colonial e as descontinuidades e permanências das tradições indígenas e africanas na América Latina. Para dialogar com as entrevistas de mulheres latino-americanas é fundamental entender esses sistemas de reprodução e de resistências. Para tanto, faremos alguns apontamentos sobre questões interseccionais relacionadas a imigração.

Passados mais de cem anos de debates em torno de questões relacionadas à mulher e sua inserção plena na sociedade, com toda a sorte de estudos, pesquisas, embates jurídicos, lutas de rua, avanços e recuos políticos, nos deparamos com uma questão ainda em aberto, a ser discutida. Há toda uma pluralidade de abordagens que vêm, a cada ano, alargando as discussões em torno das questões de gênero e de seu campo de produção de conhecimento. Não cabe neste capítulo realizarmos uma descrição histórica de todas essas vertentes, contudo, faremos uma breve discussão sobre a categoria de gênero para realizar pontes analíticas com as narrativas de mulheres migrantes cotejados nesta pesquisa.

Antes que a categoria gênero se sedimentasse como um campo de análise dos processos relacionais entre os gêneros, os feminismos já assinalavam a igualdade de gênero como um questionamento às causas e reprodução da dominação masculina na sociedade. Em um dos artigos mais citados acerca desse tema, a historiadora norte-americana Joan Scott²⁴⁸ infere que a noção de gênero parte de matrizes relacionais entre homem e mulher, recusando,

²⁴⁶ O pressuposto da assimilação é uma estratégia em que imigrantes passam de adaptação unilateral na sociedade de acolhida, deixando de praticar suas práticas culturais, sociais, linguísticas para, assim, ser assimilado na sociedade nacional. LÓPES SALA, Ana María. *Inmigrantes y Estados: la respuesta política ante la cuestión migratoria*. Barcelona: Anthropos, 2005. P.79

²⁴⁷ RIVERA CUSICANQUI, Silvia. *Oprimidos pero no vencidos: luchas del campesinado aymara y quechwa – 1990-1980*. La Paz: La Mirada Salvaje, 1984. LUGONES, MARÍA. Rumo a um feminismo descolonial. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 22(3): 935-952, setembro-dezembro/2014. GONZALES, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidades. *Tempo Brasileiro*, Rio de Janeiro, n. 92/93, p. 69-82, jan./jun. 1988.

²⁴⁸ SCOTT, Joan Wallach. “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. In: *Revista Educação & Realidade*. Porto Alegre-RS: Vol.20, nº 2, jul./dez. de 1995. pp. 71-99. Disponível no endereço eletrônico: goo.gl/MW9YMJ. Acesso em 21/08/2017, às 17h:09min.

logo de partida, a anatomia feminina como seu fim último ou como explicação das diferenças entre os sexos. Assim, a ideia de gênero surge como um

sistema de organização social, onde não havia ninguém fora disso. Gênero se relacionava a mulheres e homens, sobre como os traços atribuídos a cada sexo justificavam os diferentes tratamentos que cada um recebia, como eles naturalizavam o que era fato social, econômico e de desigualdades políticas, como eles condensavam variedades da feminilidade e masculinidade em um sistema binário, hierarquicamente arranjado²⁴⁹.

A partir da crítica aos postulados que tentam igualar anatomia corporal às identificações de gênero, Joan Scott apresenta os problemas em se equiparar sexo/gênero como categorias equivalentes, uma vez que as noções de gênero dizem respeito não apenas à maneira como homens e mulheres atribuem significados às suas relações; são também categorias construídas historicamente e socialmente, a partir de diferenciados contextos políticos. Desse modo, cabe aos pesquisadores desse campo compreender/analisar como os sujeitos estabelecem suas identidades a partir das noções de pertencimento, papéis sociais e orientações sexuais específicas.

A plataforma de estudos sobre gênero lançou um desafio que se efetiva não apenas na análise das relações entre experiências masculinas e femininas no passado, mas também na ligação entre o passado e as práticas atuais, do presente. Como a ideia de gênero articula/desarticula as relações sociais humanas? A questão gênero foi introduzida aos debates acadêmicos e nas lutas políticas femininas não para substituir ou recontar a história das mulheres, mas sim para mostrar que não dá para compreender os silenciamentos atribuídos à mulher ao longo dos séculos sem entender o fio dialógico de sua história junto aos homens e outras relações de gênero. Ambos formam um par dialético que estabelece relações que perpassam toda a esfera social. Além de gênero ser uma categoria relacional, seus usos rejeitam as matrizes biológicas, negando aspectos de uma pretensa “inferioridade feminina”, sedimentados na força muscular masculina ou em fatores que isolam as mulheres em papéis relacionados à maternidade. Os debates acerca de gênero também buscam superar posições ideológicas que restringem o feminino ao espaço privado da casa. Assim, o foco do problema não está na questão da maternidade, ou no caráter doméstico dos papéis sociais atribuídos à mulher, o cerne da questão se encontra na *sociedade patriarcal*²⁵⁰.

²⁴⁹ SCOTT, Joan Wallach. “Os usos e abusos do gênero”. In: *Projeto História*. São Paulo-SP: n.º. 45, dezembro de 2012. p. 333

²⁵⁰ “A participação igual na criação das crianças e em outras atividades da vida doméstica pressupõe algumas mudanças radicais na esfera pública, na organização da produção, no que se entende por trabalho e na prática da cidadania”. PATEMAN, Carole. “Críticas Feministas à dicotomia público/privado”. In: *Teoria política feminista: textos centrais*. MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. Vinhedo-SP: Editora Horizonte, 2013. pp. 55-79.

A ideia de gênero recai sobre aspectos de “construções sociais”. Seria uma “maneira de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas dos homens e das mulheres. O gênero é, segundo essa definição, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado²⁵¹. Os usos e abusos do gênero, como apregoa Scott, possibilitam entender as relações que podem incluir o sexo, mas que não determinam a sexualidade escolhida pelas pessoas.

Enquanto não podemos exatamente separar nossos corpos de nós mesmos, nós podemos cogitar a ideia de que corpos não são o suficiente para providenciar uma segura definição de identidade, papéis e orientação sexual. A ideia mais radical de entendimento de gênero é sobre a concepção de várias definições de homem/mulher, masculino/feminino, na sua complexidade e instabilidade. É sobre as lutas para manter os significados no lugar (impor e fazer cumprir as normas) e lutas para resistir ou derrubá-los. É sobre os interesses que motivam essas lutas, as apostas e os apostadores. Seu alcance se estende para além das mulheres e homens, masculino e feminino, chegando às grandes estruturas e processos (tal como capitalismo e nacionalismo) nos quais e pelos quais relações sociais são formadas e fronteiras políticas patrulhadas. Nesta perspectiva, gênero nos lembra que não há representação inequívoca das mulheres, que isto sempre é uma questão de política²⁵².

Gênero está atrelado à esfera histórica e social da constituição dos sujeitos.²⁵³ Assim, percebemos que tal categoria é reclamada quando nos deparamos com conflitos não solucionados ou quando nos defrontamos com problemáticas abertas a muitas definições. Quando acrescentamos outras noções de sexualidade, a corpos indeterminados como o das/dos transexuais, estamos nos valendo da ideia de gênero como “prática social e cultural”, como uma tentativa de fincar sentidos a corpos anatômicos masculinos e femininos que não possuem um sentido preestabelecido.

Gênero, como nosso objeto de estudo, é, de fato, as respostas (contingentes, contenciosas e mutáveis) oferecidas para a irrespondível questão. De fato, as regulações normativas que estabelecem os papéis de gênero são tentativas de tornar a questão impossível de ser questionada. Como resultado, gênero é um lugar perpétuo para a contestação política, um dos locais para a implantação do conhecimento pelos interesses do poder²⁵⁴.

Como base no que foi referido até o presente momento, pode-se dizer que existe um conjunto de categorias que se interconectam, possuindo uma história dentro do campo epistemológico associado aos feminismos. Dentre estas podemos destacar: gênero, corpo, sexualidade, etnia, classe, raça, trabalho, entre outras. Todas possuem particularidades,

²⁵¹ RAGO, Margareth. “Epistemologia feminista, gênero e história”. p. 3. Consultar em: goo.gl/V3AJ1k. Acesso e download em 21 de agosto de 2017, às 17h50min.

²⁵² SCOTT, Joan. Op. Cit. p. 337.

²⁵³ Idem, 346.

²⁵⁴ Ibidem, p. 346.

sentidos, historicidade; podem se conectar como ferramenta para explicar a complexidade dos processos migratórios do mundo contemporâneo.

Trabalhos de diversas pesquisadoras sobre o campo das relações de gênero assinalam que as discussões em torno da interseccionalidade se desenvolveram a partir das questões levantadas pelo feminismo negro dos Estados Unidos, cujas premissas questionavam as balizas de ser “mulher” e “negra” em um esteio social perpassado por classes e raças. A crítica girava em torno dos processos de produção e reprodução das desigualdades sociais, uma vez que estas eram vivenciadas por um grande contingente de mulheres negras desse país. Crenshaw²⁵⁵ e Patricia Hill Collins²⁵⁶ (1993), pesquisadoras precursoras desse campo, centradas nas categorias de gênero e raça, pensaram as múltiplas desigualdades e formas de opressão/subordinação vivenciadas pelas mulheres negras nos EUA. Essas categorias e processos sociais foram direcionados às reflexões sobre *etnicidade* e *classe* como princípios organizadores dos sistemas sociais.

A interseccionalidade abrange as conexões analíticas quanto a “simultaneidade, matriz de dominação, eixos de desigualdades, agenciamentos, posições de localização, vetores de poder, categorias de articulação”²⁵⁷; possibilitando, assim, diferenciadas linhas de abordagem, que ao invés de separar, estabelecem pontes dialógicas dentro das leituras sobre o tema. A ideia da interseccionalidade fornece suporte aos estudos de gênero e se distancia da abstração representada pelos postulados de “mulher universal”²⁵⁸, atrelados aos movimentos feministas sobressaídos no decorrer da década de 1970, tidos por alguns ramos do feminismo como “branco” e “burguês”. Outro aspecto que as pesquisas com enfoque na interseccionalidade apontam, dentro dos estudos feministas, diz respeito à questão do poder e das lógicas de dominação. Autoras como Maria José Magliano apontam que as orientações pautadas na ideia de interseccionalidade se efetivam como uma “nueva plataforma fundada en una articulación novedosa entre la teoría feminista crítica sobre los efectos del sexismo, del racismo y de la

²⁵⁵ CRENSHAW, Kimberlé. “Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence against Women of Color”. *Stanford Law Review*, v. 43, n. 6, p. 1241-1297, jul. 1991.

²⁵⁶ COLLINS, Patricia Hill. *Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness and the Politics of Empowerment*. Routledge, Nueva York, 2000.

²⁵⁷ Para mais detalhes, consultar: MAGLIANO, María José. “Interseccionalidade e Migrações: potencialidades e desafios”. *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis-SC: 23(3), setembro-dezembro/2015. p. 694.

²⁵⁸ Para mais informações sobre as críticas ao viés abstrato do conceito “mulher universal”, consultar: VIVERO VIGOYA, Mara. “La sexualización de la raza y la racialización de la sexualidad en el contexto latino-americano actual”. *Revista Latinoamericana de Estudios de Familia*. Vol. 1, ene./dic. 2009. p.63-81. Ver também: MOHANTY, Chandra. “Bajo los ojos de occidente. Academia Feminista y discurso colonial”. In: SUÁREZ NAVA, Liliana y HERNÁNDEZ, Aída. *Descolonizando el Feminismo: Teorías y Prácticas desde los Márgenes*. Madrid-ESP: Cátedra, 2008, p. 112-161

clase social; y la metodología crítica inspirada en el teoría feminista posmoderna²⁵⁹”. Desse modo, tais estudos colocam em cheque os tradicionais enfoques que se conectam as categorias de gênero, raça, classe, etnicidade, uma vez que seus pressupostos estabelecem a desconstrução dos universalismos e das dinâmicas de poder que os constituem.

Os recortes vinculados a essa perspectiva de análise partem da possibilidade de se criar mecanismos que possibilitem a reflexão sobre as experiências dos grupos considerados “subordinados y las relaciones de poder que estructuran las sociedades, no subsumiéndolas a una sola forma de clasificación social, a la vez que contempla el modo en que los sujetos cuestionan y resisten a las lógicas de opresión y subordinación”²⁶⁰. Segundo tal perspectiva, os marcadores sociais da diferença operam como reguladores do campo material e ideológico das dimensões do vivido, ou seja, esse campo empreende as estruturas de desigualdade do social. Ao estabelecer pontes dialógicas com marcadores sociais diferenciados, Magliano aponta a potência de não menosprezar a produção de saberes elaborados pelos sujeitos sociais, na medida em que tais experiências de vida extrapolam as perspectivas e procedimentos das ciências sociais, justamente, por serem formas em que os sujeitos constroem explicações para o vivido, deslocando os nacionalismos metodológicos. Assim, gênero, classe, raça, etnia e sexualidade, dentre outros, são esferas sociais que se conectam e são gestados de forma interseccional, não sendo possível, para essa autora, desvinculá-los de uma leitura dialógica entre ditos elementos. Contudo, é necessário realizar uma ressalva quanto à perspectiva teórica da interseccionalidade: o risco de congelar/naturalizar os marcadores sociais da diferença, sendo impreterível reconhecimento do contexto histórico dos agentes em análise, para assim, compreender o meio em que os mesmos estabelecem suas visões sobre opressão, exclusão, resistência, desigualdades, dentre outras situações. No caso específico desta pesquisa, trabalhamos dentro do contexto migratório paulista e outras entrevistas da região norte do Brasil.

Esse exercício de entendimento crítico da realidade aglutina alguns desafios em termos procedimentais, quais sejam: como utilizar tal procedimento quando direcionamos o nosso olhar para fontes passadas/antigas? Quando nos propomos a realizar tal iniciativa com procedimentos empíricos (dados), captados a partir da história do tempo presente, percebemos que é possível construir aportes explicativos tendo como suporte a pesquisa participante, a análise de documentos institucionais e procedimentos da História Oral, como é o caso do

²⁵⁹ MAGLIANO, Op. Cit. p. 695. Para mais informações sobre o tema, consultar: DAVIS, Angela. *Mulheres, Raça e Classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.

²⁶⁰ Idem, ibidem.

tempo e recorte desta pesquisa. Assim sendo, tais possibilidades vertidas a um passado distante/recente acionarão a capacidade do pesquisador em trabalhar com fontes diversificadas, de modo a entender o contexto de produção dessas fontes e sua interseccionalidade, ambas construídas a partir do contexto social dos sujeitos em análise.

A escolha em vincular as narrativas geradas a partir da prática da história oral com mulheres e as questões de gênero foi possível ao se entender que a experiência também é um elemento constitutivo da história e da cultura, além disso, as entrevistas revelam as pluralidades das escolhas realizadas pelos sujeitos. Trata-se em compreender que as fontes orais manifestam a ambivalência, a polifonia, a heterogeneidade de trajetórias e visões de mundo. Em outras palavras, “o processo de hibridação (em curso no mundo, em nível global e local) não pode ser expresso por uma única categoria privilegiada, nem mesmo se esta for ampla como o gênero, mas por combinações de categorias de diferença tais como gênero, geração, corpo, pertencimento cultural e religioso²⁶¹”.

4.2 Frente das Mulheres Imigrantes e Refugiadas de São Paulo

Neste tópico, realiza-se alguns recortes das entrevistas com mulheres da “Frente de Mulheres Imigrantes e Refugiadas” no Brasil, entrevistas que fazem parte do projeto de História Oral do Museu da Imigração²⁶², intitulado “Mulheres em Movimento: migração e mobilização feminina no Estado de São Paulo”. Apresentaremos também entrevistas a nós concedidas durante este trajeto de pesquisa.

A Frente de Mulheres Imigrantes nasce no ano de 2013, como um bloco feminino dentro da “Marcha de Imigrantes”. De modo que essas mulheres de diferentes países e coletivos passaram a se manifestar, posicionando-se a favor da construção de políticas específicas para sua categoria, além de exigirem maior visibilidade e espaços de protagonismo na marcha e no Fórum Social Mundial das Migrações, que seria realizado em 2016, em São Paulo. Durante o planejamento do Fórum, os coletivos femininos exigiram que as mulheres fizessem parte de toda estrutura organizacional do evento. Durante a assembleia final deste, a

²⁶¹ PASSERINI, Luisa. Gênero ainda é uma categoria útil para a história oral? In *A Memória entre a política e a emoção*. São Paulo: Letra e Voz, 2011. pp.95-106. p.101.

²⁶² O acervo do Museu da Imigração “ está dividido em duas vertentes principais: a História Oral de Vida, que protagoniza a história de vida do entrevistado; e a História Oral Temática, que visa elucidar questões sobre determinados temas históricos. Tais entrevistas estão vinculadas a projetos desenvolvidos pela Equipe Técnica do Museu da Imigração. Para mais informações, consultar site do museu, disponível no endereço eletrônico: goo.gl/Qtb3az.

pressão das ativistas levou à modificação da carta documento, incluindo-se o Grupo Temático: “Migração, Gênero e Corpo”. Outro avanço foi a apresentação de uma plataforma, por parte dos coletivos femininos, que dentre outros pontos exigia uma legislação “inclusiva com enfoque nos direitos de gênero e multiculturalidade, com políticas públicas que tenham como mote o tratamento digno e respeitoso nos equipamentos públicos, que extingam a xenofobia e apoiem a integração da mulher e da comunidade imigrante²⁶³”.

É plataforma comum de reivindicação coletiva a importância em dar escuta às vozes das mulheres imigrantes e refugiadas no Brasil e há urgência em se criar espaços coletivos onde essas vozes sejam mobilizadas. A escuta dessas histórias, mesmo num contexto político de retrocessos, de recuo das conquistas realizadas pela sociedade civil desde o marco constitucional de 1988, permitiu a compreensão das trajetórias de resistências, lutas e mobilizações produzidas na esfera do cotidiano das metrópoles. Sabemos que a vida extrapola a esfera do político, contudo, ela é atravessada por complexos dispositivos desse campo, os mesmos que estabelecem desde o que compramos no supermercado ao tipo de discurso que deve nos seduzir. As entrevistas das mulheres imigrantes e refugiadas surgem como energia emancipatória, partidas da sociedade civil para fazer crítica às normativas do Estado e reconfigurando a escala das cidades, em que os migrantes são protagonistas e operadores de escala. Se o Estado é um agente normativo, que coordena o aparato da força e administra os aparelhos burocráticos, a sociedade civil se ergue como um contradiscurso, que vai disputar as interpretações sobre o “conteúdo das necessidades”²⁶⁴. As narrativas das mulheres migrantes estabelecem as necessidades como um todo e ensejam a disputa em torno dos processos discursivos (internos e externos) aos coletivos. O que se busca é constituir um campo em torno das necessidades, assim como da luta pela interpretação e, posteriormente, da luta pela implementação das necessidades de políticas aos migrantes.

²⁶³ A plataforma dessa *Frente* feminina pode ser conferida no site *Pressenza*, no endereço eletrônico: goo.gl/egMJyv

²⁶⁴ Para Fraser os conteúdos das necessidades estão distribuídos em “1. Los lenguajes oficialmente reconocidos en los que uno puede presentar sus reivindicaciones; por ejemplo, hablar de necesidades, hablar de derechos, hablar de intereses. 2. Los vocabularios concretos disponibles para hacer reivindicaciones en estos lenguajes reconocidos: en el caso de la discusión sobre las necesidades, por ejemplo, vocabularios terapéuticos, administrativos, religiosos, 3. Los paradigmas de argumentación aceptados como autoritativos al arbitrar reivindicaciones contradictorias: ¿se resuelven los conflictos acerca de la interpretación de necesidades, por ejemplo, recurriendo a expertos científicos? ¿Mediante acuerdos alcanzados con la ayuda de intermediarios? ¿Votando de acuerdo con una norma mayoritaria? ¿Primando las interpretaciones de aquellos cuyas necesidades están en cuestión? 4. Las convenciones narrativas disponibles para construir los relatos individuales y colectivos que constituyen la identidad social de las personas. 5. Los modos de subjetivación: de qué maneras los discursos sitúan a los interlocutores como tipos específicos de sujetos dotados de tipos específicos de capacidades de acción: por ejemplo, «normales» o «desviados», causalmente condicionados o libremente autodeterminados, víctimas o potenciales activistas, individuos únicos o miembros de grupos sociales feministas o socialistas. FRASER, Nancy. *Fortunas do Feminismo. Do capitalismo gestionado pelo Estado a crise neoliberal*. Madrid-ESP: Editora Traficantes de Sueños, 2015. p.80

As entrevistadas descreveram, cada qual a seu modo, os ensejos que as levaram a participar de coletivos em São Paulo, comentam sobre suas perspectivas de atuação política junto a suas respectivas redes, suas articulações locais e globais. Dentre as ativistas da Frente de Mulheres Imigrantes conhecemos a história de Verônica Yurja, boliviana nascida em La Paz. Seus pais são do interior, e quando do seu nascimento, os mesmos estavam em processo de migração do campo para cidade. Ficou na Bolívia até os oito anos, lugar em que cursou as primeiras séries do ensino fundamental. Possui três irmãs. Seus pais – com o dinheiro da venda de suas propriedades na Bolívia – investiram em oficinas de costura em São Paulo. Ao frequentar a escola pública no Brasil, conviveu com outras nacionalidades, como estudantes bolivianos e peruanos. Verônica Yurja enfatiza que o trato entre alunos brasileiros e imigrantes, durante seus anos de estudo, efetuiu-se de forma inclusiva, uma vez que ela foi auxiliada com as atividades em sala e explicações acerca de termos desconhecidos. Contudo, o trato amistoso para com os imigrantes não se tornou uma norma entre os estudantes brasileiros. A narrativa aponta que a relação entre nacionais e migrantes se deteriorou com o passar dos anos, e ao acompanhar a aprendizagem de seus sobrinhos, soube de maus tratos que estes sofriam em colégios paulistanos. As agressões vão da cobrança “pedágios” a agressões verbais e físicas, algo que podemos denominar como *bullying* xenofóbico. Verônica Yurja passou a frequentar as reuniões no colégio em que seus sobrinhos estudam, na tentativa de entender tal problemática e buscar resoluções junto à coletividade escolar.

Com a crise instaurada no Brasil no decorrer da década de 1990, seus pais entraram em falência e venderam suas máquinas de costura, de acordo com a narradora, “faliram porque não exploravam”. Verônica, segundo suas palavras, “abre mão de continuar a história dos pais” e estimulada pela mãe finaliza um curso técnico de enfermagem, passando a atuar na área. Seus amigos a estimulam a continuar seus estudos e a indicam a um cursinho pré-vestibular popular. Matricula-se no cursinho recomendado e consegue ingressar em odontologia. Toma gosto pela vida acadêmica e conclui mestrado e doutorado na área da saúde.

Seus pais se tornaram vendedores na Feira *Kantuta*²⁶⁵, espaço que passou a frequentar assiduamente. Insatisfeita com a falta de informações dos bolivianos e bolivianas residentes em São Paulo, tomou a decisão de montar uma tenda na Feira *Kantuta*, e nesse espaço afixou uma placa com os dizeres: “informações sobre cursos e como fazer faculdade no Brasil”.

²⁶⁵ A Feira *Kantuta* começou suas atividades em princípios dos Anos 2000, organizada por imigrantes bolivianos residentes em São Paulo. Essa feira acontece todos os domingos e já se tornou um ponto de visitação turística da capital paulista e é também um ponto de encontro de diversas comunidades, andinas ou não. Para mais informações: goo.gl/NdFDjS

Dessa maneira, essa ativista passou a dialogar com a comunidade de imigrantes, no intento de auxiliar na democratização do acesso à informação no Brasil. Verônica Yurja foi a idealizadora do coletivo denominado *Si, yo Puedo!* Organização que desenvolve projetos para homens e mulheres imigrantes, oferecendo cursos de português e cursinhos pré-vestibular em parceria com brasileiros. Vejamos como Verônica narra o início de seu ativismo político em prol de sua rede:

Eu entrei na universidade e tinha essa inquietação de saber por que outras pessoas não entravam na universidade, principalmente considerando que tinha gente que já era da segunda geração de imigração. Eu não sou da segunda geração porque eu não nasci aqui. Porém, tem gente da minha idade e um pouco mais nova que já nasceu aqui. E por que esse pessoal não ia para a universidade? Então eu comecei a questionar os motivos. E aí, um dos motivos que naquela época eu concluí era de que não tinham informação. Às vezes, a minha mãe contava que eu tinha feito universidade pública e as pessoas perguntavam para ela: “Mas ela se naturalizou?”. “Gente, mas como as pessoas não sabem que sim, que podem se estiver regularizado”. Aí eu falei “nossa, acho que é isso que está impedindo o pessoal de estudar”. Em decorrência disso, eu pensei em criar um projeto, que depois acabou se tornando um pequeno coletivo, que se chama “*Si, yo puedo*”. Um projeto, inicialmente, que tinha a intenção de levar informação de como se entra nas universidades, e que dispunha dar algum tipo de apoio para garantir a permanência das crianças, dos jovens nas escolas e garantir acesso aos cursos de formação profissionalizante de universidade. E que todo mundo saiba que pode estudar em escola pública aqui.” [...] “ah, não vou ficar esperando ter um grupo para começar, vou começar sozinha”. Eu montei uma tenda, peguei uma barraca emprestada da minha mãe e montei lá na Praça *Kantuta*. Sentei, peguei uma cadeira e coloquei um cartaz.

Quem quiser perguntar eu acho que eu tenho alguma coisa para falar e as pessoas podem falar, podem vir perguntar. “Nossa, Verônica, que legal, eu quero te ajudar”. Eu acho que eu fiquei sozinha duas semanas, depois disso, já teve gente do Mackenzie, da psicologia que veio ajudar. Eu fazia também um caderno de colaboradores. No começo, a minha intenção do projeto era essa: fazer democratização da informação e fazer com que as pessoas entendam que podem fazer ensino público aqui²⁶⁶. (Verônica Yurja)

Percebemos, assim, que o processo de emancipação de Verônica Yurja se atrelou a inquietações relacionadas ao acesso à informação, à capacidade de viver e trabalhar num país estrangeiro e ao direito de ser incluída e atendida pelas instituições do Estado. Guiada por questionamentos, passou a ser a ponte da mediação social dos migrantes que frequentavam a Praça *Kantuta*. Muito antes do Estado desenvolver um diálogo com a população imigrante residente da cidade de São Paulo, a narradora formou um coletivo que tem como meta democratizar informações e promover a integração de trabalhadoras e trabalhadores migrantes na capital paulista.

²⁶⁶ Entrevista com Verônica Quispe Yurja. “Projeto Mulheres em movimento: migração e mobilização feminina no Estado de São Paulo”. Entrevista realizada em 07/07/2015.

Outra narrativa selecionada é a da imigrante chilena Oriana Jara, nascida em Valparaíso, em 1944. Oriana passou infância e juventude no Chile, seus pais morreram quando ela tinha três anos e após isso foi criada por uma tia, junto a três primos. Tornou-se a caçula da família, sendo criada com muito carinho por todos, segundo suas palavras. Estudou numa escola bilíngue francesa no Chile, o que a fez atingir fluência nesse idioma. Aos 21 anos foi para França e permaneceu por um ano, retornou ao Chile. Depois de seu casamento, aos 28 anos, retornou para residir na França. Residiu em diferentes países, como Alemanha e Suíça. Retornou a seu país antes do golpe de 1973 e testemunhou o início da ditadura de Pinochet. Voltou à Europa como refugiada, em seguida se dirigiu à América Central, residindo na Guatemala; posteriormente viveu na Argentina e no Uruguai. É formada em Psicologia Social. Esteve pela primeira vez em São Paulo em 1980. Quando saiu a transferência de seu companheiro escolheu o Brasil para morar, porque era aqui que estavam os parentes da sua filha adotiva brasileira. Em 1998 Oriana começou a trabalhar com a comunidade chilena e outros grupos de imigrantes no Brasil, auxiliando-os com a documentação para a anistia aos imigrantes de 1999. A partir daí começou a atuar com mulheres, algo que lhe revelou toda a carga que recai sobre o trabalho feminino no mundo social, e como esse labor é invisível aos olhos da sociedade. Oriana é fundadora e idealizadora da organização Presença América Latina (PAL)²⁶⁷, que atualmente desenvolve projetos voltados às comunidades latino-americanas residentes no Brasil.

Comecei a fazer muita coisa diferente... Não penso muito, vou sentindo e depois acontecem coisas. [...] Depois o Ministério de Relações Exteriores de Chile, isto foi mais ou menos, 2000 que de 1998, foi criada a DICOEX, *Dirección de los Chilenos en el Exterior*. El ministério de relações exteriores criou como toda a coisa para imigrante interno, de fora, e tinha dois funcionários e zero interesse real de fazer alguma coisa, e aí pediram que se postulassem para pesquisas. O cônsul nesse momento chamou a Verônica Ravena, que era amiga minha e filha de chilenos, já educada profissionalmente *a cá*, trabalhava em *la* Universidade Metodista. Eu tinha sido orientadora de tese em sociologia do *máster* dela, e aí ela me pediu que trabalhássemos juntas. Ela tinha feito um estudo, não era censo, mas saber sobre a comunidade com a ideia de construção de políticas públicas que pudessem acolher ou receber essas pessoas no programa de retorno do Chile. Você faz a pesquisa, mas depois, dependendo do resultado, vamos trabalhar fundamentalmente com mulheres. Essa pesquisa era com homens e mulheres, grupos *quinchamalí*... Falei “dependendo do resultado eu não concordo que você faça uma pesquisa e, que você averigue coisas das pessoas e depois você não dê nada em troca. Você entrou na vida de seres humanos”. Podemos organizar alguma coisa e *talleres* para essa pessoa. De modo que todo o trabalho de campo, trabalho de empoderamento, de *talleres*, era comigo e aí comecei a fazer *talleres* de empoderamento das mulheres chilenas, que resultou e percebemos que todas tinham *el* tema da solidão, de ter ficado postergada, de ter ficado apoiando fortemente, não só o marido, o filho com trabalho, e muitas vezes não olharam para a profissão que tinham, sendo que muitas delas depois tinham ficado sozinhas, seja por morte ou por abandono do marido, e a maioria estava

²⁶⁷ Para informações sobre esta organização, consultar site do grupo: www.palbrasil.com.br

deprimida, esperando a morte porque os filhos já estavam crescidos e casados. Agora elas são líderes comunitárias, dirigem projetos, uma delas está pensando em continuar com as *arpilleras a cá*. E foi muito gratificante começar a trabalhar e formar um coletivo. A metodologia foi criada por todas nós, principalmente por que elas que tinham os saberes. Isso empoderou essas mulheres, foi incrível!²⁶⁸ (Oriana Jara)

Oriana Jara é muito conhecida na rede de migrantes em São Paulo pelo seu ativismo e crítica às instituições, sejam estas estatais ou não governamentais. Um dos trabalhos divulgados foi *Arpilleras*²⁶⁹, um projeto pautado na memória e experiências de vida de mulheres imigrantes que se juntaram para costurar coletivamente, utilizando imagens ou artefatos que representassem a trajetória de cada uma. Esse tipo de procedimento é utilizado em terapia ocupacional, auxiliando na narrativa de experiências traumáticas da vida, estabelecendo mecanismos de escuta, de modo a ressignificar o passado, buscando a superação de traumas. *Arpillera* é uma técnica de bordado em tecido de juta, popularizado no período da ditadura no Chile, como meio para descrever/denunciar perseguições, e no qual as pessoas têm a oportunidade de expor histórias complexas do seu passado. Nesse ensejo, sob sua coordenação, o Museu da Imigração de São Paulo uniu mulheres imigrantes e refugiadas no projeto “Do retalho à trama: costurando memórias imigrantes”. Nesse projeto um grupo de mulheres costurou passagens de suas vidas, unindo bordados e narrativas, dando origem a uma exposição no mesmo museu, no ano de 2016. Além desse trabalho, Oriana Jara desenvolve projetos de memória com idosos, comumente migrantes. Como educadora, realizou muitas atividades relacionadas à imigração no Brasil, sendo presença comum na agenda relativa a essa causa em São Paulo. Com seus 70 anos, aglutina uma longa experiência voltada à questão da migração na América Latina.

Outro perfil considerado é o da imigrante Nádia Ferreira, nascida em Bissau, capital da Guiné-Bissau, em junho de 1979. Nádia vem de uma família grande, com dez irmãos. Seu pai imigrou para Eslovênia e alguns filhos foram com ele. Dos irmãos, três permaneceram na Guiné, outros três moram nos Estados Unidos, uma reside na França, outra na Espanha, estando assim “espalhados pelo mundo”. Passou a infância no interior de seu país, na casa dos avós, junto a primos e outros irmãos, num tempo em que a vida era “regida pela simplicidade e muita alegria e brincadeiras”. Em 1999 Guiné-Bissau passava por uma guerra civil, o que a levou a decidir migrar para São Paulo. No ano seguinte, aos 20 anos, começou estudar Letras na FFLCH-USP, devido a um convênio do Estado brasileiro com Guiné-Bissau. Seus pais são

²⁶⁸ Entrevista com Oriana Isabel Jara. “Projeto Mulheres em movimento: migração e mobilização feminina no Estado de São Paulo”. Entrevista realizada em 15/12/2015.

²⁶⁹ Para informações sobre este projeto, consultar: goo.gl/v2oMwZ

refugiados políticos, sua mãe mora em Paris e é ativista junto às mulheres africanas. Seu pai se casou com uma mulher na Eslovênia e reside nesse país. Assim, muito cedo teve que aprender a ser independente.

Ao chegar ao Brasil, teve um período inicial de estranhamento. Contudo, logo percebeu o racismo como um fator estruturante da sociedade, o que a impulsionou a lutar contra tal mazela e a participar de coletivos. Em 2006 participou com outras ativistas do movimento negro de um seminário sobre a troca de experiências culturais e saberes entre mulheres africanas e brasileiras, o que a motivou a continuar na luta de seu povo por direitos, principalmente ao lado das mulheres. Tem uma filha brasileira, fato que sensibilizou ainda mais seu olhar para as especificidades femininas. Notemos os argumentos que legitimam seu ativismo.

Eu estou metida em tanta coisa que eu não sei qual delas eu vou relatar. Mas para começar, como eu falei, em 2006 teve aquela conferência que eu não consegui sair da área, que eu me apaixonei por essa coisa de lutar pelo direito dos outros, mas eu acho que isso já é genético, porque o meu pai fez a primeira greve no país da Guiné. Quando voltou era responsável pela área de urbanismo na Câmara Municipal e fez greve. Mandaram PM atrás dele e aí ele teve que correr e se esconder, e a minha mãe sempre foi militante, e quando teve guerra na Guiné ela foi pra França e viveu lá como parte da Associação de Mulheres Africanas em Paris. Então ela militava em causa de mulheres migrantes africanas. Eu acho que isso já estava em mim quando cheguei aqui. Eu falo: “Eu cheguei aqui uma menina educadinha, responsável, bonitinha e aí vocês me estragaram”. Me transformaram nisso que eu sou agora, e tudo eu acho que tem que fazer guerra, que tem que lutar, que não está certo, mas eu acho que já estava na genética, só estava adormecido. Depois disso criou-se o primeiro movimento que é a *Yolé África Brasil*. Eu continuei a pesquisa e a participação de movimentos e em 2013, 2014... Eu conheci uma mulher refugiada, nigeriana, que uma amiga minha, Vera ficou com a minha filha quando minha tia não podia. “Olha, ela está numa situação difícil, Nádia. O que você pode fazer por ela?”. Eu falei: “Eu não posso. Eu conheço alguns lugares, mas eu não sei como ajudar. “Acho que em 2014 apareceu uma outra mulher, e a Vera veio de novo: “Nádia, ela não tem onde ficar, ela está passando muita dificuldade, maus tratos, e ela está chorando”. Pensei: Eu vou assumir essa causa. A gente organizava a Semana da África em maio. E comecei a participar dos fóruns sobre África desde 2001, mas eu sempre participava na organização dos eventos e como modelo, pois a gente fazia desfile de roupas africanas. Eu já tinha uma experiência sobre a questão do que era ser africano no Brasil e sobre a importância de se fazer valer, de tornar visível nossos direitos e também manter as nossas culturas aqui. E como eu sou cristã e aposto que tudo vem de cima, tem um plano maior nisso. Não é à toa que as pessoas me procuram. Eu falei: “Está bom, senhor. Como o senhor está me perseguindo com essas mulheres eu vou aceitar. E resolvi encarar a luta e o projeto que a gente já tinha em 2006 eu retomei”. Sou coordenadora do *Iada África*, que é o trabalho com mulheres imigrantes, refugiadas, africanas e negras. E aí tem as haitianas e as caribenhas. E gente tem uma sede, um coletivo, já desenvolvemos alguns projetos. Estamos em fase de estruturação de outros. Já recebemos doação de móveis para o escritório e organizamos algumas atividades. E além disso, estou trabalhando como coordenadora e também com a Secretaria de Saúde, no projeto de acolhimento ao imigrante no sistema de saúde. Sou uma das facilitadoras e três vezes na semana eu vou para a unidade de saúde falar sobre a questão migratória, sobre os direitos, as leis, a cultura. Explicamos a questão da língua, da comunicação, da xenofobia, como funciona a questão de gênero principalmente. Por que as

mulheres não falam, quando chegam aqui para fazer pré-natal o homem que responde, mas não é ele que está grávida. Por que mulher não pode vir para o médico? Por que marido deixa a mulher aqui e vai embora? No caso dos sírios, por que não deixa que o médico homem faça o parto, faça o exame ginecológico? E nesse ponto, esse trabalho é muito importante. Eu falo que ainda que não tivesse uma remuneração, é um trabalho que eu faria porque é uma causa maior levar essas informações e estar possibilitando o acolhimento mais humanizado para milhares de pessoas que estão aqui, e isso não é só em relação ao africano porque a gente fala também dos latinos, bolivianos e peruanos que sofrem muito. Tem as sírias, as palestinas. Também tem chinesas que também sofrem com essa questão da xenofobia. E nesse grupo somos em sete facilitadoras. Tem haitianos, africanos, sírio, palestino e a chinesa. Escolheram lideranças, pessoas que já trabalham com a questão da imigração e com a integração do imigrante na sociedade brasileira. Tem essas duas frentes na área da saúde e na área de empoderamento das mulheres imigrantes porque a gente faz roda de conversa para falar de como é ser mulher na sociedade brasileira, na sociedade contemporânea e quais são os direitos dessas mulheres no país, mas aqui tem e pode exigir. Quais são os benefícios sociais, quais são os direitos dos filhos na escola e se elas podem ou não estudar. Quais são os direitos para trabalhar, direito à moradia. A gente faz essa roda que é para integrar e capacitar essas mulheres no que diz respeito à sua integração social. Essas são as minhas frentes que eu tenho como militante socialmente falando, e tenho uma empresa, que é a *Anin Magá* (que significa mulher guerreira na língua *balanta*), que é a que trabalha com eventos e difusão da cultura africana e também trabalha com palestras, oficinas, workshops, seminários para falar da questão da imigração em geral e especificamente da questão da mulher na imigração. Acontece mais aqui em São Paulo.²⁷⁰ (Nádia Ferreira)

A trajetória de Nádia Ferreira no Brasil despertou-a para o estranhamento quanto ao racismo, preconceito da sociedade receptora. Movida pelo intuito de se conectar com outras mulheres imigrantes, passou a se envolver com o movimento negro e com mulheres africanas com a finalidade de pensar em ações para superar dificuldades vivenciadas pelas mulheres refugiadas advindas do continente africano. Criou uma ONG denominada Iada África, que tem como proposta realizar ações culturais para o empoderamento e inserção da mulher negra mediante a economia solidária. Além disso, criou uma empresa para realizações eventos com a temática africana no Brasil. Ao mesmo tempo, foi delegada nacional de políticas para mulheres e facilitadora da Secretaria da Saúde. O disparo para seu ativismo é realizado ainda como estudante do curso de letras, ao perceber que numa sala de duzentas pessoas, ao se sentar, as pessoas trocavam de lugar; além disso, percebia que em turmas com esse número de pessoas havia apenas um ou dois estudantes negros, o que demonstra a escassez representativa dos negros no ensino superior no Brasil, principalmente na USP. Assim, em coletivos poderia trocar experiências e entender o racismo que impera no Brasil.

²⁷⁰ Entrevista com Nádia Solange Clemente Vaz Ferreira. “Projeto Mulheres em movimento: migração e mobilização feminina no Estado de São Paulo”. Entrevista realizada em 16/07/2016. Para informações sobre os projetos *Iada África* e *Anin Magá*, consultar os endereços eletrônicos: iadaafrica.blogspot.com.br ; e aninmaga.com.br

Outro perfil narrativo selecionado é o de Andrea Carabantes, nascida no Chile, em maio de 1975. Migrou para Buenos Aires, Argentina, aos 29 anos, e depois de um ano e meio nessa capital, mudou-se para São Paulo. É casada com um brasileiro, com quem tem um filho nascido no Brasil. Andrea faz parte do coletivo de base *Warmis* – Convergência das Culturas, que é parte de um movimento humanista que trabalha com a não violência ativa. No *Warmis*, Andrea atua com o objetivo de informar as imigrantes sobre seus direitos, sobretudo em temas relacionados à violência contra mulher, sendo essa obstétrica e doméstica. Andrea fez vários cursos no Chile e trabalha com produção de *sites*. Deste modo, afirma que há uma distinção na forma de tratamento com as imigrantes no Brasil, demonstrando que há um tipo de acolhimento destinado à mulher branca europeia, ou que tenha traços europeus, e outro tipo de tratamento dispensado à mulher negra, árabe e indígena. A narradora comenta situações particulares que vivenciou em São Paulo e discorre sobre seu ativismo.

A gente começou a participar com a Secretaria da Mulher nas pré-conferências, a gente começou a fazer umas coisas juntas porque realmente o tema da mulher imigrante é quase inexistente nas problemáticas das mulheres no Brasil. E eu entrei por causa disso num curso de feminismo que teve na Vila Mariana, para participar dos fóruns, mas não é porque eu Andrea quero ser, enfim, é porque eu sinto que nós mulheres imigrantes precisamos aparecer, tipo, eu pareço sempre papagaio ao levantar a mão e falar: “eu sou mulher imigrante”. Acho que posso parecer, para as mulheres no Brasil, super chata. Eu acredito que o discurso muda. Se, por exemplo, ao invés de dizer “as brasileiras”, “as mulheres no Brasil”, já inclui todas. Eu já sofri discriminação nesse curso que estou participando porque para organizar a conferência tem um monte de trabalho... mas, enfim, e para ter representatividade das mulheres imigrantes eu me candidatei pela Vila Mariana para participar e uma moça começou a gritar “você não representa porque você é imigrante e você não pode representar a Vila Mariana porque você é imigrante”, e gritava, e eu me senti de fora e foi a primeira xenofobia que eu sofri diretamente, mas foi bom porque eu preciso mesmo estar aqui e participar, e a gente vai vendo que tem muitos sinais de que o tema migratório gera muito rechaço, sobretudo, das antigas migrações. Sei que já sofreram, já fizeram o caminho... E quando olham para alguns grupos, bolivianos, podem pensar: “Olha, muita gente escrava.” Percebemos que tem essa dicotomia entre as migrações antigas e as migrações novas... No evento da virada feminista, foi bem divertido porque uma das moças que é da agrupação é a SOF, que organizou a Virada Feminista, ela é suíça, e eu falei “nossa eu não sabia que você era imigrante”. E ela falou a mesma coisa “eu não me sinto imigrante, eu nunca sofri discriminação”. E disse: “Mas você não pode votar”, respondeu: “é verdade.”... Foi super engraçado porque ela fez o curso comigo... alguma coisa aconteceu com ela que ela começou a se identificar também como imigrante, mesmo sendo europeia. Aí foi bacana. E na virada feminista foi interessante porque a gente conversou com as mulheres do movimento e as mulheres imigrantes entraram *dentro* da história do feminismo no Brasil²⁷¹. (Andrea Carabantes)

²⁷¹ Entrevista com Andrea Veronica Carabantes Soto. “Projeto Mulheres em movimento: migração e mobilização feminina no Estado de São Paulo”. Entrevista realizada em 07/07/2015. Durante a entrevista, Andrea faz menção a SOF (*Sempre Viva Organização Feminista*), grupo que organiza a Virada Feminista de São Paulo, para informações sobre esta organização, consultar seu site: www.sof.org.br

Andrea Carabantes é uma das articuladoras do coletivo *Warmis*, organização que atua em várias frentes, dentre elas: a não violência, tradução de materiais para a população imigrante, bloco das mulheres imigrantes, não violência obstétrica, oficinas sobre o novo estatuto do estrangeiro, saúde da mulher, aulas de inglês, além das atividades do grupo musical *Lakita Sinchi Warmis*²⁷².

Outro processo de autoidentificação e autorreconhecimento da condição migratória foi posto por Isabel Torres, nascida em Lima, Peru, em 1974. Isabel veio para o Brasil para viver uma experiência multicultural em uma instituição religiosa em 2005. Em São Paulo, trabalhou no centro de apoio da Pastoral do Migrante. Para essa narradora, o maior desafio enfrentado durante migração é o processo de adaptação a uma outra cultura. Uma das coisas que chamou sua atenção foi a religião afro-brasileira e a presença do negro no Brasil. Passou a conhecer a realidade dos imigrantes no período em que trabalhou no CAMI (Centro de Apoio e Pastoral do Imigrante)²⁷³, instituição que realiza trabalho de assistência social e assessoria política. Nesse Centro tomou conhecimento das dificuldades burocráticas impostas aos imigrantes, algo que não conhecia, uma vez que possui visto religioso, o que facilitou sua estadia no Brasil. Encontrou no curso de preparação para Delegadas Populares a oportunidade de debater questões de sexualidade, gênero e direitos reprodutivos. Suas impressões.

Atualmente para mim, o curso de Delegadas Populares é um curso muito importante.... A homofobia não existe no Peru? Sim, existe... mas é tão velado esse tema, sobretudo com mulheres. As mulheres no Peru pouco falam de homofobia, não conseguem falar temas específicos. Esse curso de delegadas populares me deu uma visão da diversidade das mulheres, desde afrodescendentes, imigrantes, lésbicas, negras, transexuais. Eu tive uma experiência muito radical porque a instituição religiosa te limita a certas coisas, então, você não pode participar do movimento LGBTi, Por exemplo, temas como o casamento, o aborto, eu pude compreender aqui. Coisas que eu aprendi no Brasil. Eu e minhas companheiras sabemos que temos que ter cuidado. Eu lhes disse: “Jesus nunca teve cuidado, Jesus nunca viveu num convento, entre quatro paredes, Jesus socializava, Jesus vivia na rua, não tinha lugar fixo onde dormir e porque eu vou me preocupar com o que vão me dizer?”

Claro, existe respeito, cuidado. E tenho que ter cuidado porque a cidade é violenta, mas não é por causa disso que vou me limitar, não é por causa disso que vou deixar de ir à escola de samba, não é por causa disso que vou deixar de ir numa escola de samba, não é por causa disso que vou levantar as baideiras para as mulheres. É porque eu acredito que a minha missão é muito mais ampla. E isso eu aprendi no meu trajeto. E agora que a minha mente mudou posso dizer, conhecer outro país abre para novas perspectivas, novos planos, novas formas de vida. E eu aprendi a viver isso, e me permitiu que visse a instituição : “pode ou não pode.” Eu acredito que eu seja rebelde e é preciso se rebelar para poder lutar pelos seu direitos e sair da situação, as vezes tão vulnerável.”²⁷⁴. (Isabel Torres)

²⁷² Para maiores informações sobre o grupo musical *Lakita Sinchi Warmis*, consultar seu site: www.sinchicwarmis.com.br

²⁷³ Consultar site: camimigrantes.com.br

²⁷⁴ Entrevista com Isabel Cristina Camacho Torres. “Projeto Mulheres em movimento: migração e mobilização feminina no Estado de São Paulo”. Entrevista realizada em 08/07/2015.

A troca estabelecida com mulheres negras, trans, lésbicas e outros grupos sociais, permitiu a Isabel Torres uma mudança de perspectiva em relação às contradições sociais, e ampliou, também, seu entendimento sobre a sexualidade humana. A partir de novas premissas, passou a criticar algumas prerrogativas da doutrina religiosa que seguia. A experiência migratória e o diálogo desenvolvido com outras mulheres no Brasil constituiu a base de empoderamento, para valorização de sua trajetória enquanto mulher imigrante:

Acho que uma referência é a Casa da Mulher. Esse espaço tem uma parceria com as igrejas, inclusive de outros países, de Moçambique, da África, de Peru, de México. Também conheço um movimento: “Mulheres pelo Direito de Decidir”. É um grupo que integra a igreja e tem coisas, por exemplo, eu diria... a favor do aborto. Mas creio que a mulher pode decidir. E as mulheres podem decidir, elas são conscientes disso. E são temas que a igreja não expõe, não fala. A pedofilia, por exemplo, a igreja não se pronuncia, claro, agora com o Papa Francisco existe uma novidade, talvez possa mudar isso na igreja, vai ser mais igualitária, passe a tolerar o casamento gay... Em meu país, por exemplo, uma mãe solteira não pode entrar num colégio religioso, tem que ter pai, mãe e filho. Essa família tradicional. E aqui vejo que há uma certa flexibilização de poder decidir.

Em meu país é um processo. São coisas que eu vou aprendendo, parece mentira, mas no Peru, Brasil e eu estou nesse meio. E as vezes me inclino para o Brasil e outras me volto para algumas coisas no Peru. Também tem coisas que precisam ser mantidas, mas eu conheço vários movimentos, grupo de mulheres como a Base Warmis, que é um grupo de mulheres que trabalha a questão dos direitos reprodutivos e sobretudo a questão do parto humanizado que também é muito pouco divulgado no Brasil.

E também conheço movimentos da periferia, conheço mulheres religiosas, e não religiosas também que trabalham com jovens, com crianças através da dança, da música e podem fazer a construção de uma sociedade mais pacífica. E assim vou lendo, vou buscando e eu gosto de ser mulher. Graças a Deus, me fez mulher porque é isso que temos que valorizar. Eu sempre estou escutando, desde pequena... “A pobrezinha da mulher vai sofrer.” Qual a primeira pergunta quando você vê uma mulher grávida?” “É homem ou vai ser mulher?”

Às vezes dizem: “não, mujer” E respondem: “Ah, que pena. Queria que fosse homem”. Nós mesmas, às vezes aprofundamos esse machismo. E temos que mudar nossa forma de pensar. Ser mulher também é ser mulher feliz, ser livre com essa capacidade que cada uma tem... Se é casada, se é solteira. É como você quer viver e ser feliz por ser mulher”.²⁷⁵ (Isabel Torres)

A trajetória de imigração de Isabel Torres no Brasil está diretamente vinculada a redes sociais de trabalho voltadas à população imigrante. Assim, trabalhou no CAMI, participou da construção de políticas públicas para mulheres na Câmara Municipal, junto à Secretaria das Mulheres, foi Delegada Popular pela Secretaria do Município de São Paulo e fez parte de Grupos de Trabalho do Instituto Terra, Trabalho e Cidadania²⁷⁶. A soma dessas experiências fez com que percebesse que mais do que trabalhar e viver em outro país, é necessário se unir a outras pessoas para a construção de políticas públicas e para a garantia de direitos, de modo a

²⁷⁵ Idem

²⁷⁶ Para ver site desse Instituto: ittc.org.br

retirar da invisibilidade a força de trabalho que muito contribuiu e contribui para a formação da sociedade e da cultura brasileira.

Outro perfil de mulheres apresentado é o da jovem Patrícia Torres, nascida em Sucre Chiquisaca, Bolívia, em maio de 1984. Patrícia migrou para São Paulo junto a sua família aos 3 anos. Seus pais são médicos. Patrícia é formada em Direito e cursa Geografia. Aos 17 anos teve uma filha brasileira, o que modificou o seu olhar. Logo no início da graduação em Direito, percebeu que poderia usar os conhecimentos adquiridos nessa formação para trabalhar com questões sociais. Sendo mulher e sensível à causa, flertou com o movimento feminista. Ao conhecer o coletivo *Warmis*, na Marcha das Mulheres, passou a se enxergar como imigrante. Assim, trabalhou num projeto educativo chamado *Mujeres Tejiendo* e no projeto de criação de uma biblioteca comunitária na Praça *Kantuta*. Atualmente, deseja assessorar mulheres imigrantes em coletivos da cidade de São Paulo.

eu vim do movimento anarquista, tive uma aproximação com movimento anarquista punk, tem som, tem uns rolês, mas o que me interessou bastante foi o feminismo, a luta das mulheres dentro do anarquismo. E participava da marcha, participava de reunião, sempre na informalidade, nunca fiz parte de alguma coisa específica. Participei da Marcha das Vadias, colava com a minha filha também. E num dia bem enfático, tipo manifestações de junho, aquele fervo louco. E em junho tinha as manifestações do Passe Livre, tinha as manifestações de professores, era aquela época do estatuto do nascituro que estavam querendo enfiar na gente. Saía dando, fazendo as manifestações, saía participando das manifestações. E aí vejo uma bandeira *Whipala* do movimento de mulheres. “A *Whipala* é aquela bandeira colorida, parece um arco-íris um pouco assimilado com as cores do LGBT, vários quadradinhos”. Na geografia eu aprendi que você junta quatro *Whipalas* e fica um mapa de agricultura, é um mito também. Cada cor ou as derivações de cores significam o que a galera fala das entidades, mas assim, hoje em dia, o que ela significa são os povos andinos. Foram povos que frequentaram a marcha: Guaranis, os Quéchuas, Aimarás de todos os lugares. As bandeiras roxas, bandeirinhas do símbolo do feminismo em um bracinho, as minas do anarcofeminismo e você tromba uma *Whipala* numa marcha de mulheres. E aí encontrei Jobana Moya, que se tornou minha amiga, a gente milita juntas, a gente é muito próxima. Falamos sobre filhos, de comida, de militância, tudo misturado. E como ela é do movimento humanista, ela conheceu uma das minhas irmãs que era do movimento humanista. Disse que se reuniam na *Kantuta*, tem projetos para fazer coisas sobre a saúde da mulher, falar sobre parto, falar sobre direitos.” E desde esse período começamos a fazer alguma coisa juntas. Foi tipo essa proximidade com a comunidade... A proximidade com a comunidade cultural, nunca foi uma proximidade de ativismo político. E não me aproximei das instituições. ...²⁷⁷ (Patrícia Torres)

Outra experiência narrada é da Viviana Peña. Nascida em Bogotá, Colômbia, em 1978. Aos 20 anos morou em Montreal, no Canadá, para estudar inglês, e acabou trabalhando em uma instituição que desenvolvia trabalhos para imigrantes. Nesse período também aprendeu francês. Veio pela primeira vez para o Brasil, em 2007, fixando-se no Rio de

²⁷⁷ Entrevista com Patrícia Ruth Prudencio Torrez. “Projeto Mulheres em movimento: migração e mobilização feminina no Estado de São Paulo”. Entrevista realizada em 02/12/2015.

Janeiro, para fazer residência artística. Em Bogotá estudou Cinema e Fotografia. Procurando estar sempre vinculada a temas sociais, realizou vários trabalhos de produção cultural e vídeos para artistas. Em vários momentos se sentiu “fora do lugar”, até ter consciência e passar a se auto reconhecer como imigrante. Em São Paulo passou a trabalhar com projetos culturais. Estranhou a não identificação dos brasileiros como latino-americanos, o que a levou desenvolver trabalhos sobre a cultura hispânica em São Paulo. No Rio de Janeiro trabalhou como muralista, junto ao seu antigo companheiro, e ao se mudar para São Paulo começou dar aulas de espanhol. Trabalhou num bar latino e junto a outros conterrâneos, idealizou o festival *Soy Latino*²⁷⁸, em que trabalha desde a primeira versão. Depois de readquirir sua câmera passou a fotografar e realizar muitos trabalhos com coletivos de imigrantes. Nesse momento, foi convidada a assumir a Coordenação de Políticas para Migrantes. A partir dessa data, passou a coordenar o CRAI, em São Paulo.

Foi a partir da Anistia que eu me regularizei, aí eu falei: “bom aqui agora já...”. Primeiro eu tinha um documento temporário, mas parecia que depois não ia ser tão complicado de renovar. E eu comecei a pensar pela primeira vez “nossa, eu sou imigrante mesmo, já estou aqui há um tempão!” Aí eu comecei a me reconhecer. Quanto especificamente à questão de ser mulher, desde o início da experiência porque você entra nos mesmos circuitos que estão as mulheres que aqui moram e já entra nessas coisas que eu te falei do machismo. O machismo daqui é diferente da Colômbia, mas eu já identificava como funcionava, desde que cheguei, eu já percebi como era o machismo aqui. Tem uma exotização de quem tem um sotaque, então quando eu não estava com o meu parceiro por perto, sempre vinha alguém querendo me “xavecar” porque eu tinha um sotaque. A associação também das colombianas com coisas muito sexualizadas, tipo o pessoal que sempre associa com a Shakira, que tem essas danças todas sensuais então, não, não, não... obrigada. Também uma questão de gostar de dançar, que também é uma coisa muito cultural do meu país, eu gosto de dançar, mas isso não quer dizer que estou convidando alguém para dançar ou eu estou passando outra mensagem, e essa parte também eu estranhei. E assim, já como na parte de ser migrante, na época da Anistia eu tive que me reconhecer, mas na verdade foi quando eu tive que fazer a renovação para o RNE permanente, que eu tive que apresentar um monte de documentos, ainda bem que lecionava. Eu tinha feito a declaração do Imposto de Renda, mas eu vi quantos amigos meus não conseguiram fazer porque tinha que ter uma comprovação de renda, e eu consegui porque eu dava aula e eu tinha uma empresa. Eu me senti muito grata por fazer a permanência, que vai aparecer no documento até 2020. A verdade foi quando eu me separei, há dois anos e meio, que eu me reconheci integralmente como imigrante, porque nesse momento eu ainda estava numa família, num núcleo familiar que me protegia um pouco. E quando eu fiquei sozinha eu entendi: não, agora é pra valer. E eu senti mais todas as questões que as mulheres sentem aqui; as mulheres solteiras. Eu já estou com uma idade que aqui é considerada velha para não ter filho, para estar solteira e eu escuto muita coisa que eu também escutaria no meu país, não que aqui seja pior, palpites: “ah, quero te apresentar a alguém”. Mas essa experiência migratória foi muito boa na medida em que eu comecei a conhecer outras mulheres, a Frente das Mulheres Imigrantes. Aí quando eu comecei a conhecer essas mulheres mais politizadas, eu me senti um pouquinho mais à vontade com elas porque tínhamos muita coisa em comum, mesmo entre as nossas diversidades. Isso foi

²⁷⁸ O Festival *Soy Latino* acontece todos os anos, no Memorial da América Latina, na Zona Oeste de São Paulo, no dia 17 de junho. Para saber mais sobre este festival, consulte o site do Memorial da América Latina: www.memorial.org.br

muito importante, me reconhecer como mulher imigrante dentro de um grupo de outras mulheres que tinham uma militância. Não foi só me reconhecer como imigrante, mas me reconhecer como militante dentro do tema da migração²⁷⁹.
(Viviana Peña)

Viviana Peña vivenciou vários contextos na condição de migrante, conhecendo distintas realidades, o que lhe confere uma abordagem comparativa mais acurada. Sobre as diferenças e semelhanças que percebeu em suas andanças pelas Américas, comenta que

a Colômbia é um país que passou por mais de cinquenta anos de guerra, então as pessoas são agressivas, a cidade é agressiva, o que estou vendo um pouco disso agora aqui que está acontecendo por conta da crise. As pessoas estão sendo um pouco mais agressivas nas respostas, lá sempre foi. Quando eu vou, às vezes eu vejo isso, as pessoas não têm paciência, as pessoas já são grossas na hora. Por exemplo, o trato com morador de rua, você vê aqui que as pessoas dão uma moeda, respondem... Não todo mundo, mas eu vejo muito mais isso aqui. Lá não. As pessoas são muito agressivas com o morador de rua: “Ah, vai lá, trabalha, não tenho culpa...!” Então tem coisas muito fortes e eu não me lembrava disso e agora quando eu vou, noto na hora “Nossa, que forte isso!” E as coisas também do machismo, né? Temos os machismos, são diferentes, mas são machismos aqui e são machismos lá. Lá às vezes os homens falam coisas fortes, e eu não lembrava disso e agora as vezes que eu vou eu fico “nossa! ”. E vou vendo como que as identidades vão sendo construídas quando você migra, porque essa migração que eu fiz no Canadá também me influenciou. Você vai vendo que fica um recorte de várias coisas, nas últimas vezes que eu fui foi mais tranquilo, é mais para matar a saudade, ver a família, os amigos, e sempre fico analisando essas diferenças²⁸⁰. (Viviana Peña)

Muitas entrevistadas apontam como divisor de águas em seu processo de deslocamento para outro país a troca de experiências com outras mulheres na mesma condição, o que dá motivo ao seu autorreconhecimento como mulher imigrante, fator que lhes permite a mobilização em redes de ativismo, retirando-as do isolamento. A compreensão de muitas mulheres imigrantes e refugiadas do lugar que ocupam na família, no trabalho, assim como o acúmulo de outras jornadas assumidas, faz brotar a crítica em relação aos componentes enfrentados por elas diariamente na hierarquia de gêneros, seja em suas relações conjugais, familiares, laborais e político-institucionais. O que fazer para quebrar o silêncio? Por onde começar a luta? São perguntas que ativam a sua participação em coletivos político-culturais nos lugares que vivem.

Outra narradora do projeto “Mulheres em movimento: migração e mobilização feminina no Estado de São Paulo” é Rocio Bravo, nascida em Callao, nos arredores de Lima, no Peru, em 1981. Saiu da sua terra para fazer pós-graduação em Psicologia no Brasil. Em Lima, depois de sua formação em Psicologia, trabalhou numa escola e atendia numa clínica.

²⁷⁹ Entrevista com Viviana Ivon Peña Pereira. “Projeto: Mulheres em movimento: migração e mobilização feminina no Estado de São Paulo”. Entrevista realizada em 16/05/2017.

²⁸⁰ Idem

Ao chegar ao Brasil, foi morar em Recife, período em que cursou o seu mestrado, em seguida veio para São Paulo, com ensejo em dar continuidade aos seus estudos. Trabalhou como professora de espanhol na capital paulista. Escolheu o Brasil porque tinha vontade de estudar/discutir questões relacionadas à sexualidade e percebia, até por um recorte midiático, que as mulheres brasileiras tinham uma certa liberdade sexual, questão que é um interdito na sociedade peruana, por nesta haver recortes claramente mais machistas. Depois de dois anos em São Paulo conseguiu entrar no doutorado em Psicologia Social na USP e pesquisa questões relacionadas à prática de cuidados com o corpo e o acesso das mulheres migrantes latino-americanas à saúde:

Eu acho que os espaços públicos, os equipamentos sociais, devem abrir espaços para que as mulheres imigrantes possam participar por elas mesmas porque é interessante ter espaços em que nós mulheres tenhamos voz e vez, para que elas mesmas possam dialogar, falar sobre suas necessidades. A Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres, fez um trabalho interessante e conseguimos participar das conferências, encontros. Nosso temor é que isso não continue. E por isso também há necessidade de participar de conselhos. As mulheres imigrantes têm essa experiência para poder falar por elas mesmas, e eu acho que uma das coisas que não deve perder-se, que precisa acrescentar e não diminuir. Há necessidade de um diálogo contínuo, um diálogo intercultural, abrir espaços em diferentes equipamentos públicos, não somente: “Ah, temática é mulher então vamos abrir para as mulheres.” Diferentes espaços públicos para que elas possam ter espaços de voz e vez, e editais de concursos públicos possam dar essa possibilidade, por exemplo, eu vou falar de minha experiência: sou formanda para ser professora, mas, por exemplo, são poucos editais que eu posso fazer concurso público para participar como estrangeira, mesmo tendo visto permanente. A maioria pede nacionalidade... E mesmo participando de editais de cultura, fizeram um trabalho, um segmento para que conseguisse participar de editais culturais, o que não existia. Esses trabalhos, eles devem se acrescentar e não *quedarse* aí ou desaparecer. E assim, iguais condições para conseguir participar e ter espaços de voz e vez, que algumas regras não sejam tão fixas. [...]

Não sei falar no Brasil porque eu acho que cada lugar tem suas especificidades, falta uma lei, mas existe a falta de uma educação integrativa, de uma educação mais intercultural, que não ache que um tipo de idioma, de língua é que é primordial. Existem as fronteiras geopolíticas, mas as pessoas pensam que são donas desse espaço, e a gente é administrador desse espaço, e se a gente pensasse que é administrador desse espaço, e não o dono desse espaço, então acreditaria que as pessoas podem circular por todos os espaços. É incrível como *rasgos* físicos terminem sendo tão importantes para alguns, porque outros são enxergados como quem rouba o emprego e outros são enxergados como investidores. Em São Paulo com toda essa interculturalidade, essa multiculturalidade. São Paulo tem indígenas, tem aldeia de indígenas, mas esses equipamentos sociais estão preparados para trabalhar com essa multiculturalidade, sendo que essa multiculturalidade existe e não somente existe porque os imigrantes estão aqui? É preciso trabalhar uma visão intercultural e isso me fez pensar em como nós como imigrantes temos muito para aportar e ser útil em alguma coisa dentro do movimento... Dificilmente me apresento: “Ah, sou psicóloga, mestre.” Esses espaços podem ser ocupados por mulheres que estão no dia a dia batendo de frente, porque muitas vezes elas não têm tempo de fazer essas discussões. Participar no Conselho Municipal de Políticas para Mulheres, foi agora a pouco as eleições, e estou muito contente, porque mesmo que nós não sejamos titulares, conseguimos ser suplentes – falo no plural porque tem

uma outra menina, a Angelita, que também foi escolhida como representante, conselheira na Zona Norte, e eu na Zona Leste. E de alguma forma você ter voz e ter muitas mulheres imigrantes capazes de falar por elas mesmas²⁸¹. (Rocio Bravo)

Rocio Bravo acompanha muitos coletivos em São Paulo, principalmente vinculado as mulheres imigrantes. Seu discurso pauta-se na desvitimização da mulher imigrante. Sua crítica vai na contramão da tutela. As mulheres têm opiniões e acionam forças ao criarem projetos de vida em outros territórios e, nesse sentido, não cabe dizer que sejam vítimas, e sim protagonistas de seus destinos, sonhos, desejos, escolhas. Suas reivindicações apontam as alternativas criadas no processo cultural da migração.

A sua perspectiva é da luta por acesso aos direitos. Perpassa a integração intercultural, a premissa de que os migrantes, homens e mulheres, devem e podem se candidatar à representação em instituições, governamentais ou não, que trabalhem com questões referentes à imigração e ao refúgio, uma vez que assim eles podem “falar por si mesmos”, construindo o melhor caminho para o seu processo de inserção cidadã. Essa questão perpassa a disputa de conteúdo dentro dos movimentos sociais em relação à luta pela interpretação, e pela implementação, das “necessidades” dos grupos de imigrantes de São Paulo.

Outro perfil por nós selecionado foi o da jovem Carla Lipa, boliviana nascida em La Paz em 1992. Migrou para São Paulo com sua família aos nove anos de idade, para realizar um tratamento de saúde. Carla deu continuidade aos seus estudos no Brasil, passou a frequentar o CAMI, lugar onde atuou como voluntária. Realizou sua graduação em Enfermagem no Brasil. Quando indagada sobre os coletivos dos quais participa, respondeu lamentando não ter mais tempo livre para poder participar das atividades desses grupos.

Para mim, ser uma mulher imigrante aqui não foi tão difícil porque eu comecei como voluntária no CAMI e eu já sabia todas as informações. Eu acho que a partir do momento que você sabe se comunicar, sabe os seus direitos, que é o principal, você sabe o que você tem que falar na hora certa... Saber se defender perante os outros, você não sofre muito, mas se você não tem a comunicação, de saber quais são os seus direitos ou não, aí é difícil. Difícil para alguém que está chegando e não sabe... fica isolado falando “ai, estou sem documento e não vou poder fazer nada”. Não é assim que funciona, eu acho que a comunicação que eu dava, transmitia para os outros, ajudou bastante, e me ajudou porque uma coisa se eu te falar “ah, você não pode fazer”. Mas por quê? Não falava por que. Tem que sempre perguntar o porquê, por isso que eu sempre falei com os meus na comunidade boliviana, na comunidade peruana, enfim, para todos que eu oriento: você não pode ficar assim,

²⁸¹ Entrevista com Rocio del Pilar Bravo Shuña. “Projeto: Mulheres em movimento: migração e mobilização feminina no Estado de São Paulo”. Entrevista realizada em 07/12/2016.

você tem que falar porque estão negando tirar seus documentos e tem outra saída de conseguir o que você está pedindo [...] ²⁸². (Carla Lipa)

Ter consciência do processo migratório, para a entrevistada, equivale compreender a necessidade de saber o funcionamento do Estado, e quais são seus direitos e deveres no espaço que escolheu para viver. Carla Lipa, por ter sido voluntária no CAMI, sabe que sem ter a documentação necessária é praticamente impossível ter acesso aos serviços públicos. A importância que todas as narradoras dão à esfera participativa como fator de saída da invisibilidade, envolver-se em coletivos, ativa a possibilidade de agregar conhecimentos tanto para si quanto para o grupo. Permite perceber a perspectiva social, aquilo que é construído numa interação relacional entre movimentos, para objetivar as necessidades por presença, além de “capitar a sensibilidade da experiência gerada pela posição do grupo, sem reclamar para ela um conteúdo unificado” ²⁸³.

A narradora, aqui também referenciada, Jobana Moya, destaca, mediante sua visão de ativista, o que é perceber-se como mulher imigrante e como funciona o coletivo *Warmis*, grupo constantemente referenciado neste trabalho. Cabe mencionar que Jobana Moya nasceu em Cochabamba, em 1981. Migrou para São Paulo aos 26 anos de idade em virtude de seu casamento com um brasileiro. Começou a frequentar muitas reuniões vinculadas às instituições que trabalham com questões de imigração e refúgio e percebeu a ausência da participação de mulheres nesses setores; o silenciamento de muitas. A partir do momento em que teve seus filhos, modificou o seu olhar sobre o parto e percebeu a violência obstétrica contra as mulheres. Assim, argumenta:

Estava fazendo coisas com o tema da Educação, sobre a não violência na prefeitura de São Paulo e eu queria tentar fazer as oficinas, só que você marcava e tinha que ter primeiro uma reunião com uma assistente pedagógica para depois chegar no diretor, nunca consegui nem marcar com a assistente pedagógica. Desisti e nesse intervalo me falaram do CAMI – Centro de Apoio ao Migrante –, uma amiga do movimento humanista que há muitos anos tinha feito atividades com o Roque Patussi, atual coordenador do CAMI, quem estava na coordenação à época era Paulo Illes; e ele me contou um pouquinho o que estava fazendo. Comecei a ir às reuniões e a primeira coisa que notei é que havia poucas mulheres e as mulheres que iam não falavam; daí comecei a fazer atividades com o intuito de politizar um pouco mais com o tema do estatuto do estrangeiro e aí fui fazendo coisas. Engravidei, acho que durante um ano me mantive um pouco afastada, porém ter tido a minha filha foi um divisor de águas na minha vida como militante porque eu pude perceber de perto a

²⁸² Entrevista com Carla Karen Quispe Lipa. “Projeto: Mulheres em movimento: migração e mobilização feminina no estado de São Paulo”. Entrevista realizada em: 01/09/2015.

²⁸³ O cientista político Luis Felipe Miguel aprofunda discussão sobre a participação política das mulheres e o desenvolvimento do olhar em “perspectiva social”, conceito cunhado por Iris Marion Young, que explica que a representação política estaria presente a partir de três dimensões: “interesses, opiniões e perspectivas”. MIGUEL, Luis Felipe. “Gênero e Representação Política”. In: BIROLI, Flávia. MIGUEL, Luis Felipe. *Feminismo e Política*. São Paulo: Boitempo, 2014. p.101.

violência contra a mulher, digamos, e acho que antes de engravidar não tinha afinado o meu olhar com as mulheres imigrantes, tinha ficado muito na questão da regularização, que é muito importante, mas que existem outros temas que não são visibilizados, mas também são bem imprescindíveis como o direito ao acesso à saúde, à educação.

Conheci uma amiga do meu marido, que à época estudava obstetrícia e eu queria ter um parto normal porque a minha mãe teve parto normal, pelo menos as mulheres da minha família e do entorno tiveram parto normal e isso era muito valorizado. E no Brasil fui vendo que o normal era ter cesariana. Fui à primeira consulta e me falaram: “Quando vai nascer o bebê?” Nem sabem se posso ter um parto normal e foi difícil porque eu não falava português, não falo fluentemente. Fui pesquisando, pesquisando e vi que não tinha opções, ou seja, como te falo, a minha diversidade cultural, o que pra mim seria normal, pois estou sem família, sem o meu entorno, não tinha possibilidade de ser no Brasil, porque inclusive os partos normais nos hospitais tem fórceps, um monte de coisa e estou militando por diversas histórias. Essa minha amiga fazia estágio no hospital e tinha muitos bolivianos e ela me contava como as mulheres sofriam, porque na Bolívia, especialmente no campo, elas caminham, mudam de posição, elas comem coisas diferentes para parir; já que você não pode comer, agora, com o Centro de Parto Humanizado podem. Então optei por ter uma parteira, paguei uma parteira e tive a minha filha²⁸⁴. (Jobana Moya)

O relato de Jobana Moya aponta para questões que foram mobilizadas dentro e fora dos movimentos sociais, coletivos, instituições, qual seja: a pouca abertura ao discurso das mulheres dentro de grupos organizados, institucionalizados ou não. Além das questões relacionadas ao parto humanizado e acesso aos direitos. Por que as mulheres imigrantes são invisibilizadas? Percebemos, a partir do relato acima, que cabe às mulheres criarem espaços de escuta, em que suas falas sejam legitimadas, estabelecendo críticas às estruturas hierarquizadas das instituições voltadas aos migrantes. Também foi perceptível o silêncio e a ausência de migrantes, sobretudo de mulheres imigrantes, nos cargos de chefia nas instituições que apregoam a representação desse segmento social no Brasil. Dentre outros pontos, essa ausência na esfera pública participativa pode estar relacionada ao excesso de trabalho vinculado à vida das mulheres, que além dos cuidados com os filhos – quando da existência destes – também desenvolvem atividades no lar, têm que se desdobrar em outras ocupações laborais para sustento da família, e quando sobra tempo, algumas estudam, excedendo o pouco tempo que haveria para se envolver com trabalho político e/ou cultural.

O problema da representação, ou seja, do lugar de fala dos sujeitos, dentro dos movimentos sociais e instituições do Estado é uma realidade. Como superar esses desequilíbrios? Viviana Peña nos fornece pistas a esse respeito, acerca desse desajuste antidemocrático, a partir de sua experiência em órgãos governamentais voltados a população migrante residente na capital paulista. Vejamos um pouco de suas experiências.

²⁸⁴ Entrevista a nós concedida por Jobana Moya, em:20/03/2015

E com o tempo também eu recebi o convite de ir para a Coordenação de Políticas para Migrantes na Prefeitura, que foi no ano passado (2016), em abril, e isso foi muito bom porque eu entrei como assessora e foi bem porque a equipe é muito aberta, eu consegui ter voz, o que para mim foi muito importante como imigrante, ter uma voz, que as coisas que eu falasse fossem ouvidas, ainda mais nesse espaço que estavam sendo geradas as políticas públicas para os imigrantes. Eu acompanhei o processo da lei, a lei municipal, toda essa parte do envio da lei, depois a sanção, foi bem importante para mim, ter vivido esse momento, essa experiência foi boa. Depois acabei indo para a ponta, que é o CRAI, Centro de Referência e Atendimento para Imigrantes, que na verdade foi muito importante para mim, porque eu não sinto que seja uma conquista minha, é uma conquista das mulheres imigrantes porque é muito difícil ver mulheres imigrantes ocupando cargos, sempre esses cargos serão ocupados pelos pesquisadores, pelos doutores, pós-doutores, e nada contra os pesquisadores, eu acho super válido eles também ocuparem esses espaços, mas também o conhecimento empírico que os imigrantes trazem eu acho que é muito valioso, muito rico, esse repertório simbólico que os imigrantes trazem, e às vezes é desprezado porque não é avaliado, não vem da Academia. Isso sempre me custou ver que as pessoas que trabalham com imigração são todas pessoas da Academia, então para mim foi importante ocupar esse espaço, mesmo não tendo toda essa bagagem acadêmica, mas eu acho importante ter ido atrás e tentar entender como funcionavam as coisas, acho que foi fundamental para mim, porque sem informação eu não ia conseguir²⁸⁵.

O endereçamento das críticas de Viviana Peña segue a quase ausência de imigrantes e refugiados em ocupações de postos em órgão governamentais e do terceiro setor. A inserção dos sujeitos e dos conhecimentos que os mesmos portam poderia compor aparelhos institucionais mais democráticos, assumindo um caráter intercultural na política gestora. Indagações como as citadas acima, apontam a necessidade de políticas equitativas na incorporação das mulheres em cargos de liderança, sejam eles de caráter intelectual e/ou gerencial. O envolvimento das mulheres imigrantes nos espaços de decisão dos coletivos e instituições equilibra os processos políticos e sociais, e auxilia em sua emancipação, além de diminuir o desequilíbrio de forças nas esferas de poder. A atuação feminina nos espaços públicos permite que sejam desconstruídas hierarquias de poder, tanto entre nacionais e imigrantes quanto entre os gêneros. Também possibilita a introdução de políticas de gênero equitativas no aparelho público voltado a essa população, criando equivalências participativas no mundo do trabalho, no campo doméstico, no setor social, econômico e político vivenciado por essas mulheres.

4.3 Rompendo o silêncio: gênero e violência

²⁸⁵ Entrevista com Viviana Ivon Peña Pereira. “Projeto: Mulheres em movimento: migração e mobilização feminina no Estado de São Paulo”. Entrevista realizada em: 16/05/2017

Uma problemática que é vista como tabu em círculos de discussão sobre questões de migração, e a qual permeia também algumas trajetórias de migração, é a violência contra a mulher imigrante, e neste tópico nos referenciaremos ao setor da costura. O silêncio que incide sobre os corpos das mulheres vítimas de violência, seja esta física, moral, psíquica, simbólica, patrimonial, sexual é muitas vezes velado na sociedade de acolhida. Essa realidade pode estar relacionada a fatores de vulnerabilidade social, dependência econômica e estrutural, diferenças de idioma, desconhecimento das redes de proteção e acolhimento, assim como pelo não reconhecimento do processo de violência vivenciado em alguns setores.

A violência contra a mulher é uma grave violação dos direitos humanos, remete às desigualdades de gênero e de poder nas sociedades na qual tal prática ocorrem. Além disso, a violência contra a mulher pode ser considerada um caso de saúde pública, uma vez que contribui para sequelas físicas e psicológicas. No Brasil, em pesquisa realizada pela Fundação Perseu Abramo sobre mulheres brasileiras em espaço público e privado, foi contabilizado que uma em cada cinco mulheres brasileiras já sofreu “algum tipo de violência de parte de algum homem, conhecido ou desconhecido”²⁸⁶. Em sua maioria, o parceiro, sendo marido ou namorado, é o responsável por mais de 80% dos casos de violência. Uma base de 84% das mulheres e 85% dos homens já ouviram falar em Lei nº 11.340/2006, conhecida como Lei Maria da Penha²⁸⁷. Sobre essa questão, Verônica Yurja argumenta.

[...] o movimento de imigração me trouxe muito forte a questão da violência.... Principalmente coisas que eu fui descobrindo. Por exemplo, a Bolívia é campeã de índice de violência doméstica, uma coisa que eu falei: “Gente, não é possível, né? ”. E proporcionalmente é um dos países que tem mais violência e quer se coloca isso como cultural, que é uma coisa que eu não aceito e até acompanhei um caso agora nessa minha viagem, que eu, nossa, eu quis fazer um escândalo, mas que infelizmente não era eu que tinha que fazer porque o próprio policial quando enxerga uma agressão, ele só vai tomar partido da mulher se o homem não for marido dela. Porque se for marido ele vai falar que... “Que não.” Não é que ele fale que não tem problema, mas é agressão entre casal, então, vocês resolvem. Esse tipo de coisa eu vi muito nos meus atendimentos, trabalhando na saúde pública e acompanhando algumas famílias, essa questão da presença da violência doméstica... se uma mulher que já é brasileira fica vulnerável a essa violência, e apesar de todo o conhecimento da liberdade e da autonomia que ela tem aqui, às vezes, não procura ajuda, comecei a perceber de como a mulher imigrante fica vinte vezes mais vulnerável, porque além dela não ter autonomia, ela não ter liberdade de procurar ajuda, ela tem a dificuldade de se achar totalmente dependente do homem dentro da casa, porque é o homem que tem outros contatos no trabalho, é o homem que faz toda a organização das contas, é o homem que representa aquela família no país, então é o homem que precisa assinar o documento dos filhos. Aí eu comecei a

²⁸⁶ No site *Compromisso e Atitude: Lei Maria da Penha*, Disponível no endereço eletrônico: goo.gl/Y9VRj3. Acesso em 21 de setembro de 2017

²⁸⁷ Idem.

perceber de como, realmente, apesar de velado, naquela época para mim estava velado, como é difícil ser mulher imigrante em outro país²⁸⁸. (Veronica Yurja)

Vejamos agora as ponderações de Rocio Bravo, que testemunhou relatos de violência de gênero nos coletivos em que milita. A narradora aponta o descaso, o machismo e falta de sensibilidade dos órgãos de deveriam atuar contra a problemática em questão, mas que pouco fazem, muitas vezes ampliando a espiral de agressões sofridas pelas pessoas.

Quando você vai fazer uma denúncia, isso aconteceu agora a pouco. As pessoas não querem ouvir, mesmo numa delegacia que atende mulheres. Não querem ouvir porque você não fala direito e você é mandada novamente para sua casa, onde está o agressor. Então é muito complicado para fazer uma denúncia. Se é complicado para uma mulher brasileira fazer uma denúncia, além do mais para alguém que fala um idioma diferente porque às vezes o pessoal não quer ouvir e com a escusa que você não fala outra língua, não faz o esforço de entender. Pergunto às pessoas que não têm a possibilidade da fala, como que conseguem descobrir, entender? Não sei. Muito complexo e por isso a necessidade de um centro que possa preparar esse pessoal para trabalhar o atendimento intercultural²⁸⁹. (Rocio Bravo)

Outro relato enfático é o de Patricia Torres, que relata o descaso e as humilhações as quais uma parcela de mulheres migrantes são submetidas nas delegacias brasileiras (aliás, uma realidade também vivida pelas nacionais), algo que muitas vezes as leva a não procurar esse tipo de ajuda, ainda que isso seja um direito seu.

Na América Latina, mais mulheres migram do que homens, e na Bolívia, um terço das pessoas migram. É muita gente, sabe?... Aqueles problemas de documentos, questões de legalidade, você acha que, tipo, existe a violência da polícia, mas ela só existe no corpo dos imigrantes homens e não é verdade. As mulheres igualmente ou pior passam por violência. Se você tem problema de documento, o cara, ou se você for uma mãe solteira, vai ser o derradeiro, você vai ter problema com todos os seus filhos e quem vai segurar as pontas vai ser a mulher. Acumula as violências machistas, as violências de feminicídio, violência doméstica, assédio no trabalho. Só que as coisas são muito piores, se você tem um trabalho precarizado, em que você mora onde trabalha, o que acontece se uma mulher sofre um assédio? Um estupro lá? Ou se sua filha sofre um assédio ou um estupro lá? A quem que você vai recorrer? Você vai lá para a delegacia da mulher, que **as mulheres são super mal atendidas**, não? As minas não vão. Mas o primeiro problema é que não existem números. A imigração sempre esteve na sombra das estatísticas da sociedade. Sempre foi a sombra das estatísticas²⁹⁰. (Patricia Torres)

²⁸⁸ Entrevista com Verônica Quispe Yurja. “Projeto Mulheres em movimento: migração e mobilização feminina no Estado de São Paulo”. Entrevista realizada em 07/07/2015.

²⁸⁹ Entrevista com Rocio del Pilar Bravo Shuña. “Projeto: Mulheres em movimento: migração e mobilização feminina no Estado de São Paulo”. Entrevista realizada em 07/12/2016.

²⁹⁰ Entrevista com Patrícia Ruth Prudencio Torrez. “Projeto Mulheres em movimento: migração e mobilização feminina no Estado de São Paulo”. Entrevista realizada em 02/12/2015.

Na Bolívia, segundo estudos de Daniele Rezera²⁹¹, no período da reforma agrária de 1953, estipula-se que 1,2% dos títulos da terra eram atribuídos às mulheres, o que desenhava o caráter patrilinear da lei. Em relação aos povos *aymara* e *quéchua*, quando da morte do pai, as mulheres só passam a herdar, caso não houvesse nenhum homem na hierarquia familiar. Segundo os dados da Organização Pan-Americana de Saúde, a Bolívia apresenta um dos maiores índices de violência de gênero na América Latina e é o segundo no ranking de violência sexual, perdendo apenas para o Haiti. As cifras indicam que 70% das mulheres sofrerem algum tipo de violência, podendo esta ser sexual, psicológica, física e econômica, segundo os dados do Instituto Nacional de Estatística da Bolívia²⁹². Rezera também indica que 7 em cada 10 mulheres vivem em ambientes com violência intrafamiliar e doméstica²⁹³. Os padrões sociais que podem justificar as práticas individuais e coletivas, tentam caracterizar as “mulheres bolivianas” como “sujeito dócil, destinada a una función netamente reproductiva, al servicio de los hijos/as y del esposo y/o concubino, pero, sobre todo, presentan a la mujer como la responsable de mantener la unión familiar²⁹⁴”. Esses padrões de subordinação de papéis de gênero são historicamente construídos perante a disparidade de forças nas relações familiares instituídas²⁹⁵.

Em relação ao setor têxtil brasileiro, espaço que existe um contingente de mão de obra boliviana, sobretudo feminina, mulheres entre 17 e 45 anos trabalham, na maioria dos casos, em oficinas de parentes e amigos, o que caracteriza as interconexões relacionais no trabalho. Os trabalhos realizados, em uma parcela das oficinas, em condições de precariedade. Para demonstrar as relações de precarização das relações e do trabalho nas confecções, veremos o relato de Aidé, realizado durante nossa pesquisa de mestrado, e no qual a colaboradora narrou problemas enfrentados numa oficina de costura junto a sua irmã e seus sobrinhos.

Eu cheguei em São Paulo, no Brasil, em dezembro de 2005. Cheguei com gana, com vontade de trabalhar, também porque vim com a intenção de ajudar a minha irmã que na época estava em processo de separação, porque tinha muitos problemas com

²⁹¹ REZERA, Danielle do Nascimento. *Gênero e Trabalho: mulheres bolivianas na cidade de São Paulo* (1980 – 2010). Dissertação de Mestrado. São Paulo: Departamento de História da FFLCH-USP, 2012.

²⁹² Os dados acima citados estão disponíveis no site do Instituto Nacional de Estatística da Bolívia: goo.gl/w9xyrj. Acesso em 20 de setembro de 2017, às 15h:21min.

²⁹³ BALDIVIESO, Doris. “Abriendo el paquete envuelto: Investigación acción sobre derechos sexuales y reproductivos en El Alto”. *Tinkazos*, La Paz, v. 13, n. 28, junho de 2010. p. 99-107. Disponível no endereço eletrônico: goo.gl/ngg6cN. Acesso e download em 20/09/2017, às 23h:18min.

²⁹⁴ REZERA, Daniele. Op Cit. p.1.

²⁹⁵ Cabe apontar o problema em criar modelos analíticos para as questões relacionadas a violência de gênero, uma vez que depende do contexto e das condições sociais, familiares nas quais os sujeitos/agentes estão inseridos. Daí a problemática em, a partir de uma dada situação, construir uma perspectiva macro para compreender tal questão, partindo de uma dinâmica nacional.

o seu esposo. Os nossos pais cuidaram sozinhos de nós e também dos sobrinhos. Estou aqui trabalhando, mas quero estudar e saber mais coisas; não quero só ser costureira! Eu quero trabalhar em outra coisa, mas por enquanto não posso porque não tenho documentos... Na Bolívia, estudei até o primeiro ano do Ensino Médio e me faltam muitos cursos para poder ter um bom emprego e sair do setor onde trabalho. Quero muito ajudar os meus pais e meus irmãos, principalmente, essa minha irmã que está separando. Preciso encontrar um caminho para poder ajudar toda a família.[...] Agora estou procurando outro trabalho porque tenho medo de trabalhar com esse patrão porque ele bebe demais, muito, e às vezes ele quer nos obrigar a beber cerveja e fico com medo das suas ações estando bêbado. O meu cunhado também bebe demais, e quando está nesse estado, fazia medo à minha irmã ligando para as rádios, para que os locutores entrassem em contato com a polícia para que eles deportassem a minha irmã porque ela não tinha documentos; ele sabia propagar o medo. Essa atitude violenta me deixou traumatizada, como seus filhos também sentiram medo. Em algumas ocasiões o marido da minha irmã nos *pegava* e batia muito, era muito violento, tenho pavor dele. Por esses motivos decidimos que ela ia se separar. No início, resistimos um pouco a separação porque queríamos que a iniciativa partisse dela e não de mim e dos filhos. Até que chegou um dia que ela resolveu que a separação seria a melhor decisão naquele momento. [...] Antes de acontecer a separação, trabalhávamos na oficina do meu cunhado, mas como é uma pessoa violenta, pois nos tratava mal, fomos trabalhar na oficina de costura do primo dele. Na época, não havia serviço na oficina dele, e ele havia dito que poderíamos procurar outra oficina. Acabamos permanecendo na oficina do primo do ex-marido de minha irmã, onde meu tio trabalhava de overloquista. Sei que a minha irmã entrou de cozinheira e eu de costureira, mas eu não gosto de lá... O dono fala que temos que lavar roupa, limpar a casa, além de trabalhar na costura. Minha irmã já lavou muita roupa, e além disso, não nos deixa descansar nenhum instante, e como ela ficava muito cansada, acabava indo ajudá-la. Por esse motivo não quero continuar trabalhando lá. Depois de um período trabalhando para o primo, voltamos a trabalhar para o cunhado; ambos não são boas pessoas. Quando vim para o Brasil, tinha o desejo de trabalhar para crescer economicamente, para ajudar a minha irmã. Agora ela está só e ainda tem que manter seus três filhos, o pai das crianças não quer saber de nada, nem dos seus filhos e nem dela, não quer dar dinheiro e nem ajudar a criar as crianças. Ela já conversou com ele pedindo auxílio para manter os filhos, mas quem disse que ele quer saber de cooperar em alguma coisa. Por isso, quero ajudar a minha irmã, meus sobrinhos e os meus pais... Talvez a minha irmã também queira contar a sua história.²⁹⁶

A história narrada por Aidé é apenas um dos dramas de violência vivenciados por mulheres em contexto de precarização produtiva, em que as jornadas desgastantes, o acúmulo de trabalho, a não separação espacial entre labor e vida doméstica, acumulam fatores degradantes a vida dos trabalhadores/as. Além disso, o relato da narradora apresenta um tipo de violência que não existe apenas nas oficinas, mas em boa parte dos lares brasileiros: a violência intrafamiliar. Este tipo de agressão se caracteriza como “toda ação ou omissão que prejudique o bem-estar, a integridade física, psicológica ou a liberdade e o direito ao pleno desenvolvimento de um membro da família. Pode ser cometida dentro e fora de casa, por qualquer integrante da família que esteja em relação de poder com a pessoa agredida. Inclui também as pessoas que estão exercendo a função de pai ou mãe, mesmo sem laços de

²⁹⁶ Entrevista com Aidé Conde, realizada em 2006 na Praça *Kantuta*. Trechos dessa entrevista estão disponíveis em nossa dissertação de mestrado, já citada neste trabalho: PAES, Vanessa Generoso. Op. Cit. pp. 255-258.

sangue”²⁹⁷. Além do fator da violência física, sofrida pela irmã de Aidé, o sentimento de vulnerabilidade por não ter, à época, documento de permanência no Brasil, agravava a dependência do trabalho na oficina do seu primo, não restando outra opção de emprego fora do setor da costura. A condição de invisibilidade social também as impedia de prestar queixa da violência sofrida à justiça.

Chama a nossa atenção o silenciamento das mulheres perante as violências sofridas. O auditor fiscal do trabalho Luis Alexandre de Faria se depara, com uma certa frequência, com casos de agressão a mulheres imigrantes no setor de trabalho que atua. Mesmo em casos em que há violência sexual, por vezes dentro de algumas oficinas de costura funcionando em São Paulo, é difícil que a vítima aceite denunciar seu agressor.

O caso mais emblemático que não conseguimos reverter, mas por um motivo justo, a trabalhadora era estuprada dentro da oficina, porque além do componente de dependência que ela tinha para com o algoz, tinha o componente de vergonha; uma comunidade com valores muito machistas. Aquilo era um segredo, conhecido apenas por aquelas pessoas que estavam dentro da oficina e o fato dele estuprá-la de maneira contínua era um segredo daquele núcleo. O nosso convencimento foi para que ela o denunciasse por estupro, pela violência sexual, e isso não conseguimos. Você sabe que para esse tipo de denúncia você precisa – porque a gente não tinha prova material – que ela o denunciasse e isso não aconteceu. Fizeram todo atendimento, ela recebeu tudo que era devido. A empresa responsabilizada é uma empresa importante chamada 775, empresa de *surf fleet street*, e pagou tudo e conseguimos fazer a libertação, mas não conseguimos responsabilizar o oficinista por aquilo que era mais grave, que era a violência física e sexual contra a trabalhadora²⁹⁸.

A violência sexual é um tema tabu, revestido por um silenciamento vergonhoso nos contextos em que ocorre. Desse modo, mostra-se necessário o auxílio de uma equipe que saiba lidar com uma problemática tão sensível. Pensamos que o silêncio deve ser quebrado, e casos com problemáticas específicas, como as elencadas acima, devem ter resoluções com equipes interdisciplinares, além de políticas públicas e de saúde para as mulheres que se encontram em situações como estas. Sobre essa questão, vejamos as ponderações da advogada Marina Novaes.

Eu sempre falo isso, que o que me fez ter certeza de que queria trabalhar no CAMI em 2009 foi meu primeiro atendimento, que foi de uma senhora, provavelmente mais nova do que eu. Estava com o olho roxo, achando que não podia denunciar o marido porque ela não tinha documentos. Acho que isso exemplifica um pouco que essa mulher está tão à margem e a vulnerabilidade dela chega a esse ponto, de achar

²⁹⁷ DAY, Vivian Peres e Et Alii “Violência doméstica e suas diferentes manifestações”. In: *Revista Psiquiátrica do Rio Grande do Sul*. V. 25, Supl. 1, 2003. p. 10. Disponível em goo.gl/1hA3pOcontent_copyCopy short URL acesso em 26 de agosto de 2017.

²⁹⁸ Entrevista realizada pela pesquisadora e concedida por Luis Alexandre de Faria, em 29 de outubro de 2015.

que não tem direito por não ter documento, pois tinha acabado de sofrer uma violência doméstica. A mulher está configurada na história das migrações como a companheira, vindo com a família, com o marido nas migrações. E ela passou a vir sozinha, independente... “Vou criar minha família lá, sou jovem, vou mudar de país.” Mas acho que o passado opressor que muitas viveram, a vulnerabilidade do estado em que se encontram nos países de imigração, pode acarretar algum tipo de violência doméstica e violência de gênero, por ser mulher²⁹⁹.

A vulnerabilidade social de uma parcela das imigrantes mães, das que sofrem violência doméstica e sexual, sem contabilizar os outros tipos de maus tratos por que passam diariamente, trabalhando em regimes que as impede de exercer o direito de ser mãe, aponta que em ambientes nos quais a precarização do trabalho é permitida, os direitos humanos não são respeitados, muito menos reconhecidos. É perceptível que os ambientes de trabalho voltados a uma parcela dos sujeitos em mobilidade, nesse caso, o setor têxtil acima citado, são atravessados por relações de dominação e subordinação, e, além disso, percebe-se uma super exploração dos corpos dentro de contextos laborais precarizados. A violência intrafamiliar em espaços doméstico e de trabalho, dentro de arranjos familiares em que o homem detém a posse da representação discursiva do poder do clã, ancora-se em discursos e representações coletivas do “direito da família”, constituindo um tipo de dominação masculina e verticalidade hierárquica de poder. Vejamos mais uma vez as argumentações de Marina Novaes.

Eu lembro de vários relatos de mulheres que foram estupradas por coreanos ou sofria violência dentro de casa. Essas mulheres têm que ter direito à maternidade. Tem uma foto emblemática de uma fiscalização onde a mulher está numa máquina de costura e o bebê sendo amamentado porque é um trabalho que não pode parar. A mulher sai do hospital e já voltava a trabalhar. O sentimento “ah, eu tô aqui, preciso trabalhar, se eu parar de trabalhar eu não ganho, eu trabalho por peça”. Ela precisa trabalhar de forma independente, deixar o filho correndo pelas máquinas de costura, deixando [o filho] à sorte de vários perigos, de engolir agulha, enfim, e teve casos de crianças que aconteceu isso. É uma violência porque nega a especificidade da mulher, de ser mãe, de querer igualar homens e mulheres no trabalho. Isso é uma perspectiva muito problemática³⁰⁰. (Marina Novaes)

A violência de gênero, pode ser compreendida, também, como uma questão doméstica, contudo, encaramos essa discussão dentro do campo político, justamente por compreendermos que a violência de gênero também é sistêmica e permeia todas as classes sociais. Os problemas de gênero, entre homens e mulheres, refletem as relações sociais de dominação e conflitos que permeia esse campo. A forma institucional da construção familiar passa, necessariamente, pela reprodução das desigualdades de gênero. A dinâmica dos

²⁹⁹ Entrevista de Marina Novaes, janeiro de 2017.

³⁰⁰ Idem

arranjos familiares e de seus contextos podem reproduzir a exploração, invisibilização, silenciamentos das mulheres, nas formas diferenciadas do uso do tempo, e na garantia ou não de seus direitos. Assim, “a divisão do trabalho é um fator relevante na reprodução dessas desigualdades. No âmbito doméstico, impões às mulheres ônus que serão, então, percebidos como deficiências em outras esferas da vida. A conexão entre os aspectos domésticos e não domésticos da vida é profunda e permeia todos os espaços e atividades³⁰¹”. Dessa maneira, as formas de administrar o tempo e as distribuição das responsabilidades/papéis sociais, entre mulheres e homens, no espaço doméstico, podem definir as outras formas de separação e hierarquização na esfera pública. A gestão da vida doméstica corresponde à vulnerabilidade da esfera privada, na qual arranjos tradicionais e conservadores, cotidianamente, prejudicam a vida das mulheres. Tais arranjos podem lhes negar tempo para poder investir em seu desempenho profissional, além de outros aspectos da vida, como o lazer, a fruição. Essa divisão desigual do tempo na vida privada incide na menor especialização, remuneração, enriquecimento cultural, politização, autovalorização estética, dentre outras mazelas, e, principalmente, se levarmos em consideração as divisões de classe, raça e etnia. A raiz dessas disparidades se encontra nos papéis desempenhados pelas mulheres em ambiente doméstico, espaço amplamente desvalorizado na esfera pública.

A politização das esferas familiares e a crítica a esta instituição permitiria desvincular o casamento como uma normativa de apropriação dos corpos das mulheres e possibilitaria a ruptura com as “normas que fazem do casamento, ao mesmo tempo, uma instância de privilégios, por excluir relações e indivíduos dos direitos a ela associadas, e de opressão, por permitir o controle interno de mulheres e crianças numa estrutura patriarcal e autoritária³⁰²”. Redistribuir de forma paritária a divisão social do trabalho doméstico e da criação dos filhos é o primeiro passo para a redução da desigualdade de gênero dentro da instituição familiar, questão tão complexa que permeia as características dos indivíduos e, por vezes, a dinâmica social. Contudo, segundo especialistas do campo, essa problemática ultrapassa a divisão *sexual* do trabalho doméstico, posto desaguar em questões relacionadas à divisão social do trabalho e “nas formas de exploração e concentração dos recursos nas sociedades capitalistas”³⁰³, mesmo que essa divisão varie quanto à posição de homens e mulheres nesse contexto. Mediante às questões referenciadas, cogitamos que as problematizações que atravessam a violência contra as mulheres, sendo esta doméstica ou laboral, conectam-se à

³⁰¹ BIROLI, Flávia. “Justiça e Família”. In: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. *Feminismos e política: uma introdução*. São Paulo: Boitempo, 2014. p. 49

³⁰² Ibidem, p.54.

³⁰³ Op. Cit. BIROLI e Miguel. p.55

problemática da desigualdade de gênero – ao patriarcado estrutural que perpassa as posições de gênero na sociedade boliviana (e também brasileira), nesse caso. Além disso, tais disparidades se aglutinam ao contexto de exploração e precarização do trabalho no setor produtivo têxtil, em que a dinâmica da vida e das relações que se estabelecem está marcada pelo tempo da produção capitalista, desestabilizando as sociabilidades das esferas afetivas.

Além dessas questões, cabe apontar, mediante os estudos da socióloga boliviana Silvia Rivera Cusicanqui³⁰⁴, as contradições historicamente construídas sobre a noção de “derecho” na Bolívia, uma vez que os relatos citados, neste tópico, contêm narrativas de bolivianas trabalhadoras no nicho da costura. Para tanto, a Bolívia, enquanto constituição de Estado-Nação passou por grandes reformas, inclusive, reformas liberais em finais do século XIX e decorrer do século XX, as quais aprofundaram desigualdades que retroagiam desde o período colonial, reatualizando o patriarcado e redefinindo leis e códigos de comportamento. As reformas liberais instituem a noção de

derechos humanos, anclada en la subyugación de las mujeres, que se verifica a través de restricciones, obliteraciones o arcaísmos legales y multitud de prácticas cotidianas que terminan negando la propia noción de los derechos humanos, en su aplicabilidad al sexo femenino. Así, la tipificación penal del delito de violencia doméstica en nuestras leyes, antes de la promulgación de una ley para prevenirla y penalizarla (1995), resultaba castigando una golpiza conyugal; y tan solo a partir del 30vo día de hospitalización o inhabilitación de la víctima! Un ejemplo histórico de esta subyugación, que afecta no solo a las mujeres, ha sido la desigualdad institucionalizada de los derechos de propiedad y herencia (a través de prácticas como la primogenitura, la desigualdad entre hijos legítimos e ilegítimos y la herencia patrimonial), que impusieron los colonizadores y consolidaron los liberales a través de la legislación³⁰⁵.

Segundo a autora, a figura jurídica da “pátria potestad” intensificou um direito mais arcaico e patriarcal que apareceu em diferenciados produtos do catolicismo, além do poder colonial estabelecido no *habitus* republicano entre soberanos e súditos e que pode ser presenciado mediante a retórica jurídica adotada sobre “a igualdade do indígena em 1874³⁰⁶”, em que os povos indígenas e as mulheres incorporaram uma forma degradada da cidadania, perante a revolução de 1952, com a declaração do voto universal. Essas medidas desestabilizaram os pertencimentos étnicos, lançando modificações tributárias para a população com marcadores indígenas, considerados “mestiços” e gradativamente os excluiu

³⁰⁴ RIVERA CUSICANQUI, Silvia Rivera. La noción de ‘derecho’ o las paradojas de la modernidad postcolonial: indígenas y mujeres en Bolivia. In. Yuderlys Espinosa Miñoso, Diana Gómez Correal, Karina Ochoa Muñoz (Org). *Tejiendo de otro modo: Feminismo, epistemología y apuestas descoloniales en Abya Yala*. Editoras: – Popayán: Editorial Universidad del Cauca, 2014. pp.121- 134.

³⁰⁵ Idem, p.122.

³⁰⁶ Ibidem, p.122.

da noção liberal de direitos que passou a vigorar na Bolívia. Muitos camponeses, mestiços, indígenas, mulheres que passaram a viver em espaço urbano sofreram discriminação laboral e tiveram poucas oportunidades educacionais para galgarem um tipo de cidadania não excludente dentro de uma configuração republicana de Estado.

A experiência de etnicidade das mulheres bolivianas, a partir de pesquisas de Rivera Cusicanqui, aponta uma forte percepção cultural que as agentes utilizam na forma de trabalho empregada como mecanismo de sobrevivência em contextos urbanos, uma vez que perpassa trabalhos que são invisibilizados na reprodução da etnicidade em contextos urbanos e capitalistas, mediante uma rede social que permite a sobrevivência de grupos e famílias em que a mulher é o agente da organização econômica. Assim, para Rivera Cusicanqui, o trabalho das mulheres “mestiças” na Bolívia nutre relações de parentesco e compadrio, organiza empresas e oficinas com base em dinâmicas de solidariedade. Essa dinâmica relacional produzida pelas mulheres bolivianas permite a manutenção econômica, a dinâmica cultural, e até o custeio de negócios e famílias, mesmo que inseridas num espaço de constante discriminação vivenciados por esses grupos.

En todos estos contextos, la labor productiva y empresarial femenina no suele ser reconocida, y se subsume a los avatares de la aventura migratoria del varón. Como lo ha documentado [...] Ciales, la resistencia a este modelo patriarcal asume la forma del retorno al campo, donde la fiesta patronal de la marca de origen se convierte en escenario fugaz de un máximo de poder femenino, expresado en el derroche de dinero y en la acumulación de prestigio. Estos actos legitiman y compensan las profundas desigualdades de la vida cotidiana, donde las penurias y sufrimientos de género se suman al desprecio cultural de la sociedad, por su condición de ‘cholas’ (Ciales 1994). Hasta ahora, ninguna organización indígena ha reclamado para sí estos escenarios, ni existe aún noción de derechos indígenas que se aplique a estas mujeres, que en el imaginario estatal ofician como ‘mestizas’³⁰⁷.

Um fenômeno vivenciado pelas mulheres da região dos vales de Cochabamba durante a revolução de 1952 e a reforma agrária de 1953, entre outras reformas jurídicas e políticas no qual passou a Bolívia, é de que estas realizaram uma contínua exclusão das mulheres dos espaços públicos “no calor da sindicalização e mobilização política camponesa”³⁰⁸.

[...] Paradójicamente, fue la secular actividad mercantil y social de las mujeres cochabambinas —en tanto empresarias de la chicha y otras múltiples actividades— lo que permitió a los varones dedicar la mayoría de su tiempo al sindicalismo o a la política. La exaltación de la chichería y de las virtudes maternas de las mujeres

³⁰⁷ RIVERA CUSICANQUI, Silvia. Op. Cit. p. 120.

³⁰⁸ Idem, p.130. Além dos trabalhos de LAGOS, María Laura. *‘Pathways to autonomy, roads to power, roads to Rower: peasant-elite relations in Cochabamba, Bolivia, 1900-1985’*. Tesis doctoral inédita. Columbia University. Nueva York, 1988. PAULSON, Susan. *Gender and ethnicity in motion: Indetity and integration in Andean households’*. Tesis doctoral inédita. Universidad de Chicago, 1992.

cochabambinas [...], tanto como la versión popular acerca del ‘matriarcado’, vigente en los valles, nos muestran cuán perversa es la imagen ilustrada de la ciudadanía, en su consecuencia real para las mujeres, a tiempo de explotar inmisericordemente a sus madres y abuelas, los sindicalista y trabajadores itinerantes de los valles, accedían a una forma degradable de ciudadanía, injertada en las redes clientelares masculinas de los partidos. La vergüenza y el auto rechazo se transfirieron así a las mujeres, emblematizando en ellas el atraso rural, la economía premercantil y la barbarie familista del pasado (Rivera 2010b, Paulson 1992)³⁰⁹.

Percebeu-se, desse modo, que o processo de modernização jurídica e política liberal ocorrido na Bolívia inseriu as mulheres camponesas, “mestiças” numa hierarquia social que as subalternizou, construindo de forma gradativa uma representação das mulheres “chollas” atrelada a um passado agrário atrasado do qual os novos arranjos familiares do presente querem se distanciar. Segundo Rivera Cusicanqui, essas reformas desencadearam uma ruptura nas noções simbólicas e econômicas desempenhadas pelas mulheres na dinâmica de reciprocidade, solidariedade desses grupos, de modo que muitas mulheres migraram do campo para a cidade e, posteriormente, para outros países.

Pero si aún cabe un ejemplo más vivo de etnicidad segregada y discriminada en la región andina [...] es el llamado ‘trabajo del hogar’, o servicio doméstico remunerado, que caracteriza la estructura del empleo urbano en nuestro país. Según un estudio publicado por el CEDLA, esta población ha aumentado su contribución a la PEA urbana, del 5.0% en 1985 al 6.2% en 1991, [...]. De ellas, 90% eran mujeres y 70% eran migrantes, es decir [...] ‘indígenas’, hablantes de un idioma nativo y nacidas en comunidades rurales. Uno de los pocos espacios de inserción laboral para [...] [ellas] es el trabajo doméstico. [...] [Todo esto] afecta al balance de género de toda la sociedad y alude a inequidades más profundas, que no han podido ser encaradas ni por las tendencias feministas más radicales. Una de ellas, a mi juicio central, es que la co-responsabilidad paterna y doméstica de los varones se ve postergada indefinidamente por la existencia de estas otras mujeres en los hogares, que se hacen cargo de la ‘segunda’ jornada femenina. Lo que queda fuera de discusión con esta transacción entre mujeres de distinto poder económico y origen cultural, es la imagen de las ocupaciones domésticas como si ‘naturalmente’ correspondieran al sexo femenino.

Essas contradições da dinâmica social na Bolívia, apontadas por Rivera Cusicanqui, mantêm muitas mulheres invisibilizadas do valor/contribuição de seu trabalho na organização produtiva da sociedade, além de permitir a manutenção de disparidades na corresponsabilidade do trabalho em diferentes dinâmicas sociais em que a etnicidade é utilizada como atributo para construção de diferenças de gênero e subalternização dos povos indígenas na Bolívia.

Rivera Cusicanqui declara que os direitos humanos liberais são negados às pessoas com nítidas marcações étnicas perpetuando o paradoxo da desigualdade que coexiste desde o

³⁰⁹ Ibidem, p.130.

processo colonial, em que os povos indígenas perderam a posse de seus territórios, passando a compor a força de trabalho utilizado pelas elites coloniais. Na Bolívia contemporânea, a força de trabalho utilizada pela classe média e elite urbana é dos homens, e é configurada principalmente por mulheres que migram de seus territórios para trabalharem como empregadas domésticas a baixos custos salariais, o que duplica o trabalho das mulheres “chefes da casa”, a emigração desses grupos, afeta a organização das “comunidades indígenas de diversas partes do país³¹⁰”.

Além disso, Rivera Cusicanqui, enfatiza que não basta o Estado realizar uma política de reconhecimento pautado na dinâmica multicultural da Bolívia e produzir uma reforma constitucional, é imprescindível uma política de reconhecimento do processo migratório dos povos indígenas para a cidade, posto que

Mientras las organizaciones indígenas no perciban como a miembros de sus pueblos y comunidades a las migrantes que prestan servicios en condiciones degradantes en los hogares de las capas medias y altas urbanas, su propia noción de derechos quedará limitada y fragmentada. Mientras [...] no sean capaces de encarar los fenómenos de opresión de género que desata la emigración de brazos masculinos a las ciudades y a la zafra y el problema cada vez más extendido de los hogares indígenas encabezados por mujeres, la noción de derechos humanos quedará en simple retórica³¹¹.

Compreende-se, assim, que a noção de reconhecimento e redistribuição de direitos na Bolívia permeia uma nova dimensão de direitos humanos que sejam ancorados na dimensão cultural dos povos indígenas, uma vez que a noção do direito humano liberal excluí ainda mais as mulheres acentuando a desigualdade com critérios étnicos, posto, que como bem visualizou-se acima, as mulheres indígenas, “mestiças” que migram eram a base da organização epistêmica na Bolívia.

Neste tópico, apresentamos, de forma embrionária, algumas questões que atravessam as relações e violência de gênero no setor têxtil em São Paulo. Para um maior aprofundamento analítico de tal processo, seria necessário uma pesquisa mais aprofundada e interdisciplinar, que desse conta de tamanha complexidade. Assim, a proposta foi de estabelecer a ruptura com a violência que silencia as vozes das mulheres que enfrentam esses dilemas.

³¹⁰ Idem, p.131.

³¹¹ Idem, p.131.

4.4 Gênero e resistência em coletivos migrantes

As narrativas das mulheres ativistas indicam os problemas enfrentados por outras mulheres migrantes que vivem, sonham, trabalham, lutam no Brasil. De modo que, é possível perceber, mediante um discurso indireto, a disparidade existente dentro das instituições relacionada às questões de gênero, além dos conflitos que atravessam a vida cotidiana dos sujeitos. Uma parte das mulheres entrevistadas, com quem tivemos a oportunidade de conversar ou tivemos acesso por meio de vídeo, dividem seu tempo entre trabalho (doméstico ou não), estudo, participação em coletivos políticos/culturais e ativismo, entre outros labores. A auto-organização feminina traz à tona situações vivenciadas pelas mulheres migrantes em seu dia a dia, entendidas como *resistência em espaços da vida cotidiana*. É importante abalizar que os estudos sobre *resistência cotidiana* não são novos na ceara da historiografia, assim como também não o são no campo antropológico e sociológico. Segundo o antropólogo Andrey Cordeiro Ferreira³¹², as pesquisas sobre essa questão nascem a partir do descontentamento com os estudos sobre as revoluções/insurreições a partir da erspectiva de macro escalas de movimentos e de análises. Ao utilizar como base um texto de James Scott, sobre o campesinato no sudeste asiático, o autor estabelece a “resistência cotidiana” nas “formas prosaicas e constantes da luta de classes, que requerem pouca ou nenhuma coordenação ou planejamento; elas frequentemente representam formas de autoassistência, evitam qualquer confrontação simbólica com as autoridades ou as normas das elites”³¹³.

O modelo de análise empregado por Scott está na resistência em suas formas cotidianas, que podem ser de caráter informal, individual e anônimas. A resistência formal está na ação “coletiva e pública e se expressa em técnicas como as ocupações de terras e manifestações em vias públicas”³¹⁴. As formas de resistência podem sofrer trocas mútuas e coadunar ações informais e formais, individuais e coletivas, privadas e públicas. É concebível que uma resistência cotidiana possa não superar de forma radical e transformadora os aspectos de “dominação de uma classe sobre outra”, contudo, ela pode ser uma ação “hoje, esta semana, esta estação”³¹⁵.

³¹² Em um trabalho minucioso no campo da antropologia política, Andrey Cordeiro Ferreira analisa a história e os processos culturais do povo Terena, no Mato Grosso do Sul, a partir dos mecanismos de tutela e resistência nas relações de poder desse povo com o Estado brasileiro. In: FERREIRA, Andrey Cordeiro. *Tutela e Resistência Indígena: etnografia e história das relações de poder entre os Terena e o Estado Brasileiro*. São Paulo: EDUSP, 2013.

³¹³ Idem, p. 38.

³¹⁴ Idem. p. 39

³¹⁵ Idem, Ibidem

Pode-se utilizar o conceito “formas de resistência cotidiana” em relação às mulheres que denunciam a dominação/opressão experimentada em sua vida diária, as formas como estas se interpõem aos conflitos e silenciamentos domésticos, familiares e laborais, e também quando revelam o apagamento que os grupos de migrantes sofrem em outros territórios nacionais. A voz dessas mulheres e, também dos homens migrantes, traz à tona as relações e produções sociais em conflito que eclodem em variadas trajetórias de mobilidade no espaço urbano. Assim, o migrante é pensado nesse processo como um agente histórico que articula escalas em movimento, na medida em que atravessam e deslocam as fronteiras do Estado-nação, articulando fluxos entre cidades, redes de solidariedade da vida e da luta migrante³¹⁶. Ao estabelecer uma conexão com o geógrafo Nicholas De Genova³¹⁷, é possível aferir que a metrópole migrante é um espaço de articulação em que as relações de poder do Estado, questões referentes a fronteira do nacional e a regulação jurídica do espaço e do acesso à cidadania, passam por uma lógica regimentada pela articulação do capital. E a metrópole migrante e as lutas migrantes desencadeadas nesses locais redirecionam as fronteiras políticas destes espaços.

As articulações locais dos coletivos migrantes na cidade de São Paulo revelam a força, a luta dos sujeitos e de suas formas de resistência cotidiana desde as pequenas ações, ao se juntarem em rodas de conversas para trocarem experiências umas com as outras, nas formas de articulação política, quando são convidadas para falar em reuniões, ao elaborar críticas perante representantes das esferas de poder do Estado e de outras instituições, quebrando, assim, os círculos de silêncio aos quais uma parcela estão submetidas. Acerca desse ponto, vejamos as ponderações de Viviana Peña.

[...] a gente sabe que muitas mulheres imigrantes, principalmente as que estão em situação de vulnerabilidade, elas não têm como militar porque elas têm que estar lá cuidando da criança, apanhando do marido ou fazendo comida, e a gente sabe que elas ficam muito escondidas, inclusive a gente tem visto que elas são as últimas a se regularizarem. Muitas vezes as mulheres não se regularizam nunca porque não precisa sair, não precisa trabalhar, ficam lá em casa, principalmente essas mulheres que ficam em casa sozinhas. E esse é um trabalho que precisa ainda ser muito desenvolvido, e eu acho que a iniciativa da Frente é muito importante porque a gente pelo menos tenta colocar essas demandas juntas, mas a gente também conversa com essas mulheres que estão nessa situação, então a gente faz tipo uma mediação cultural, né? Porque a gente escuta essas mulheres que estão lá na “sofrência”, não que não estejamos, a gente também está, mas é diferente porque a gente tem um pouquinho, a gente tem condições que permitem que a gente consiga estar aí. Eu por

³¹⁶ DE GENOVA, NICHOLAS. Border Struggles in the Migration Metropolis. *Nordic Journal of Migration Research*, v. 5, n. 1, p. 3–10, 2015.

³¹⁷ *Idem*, p. 5.

muito tempo também não consegui estar aí, por isso que eu falo assim, com propriedade, porque não é fácil acompanhar o que há, principalmente quem está lá são pessoas que têm uma situação econômica boa, quem participa desses eventos, mas para os imigrantes é bem difícil, então essa parte do trabalho com as mulheres é fundamental, ainda precisa ser muito mais trabalhado, por isso que essa frente está consolidando o trabalho, porque é uma demanda muito importante nesse mundo tão injusto³¹⁸. (Viviana Peña)

Pelo que podemos notar pelo exposto acima, as mulheres migrantes (pobres e de baixa renda) acabam, com frequência, sendo as últimas de seu grupo familiar a se regularizar no Brasil, em virtude de encargos financeiros estipulado pela burocracia estatal e por demandas familiares. A depender da estrutura familiar, dentro de uma hierarquia de papéis sociais, a mulher migrante pode permanecer inexistente para o Estado, deixando de ter acesso aos serviços públicos. Quando galgam patamares de articulação política, burlam a “dominação” que vivenciam, demonstrando formas de resistência cotidiana, desestabilizando, desconstruindo tais papéis e pondo em xeque o discurso complexo de “vítima”.

Eu passei a procurar pelo *Facebook* grupos para conhecer os movimentos. Eu já tinha visto na rua alguns migrantes, mas eu estava na Vila Madalena estudando no curso como aluna especial na Faculdade de Medicina Preventiva, e lá não se vê tantos imigrantes, mas no Brás, você encontra muitos. Ele me falou: “Vamos marcar em tal lugar”. Comecei a procurar no *Facebook*, daí encontrei a Secretaria de Políticas para as Mulheres e encontrei as pré-audiências que estavam fazendo para a construção das conferências e eu decidi participar para saber se tinha alguma mulher migrante participando. Eu ia à Sapopemba porque eu morava nessa época em Vila Prudente, para encontrar a Elisabete Silveira, que até aquele período estava na Secretaria, e ela começou a gritar: “tem uma imigrante na minha reunião!” E eu: “Tá bom.” [...] A questão é que saí no sábado, fui correndo da Vila Prudente até Sapopemba, e cheguei tarde na reunião e quando cheguei ela gritou e falei: “Nossa, *pero* que cheguei tão tarde? E agora?”, “Quero passar despercebida.”. E conheci a Oriana Jara, Mônica, Verônica Yurja do projeto “*Si Yo Puedo*” e acho que ela não lembra quando me viu pela primeira vez, ela estava falando sobre a coordenação de Políticas para Imigrantes. Fizemos uma audiência pública no Centro, na Galeria Olido. Esteve Eduardo Suplicy apresentando o que tinha feito a Coordenação de Políticas para os Imigrantes, que parece que tem um ano e pouco de existência. Daí eu soube que existia a Coordenação e comecei a participar desses movimentos políticos. Eu comecei a me interessar e contatar com outros coletivos. Fui me *acercando* pouco a pouco, mas eu me *acerque* primeiro a partir dessas reuniões que a Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres estavam fazendo e depois nas audiências que a própria Coordenação de Políticas para Imigrantes realizou. Isso antes de ser aprovada lei de imigração.³¹⁹ (Rocio Bravo)

Os mecanismos de colaboração são uma maneira de compartilhar interesses e perspectivas, modos de criar e fortalecer identidades de grupos sociais, estabelecer vínculos, objetivos, partilhar poderes e criar um ambiente de reciprocidade entre as pessoas envolvidas

³¹⁸ Entrevista com Viviana Ivon Peña Pereira. “Projeto: Mulheres em movimento: migração e mobilização feminina no Estado de São Paulo”. Entrevista realizada em 16/05/2017.

³¹⁹ Entrevista com Rocio del Pilar Bravo Shuña. “Projeto: Mulheres em movimento: migração e mobilização feminina no Estado de São Paulo”. Entrevista realizada em 07/12/2016.

nos coletivos. Podemos concluir, pelo que foi visto até aqui, que os movimentos sociais atrelados aos coletivos de imigrantes podem favorecer no diálogo e com ferramentas para a construção da cidadania. Nesse aspecto, é necessário perceber o quanto os movimentos sociais de mulheres, negros, homossexuais, indígenas, dentre outros, estão vinculados à busca por direito à cidade, à mobilidade, moradia, representação política, dignidade, respeito e, segurança jurídica, dentre tantos outros direitos a serem conquistados. É dizer, trata-se de direitos historicamente negados às minorias políticas dentro do contexto brasileiro. Destarte, a ação coletiva “organiza uma estratégia de construção democrática, de transformação social, que afirma um nexos constitutivo entre as dimensões da cultura e da política. Incorporando características da sociedade contemporânea, como o papel das subjetividades, a emergência de sujeitos sociais de novo tipo e de direitos de novo tipo³²⁰”. Esses “direitos de novo tipo” se deparam com aparatos burocráticos fossilizados, ou mesmo “viciados”, voltados aos interesses corporativos de certos grupos de poder. É contra essa realidade que os grupos organizados da sociedade civil voltam suas demandas e travam sua luta.

As experiências dos migrantes e de coletivos questionam a concepção liberal de cidadania, na qual existe uma primazia do *indivíduo* sobre a *esfera pública*, em que o Estado age como um agente administrativo dos grupos de poder. Ser sujeitos de direitos, dentro de uma nova lógica, pauta-se na construção de novas sociabilidades, que abarquem e confirmem dignidade a todos os seus membros e, isso, é perceptível na luta migrante e nas vozes das mulheres imigrantes. Essa nova noção de sociabilidade, em sua vertente feminista (para alguns) e humanista (para outros), busca a desconstrução de papéis sociais construídos mediante uma cultura com recorte machista, patriarcal, classista e racista, como é possível visualizar nas sociedades latino-americanas, sobretudo a brasileira. Além da construção de relações dialógicas e de uma intervenção não violenta. Desse modo, nota-se a dificuldade em abalar a estrutura de desigualdades na qual os sujeitos estão imersos em seus cotidianos, sem repensar as propostas de sociabilidade, solidariedade, e de um novo tipo de pensamento cultural, coletivista e participativo na sociedade contemporânea. Essas novas sociabilidades podem ser pensadas a partir de ações como do coletivo *Warmis*, na qual Jobana Moya nos disse.

É que às vezes parece que os imigrantes sentem que eles não podem fazer coisas, que tem que ser uma associação, tem que ser uma ONG, tem que ser alguém e uma coisa que também queremos mostrar, um efeito de demonstração da Warmis, não, se você quer conseguir alguma coisa se organize que você vai conseguir fazer, não

³²⁰ DAGNINO, Evelina. “Movimentos Sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania”. In: DAGNINO, Evelina (Org). *Anos 90 - Política e Sociedade no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Brasiliense, 1994. Disponível no endereço eletrônico: goo.gl/1MRdRL. Acesso e download em 13 de setembro de 2017, às 17h32min.

precisa de ninguém e nem de dinheiro porque o sistema nos faz acreditar nisso. Por que sem dinheiro não podemos fazer nada e isso é uma mentira. Sim, podemos fazer, podemos fazer muitas coisas, só que vai custar um pouquinho mais, então deixar de ser: “Ai, coitadinhos, imigrante, que não tem direito.” *Como a gente cambia, nosotros temos muito aportar*, muitos imigrantes que estão aqui eles eram ativistas em seus países de origem e quando chegam aqui passa alguma coisa em suas mentes e ficam com medo de exporem, de sair.³²¹ (Jobana Moya)

Os aportes político-culturais trazidos pelas mulheres imigrantes também demarcam uma crítica à cooptação por meio de partidos políticos, sindicatos ou agremiações vinculadas ao Estado. O medo dos imigrantes de se posicionar, ou seja, de disputar espaços na vida pública, acaba fomentando a sua invisibilidade. Assim como existe espaços intermediários, alternativos, em que a luta é estabelecida numa contra hegemonia, os grupos integrados por mulheres reivindicam um lugar de participação política em que estas sejam agentes das experiências que vivenciam. Quanto maior o número de coletivos, melhor será para diversificar a participação social dos agentes, mitigando a dominação, seja ela determinada pelo Estado ou por outras forças institucionais que desejem manter o *locus* representativo dos migrantes e refugiados. Algumas entrevistas de pessoas que integram coletivos, acerca das implicações políticas de suas participações, em termos de visibilidade, representatividade e independência para ação e mediação, inferem:

Eu sempre defendo o nosso coletivo como um coletivo de participação política. Até nas nossas aulas, a gente tenta sempre inserir isso, da questão do protagonismo e do protagonismo, e também, da própria liderança do migrante. Uma crítica que eu sempre tenho, por exemplo, de outros trabalhos é de como não se tenta preparar os próprios imigrantes para ocupar, por exemplo, as diretorias dos próprios centros de imigrantes, né? Então, acho que por isso, até hoje, apesar da dificuldade, se a gente não se oficializou enquanto OS, enquanto ONG, enquanto nada, não se institucionalizou, mas muito por esta questão do princípio de todo mundo ser protagonista e a gente ser dono das nossas atividades³²². (Veronica Yurja)

Sobre sua participação em coletivos, e os serviços prestados por essas organizações à população imigrante ou mesmo à brasileira, a boliviana Sonia Sarmiento, voluntária no projeto *Si, Yo Puedo!*, ressalta:

Eu sou voluntária no projeto “*Si, Yo Puedo*” faz três anos atrás. O projeto era voltado para ajudar o imigrante, coordenado por Veronica Yurja, que é boliviana, imigrante também. Ela trabalha bastante com jovens imigrantes, oferecendo cursos de português, auxiliando na documentação, auxiliando para empregos formais... com carteira assinada porque sabemos que os bolivianos mal trabalham com carteira

³²¹ Entrevista a nós concedida por Jobana Moya, em 20/03/2015

³²² Entrevista com Verônica Quispe Yurja. “Projeto Mulheres em movimento: migração e mobilização feminina no Estado de São Paulo”. Entrevista realizada em 07/07/2015.

assinada, né? A gente trabalha em cima da questão educacional, com palestras e cursos a cada semestre. O semestre tem três meses, a cada três meses acaba um semestre e sempre está tendo alunos imigrantes (colombianos, equatorianos, peruanos, bolivianos). Muito gostoso. O projeto trabalha todos os domingos lá na *Kantuta*. Temos uma barraca, e a partir das dez da manhã começam os cursos, até umas cinco, seis horas a gente fica lá na *Kantuta* e agora, atualmente, a gente ganhou um espaço lá no CIC, Centro de Imigração que fica lá na Barra Funda. A gente ganhou uma sala lá do projeto e tem curso de espanhol, inglês e português. Tem bastante aluno nos cursos de espanhol, bastante brasileiro... E sempre tem professores voluntários³²³. (Sonia Sarmiento)

Coletivos que trabalham com formação educacional, valorizando as trocas culturais, ajudam no empoderamento dos indivíduos enquanto cidadãos de direitos, e na quebra do isolamento dos sujeitos, permitindo o fortalecimento de identidades pessoais e de grupos, uma vez que os valores atribuídos ao pertencimento são resignificados nos países de destino desses indivíduos e coletividades. Acerca desse ponto, vejamos as ponderações de Nádia Ferreira.

Eu vim em 2000, mas me formei em 2010. Eu consegui estudar, mas nesse meio tempo eu tive a minha filha. Mesmo levando trabalho, a doença, a filha, eu consegui me formar em 2010 comecei a trabalhar. Só que como eu sempre fui muito enxerida e me envolvi com questões sociais. Comecei com curiosidades. Acho que minha veia de militante começou a despertar. “Como funciona no Brasil”? Sei que tem o Movimento Negro, tem os japoneses, tem o indígena. “E como esse pessoal se relaciona? O que tá acontecendo aqui?” É a curiosidade de entender que me moveu. Aí eu comecei a pesquisar como funciona, quais são os movimentos sociais que existem, como se dá essa relação. Em 2006 eu estava estudando ainda, mas eu estava trabalhando numa ONG que era de um angolano que trabalhava com amiga de amigos e estudantes africanos e brasileiros. Trabalhando lá, a gente realizou a primeira conferência entre mulheres africanas e mulheres afro-brasileiras, para trazer essa reflexão. E o título era “Desmistificação da Submissão da Mulher Africana”. E tivemos uma organização de três dias no centro da cidade. Isso já foi um incentivo: “Não, a gente tem que falar, a gente tem que mostrar que existe. E eu lembro que a gente começou e tinha mulheres brasileiras de todos os estados e mulheres africanas de vários países para essa conferência. E começamos a falar do significado das estampas, das roupas e começamos a mobilização. E falamos nosso sistema social para as mulheres brasileiras conhecerem. E ao me formar comecei a trabalhar especificamente com isso, e acabei escolhendo fazer uma especialização nessa área: Cultura, Educação e Relações Étnico-Raciais no Brasil. Eu vou escrever o TCC e continuar nesse mesmo movimento. Mais especificamente sobre Gênero, Imigração e Direitos Humanos³²⁴. (Nádia Ferreira)

A ideia de mulheres em movimento é carregada de atributos valorativos em que o sujeito é dono de seu destino em devir. Nádia Ferreira fortaleceu suas concepções de mundo

³²³ Entrevista com Sonia Maribel Sarmiento. “Projeto: Mulheres em Movimento, Migração e Mobilização Feminina no Estado de São Paulo”. Entrevista realizada em 24/08/2015. Ao se referir a CIC, Sonia Sarmiento quis dizer Centro de Integração da Cidadania, órgão vinculado a Secretaria de Justiça e da Cidadania, do Governo do Estado de São Paulo. Segundo o próprio CIC, trata-se de um “programa que visa proporcionar à sociedade os seus direitos por meio da participação popular e garantir formas alternativas de acesso à justiça”. Para mais informações, consultar página do projeto: goo.gl/pUMxMS

³²⁴ Entrevista com Nádia Solange Clemente Vaz Ferreira. “Projeto Mulheres em movimento: migração e mobilização feminina no Estado de São Paulo”. Entrevista realizada em 16/07/2016.

enquanto mulher negra imigrante a partir de sua vivência nos espaços de ação coletiva que teve acesso. Parte de sua identidade foi construída, ou reconstruída, fora do seu lugar de origem, cuja matriz, no encontro com a diferença, a fez ressignificar suas concepções políticas, culturais e de gênero, como percebemos por seu relato. Os coletivos também promovem uma intercircularidade entre diferentes culturas. Vimos aqui relatos de mulheres procedentes da América Latina e da África, mas representantes de outras localidades também se fazem presentes nesses espaços, as asiáticas, europeias e norte-americanas. Devido a seu pertencimento a redes migratórias constituídas e outras mais fechadas, não conseguimos agendar encontros com mulheres imigrantes da China. Representantes dessa nação também frequentam coletivos femininos estabelecidos em São Paulo, como o *Warmis* e discorrem:

a *Warmis*, como não tinha ninguém trabalhando com o recorte de gênero na migração, a gente tem só dois anos e a gente assim não dá conta porque começou a aparecer, tem muita demanda mesmo, por exemplo, a gente ficou sabendo só no tema do parto no sistema público tem 2800 no ano passado. Teve 2800 bolivianas, 600 paraguaias e 200 chinesas e o resto, outras migrações. Daí você vê a dimensão... Você pensa em outros temas... sei lá, trabalho escravo, das mulheres, basicamente é engraçado porque são as mesmas pautas do feminismo, mais ou menos, só que agregando o tema cultural ou a xenofobia, então tem mesmo demandas³²⁵. (Andrea Carabantes)

As narrativas das mulheres imigrantes questionam as matrizes da “colonialidade do saber, do poder e do gênero”³²⁶. Sabem da importância atribuída ao ato de trocar experiências como forma de compreender as violências pelas quais passaram ou passam, de modo que possam se fortalecer e resistir ante à dominação.

É importante dizer que o surgimento e o desenvolvimento da internet impulsionou a articulação dos movimentos sociais e coletivos que passaram a ter uma nova plataforma de troca e acionamentos, promovendo o acesso à informação e desenvolvendo alianças com outros grupos de modo a alavancar apoio e possíveis desdobramentos frente a outros grupos de pressão. Diversos movimentos sociais utilizam a internet para empreender ações, oficinas, cursos, marchas, documentos, comunicados. Promovem, assim, campanhas e se comunicam com outras redes de movimentos sociais de forma a angariar apoio, quando não fundos, para suas ações coletivas. Um exemplo de articulação internacional é o Fórum Social Mundial, encontro que reúne centenas de movimentos para debater questões do mundo social, político e cultural.

³²⁵ Entrevista com Andrea Carabantes Soto. “Projeto Mulheres em movimento: migração e mobilização feminina no Estado de São Paulo”. Entrevista realizada em 07/07/2015.

³²⁶ LUGONES, María. “Rumo a um feminismo descolonial”. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, 22(3): 320, setembro-dezembro/2014. Artigo disponível no endereço eletrônico: goo.gl/LghDRQ

De acordo com o sociólogo Jorge Alberto Machado, os ativismos por meio da utilização de redes sociais digitais permitem novos trajetos políticos e quebras de barreiras sociais (para aqueles que podem acessar tais redes). Nessas novas articulações, contemplamos uma redefinição dos atores e papéis sociais acionados pelo ativismo, e neste, o/a militante participa como “cidadão, militante, editor, distribuidor, consumidor etc. – superando as barreiras geográficas, e até certo ponto, as limitações econômicas”³²⁷. Esse compartilhamento de valores ocorre com mediações cada vez menores e sem interferência direta de governos e corporações, ao utilizarem outros tipos de informações e de estratégias de atuação, a militância digital move colaborações e amplia conexões em redes de articulação local, nacional e global. Os coletivos aos quais as mulheres imigrantes integram, como vimos, estão relacionados à temática da imigração, do acesso à informação, realização de cursos e oficinas sobre temáticas que vão desde a nova lei de imigração ao parto humanizado. Em sua maioria, as atividades desses coletivos são divulgadas por redes digitais, permitindo a troca cultural entre nacionais e imigrantes/refugiados de diferenciados países do globo.

Outro prisma que nos interessa apontar é a divergência de vertentes políticas e procedimentos de engajamento dentro dos coletivos femininos de São Paulo. Cada coletivo ergue suas orientações, propostas e temas que perpassam seus trabalhos. Podemos, portanto, indicar que a sociedade civil é um conjunto de vozes, de variados estratos sociais, que podem estar reunidas para os encaminhamentos de políticas públicas, protestos sociais, atos, entre outras ações. Segundo a socióloga Ilse Scherer-Warren, os movimentos sociais atuam em três níveis de articulação. A primeira dimensão se dá no nível do associativismo local, tal como ocorre com as “associações civis, os movimentos comunitários e sujeitos sociais envolvidos com causas sociais ou culturais do cotidiano ou voltados a essas bases, como são algumas Organizações Não-Governamentais (ONGs)”³²⁸. O segundo nível de articulação se efetiva nas *formas interorganizacionais de articulação* em que se manifestam os “os fóruns da sociedade civil, as associações nacionais de ONGs e as redes de redes, que buscam se relacionar entre si para o empoderamento da sociedade civil, representando organizações e movimentos do associativismo local”³²⁹. Essas e outras articulações são forças que estabelecem laços comunicantes entre a Sociedade Civil e Estado, mediante o uso de redes sociais. O terceiro nível de organização dos movimentos sociais, vinculados à esfera

³²⁷ MACHADO, Jorge Alberto S. “Ativismos em rede e conexão indenitária: novas perspectivas para os movimentos sociais”. *Revista Sociologias*. Porto Alegre-RS, ano 9, nº 18, jul./dez. 2007, p. 252

³²⁸ SHERER-WARREN, Ilse. “Das mobilizações às redes de movimentos sociais”. *Revista Sociedade e Estado*. Brasília-DF: v. 21, n.1, p. 109-130, jan./abr. 2006. p.210.

³²⁹ Idem, p.211.

pública, “são fruto da articulação de atores dos movimentos sociais localizados, das ONGs, dos fóruns e redes de redes, mas buscam transcendê-los por meio de grandes manifestações na praça pública, incluindo a participação de simpatizantes, com a finalidade de produzir visibilidade por meio da mídia e efeitos simbólicos para os próprios manifestantes (no sentido político-pedagógico) e para a sociedade em geral, como uma forma de pressão política das mais expressivas no espaço público contemporâneo.”³³⁰ Nesse âmbito, as marchas nacionais encabeçam os exemplos por luta de caráter participativo que envolve variados setores da sociedade civil em redes de articulação.

Nancy Fraser³³¹, ao realizar um balanço sobre as necessidades e implementação dos interesses dos movimentos sociais nos Estados Unidos, na obra *Fortunas do Feminismo*, argumenta que os movimentos sociais na era pós-industrial vão se deparar com os “poderosos interesses organizados”, que farão interpretações das necessidades do movimento de acordo com seus interesses. Todos esses níveis de articulação de movimentos formam sedimentos, em sua maioria em busca por estabelecer diálogos com poder, na gestão de formas autônomas ou ao se construir pressão frente ao Estado. São longas as veredas a serem percorridas pelas lutas das mulheres e da sociedade civil em diferentes coletivos. E o passo inicial já foi dado. A reunião dessas narrativas é rica por desenharem aspectos relacionados a escolha e participação política pertinentes a seus protagonismos. Além disso, a migração correlacionada a autonomia e a subjetividade dos migrantes fornecem uma dinâmica, uma força para a reconexão da “escala migrante” dentro da fronteira do capital e do Estado, ventilando as conexões em escala local os fluxos globais de dinâmicas transnacionais complexas, cujos espaços são atravessados pelas trajetórias dos migrantes (homens, mulheres e crianças) e por suas sociabilidades coletivas de interações sociais³³².

No próximo capítulo, será realizada a continuidade e aproximações aos temas interseccionais ao serviço público e os processos de autonomia das mulheres imigrantes.

³³⁰ Idem, *ibidem*

³³¹ FRASER, Nancy. Op. Cit. 95

³³² DE GENOVA, Nicholas. Op. Cit. p. 7.

CAPÍTULO 5

FRONTEIRAS DO FEMININO

Cada grupo habla desde su propio punto de vista y comparte su propio conocimiento parcial, situado. Pero dado que cada grupo percibe su propia verdad como parcial, su conocimiento es inconcluso. Cada grupo se transforma en el más capacitado para considerar los puntos de vista de otros grupos sin renunciar a la singularidad de su punto de vista o a las perspectivas parciales de otros grupos. Parcialidad, y no universalidad, es la condición para ser escuchado."

Patricia Hill Collins

5.1 Trabalho e Saúde da Mulher Imigrante: o corpo como fronteira

Em continuidade as questões elencadas pelas narrativas das mulheres migrantes que residem na cidade de São Paulo no percurso do capítulo 4, neste capítulo apresentaremos o entrelaçamento dos discursos da experiência migratória feminina aos temas relacionados a saúde, questões de autonomia, interculturalidade da experiência migratória como proposta para desconstrução dos preconceitos, xenofobia e racismo nas sociedades em que os sujeitos passam a viver.

Nesta sessão abordaremos os aspectos relacionados à migração, trabalho e gênero tendo o corpo migrante como uma dimensão de fronteira em que circula elementos culturais intransponíveis no percurso da migração e em confronto com as sociedades locais, a partir das entrevistas estabelecidas nesta pesquisa. Cabe dizer que existem diferentes abordagens que concatenam trabalho e imigração, contudo, há poucas pesquisas no Brasil que caracterizem essas três instâncias e que tenham como suporte pesquisas qualitativas em que os sujeitos apresentem as problemáticas na qual a pesquisa foi desenvolvida. A partir das entrevistas citadas no capítulo anterior pensaremos a intersecção desse problema. Indica-se nesta seção uma discussão sobre questões referentes a saúde da mulher imigrante, seu acesso ao SUS, as conquistas alcançadas e o muito ainda a se fazer em relação a essa problemática.

Imigração, trabalho e gênero são tópicos vinculados a esferas de poder, relações sociais e dinâmicas econômicas vivenciadas pelas mulheres migrantes. Com relação à posição do conjunto de mulheres evocadas neste trabalho, aponta-se uma diferenciação, visto este se tratar de um grupo que teve acesso à formação escolar nos lugares de origem e destino. Destas, algumas realizaram seus estudos nos países de acolhida, enquanto outras deram continuidade à sua formação profissional e escolar no Brasil e em outros países. Porém, a

realidade da maioria das mulheres imigrantes, principalmente no setor da costura, é a de baixa escolaridade. Essas mulheres trabalham com carga horária de dez a quinze horas de trabalho, por vezes diversas em condições precárias, o que delimita em pouco tempo para a formação. O sistema de trabalho no setor têxtil de São Paulo abarca relações sociais-laborais pré-capitalistas, ao mesmo tempo em que reconfigura fronteiras de relações de classe, gênero e etnia dentro dos princípios tecnológicos atuais, um processo que se dá em movimentos multissituados, problematizando o corpo como uma plataforma em que transparece a relação interno e externa da fronteira migrante.

De modo que ao pensarmos em trabalho, imigração e gênero, a partir dessa perspectiva, torna-se importante articular as desigualdades desse setor. Nas oficinas de costura, embora tenhamos tido acesso a poucos relatos diretos de quem vivencia tal problemática, percebemos essas questões mediante relatos indiretos de mulheres, imigrantes ou não, que mantêm vínculos com trabalhadoras do setor nos coletivos em que atuam. Pelo que pudemos verificar em nossa pesquisa, o tempo de trabalho é igualado ao tempo de produção de peça, sem distinção. Percebemos a não divisão dos cuidados e responsabilidades com filhos e filhas, a ausência de licença maternidade, para o possível resguardo da mãe, além das demandas relacionadas à documentação, à violência doméstica e sexual e outras problemáticas já discutidas aqui. Esse conjunto de questões está relacionado à divisão sexual do trabalho³³³ na virada do Século XX para o XXI e inclui a flexibilização da mão de obra, o alto índice de desemprego na Bolívia (e outros países em o neoliberalismo foi implantado), a globalização, informatização e automação do trabalho produtivo, entre outros fatores. De forma preliminar, podemos dizer, pautados em Hirata e Kergoart, que a divisão do trabalho entre os sexos é um dos elementos de disparidade nas relações sociais estabelecidas no contexto atual. De modo que “as relações sociais (de sexo) estão encarnadas na materialidade social de formas anteriores ao processo migratório, além da materialidade social dada pelo contexto produtivo. A divisão sexual do trabalho é o suporte empírico que permite a mediação entre relações sociais (abstratas) e práticas sociais (concretas)³³⁴”. Ou seja, a exploração do trabalho feminino é mais um meio para a superexploração da classe trabalhadora em um panorama em que as mulheres são sobre-exploradas em relação aos homens, o que garante

³³³ Para Helena Hirata e Danièle Kergoart, a divisão sexual do trabalho entre homens e mulheres significa “em primeiro lugar a imputação aos homens do trabalho produtivo – e a dispensa do trabalho doméstico – e a atribuição do trabalho doméstico às mulheres, ao passo que são cada vez mais numerosas na nossa sociedade salarial as mulheres a querer entrar e se manter no mercado de trabalho.” HIRATA, Helena; KERGOART, Danièle. “A divisão sexual do trabalho revisitada”. In: *As Novas Fronteiras da Desigualdade: homens e mulheres no mercado de trabalho*. São Paulo: Editora Senac-São Paulo, 2003. p.113

³³⁴ Idem, p.114.

lucros extras aos proprietários dos meios de produção. Vejamos um exemplo concreto desse estado de coisas pelo relato de Rocio Bravo, quem por sua militância em coletivos conhece de perto tal questão.

A força e visibilidade que a gente conseguiu com a Frente de Mulheres Imigrantes Refugiadas nesses últimos tempos. “Olha, vamos a fazer, essas são as mulheres de diferentes coletivos, não com a bandeira de coletivo ONG, mas do fato de que vamos discutir sobre as mulheres, vamos discutir sobre parto humanizado, vamos discutir sobre, por exemplo, as mulheres que trabalham em oficinas de costura e muitas vezes vivem sozinhas ou somente com sua família, e elas às vezes são abusadas sexualmente dentro das oficinas de costura. A precariedade com que as oficinas de costura estão. Agora pouco foi um incêndio. Por quê? Porque às vezes são várias famílias *vincinadas* em um lugar e não tem condições de emprego e condições de estudo, porque eu demorei mais de um ano e meio, mesmo eu tendo uma formação, para conseguir o título de revalidação. Mas tem outras mulheres muito *cercanas* a mim, próximas que não conseguiram a revalidação do diploma. Existem muitas travas para conseguir um emprego na tua área e no final termina sendo subempregada. Isso também é uma dificuldade muito grande. Outra coisa é ser mulher, sozinha num país com outro idioma, com filhos e a dificuldade para você sair do ciclo. Eu acho que é isso também as nossas lutas³³⁵. (Rocio Bravo)

As dificuldades de se construir uma análise macro a partir das entrevistas esbarra na questão de base empírica e aporte teórico para adequar experiências tão diversas, principalmente ligadas ao trabalho e outros temas, uma vez que não temos números exatos de quantos imigrantes, sendo homens e mulheres, trabalham no setor da costura, e como se dão as relações sociais, de forma micro, dentro desse setor produtivo. Contudo, a partir do relato de pessoas, mulheres que estão em coletivos, vamos nos aproximando da realidade vivenciada por grupos de migrantes que trabalham nesse nicho produtivo. E o nosso olhar sempre na fronteira cultural entre os grupos e as vivências de campo que construímos no trajeto da pesquisa é o que nos permite levantar indagações.

Os problemas existentes no Brasil, relacionados ao tema em análise, são mais visíveis, dado o acesso à informação em virtude da existência dos CRAIs atuantes em São Paulo e outros estados, além de outras instituições que trabalham com questões de imigração e refúgio no país. Mesmo existindo variados estudos que se dedicaram à imigração internacional, há dificuldades em estabelecer um número aproximado de brasileiros vivendo fora do país, e também estimativas de entradas de estrangeiros no Brasil. Tal situação impede que tenhamos acesso a números mais fidedignos, tais como registros administrativos, levantamento de dados domiciliares, dentre outros. Uma das fontes de informação sobre os imigrantes vivendo no Brasil são os Censos Demográficos do IBGE, mas ainda assim há limitações pois os dados

³³⁵ Entrevista com Rocio del Pilar Bravo Shuña. “Projeto: Mulheres em movimento: migração e mobilização feminina no Estado de São Paulo”. Entrevista realizada em 07/12/2016.

existentes aproximados, uma vez que muitos imigrantes permanecem indocumentados. Estima-se uma crescente de entradas a partir da década de 1980, principalmente de naturais do Cone Sul. Entre 2000 e 2010, verifica-se um aumento considerável na entrada de população sul-americana (bolivianos, colombianos, peruanos e paraguaios), assim como um crescimento de 100% no número de chineses³³⁶. Conjectura-se que entre 2005 e 2010 chegaram ao Brasil cerca de 15 mil imigrantes em idade ativa por ano, enquanto essa cifra não era superior a 10 mil imigrantes entre 1995 a 2000. Contudo, dentro dessa faixa há um grande número de imigrantes de retorno³³⁷. Outra fonte aponta que no ano de 2014 foram dadas 5.138 autorizações de trabalho para mulheres imigrantes e 41.602 autorizações de trabalho para homens imigrantes³³⁸. Esses números são medidos a partir de dados oficiais de contratos de trabalho estabelecidos. Não há dados sobre trabalho não registrado em carteira.

Os números correspondentes ao acesso à saúde na cidade de São Paulo estabeleceram, perante o diagnóstico de atendimento à população migrante no município de São Paulo, que durante o ano 2014 os imigrantes bolivianos corresponderam a 45% da população atendida no conjunto dos migrantes residentes no município, o que também corresponde a uma das dez maiores nacionalidades de imigrantes usuárias do sistema de saúde³³⁹. O segundo grupo corresponde aos imigrantes portugueses, também há um destaque aos imigrantes da China e da Coreia do Sul, seguidos, também, por uma forte presença de imigrantes do Paraguai, Peru e Chile que corresponderam as 20 maiores populações do município³⁴⁰.

Outros dados do diagnóstico foi o Cartão Nacional de Saúde – CNS – é um cartão usado pelo SUS, e segundo o registro do mesmo ao acesso à saúde costa que em 2016 a Bolívia obteve 45,3%, seguidos de 14,8% de Portugal, depois consta que as nacionalidades do Cone Sul: Paraguai, Peru, Chile e Argentina ficaram 13,8% dos cadastros com o CNS³⁴¹. Na sequência, os haitianos tiveram 247 cadastros em 2015 e 481 em 2016, o que indica a migração para a cidade de São Paulo nesse período. Segundo o mesmo relatório, de 28.402 de um total 385.120 com registros ativos; e outra parcela de imigrantes como os chineses, “dos

³³⁶ Estadísticas de migración laboral: Mapeo y análisis en 5 países de América Latina y el Caribe. Oficina Internacional del Trabajo, Organización de País de la OIT para el Brasil. - Brasília: [OIT], 2016. p.24. Para consulta: goo.gl/zmGdzv. Acesso em 27 de setembro de 2017, às 18h:06min.

³³⁷ Idem

³³⁸ Relatório do Ministério do Trabalho e Previdência Social – Coordenação Geral de Imigração (CGI), autorizações de trabalho concedidas a estrangeiros. Para consulta: goo.gl/o2x2xM. Acesso em 27 de setembro de 2017.

³³⁹ Todos os dados obtidos nesse parágrafo correspondem ao livro diagnóstico São Paulo Cosmópolis *Imigrantes em São Paulo : diagnóstico do atendimento à população migrante no município e perfil dos imigrantes usuários de serviços públicos*. Organizado por São Paulo Cosmópolis ; coordenado por Deisy Ventura, Feliciano Sá Guimarães e Rossana Reis. -- São Paulo : IRI-USP, 2017. p.75

³⁴⁰ Idem, p.75.

³⁴¹ Idem, p.80.

24.894 imigrantes chineses registrados em 2016 no SINCRE, somente 388 (1,5%) são portadores do CNS³⁴²”.

Os dados referentes a taxa de natalidade no município de São Paulo, de acordo com o Sistema de Informação sobre Nascidos Vivos (SINAC), entre o período de 2012 e 2014, estabeleceram que 3% dos nascidos vivos eram filhos de mães não brasileiras. Entre as nacionalidades destacam-se boliviana, chinesa e paraguaia, correspondente ao número de 37.117 de nascidos vivos, em que 5.152 eram mães imigrantes³⁴³. Além disso, há um aumento de partos de mães haitianas que passaram de 0,4% em 2012 para 1,8% em 2014. E dentre as nacionalidades, as mães bolivianas lideram o número de nascimentos vivos. Dentre os partos realizados na rede pública de saúde e instituições privadas, os números apontam que as mães imigrantes fazem uso da rede pública, o que destaca os aspectos socioeconômicos da população imigrante, e que segundo o diagnóstico é a realidade de 90% das mulheres bolivianas, paraguaias, haitianas, nigerianas que foram atendidas pelo SUS. Enquanto que as mulheres libanesas, sul-coreanas, francesas, norte-americanas utilizaram o serviço de saúde da rede privada³⁴⁴. Outro dado apontado pelo diagnóstico e que nossas entrevistas também indicam é que somados “os critérios econômicos, barreiras linguísticas, desconhecimento de direitos e a própria localidade geográfica dos serviços públicos e particulares com relação aos locais de moradia dos imigrantes³⁴⁵” dificultam o acesso aos serviços de saúde.

As vozes que ecoam das narrativas tecem críticas ao ideal burguês da universalização dos direitos, uma vez que a equidade do exercício político para as mulheres na esfera pública não foi devidamente efetivada. Em virtude da hierarquia que separa o público e o privado, com cargas desiguais quanto à divisão do trabalho doméstico, cuidado com filhos e idosos, exercício não remunerado, não valorado (das mulheres) no espaço público, os homens têm, ainda hoje, tempo extra para desenvolver capacidades profissionais de maior remuneração, inclusive carreiras na ciência, na política e em tantas outras áreas, que exigem tempo de formação. O equívoco de que o espaço público e a dimensão do privado existem como áreas distintas, na produção das esferas da vida dos sujeitos, perpassa todo o problema da divisão social do trabalho, em diferentes estamentos sociais. Mesmo com todos os avanços em torno do debate sobre direitos e a desconstrução binária de uma forma de ser masculina e outra feminina, predomina, em tempos atuais, uma divisão desigual do trabalho doméstico.

³⁴² Ibidem, p.80.

³⁴³ Idem, p.81.

³⁴⁴ Idem, p.82.

³⁴⁵ Idem, p.83. Para maiores detalhes das nacionalidades que fazem uso dos serviços públicos na cidade de São Paulo, sugerimos que leiam o e-book diagnóstico.

Reiteramos aqui que isto repercute na liberdade de tempo para muitas mulheres em termos de formação política, científica, cultural, e na equidade de responsabilidades cotidianas em torno do trabalho.

Como discutido no primeiro capítulo, o imigrante é um sujeito que desperta dúvida, desconfiança por parte dos nacionais, principalmente quando essa presença não é autorizada pelo Estado. Ainda existe, na atualidade, um discurso de que os imigrantes possam “roubar” cargos trabalhistas e também o acesso a bens e serviços públicos dos cidadãos nacionais. Caso esses migrantes, podendo ser homens, mulheres e crianças, estejam em situação irregular, ou seja, não portando documentos que os legitime em outro território e tenham acesso aos serviços públicos nacionais, esses sujeitos passam a enfrentar dificuldade e sofrem estigmas atrelados a diferenças culturais³⁴⁶. Muitos podem ter problemas, principalmente, relacionados à precarização no trabalho, integração na sociedade brasileira, comumente no acesso aos serviços públicos, tais como direito à saúde e práticas reprodutivas, direito à educação, direito à moradia, direito à cultura, ou seja, direito a ser cidadão, daí também os limites e fronteiras da cidadania. Até porque em alguns países a cidadania pode estar relacionada a regularização migratória, ou seja, reconhecimento de direitos no território. No Brasil, cidadania pode também estar conectada ao reconhecimento dos direitos políticos; e, nesse sentido, o migrante não o exerce porque a constituição o instituiu.

Desde 1988, por meio da Constituição Federal, o acesso à saúde no Brasil é um direito universal e inalienável da pessoa humana, sendo o mesmo estabelecido pelo art. 196 como um “dever do Estado e da legislação nacional”³⁴⁷, garantindo, mediante políticas sociais, o acesso universal à promoção, proteção e recuperação da pessoa humana. A temática de convergência que atravessa as questões relacionadas à migração e saúde é o acesso da mulher imigrante e refugiada.

Um ponto que merece ser destacado é o da violência obstétrica vivenciada por muitas mulheres imigrantes no Sistema Único de Saúde (SUS). As mulheres que diretamente relataram essa questão são as ativistas do coletivo *Warmis*, que ao realizarem trabalho de base, principalmente com mulheres latino-americanas, fizeram um levantamento e expuseram a negligência para com essas. Apontaram a ausência de intérpretes, manuais e normativas de saúde traduzidos para línguas nativas das falantes, principalmente nos aparelhos públicos

³⁴⁶ WALDEMAN, Chang Tatiana. “Movimentos Migratórios sob a Perspectiva do Direito à Saúde: imigrantes bolivianos em São Paulo”. *Revista de Direito Sanitário*, São Paulo. v. 12, n. 1 p. 90-114 Mar./Jun. 2011. p.93

³⁴⁷ Na Constituição Federal de 1988, em seu art. Nº 196, estabelece: “A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.” Visualizar em: goo.gl/KhPpkZ. Acesso em 5 de outubro de 2017, às 18h:17min.

mais frequentados por essa população. Tal situação dificulta muito o diálogo, assim como a compreensão de normativas institucionais. Desse modo, algumas características da população migrante podem dificultar seu acesso aos serviços públicos de saúde, tais como “o desconhecimento de acesso ao serviço no país receptor, o medo ao utilizar o serviço público, no caso de imigrantes sem documentos; o desconhecimento da língua, questões culturais relativas ao comportamento perante as doenças e a necessidade de seu tratamento³⁴⁸”. De modo que é necessário compreender, quando os sujeitos são migrantes, os componentes culturais relacionados ao local de origem destes, assim como os fatores que o imigrante “incorpora” para si nos locais em que vive a migração são relevantes. Além das questões mencionadas, outro problema é a não consulta às mães para realização de cesarianas. Essas mulheres trabalham, não tendo direito ao devido repouso demandado por tal cirurgia, o que ocasiona a quebra do resguardo, uma vez que precisam operar máquinas nas oficinas de costura a arcar com cuidados com a criança, ao mesmo tempo. Essa realidade piora de acordo com o nível de precarização das oficinas em que se atuam.

Segundo Avellaneda Yajahuanca, existem três fatores que influenciam na saúde do imigrante: os atributos sóciodemográficos, as experiências pré-migratórias, e as experiências e condições pós-migratórias³⁴⁹. É necessário dizer que as diferenças culturais e marcadores étnicos dos imigrantes podem ser vistos com estranhamento na sociedade receptora, por nesta serem desconhecidas essas diferenças culturais. No campo da saúde, tais diferenças podem gerar atributos preconceituosos por parte de médicos, enfermeiros e funcionários administrativos. Sobre essa questão, a boliviana Patricia Torres também tem experiências relativas a essa problemática, vejamos um trecho de suas ponderações:

Bom, do movimento eu já participava e com a Jobana a gente sempre estava falando “ah, vamos fazer alguma coisa junta”, “ah, o parto humanizado”, porque ela teve filho e eu fiquei grávida e ficou esse tema do parto. Aí foi todo o tema de como ter um parto humanizado, de como não cair na cesárea e eu falei “sério que aqui tem tanta cesárea?” e aí a gente começou com esse tema. E conversando, apareceu o tema de que as mulheres bolivianas tinham muito problema na hora do parto, do acesso à saúde, do pré-natal, as mulheres nas oficinas, enfim, e a gente começou a trabalhar na verdade com a questão do parto porque era o que mais identificava a gente e também porque a gente viu que ninguém se importava muito com as mulheres imigrantes. Tinham muitas associações de imigrantes, mas ou era o tema do trabalho ou o tema cultural, as festas, mas mulheres imigrantes não. Bom, só agora que a gente tem feito muito barulho que o tema foi discutido... até por isso que eu estou aqui, por exemplo, mas antes disso, não, o tema da mulher imigrante não existia. (Patricia Torrez)

³⁴⁸ AVELLANEDA YAJAHUANCA, Rosario Del Socorro. “A Experiência da gravidez, parto e pós-parto das imigrantes bolivianas e seus desencontros na cidade de São Paulo”. Tese de Doutorado. São Paulo: Faculdade de Saúde Pública da USP, 2015. p.18

³⁴⁹ Idem, p. 20.

[...] Não é porque a gente considera mulher só quem pari ou só quem tem filhos, mas tem o tema gestação e acesso à saúde. Tudo isso para a mulher é bem complicado, principalmente para a mulher boliviana, porque tem um tema, a cultura, é um problema... Porque o parto nos Andes, no Chile, no Peru e na Bolívia é muito diferente do realizado aqui. Tem algumas coisas similares ou só de algumas coisas, como por exemplo, o que eu estava falando do chá há um tempo atrás, assim, para a gente é muito importante o tema do calor. Para a mulher que está parindo tem que estar aquecida, agasalhada e aqui você chega e eles tiram tudo e colocam um negocinho. Uma mulher boliviana, por exemplo, elas dão banho... aqui dão banho nas mulheres. A mulher pari e já dão banho, e a mulher boliviana acho que demora um ou dois dias para tomar banho de chuveiro, porque o corpo esfria, o leite seca, então você não pode amamentar o filho. É uma cadeia de consequências, então a gente está enfatizando o tema do parto porque a gente sente que isso toca bem assim, um ponto central das mulheres. E outro tema é que na verdade parece, quando a gente fala, parece assim, eu já ouvi “ah, com as brasileiras é o mesmo”, mas é, tipo assim, tem violência domésticas das brasileiras, tem violência no parto, tem violência no atendimento público, tem, mas quando é mulher imigrante além disso tem xenofobia, tem maus-tratos, tem racismo por ser imigrante³⁵⁰. (Andrea Carabantes)

Um viés que atravessa essa questão é a herança de tradições culturais relativas aos cuidados com o corpo no período anterior ao parto e no pós-parto, o que pode gerar conflitos com os métodos e técnicas da saúde em contexto brasileiro. No que tange às especificidades culturais bolivianas (andinas) relativas ao parto, existe um sistema local com técnicas bioculturais para sua realização, de modo que muitas mulheres optam por ter seus filhos na Bolívia, pois podem dar a luz em casa, acompanhadas e assistidas por seus parentes. O parto é vivenciado mediante práticas culturais que são ensinadas por gerações mais velhas, mães e avós, e quando há risco à saúde da mulher, ela é encaminhada a hospitais. E “para a cultura tradicional boliviana a mulher é responsável por duas vidas, a sua e de seu filho, e arca com o peso e riscos dessa responsabilidade. Na cultura aimará, diz-se que “a mãe está entre duas cabeças, a sua e a do filho³⁵¹”.

A partir da perspectiva cultural apontada acima, o corpo é compreendido a partir de três dimensões: físico, psíquico e espiritual. E na cultura tradicional andina, os cuidados com o corpo são fundamentais para um bom desenvolvimento da gestação da criança e da relação dessa mulher com as pessoas com as quais ela está envolvida. Quando esses procedimentos são interrompidos ocorre uma quebra, principalmente, quando há cesariana. Um fator que contribui para o acesso à informação é a língua. Porém o que se configura é que muitos imigrantes, principalmente mulheres costureiras, devido a sua convivência quase restrita às oficinas de costura, pouco têm acesso ao idioma português e à cultura brasileira. Abaixo, a narradora Jobana Moya explica o posicionamento do grupo de que faz parte.

³⁵⁰ Entrevista com Patrícia Ruth Prudencio Torrez. “Projeto Mulheres em movimento: migração e mobilização feminina no Estado de São Paulo”. Entrevista realizada em 02/12/2015.

³⁵¹ AVELLANEDA YAJAHUANCA, Rosario Del Socorro. Op. Cit. p.27.

Primeiro, nós queremos falar, então nós é que vamos fazer o nosso levantamento de informações, nossas interpretações. Ainda está pendendo essa pesquisa sobre a violência obstétrica, então começamos a ir à praça *Kantuta*, a ir na rua Coimbra, não conseguimos porque na Coimbra é muita circulação, é diferente da Praça *Kantuta*, onde o pessoal para, senta, na Coimbra é muito movimentado para fazer isso. Começamos a abordar as mães que vinham com seus filhos, começamos a conversar, era fácil porque somos imigrantes, mas depois íamos fazendo amigas porque começaram a falar o que faziam, eram mães também e começamos a falar das nossas experiências e aí vamos perguntando em qual hospital eram atendidas, se elas sofreram episiotomia, se cortaram elas, se perguntaram para elas, se elas deram autorização, porque a mulher imigrante ou o imigrante em geral acha que é normal ser atropelado, é normal ficar calado, é como se você não tivesse nenhum direito. Você tem que agradecer o pouco que tem e não sabe reclamar. As mulheres não se dão conta se os direitos são atropelados, têm medo de reclamar, muitos reclamavam que em São Paulo e no Brasil tem uma lei que garante o acompanhamento durante o parto. Não deixavam entrar o marido no hospital, não explicavam nada, já botavam no soro e já metiam na sala de cesária sem perguntar para a mulher, já tinham mulheres chorando, assim: “Porque nem me falaram, nem me perguntaram, me fizeram cesárea.” É uma tremenda violência³⁵². (Jobana Moya)

Desse modo, um dos problemas vinculados aos relatos de violência é a falta de informação da população migrante sobre seus direitos. A violência obstétrica é caracterizada pela “apropriação do corpo e processos reprodutivos das mulheres, através do tratamento desumanizado, abuso da medicalização e patologização dos processos naturais, causando a perda da autonomia e capacidade das mulheres de decidir[sic] livremente sobre seus corpos, impactando negativamente na qualidade de suas vidas³⁵³”. Nesse tipo de procedimento, as mulheres podem sofrer intervenções no corpo como a episiotomia, cesarianas, entre outros procedimentos feitos sem sua autorização devida, o que quebra protocolos baseados nos direitos humanos e fere o direito de escolha das mulheres. Vamos a mais um trecho de nossa entrevista com a ativista Jobana Moya, de modo a referendarmos nossas análises com exemplos do cotidiano.

Apesar de ter vivido na cidade, posso falar do contato que tive porque a minha avó era *depollera* (*parteira*). Porque boliviano mudou, depois de Evo Morales mudou muito, felizmente não tem tanta discriminação contra os indígenas como antes... As mulheres tinham seus filhos sozinhas, amarravam uma corda na madeira e de joelhos, de cócoras tinham seus filhos. A minha mãe aprendeu um pouco isso porque falavam: “Não pode tomar banho, tem que esperar que o corpo feche e o bebê também vai limpando só.” A minha irmã explicou isso e disse que é bom para a pele do bebê. Há comidas que fazem para você ter mais leite; te dão cerveja preta, coisas básicas e eu queria me aprofundar mais porque no campo as parteiras são mais valorizadas e a cidade está sofrendo um processo inverso, mas ainda assim nos hospitais fazem parto normal, fazem episiotomia, porque infelizmente na globalização os procedimentos são uniformizados. Na Bolívia, a minha mãe sempre me carregou na *aguayo* e quando eu tive a minha filha lembro que tinha noites que ela chorava muito e numa noite quando ela era pequena, peguei e coloquei-a no *aguayo* e ela se acalmou. Aí lembrei que tinha um carinho pelo *aguayo*, por esse

³⁵² Entrevista a nós concedida por Jobana Moya, em 20/03/2015

³⁵³ AVELLANEDA YAJAHUANCA, Rosario Del Socorro. Op. Cit. p. 125.

sentimento de tranquilidade. Eu comecei a usar e vi que os imigrantes não usam³⁵⁴.
(Jobana Moya)

O discurso acima se refere às técnicas de parto, que no caso da Bolívia, são diferenciadas, e por essas diferenciações na cultura dos migrantes, o sistema público de saúde tem adotado procedimento no qual os profissionais de saúde recebem capacitação para o atendimento adequado intercultural para o atendimento das parturientes. Na Bolívia, as posições de quatro ou pendurada numa corda são comuns, inclusive para outros tipos de atendimento à saúde. As “posições verticalizadas de atenção do parto são usadas em centros de parto natural em países desenvolvidos, porque possuem fundamentos científicos e culturais, e com reconhecimento da Organização Mundial da Saúde (OMS)”³⁵⁵.

No Brasil, o Sistema Único de Saúde é um programa governamental qualificado pela presença do Estado nas funções de financiamento, regulação e prestação de serviços. Esse programa surgiu em 1988, no processo reabertura política, tendo como base exigências e pautas do movimento sanitarista que defendiam a universalização do sistema público brasileiro. Esses valores foram as premissas que nortearam as ações das pessoas envolvidas nesse setor. Mesmo tendo uma proposta de abrangência nacional, em muitas situações o sistema apresenta falhas. A tese apresentada por Avellaneda Yajahuanca avalia as contradições quanto ao acesso à saúde pelo SUS em São Paulo, e quanto às práticas de cuidado com a saúde das mulheres bolivianas no que se refere ao parto humanizado. Tais procedimentos não são considerados no Brasil, uma vez que a universalização da saúde tende a unificar os cuidados com a gestação e o processo de parto. Esse estudo, por meio de uma pesquisa de base etnográfica, notificou casos de violência no SUS e a falta de informação no acesso à saúde das mulheres latino-americanas, principalmente, com as bolivianas que fazem uso dos programas de saúde no Brasil. No SUS, as desigualdades ainda aparecem nos processos de atendimento às mulheres, como se elas estivessem sendo culpabilizadas por estarem grávidas.

O Brasil faz parte do Sistema Integrado de Saúde nas Fronteiras – SIS Fronteiras, criado no âmbito do Mercosul, em 1996, tendo como meta o acesso à saúde em regiões fronteiriças do país. Em São Paulo existe um programa de acompanhamento e combate a doenças de difícil tratamento junto aos migrantes, como tuberculose e HIV³⁵⁶. No Brasil, a

³⁵⁴ Entrevista a nós concedida por Jobana Moya, em 20/03/2015.

³⁵⁵ AVELLANEDA YAJAHUANCA, Rosario Del Socorro. Op. Cit. p. 105.

³⁵⁶ “A Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo e a Coordenação de Vigilância em Saúde da cidade de São Paulo (COVISA), em conjunto com organizações não governamentais, propuseram algumas ações, entre as quais: 1) Elaboração de material de esclarecimento sobre prevenção de Aids e tuberculose, em espanhol; 2)

Lei nº 5452/43, do art. 392³⁵⁷, indica que a mulher trabalhadora tem direito “à licença-maternidade de 120 dias, sem prejuízo do emprego e do salário”. Os papéis de gênero na migração e as questões relativas à divisão social do trabalho doméstico e cuidado com os filhos não são equitativos no mundo social, sobretudo no contexto produtivo das oficinas de costura. A partir de dados da pesquisa citada acima, todas as mulheres parturientes recebem alta hospitalar e um atestado médico, contudo, depois de oito dias são reincorporadas ao trabalho na costura. Quando algumas têm círculo de relações, sendo parentes próximas de donos de oficinas de costura, conseguem se ausentarem por até 45 dias do trabalho, mas isto é um “privilégio” para poucas³⁵⁸.

Desse modo, percebemos que mesmo que o SUS mesmo sendo um programa universalizado no Brasil e que dê acesso à saúde a quem antes não tinha condições econômicas para manter um tratamento, ainda tem inúmeros problemas e contradições. Assim, para nosso recorte de pesquisa, nos atentamos à violência obstétrica, que é uma dessas problemáticas e que mostra o tipo de cuidado que a população de baixa renda tem “merecido” no Brasil. Além do que, visualizamos que o corpo é um território fronteiriço, um campo de tensão entre dinâmicas culturais e práticas de subjetivação na mobilidade humana. Apontar as ambiguidades mediante o relato das mulheres ativista foi a meta deste tópico.

5.2 *Pela autonomia das mulheres*

O debate em torno da autonomia de grupos e indivíduos dentro de sociedades de viés democrático liberal é tema constante de análise na ciência política, nos feminismos, na história, antropologia, sociologia, geografia e outros campos que se preocupam com as noções de liberdade e subordinação em sociedades que são atravessadas por matizes de desigualdade, de modo que o ideal da autonomia é um assunto mobilizado por diversas correntes políticas, inclusive pelos sujeitos que estão envoltos na luta por direitos. Contudo, as correntes feministas clássicas colocaram em cheque a noção de autonomia liberal em que os indivíduos

Revisão dos pré-requisitos para atendimento – como a necessidade de apresentação de documentos que comprovem residência – nas Unidades Básicas de Saúde (UBSs) das áreas onde se concentram os imigrantes; 3) Implementação de estratégias para aproximar os bolivianos das UBSs pelo Programa Saúde da Família (PSF); 4) Contratação de profissionais bolivianos para trabalharem nas UBSs; e 5) Oferta de cursos de espanhol e sobre cultura boliviana para profissionais das UBSs (SILVA, 2009)”. Ibidem, p.31.

³⁵⁷ Idem, p.94.

³⁵⁸ Ibidem, p.94.

possam estar, já que o viver em sociedade nos torna agentes que sofrem interações e relações de poder, o que influencia o curso da história em diferentes classes sociais³⁵⁹.

Para Flávia Biroli, nas arenas do pensamento da teoria política ocidental, autonomia e dominação correspondem a uma balança, que a depender do movimento das forças que a deslocam, pode construir assimetrias, assim como disparidades. Partindo do pressuposto de que as identidades (identificações), nessa plataforma, são resultantes de dominação e de atributos sociais naturalizados pelos indivíduos, a autonomia “poderia desdobrar-se em uma desvalorização (política e cognitiva) das opções feitas pelos indivíduos, assim como de sua vivência concreta e específica³⁶⁰”, quando a compreendemos a partir de acordos, regulações e critérios normativos. A percepção do corpo, da existência da mulher como um processo de alienação e consciência dos mecanismos da dominação que nos constitui, a partir de condicionantes: sociais, econômicos, culturais, políticos, entre outros, que amplia ou restringe as possibilidades de realização dos indivíduos, também tem suporte de que “todo ser é um ser social”, de modo que as noções de identidades, como constructo social, tomam forma na relação com o outro, como apregoava Luckacs.

Flávia Biroli continua sua argumentação sobre a autonomia ao trazer para sua análise a concepção de corpo de Simone de Beauvoir, que por sua vez, pode alargar os ditames de liberdade em “ser mulher”, a depender da cultura em que formos instituídos. Desse modo, a concepção de “corpo vivido” é definida, a partir de Beauvoir e Merleau-Ponty, como “ideia unificada de um corpo físico agindo e tendo experiências em um contexto sociocultural específico”, como “corpo-em-situação”. A tradição fenomenológica existencialista de compreensão do corpo permitiria entendê-lo como convergência entre facticidade e situação³⁶¹. E assim, percebemos que o corpo é um campo atravessado pelas condições materiais, relações sociais e, também simbólicas, nas quais nos situamos. A nossa relação com outros sujeitos pode alargar a compreensão que temos de nossos corpos e, dependendo do tipo de interação que estabelecemos com outros sujeitos, diminuir a formas de dominação que muitas mulheres sofrem, no campo privado e público, sobre a capacidade de libertarem seus corpos de qualquer jogo de dominação.

Uma análise que Flávia Biroli propõe tendo como suporte Simone de Beauvoir e Iris Young, e que nos interessa neste tópico, refere-se ao conceito de corpo vivido das mulheres.

³⁵⁹ Discussões mais aprofundadas estão em BIROLI, Flávia. *Autonomia e Desigualdade: contribuições de feminismo para a crítica democrática*. Vinhedo: Editora Horizonte, 2013.

³⁶⁰ BIROLI, Flávia. *Autonomia, opressão, identidades: a resignificação da experiência na teoria política feminista*. Estudos Feministas, Florianópolis, 21(1): 81-105, janeiro-abril/2013. P.86

³⁶¹ Idem, p.88

Segundo as autoras, na cultura ocidental é de consenso que os homens têm livre arbítrio sobre seus corpos, podem usá-los, no domínio privado e público, como bem os provir. Todavia, o corpo das mulheres é plataforma de luta constante, podendo sofrer intervenções da família, do Estado sem a consulta prévia das mulheres, de modo que, é latente como esses corpos, tanto dos homens quanto das mulheres se configuram em corpos que “vivenciam posições estruturais, como corpos que vivenciam suas posições nas estruturas sociais da divisão do trabalho, das hierarquias do poder e das normas da sexualidade³⁶²”. Assim, a partir das leituras de Beauvoir e Yong chegam à conclusão de que a experiência de vida desses corpos é diferente para homens e mulheres na dinâmica da cultura. A autonomia dos corpos, o usufruto de libertar os corpos das ossaturas de poder que os revestem é uma contingência sociocultural e psicológica em devir.

A pesquisadora Flávia Biroli apresenta o conceito de corpo em Beauvoir a partir de uma correspondência com o conceito de gênero, e em ambos, os domínios são construídos historicamente como “hábitos corporais e interações com outros que nós atuamos e experienciamos”. E para Iris Young, o corpo vivido nos remete à dimensão da identidade dos sujeitos ao ser “um conjunto de variáveis ou parcelas sobrepostas, mas distintas, da experiência³⁶³.” A partir disso, percebemos a capacidade de autogestão dos sujeitos a redimensionarem suas identidades (pertencimentos) e os caminhos das suas identidades mediante a relação que estabelecem com outros corpos em movimento. Como nenhum indivíduo é uma ilha e estamos o tempo todo nos relacionando com o mundo social e com as interações que “falam” em nosso corpo, a possibilidade de reverter a opressão que esses corpos sofrem é latente, como um processo de manter viva a resistência, logo, a autonomia da experiência do corpo vivido tanto no campo do privado quanto na dimensão pública. E para isso, a história está repleta de exemplos a nos oferecer de motins, revoltas, lutas, sublevações e revoluções realizadas por mulheres.

É perceptível que as convenções sociais sobre os papéis de gênero nem sempre podem restringir as possibilidades de projetos de vida alternativos³⁶⁴ para homens e mulheres. Assim, a evidência em tomar consciência das instâncias de dominação mediante o diálogo com outras mulheres fomenta o reconhecimento e crava redefinições no projeto identitário coletivo, por permitir identificar em outras experiências de vida o sofrimento, apagamento que perpassa a vida de grupos tidos como subalternos. O reconhecimento pressupõe a identificação com

³⁶² Ibidem, p.88.

³⁶³ Idem, p.90

³⁶⁴ Idem, p.93

outras trajetórias de vida, além de criar espaços para o debate em torno da opressão, possibilitando a politização das questões que permeiam a vida de muitas mulheres. É mediante o encontro relacional com outras experiências que podemos alargar a dimensão do vivido e desnaturalizar as convenções em torno do gênero.

A escuta, a partilha de experiências transforma não somente aqueles que narram seus dramas, traumas, opressões cotidianas como modifica a experiência de quem escuta suas histórias. Se partilhar experiências do vivido é um mecanismo que pode transformar a opressão em processos de autonomia, do mesmo modo, possibilita que os sujeitos fermentem agências de transformação de suas realidades. Nesse aspecto, partilhamos das concepções de Félix Gatarri e Sueli Rolnik quanto às ditas “minorias”, que no caso brasileiro e outros países, são majorias “o reconhecimento do direito da mulher em tal ou qual contexto profissional ou doméstico, é portador de um devir feminino que diz respeito não só a todos os homens e às crianças, mas, no fundo, a todas as engrenagens da sociedade. Aí não se trata de uma problemática simbólica – no sentido da teoria freudiana, que interpretava certos símbolos como sendo fálicos e outros maternos – e sim de algo que está no próprio coração da sociedade e da produção material. Eu o qualifico de devir feminino por se tratar de uma economia do desejo que tende a colocar em questão um certo tipo de finalidade da produção das relações sociais, um certo tipo de demarcação, que faz com que se possa falar de um mundo dominado pela subjetividade masculina, no qual as relações são marcadas justamente pela proibição desse devir³⁶⁵”. Nesse aspecto, autonomia e devir são processos vivenciados pelos sujeitos que permitem mudanças, transformações de visões mundo, não só no campo das microfísicas dos poderes, uma vez que ativam redes de reconhecimento, podendo tencionar o Estado (centrismos) frente às injustiças históricas das desigualdades em contextos democráticos.

Como foi possível perceber em entrevistas e análises referidas, a existência de um projeto político de compreensão dos movimentos de mulheres, questões de gênero, feminismos e ativismos que eclodiram no Sul Global a partir da década de 1970 como uma perspectiva de feminismo antirracista e contra hegemônico na América Latina é uma voz erguida na contramão de uma agenda feminista Europeia/branca e branca/burguesa nos Estados Unidos, mesmo com todas as contribuições de gerações de correntes teóricas plurais dos feminismos.

³⁶⁵ GATARRI, Félix. ROLNIK, Sueli. Micropolítica: cartografias do desejo. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. p.86

As interpretações das mulheres do Sul Global questionam novas formas de fazer ativismos, de produzir conhecimento a partir de aportes epistemológicos não eurocêntrico e antirracista, revendo/situando o sentido de “ser mulher” dentro de uma conjuntura latino-americana.

Nesse conjunto de entrevistas realizadas e consultadas, percebemos que mesmo que esses imigrantes carreguem consigo as tradições de seus países de origem, suas identidades (pertencimentos, indentificações) foram redefinidas com o processo migratório, passando a assumir um lugar de pertencimento e uma posição de fala que redefinem e reapropriam novos contextos e pertencimentos nos países de destino. A diáspora para pesquisadores do campo pós-coloniais permite que se entenda essas narrativas como vozes de fronteira, vozes em movimento, aquilo Homi Bahbha denominou como narrativas dos *entre-lugares*, uma vez que estas estão situadas na interseccionalidade de viverem aqui, passando a construir ressignificações culturais de pertencimento da antiga morada, ao mesmo tempo em que tecem redefinições de suas trajetórias com os dilemas vivenciados no Brasil. Assim, seguimos na escuta.

Faço um resgate para entender algumas coisas hoje, por exemplo, a questão da autonomia. As mulheres lá na Bolívia são bem mais recatadas e aqui, por exemplo, eu lembro que eu e a minha mãe, desde sempre eu ia com a minha mãe para todos os lugares, então a minha irmã mais velha, como ela já tinha quinze anos, ela já era força de trabalho em casa, na oficina. Então, quem saía com a minha mãe para fazer compras era eu que tinha oito anos na época. Eu lembro que com a minha mãe, a gente ficava olhando as mulheres fumando na rua, uns três quarteirões, e falava assim “gente, a moça fumando aqui na frente de todo mundo”. Eram atitudes que a gente falava: “meu Deus, mas uma mulher”. Ai a minha mãe falava assim “mas deve ser assim aqui, filha”, mas ela falava: “mas eu não quero que você fume”. E eu me lembro que a gente olhava muito as mulheres que fumavam e a questão da vestimenta também porque a minha mãe era *chola* lá, então ela usava a *pollera*, aquela indumentária, e quando chegou aqui, eu lembro que ela estranhou muito para se adaptar, ela não gostava da roupa, incomodava, ela não se sentia bem, e, principalmente, ela não queria cortar o cabelo. Eu lembro que nessa época, hoje a minha mãe tem o cabelo curtinho. Eu não me lembro como foi o processo de mudança do pensamento dela, mas ela não queria cortar o cabelo..... (Veronica Yurja)

A narradora apresentou o seu olhar, além do processo de mudança disparado com a sua inquietação ao querer estudar, trabalhar e contribuir para a formação de outros imigrantes em seus processos de autonomia. Olhar a experiência do outro e redirecionar o olhar para si como um mecanismo, um intervalo na reconstrução do seu próprio trajeto e escolhas que compõe sua outo identificação foi decisiva em sua trajetória. A noção de identidade como um processo é construída ao se pôr em movimento, ao interagir com outros espaços, reconstruindo os seus territórios de pertencimento fora do lugar. Para as mulheres e homens

ativistas, geridos por processos culturais coletivos, a autonomia é um acionamento de um processo de reconhecimento consigo e, além de tudo, com a vida dos outros, o que garante, assim, o fortalecimento daquilo que muitos consideram ser o coletivo, inventado, produzido na fronteira, entre aquilo que serve como suporte para ação, aquilo que sou e aquilo que empresto, mediante recusa/conflito na esfera cultural em que resido.

Eu sou da Bolívia, e alguém vem “ah, você está aqui há três anos, então você já é brasileira”. Aí eu falo “Não, cara”. E primeiro que ser imigrante acho que é uma questão mesmo existencial, e ser imigrante veio antes de ser mulher, assim, sabe? Aquela coisa da Simone de Beauvoir, tornar-se mulher. A sociedade diz que você não é, entendeu? Quando você é criança você não é mulher. A minha filha usava chuteira até a galera da escola dizer que ela era uma menina e que ela não podia jogar futebol e usar chuteira. E assim, eu acho que a mulher começa a se identificar, depois você valoriza isso... Imigrante é aquela pessoa que está nos borders, né? Está nas bordas, você não está nem aqui nem lá, você está no meio. Você não é do país, mas você não faz parte daqui, então existe sempre uma sensação de estranhamento e uma sensação de vontade de conquistar coisas, não essa questão de posse, mas de outro pertencimento, de pertencer a uma sociedade, de conseguir, porque que uma pessoa imigrante é uma pessoa introspectiva. Tem esses aspectos psicológicos de imigração muito fortes e eu acho que o imigrante sempre está nas bordas. E ser mulher imigrante, acho que é cumulativo, mas é um cumulativo cultural. É um cumulativo de que você também está ali para provocar alguma coisa em outras pessoas... Se reconhecer em relação aos outros, isso é bem massa. (Patrícia Torrez)

Os sujeitos da mobilidade constroem a fina percepção do estranhamento, da perspectiva de olhar os processos históricos e culturais situados fora do lugar que pertencem. No Brasil, inscreve-se uma atividade negadora que intervém em seu corpo, em sua história: a fronteira política do Estado-nação que atribui sentidos do não pertencimento. A fronteira é estabelecida epistemologicamente tanto no plano psíquico, ao produzir um estranhamento estratégico da cultura na qual não foi gestado, como no plano político mediante limites conferidos na fronteira burocrática erguida aos seres de outras nações, delineando que *o pessoal é político*³⁶⁶. Aquilo que não é revelado na sociedade civil ao ocultar a carga de trabalho da vida doméstica do espaço público, ao negar as dimensões de reconhecimento de outras identidades culturais que vivem e trabalham na cidade, as narrativas das mulheres migrantes apontam com maestria.

Tecer o reconhecimento por trabalhar, no presente, na sociedade erguida sob o signo das disparidades, baseada na divisão de gêneros que desestabiliza a distribuição de responsabilidades e de lazer tanto na esfera privada quanto na esfera pública na dinâmica migratória é uma forma de autonomia. O esquecimento, as memórias silenciadas de uma sociedade que é movida por forças produtivas invisíveis, por experiências de singularidades

³⁶⁶ Essa concepção tinha sido posta pelas feministas da década de 1960 ao apontarem que o que acontece no plano da vida privada é político, uma vez que as normas, regras estão fincadas por normativas políticas.

em busca de reconhecimento, que desloca a experiência histórica do Brasil para uma “atividade negadora”, de modo que seja necessário a reconstituição dessas narrativas dos entre lugares da migração. Essas vozes narram o esquecimento de uma memória coletiva em busca de alternativas políticas e de oportunidades diferenciadas para as mulheres migrantes.

Eu me formei na Colômbia em 2003, foi já há muito tempo, eu fiz um curso tecnológico e quando eu vim para o Brasil eu não tinha expectativas acadêmicas, pelo fato de eu vir por um tempo curto, depois acabou alongando, alongando a estada aqui, de repente já tendo a documentação e tudo acabou, que bom, eu fiquei aqui, né? E esse processo para me reconhecer como imigrante tem sido muito longo, foi bom porque esse processo de reconhecimento como imigrante me ajudou a não me sentir tão fora, porque mesmo que eu não sentisse uma rejeição direta, eu nunca sentia que eu encaixava, e aí foi forte porque a primeira vez que eu fui para a Colômbia depois de um tempão, de três anos eu também não me senti de lá. Eu senti que eu já tinha coisas, isso do contato, e as pessoas ficavam preocupadas porque eu tocava muito e eu já senti que também não era de lá e quando cheguei aqui, eu fiquei deprimido. E aí uma das formas de eu sair da depressão, porque eu não sou depressivo, foi me reconhecer como imigrante, eu falei: “tá bom, eu não sou de lá, também não sou daqui, pronto! Sou imigrante, estou construindo uma identidade.”. Depois de um tempo, eu também me separei desse companheiro, então eu tive que tomar essa decisão de ficar aqui porque eu já tinha construído uma vida aqui; eu falei “nossa, não vou voltar para lá porque no final minha vida já está aqui” e foi nesse momento que eu decidi entrar nesse curso, que é uma especialização em Gestão de Projetos Culturais na ECA, na USP. Eu fiz a escolha de fazer esse curso porque eu já estava fazendo vários trabalhos culturais com a comunidade imigrante, mas a gente sentia muita falta de formação mesmo, de como funcionavam as coisas, a gente fazia as coisas muito na raça, sem orçamento, como for, muito no coração. (Viviana Peña)

A migração é assumida como um “entre lugar”, um estado de reconhecimento de si no deslocamento que a cultura do outro incide sobre a experiência migrante. Esse saber que é ativado mediante críticas e negociações, aceite e recusa, passa a ser a dialética da vida do migrante. O deslocamento provocado na e pela cultura produz um avivamento; esse presente contínuo do processo identitário que conduz à reflexão e mudança. Viver entre culturas e entre duas condições de fronteiras, desagua em ações coletivas

Isso começou desde quando eu comecei a estudar e eu vi que muitas coisas eu não podia fazer porque eu era estrangeira. Por ser estrangeira, muitas coisas me eram limitadas. Aí depois quando eu fui perceber a questão de racismo, questão do preconceito, da xenofobia. Aí eu falei: “Pera aí. Eu tenho todas essas questões que a lei me coloca todas essas limitações por ser estrangeira, e essas outras limitações sociais que é por ser negra e tem uma outra limitação que é por ser mulher. Essas outras limitações acabam convergindo, não tem como separar. Porque tem limitações que me é colocada por ser mulher, e tem uma limitação que me é colocada por ser mulher e por ser negra e tem uma outra limitação que me é colocada por ser mulher e por ser estrangeira e por ser africana. Dependendo da sua origem, as suas limitações e dificuldades vai mudando, vai agravando, nesse caso, isso é muito difícil. Não impossível. Quando eu falo para mim, pra mulheres imigrantes que se encontram na mesma situação que eu. Você tem que lutar em todas essas frentes e todos os dias, e você levanta pensando: “Eu tenho que levar minha filha na escola. Tem que ter tempo para ir pegar. Eu tenho que ir e tenho que procurar emprego”. Acho que isso a mulher imigrante tem um papel muito

importante. Porque querendo ou não são as mulheres que resgatam e mantêm os valores e as culturas. Nesse ponto, temos um desafio da nossa vida pessoal, familiar, profissional. Um desafio e responsabilidade social e cultural, e isso é muita coisa para uma pessoa lidar, uma única pessoa lidar todos os dias, em todos os momentos, então, ser mulher imigrante é ser, acima de tudo, forte corajosa. É ser uma mulher Anynmaga, que eu pus o nome da minha empresa, que quer dizer uma mulher guerreira, ousada, desafiadora, por isso que eu acho que Anynmaga é o nome que descreve uma mulher imigrante, porque a gente sempre está transgredindo no modo certo, não no modo transgressão da lei. Transgredindo a natureza, os limites que nos são colocados. A gente está sempre pulando, sempre superando, e isso é ser mulher imigrante. (Nádia Ferreira).

As experiências carregam o brilho da luta pelo reconhecimento e pela redistribuição, mediante atributos das identidades pós-coloniais. Os conflitos travados nas sociedades de origem permanecem com o trajeto migratório, ao mapear conflitos, ambivalências, contradições da sociedade brasileira. Os problemas históricos não resolvidos do Brasil quanto à raça, classe, gênero, etnia, sexualidade implodem nos discursos das mulheres e homens imigrantes que já aglutinavam disparidades, conflitos de experiências anteriores; mira um furacão de diferentes tipos de desigualdade que atravessam cada discurso erguido na sociedade receptora. Os exemplos elencados pelos migrantes funcionam como um espelho deformado pelas imagens que o representa: racismo, patriarcado, desigualdades, dominação. Assim como esses espelhos também erguem, a cada ato de opressão, resistências e processos autônomos de reconhecimento.

O direcionamento do olhar e das vozes das mulheres migrantes e refugiadas apontam para o acolhimento, orientação e divergências de possibilidade na luta no presente, não somente ao que diz respeito às pautas das mulheres e à equidade nas relações de gênero, mas transbordam essas esferas ao abalizarem para todos os direitos à pessoa humana que são invisibilizados na esfera pública. A divergência de posturas políticas diversifica as categorias dispostas pelos sujeitos: raça, classe, gênero, etnia, sexualidade. O debate gira em torno dos dispositivos acionados pelos indivíduos no seu autorreconhecimento no campo de luta do presente.

Acho que não são diferentes de mulheres não migrantes. Inclusive acho que umas das coisas que temos que entender, e tem pessoas que entendem de forma diferenciada é que a causa da migração, assim como a de direitos humanos, é suprapartidária, supra ideológica, está em cima de qualquer divisão. Infelizmente, uma das coisas que mais acredito que a mulher tem que saber e pensar isso e que não se trata de que a boliviana defende os direitos de boliviano, ou inclusive temas muito sectários, muito válidos, por exemplo, as meninas que tem um trabalho magnífico da Warmis, do parto humanizado e tudo na área da saúde e isso é muito bom/bem, mas é muito mais que isso. Ou seja, para chegar a ter um parto humanizado tem que ser humano primeiro, e essa parte é uma das grandes dificuldades no Brasil, no Chile, do movimento das mulheres em geral. E você tem que aceitar e tratar de fazer mobilização, tudo que possa ser de união. Por exemplo,

quando nós fizemos essa, e muitas vezes eu reclamo e não reclamo por exclusão de ficar fora, de que não me chamem, reclamo por duas coisas: uma, por uma tendência natural de a gente não *mirar*, e que vocês estão fazendo com esses trabalhos, processos. Não é, que nem... a Inês é a autora dos processos anteriores a que eu vivi, mas eu peguei dela e muitas das coisas que foram feitas porque ela tinha existido, assim como muitas das coisas atuais do movimento feminino e pelos sucessos e erros dos anteriores... então, também dentro das comunidades *el* pensar que você não descobriu a pólvora nesse momento, que tem que incluir a todas as pessoas e tem que incluir toda a tendência porque senão está condenado ao fracasso. Uma das muitas vezes eu reclamo quando não convidaram a PAL. não é porque não convidaram a PAL, não tem a mínima importância, porque a gente tende a não compreender *esto* que é o feminino, que é um “útero”, um espaço onde todos podem estar. Esse poder é totalmente diferente do poder masculino, então quando vejo que isto não se está compreendendo, muitas vezes eu reclamo como masculina, não? Assim, reclamando, por que não está incluso? Mas não é essa a ideia. E sim, a minha *mirada* é assim, e eu acho que foi, por enquanto e pela permanência como presidente e fundadora, a que tem sido mais vista, por isso para a Coordenadoria de Imigração, e você sabe, Presença América Latina foi o foco, junto com CAMI, do momento e a Federação Israelita para conseguir isso, então existem outros trabalhos.” (Oriana Jara)

O fortalecimento das diferenças de perspectivas em torno das lutas dos migrantes gera acionamentos representacionais dos sujeitos que não estão fixos em uma imagem da tradição que não sofra alterações, dado que é pela dinâmica relacional, pelo complexo jogo em se reinventar no presente mediante intervenções múltiplas que os sujeitos agenciam suas ações nas diferenças, que os pertencimentos e lutas migrantes são contruídos. Como escreveu Homi Bhabha, “a articulação social da diferença, da perspectiva da minoria, é uma negociação complexa, em andamento, que procura conferir autoridade aos hibridismos culturais que emergem em momentos de transformação histórica³⁶⁷.” O embate em torno do reconhecimento impõe consenso e conflito em torno dos territórios políticos de representação; os diferentes discursos em torno dos ativismos estão no campo do debate em torno da democracia participativa, posto que esse embate constrói esferas que sofrem redefinições das fronteiras políticas e culturais do público e privado.

A metáfora do útero como o lugar de acolhimento, troca de experiências mesmo que entre diferentes olhares para fortalecer o movimento é uma das diversas plataformas do movimento de mulheres imigrantes e refugiadas. Assim, mesmo que o primado liberal da democracia tenha como uma das pautas um individualismo que atomiza os sujeitos numa concepção de esfera privada que prejudica a politização dos papéis sociais e da ação coletiva, o esteio para uma perspectiva plural da política pode ser ancorado no discurso abaixo:

Es así como hoy nos posicionamos en la autonomía, asumiéndola como principio, como marco ideológico-político. Muchas de nosotras hemos comprendido que la

³⁶⁷ Debate em torno dos locais da cultura. BHABHA, Homi K. O Local da Cultura. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003. p.21.

política feminista autónoma no solo se basa em la dicotomía institucionalidad vs. autonomía, sino que es necesario articular y traspasar esa perspectiva de modo de pensar cómo se expresan las relaciones de poder, de raza, de clase, de sexualidad, en contextos postcoloniales; pues, aunque el colonialismo es el mismo desde la llegada de los conquistadores europeos, la colonialidad ha sido marcada en nuestros contextos, en nuestros cuerpos, en nuestras vidas, incluso en muchos de los proyectos feministas y este se concreta la dependencia ideológica, política, material que aún buena parte del feminismo mantiene en sus teorías y discursos, en sus prácticas y en la vida personal de muchas [...] Descolonizar significa entender la historia de opresión histórica que ha marcado el colonialismo en nuestra región y cómo hoy hay una reproducción de esa opresión a través de las políticas neoliberales que coloca al llamado tercer mundo en una situación global desigual frente a los países del Norte, pero además significa entender que al interior de nuestros contextos existen relaciones de poder estructurales, cotidianas que siguen afectando a mujeres racializadas, etnizadas, a lesbianas, a las más pobres, porque a pesar de que se habla de la era post, ellas siguen siendo los escudos principales del patriarcado por no corresponder al paradigma de la modernidad³⁶⁸

Os diferentes vieses da luta das mulheres migrantes e refugiadas permeadas por valores, heranças, reapropriações de base “étnicas” indígenas e “étnicas” africana assumem, a partir de posicionamentos situados, o compromisso com formas diferenciadas de produzir conhecimento, mediante trocas de experiências que diminuam as disparidades e opressões – mesmo em comunidades tradicionais que passaram por processo de colonização – no fortalecimento mútuo nos processos de construção da autonomia coletiva dos grupos.

Desse modo, ao discorrer sobre a autonomia das migrações, dilogando com Mezzadra e com outros autores com os quais dialoga, “pressupõe entender a migração como um movimento social no sentido literal, não como uma simples resposta aos problemas sociais e econômicos. [...] A abordagem da autonomia das migrações não considera, obviamente, a migração isolada das estruturas sociais, culturais e econômicas. É justamente o oposto: a migração é entendida como uma força criativa no interior dessas estruturas”³⁶⁹. Nesse conjunto, ao utilizarmos a perspectiva da autonomia para compreender a luta migrante equivale a compreender os movimentos acionando uma nova agência de “políticas da

³⁶⁸ Curiel, Ochy. Discurso pronunciado dentro del panel a propósito del Encuentro Feminista Autónomo celebrado en Ciudad de México en marzo del 2009. Escuela de Estudios de Género. Universidad Nacional de Colombia. Bogotá. In Yuderkys Espinosa Miñoso, Diana Gómez Correal, Karina Ochoa Muñoz (Org). *Tejiendo de otro modo: Feminismo, epistemología y apuestas descoloniales en Abya Yala*. Editoras: – Popayán: Editorial Universidad del Cauca, 2014. p. 26.

³⁶⁹ Sandro Mezzadra utiliza uma série de produções de autores contemporâneo para discutir a questão da autonomia, liberdade e mobilidade migrantes no interior do capitalismo contemporâneo, tais como: PAPADOPOULOS; STEPHENSON; TSIANOS, 2008, p. 202). In: MEZZADRA, Sandro. Multidão e Migrações: autonomia dos migrantes. Revista do Programa de Pós-graduação da escola de Comunicação da UFRJ. P. 70- 107.p. 73.

mobilidade, – que enfatiza a dimensão subjetiva no interior das lutas e enfrentamentos que constituem materialmente o terreno dessas políticas”³⁷⁰.

A questão de reestruturar a esfera pública a partir de pressupostos que possam envolver a inclusão e a igualdade ancoradas na perspectiva da diversidade e diferença é uma plataforma fundamental para repensar a esfera pública com base nas matrizes de solidariedades que partam da valorização de várias lutas contra a dominação. O exercício insubordinado e libertário dos variados feminismos, humanismos, movimento de mulheres, movimentos e luta migrante contemporâneas no campo da política permite pensar como os diferentes ativismos constroem seus pertencimentos no decorrer de ação coletiva, além disso, possibilita um ambiente fértil para projetos alternativos de autonomia.

5.3 Imigração, Interculturalidade e Educação

No Brasil, como já foi dito, a política migratória passou por diferentes interferências, modificações a depender do contexto e dos atores políticos envolvidos. De forma que percebemos que o viés segregacionista representa um dos paradigmas da exclusão em contextos de verticalização nacionalista, fortalecimento das fronteiras políticas, reformas liberais e neoliberalismo de Estado. Esses fatores podem fortalecer a segregação, a discriminação e marginalização dos Outros dentro do Estado-Nação. Esses matizes políticos têm sido aplicados não somente em sociedades cuja a diversidade cultural foi sedimentada pela migração laboral e, acima de tudo, ergueu-se como base de sistemas coloniais. A perspectiva de olhares em torno da diferença cultural está segmentada em relações sociais complexas de grupos que disputam formas autônomas de articulação inseridas em duelos na sociedade contemporânea permeadas pelos protagonismos políticos.

As forças dominantes em contextos pós-coloniais podem fazer uso do discurso da diferença para reduzir direitos sociais, alegando o distanciamento de “raças, impedir a participação da minoria na sociedade, reproduzir o poder das elites e reforçar o controle do grupo dominante sobre a economia”³⁷¹. A resposta tradicional do Estado de viés conservador à população migrante é fincada na exclusão da diferença. Para Castles, esse tipo de

³⁷⁰ Idem, p.73.

³⁷¹ LÓPEZ SALA, Ana Maria. *Imigrantes y Estados: la respuesta política ante la cuetión migratória*. Barcelona: Anthropos Editorial, 2005. p.78

segregação da diferença pode replicar em questões do acesso à cidadania e participação política.

O debate em torno da cidadania permeia toda a problemática migratória, uma vez que é base de sedimento do poder que o campo político exerce sobre os indivíduos em trânsito. A cidadania é um campo de tensões e disputas, como afirmou Étienne Balibar. A prática do exercício da cidadania pelos migrantes, como podemos visualizar no capítulo anterior, é um alicerce de luta contínua, uma vez que o suporte de ancoragem sobre os princípios de nacionalidade é um conceito jurídico fincado no direito de solo ou no direito de consanguinidade, como já discutido no primeiro capítulo. De tal modo, no mundo contemporâneo, abalado por catástrofes naturais, guerras, conflitos por diferentes razões, em que a antiga noção de cidadania instituída, sobre um projeto de valores compartilhados de um povo e uma cultura, não dá conta de incluir o debate em torno dos deslocamentos humanos e, muito menos, das dinâmicas culturais que a questão migratória e de outros povos mobiliza nesse campo de ação.

Durantes anos, o discurso que prevaleceu em torno da questão migratória foi posta pelo paradigma da assimilação, a qual apregoava a incorporação dos imigrantes à sociedade receptora, mediante um mecanismo de “adaptação unilateral, em que os imigrantes devem abandonar suas características culturais, sociais e linguísticas distintas e adotar as pautas culturais e os modos de vida da sociedade majoritária³⁷²”. Essa proposta é impregnada pelo perigo de eliminação da diferença utilizando um discurso para neutralizar o impacto da cultura do estrangeiro numa matriz que se pretende livre de aspectos que possam subverter a cultura nacional. Essa proposta chegou a ser pensada por pesquisadores da Escola de Chicago nos anos 30 nos Estados Unidos e foi efetivada de diferentes formas na Europa do pós-guerra. A perspectiva assimilacionista, gradativamente foi perdendo força, em virtude de ser identificada ao etnocentrismo a partir da década de 1950.

Outra vertente interpretativa erguida ao olhar a diversidade cultural dos migrantes, trata-se, pois, do modelo do pluralismo cultural caracterizado por “aceitar as populações imigrantes como comunidades étnicas que permanecem distintas da população majoritária, no que diz respeito a língua, a cultura e a conduta social ao longo de gerações³⁷³”. A partir do exposto aos migrantes, surge a prerrogativa de igualdade de direitos em todas as dimensões da sociedade e a não necessidade de que os migrantes abandonem seus aportes culturais. Assim, o multiculturalismo parte do “reconhecimento do fato social da diversidade, para passar,

³⁷² Idem, p.79.

³⁷³ Idem, p.85.

posteriormente, a considerar um conceito prescritivo ou normativo, um ideal modulado através de uma série de medidas políticas³⁷⁴”. Dessa maneira, essa perspectiva também pauta a ideia de que a diversidade é “benéfica e necessária para a sociedade, e a consideração de que a presença de tradições culturais de diferentes é compatível com os objetivos de unidade social e coesão social³⁷⁵”.

Para os grupos que se pautam no multiculturalismo, as relações estabelecidas na organização da sociedade partiriam do conhecimento da língua na sociedade de acolhida como uma forma de participação dos migrantes no mercado de trabalho, no âmbito jurídico, político e cultural. Sabemos que não apenas esses mecanismos interagem na vida das pessoas que migram. Assim, outra perspectiva surgida como proposta de olhar as relações interétnicas em contextos culturais plurais: foi a proposta intercultural, que por sua vez, busca uma síntese social e cultural nos lugares de vivência dos sujeitos.

A perspectiva intercultural pauta-se “no elemento distintivo e na contribuição específica da interculturalidade a respeito de modelos anteriores, que se adequam melhor a concepção complexa e dinâmica da cultura e nas culturas, é a ênfase em compreender; cuidar, proporcionar e regular adequadamente a interação sociocultural e tudo que isso implica: abordagem, comunicação, aprendizagem, convergências, novas sínteses e resolução de conflitos³⁷⁶”. No contexto migratório, a base intercultural é um dos paradigmas mais próximos e acionados pelos sujeitos da migração, além disso, a diferença entre a interculturalidade e o multiculturalismo reside na prerrogativa de entender a cultura como dinâmica, viva, não essencialista na eclosão de novas formas de se relacionar nos lugares em que os sujeitos assumem suas formas de vida.

Inteiramos, assim, que a cidadania está diretamente vinculada aos multiculturalismos dos países de migração e ao acionamento de acesso à direitos. E apontar, também, que a cidadania é um campo de tensão e disputa, podendo relacionar-se nos discursos das instituições governamentais, das instituições não governamentais, nos discursos dos migrantes e, também, nas pesquisas sobre migrações como um campo que “regula o sistema de posições políticas e jurídicas que distribui os sujeitos em mobilidade em uma escala variável de abjeção e proteção, valorização econômica e exploração, pertencimento e precariedade, acesso a direitos e “deportabilidade”³⁷⁷. De modo que em vários momentos, Sandro Mezzadra

³⁷⁴ Ibidem, p. 85.

³⁷⁵ Ibidem, p. 85.

³⁷⁶ Idem, p.87. E GIMÉNEZ, 1998, 13.

³⁷⁷ MEZZADRA, Sandro. Multiplicação das fronteiras e práticas de mobilidade. REMHU- *Revista Interdisciplinar de Mobilidade Humana*, v. XXIII, n. 44, p. 11–30, maio 2015. p.14.

põe em xeque a naturalização dos conceitos e sua institucionalização e, nos convida a pensar a partir de desnaturalizações ou do momento da constituição da norma e das classificações dos conceitos que servem para delimitar a mobilidade humana e a organização moderna do espaço político e institucional. Assim, a cidadania “deve ser, pois, tanto aberta, coletiva e individual, permitindo por sua vez a possibilidade e a adesão, a representação e ao direito a sua autodeterminação³⁷⁸”.

O paradoxo relacionado à concepção de direito dentro de uma esfera liberal em que a cidadania é erigida, pode estar atrelada de que o exercício dos direitos nem sempre é igualitário, posto que a cidadania não se dá na relação entre os indivíduos e a sociedade civil, e sim mediante a relação entre o Estado e cada indivíduo. E o direito de migração pode estar inscrito dentro da dinâmica de liberdade de circulação de povos em diferentes Estados, e para Bauböck, o direito de migração “deveria ser considerado a longo prazo. No entanto, a curto prazo a resposta dos Estados é com frequência negativa, em parte para preservar o direito que se confere a cidadania: o conceito de pertencimento a comunidades políticas separadas também pode justificar as restrições³⁷⁹”.

Desse modo, Lopez Sala³⁸⁰, percebe três modelos de cidadania que foram adotados por Estados. O primeiro modelo de construção de cidadania seria o etnocultural, que apregoa que a pluralidade cultural não é um elemento intrínseco a comunidade nacional. Nesse specto, há um nítido controle imigratório e obstáculos na entrada de estrangeiros no país de acolhida. A cidadania possui uma prerrogativa exclusivista no que concerne à admissão cultural e étnica. O Estado que adota a noção de cidadania etnocultural costuma aplicar a concepção de “direito de sangue” como forma de conceber a nacionalidade, podendo exigir a assimilação cultural para os imigrantes e seus descendentes.

O segundo modelo de cidadania parte da premissa do pertencimento político e cultural do imigrante na sociedade de acolhida a partir de dois princípios. O primeiro princípio ancora-se no modelo republicano, com uma forte ênfase no elemento cultural e no princípio de incorporação social a partir do Estado, e o segundo princípio seria o modelo imperial, na qual concebe a cidadania a partir da aglutinação de imigrantes de antigas colônias.

O terceiro modelo de concepção de cidadania é a partir de Estado Nação pluralista, o qual a define a partir da tradição cultural e étnica dos sujeitos, além de dar acesso aos imigrantes e aos seus descendentes à cultura política. Nessa concepção, ancora-se a

³⁷⁸ WIHTOL DE WENDEN, Catherine. El fenómeno migratorio en el siglo XXI. Migrantes, Refugiados y relaciones internacionales. México: FCE, 2013.

³⁷⁹ Idem, p.124.

³⁸⁰ LÓPEZ SALA, Op. Cit. p.184.

concepção liberal na qual o Estado é menos intervencionista nos ditames de inserção cultural e no quesito de reconhecimento étnico e cultural. Além disso, na concepção pluralista de entendimento da cidadania, aporta-se também o modelo multicultural de cidadania no qual prevalece a intervenção do Estado no autorreconhecimento cultural³⁸¹.

O debate proporcionado acima e no capítulo anterior apresenta a concepção de interculturalidade utilizada por coletivos de migrantes, ao delinearem os caminhos para a construção de perspectivas políticas educacionais, culturais e de gênero interculturais para a cidadania nos países de destino. E para visualizarmos esses matizes, iremos costurar a noção adotada pelos sujeitos; à noção de educação intercultural como um suposto para dialogar com as narrativas de migrantes latino-americanos no contexto da imigração. Para tanto, a concepção de interculturalidade está fincada na “(re)construção de um pensamento crítico-outro - um pensamento crítico de/ desde outro modo-, precisamente por três razões principais: primeiro porque é vivido e pensado desde a experiência da colonialidade [...]; segundo, porque reflete um pensamento não baseado nos legados eurocêntricos ou da modernidade e, em terceiro, porque tem sua origem no sul, dando assim uma volta à geopolítica dominante do conhecimento que tem tido seu centro no norte global³⁸²”. Mediante o exposto, é possível compreender a interculturalidade como um processo de construção de conhecimento a partir das relações interétnicas na produção de outro tipo de saber que não esteja calcado na matriz eurocêntrica de poder/saber. De modo que, para alguns pesquisadores do campo educativo, a *interculturalidade* é uma nova “estratégia ética, política, epistêmica³⁸³” na construção dialógica de diferentes culturas e propostas políticas.

A interculturalidade não é uma ação unilateral, exige diálogo entre as partes envolvidas. Essa proposta tem sido utilizada na educação escolar indígena e afro-brasileira no Brasil, assim como em outros países da América Latina³⁸⁴. Essa perspectiva, permite trocas e mediações culturais de base interétnica para o fortalecimento de identidades (pertencimentos, identificações) consideradas “subalternas”. Além de possibilitar a resolução, reflexão de conflitos no ambiente escolar, como podemos visualizar na narrativa abaixo:

Gente, eu vou numa reunião para ver o que está acontecendo” porque não é normal, porque a minha sobrinha me contava que ela não podia falar com brasileiros, por

³⁸¹ Idem, p.185.

³⁸² Walsh, Catherine. APUD CANDAU, Vera Maria Ferrão; RUSSO, Kelly. Interculturalidade e Educação na América Latina: uma construção plural, original e complexa. Revista Diálogo Educacional, Curitiba, v. 10, n. 29, p. 151-169, jan./abr. 2010.

³⁸³ Idem, p.166.

³⁸⁴ COLLET, C. Quero progresso sendo índio: o princípio da interculturalidade na educação escolar indígena. 2001. 150 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Museu Nacional, Rio de Janeiro, 2001.

exemplo, porque os meninos bolivianos pegavam mal com ela, né? Então, ela me contava que os meninos brasileiros não falavam com os meninos bolivianos e as meninas meio que circulavam um pouco, mas aí os meninos bolivianos também ficavam com raiva e proibiam também as meninas de falar com os meninos brasileiros. Falei: “gente, que maluquice é essa? ”. E aí eu fiquei imaginando como isso funcionava na prática numa escola que tinha 50% dos alunos ou imigrantes ou filhos de imigrantes e aí, foi muito surpreendente nessa reunião que eu fui, eu não vou me esquecer nunca porque a sala estava cheia só de pais bolivianos. Eu falei assim: “ gente, mas que engraçado, será que toda essa turma é só de bolivianos? 100% bolivianos? ”. E quando começou a reunião... era a vice-diretora do Padre Anchieta, ela começou a apresentação falando dos problemas que enfrentavam. Ela falou assim: “essa está sendo nossa reunião piloto de fazer separado de fazer com os pais bolivianos porque não dava muito certo, virava aquela confusão, então, agora a gente começou a fazer...”. Eu fiquei... gente! O que está acontecendo em sala de aula é reprodução de como está sendo encarada a questão da imigração aqui. É uma coisa que me incomodou muito e até foi uma coisa que me impulsionou depois a criar o projeto e ver porque que estava acontecendo isso e entender, também, o que de fato, não só os alunos não tinham a compreensão da questão da imigração, mas os próprios professores, às vezes, estimulavam esse tipo de prática de segregação.” (Veronica Yujra)

A interculturalidade pode ser um mecanismo usado pelo corpo docente para a desconstrução de estereótipos e opiniões preconcebidas sobre a cultura de povos. A diferença cultural, como no caso acima, não pode ser utilizada para reforçar distinções de classe, posições ideológicas, engessando ponto de vistas destrutivos. Situar os discursos e trabalhá-los à contrapelo é uma operação procedimental para entendermos a dinâmica intercultural em que o sujeito está localizado.

Na Colômbia, eu me formei em Cinema e Fotografia. Quando eu fui para o Canadá, eu fiz curso de inglês e de francês, foi mais essa questão, mas eu sempre tenho estado ligada com trabalho social, sempre trabalhando com temas sociais desde o início, desde que eu era criança, porque minha mãe também tem uma influência, e eu sempre acompanhava ela nos trabalhos para fazer alfabetização de crianças, então eu sempre tive uma influência muito forte desde minha mãe para o trabalho social e para o bem comum, para pensar no outro e ajudar; não só ajudar, mas pensar no outro, principalmente isso. (Vivivana Peña)

Sabemos que a educação é um direito constitucional para todos os brasileiros e pessoas que residem no Brasil, independente de sua nacionalidade. Os dados de registro dos migrantes residentes na cidade de São Paulo, cogitam na rede municipal o número de 3.827 estudantes distribuídos em diferentes níveis de ensino: educação inicial, ensino fundamental, ensino médio, ensino técnico e ensino superior. Contudo, cabe apontar que os migrantes internacionais chegam a 0,5% dos alunos matriculados³⁸⁵ em 2015 na cidade de São Paulo. Especificando esses números em termos de matrícula temos: 1446 na Educação Infantil

³⁸⁵ Fonte: Instituto de Políticas Públicas em Direitos Humanos do MERCOSUL e Organização Internacional para as Migrações (OIM). Migrantes regionais na cidade de São Paulo: direitos sociais e políticas públicas. São Paulo, 2017.

(37,8%), 2222 no Ensino Fundamental (58,1%), 10 no Ensino Médio (0,3%), 3 no Ensino Técnico (0,1%), 9 na Educação Especial (0,2%), 137 na Educação de Jovens e Adultos (3,8%)³⁸⁶.

Os dados contidos no livro diagnóstico realizado pelo grupo Cosmópolis apontam que no município de São Paulo a educação fica aos encargos da Secretaria Municipal de Educação – SME, responsável pela organização, administração e manutenção dos ensinos infantil, fundamental, médio da cidade, mantendo uma estrutura de “545 Escolas Municipais de Educação Infantil, 546 Escolas Municipais de Educação Fundamental e oito Escolas Municipais de Ensino Fundamental e Médio, além de outras unidades, como creches ou escolas bilíngues para surdos, totalizando 1494 unidades educacionais³⁸⁷”. Segundo o diagnóstico, a SME possui um Núcleo Étnico-Racial responsável em formular currículos, avaliação das atividades e a formação dos funcionários da SME, com o objetivo 388, conforme o documento, da “valorização das relações étnico-raciais, com foco nas populações negra e afrodescendente, indígenas e imigrante³⁸⁹”.

Segundo os dados levantados para o diagnóstico do acesso à educação escolar na cidade de São Paulo consta “Bolívia, Angola, Japão, República do Haiti, Paraguai, Peru, Argentina, Congo, Colômbia, Portugal e Síria. Em comparação com os microdados referentes a 2015, é importante notar que cresceu o número de matrículas de alunos angolanos (de 102 para 499, representando 390% de aumento), haitianos (de 75 para 195, ou 160% de aumento), congoleses (de 45 para 81, 80% de aumento) e diminuíram os alunos matriculados da Bolívia (de 2611 para 2539, ou 2,76% de diminuição) e do Japão (de 243 para 213, ou 12%)³⁹⁰”.

No que concerne aos alunos matrículas por setor educacional existe 25% na pré-escolas, 37% no Ensino Fundamental I, 20% no Ensino Fundamental II. Outro dado importante sobre a educação com base no censo do estado de São Paulo é que que 60% dos alunos estão matriculados na Educação Infantil municipal, 40% matriculados na Educação

³⁸⁶ Idem, p.223.

³⁸⁷ São Paulo Cosmópolis *Imigrantes em São Paulo : diagnóstico do atendimento à população imigrante no município e perfil dos imigrantes usuários de serviços públicos*. Organizado por São Paulo Cosmópolis ; coordenado por Deisy Ventura, Feliciano Sá Guimarães e Rossana Reis. - São Paulo : IRI-USP, 2017. p. 88.

³⁸⁸ Dentro do Núcleo Étnico-Racial a proposta estipulada é “adequar aos objetivos do Programa de Metas 2013-2016, relacionadas com a aplicação das leis federais n. 10.639 (que inclui no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira” e dá outras providências) e n. 11.645 que adicionam a obrigatoriedade da temática indígena no currículo escolar. Dessa maneira, o objetivo do núcleo é acelerar a aplicação das políticas públicas para a valorização das populações negra, indígena e imigrante e melhorar o relacionamento do poder público com elas”. P.89

³⁸⁹ Idem, p.88.

³⁹⁰ Idem, p.90.

Fundamental, e concentrada no âmbito do estado, o Ensino Médio tem 80% de alunos matriculados; sendo que o ensino privado tem 20% de alunos matriculados³⁹¹.

Outra questão que as relações interculturais poderiam resolver, seria a redução de formas de *bullying* realizado contra os migrantes com características étnicas, em trabalhos para contribuir com a desconstrução do preconceito em ambiente escolar. Partindo dessa constatação, no âmbito do direito à educação no município de São Paulo, tem surgido iniciativas em combate à discriminação para as crianças e adolescentes migrantes na educação pública, sendo uma delas o desenvolvimento de projetos, peças e audiovisual que expliquem o contexto migratório contemporâneo e os direitos da população migrante.

Entender o processo migratório a partir das vivências, compreendê-las a partir das experiências foi a proposta deste capítulo. As experiências:

E começamos o projeto Mujeres Tejiendo... Não é só com mulheres que tecem e eu mostrei as estampas mapuches, estampas andinas, as estampas guaranis. E aquilo conta uma história dos povos, uma história de mitos, não só uma história religiosa, mas uma história da realidade e as tecedoras, as pessoas que tecem são mulheres. A relação com o tecido, ela é uma relação feminina. Tem projetos de outras mulheres em outros lugares, não só na América Latina, que é diálogo cultural, aquilo tem uma vivência política, uma vivência histórica muito forte. É o exercício do tecido, do encontro das mulheres, de pesquisa... Uma inspiração, já trabalhei com mulheres e conheci outras mulheres que fizeram isso no Chile. E a gente teve essa ideia de fazer encontros com mulheres, pelo idioma, são mulheres imigrantes latinas ou pode vir brasileira também. A gente faz pesquisas juntas porque na verdade, também tem isso, a relação do tecido, até mesmo porque que a galera veio fazer confecção. Não quero dizer tradição porque essa palavra pode estar relacionada a sua vivência indígena ou uma vivência já sincrética. Existe os teares andinos, aqueles estampados que você vê nos *aguayos*, nas vestimentas dos carnavais das mulheres. Todo mundo tem esse conhecimento. A gente foi fazendo os encontros com as mulheres e falamos “Ah, é verdade, eu sei fazer tear de cintura”. Que é um tear extremamente complexo, que você bota em um lugar fixo, amarra na cintura e ainda vai fazendo o tear, e dentro disso os desenhos. “Eu sei fazer teares coletivos”. É necessário todo um cuidado. O tecer pode remeter a situação de uma violência. E com todo aquele cuidado de você mexer com lembranças das pessoas, porque dói pra caramba. Tem a questão das emoções das mulheres, porque as mulheres se sentem mais à vontade para falar essas coisas com outras mulheres. (Patrícia Torres)

A educação com ênfase na interculturalidade constitui um mecanismo de construção dialógica na relação com as diferenças culturais, e as narrativas podem gerar aportes relacionais para desconstruir preconceitos e fortalecer as noções de pertencimento, além disso, permitem diálogos e funcionam como ferramentas pedagógicas em contextos de acolhida da migração.

³⁹¹ Idem, p.94.

A educação multicultural é uma forma pedagógica utilizada em projetos educacionais para o fortalecimento das identidades dos imigrantes, além de ser uma forma sensível utilizada pelos coletivos para trabalhar a memória coletiva.

5.4 *Narrar os dilemas e as experiências no contexto migratório*

Pretende-se, aqui, tecer os dilemas enfrentados pelos sujeitos nos países de migração mediante eixos interseccionais, quer seja discursos sobre questões étnico-racial, ou as experiências da xenofobia, racismo. Narrar a experiência permite que o sujeito reelabore, mediante o ato de ressignificação dessas memórias, visto que lidamos com performances da oralidade num constante processo de rememorar no presente.

No Brasil contemporâneo, os níveis de acesso à universidade e a políticas públicas para a população negra e para os povos indígenas frutificam após o contexto de abertura política, da luta dos movimentos indígenas e do movimento negro no processo de democratização realizado com a consolidação da constituição de 1988. Não que a constituição tenha sido o gatilho para promulgação de políticas equitativas no Brasil, e sim, que como apregoeou o antropólogo Kabengele Munanga³⁹²

Não era possível imaginar as propostas de ação afirmativa num país onde há pouco tempo se negavam os indícios de preconceitos étnicos e de discriminação racial. Dezenas de anos, os movimentos sociais negros lutaram duramente para arrancar da voz oficial brasileira a confissão de que essa sociedade é também racista. Embora o racismo esteja ainda muito vivo na cultura e no tecido social brasileiro, a voz oficial reagiu há pouco tempo aos clamores dos movimentos negros, como bem ilustrado pelo texto do Relatório do Comitê Nacional para a Preparação da Participação Brasileira na III Conferência Mundial das Nações Unidas contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, realizada em Durban, África do Sul, de 31 de agosto a 7 de setembro de 2001.

Esse percurso, deflagrado pelos movimentos sociais negro, sem falar na outra longa trajetória do movimento indígena, foi fundamental para marcar as clivagens étnico-raciais que o Estado brasileiro há anos negava e aos direitos, historicamente negados, à essa população. Em pleno século XXI não seria mais possível esconder, silenciar vozes que gritavam por reconhecimento e redistribuição no Estado.

³⁹² Munanga, Kabengele. Políticas de ação afirmativa em benefício da população negra no Brasil: um ponto de vista em defesa de cotas. *Sociedade e Cultura*, vol. 4, núm. 2, julho-diciembre, 2001, pp. 31-43 Universidade Federal de Goiás Goiânia, Brasil. P.35.

Percebemos, desse modo, que o racismo se apresenta como uma prática no Brasil e nos países de migração. Assim, campos disciplinares e teóricos que estudam relações étnico-raciais o definem como um processo pelo qual os grupos sociais classificam outros grupos como diferentes e inferiores, tendo como base as marcas fenotípicas ou culturais: língua, cor da pele, sotaque, entre outros. Nesse processo é utilizado o uso do poder econômico, social e político como propósito para legitimar a exploração e a exclusão de grupos³⁹³. O que percebemos é que o uso do poder do grupo dominante se sustenta mediante estruturantes na sociedade (leis, políticas, práticas administrativas), as quais exercem uma força sobre grupos subordinados.

Não se trata, nesse tópico, de realizarmos uma verticalização analítica sobre o fenômeno no Brasil, posto que pesquisas em diversas áreas do conhecimento já o fizeram e há uma trajetória de pesquisa nesse campo na área das ciências humanas. Cabe a nós interconectarmos a questão da xenofobia (sentimento de aversão ao outro, comumente estrangeiro, migrante) e o racismo à brasileira, dentro de um país que desde o período do processo de abolição adotou políticas de imigração com incisivas limitações às questões étnico-raciais no país. E como vimos no primeiro capítulo, o ideal de trabalhador, nesse período, era o homem ocidental branco vindo da Europa.

Além disso, é importante assinalar que o racismo é uma “estrutura dinâmica” do capitalismo brasileiro, funcionando como um mecanismo fulcral na manutenção das desigualdades de classe, assim como de raça e sexo na conservação das disparidades sociais do Brasil. Vejamos o que nos diz a imigrante de Guiné-Bissau sobre tal problemática:

Às vezes as pessoas não colocam isso muito quando a gente está numa reunião institucional. Quando vai ter uma reunião, um debate sobre políticas de imigrantes, as pessoas colocam, mas não com a mesma intensidade como quando a gente está no nosso grupo de migrantes, mas isso é um relato muito comum. Tanto ao que diz respeito ao racismo, em relação à cor, à xenofobia, porque muitos países que estão aqui falam francês e falam inglês, mas quando vai falar inglês, dizem: “Não, você está no Brasil. Você tem que falar português. Que língua é essa que você está me xingando?” Mas aí chega um americano e um francês: “Ai que lindo!” Tem a questão da xenofobia e tem o racismo e quando chegamos aqui no Brasil, principalmente com a imigração negra, encontramos a situação social brasileira, que é muito essa situação racial, nós viemos das nossas lutas pela independência e conquistamos contra a colonização europeia. Essa coisa de chegar aqui e ser desqualificado, reduzido só por causa da sua cor é uma coisa que a gente tem que começar a aprender a lidar, não é uma coisa que a gente já saiba, e principalmente porque as pessoas falam que os africanos são muito soberbos, que a gente já anda com o nosso nariz no ar. E para nós, a questão da nossa identidade, a gente conquistou e resgatou. Não nos foi concedida. A gente tem uma autoestima de quem somos e isso é muito presente nas nossas atitudes, nos nossos posicionamentos e as

³⁹³ CLASTLES, Stephen; MILLER, Mark.J. *La era de la migración. Movimientos internacionales de población en el mundo moderno*. Universidad Autonoma de Zacatecas, México, 2004.p. 49.

peessoas muitas vezes não sabem lidar com isso. E tem a questão social de que a África é um lugar pobre. Já tem a África como lugar de miséria, lugar de pessoas desqualificadas, e quando chega aqui, falam: “Eu estou fazendo mestrado, eu estou fazendo doutorado, eu estou fazendo graduação, eu já sou formada, falo tal e tal língua, as pessoas não conseguem aceitar isso: “Mas como? Você é africano, você é da África”. E para muitas pessoas é um país e não um continente. As pessoas têm dificuldade em aceitar que um africano seja qualificado, estudado, tenha condições e que de alguma forma seja academicamente mais qualificado, e isso acaba interferindo, acaba evidenciando mais o racismo, porque pode não te chamar de negro ou africano e ser racista diretamente, mas através das colocações, através das falas, você vê que é a questão racial que está sendo colocado. E a gente não percebe, porque em muitos lugares, principalmente quando você fala de médicos, de serviço público e às vezes você chega numa sala lotada e não tem nenhum negro e você fala: “Mas por que não tem nenhum negro?” Você fala que é um lugar onde não tem racismo, mas o racismo não é xingar, desqualificar o outro. É ver um espaço onde não tem representatividade de outras raças, e isso já fala se o país é racista ou não. Deixa claro essa posição e as pessoas questionam: “Mas por que o Brasil, o brasileiro não é racista.” “Como o Brasil não é racista se tem racismo e todo mundo sabe isso?” Mas qual a posição oficial do país? A posição oficial é de que é uma democracia racial. É o mito da democracia racial, mas socialmente tanto quem é negro e quem não é negro sabe que tem racismo e a xenofobia. Eu sempre deixo claro que xenofobia não é a questão racial, mas a questão cultural. É a questão de usos e costumes diferentes. (Nádia Ferreira)

A ativista Nádia Ferreira aponta uma das questões que acomete a imigração contemporânea no Brasil: o racismo e a xenofobia, práticas que não sustenta mais o discurso da “democracia racial” no Brasil. A representação social negra, dos povos indígenas e da população pobre nos espaços públicos continuar a ser uma dívida histórica que o Brasil – mesmo após a governança das democracias de cunho social democrata do PT – não conseguiu efetivar esse reparo da democratização do direito à moradia, direito à justiça, entre outros direitos. O racismo foi percebido pela narradora como a ausência representativa nos espaços em que existe a construção/reprodução do conhecimento: na universidade pública. Ser negra no mundo dos brancos, ter que justificar continuamente a sua presença nesse espaço continua sendo uma prática em que o racismo predomina.

Ao narrar os dilemas cotidianos referentes ao racismo exerce sua atitude em reparar uma memória silenciada nesses espaços, além de propor de uma forma sensível a disputa quanto as memórias que circulam na sociedade brasileira: memórias separadas de sujeitos separado, uma “memória dividida, dilacerada, dentro de si mesma, dentro da consciência dupla e não conciliada de indivíduos e grupos sociais³⁹⁴”, constituindo uma memória de ressentimento, memória conflituosa que mediante as histórias orais brotam compondo a paisagem de ambiguidades e ambivalências dos problemas étnico-raciais no Brasil. Nádia

³⁹⁴ PORTELLI, Alessandro. Um ônibus vermelho: vítimas inocentes de caminhões libertadores. In *História Oral como arte da escuta*. São Paulo: Letra e Voz, 2016. Pp. 147- 179. p.171.

Ferreira, ao perceber o problema a partir de fora, como estrangeira, prontamente localiza as fendas da sociedade para suavizar as expressões do racismo.

Notifica-se que num país que alimentou o desejo pelo branqueamento, assumir a negritude e a o pertencimento à cultura indígena é sinônimo de guinada política e crítica ao apagamento dos traços culturais, religiosos, alimentares e tantas outras marcas da herança negra e indígena nesse território. A ideologia racista nega a contribuição negra e indígena, enfraquecendo-os enquanto movimento e proposta de mudança dos paradigmas sociais vigentes. Quando os conflitos atrelados aos discursos de embranquecimento surgem na escola, mercado, nas instituições, nos hábitos cotidiano é porque o conflito e a tensão racial estão presentes, colocando em xeque a naturalização de práticas que mantém – “como uma ideologia racial integracionista” – os privilégios de classe e a desigualdade social. Marcel Tonini, ao analisar o racismo mediante as entrevistas dos futebolistas negros no Brasil, atribui que a ideologia da mestiçagem racial “não trata de um racismo genocida que visa o extermínio dos negros, mas de um racismo universalista totalitário, uma vez que impõe a todos um modelo normativo de síntese do humano³⁹⁵”. O racismo à brasileira é uma forma de dissolver os traços do legado da cultura étnica negra e dos povos indígenas no esteio social e, ao surgirem no plano do discurso e dos gestos das pessoas pode torna-se preconceito racial.

Um aspecto que precisa ser diferenciado quanto ao racismo no Brasil, ainda se referenciando em Tonini, é que nos Estados Unidos o povo negro sofre preconceito por ter traços, origem negra, dentro de uma dinâmica em que o preconceito é sistêmico e a ideologia é segregacionista, racista; enquanto que no Brasil o preconceito é dissimulado, melindroso e a ideologia é assimilacionista, e o racismo pode configurar um discurso e prática miscigenacionista³⁹⁶. O racismo e o preconceito no Brasil mostram-se como dinâmicas que deixaram de ser veladas, visto que com o surgimento das redes sociais qualquer pessoa pode manifestar o que pensa, o que não condiz que tal tipo de comportamento seja condizente a práticas democráticas. Deste modo, para compreender esse problema Florestan Fernandez elucida essa questão ao afirmar que no Brasil há um equívoco quanto a prática da “tolerância racial com democracia racial. Para que esta última exista não é suficiente que haja alguma harmonia nas relações raciais de pessoas pertencentes a estoques raciais diferentes ou que

³⁹⁵ TONINI, Marcel Diego. *Além dos Gramados: história oral de vida de negros no futebol brasileiro (1970-2010)*. Dissertação (mestrado) em História Social. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2010, p.40.

³⁹⁶ Idem, p.46.

pertencem a “raças” distintas. Democracia significa, fundamentalmente, igualdade racial, econômica e política³⁹⁷”. Percebe-se esse tipo de análise na entrevista de Viviana Peña abaixo.

É muito intercultural, são pessoas com visões diversas da vida, do mundo, de tudo, e tem diversas demandas que eles colocam. E a que a gente tem atendentes imigrantes porque a gente precisa ser aberto. Os serviços são fechados, o pessoal aqui tem um pouquinho de dificuldade para lidar com quem vem de fora, que eu acho que é uma questão de tamanho do país, e as pessoas não falam outras línguas, as pessoas ficam muito intimidadas para lidar com o pessoal de outros países. No CRAI a gente se esforça pra que as pessoas consigam estar um pouquinho à vontade porque eles já são reprimidos em qualquer lugar. Agora também infelizmente a gente escuta muitas histórias, principalmente, do pessoal que está em situação de vulnerabilidade, pessoal que tem uma origem africana ou indígena, sofrem muito racismo. É uma parte muito chocante pra quem vem de África ou de países onde a população é indígena, que infelizmente no Brasil há muito racismo e também existe xenofobia, por exemplo, mesmo que os árabes sejam considerados brancos, aqui eles não se reconhecem como brancos, eles também passam por preconceitos por conta da mídia que fala que os árabes são terroristas. (Viviana Peña, Crai)

A prática intercultural em coletivos e na sociedade, assim, permite a sensibilização da aprendizagem, além de promover a desconstrução de preconceitos relacionados a culturas e as diferenças não só da população imigrante, quanto dos povos indígenas e negros, LGBTi+ e outras diferenças existentes no Brasil. A experiência de narrar o processo migratório como um mecanismo de sensibilização para compreender a história e cultura de outros povos, sensibiliza o ouvinte que realiza a escuta das histórias de vidas.

A história perpassa a vida dos indivíduos e ao ser narrada permite a compreensão da diversidade, do mesmo modo, pode constituir em material escolar, costurando um ciclo de aprendizagens. A contribuição do trabalho de pesquisa do historiador ou oralista encontra-se na disseminação de histórias que sejam lidas, escutadas, visualizadas, teatralizadas, performatizadas, comunicadas além das fronteiras acadêmicas, possibilitando a quebra de rótulos e atributos sobre a vida e a história do outro.

No decurso desta pesquisa, optou-se em costurar as posições dos diferentes agentes envolvidos a questão migratória no Brasil, especificamente na cidade de São Paulo e propor que mesmo diante dos dilemas vivenciados pelos imigrantes, as resistências, sociabilidades envolvidas na circulação de pessoas na América Latina permite a construção de novas territorialidades.

A invisibilidade da mulher dentro do processo migratório não é uma coisa que é de hoje. Atualmente as mulheres estão se posicionando, se movimentando, com

³⁹⁷ PEREIRA, João Batista Borges; NOGUEIRA, Oracy; FERNANDES, Florestan. A questão racial brasileira vista por três professores. **Revista USP**. São Paulo. Nº 68, p. 168-179, Dez./Fev. 2005 – 2006. Dossiê Racismo I.

agitações de políticas e com movimentos sociais e isso está acontecendo de uma forma global. Mulheres nacionais querendo se empoderar mais na política e participar mais da política. E isso está influenciando as mulheres imigrantes que estão vivendo aqui de uma forma positiva. Eu acho que é um movimento de mulheres que eu nem posso dizer que é feminista, porque tem feminista que é homem, e feminista não é uma questão de ser físico, mas de ideologia. E tem mulheres que estão se posicionando em relação a isso: “Não, mais igualdade de gênero, igualdade entre homem e mulher.” Nós, fisicamente, nunca seremos iguais, mas, em relação à direitos sociais, direitos humanos, sempre seremos iguais. Queremos equidade de gêneros, equidade de direitos, que é essa a luta das mulheres e das feministas em geral, do movimento feminista. Essa luta de equidade de direitos e não de igualdade física, e se tiver quem acha que tem esse direito, por que não? Que seja respeitado esse direito! É a luta do dia a dia da mulher imigrante. Aceitar essas diferenças das mulheres brasileiras, do questionamento da sociedade brasileira e manter os seus próprios questionamentos, os seus valores, a sua cultura. (Nadia Ferreira)

A experiência narrada pelas mulheres migrantes neste capítulo nos convida a pensar na busca por alternativas, na conquista por melhores condições de vida para essas mulheres e suas famílias, no percurso dos diferenciados ativismos por direitos. As narrativas femininas fermentam a pensar que na trajetória de migração se abrem a ensejos de mudanças de experiências, galgando a autonomia por variadas razões e contextos.

A migração pode representar para as mulheres alternativas por melhores condições e formações educacionais, a construções de novas redes de comunicação e compreensão sobre os processos políticos migratórios, direito a sonhar, amar, desejar, aprender em outros circuitos de mobilidades. Diante do sentimento de que a migração apresenta para as pessoas, este processo circulatório possibilita a não vitimização, e que os sujeitos são agentes de seus próprios destinos e escolhas.

Esta pesquisa permeou, alinhavou um caminho para conectar a narrativa histórica e situacional de diferenciados agentes, sujeitos, narradores com a perspectiva da história oral, visto que diferentes dimensões de produção do conhecimento são dialógicos e plurais. Escutar história orais pode nos ajudar a entender os dilemas, tendências e variadas perspectivas da vida e da história.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegamos ao fim de um percurso de pesquisa e, no entanto, muitos outros olhares, viezes e perspectivas poderiam ser descritas, enumeradas em outros capítulos e textos. E cabe dizer que ao trilhar este caminho, assim, podemos enumerar alguns pontos chave ao analisarmos as redes estabelecidas na pesquisa.

De modo que neste trajeto de pesquisa, foi percebido durante uma das várias inserções em campo que de 30 de maio a 1 de julho de 2014, ao ser realizada em São Paulo a 1ª Conferência de Migrações e Refúgio – Comigrar, evento promovido pelas organizações do Estado: Ministério da Justiça, Ministério do Trabalho e Ministério das Relações Exteriores, com o apoio de agências internacionais como Nações Unidas UNODC, OIM, ACNUR PNUD, foi elencada uma série de enunciações. Cabe apontar, também, que estiveram presentes várias instituições não governamentais, do terceiros setor, que trabalham a partir de uma perspectiva dos direitos humanos para população migrante, além da presença da sociedade civil, e um extenso número de imigrantes, refugiados e coletivos migrantes que participaram dos fóruns de debate e discussão do evento, o qual tinha como meta construir um amplo diálogo que servisse como aporte à construção de um novo marco para Política Nacional sobre Migrações e Refúgio no Brasil pautada nos direitos humanos, retirando de uso, o antigo Estatuto do Estrangeiro.

Os debates que oclodiram na Comigrar se relacionavam ao acesso a serviços e direitos às populações migrantes e refugiadas: acesso à saúde, à educação, à cidadania, à moradia, à cultura, ao trabalho digno, além do debate em torno da prevenção e proteção dos direitos da pessoa humana, independente do país, classe, gênero a que pertencessem os migrantes. Nesse evento, foram escolhidos delegados da sociedade civil, inclusive imigrantes e refugiados que iriam acompanhar a implementação do novo projeto de Lei, intensamente debatido na ocasião. Nesse contexto, o discurso do Secretário Nacional de Justiça Paulo Abrão enfatizou a proposta: “Definitivamente, acredito que não existiu até hoje outra dinâmica que tenha conseguido, segundo olhares tão diversos, dinâmicos, plurais e representativos, levantar um conjunto tão amplo de propostas. O nosso grande legado nesta conferência é poder ouvir as razões uns dos outros, o modo de se enxergar a questão de forma plural e multidisciplinar”.

A pauta dos direitos humanos e da diversidade foi recorrente na Comigrar e continua a ser nos acordos internacionais e discursos de imigrantes e refugiados que apregoam que

“imigrar é um direito humano e ninguém é ilegal”, uma vez que o direito humano é inerente a todos os seres humanos independente de raça, religião, etnia, nacionalidade, gênero e qualquer outro condicionante e marcador social. Passados três anos desde o pronunciamento do secretário Paulo Abrão e no percurso de redação deste trabalho presenciamos mudanças exponenciais quanto à questão migratória no contexto brasileiro: o acontecimento da aprovação da nova Lei de Migração, resultante de mais de trinta anos de mobilização, a qual estabelece direitos e deveres da população migrante residente no Brasil, o que retirou de vigência o antigo Estatuto do Estrangeiro constituído em 1980, durante o período ditatorial brasileiro.

O novo marco legal alarga o diálogo entre a população imigrante e o estado brasileiro ao estabelecer pontes de diálogo ao acesso aos serviços públicos: educação, trabalho, moradia, segurança social, além de uma vertente humanitária na regularização migratória, desburocratização das solicitações dos documentos exigidos pelo Estado, institucionalização da política de visto humanitário, combate à discriminação e o fim da criminalização por razões migratórias. Contudo, dentre tantas conquistas fruto da mobilização da sociedade civil e da população imigrante e refugiada, o presidente atual em exercício aprovou a Lei de Migração, mas com vinte vetos, dentre estes, o conceito de imigrante, o que mostra a contradição e jogo de forças do momento histórico que sociedade brasileira enfrenta.

Assiste-se no cenário internacional vivido pela população migrante na conjuntura de governança de Estados europeus e o governo dos Estados Unidos, um crescente enrijecimento das fronteiras, um intenso controle da imigração no território, com o crescimento de discursos nacionalistas: o que pode acarretar na ampliação de sentimentos xenofóbicos, racistas, preconceituosos no tratamento a perspectivas religiosas plurais e aos grupos migrantes e étnicos que não estejam de acordo aos padrões considerados legítimos por grupos mais conservadores no Estado-nação. Deste modo, os discursos referentes a xenofobia de governo expressa na linguagem tecnocrática que apregoa que “o imigrante é um problema, é uma ameaça” entrelaça justificativas que podem servir para a violação de direitos e da dignidade da pessoa humana.

Mesmo que os entraves sejam estabelecidos para constituição de uma fronteira dura à circulação migratória, o governo brasileiro aprovou a nova Lei de Migração com mais de vinte vetos, o que possibilita compreender que a lei é discricionária, ou seja, depende da interpretação da pessoa que for aplicar a jurisdição. Esse dispositivo permite elencar que essa disputa das representações jurídico-políticas do migrante, na conjuntura específica atual é carregada de conflitos na gestão e adoção da nova lei de migração, posto que pode aglutinar

na forma em que for aplicada representações jurídicas e políticas diferentes. Esse problema foi apontado pelos migrantes/refugiados que vivem e lutam no Brasil, validando, assim, a nossa hipótese de pesquisa, uma vez que mesmo sendo uma lei construída, pautada nos direitos humanos e, além de tudo, com um conteúdo progressista; ao ser aplicada numa conjuntura que depende da discricionariedade para sua implementação, pode gerar conflitos, principalmente, em contextos políticos em que a democracia não possui uma longa tradição.

E no contexto acima, os agentes e as agências envolvidas com a causa da migração passam a disputar a representação jurídico-política do migrante, caracterizando a governabilidade conflitiva descrita na hipótese. E essa característica pode ser intensificada quando é atravessada pela interpretação da governança neoliberal presente no Brasil, uma vez que ativa disputas dentro de contextos de trabalho de operadores de Estado hostis a uma jurisdição cidadã. E as narrativas, as lutas e os movimentos desencadeados pelos migrantes perpassa, constantemente, a prerrogativa moderna do “direito a ter direito” de Hannah Arendt, como postulado fundamental para a constituição da cidadania.

A seguir, nomeamos alguns dilemas, tensões e disputas que as fontes e o trabalho de campo sussitaram no decorrer desta pesquisa. Percebemos uma modificação pertinente às questões relacionadas ao mundo do trabalho quanto a alteração dos critérios definidores das condições de trabalho análogo ao de escravo, sendo esta a publicação da portaria nº 1.129 de 13 de outubro de 2017, na qual é estabelecido que a divulgação da “lista suja” dependerá de “uma determinação expressa do ministro do Trabalho”. Essa portaria também retira o critério utilizado para avaliar os casos de trabalho análogo ao de escravo que é o das “condições degradantes”, afirmando que essa modalidade só existiria no cerceamento de liberdade da pessoa humana.

As narrativas realizadas com a rede dos operadores do direito que trabalham em instituições do Estado brasileiro a partir de uma perspectiva dos direitos humanos estabeleceram que esta é uma cláusula totalmente antiquada, uma vez que as condições degradantes em que o trabalhador está inserido era o que anunciava as condições análogas ao trabalho escravo. A visão veiculada pela mídia do trabalhador encarcerado ou algemado dentro de um setor produtivo não condiz com a realidade do trabalhador desses setores de produção. De modo que “com a nova portaria, só podemos considerar trabalho em condições degradantes se houver restrição de liberdade, com pessoas armadas ou isolamento geográfico que impeçam o trabalhador de ir e vir”, disse Antonio Mello (Programa de Combate ao Trabalho Forçado da OIT no Brasil). Os retrocessos da atual conjuntura política do Estado e o enfraquecimento das instituições destes podem desencadear o equívoco de que os

trabalhadores inseridos de livre e espontânea vontade nesses cenários não podem ser classificados – quando houver – como trabalho análogo ao de escravo. Flexibilizar os critérios normativos erguidos a partir da perspectiva dos direitos humanos e das diretrizes internacionais que combatem tal prática no Brasil, equivale ao Estado, em ser negligente as condições de trabalho análogo ao de escravo no mundo contemporâneo. Além disso, com a aprovação da nova Reforma Trabalhista no governo atual permite a negociação do negociado sobre o legislado.

Outro critério modificado nesse período foi que anteriormente essa portaria solicitava a comprovação da condição análoga à escravidão ao auditor fiscal do trabalho, uma vez que este redigia um “relatório circunstanciado de Ação Fiscal”, e a partir desse novo critério exige-se um “boletim policial ao processo que pode levar à inclusão do empregador na lista suja”. Os discernimentos para compor o fato decorrente do trabalho análogo às condições de escravo demonstram que tais medidas são penalistas e não de cunho de responsabilização da cadeia produtiva do fator trabalho. Somado a esse item, os operadores/fiscais do Estado baseavam-se em conceitos e normativas da OIT e do Código Penal para classificar o que era considerado trabalho análogo ao de escravo no mundo contemporâneo. A nova portaria estipula normas específicas do que é considerado trabalho escravo.

É importante indicar que o direito, o Estado e os próprios operadores do Estado ao utilizarem uma série de categorias, classificações para avaliarem a migração “voluntária”, migração “forçada”, trabalho “livre, trabalho forçado”, assim como, trabalho análogo ao de escravo e outros dispositivos utilizados para analisar tais questões, podem reforçar divisões epistêmicas da migração; de modo que é necessário questionar as nomenclaturas e taxonomias criadas quando direcionamos nossos olhares para tais problemáticas. E essas questões apareceram no capítulo 3 no discurso dos operadores do Estado que trabalham a partir de uma perspectiva dos direitos humanos, de modo que é preciso salientar que essas categorias são utilizadas pelo campo do direito, também, para apreender os conceitos de vítima e perpetrador dentro do campo dos legalismos intituídos.

Deste modo, é relevante apontar que a relação entre o surgimento, a criação do “migrante ilegal” e a flexibilização do mercado de trabalho a partir da implementação do neoliberalismo, principalmente na Europa, e, também, nos Estados Unidos, marca uma tensão no surgimento de processos de ilegalização dos migrantes em contextos e dinâmicas de crise da cidadania, como bem foram apontados nos estudos de Sandro Mezzadra. E ao olharmos para o Brasil é fundamental entender essa mudança, essa flexibilização do mercado e da mobilidade da força de trabalho em curso.

E como já foi exposto, o trajeto da pesquisa mudou e à medida que o trabalho de campo foi sendo construído e as redes de entrevistas estabelecidas, a perspectiva direcionada ao nosso campo de estudo foi deslocado e ressituated. De modo que no primeiro momento, a pesquisa tinha como objetivo realizar um estudo sobre a imigração em áreas da fronteira norte do Brasil; e, no segundo momento, depois da inserção na fronteira norte, a meta galgou outro viés, pois percebemos que a problemática da pesquisa não se localizava na fronteira física do Brasil – uma vez que os próprios imigrantes questionavam a fronteira política e jurídica erguida para inserção desses grupos no estado brasileiro – redesenhando, assim, a reconfiguração da hipótese da pesquisa.

Nesse deslocamento situado, uma rede de entrevistas da pesquisa foi com operadores/agentes de instituições do estado brasileiro que trabalham com questões referentes à imigração e refúgio a partir de uma perspectiva dos direitos humanos – que nos permitiu constatar uma tensão, disputa da representação jurídico-política do migrante. Além do que também percebemos um conflito nas classificações relacionadas à migração e trabalho, enfraquecimento das instituições estatais em contextos neoliberais e na flexibilização quanto a sua implementação à sociedade brasileira.

Outra rede de entrevistas da pesquisa foi com agentes/agências de instituições não governamentais que acessaram e realizam trabalho de políticas públicas à população migrante e refugiada no Brasil. Nesta rede, percebemos nas narrativas desses sujeitos a crítica e pouca presença de políticas públicas à população migrante e refugiada realizadas pelo Estado.

E a terceira rede de entrevistas da pesquisa foram com imigrantes (homens e mulheres), alguns, no caso dos haitianos, passaram pela fronteira norte da Amazônia e atualmente residem em diferentes cidades brasileiras, ou, migraram para outros países. As mulheres imigrantes entrevistadas/consultadas na cidade de São Paulo (algumas que fazem parte de coletivos migrantes), sendo ativistas de direitos humanos e feministas, realizam trabalho de formação e trabalho de base para outras mulheres imigrantes residentes na cidade de São Paulo. Nesta rede, pudemos constatar em suas narrativas e discursos uma crítica as instituições (estatais e do terceiro setor), porque não aceitam serem tuteladas/os, uma vez que retira destas/destes a capacidade de agenciarem suas vidas e lutas na migração.

As narrativas constituídas neste trajeto de pesquisa permitiram que se compreendesse os diferentes agentes e agências dentro do contexto migratório brasileiro. A problemática deste estudo configurou que as relações de poder efetuados pelas instituições estatais, somadas ao trabalho produzido pelas ONGs, foram realizados mediante uma governabilidade

conflitiva, posto que o contexto social em que esses agentes atuam estão imbuídos por dinâmicas econômicas beneficiadas pela vulnerabilidade social dos migrantes. Nesse panorama, homens e mulheres migrantes vivenciam dinâmicas de tensões e disputas, em virtude ao impedimento do acesso aos direitos e estão sujeitos a sofrer a precarização do trabalho e a condição de invisibilidade social. Além disso, outro tema suscitado nesta pesquisa, surgido das narrativas, foi a questão de gênero no contexto migratório, localizada, principalmente, quando as mulheres narraram os problemas referentes às instituições do Estado e as ONGs, quando buscaram e foram impossibilitadas do acesso aos direitos.

As narrativas das mulheres ativistas permitiram que se visualizasse as esferas de dominação, assim como as relações de resistências femininas no cotidiano da imigração. A trajetória migratória dessas mulheres e as experiências singulares que teceram nesse novo território escolhido para viverem a “jornada da heroína” revelaram suas táticas de sobrevivência, as lutas, as resistências cotidianas e a ressignificação em seus pertencimentos na cidade de São Paulo.

Nesse conjunto, os imigrantes haitianos entrevistados no percurso deste trabalho seguem o rumo de suas escolhas, a exemplo de Demen Toussant, que conseguiu integrar-se no projeto de graduação para imigrantes haitianos na Universidade de Federal de Integração da América Latina na UNILA. Outros imigrantes foram integrados em variadas frentes de trabalho em cidades da Amazônia, e muitos outros haitianos seguiram para outras cidades brasileiras e para outros percursos internacionais na tentativa de trilharem suas diásporas em busca de alternativas para suas vidas.

Os representantes das instituições governamentais entrevistados seguem em suas ações na busca de colocarem em prática a efetivação de leis pautada nos Direitos Humanos, mesmo dentro de uma conjuntura de retrocessos de direitos e da desestabilização do marco democrático da Constituição de 1988 após o impichement da Presidente Dilma Rousseff em 2016.

Os agentes de pastoral atuantes junto aos imigrantes e instituições não governamentais continuam seus engajamentos junto aos movimentos sociais articulados em rede e são vistos como “intelectuais orgânicos”, que a partir de um intenso diálogo com as bases, integram-se numa perspectiva de aprendizagem em colaboração com os sujeitos da imigração numa proposta de mediação social intensa com diversos setores sociais. Sua visão de mundo, ancora-se numa mística dentro de um campo religioso e “demanda mais do que a constatação de sua força de vontade, ou seja, pressupõe o reconhecimento de sua condição de classe, sua formação ideológica e religiosa e, principalmente, sua intrínseca ligação com a instituição que

ele representa junto aos migrantes³⁹⁸”. No percurso realizado, contudo, ouvimos de alguns imigrantes críticas às posições assistencialistas, as quais geram interpretações de tutela à população migrante junto às igrejas. Os migrantes não querem ser tutelados pelas instituições, sendo elas governamentais ou do terceiro setor.

As entrevistas das mulheres vinculadas a coletivos de imigrantes e à própria experiência de escuta criou uma empatia, pois alinhavou pontos em comum entre quem narrava sua experiência e quem exercia o trabalho de escuta. Esse tipo de elo permite que “a comunicação seja possível, mas é a diferença que a torna significativa. Pontos em comum não precisam significar uma identidade compartilhada, mas sim uma disposição compartilhada de ouvir e de aceitar o outro, criticamente”. Sem dúvida, o pesquisador modifica a sua postura e aprende muito com a experiência de vida dos narradores e, nesse trajeto, a escuta permitiu que fosse feita a crítica às instituições, visto que as narradoras dispensam a tutela e desejam a autonomia de suas vidas e em seus modos de compartilharem e exercem diferenciadas práticas de luta migrante.

As oportunidades erguidas como justificativas para trabalharem, estudarem, viverem variadas dimensões da vida e quaisquer outras atividades em outros territórios permite que os imigrantes assumam suas vidas e suas escolhas, mesmo que os Estados construam fronteiras políticas para barrar a circulação destes no espaço. Coisas são globalizadas e são construídos muros, cercas, campos minados, faixas de fronteira para impedir a circulação dos sujeitos no cenário atual da globalização. Imigrar é um direito, contudo, as dificuldades enfrentadas pelos indivíduos no capitalismo atual permitem que se entenda a migração como um fenômeno multifacetado. Assim, “ao assumir o ponto de vista dessas tensões e desses conflitos se torna possível enxergar os movimentos dos migrantes e as experiências migratórias enquanto espaços estratégicos para a produção de subjetividade. Recuperando e reelaborando uma série de conceitos foucaultianos, podemos dizer que isso implica uma atenção especial para a forma em que os dispositivos de *sujeição* e os processos de *subjetivação* (coação e liberdade) entram em jogo na constituição do campo da experiência da migração.”³⁹⁹ De modo que as fronteiras políticas podem até agir na vida das pessoas em contextos migratórios, porém, os sujeitos constroem estratégias, táticas diversificadas e erguem projetos alternativos nos países de destino.

³⁹⁸ DORNELAS, Sidnei Marco; NASSER, Ana Cristina Arantes Nasser. *Pastoral do Migrante: relações e mediações*. São Paulo: Loyola, 2008. p.199.

³⁹⁹ MEZZADRA, Sandro. Op. Cit. p.13.

Em decorrência do trajeto desta pesquisa, o primeiro capítulo diz respeito ao percurso trilhado pela pesquisadora para a constituição do *corpus documental* da tese. Os fios condutores deste capítulo referem-se aos dilemas encontrados na pesquisa de campo, a mudança do problema de pesquisa, o encontro com os entrevistados, a descoberta de outras bases de dados, os desafios erguidos mediante o movimento e circulação dos sujeitos envolvidos no processo: entrevistados e entrevistadora. Criou-se um espaço de diálogo em que o trabalho de escuta e o trabalho de memória foram agentes de um tipo de conhecimento em que as intersubjetividades envolvidas, relacionaram-se entre a oralidade da fonte e a escrita do pesquisador.

Quanto às temáticas percorridas neste trabalho, foram estabelecidos no segundo capítulo os aspectos históricos da política de imigração no Brasil, sobre os quais foram discutidos aspectos relacionados à condição social, jurídica e política do imigrante. Também foi estabelecida a definição de Estado, fronteira política e os pontos relacionados ao acesso a direitos a partir das entrevistas com imigrantes e agentes institucionais do Estado e ONGs. Além disso, foram alinhavados os aspectos que exerceram influência para a constituição de uma política pública à população imigrante na cidade de São Paulo.

A costura do terceiro capítulo deu-se a partir da tessitura das entrevistas realizadas com os operadores das instituições governamentais, das narrativas dos agentes que trabalham em instituições não governamentais e das narrativas feitas com imigrantes e referentes a temas vinculados à imigração, trabalho e direitos humanos. Para tanto, foi circunscrita a contextualização desses tópicos e, na sequência, foi realizada a costura das entrevistas a partir da localização dos critérios normativos justificados pelos entrevistados ao discorrerem sobre aspectos legais nacionais e internacionais quanto aos direitos trabalhistas, imigração e temas interseccionais a estes. Verificou-se, assim, uma disputa na rede de entrevista quanto ao tema relacionado ao trabalho, uma vez que este é influenciado por dinâmicas econômicas, políticas. E o setor produtivo têxtil, na qual trabalham uma parcela de imigrantes latino-americanos, foi constatada a existência da precarização/flexibilidade do trabalho exercido nesse nicho produtivo. Percebemos, também, a criação de um específico “nichos de trabalho étnico”, em que a vulnerabilidade do migrante pode até ser um fator que reproduz um certo tipo de dominação, mas a mobilidade do migrante frutifica as resistências e a quebra das relações de espoliação na luta migrante na cidade.

Na sequência, no quarto e quinto capítulos realizou-se um diálogo com as experiências femininas sobre a migração, contabilizando onze histórias de vida entrelaçadas aos seus percursos de ativismos na cidade de São Paulo. Filhas da imigração, heroínas de uma

trajetória construída fora do lugar, as entrevistadas narraram os seus processos de autoconhecimento como mulheres, estudantes, mães, filhas, casadas, solteiras, ativistas, trabalhadoras; inseridas em diferentes círculos de identificações definiram os seus pertencimentos e processos de construção de identidades em suas trajetórias. Houve momentos em que narraram a experiência e em outros foram testemunhas de outras experiências. O que se constituiu diante desse encontro foi um contínuo diálogo entre diferentes vozes, as quais “a fronteira móvel e esquiva entre a História e as histórias é uma das relações que torna a história oral significativa. Em última instância, a história oral diz respeito ao significado histórico da experiência pessoal, por outro lado, e o impacto pessoal das questões históricas, por outro. O cerne duro da história oral reside exatamente nesse ponto, no qual a história invade as vidas privadas, ou quando as vidas privadas são sugadas para dentro da história⁴⁰⁰” São histórias do encontro de mulheres sobre suas perspectivas sobre a esfera pública e privada na migração, o que demonstra, assim, que a dinâmica da vida é recortada por variadas dimensões políticas, por vezes negligenciada pela historiografia. O mosaico dessas vozes evidencia a importância dessas narrativas e histórias.

A história oral, desse modo, apresenta que as histórias das pessoas possuem uma moral intrínseca ao trabalho de memória. Quando o gravador é desligado, as pessoas continuam seus percursos e o pesquisador é acionado a assumir seu posto de trabalho. De forma que “a história oral é uma coisa que fazemos com outras pessoas, vai além do nosso “trabalho” – ou, pelo menos, nosso “trabalho não pode ser realizado a menos que o inserimos em um contexto mais amplo das relações humanas. Trabalho é uma coisa útil, mas relações pessoais, amizades que duram a vida toda, diálogo e confrontação com os outros, são fins em si mesmos⁴⁰¹”. Nesse percurso, o trabalho com entrevista exige um tipo labor interdisciplinar e que não se esgota quando a entrevista é realizada. A entrevista foi um pretexto para ativar memórias em movimento.

Esse trajeto de pesquisa possibilitou a costura com formas da oralidade diversificadas e as interpretações destas, eclodiram para os eixos de análise que permitem novas formas de olhar o presente da migração e suas interconexões no Brasil. Desse modo, essa pesquisa pode frutificar novas abordagens não relatadas neste percurso, como por exemplo, imigração e direito à moradia, imigração e sexualidade. Pontos pouco discutidos que demandariam novas pesquisas.

⁴⁰⁰ PORTELLI, Alessandro. História Oral: uma relação dialógica. In *História Oral como Arte da Escuta*. São Paulo: Letra e Voz, 2016. p.16.

⁴⁰¹ PORTELLI, Alessandro. Para além da entrevista: uma autoetnografia da minha prática. In *História Oral como Arte da Escuta*. São Paulo: Letra e Voz, 2016. p. 43.

É difícil realizar um trabalho de história oral sem um envolvimento com a agenda dos sujeitos no qual se estabelece diálogos. O distanciamento que o pesquisador necessita para alinhar interpretações das entrevistas é um treino difícil de ser realizado, contudo, é imprescindível que a voz do narrador/autor também apareça na costura do texto final. O exercício de posicionar-se perante tantas injustiças e ausências de direitos foi um ato político de escolha da pesquisadora. A neutralidade é contestável em contextos de retrocessos dos direitos humanos historicamente construídos no Brasil. Escrever sobre questões de gênero é pôr em xeque o legado do patriarcado e, além de tudo, redesenhar a resistência cotidiana na qual nos inserimos.

Desse modo, a resignificação das experiências migrantes e a resistência é construída como um *despertar* para lutas e também para a sensibilização dos espaços sociais frequentados, inclusive, por familiares destes. Pautada na crítica ao sistema capitalista e nas formas de “colonialidade” discutidas por Anibal Quijano, María Lugones propõe que passemos a desconstruir as formas de “colonialidade” impostas pelo projeto de modernidade que o processo colonial impôs às Américas, questionando as categorias de gênero, classe, raça, minando a “colonialidade” do poder. Anibal Quijano entende que o poder está estruturado em relações de dominação, exploração e conflito, entre os atores sociais que disputam o controle dos “quatro âmbitos básicos da existência humana”, sendo estes “sexo, trabalho, autoridade coletiva e subjetividade/intersubjetividade”.

E a socióloga argentina María Lugones apresenta como perspectiva crítica para compreender o mundo pós-colonial o *Sistema Moderno Colonial de Gênero*, o qual corresponde a um sistema de classificação em que a colonização produziu uma divisão entre humano e não humano; a invenção do gênero como correspondente à supremacia do homem branco europeu detentor sobre os direitos da mulheres do seu grupo, ou seja, a mulher branca europeia como companheira e reprodutora da raça do capital humano; o povo subalterno do extramundo europeu como uma ordem da supremacia branca (humana), na qual o sistema de gênero tem outro tipo de engrenagem para os povos colonizados; e as categorias de raça, gênero e sexualidade como constitutivas da episteme moderna colonial. Esses aspectos foram propostos por uma agenda de intelectuais feministas mulheres e homens que assumiram posturas decoloniais em pensar as heranças da colonização no Sul global, enfatizando um projeto de refletir a modernidade/colonialidade para renovar e fortalecer a teoria crítica de um movimento feminista antirracista e contra-hegemônico de ser e agir no mundo.

Somado a essas questões, o debate sobre migração, por vezes, perpassa questões raciais e étnicas que conduzem um tipo de linguagem utilizada na esfera pública ao direcionar

o discurso da cidadania como um assunto neutro ou de “diferença cultural intransponível” (Balibar 1991: 22). A questão urbana aglutina uma plataforma complexa de motivações, impulsos e dinâmicas. A metrópole migrante, tal como pensada pelo geógrafo Nicholas De Genova, não pode ser pensada como um simples espaço de “deslocamento, transplantação” da cultura do migrante. Ao contrário, a metrópole migrante é organizada material e simbolicamente pelas intersecções do capital global, pelo trabalho transnacional do migrante, pelas formações de Estados nacionais com suas políticas de cidadania e direitos, e pelas dinâmicas pós-coloniais de desigualdades racializadas⁴⁰². Essas forças invisíveis permeiam tanto em nível global quanto na esfera do Estado-nação configurações de “táticas de imposição da lei de imigração e de técnicas de policiamento de fronteiras aplicadas aos migrantes⁴⁰³”. Nesta configuração, a metrópole migrante também é uma zona de fronteira, perpassando, inclusive, o corpo do migrante.

O discurso dos diversos atores envolvidos indica que a implementação de uma política pública para a população migrante está diretamente vinculada a luta e participação dos diversos atores envolvidos. De modo que podemos cogitar, como já foi assinalado pelo pesquisador italiano Sandro Mezzadra (2015), que a cidadania é um campo de tensões, embates, conflito constante no interior do Estado-nação, podendo configurar uma das colisões na fronteira política do Estado. E o debate em torno da cidadania, dentro de um contexto de crise das políticas democráticas latino-americanas, em que as mobilidades urbanas se engendram, continua a ser uma agenda importante, pois permite “analisar tanto as técnicas e as formas que afetam os migrantes quanto suas práticas de subjetivação⁴⁰⁴”.

Nesse trajeto, percebemos que existe a interconexão de diferentes escalas que atuam na configuração política das questões migratórias e que permite pensar a ossatura do Estado, não como um mecanismo analítico, mas como um campo político de gestão da mobilidade. E ao costurar as redes das entrevistas, compreendemos que os movimentos, a mobilidade, a circulação de ideias e coisas colocam em jogo as tensões em torno das regulações migratórias dentro do espaço. De forma que é necessário problematizar os nacionalismos e a burocracias estatais que criam barreiras diferenciadas aos movimentos e mobilidades – tanto as internas ao seu espaço quanto as externas e nas fronteiras do seu território – contemporâneo no Brasil.

⁴⁰² Op. Cit. DE GENOVA, Nicholas. p.7.

⁴⁰³ Idem, p.7.

⁴⁰⁴ Op. Cit. MEZZADRA, Sandro. p. 27.

BIBLIOGRAFIA

AGRA, C. (Org.). *La Seguridad em la sociedad del riesgo: un debate abierto*. Barcelona: Atelier, 2003. 365.

ANDERSON, B. *Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ANTUNES, R. *Os Sentidos do Trabalho. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 1999.

AVELLANEDA YAJAHUANCA, R. S. “A Experiência da gravidez, parto e pós-parto das imigrantes bolivianas e seus desencontros na cidade de São Paulo”. Tese de Doutorado. São Paulo: Faculdade de Saúde Pública da USP, 2015.

BHABHA, Homi K. *O Local da Cultura*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.

BAUMAN, Z. *Vidas Desperdiçadas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

BORGES, L. R. M. “Políticas Territoriais na Fronteira: o programa de aceleração do crescimento e as transformações em Rondônia no início do século XXI”. Dissertação de Mestrado em Geografia Humana. FFLCH-USP, 2012.

BIROLI, F. “Justiça e Família”. In: MIGUEL, L. ; BIROLI, F. *Feminismos e política: uma introdução*. São Paulo: Boitempo, 2014.

BIROLI, F. MIGUEL, L.F. *Teoria Crítica Feminista: textos centrais*. Vinhedo: Editora Horizonte, 2013.

BRUBAKER, R. *Nationalism Reframed. Nationhood and the National Question in the New Europe*. Cambridge-UK: Cambridge University Press, 1996.

BULL, H. *The Anarchical Society: a study of order in world politics*. New Jersey-USA: Columbia University Press, 1995.

CAMPOS, H; PAZ, O. *Transblanco*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

CAMPOS, H. *Transcrição*. São Paulo: Perspectiva, 2013.

CANCLINI, N. G. *Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo: Edusp, 2006.

CANCLINI, N. G. *Diferentes, Desiguais e Desconectados*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2005.

CASTRO-GÓMES, S. *Crítica da la razón latinoamericana*. Barcelona: Puvill Libros, 1996.

_____. *Teorias sin disciplina. Latinoamericanismo, Latinoamericanismo, poscolonialid y adglobalización em debate*. México: Porrúa-USF, 1998.

_____. Fin de la modernidad nacional y transformaciones de la cultura em tiempos de globalización. In: J. Martín-Barbero, Et. Alii. *Cultura y Globalización*. Bogotá, Universidad Nacional de Colombia, Facultad de Ciencias Humanas, Centros de Estudios Sociales, 1999.

CASTLES, Stephen. MILLER, Mark J. *La Era de la Migración: movimientos internacionales de población en el mundo moderno*. México: Universidad Autónoma de Zacatecas, 2004.

CHI, J. Y. “O Bom Retiro dos coreanos: descrição de um enclave étnico”. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – FAU-USP, 2016.

COSTA, J. F. D. *Imigração: criminalização e subsistema penal de exceção*. Curitiba: Juruá, 2013.

DAGNINO, E. “Movimentos Sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania”. In: DAGNINO, E. (Org). *Anos 90 - Política e Sociedade no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Brasiliense, 1994.

DAVIS, A. *Mulheres, Raça e Classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.

DE GIORGI, A. *Tolerancia cero: estratégias y prácticas de la sociedad de control*. Barcelona: Virus, 2005.

DOLLFUS, O. *La Mondialisation*. Paris: Presse des Sciences, 1997.

DORNELAS, Sidnei Marco. NASSER, Ana Cristina Arantes. *Pastoral do Migrante: relações e mediações*. São Paulo: Loyola, 2008.

DUSSEL, E. *El encubrimiento del outro. El origen del mito de la modernidad*. Bogotá: Ediciones Antropos, 1992.

FERREIRA, A. C. *Tutela e Resistência Indígena: etnografia e história das relações de poder entre os Terena e o Estado Brasileiro*. São Paulo: EDUSP, 2013.

FERREIRA, M. M. (org.). *História Oral e Multidisciplinaridade*. Rio de Janeiro: Diadorin, 1994.

EUZÉBIO, E. F. “Fronteira e Horizontalidade na Amazônia: as cidades gêmeas de Tabatinga (Brasil) e Letícia (Colômbia)”. São Paulo: Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – FFLCH-USP, 2011.

FOUCAULT, M. *Segurança, Território e População: curso dado no Collège de France (1977-1978)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, M. *O Nascimento da Biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FRASER, N. *Fortunas do Feminismo. Do capitalismo gerenciado pelo Estado a crise neoliberal*. Madrid-ESP: Editora Traficantes de Sueños, 2015.

FREIRE, C. F. “Trabalho informal e redes de subcontratação: dinâmicas urbanas da indústria de confecções em São Paulo”. Dissertação de Mestrado em Sociologia. São Paulo: FFLCH-USP, 2008.

FREITAS, P. T. “Projeto Costura: percursos sociais de trabalhadores imigrantes entre a Bolívia e a indústria de confecção nas cidades de destino”. Tese de Doutorado em Sociologia. Campinas-SP: IFICH-UNICAMP, 2014.

GAUDEMAR, J. P. *Mobilidade do trabalho e acumulação do capital*. Lisboa: Editorial Estampa, 1977.

GILENO, C. H. “Perdigão Malheiros e as crises do sistema escravocrata e do Império”. Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas: Campinas, 2003.

GONÇALVES, P. C. *Mercadores de Braços: riqueza e acumulação na organização da emigração europeia para o novo mundo*. São Paulo: Alameda, 2012.

GRUZINSKI, S. *O pensamento mestiço*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

HALL, S. *Da Diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006.

_____. Quem precisa da identidade? In: *Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. (Org.) SILVA, T. T.; WOODWARD, K. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

HIRATA, D. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
In: HOLANDA, F.; MEIHY, J. C. S. B. *História Oral: como fazer como pensar*. São Paulo: Contexto, 2007.

HIRATA, H.; KERGOART, D. “A divisão sexual do trabalho revisitada”. In: *As Novas Fronteiras da Desigualdade: homens e mulheres no mercado de trabalho*. São Paulo: Editora Senac-São Paulo, 2003.

HOBSBAWN, E.; RANGER, T. (Org.) *A Invenção das Tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

KRISTEVA, J. *Estrangeiros de Nós Mesmos*. São Paulo: Rocco, 1994.

LA BOÉTIE, E. *Discurso da servidão voluntária*. São Paulo: Brasiliense, 1999.

LEFEBVRE, Henri. *Critique de la vie quotidienne*. Paris: L’Arche, 1958, v. 1.

_____. *Critique de la vie quotidienne*. Paris: L’Arche, 1961, v. 2.

_____. *Critique de la vie quotidienne*. Paris: L’Arche, 1981, v. 3.

_____. *O direito à cidade*. São Paulo: Documentos, 1969.

_____. *A vida cotidiana no mundo moderno*. São Paulo: Ática, 1991.

_____. *Introdução à modernidade: prelúdios*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

LESSER, J. *A negociação da Identidade Nacional: imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil*. São Paulo: Editora Unesp, 2001.

LYRA, J. F. D. C. *Imigração: criminalização e subsistema penal de exceção*. Curitiba-PR: Juruá, 2013.

LOPES, C. M. S. *Inmigración y derechos humanos: um análisis crítico del caso brasileño*. Curitiba-PR: Juruá, 2013.

LUKÁCS, G. *Para uma ontologia do ser social*. (Vol. I). São Paulo: Boitempo, 2015.

MARTINS, J. S. *Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano*. São Paulo: Contexto, 2009.

MATIAS, E. F. P. *A Humanidade e suas fronteiras: do estado soberano à sociedade global*. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

MEIHY, J. C. S. B. *A colônia Brazilianista: história oral de vida acadêmica*. São Paulo: Nova Stella, 1990.

_____. *Canto de Morte Kaiowá: história oral de vida*. São Paulo: Loyola, 1991.

_____. *(RE) introduzindo História Oral no Brasil*. (Org.). São Paulo: Xamã, 1996.

_____. *Brasil fora de si: experiências de brasileiros em Nova York*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

_____. *Manual de História Oral*. (5ª Ed.) São Paulo: Loyola, 2005.

_____. Mas há fronteiras? In: *Migrações internacionais: desafios para o século XXI*. São Paulo: Memorial do Imigrante, 2007.

_____. *Prostituição à brasileira: cinco histórias*. São Paulo: Contexto, 2015.

MIGUEL, L. F. “Gênero e Representação Política”. In: BIROLI, F. MIGUEL, L. F. *Feminismo e Política*. São Paulo: Boitempo, 2014.

MEZADRA, S. *Derecho de fuga: migraciones, ciudadanía y globalización*. Madrid: Traficantes de Sueños, 2005.

MIGNOLO, W. *Local Histories/Global Designs. Coloniality, Subaltern Knowledges and Border Thinking*. Princeton: Princeton University Press, 1999.

MOHANTY, C. “Bajo los ojos de occidente. Academia Feminista y discurso colonial”. In: SUÁREZ NAVA, L. y HERNÁNDEZ, A. *Descolonizando el Feminismo: Teorías y Prácticas desde los Márgenes*. Madrid: Cátedra, 2008.

MORAES, A. L. Z. “Crimigração: a relação entre política migratória e política criminal no Brasil”. Tese de Doutorado. Faculdade de Direito. Programa de Pós-Graduação em Ciências Criminais, PUCRS, 2016.

MÁRMORA, Lelio. *Las Políticas de Migraciones Internacionales*. Buenos Aires: Paidós, 2002.

MOTA, A. Et. Alii. (org.). *A Bolívia no Espelho do Futuro*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

ORGANISTA, J. H. C. *O debate sobre a centralidade do trabalho*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

OSMAN, S. A. “Caminhos da Imigração Árabe em São Paulo: história oral de vida familiar”. São Paulo: Dissertação (Mestrado em História Social) – FFLCH-USP, 1998.

_____. “Entre o Líbano e o Brasil: Dinâmica Migratória e História Oral de Vida”. São Paulo: Tese (Doutorado em História Social) – FFLCH-USP, 2007.

PAES, V. G. “Trânsito de Identidades e Estratégias de Negociação Familiar: deslocamentos populacionais entre a Bolívia e o Brasil”. São Paulo: Dissertação (Mestrado em História Social) – FFLCH-USP, 2011.

PAIVA, O. C. *Caminhos Cruzados: migração e construção do Brasil Moderno (1930-1950)*. BAURU-SP: EDUSC, 2004.

PATEMAN, C. “Críticas Feministas à dicotomia público/privado”. In: *Teoria política feminista: textos centrais*. MIGUEL, L. F.; BIROLI, F. Vinhedo-SP: Editora Horizonte, 2013.

PORTELLI, Alessandro. *História Oral como Arte da Escuta*. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

PÓVOA NETO, H. “Território e mobilidade: barreiras físicas como dispositivos de política migratória na atualidade”. In: NATAL, J. (Org.). *Território e Planejamento*. Rio de Janeiro: Letra Capital/IPPUR, 2011.

QUIJANO, A. “Colonialidad del poder, cultura y conocimiento em América Latina”. In: Castro-Gómes, Ó. Et Alii. *Pensar (en) los interstícios. Teoría y práctica de la crítica pós-colonial*. Bogotá: Pontificia Universidad Javeriana, 1999.

RAVENSTEIN, E. G. “As leis da migração”. In: MOURA, Hélio A. (ed.). *Migração interna, textos selecionados*. Fortaleza, BNB/ENTENE, 1980.

REIS, R. R. “Construindo Fronteiras: políticas de imigração na França e nos Estados Unidos (1980-1998)”. São Paulo: Tese de Doutorado em Ciências Políticas. FFLCH-USP, 2002.

REZERA, D. N. “Gênero e Trabalho: mulheres bolivianas na cidade de São Paulo (1980 – 2010)”. São Paulo: Dissertação (Mestrado em História Social). FFLCH-USP, 2012.

SALAS, Ana María López. *Inmigrantes y Estados: la respuesta política ante la cuestión migratória*. Barcelona: Anthropos Editorial, 2005.

SANTOS, B. S. S. *Crítica da Razão Indolente: contra o desperdício da experiência*. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. *Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social*. São Paulo: Boitempo, 2007.

SANTOS, M. *Por uma outra globalização. Do pensamento único à consciência universal*. São Paulo: Record, 2008.

SAYAD, A. *A imigração ou os paradoxos da alteridade*. São Paulo: EDUSP, 1998.

SARLO, B. *Uma modernidade periférica: Buenos Aires 1920 y 1930*. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

SASSEN, S. *La Ciudad Global*. Buenos Aires: Eudeba, 1999.

_____. *Contrageografías de la globalización: género y ciudadanía em los circuitos transfronterizos*. Madrid: Traficantes de sueños, 2003.

_____. *Los espectros de la globalización*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2003.

SCHWARCZ, L. M. *O Espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SILVA, S. A. *Costurando Sonhos: trajetória de um grupo de imigrantes bolivianos em São Paulo*. São Paulo: Paulinas, 1997.

_____. “Virgem, Mãe, Terra: festas e tradições bolivianas na metrópole”. Tese (Doutorado em Antropologia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

_____. (Org.) *Migrações na Pan-Amazônia: fluxos, fronteiras e processos sociais*. São Paulo: Hucitec, 2012.

SINGER, P. *Economia política da urbanização*. São Paulo: Brasiliense, 1980.

_____. *Dinâmica populacional e desenvolvimento*. São Paulo: Hucitec, 1988.

SKIDEMORE, T. *Preto no Branco: raça e nacionalidade no pensamento Brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

SMITH, N. “Contornos de uma política espacializada: veículos dos sem-teto e produção de escala geográfica”. In: ARANTES, A. (org.). *O Espaço da Diferença*. São Paulo: Papirus Editora.

SOUCHAUD, S. “A confecção: nicho étnico ou nicho econômico para a imigração latino-americana em São Paulo?” In: BAENINGER, R. (Org.). *Imigração Boliviana no Brasil*. Campinas-SP: Núcleo de Estudos de População-NEPO/UNICAMP & UNFPA, 2012.

SPIVAKI, G. “Pode o subalterno falar?”. Belo Horizonte-MG: Editora da UFMG, 2010.

TELLES, E. & SAFATLE, V. (Org.). *O que resta da ditadura: a exceção brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2010.

TONINI, Marcel Diego. *Além dos Gramados: história oral de vida de negros no futebol brasileiro (1970-2010)*. Dissertação (mestrado) em História Social. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2010, p.40.

TORPEY, J. *The Invention of Passport: surveillance, citizenship and the state*. Cambridge-UK: Cambridge University Press, 2000.

ZAMBERLAM, J. *O processo migratório no Brasil e os desafios da mobilidade humana na globalização*. Porto Alegre: Pallotti, 2004.

ZOLBERG, A. “Matters of State: theorizing immigration policy”. In: HIRSCHMAN, C. Et. alii. *The Handobook of international migration, the American Experience*. New York-USA: Russel Sage Foundation, 1999.

VENTURA, D.; SÁ GUIMARÃES, F.; REIS, R. (Coord.) *Cosmópolis Imigrantes em São Paulo : diagnóstico do atendimento à população imigrante no município e perfil dos imigrantes usuários de serviços públicos*. Organizado por São Paulo Cosmópolis - São Paulo : IRI-USP, 2017.

WIHTOL DE WENDEN, Catherine. *El fenómeno migratorio en el siglo XXI. Migrantes, Refugiados y relaciones internacionales*. México: FCE, 2013.

Artigos Consultados

ALBUQUERQUE, J. L. “Imigração em Territórios Fronteiriços”. In: VI Congresso Português de Sociologia. Mundo Social Saberes e Práticas. Lisboa: 2008.

BAENINGER, R.; PATARRA, N. L. “Mobilidade Espacial da População no MERCOSUL: metrópoles e fronteiras”. In *Revista Brasileira de Ciências Sociais* - Vol. 21 Nº. 60, fevereiro 2006. pp. 83-181.

BAENINGER, R.; SOUCHAUD, S. “*Collas e Cambas* do outro lado da fronteira: aspectos da distribuição diferenciada da imigração boliviana em Corumbá, Mato Grosso do Sul”. In *Revista brasileira Estudos Populacionais*. São Paulo, v. 25, n. 2, jul./dez. 2008. p. 271-286.

BAENINGER, R. *Rotatividade Migratória: um novo olhar para as migrações no século XXI*. Trabalho apresentado no XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, ABEP. Caxambu, setembro/outubro de 2008.

BALDIVIESO, D. “Abriendo el paquete envuelto: Investigación acción sobre derechos sexuales y reproductivos en El Alto”. *Tinkazos*, La Paz , v. 13, n. 28, junho de 2010.

BAUBÖCK, Reiner. *Transnational Citizenship. Membership and Rights in International Migration*. Aldershot, Edward Elgar, 1994.

BECKER, B. K. “Geopolítica da Amazônia”. In *Revista de Estudos Avançados*. vol.19 nº.53 São Paulo Jan./Abr. 2005.

BONACICH, E. “Asian and latino immigrants in the Los Angeles garment industry: an exploration of the relationship between capitalism and racial oppression”. *Working Papers in the Social Sciences*. Los Angeles-USA, Vol. 5, nº 13. (1989-90).

CANCLINI, N. G. “Las Fronteras dentro de los Países, Las Naciones Fuera de su Territorio. *Revista Diversitas*. Ano 1, nº1, mar/set 2013.

CARDOSO, L. A. “A categoria trabalho no capitalismo contemporâneo”. *Tempo Social*. Revista de Sociologia da USP, v. 23, n. 2.

CYMBALISTA, R.; XAVIER, I. R. “A comunidade boliviana em São Paulo: definindo padrões de territorialidades”. *Cadernos Metrópole*. Nº17. 10 de setembro de 2007.

DAY, V. P. “Violência doméstica e suas diferentes manifestações”. In: *Revista Psiquiátrica do Rio Grande do Sul*. V. 25, Supl. 1, 2003.

DE GENOVA, Nicholas. P. Border struggles in the migrant metropolis. *Nordic Journal of Migration Research*, v. 5, n. 1, p. 3–10, 2015.

FARIAS, A.; FERNANDES, D.; MILESE, R. “Do Haiti para o Brasil: o novo fluxo migratório”. *Cadernos e Debates*: 2011. pp. 73-97.

FELDEMAN-BIANCO, B. “Apresentação: deslocamentos, desigualdades e violência do estado”. *Revista Ciência e Cultura*. Vol.67 nº.2, São Paulo abr./jun. 2015.

_____. Reiventando a localidade: globalização heterogênea, escala da cidade e a incorporação desigual de migrantes transnacionais. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 15, n. 31, p. 19-50, jan./jun. 2009.

GERALDO, E. “O combate contra os “quesitos étnicos”: identidade, assimilação e política imigratória no Estado Novo”. *Locus: Revista de História*. Juiz de Fora-MG. V. 15, nº1. 2009.

GOMES, A. C. “Trabalho análogo ao de escravo: construindo um problema”. *Revista História Oral*, v. 11, n. 1-2, jan/dez. 2008.

HAESBAERT, R. “Regiões Transfronteiriças e migração brasileira em países do Mercosul”. In: Encontro Nacional da ANPUR, VIII, 1999, Porto Alegre, Anais... Porto Alegre: ANPUR, 1999.

HIRATA, D. “Segurança pública e fronteiras: apontamentos a partir do "Arco Norte"”. *Revista Ciência e Cultura*. Vol. 67, nº2. São Paulo, abr/jun 2015.

IOKOI, Z. M. G. “Fronteiras em Movimento: deslocamentos e outras dimensões do vivido”. *Revista Diversitas*. Ano 1, nº 1, mar/set 2013.

IOTI, L. H. (Org). “Imigração e Colonização: legislação de 1747 a 1915”. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, n. 6, 1983.

LACOMBE, S. M. “Os fundamentos marxistas de uma sociologia do cotidiano”. *Revista Outubro*, n. 17, p. 145 – 172.

LUGONES, M. “Rumo a um feminismo descolonial”. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, 22(3): 320, setembro-dezembro/2014.

LOBO, C.; STEFANI, J.; SOUSA, G. “Migração na América do Sul: territorialidades e espacialidades da imigração sulamericana no Brasil”. Anais do IV Encontro Nacional Sobre Migração, Rio de Janeiro, 2005.

MACHADO, J. A. S. “Ativismos em rede e conexão indenitária: novas perspectivas para os movimentos sociais”. *Revista Sociologias*. Porto Alegre-RS, ano 9, nº 18, jul./dez. 2007.

MAGLIANO, M. J. “Interseccionalidade e Migrações: potencialidades e desafios”. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 23(3): setembro-dezembro/2015.

Munanga, Kabengele. Políticas de ação afirmativa em benefício da população negra no Brasil: um ponto de vista em defesa de cotas. *Sociedade e Cultura*, vol. 4, núm. 2, julho-diciembre, 2001, pp. 31-43 Universidade Federal de Goiás Goiânia, Brasil. P.35.

MEIHY, J. C. S. B. “Cativos do Protocolo de Palermo”. In *TRAVESSIA – Revista do Migrante* – nº 73 – Julho/Dezembro de 2013.

MEZZADRA, Sandro. Multidão e Migrações: autonomia dos migrantes. *Revista do Programa de Pós-graduação da escola de Comunicação da UFRJ*. Vol. 14, nº 02, Ano. 2012. pp. 70- 107.

_____ Multiplicação das fronteiras e práticas de mobilidade. REMHU- *Revista Interdisciplinar de Mobilidade Humana*, v. XXIII, n. 44, p. 11–30, maio 2015.

MOTTA, R. P. S. “A ditadura nas representações verbais e visuais da grande imprensa: 1964-1969”. *Topoi*. v. 14, n. 26, jan./jul. 2013.

NASSER, A. C. A. “A Sociologia da Vida Cotidiana e a Formação de uma Geração”. In: *Revista de Ciências Sociais*, n. 39, Outubro de 2013, pp. 127-138

PAES, V. G. “Perspectiva Sociológica sobre o Deslocamento Transnacional Boliviano”. *Oralidades: Revista de História Oral*. V. 11, 2011. p. 221-232

PEREIRA, João Batista Borges; NOGUEIRA, Oracy; FERNANDES, Florestan. A questão racial brasileira vista por três professores. *Revista USP*. São Paulo. Nº 68, p. 168-179, Dez./Fev. 2005 – 2006. Dossiê Racismo I.

PORTELLI, Alessandro. Um ônibus vermelho: vítimas inocentes de caminhões libertadores. In *História Oral como arte da escuta*. São Paulo: Letra e Voz, 2016. Pp. 147- 179. p.171.

PISCITELLI, A.; LOWENKRON, L. “Categorias em movimento: a gestão de vítimas do tráfico de pessoas na Espanha e no Brasil”. *Revista Ciência e Cultura*. Vol.67 nº.2 São Paulo, abr./jun. 2015.

QUIJANO, A. “Colonialidad, modernidad/racialidad”. *Perú Indígena*, v. 13, n. 29, p. 11-29, 1991.

QUIJANO, A. “Modernity, Identity, and Utopia in Latin America”. In: BEVERLEY, J. A, M.; OVIEDO, J. (Ed.). *The Postmodernism Debate in Latin America*. Durham-USA: Duke University Press, 1995.

RAGO, M. “Epistemologia feminista, gênero e história”. Consultar em goo.gl/V3AJ1k acesso em 21 de agosto de 2017.

RACZYNSKI, D. “La movilidad territorial de la población en América Latina: perspectivas de análisis y lineamientos de investigación”. In: *Memórias Del Congreso Latinoamericano de Población y Desarrollo*. México. Vol. 2, p. 863-892.

REIS, R. R. “A Política do Brasil para Migrações Internacionais”. *Revista CONTEXTO INTERNACIONAL*, Vol. 33, janeiro/junho 2011.

RIZEK, C. S.; GEORGES, I.; SILVA, C. F. “Trabalho e imigração: uma comparação entre Brasil e Argentina”. *Revista Lua Nova*. São Paulo, nº 79, 2010.

SALIM, C. A. “Migração: o fato e a controvérsia teórica”. *VIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais*. Anais, Vol. 3, São Paulo, ABEP, 1992, pg -119 -144.

SALLES, M. R. “Imigração e política migratória brasileira no pós-Segunda Guerra Mundial”. *Cadernos CERU*. Série 2, nº. 13, 2002.

SCOTT, J. W. “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. *Educação & Realidade*. Porto Alegre, vol.20, nº 2, Jul./dez. 1995.

SCOTT, J. W. “Os usos e abusos do gênero”. *Projeto História*. São Paulo, nº. 45, pp. 327-351, Dez. 2012.

SEYFERTH, G. “Colonização, imigração e a questão racial no Brasil”. *REVISTA USP*. São Paulo, nº.53, p. 117-149, março/maio 2002.

SEYFERTH, G. “Imigrantes, estrangeiros: a trajetória de uma categoria incomoda no campo político”. Anais da 26ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 01 e 04 de junho de 2008, Porto Seguro, Brasil.

SHERER-WARREN, I. “Das mobilizações às redes de movimentos sociais”. *Revista Sociedade e Estado*. Brasília-DF: v. 21, n.1, p. 109-130, jan./abr. 2006.

SILVA, P. O. “Aspectos gerais da migração fronteiriça entre Brasil e Bolívia”. Trabalho apresentado no XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, Caxambu-MG, Brasil, de 29 de setembro a 03 de outubro de 2008.

STOLCKE, V.; HALL, M. “A introdução do trabalho livre nas fazendas de café de São Paulo”. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, n. 6, 1983.

TARRIUS, Alan. Leer, Describir, Interpretar las circulaciones migratorias: conveniencia de la noción de territorio circulatorio. Los nuevos hábitos de la identidad. Relaciones. Estudios de historia y sociedad. Vol. XXI, nun. 83, verano, 200. El colegio de Michoacan A.C. México. Disponível em: goo.gl/F3cTt4.

Telles, Vera S. Fronteiras da lei como campo de disputa. In: PERALVA, Angelina e TELLES, Vera S. *Ilegalimos na globalização: migrações, trabalho e mercados*. Rio de Janeiro: UFRJ Editora, 2015.

_____. Mutações do trabalho e experiência urbana. *Tempo Social: Revista de Sociologia da USP*. 2006. Vol. 18, nº 1. Pp.173- 195.

THOMSON, A. “Histórias (co) movedoras: História oral e estudos de migração”. In *Revista Brasileira de História*. Vol.22, nº.44, 2002. p. 341-364.

WALDEMAN, C. T. “Movimentos Migratórios sob a Perspectiva do Direito à Saúde: imigrantes bolivianos em São Paulo”. *Revista de Direito Sanitário*, São Paulo. v. 12, n. 1 p. 90-114 Mar./Jun. 2011.

WALSH, Catherine. APUD CANDAU, Vera Maria Ferrão; RUSSO, Kelly. Interculturalidade e Educação na América Latina: uma construção plural, original e complexa. *Revista Diálogo Educacional*, Curitiba, v. 10, n. 29, p. 151-169, jan./abr. 2010.

WINTER, L. M. “A concepção de Estado e de poder político em Maquiavel”. *Tempo da Ciência* (13) 25 : 117-128, 1º semestre 2006.

VIVERO VIGOYA, M. “La sexualización de la raza y la racialización de la sexualidad en el contexto latino-americano actual”. *Revista Latinoamericana de Estudios de Familia*, v. 1, p. 63-81, ene./dic. 2009.

Sites Consultados

Centro de Apoio e Pastoral do Imigrante (CAMI): camimigrantes.com.br

Instituto Nacional de Estatística da Bolívia: www.ine.gob.bo/

Instituto Terra, Trabalho e Cidadania: www.ittc.org.br

Lakita Sinchi Warmis: www.sinchiwarmis.com.br

Projeto *Anin Magá*: www.aninmaga.com.br

Ministério do Trabalho: www.trabalho.gov.br

Ministério Público do Trabalho: www.portal.mpt.mp.br

Ministério Público Federal: www.mpf.mp.br

Ministério das Relações Exteriores: www.itamaraty.gov.br

Memorial da América Latina: www.memorial.org.br

Museu da Imigração de São Paulo: www.museudaimigracao.org.br/

Organização Internacional do Trabalho (OIT): www.ilo.org

Oriundi, site da comunidade italiana no Brasil: www.oriundi.net

Presença América Latina: www.palbrasil.com.br

Projeto *Iada* África: iadaafrica.blogspot.com.br

Pastoral do Imigrante em São Paulo: www.camimigrantes.com.br

Prefeitura de São Paulo: www.prefeitura.sp.gov.br

Presidência da República: www.planalto.gov.br

Sempreviva Organização Feminista: www.sof.org.br